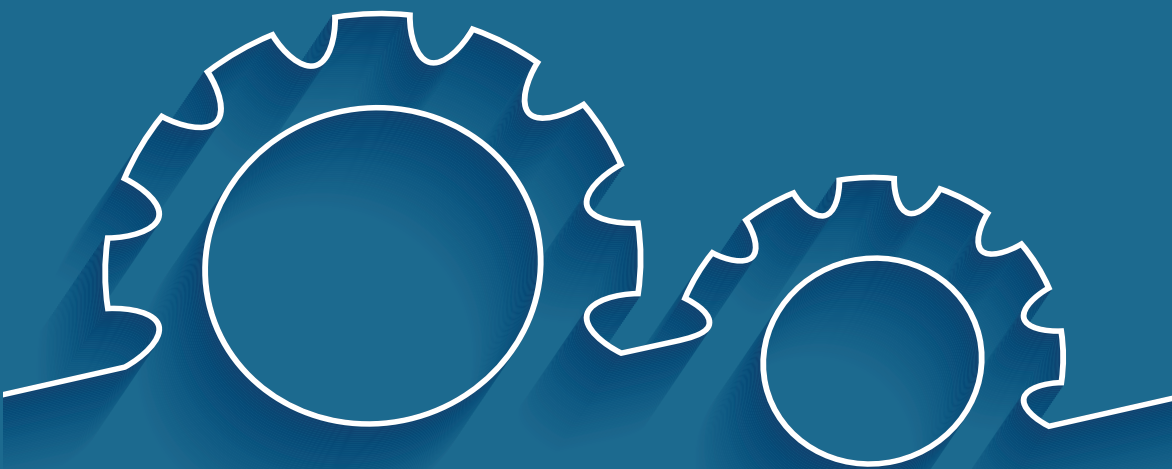


Marcelo Gomes Ribeiro
Thêmis Amorim Aragão
Organizadores

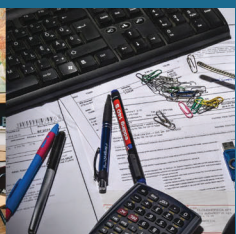
Transformações no mundo do trabalho

Análise de grupos ocupacionais no Brasil Metropolitano
e Não Metropolitano em quatro décadas



Observatório
das Metrôpoles
Instituto Nacional de
Ciência e Tecnologia

LETRACAPITAL



Conselho Editorial Coleção Metr poles

Dr. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro – IPPUR/UFRJ

Presidente do Conselho

Dra. Ana Lúcia Rodrigues – PPGCS/UEM

Dra. Andrea C. Catenazzi – UNGS/Argentina

Dr. Aristides Moysés – PUC Goiás

Dr. Carlos de Mattos – IEU/PUC Chile

Dr. Carlos Nassi – COPPE/UFRJ

Dr. Emilio Pradilla Cobos – UAM (Universidad Aut noma Metropolitana), México

Dr. Eust gio Wanderley C. Dantas – PPGG/UFC

Dr. Frederico Rosa Borges de Holanda – FAU/UNB

Dr. Jeroen Johannes Klink – UFABC

Dra. Inaiá Maria Moreira de Carvalho – PPGCS/UFBA

Dr. José Borzacchiello da Silva – PPGDMA/UFC

Dra. Lúcia B gus – PPGCS/PUC Minas

Dra. Luciana Teixeira Andrade – PPGCS/PUC Minas

Dra. Marcia da Silva Pereira Leite – IFCS/UERJ

Dr. Marcio da Costa – FE/UFRJ

Dr. Manuel Villaverde Cabral – Universidade de Lisboa

Dra. Maria do Livramento Miranda Clementino – NAPP/UFRN

Dra. Maria Madalena Franco Garcia – FNEM (Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas)

Dra. Maura Pardini Bicudo V ras – PPGCS/PUC São Paulo

Dra. Olga Firkowski – Dept. Geografia/UFPR

Dr. Orlando Santos Junior – IPPUR/UFRJ

Dr. Peter Spink – EAESP/Mackenzie/SP

Dr. Roberto Kant de Lima – INCT-InEAC/UFF

Dr. Roberto Luís M. Monte-M r – CEDEPLAR/UFMG

Dr. Ruben George Oliven – PPGAS/UFRGS

Dr. Ricardo Machado Ruiz – CEDEPLAR/UFMG

Dra. Raquel Rolnik – FAU/USP

Dra. Rosa Moura – IPARDES/PR

Dra. Rosetta Mammarella – FEE/RS

Dra. Simaia do Socorro Sales da Mercês – NAEA/UFPA

Dra. Suzana Pasternak – FAU/USP

Marcelo Gomes Ribeiro
Thêmis Amorim Aragão
(Organizadores)

TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO
Análise de grupos ocupacionais no Brasil Metropolitano
e Não Metropolitano em quatro décadas

LETRAPITAL

Copyright © Marcelo Gomes Ribeiro e Thêmis Amorim Aragão, 2020

*Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os
meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.*

EDITOR João Baptista Pinto

REVISÃO Dos autores

PROJETO GRÁFICO E CAPA Luiz Guimarães

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

T696

Transformações no mundo do trabalho [recurso eletrônico]: análise de grupos ocupacionais no Brasil Metropolitano e Não Metropolitano em quatro décadas / [Claudia Monteiro Fernandes ... [et al.]]; organização Marcelo Gomes Ribeiro, Thêmis Amorim Aragão. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020.

Recurso digital (Metrópoles)

Formato: pdf

Requisitos do sistema: adobe acrobat reader

Modo de acesso: world wide web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-87594-67-5 (recurso eletrônico)

1. Mercado de trabalho - Brasil. 2. Trabalho - Aspectos sociais. 3. Livros eletrônicos. I. Fernandes, Claudia Monteiro. II. Ribeiro, Marcelo Gomes. III. Aragão, Thêmis Amorim.

21-68723

CDD: 331.120981

CDU: 331.5(81)

Camila Donis Hartmann - Bibliotecária - CRB-7/6472

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES - IPPUR/UFRJ
Coordenação Geral: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro
Av. Pedro Calmon, 550, sala 537, 5ª andar - Ilha do Fundão
Cep 21.941-901 - Rio de Janeiro, RJ
Tels: +55 (21) 3938-1950/1932
www.observatoriodasmetrosoles.net

LETRA CAPITAL EDITORA
Telefax: (21) 3353-2236 / 2215-3781
vendas@letracapital.com.br
www.letracapital.com.br

Agradecimentos

À coordenação nacional do INCT Observatório das Metrôpoles, em nome de Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, que forneceu todas as condições materiais e administrativas para a realização desta pesquisa. Pelo apoio administrativo, agradecemos também à Karol de Souza.

Ao Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional (PPG-PUR) do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pelo apoio financeiro para o trabalho de revisão do livro.

Ao financiamento do INCT (CNPq, Capes e Faperj), que, por meio de bolsas de pesquisa para graduado, mestre e de pós-doutorado, possibilitou a efetiva realização da pesquisa que propusemos.

Ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pela disponibilidade gratuita das bases de dados utilizadas para a pesquisa que realizamos.

Aos pesquisadores dos núcleos do Observatório das Metrôpoles, pelo envolvimento na realização dos capítulos que compõem este livro, participando ativamente das reuniões de discussões que realizamos sobre os temas abordados, o que permitiu que este trabalho se constituísse como uma prática coletiva.

Ao Diogo Matos, que participou ativamente da elaboração inicial da proposta de pesquisa que culminou na elaboração deste livro, além do papel destacado na organização das bases de dados utilizadas.

À Paula Guedes, que, embora tenha sido incorporada ao processo de pesquisa quando ela já estava em andamento, desempenhou papel muito importante na tabulação de dados para os núcleos do Observatório das Metrôpoles.

Ao Felipe Raitano, que participou do início da elaboração da proposta de pesquisa.

Ao Pedro Bastos, pelo trabalho competente de revisão e cópiadesque dos textos reunidos neste livro.

À Carolina Zuccarelli, Rosa Ribeiro e Luciana Lago, que contribuíram em momentos específicos na discussão que realizamos.

Sumário

Apresentação.....	8
Introdução.....	22
<i>Marcelo Gomes Ribeiro</i>	
Capítulo 1 - Trabalhadoras domésticas: permanências e mudanças.....	48
<i>Claudia Monteiro Fernandes</i>	
<i>Inaiá Maria Moreira de Carvalho</i>	
Capítulo 2 - Operários da construção civil: saber prático de um trabalho polivalente.....	82
<i>Thêmis Amorim Aragão</i>	
<i>Renato Pequeno</i>	
Capítulo 3 - Trabalhadores do comércio: ocupações exercidas na rua e em estabelecimento.....	119
<i>Marcelo Gomes Ribeiro</i>	
Capítulo 4 - Operários da indústria: reconfiguração espacial e mudanças das condições de trabalho.....	162
<i>André Mourthé Oliveira</i>	
<i>Cláudia Júlia Guimarães Horta</i>	
Capítulo 5 - Trabalhadores da prestação de serviços: heterogeneidade ocupacional e assimetrias espaciais.....	220
<i>Zoraide Souza Pessoa</i>	
<i>Maria do Livramento Miranda Clementino</i>	
<i>Járviz Campos</i>	
Capítulo 6 - Trabalhadores dos transportes: aceleradores de fluxos ou amortecedores de estoques?.....	265
<i>Diogo David de Matos</i>	
<i>Marcelo Gomes Ribeiro</i>	
Capítulo 7 - Trabalhadores Agrícolas: heranças e transformações recentes.....	303
<i>Lívia Izabel Bezerra de Miranda</i>	

Capítulo 8 - Trabalhadores do Apoio Administrativo: ocupações não manuais, mas de posição subordinada	338
<i>José Júlio Ferreira Lima</i>	
<i>Juliano Pamplona Ximenes Ponte</i>	
<i>Ricardo Bruno Nascimento dos Santos</i>	
<i>Raul da Silva Ventura Neto</i>	
Capítulo 9 - Profissionais de nível médio: entre o fazer prático e o conhecimento abstrato	382
<i>Paula Guedes Martins Ferreira</i>	
<i>Felipe Camargo Raitano</i>	
Capítulo 10 - Profissionais de Nível Superior: desigualdades nas ocupações de mais alta qualificação.....	414
<i>Ana Lúcia Rodrigues</i>	
<i>Marina Silva da Cunha</i>	
<i>Carla Franciele Höring</i>	
<i>Luiz Donadon Leal</i>	
<i>Samanta Elisa Martinelli</i>	
<i>Paulo Roberto de Souza</i>	
Capítulo 11 - Professores: profissionalização e qualificação dos trabalhadores da educação.....	453
<i>Claudia Monteiro Fernandes</i>	
Capítulo 12 - Profissionais de Segurança Pública e Forças Armadas.....	484
<i>Pablo Lira</i>	
<i>Antonio Ricardo Freislebem da Rocha</i>	
<i>Latussa Laranja Monteiro</i>	
Capítulo 13 - Dirigentes e supervisores: posições de comando, mas de heterogeneidade social.....	507
<i>Bianca Reis Ramos</i>	
Capítulo 14 - Empregadores: empresários ou trabalhadores?	550
<i>Suzana Pasternak</i>	
Anexo Metodológico	600
<i>Thêmis Amorim Aragão</i>	
<i>Diogo David Matos</i>	
<i>Marcelo Gomes Ribeiro</i>	
Organizadores.....	645

Apresentação

Este livro é resultado de um projeto de pesquisa denominado *Estrutura Social das Metrôpoles Brasileiras* realizado no âmbito do Observatório das Metrôpoles, que se constitui como Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) – programa de fomento à pesquisa financiado pelo CNPq, CAPES e FAPERJ. O processo de pesquisa associado a esse programa envolveu diversos pesquisadores que integram o Observatório das Metrôpoles espalhados por todo o país e que se dedicaram por um período de dois anos a refletir sobre as transformações no mundo do trabalho brasileiro de 1980 a 2018 a partir da análise de diferentes grupos ocupacionais, sempre confrontando o Brasil Metropolitano e o Brasil Não Metropolitano.

O resultado desse processo de pesquisa, agora materializado neste livro, constitui uma contribuição inédita para a compreensão do mundo do trabalho no Brasil na contemporaneidade. A pesquisa foi elaborada a partir das transformações estruturais ocorridas no mundo em geral e no país em particular, mas também a partir das conjunturas específicas que afetaram o próprio funcionamento do mercado de trabalho. O fato de a análise ter sido feita em nível nacional reitera ainda mais esse ineditismo, numa perspectiva evolutiva por meio de grupos ocupacionais que abarcou praticamente toda a população ocupada do mercado de trabalho ao longo de quatro décadas por meio da utilização de diferentes bases de dados produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A busca pela compreensão das transformações no mundo do trabalho brasileiro a partir da análise dos grupos ocupacionais constitui-se como objetivo primário desse esforço de investigação na medida em que tal entendimento contribui para melhor reflexão sobre as mudanças na ordem social pelas quais o nosso país está passando, mas que pode se diferenciar entre os espaços metropolitanos e os não metropolitanos. No entanto, esse esforço analítico e interpretativo possui outro objetivo secundário, tendo em vista que este resultado de investigação servirá de subsídio para a reflexão do modo como o Observatório das Metrôpoles

tradicionalmente tem operacionalizado sua compreensão de estrutura social. Como essa operacionalização é feita a partir do estabelecimento de uma hierarquia sócio-ocupacional construída por meio das ocupações do mercado de trabalho, compondo o que se convencionou chamar de categorias sócio-ocupacionais (CATs), as mudanças ocorridas nos grupos ocupacionais, considerando as suas características demográficas e condições ocupacionais (tais como as condições de proteção social, de jornada de trabalho e de remuneração, por exemplo), devem contribuir para ampliar a análise das possíveis mudanças de posição social daí decorrentes.

Como será descrito mais adiante, por meio do critério utilizado para definição dos grupos ocupacionais, não há correspondência direta destes com as categorias sócio-ocupacionais do Observatório das Metrôpoles. Inclusive, vale dizer que o critério utilizado na definição dos grupos ocupacionais se baseou na preocupação de que não fosse gerada uma confusão analítica entre uma avaliação do mercado de trabalho propriamente dita a partir de agrupamentos ocupacionais e uma avaliação da estrutura social compreendida a partir de categorias sócio-ocupacionais. Nesse último caso, cada categoria sócio-ocupacional pretende expressar uma específica posição social, que, por sua vez, se diferencia das demais posições sociais. A implicação disso é de que os indivíduos que possuem posições sociais semelhantes têm grande probabilidade de ter condições sociais, disposições e tomadas de posição também semelhantes (BOURDIEU, 2008). Ou seja, segundo essa abordagem teórica, as posições sociais são reveladoras de diferentes estilos de vida, de diferentes práticas sociais, de diferentes sistemas de preferências e de diferentes representações sociais ou de visões de mundo. A nosso ver, os grupos ocupacionais não apresentam essas dimensões, por mais que eles tendam a se aproximar das categorias sócio-ocupacionais.

A vantagem de utilização dos grupos ocupacionais resultantes dos critérios que adotamos, em vez da utilização já definida das categorias sócio-ocupacionais, foi de colocar em questão as diferentes ocupações existentes no mercado de trabalho e suas mudanças sofridas nas últimas quatro décadas. E, ao mesmo tempo, colocar em questão a própria estrutura social do Observatório das Metrôpoles de modo a podermos observar os processos de mudanças sociais

que lhes afetam e que, talvez, não seriam notados se essa estrutura social não fosse descortinada do modo proposto.

Todavia, a condução da pesquisa, buscando o estabelecimento de novas definições baseadas em novos critérios, não foi feita sem dificuldades e desafios no sentido de se ter plena convicção se o caminho escolhido era, de fato, adequado para as pretensões que se buscava alcançar. É verdade que a participação num processo de pesquisa como esse exige um grande esforço por parte daqueles que a ela se vinculam, pois não deixa de ser correto afirmar que o empreendimento empírico proposto foi de grande magnitude analítica e operacional, tanto em termos temporais (de 1980 a 2018), quanto em termos espaciais (análise nacional entre o Brasil Metropolitano e o Brasil Não Metropolitano), pelas bases de dados utilizadas que precisavam ser operacionalizadas em *software* específicos de estatística e, também, pelas diferentes variáveis necessárias para realização da análise de cada grupo ocupacional. Assim, podemos assegurar que, com todas as dificuldades apresentadas para operacionalização de toda a pesquisa – dificuldades contornadas ao longo de sua realização –, a escolha por esse caminho comprovou ser plenamente adequada e os resultados exitosos que obtivemos somente foram possíveis de alcance devido ao dedicado engajamento dos vários pesquisadores que decidiram participar deste empreendimento – ou, melhor dizendo, desta aventura acadêmica!

O engajamento nesta aventura foi demonstrado mediante as várias reuniões de trabalho realizadas com cada um dos Núcleos de Pesquisa do Observatório das Metrôpoles envolvidos, localizados em diferentes regiões metropolitanas do país, ainda na fase de construção da própria metodologia utilizada, mas também no compartilhamento e nas trocas de reflexões durante as reuniões periódicas para discussão de cada um dos capítulos deste livro. Como já dito, esta aventura somente tornou-se possível porque se constituiu enquanto prática coletiva. A riqueza dessa prática coletiva se expressou pelas diferentes experiências acadêmicas de cada um dos pesquisadores envolvidos, tendo em vista o envolvimento de pessoas de formações diversas, mas também através dos diferentes olhares sobre o Brasil a partir do lugar de onde cada um deles observa. Afinal, como nos ensinou Bourdieu na explicação sobre o espaço social, *o ponto de vista é a vista de um ponto*.

Esse compartilhamento de diferentes experiências e das maneiras de observar o fenômeno do mundo do trabalho que analisamos foi fundamental para constituição de uma reflexão abrangente que fosse capaz de apreender as características gerais e comuns de cada um dos grupos ocupacionais que nos propusemos a analisar, mas também algumas sutilezas que diferenciam sua apreensão entre os diversos lugares do território brasileiro. Principalmente porque cada um dos vários grupos ocupacionais, apesar de sofrer os efeitos das mudanças estruturais do Brasil e do mundo (e, também, da conjuntura do próprio mercado de trabalho), apresenta características próprias e, por conseguinte, comportamentos particulares, o que requer uma abordagem específica para apreensão analítica de cada um deles.

A pesquisa que resultou neste livro analisou 14 grupos ocupacionais a partir de dados dos censos demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) Anual de 2018 – todas essas pesquisas foram produzidas pelo IBGE. Foi considerada quase a totalidade¹ da população ocupada brasileira, organizada nos seguintes grupos ocupacionais: (1) trabalhadoras domésticas; (2) operários da construção civil; (3) trabalhadores do comércio; (4) operários industriais; (5) trabalhadores da prestação de serviço; (6) trabalhadores dos transportes; (7) trabalhadores agrícolas; (8) trabalhadores do apoio administrativo; (9) profissionais de nível médio; (10) profissionais de nível superior; (11) professores; (12) trabalhadores da segurança pública e forças armadas; (13) dirigentes e supervisores; e (14) empregadores.

A escolha que fizemos para a análise das transformações do mundo do trabalho no Brasil nessas quatro décadas estruturou-se em agrupamentos a partir da “natureza comum” das atividades exercidas por aqueles vinculados a cada conjunto de ocupações denominadas, por nós, de grupos ocupacionais. Essa escolha decorreu da possibilidade de uma compreensão mais aprofundada das diferenças de condições de trabalho, segundo a situação de informalidade, de contribuição para previdência, de remuneração,

¹ Ficaram de fora aquelas ocupações de difícil classificação, dada sua especificidade, e que ao mesmo tempo não constituía quantidade suficiente para realização de análise estatística.

entre outros aspectos, que são melhor expressos pelas diferentes ocupações existentes. Ou seja, consideramos que cada uma dessas dimensões do mercado de trabalho se apresenta diferentemente de acordo com as diferentes ocupações. Isso porque as diferentes condições de trabalho, explicadas pelas diferentes ocupações, correspondem à própria segmentação ocupacional existente no mercado de trabalho, segmentação esta que também se manifesta de modo hierárquico.

A hierarquia ocupacional no mercado de trabalho foi outra razão para a escolha analítica baseada nos grupos ocupacionais, pois sua existência constitui um grande valor sociológico na medida em que podemos considerar que possa haver correspondência entre o posicionamento da ocupação no mercado de trabalho e a posição social dos indivíduos que a ocupam. Porém, a construção dos grupos ocupacionais se deu a partir da “natureza comum” das ocupações, tendo em vista a possibilidade de haver ocupações de um mesmo grupo ocupacional, mas que denotam posições sociais distintas. O foco, portanto, na “natureza comum” das ocupações, teve a pretensão de observar as diferenças de posição social por meio do resultado do processo analítico, e não de estabelecer desde o início essas diferenças, uma vez que nos interessava a análise das transformações do mundo do trabalho no Brasil.

Nesta análise, interessou-nos capturar as especificidades do mercado de trabalho urbano-metropolitano, já que o Brasil, no bojo de seu processo de urbanização associado ao processo de industrialização, também se metropolizou. Os espaços metropolitanos constituíram-se até o final dos 1970 nos principais *loci* das atividades econômicas mais modernas e do mercado de trabalho mais sofisticado, mas também nos principais *loci* das atividades informais e dos trabalhos precários. Nestes últimos 40 anos, porém, a urbanização brasileira se diversificou regionalmente pela constituição de novos espaços metropolitanos em regiões do interior do país e pelo crescimento de muitas cidades que galgaram a condição de cidades de porte médio. Por esses motivos e pelas dificuldades operacionais de realizar em detalhe uma análise que incorporasse as várias facetas (temporal, espacial e de várias categorias) presentes nesta pesquisa, a nossa opção analítica foi pela reflexão comparada entre o Brasil Metropolitano, observados

em conjunto pelas 12 metrópoles do país², e o Brasil Não Metropolitano, constituído por todo o espaço nacional subtraído o Brasil Metropolitano³.

Este livro está organizado em 14 capítulos, além de uma Introdução e um Anexo Metodológico. Na Introdução, de autoria de Marcelo Gomes Ribeiro, coordenador do projeto *Estrutura Social das Metrôpoles Brasileiras* no âmbito do INCT Observatório das Metrôpoles, é realizada uma reflexão do conjunto dos grupos ocupacionais, mas de modo comparativo, a partir da compreensão sobre as transformações estruturais ocorridas no Brasil e no mundo, focando a discussão no período de 1980 a 2018 e contrapondo a estrutura ocupacional do Brasil Metropolitano e do Brasil Não Metropolitano. Aliás, esse período temporal e essa delimitação espacial estão presentes em todos os capítulos dedicados à análise de cada um dos grupos ocupacionais.

O capítulo 1, intitulado “Trabalhadoras domésticas: permanências e mudanças”, de autoria de Claudia Monteiro Fernandes e Inaiá Maria Moreira de Carvalho, do núcleo Salvador do Observatório das Metrôpoles, aborda a constituição do trabalho doméstico no Brasil desde seu período escravocrata até os dias atuais, demarcando a evolução da legislação que regulamenta as relações de trabalho e as controvérsias referentes às questões sobre a reprodução ampliada da vida. A partir disso, as autoras buscaram analisar as características sociodemográficas das pessoas ocupadas nesse grupo ocupacional e suas condições ocupacionais e de remuneração. Constatam a permanência de relações de trabalho sem o registro formal, sem o acesso ao sistema de proteção social, o recebimento de baixos salários e o cumprimento de jornadas de trabalho extensas e intensas. Apesar disso, mudanças relativas têm ocorrido, principalmente, no próprio

² A utilização de 12 aglomerados urbanos denominados metrópoles decorreu da definição empregada na REGIC 2007 (IBGE, 2008), o estudo mais recente divulgado pelo IBGE quando do início do processo analítico que realizamos. Recentemente, o IBGE atualizou o seu trabalho e passou a considerar 15 aglomerados urbanos como sendo metrópoles no país (IBGE, 2020). Porém, não foi possível incorporar neste trabalho essa nova definição estabelecida.

³ Em alguns capítulos deste livro, seus autores conseguiram realizar também análise comparativa entre as metrópoles que compõem o que estamos denominando de Brasil Metropolitano, a saber: as regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Manaus, Goiânia, Curitiba e Porto Alegre.

processo de transição demográfica por que tem passado o país e que afeta esse grupo ocupacional.

O capítulo 2, intitulado “Operários da construção civil: saber prático de um trabalho polivalente”, de autoria de Thêmis Amorim Aragão e Renato Pequeno, parceria entre o núcleo Rio de Janeiro e o núcleo Fortaleza do Observatório das Metrôpoles, analisa o trabalho manual da construção civil, tendo em vista a particularidade desse ramo industrial em que os métodos de trabalho se diferenciam dos ramos da indústria de transformação devido à natureza de sua atividade. Mas, a importância de realizar essa análise em perspectiva com o setor de atividade econômica também tem a ver com os determinantes que as políticas macroeconômicas e as próprias políticas setoriais têm sobre as ocupações da construção civil, como é abordado nesse capítulo. A partir dessa compreensão, é feita a análise dos operários da construção civil segundo suas características sociodemográficas, suas condições ocupacionais e de remuneração, com destaque para comparações regionais do país. Constata-se que esse grupo ocupacional praticamente não alterou seu perfil, tampouco suas condições ocupacionais de trabalho. Do ponto de vista da remuneração, apesar de pouca alteração, na última década analisada parece ter havido convergência entre as regiões, o que demonstra a importância dos efeitos das políticas nacionais que atingem esse ramo industrial.

O capítulo 3, intitulado “Trabalhadores do comércio: ocupações exercidas na rua e em estabelecimentos”, de autoria de Marcelo Gomes Ribeiro, do núcleo Rio de Janeiro do Observatório das Metrôpoles, realiza análise de conjunto, mas comparativa, das ocupações de comércio realizados na rua ou em espaços públicos, como são aqueles realizados pelos ambulantes, e as ocupações de comércio realizadas em estabelecimentos. Apesar de ambos os tipos de ocupações terem se constituído e se desenvolvido no bojo do processo de urbanização, elas apresentam trajetórias diferentes, o que permite suportar a existência de diferentes processos de sociabilidades laborais entre elas. A partir dessas considerações, é feita a análise das características sociodemográficas, das condições ocupacionais e de remuneração desse grupo ocupacional. A constatação a que o autor chegou foi a de que, por se tratar de um grupo ocupacional que praticamente não tem barreiras à entrada, acaba servindo de

amortecedor social nos momentos de crise no mercado de trabalho, principalmente pela incorporação de pessoas nas ocupações do comércio de rua. Vale destacar que é um grupo ocupacional de baixo prestígio social, com relações de trabalho precárias e de baixa remuneração.

O capítulo 4, intitulado “Operários da indústria: reconfiguração espacial e mudanças nas condições de trabalho”, de autoria de André Mourthé Oliveira e Cláudia Júlia Guimarães Rosa, do núcleo Belo Horizonte do Observatório das Metrôpoles, aborda o processo de desindustrialização em curso no Brasil, considerando suas variadas formas interpretativas e os aspectos das diferentes conjunturas econômicas que reforçaram aquele processo. É a partir da compreensão do modo como a desindustrialização se manifesta no país, tendo em vista sua precocidade, que as consequências para a organização do trabalho e para as condições dos trabalhadores industriais são analisadas. Nessa perspectiva, foi feito o escrutínio das mudanças sociodemográficas dos operários da indústria, suas condições ocupacionais e de remuneração e, ainda, uma análise comparativa entre as diferentes metrôpoles do país *vis-à-vis* sua inserção regional. O resultado a que chegam diz respeito à constatação da redução relativa do trabalho manual da indústria, acentuadamente nos espaços metropolitanos, ao mesmo tempo que ocorre um processo de deslocamentos do emprego industrial para as áreas não metropolitanas.

O capítulo 5, intitulado “Trabalhadores da prestação de serviços: heterogeneidade ocupacional e assimetrias espaciais”, de autoria de Zoraide Souza Pessoa, Maria do Livramento Miranda Clementino e Jarvis Campos, do núcleo Natal do Observatório das Metrôpoles, ao partir do pressuposto de que os processos de urbanização e de terceirização contribuíram para o aumento do número de pessoas ocupadas no grupo ocupacional da prestação de serviços, bem como pelo aumento de sua participação relativa, buscou retratar a constituição sócio-histórica desse grupo ocupacional na sociedade brasileira, mas procurando compreender as ocupações que o constitui a partir de uma compreensão mais ampla sobre o setor de serviços. Através da análise de suas características sociodemográficas, de suas condições ocupacionais e de remuneração, constatou-se que esse agrupamento ocupacional apresenta grande diversificação

interna quanto ao tipo de ocupação existente e de especialização da atividade exigida, ao mesmo tempo que, em geral, são ocupações precárias, de baixa segurança e de baixa remuneração.

O capítulo 6, intitulado “Trabalhadores dos transportes: aceleradores de fluxos ou amortecedores de estoque?”, de autoria de Diogo David de Matos e Marcelo Gomes Ribeiro, do núcleo Rio de Janeiro do Observatório das Metrôpoles, retrata a história dos transportes no Brasil a partir da centralidade que o modal rodoviário tomou no país desde os anos 1950, considerando também as diferentes conjunturas políticas e econômicas que tiveram repercussão sobre o setor de transportes. Com esse entendimento, é realizada a constituição histórico-social dos trabalhadores dos transportes no país, apesar da dificuldade de se retratar um grupo tão heterogêneo em relação ao tipo de atividade de transporte, mas também em relação às suas características sociodemográficas, condições ocupacionais e de remuneração. Uma das principais constatações existentes é de que esse grupo ocupacional tende a servir de refúgio para parcela da população que se encontra diante do fenômeno do desemprego no mercado de trabalho, principalmente nos momentos de crise. Isso tem se revelado no momento mais recente da economia brasileira, porque algumas de suas ocupações não possuem barreiras à entrada, mesmo que algumas delas exijam certas habilitações prévias para sua realização. Esse refúgio tem sido expresso, sobretudo, por meio de atividades de transportes “facilitadas” pelas plataformas digitais: são os casos dos aplicativos que intermediam as entregas de mercadorias e dos aplicativos que intermediam os transportes de passageiros. Portanto, muitos dos fenômenos recentes referentes à precarização das relações de trabalho estão contidos nesse grupo ocupacional.

O capítulo 7, intitulado “Trabalhadores agrícolas: heranças e transformações recentes”, de Lívia Izabel Bezerra de Miranda, do núcleo Campina Grande do Observatório das Metrôpoles, resgata o processo de modernização conservadora que ocorreu no meio rural brasileiro, quando o país passou a ser um importante fornecedor de *commodities* para o mercado internacional, sem que esse processo (que elevou a produtividade da agricultura brasileira) tenha transformado a estrutura agrária concentrada do país. A partir desse resgate, é discutida a nova ruralidade brasileira e, nessa perspectiva, o surgimento

da chamada pluriatividade que se tornou característica do momento em que a dicotomia urbano-rural perdeu seu significado. Sob essas abordagens, são analisadas as características sociodemográficas, das condições ocupacionais e de remuneração dos trabalhadores agrícolas nos espaços metropolitanos e nos espaços não metropolitanos – neste último caso, aliás, é onde eles se mostram mais predominantes. Apesar da expressiva redução no número de ocupados nas atividades manuais agrícolas, os trabalhadores agrícolas ainda são relevantes numericamente na população ocupada do país com participação que ultrapassa 12% nos espaços não metropolitanos. Mesmo que nos espaços metropolitanos sua participação seja muito reduzida, as características de seus trabalhadores e de suas condições de trabalho são muito semelhantes às dos espaços não metropolitanos, demonstrando que a herança do atraso também se faz presente nas metrópoles do país.

O capítulo 8, intitulado “Trabalhadores do apoio administrativo: ocupações não manuais, mas de posição subordinada”, de José Júlio Ferreira Lima, Juliano Pamplona Ximenes Ponte e Ricardo Bruno Nascimento dos Santos, do núcleo Belém do Observatório das Metrôpoles, aborda o segmento de ocupações vinculadas às atividades características do setor de serviços, sendo não manuais, mas de posição subordinada e exigência de baixa qualificação para seu exercício. Ao longo das décadas analisadas, houve aumento da participação feminina nesse grupo ocupacional e de pessoas de cor ou raça negra. Sempre se caracterizaram por serem ocupações com alto grau de proteção social, com destaque para a grande participação dos empregados com carteira de trabalho assinada e com níveis de remuneração que se aproximam dos níveis médios da população ocupada. O nível de remuneração e o nível de escolaridade são as principais diferenças entre os ocupados do Brasil Metropolitano e do Brasil Não Metropolitano, considerando que nos espaços metropolitanos o rendimento médio é mais elevado e há maior concentração de pessoas com ensino médio completo e com ensino superior.

O capítulo 9, intitulado “Profissionais de nível médio: entre o fazer prático e o conhecimento abstrato”, de autoria de Paula Guedes Martins Ferreira e Felipe Camargo Raitano, do núcleo Rio de Janeiro do Observatório das Metrôpoles, a partir do resgate das

concepções que definem as ocupações consideradas “profissionais” e da discussão acerca da formação das ocupações técnicas, busca situar a posição ocupacional do grupo dos profissionais de nível médio no Brasil. É sob essa perspectiva que os autores analisam as diferenças internas de agrupamento ocupacional, cujos subgrupos, de modo geral, compartilham da mesma situação de realização de atividades práticas, mas diferenciando-se dos trabalhadores tipicamente manuais porque possuem conhecimento teórico, embora não se encontrem na mesma posição que os profissionais de nível superior de áreas correspondentes. Portanto, apesar dessa posição intermediária, esse grupo ocupacional tem sido afetado pela redução das condições de proteção social e consequente processo de precarização e de redução média do seu nível de rendimento.

O capítulo 10, intitulado “Profissionais de nível superior: desigualdades nas ocupações de mais alta qualificação”, de autoria de Ana Lúcia Rodrigues, Marina Silva da Cunha, Carla Franciele Höring, Luiz Donadon Leal, Samanta Elisa Martinelli e Paulo Roberto de Souza, do núcleo Maringá do Observatório das Metrópoles, realiza a discussão do grupo ocupacional dos profissionais de nível superior, compreendido pelas ocupações que exigem o nível superior de escolaridade para serem exercidas. A partir das considerações acerca do processo de formação do ensino superior e do aumento da escolaridade da população brasileira, os autores buscaram analisar as transformações ocorridas nesse grupo ocupacional. Para tanto, são abordadas as características sociodemográficas e as condições ocupacionais e de remuneração, que permitem constatar que, apesar de ser um grupo com elevado grau de proteção social, teve seu nível de rendimento médio reduzido nas últimas décadas, e isso está relacionado tanto ao aumento absoluto e relativo desses profissionais na estrutura ocupacional brasileira, quanto ao aumento de pessoas com nível superior de escolaridade que elevam a oferta de trabalho de mais alta qualificação. Os autores constatam ainda que, mesmo nessas ocupações que exigem o nível superior de escolaridade, há desigualdades de rendimentos, principalmente entre homens e mulheres e brancos e negros.

O capítulo 11, intitulado “Professores: profissionalização e qualificação dos trabalhadores da educação”, de autoria de Cláudia Monteiro Fernandes, do núcleo Salvador do Observatório

das Metrôpoles, discute o papel do professor como educador e cidadão, situando o processo de profissionalização desse ofício que se fez relacionado ao desenvolvimento econômico do país e à sua urbanização. Apresenta também algumas mudanças institucionais significativas para a valorização desse processo de profissionalização, mesmo que tenha ocorrido em meio a aspectos contraditórios, como foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996. Com isso, busca situar a constituição histórico-social dos professores no Brasil para analisar as mudanças do seu perfil sociodemográfico, de suas condições ocupacionais e de seu nível de remuneração. Apesar das mudanças ocorridas nas últimas décadas, os professores ainda possuem maior concentração de pessoas do sexo feminino e de pessoas brancas. A maioria exerce seu trabalho em condições de proteção social e apresenta média de rendimento superior à dos ocupados em geral, embora haja grandes diferenças em termos regionais do país e diferenças maiores ainda quando se considera as diversas categorias de professores do ensino infantil ao ensino superior.

O capítulo 12, intitulado “Profissionais da segurança pública e Forças Armadas”, de autoria de Pablo Lira, Antonio Freislebem da Rocha e Latussa Laranja Monteiro, do núcleo Vitória do Observatório das Metrôpoles, demarca a importância que teve a promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988 para compreensão da segurança pública como dever do Estado e responsabilidade de todos. Porém, somente dez anos depois é que essa concepção do direito passou a ser disseminada na orientação da prática dos agentes públicos que atuam diretamente sobre a segurança, rompendo com a ideia de que a segurança pública seria questão apenas de polícia. Os autores apresentam também as instituições que devem exercer a segurança pública sob responsabilidade das unidades da federação e da União. A partir dessas considerações, é feita a análise das características sociodemográficas, condições ocupacionais e de remuneração desse grupo. Trata-se de um grupo ocupacional com garantias de proteção social, nível de remuneração mais elevado do que a média da população ocupada e que está proporcionalmente mais presente nos espaços metropolitanos.

O capítulo 13, intitulado “Dirigentes e supervisores: posições de comando, mas de heterogeneidade social”, de autoria de Bianca Reis Ramos, do núcleo Porto Alegre do Observatório das

Metrópolis, apresenta a análise do grupo ocupacional dos dirigentes e supervisores que representam ocupações de comando na estrutura ocupacional do país, sendo caracterizado pelo trabalho não manual, por nível intermediário ou alto de qualificação e experiências de trabalho que são exigências para seu exercício. Diante dessa definição, são analisados os processos econômicos e políticos que conferiram particularidade e, em muitas situações, poder para as ocupações de comando, principalmente aquelas situadas no topo da estrutura ocupacional. A partir da avaliação do perfil sociodemográfico, das condições ocupacionais e de remuneração, a autora constatou que se trata de um grupo ocupacional com garantias de proteção social e de mais alta remuneração em relação à população ocupada, apesar de haver diferenças internas. Essas diferenças ocorrem principalmente entre supervisores, que ocupam posições mais intermediárias, e os dirigentes propriamente ditos, isto é, aqueles que estão no topo da estrutura ocupacional.

O capítulo 14, intitulado “Empregadores: empresários ou trabalhadores?”, de autoria de Suzana Pasternak, do núcleo São Paulo do Observatório das Metrôpoles, analisa os empregadores no Brasil e suas transformações, caracterizando esse grupo ocupacional como sendo constituído por pessoas que são proprietárias de empresas e que possuem empregados, definição utilizada pelas pesquisas domiciliares do IBGE. Apesar dessa característica comum, há grandes diferenças internas entre as pessoas que integram esse grupo ocupacional, especialmente quando se considera as diferenças referentes à quantidade de empregados que eles possuem. Aqueles que possuem poucos empregados, apesar dessa condição, tendem a se aproximar mais das condições de trabalhadores do que propriamente de empresários em termos de remuneração, de jornada de trabalho e, mesmo, das condições de proteção social. Além disso, os empregadores que possuem até cinco empregados são os que mais se destacam proporcionalmente nesse grupo ocupacional, especialmente dada a dificuldade que as pesquisas domiciliares têm de captar os grandes empresários no Brasil.

No Anexo Metodológico, elaborado por Thêmis Amorim Aragão, Diogo David Matos e Marcelo Gomes Ribeiro, do núcleo Rio de Janeiro do Observatório das Metrôpoles, são apresentados os critérios utilizados para a definição dos grupos ocupacionais

e as questões elaboradas sobre cada um deles para a apreensão das suas mudanças, tendo em vista as transformações estruturais ocorridas nas últimas quatro décadas. Além disso, são apresentados os procedimentos operacionais para tratamento das bases de dados utilizadas, bem como de suas variáveis adotadas para a análise de cada grupo ocupacional, e a delimitação espacial de cada uma das regiões metropolitanas que integram o chamado Brasil Metropolitano, compatibilizadas entre 1980 a 2018.

Embora seja uma pesquisa que vem sendo realizada desde 2018, o momento de elaboração da maioria dos capítulos deste livro ocorreu entre o primeiro e o segundo semestre de 2020, coincidindo com o período de maior isolamento social devido à pandemia Covid-19. Como estávamos produzindo análises que tinham correspondência direta com a realidade que se colocava em evidência, principalmente quando eram considerados os grupos ocupacionais tidos como essenciais e os processos de precarização do trabalho envolvidos, em muitos momentos, cogitamos canalizar nossos esforços na elaboração dos processos dessa conjuntura, especialmente porque já havíamos acumulado leituras sobre o processo de mudanças estruturais ocorridas no Brasil e no mundo e que afetavam preferencialmente alguns grupos mais vulneráveis do mercado de trabalho. Apesar dessa motivação, resolvemos concluir o trabalho que já havíamos iniciado, reafirmando nossa convicção de que oferecer uma interpretação das mudanças de médio/longo prazo do mundo do trabalho brasileiro, especialmente por focar em grupos ocupacionais típicos, abrangendo quase toda a população ocupada do país, seria muito mais relevante para o debate público e acadêmico, pois estaríamos oferecendo uma produção inédita para os estudos do trabalho brasileiro.

Esperamos que este livro possa apresentar importantes contribuições para a reflexão das transformações do mundo do trabalho do Brasil, metropolitano e não metropolitano, das últimas quatro décadas, que se caracteriza pela passagem de uma sociedade urbana-industrial para uma sociedade urbana e serviços. Com esse interesse, desejamos uma excelente leitura!

Os organizadores.

Introdução

Marcelo Gomes Ribeiro

O mundo do trabalho tem se transformado com muita intensidade nas últimas décadas. São várias as razões que têm contribuído para isso, e que vão desde as revoluções no padrão tecnológico, passando pelas mudanças na divisão socioespacial do trabalho, até a configuração de uma nova ordem mundial. Mas, as transformações do mundo do trabalho são decorrentes também de mudanças demográficas, familiares e de novas formas de sociabilidade que têm emergido no processo de modernização pelo qual a sociedade mundial tem passado. O mundo do trabalho de 1980 (isto é, de 40 anos atrás) não é o mesmo de hoje. E não é o mesmo por causa de todos aqueles fatores que impulsionaram sua transformação. Apesar disso, a caracterização do mundo do trabalho na atualidade carrega as marcas do passado e que estão amalgamadas nesses novos processos tecnológicos, societários e político-econômicos. Sua compreensão requer o entendimento do que era e o entendimento das transformações sofridas, especialmente para análises de contextos socioespaciais específicos tendo em vista as particularidades que cada país possui perante a sua inserção na divisão internacional do trabalho.

Analisar as transformações do mundo do trabalho no Brasil pressupõe o relacionamento entre aquilo que tem ocorrido em todo o planeta, que afeta a economia brasileira, e aquilo que é próprio dessa sociedade, considerando sua constituição histórica particular. Por meio dessa perspectiva poderemos compreender as mudanças do significado de dimensões que sempre estiveram presentes no mercado de trabalho brasileiro, mas que sofreram os efeitos das transformações estruturais, como, por exemplo, a questão da informalidade e as condições de proteção social, as baixas remunerações para os trabalhadores em geral, principalmente para aqueles vinculados às atividades manuais, e as elevadas jornadas de trabalho. Também poderemos compreender como o mercado

de trabalho incorporou as transformações societárias referentes às dimensões sexuais, raciais, geracionais e de nível de escolaridade. Ou seja, todas essas dimensões estavam presentes no mercado de trabalho brasileiro antes das transformações estruturais ocorridas no mundo em geral, e no país em particular, e continuaram presentes no mercado de trabalho na atualidade. Porém, para a compreensão atual de cada uma dessas dimensões é preciso cotejá-las com o conjunto de mudanças ocorridas nas últimas quatro décadas de modo a capturar analiticamente como o mundo do trabalho se apresenta hoje.

Nesta introdução, vamos apresentar de modo sumário as transformações estruturais ocorridas no Brasil e no mundo e que têm efeitos sobre o mercado de trabalho brasileiro metropolitano e não metropolitano. Posteriormente, vamos apresentar uma análise de conjunto e comparativa dos grupos ocupacionais para uma compreensão panorâmica desse processo de transformações do mundo do trabalho. Por fim, apresentaremos uma reflexão a partir dos achados iniciais dessa leitura panorâmica anteriormente realizada com o interesse de apresentar algumas questões gerais importantes para o debate acadêmico, governamental e para o público em geral.

Transformações estruturais no Brasil e no mundo

As transformações econômicas ocorridas nas últimas décadas podem ser compreendidas a partir de três fenômenos particulares, mas que estão relacionados: globalização, neoliberalização e financeirização. A globalização significou, em linhas gerais, alteração no padrão de relacionamento comercial entre os estados nacionais decorrente dos aperfeiçoamentos da tecnologia da informação e comunicação, transformando a relação espaço-temporal, mas também de mudanças nas próprias formas de organização produtiva e dos processos de trabalho a ela vinculados, o que provocou deslocamentos de empresas entre os países do mundo, alterando com isso as formas de trabalho e a estrutura de empregos (IANNI, 2001). A neoliberalização (neoliberalismo) significou a desregulamentação de atividades e das relações econômicas,

provocando maior intensificação dos fluxos de capital pelo mundo, ao mesmo tempo que fez o Estado reduzir sua intervenção no mercado ou modificou o modo como essa intervenção passou a ser feita, delineando contornos particulares em cada realidade nacional à qual esse fenômeno foi incorporado (BRENNER, 2018). A financeirização teve como significado maior autonomia do mercado financeiro e de capitais frente ao setor produtivo da economia, tornando o comando da economia exercido mais pela lógica do capital financeiro do que pela lógica do capital produtivo (CHESNAIS, 2002). Apesar de serem fenômenos que podem ser analisados de modo separado, eles estão estreitamente vinculados: a possibilidade de maior fluxo de capital pelo mundo está relacionada ao aumento da desregulação das atividades e relações econômicas, ao mesmo tempo que contribui para maior autonomização da esfera financeira em relação à esfera produtiva, por exemplo. É através da compreensão do relacionamento entre esses três fenômenos que poderemos entender as transformações econômicas ocorridas no mundo e, em particular, no Brasil.

Esses três fenômenos mencionados passaram a se constituir de modo embrionário nos países centrais na virada da década de 1960 para 1970. Ao longo do tempo, cada um deles foi ganhando contornos mais definidos, mesmo que em temporalidades diferentes. A marca do estabelecimento do neoliberalismo no mundo ocidental ocorreu a partir da gestão da primeira-ministra britânica Margaret Thatcher, no período de 1979 a 1990, e do mandato presidencial de Donald Reagan, nos Estados Unidos da América, entre 1980 e 1989. Ambos os governos realizaram reformas estruturais na perspectiva da desregulamentação dos mercados financeiros, do setor produtivo e das relações de trabalho. Na medida em que essa orientação político-econômica passou a ser adotada em outros países do mundo, principalmente pelo que ficou estabelecido no chamado Consenso de Washington¹, as relações comerciais e financeiras entre os países se diversificaram de maneira muito intensa, configurando o fenômeno da globalização. Apesar de os

¹ “Expressão cunhada em 1989 pelo economista anglo-americano John Williamson para dar conta do conjunto de políticas e reformas propostas pelos organismos multilaterais na renegociação das dívidas externas dos países ‘em desenvolvimento’ e que passam a ser chamadas a partir dos anos 1990 – dentro do espírito do novo consenso – de ‘mercados emergentes’” (FIORI, 2012, p. 36).

mecanismos da desregulamentação nos mercados financeiros terem estado presentes desde a década de 1970, principalmente a partir do fim do padrão dólar-ouro encerrado em 1971 (BELLUZZO, 2012), o fenômeno da financeirização passou a ser objeto analítico mais marcante somente na virada dos anos 1990 para os anos 2000. Porém, cada um desses fenômenos se manifestou em cada realidade nacional de modo e em períodos diferentes, tendo em vista as próprias particularidades de cada contexto socioespacial.

Vinculadas a esses fenômenos são observadas mudanças na estrutura produtiva e nos processos de trabalho decorrentes de alterações ocorridas no padrão tecnológico, com repercussões decisivas na estrutura econômica e no mercado de trabalho. As alterações no padrão tecnológico a partir dos anos de 1970 poderiam ser observadas sob várias perspectivas, mas todas elas estavam relacionadas à revolução da microeletrônica e da tecnologia da informação e comunicação que impactaram os processos produtivos industriais, de produção extrativa e agropecuária, os de transporte e logística, as diferentes atividades de serviços, alcançando também as diversas dimensões da vida social. Porém, no período contemporâneo, novos padrões tecnológicos têm sido introduzidos e difundidos na economia e na sociedade, estabelecendo uma nova revolução tecnológica caracterizada inicialmente pela disseminação da internet e dos microcomputadores nos anos 1990, mas que se aperfeiçoou de modo tão intenso chegando hoje a ser compreendida a partir da internet das coisas, do *big data*, da computação em nuvem, inteligência artificial, biotecnologia etc. (HARARI, 2018). Novas estruturas produtivas e do próprio funcionamento dos mercados têm se constituído devido a esse processo de transformação tecnológica.

No setor produtivo, por exemplo, as mudanças que se apresentavam nos anos 1970 eram denominadas de Toyotismo por referência às novas formas de produção introduzidas a partir da empresa japonesa Toyota em substituição ao Fordismo que vigorava de modo dominante até então. Isso significou alterações nos modos de trabalho, que deixaram de se basear em processos contínuos por meio da esteira mecânica para tornar-se processos mais flexíveis devido à incorporação de novas máquinas e equipamentos baseados na microeletrônica (HARVEY, 1989). Na atualidade, o novo jargão produtivo que passou a existir é chamado de Indústria 4.0. Essa

denominação designa a mais nova revolução industrial em que o processo produtivo se torna baseado em máquinas e equipamentos para automação mediante a incorporação da internet das coisas, do *big data* e computação em nuvem, o que leva a produtividade industrial ao paroxismo (GIMENEZ; SANTOS, 2019). Ao mesmo tempo, as atividades de serviços também têm sofrido os efeitos dessa revolução tecnológica nos processos designados como plataformização ou *uberização* (FRANCO; FERRAZ, 2019). São processos que também incorporam a internet das coisas, *big data* e inteligência artificial em variados ramos dos serviços, como transporte, logística, alimentação, hospedagem etc. Essa mais nova revolução tecnológica tem modificado o mundo do trabalho e as mudanças ocorridas se materializam em cada realidade nacional a partir da maneira como cada país ocupa uma determinada posição na divisão internacional do trabalho perante os processos de globalização, de neoliberalização e de financeirização.

Na situação brasileira, esse conjunto de transformações estruturais provocou alteração substantiva na estrutura econômica do país. No momento de intensa urbanização e de industrialização, como foi o período de 1950 a 1980, o Brasil passou a apresentar uma estrutura a qual podemos chamar de urbano-industrial (POCHMANN; MORAES, 2017). Foi um processo em que a maior parte da população brasileira passou a viver nas áreas urbanas. Em 1980, o censo demográfico do país registrou que sua população urbana correspondia a 67,6% do conjunto populacional, ao contrário do registrado em 1950, quando a população urbana correspondia a 36%, tendo o total da população mais do que dobrado nesse período de 30 anos (passou de 52 milhões para 119 milhões). O desenvolvimento econômico foi baseado no processo de industrialização, constituindo um parque industrial no país sem precedentes que dinamizou sua economia, contribuiu para constituição do mercado interno nacional e tornou-se o motor da dinâmica econômica nacional, mesmo que essa industrialização tenha sido tardia e incompleta nos marcos do desenvolvimento capitalista (TAVARES, 1983). A localização das principais plantas industriais se fazia predominantemente nos principais centros urbanos do país, o que possibilitou a constituição do processo de metropolização ocorrida no bojo da própria urbanização. O

lugar da indústria, portanto, era nas principais metrópoles que haviam se constituído nesse processo. Ao considerar o conjunto de transformações ocorridas no Brasil dos anos de 1980 para os dias atuais, podemos considerar que sua estrutura passou a se caracterizar como sendo Urbana de Serviços (POCHMANN; MORAES, 2017). O processo de aumento da proporção de pessoas das áreas urbanas continuou avançando, chegando ao registro de 85,6% segundo a PNAD Contínua de 2018 do IBGE. Passou a ocorrer na sociedade brasileira o que se denomina por desindustrialização; associado a isso, a estrutura econômica brasileira passou a se caracterizar, preponderantemente, pelas atividades de serviços, tendo o setor industrial perdido peso na dinâmica econômica do país e mesmo nas áreas metropolitanas. Ao se constituir como uma sociedade eminentemente urbana, o modo como as atividades de serviços se desenvolve está diretamente relacionado com esse fato urbano. A análise do mercado de trabalho brasileiro precisa ser feita, portanto, à luz dos efeitos dessas transformações estruturais que dão contornos particulares aos processos de globalização, neoliberalização e financeirização. Essas transformações estruturais passaram a ocorrer desde o esgotamento do processo de substituição de importações até o momento contemporâneo caracterizado pelo avanço na desindustrialização, reprimarização e por uma estrutura econômica baseada nos serviços.

O esgotamento do processo de substituição de importações brasileiro, que foi fundamental para a intensificação da industrialização do país até a década de 1970, precisa ser compreendido em perspectiva com a economia internacional. Isso porque aquela política de industrialização empreendida, principalmente durante a ditadura militar brasileira, ocorreu por meio da contratação de empréstimos estrangeiros pelo governo nacional, mas também por empresas privadas. Quando do estabelecimento dos choques do petróleo em 1973 e 1979 (que, ao elevar seus preços, impactou os custos produtivos) e do aumento da taxa de juros realizada pelo Banco Central do Estados Unidos da América entre 1979 e 1981 (elevando de modo exponencial o valor da dívida externa brasileira), tornou-se difícil avançar no processo de desenvolvimento econômico baseado na industrialização a partir dos anos de 1980 (FIORI, 2012). Ao contrário, as consequências

se manifestaram em redução do poder de compra da população em geral, resultante do aumento inflacionário que acometeu quase toda a década de 1980 e começo da década seguinte, do aumento da dívida externa brasileira e da manutenção das desigualdades de renda em patamares muito elevados (as desigualdades eram muito elevadas no período da ditadura militar²), demonstrando que o conflito social que daí se constituía se expressava pela apropriação da riqueza social de parcela pequena da população do país.

Porém, o passo decisivo para o esgotamento do processo de substituição de importações e, por conseguinte, do avanço da industrialização brasileira foi a abertura comercial e financeira realizada de maneira brusca a partir de 1990, no governo de Fernando Collor de Mello. Essa abertura econômica significou o aumento da competitividade da indústria nacional com produtos importados, em condições de produtividade mais baixa frente à produção estrangeira resultante da incapacidade de renovação de seu padrão tecnológico dada a situação de crise econômica que acometia o país na década anterior. O resultado disso foi o fechamento de muitas firmas industriais. Aquelas que sobreviveram precisaram renovar seu padrão tecnológico produtivo para se tornar competitivas no mercado nacional. Foi o estabelecimento do que se convencionou chamar de reestruturação produtiva (RIBEIRO, 2020).

Foram muitas as implicações da reestruturação produtiva para a economia brasileira. Uma delas, talvez a mais direta, resultou no encolhimento da força de trabalho incorporada devido ao aumento da produtividade pela utilização de tecnologia baseada na microeletrônica nos processos industriais. Outra implicação daí derivada foi o aumento das importações de capital fixo baseado na mais moderna tecnologia então existente, mas que eram produzidas fora do Brasil, tornando novamente a economia brasileira dependente da produção industrial de máquinas e equipamentos estrangeiros. Ainda podemos salientar que a reestruturação produtiva implicou em reorganização da atividade laboral, alterando os métodos de trabalho e eliminando algumas atividades que puderam ser desintegradas da produção,

² O coeficiente de Gini de 1976 para o Brasil foi de 0,623, ainda num momento de elevado crescimento econômico do país; o coeficiente de Gini de 1989 foi 0,636. Houve redução desse coeficiente em meados da década de 1980, chegando a registra 0,588 em 1986, mas ele voltou a se elevar novamente.

transferindo parte do trabalho industrial para o setor de serviços. Outras atividades, ainda que vinculadas à produção, passaram a ser realizadas por empresas subcontratadas, configurando o processo de terceirização. Tudo isso contribuiu para a redução da participação do trabalho industrial, a diminuição da média de sua remuneração e o avanço do processo de desindustrialização da economia brasileira (GUIMARÃES; CARDOSO, 2008).

A desindustrialização pode ter significados diferentes a depender da estrutura econômica sobre a qual ela passa a se estabelecer. Em economias desenvolvidas, em que a estrutura produtiva é mais avançada, compreendendo os vários setores produtivos, as mudanças tecnológicas que resultam em aumento da produtividade do trabalho levam à redução relativa do peso da indústria e ao conseqüente aumento do peso do setor de serviços, porque aí passam a se constituir novas atividades derivadas da indústria, mas também derivadas de outras atividades dos serviços. Esse processo de desindustrialização em que a indústria continua existindo como atividade importante na estrutura econômica seria conseqüência normal da modernização econômica. Porém, em economias em que a industrialização se deu de modo tardio e incompleto, como foi o caso da industrialização brasileira, e em que a estrutura produtiva necessitou ser reorganizada a partir de tecnologia estrangeira para conseguir ser competitiva, a desindustrialização tem significado o aumento da dependência econômica nacional frente às economias internacionais mais dinâmicas.

Além disso, como a reestruturação produtiva foi incentivada no país pela incorporação de tecnologia estrangeira, foi necessária uma política econômica que a possibilitasse. Porém, essa política econômica que, de julho de 1994 a janeiro de 1999, se configurou na chamada âncora cambial e, de janeiro de 1999 em diante, passou a ser denominada de tripé macroeconômico³, alterou os mecanismos de rentabilidade das empresas que deixaram de buscar o aumento do lucros por meio de novos investimentos produtivos para a obtenção de remunerações agora vinculadas cada vez mais em

³ O tripé macroeconômico é compreendido pela política cambial flexível, pela política monetária baseada no estabelecimento da taxa de juros a fim de realização do controle inflacionário por meio de metas da inflação e pela política fiscal de busca do superávit fiscal a partir de metas fiscais.

aplicações financeiras, principalmente em títulos da dívida pública que passaram a ser remunerados com elevadas taxas de juros⁴. O desestímulo ao investimento produtivo quando a rentabilidade financeira passou a ser mais favorável acirrou ainda mais o processo de desindustrialização para vários setores produtivos, principalmente quando a economia chinesa se constituiu como uma das principais compradoras dos produtos domésticos, principalmente minerais e agropecuários, mas também uma das principais fornecedoras de produtos manufaturados, como passou a se configurar nos anos 2000, culminando em mudanças na estrutura econômica brasileira pelo que tem sido chamado de especialização regressiva expresso pela reprimarização da economia (CARNEIRO, 2008).

Com os processos de mudanças da estrutura produtiva nos anos 1990 e com as políticas econômicas adotadas que passaram a incentivar as aplicações financeiras ao invés do investimento produtivo, muitos setores industriais do país diante da competitividade com produtos manufatureiros vindos da China, principalmente, sucumbiram. Aqueles setores produtores de *commodities* minerais e agrícolas, ao contrário, passaram por um *boom* de sua produção, tendo em vista o aumento de suas exportações, mesmo com um câmbio desfavorável devido ao chamado efeito-China. Ou seja, a desestruturação da produção manufatureira e a intensificação da produção de *commodities* agrícolas e minerais tem culminado numa mudança da estrutura econômica que passou a se caracterizar pelo processo de reprimarização (mineral e agrícola) da economia, também denominado de especialização regressiva.

O setor de serviços também passou por mudanças importantes desde os anos de 1990 em seus vários ramos de atividade com a introdução de microcomputadores e da internet, contribuindo para reorganizar muitas ocupações do mercado de trabalho, provocando o aparecimento de novas ocupações e a eliminação de algumas que se tornaram obsoletas. Recentemente, novas mudanças estruturais passaram a acometer o setor de serviços devido à incorporação de tecnologias baseadas em *big data*, na internet das coisas, computação em nuvem e mesmo em inteligência artificial que tem reorganizado

⁴ A taxa de juros de curto prazo Selic, desde o estabelecimento do tripé macroeconômico, sempre foi fixada em valores de dois dígitos, com exceção do período de junho de 2009 a junho de 2010, no período de março de 2012 a outubro de 2013, e de julho de 2017 até outubro de 2020, registrando o seu menor nível em 2% (BCB, 2020).

suas atividades em vários dos ramos existentes e alterado os processos de trabalho a que estão vinculados. Esses processos têm sido designados de economia da plataformização ou de *uberização* (FRANCO; FERRAZ, 2019).

Portanto, o Brasil passou a ter uma estrutura econômica em que o setor produtivo tornou-se cada vez mais primário-exportador com a ampliação do setor de serviços, tendo em vista a redução da importância do setor industrial no país, principalmente daqueles que geravam efeitos dinâmicos em toda a economia. No entanto, apesar dessas mudanças na estrutura econômica brasileira, que foram se configurando desde a década de 1990, mas presentes até os dias atuais, houve conjunturas político-econômicas diferentes quando se considera o mercado de trabalho.

Desde a implantação do Plano Real, que se fez com a política econômica baseada na âncora cambial, ocorreu elevação da taxa de desemprego e da taxa de informalidade no mercado de trabalho brasileiro⁵. O aumento do desemprego também contribuiu para a redução média dos rendimentos⁶ na medida em que os trabalhadores ocupados perderam poder de negociação, haja vista a elevada oferta de trabalho. Além disso, o aumento da informalidade significou a elevação da precariedade das relações de trabalho, uma vez que o trabalho informal é desprovido de proteção social. As condições de trabalho para grande parcela da população brasileira se degradaram nesse período e, assim, perduraram por muitos anos.

Somente a partir de 2005, principalmente, foi quando as condições de trabalho se alteraram no país na medida em que passou a aumentar a demanda por trabalho, levando à redução da taxa de desemprego, à redução da taxa de informalidade devido ao aumento de emprego com carteira assinada e ao aumento do nível de remuneração, principalmente da população de menor renda, decorrente do aumento real do salário-mínimo⁷. Essas

⁵ A taxa de desocupação passou de 6,1% em 1995 para 9,6% em 1999 e a taxa de informalidade se manteve em torno de 57% durante todo o final da segunda metade da década de 1990 (IPEADATA, 2020).

⁶ O rendimento domiciliar *per capita* era de R\$ 728,16 em 1995 e passou para R\$ 707,53 em 1999, em valores de outubro de 2014 (IPEADATA, 2020).

⁷ A taxa de desocupação em 2005 era de 9,3% e chegou em 2012 registrando 6,2%, praticamente o mesmo patamar de 1995. A taxa de informalidade havia sido reduzida para 45,3% em 2014 e o rendimento domiciliar *per capita* havia alcançado R\$ 1.152,24, em valores de outubro de 2014 (IPEADATA, 2020).

alterações nas condições de trabalho se deram com a manutenção do tripé macroeconômico e impulsionadas pelo elevado aumento das exportações brasileiras dado o efeito-China, o que contribuiu para incrementar os gastos do governo tendo em vista a elevação de suas receitas, o que possibilitou, mesmo assim, assegurar o *superávit* primário das contas governamentais. O crescimento econômico puxado pelas exportações, que contribuiu para o aumento dos gastos do governo, teve efeito positivo sobre o mercado de trabalho e, por conseguinte, para o aumento do consumo, constituindo um ciclo virtuoso do crescimento econômico, ainda que perante uma crise econômica internacional ocorrida no final dos anos 2000.

Na verdade, essa crise econômica internacional teve efeito direto sobre o nível de crescimento brasileiro, tendo em vista que, no ano de 2009, o país registrou a variação do seu PIB negativo em -0,9% (IPEADATA, 2020). Apesar disso, devido ao estímulo do governo brasileiro com a realização de políticas anticíclicas, por meio principalmente do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2⁸) e do programa habitacional Minha Casa Minha Vida⁹, a economia brasileira teve crescimento de 7,5% em 2010 (IPEADATA, 2020), dispersando os efeitos da crise econômica para momentos posteriores. Tanto é assim que, no período de 2011 a 2014, compreendido como o primeiro governo de Dilma Rousseff, a economia brasileira apresentou taxas positivas de crescimento, embora sendo decrescentes, até que registrou taxas negativas de crescimento em 2015 e 2016 (IPEADATA, 2020) – isto é, já no começo do segundo mandato de Dilma Rousseff e quando, nesse último ano, ocorreu seu *impeachment*.

São vários os motivos que levaram, primeiramente, à desaceleração do crescimento da economia e, posteriormente, ao seu crescimento negativo, que são analisados em detalhe em Carvalho (2018). Vale destacar alguns deles que estão relacionados com os processos de globalização, neoliberalização e financeirização. A crise econômica internacional fez com que os Estados Unidos da América mudassem sua política econômica por meio da *quantitative easing*,

⁸ O governo nacional havia estabelecido essa política de aceleração do crescimento desde janeiro de 2007. Porém, com a crise econômica ocorrida em 2008 e com repercussão em 2009, o governo introduziu uma nova edição desse programa, que foi chamado de PAC 2.

⁹ Programa habitacional voltado para a população de menor renda, mas com objetivo de estimular o setor imobiliário do país.

significando o aumento da liquidez da economia mundial. Com o aumento da liquidez, todas as economias do mundo, ao sofrer as consequências dessa política, tiveram que se reposicionar no sistema econômico mundial. Foi um momento, portanto, de menor crescimento da economia mundial e, por conseguinte, dos países mais demandadores dos produtos exportadores brasileiros. As medidas de estímulo dadas pelo governo brasileiro (redução das alíquotas de impostos que incidem na produção, desoneração da folha de pagamentos e redução da taxa básica de juros da economia), que visavam ao aumento do investimento privado, não tiveram a consequência desejada, porque os empresários industriais agora operam num mercado em que sua rentabilidade não é mais baseada apenas no investimento produtivo. Além disso, o governo pressionado pelos agentes do mercado financeiro e pela mídia tradicional para manutenção do superávit primário, num contexto de redução de suas receitas, tendo em vista a redução do crescimento econômico, diminuiu seu papel ativo na economia, contribuindo ainda mais para a redução do crescimento econômico. Como a estrutura econômica passou a ser cada vez mais primário-exportadora, principalmente de produtos minerais e agrícolas, quando da redução do preço do barril do petróleo no mercado internacional ocorrida a partir de meados de 2014, o Brasil, que se viu mais dependente dessa *commodity*, sofreu os efeitos dessas diminuições diretamente porque teve reduzidas as receitas oriundas de sua comercialização e indiretamente porque a Petrobras era utilizada para estimular o mercado doméstico por meio de aquisição de produtos de preferência nacional de seus fornecedores. É a partir desse período quando essa empresa passou a ser atacada, isto é, quando a operação jurídica Lava-Jato passou a investigar a corrupção que envolvia seus diretores. Essa operação também atingiu as principais empresas do ramo da construção civil, responsável por grande parte da geração de emprego no país, sobretudo de pessoas de mais baixa qualificação.

O que se viu foi que, até 2014, a taxa de desemprego no país era ainda muito reduzida, o mesmo ocorrendo com a taxa de informalidade. Até aquela data, o nível de remuneração da população de mais baixa renda também estava em elevação, o que contribuiu para redução das desigualdades de renda no país. A partir de 2015, contudo, a taxa de desemprego depois de muitos anos voltou a se

eivar, a taxa de informalidade seguiu a mesma trajetória e, assim, as desigualdades de renda também tornaram a aumentar no país. Os governos que se seguiram ao golpe parlamentar implantado em 2016, depondo do cargo presidencial a economista Dilma Rousseff, aprofundaram as políticas econômicas liberais, principalmente pela flexibilização das relações de trabalho, pela reforma da previdência e da manutenção do tripé macroeconômico, sobretudo, por meio de redução dos gastos do governo a fim de garantir a sustentação do superávit primário. Isso fez com que a economia tivesse desempenho medíocre desde então, não conseguindo se recuperar para o mesmo patamar do dinamismo dos anos 2000.

Portanto, apesar de conjunturas favoráveis no mercado de trabalho, a estrutura econômica que passou a se configurar no Brasil a partir de meados dos anos 1990 não se alterou. O que ocorreu de lá para cá foi a intensificação dessa nova estrutura com o avanço da desindustrialização, da reprimarização, do rentismo e, mais recentemente, da *uberização*. Isso tem tornado a estrutura da economia brasileira cada vez mais caracterizada como urbana de serviços, ao contrário do que era até os anos de 1970, quando ainda se caracterizava como urbana-industrial. Tendo isso em perspectiva, a seguir analisaremos a população ocupada do mercado de trabalho segundo os grupos ocupacionais que definimos e que podem configurar esses processos de mudanças estruturais.

Análise comparativa dos grupos ocupacionais

No período em que focamos nossa análise, 1980 a 2018, a população brasileira quase dobrou, passando de 119 milhões de habitantes para 207,8 milhões. O país se urbanizou ainda mais, pois a população urbana que correspondia a 67,6% passou a corresponder a 85,6%. A população metropolitana também cresceu, considerando o espaço constituído pelas 12 regiões metropolitanas definidas como Brasil Metropolitano, pois era de 38,4 milhões de pessoas e chegou a 70,8 milhões de pessoas. Apesar disso, sua participação na população total do país praticamente não se alterou, pois correspondia a 32,3% no primeiro ano e passou a corresponder a 34% no último ano da análise. Isso demonstra que,

embora o espaço metropolitano tenha ganhado mais de 30 milhões de pessoas nesse período, o Brasil Não Metropolitano aumentou com mais intensidade sua população urbana.

Mesmo assim, quando consideramos a população economicamente ativa de 14 anos ou mais de idade, correspondente ao somatório da população ocupada e da população desocupada, observamos que ela mais do que dobrou nesse período: em 1980, ela totalizava 41,8 milhões de pessoas, e em 2018 passou a totalizar 104,9 milhões. Porém, a participação do Brasil Metropolitano na população economicamente ativa praticamente não se alterou: era de 35,8% em 1980 e passou para 36,8% em 2018. Também não se alterou sua participação no total da população ocupada do país, que era de 35,6% naquele ano e registrou 35,9% no último ano. Isso sugere que o espaço metropolitano nessas quatro décadas não perdeu importância como *locus* da concentração econômica e do emprego, mesmo que tenha havido um processo de urbanização mais intenso no interior do país.

A partir dessas constatações sobre o Brasil e seu mercado de trabalho (e das transformações estruturais discutidas na seção anterior), vamos realizar análise de conjunto dos grupos ocupacionais, comparando o Brasil Metropolitano e o Brasil Não Metropolitano. No entanto, tendo em vista o escopo deste trabalho, para a análise que se segue vamos nos concentrar em apenas no número de pessoas existentes em cada grupo ocupacional e sua participação relativa no total dos ocupados. Isso nos possibilita uma visão panorâmica do comportamento de cada um dos grupos ocupacionais ao longo tempo, tanto em termos absolutos quanto relativos. A partir desses dados, seremos capazes de construir uma reflexão geral sobre o mercado de trabalho brasileiro, metropolitano e não metropolitano.

Como vimos, a força de trabalho brasileira mais que dobrou entre 1980 e 2018, então é plausível que tenha havido crescimento expressivo também da população ocupada. De acordo com os dados expostos na tabela 1, a população ocupada do Brasil era de 41,3 milhões de pessoas em 1980 e passou para 92,3 milhões, representando um aumento de 123%. Esse aumento absoluto do número de pessoas ocupadas resultou no aumento absoluto de todos os grupos ocupacionais, com exceção dos trabalhadores agrícolas que se reduziram de modo sistemático ao longo desse período, pois em 1980 esse grupo ocupacional correspondia a 12

milhões de pessoas, representando 29,2% da população ocupada do país, e em 2018 registrou 7,9 milhões de pessoas, representando 8,6% da população ocupada. Essa redução absoluta e relativa dos trabalhadores agrícolas foi a mudança mais substantiva ocorrida no mercado de trabalho brasileiro nesse período, demonstrando que, mesmo com o avanço do agronegócio no país e o processo de reprimarização da estrutura econômica, a ocupação agrícola perdeu peso na estrutura ocupacional brasileira.

Os grupos ocupacionais no Brasil como um todo que apresentaram de década em década crescimento absoluto de sua população ocupada, independentemente da participação relativa, foram: (i) os profissionais de nível superior, (ii) os professores, (iii) os profissionais de nível médio, (iv) os trabalhadores do apoio administrativo, (v) os trabalhadores do comércio, (vi) os trabalhadores da prestação de serviços, (vii) os operários da indústria e (viii) os trabalhadores dos transportes. Porém, destes grupos ocupacionais, somente os operários da indústria reduziram sua participação relativa na estrutura ocupacional brasileira, passando de 11,7% em 1980 para 10% em 2018. Todos os outros grupos ocupacionais apresentaram aumento de sua participação relativa entre 1980 e 2018. Apesar disso, os trabalhadores do apoio administrativo e os trabalhadores dos transportes foram os únicos que apresentaram oscilação ao longo desse período. Para os demais, o crescimento relativo se deu de modo contínuo ao longo do tempo.

Os grupos ocupacionais denominados de (i) empregadores, (ii) dirigentes e supervisores, (iii) ocupações de segurança pública e forças armadas, (iv) operários da construção civil e (v) trabalhadores domésticos, embora tenham registrado aumento de sua população ocupada entre 1980 e 2018, apresentaram oscilação em algumas das décadas intermediárias. Os dirigentes e supervisores e os operários da construção civil tiveram comportamento semelhante ao longo do tempo: apresentaram aumento de sua população ocupada entre 1980 e 1991, reduziram entre 1991 e 2000, aumentaram entre 2000 e 2010 e novamente entre 2010 e 2018, apesar de neste último intervalo ter sido um aumento muito pequeno, o que para ambos os grupos resultou na redução de sua participação relativa entre 2010 e 2018, sendo essa redução de 4,5% para 3,9% para os dirigentes e supervisores e de 8,1% para 7,2% para os operários da construção civil. O grupo ocupacional

dos empregadores apresentou aumento de sua população ocupada entre 1980 e 1991, redução entre 1991 e 2000, redução entre 2000 e 2010 e aumento substantivo entre 2010 e 2018, possibilitando o aumento de sua participação relativa na estrutura ocupacional do país de 2,1% em 2010 para 4,9% em 2018. O grupo ocupacional dos trabalhadores domésticos registrou aumento de sua população ocupada de modo contínuo entre 1980 e 2010, porém entre 2010 e 2018 apresentou pequena redução, contribuindo para a diminuição de sua participação relativa nesse último intervalo passando de 6,2% para 5,2%.

TABELA 1: NÚMERO DE PESSOAS E PARTICIPAÇÃO EM PERCENTUAL SEGUNDO OS GRUPOS OCUPACIONAIS NO BRASIL, BRASIL METROPOLITANO, BRASIL NÃO-METROPOLITANO – 1980-2018

GRUPOS OCUPACIONAIS	BRASIL METROPOLITANO									
	NÚMEROS DE OCUPADOS*					PARTICIPAÇÃO (%)				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
Empregadores	402.093	750.023	718.879	616.509	1.558.829	2,8	4,2	3,4	2,2	4,7
Dirigentes e supervisores	629.478	938.255	405.257	1.583.323	1.679.000	4,4	5,2	1,9	5,7	5,1
Profissionais de nível superior	441.018	646.681	1.236.696	2.348.185	2.916.329	3,1	3,6	5,8	8,5	8,8
Professores	377.623	616.889	811.344	1.164.724	1.438.363	2,6	3,4	3,8	4,2	4,3
Ocupações da seg. pública e Forças Armadas	281.198	353.499	364.498	169.269	550.132	1,9	2,0	1,7	0,6	1,7
Profissionais de nível médio	741.968	985.180	1.679.771	2.177.438	2.986.597	5,1	5,5	7,9	7,9	9,0
Trabalhadores do apoio administrativo	1.921.674	2.263.418	2.297.548	2.922.151	3.258.786	13,3	12,6	10,8	10,6	9,8
Trabalhadores do comércio	1.331.008	2.152.284	2.652.547	3.049.790	4.019.866	9,2	12,0	12,4	11,0	12,1
Trabalhadores da prestação de serviços	2.089.460	2.019.972	3.292.306	4.246.343	5.300.890	14,5	11,3	15,4	15,4	16,0
Operários da indústria	2.383.223	2.432.545	2.602.192	3.122.270	2.927.585	16,5	13,6	12,2	11,3	8,8
Operários da construção civil	1.435.355	1.623.938	1.572.164	2.121.948	2.128.191	9,9	9,1	7,4	7,7	6,4
Trabalhadores dos transportes	723.961	912.857	1.306.403	1.402.062	1.837.776	5,0	5,1	6,1	5,1	5,5
Trabalhadores domésticos	1.129.184	1.427.439	1.735.011	1.820.390	1.678.472	7,8	8,0	8,1	6,6	5,1
Trabalhadores agrícolas	427.345	580.841	376.450	520.095	371.134	3,0	3,2	1,8	1,9	1,1
Outros	113.826	198.673	263.056	359.980	483.505	0,8	1,1	1,2	1,3	1,5
Total	14.428.414	17.902.494	21.314.122	27.624.477	33.135.455	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Transformações no Mundo do Trabalho

GRUPOS OCUPA- CIONAIS	BRASIL NÃO METROPOLITANO									
	NÚMEROS DE OCUPADOS*					PARTICIPAÇÃO (%)				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
Empregadores	676.854	1.381.681	1.178.962	1.086.622	2.925.533	2,5	4,0	2,9	2,1	4,9
Dirigentes e supervisores	502.102	849.359	456.952	1.988.638	1.899.225	1,9	2,5	1,1	3,8	3,2
Profissionais de nível superior	273.671	444.075	1.014.974	1.992.378	2.386.017	1,0	1,3	2,5	3,8	4,0
Professores	703.858	1.213.754	1.595.060	2.236.779	2.618.114	2,6	3,5	3,9	4,3	4,4
Ocupações da seg. pública e Forças Armadas	210.936	326.445	393.040	188.453	487.917	0,8	0,9	1,0	0,4	0,8
Profissionais de nível médio	583.142	1.004.328	1.824.401	2.721.183	3.760.240	2,2	2,9	4,4	5,2	6,4
Trabalhadores do apoio administrativo	1.326.624	2.060.880	2.384.754	3.328.981	4.465.424	4,9	6,0	5,8	6,4	7,5
Trabalhadores do comércio	1.725.312	3.037.800	4.016.533	4.838.109	7.124.531	6,4	8,8	9,7	9,3	12,0
Trabalhadores da prestação de serviços	2.009.553	2.413.675	4.590.825	6.270.317	8.399.655	7,5	7,0	11,1	12,0	14,2
Operários da indústria	2.452.537	3.401.994	4.260.189	5.992.977	6.296.020	9,1	9,9	10,3	11,5	10,6
Operários da construção civil	2.353.490	3.031.353	3.087.918	4.359.293	4.522.694	8,8	8,8	7,5	8,4	7,6
Trabalhadores dos transportes	995.749	1.341.880	2.170.462	2.303.996	2.846.418	3,7	3,9	5,3	4,4	4,8
Trabalhadores domésticos	1.343.072	2.268.818	3.023.285	3.138.291	3.112.266	5,0	6,6	7,3	6,0	5,3
Trabalhadores agrícolas	11.627.125	11.426.240	10.940.548	11.150.046	7.581.076	43,3	33,2	26,5	21,4	12,8
Outros	98.499	216.854	402.955	604.817	745.089	0,4	0,6	1,0	1,2	1,3
Total	26.882.524	34.419.136	41.340.858	52.200.880	59.170.219	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

GRUPOS OCUPA- CIONAIS	BRASIL TOTAL									
	NÚMEROS DE OCUPADOS*					PARTICIPAÇÃO (%)				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
Empregadores	1.078.947	2.131.704	1.897.841	1.703.131	4.484.362	2,6	4,1	3,0	2,1	4,9
Dirigentes e supervisores	1.131.580	1.787.614	862.209	3.571.961	3.578.225	2,7	3,4	1,4	4,5	3,9
Profissionais de nível superior	714.689	1.090.756	2.251.670	4.340.563	5.302.346	1,7	2,1	3,6	5,4	5,7
Professores	1.081.481	1.830.643	2.406.404	3.401.503	4.056.477	2,6	3,5	3,8	4,3	4,4
Ocupações da seg. pública e Forças Armadas	492.134	679.944	757.538	357.722	1.038.049	1,2	1,3	1,2	0,4	1,1
Profissionais de nível médio	1.325.110	1.989.508	3.504.172	4.898.621	6.746.837	3,2	3,8	5,6	6,1	7,3
Trabalhadores do apoio administrativo	3.248.298	4.324.298	4.682.302	6.251.132	7.724.210	7,9	8,3	7,5	7,8	8,4
Trabalhadores do comércio	3.056.320	5.190.084	6.669.080	7.887.899	11.144.397	7,4	9,9	10,6	9,9	12,1
Trabalhadores da prestação de serviços	4.099.013	4.433.647	7.883.131	10.516.660	13.700.545	9,9	8,5	12,6	13,2	14,8
Operários da indústria	4.835.760	5.834.539	6.862.381	9.115.247	9.223.605	11,7	11,2	11,0	11,4	10,0
Operários da construção civil	3.788.845	4.655.291	4.660.082	6.481.241	6.650.885	9,2	8,9	7,4	8,1	7,2
Trabalhadores dos transportes	1.719.710	2.254.737	3.476.865	3.706.058	4.684.194	4,2	4,3	5,5	4,6	5,1
Trabalhadores domésticos	2.472.256	3.696.257	4.758.296	4.958.681	4.790.738	6,0	7,1	7,6	6,2	5,2
Trabalhadores agrícolas	12.054.470	12.007.081	11.316.998	11.670.141	7.952.210	29,2	22,9	18,1	14,6	8,6
Outros	212.325	415.527	666.011	964.797	1.228.594	0,5	0,8	1,1	1,2	1,3
Total	41.310.938	52.321.630	62.654.980	79.825.357	92.305.674	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE, Censos demográficos (1980, 1991, 2000 e 2010) e PNAD Contínua anual 2018 (1ª visita).

Nota: (*) Para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2010, os dados são da população de 10 anos e mais de idade; para 2018, de 14 anos e mais de idade.

Na comparação entre o Brasil Metropolitano e o Brasil Não Metropolitano, observamos alguns comportamentos semelhantes e outros diferentes entre os grupos ocupacionais na análise evolutiva de 1980 a 2018:

- i. Apesar de redução absoluta e relativa dos trabalhadores agrícolas em todo o Brasil, o seu peso é ainda expressivo no Brasil Não Metropolitano e pouco expressivo no Brasil Metropolitano, pois, em 1980, representava, respectivamente, 43,3% e 3% da estrutura ocupacional, e, em 2018, passou a representar 12,8% e 1,1%;
- ii. O grupo ocupacional dos operários da indústria teve comportamento oposto ao longo do período de 1980 a 2018 na comparação entre o Brasil Metropolitano e o Não Metropolitano. Nas metrópoles, houve perda sistemática de sua participação relativa, mesmo com aumento absoluto de sua população ocupada entre 1980 e 2010, pois no primeiro ano representava 16,5% da estrutura ocupacional metropolitana e passou a representar 8,8% em 2018. No Brasil Não Metropolitano, em 1980 sua participação relativa representava 9,1% da estrutura ocupacional e em 2018 passou a representar 10,6%, registrando, portanto, elevação de sua participação mesmo tendo caído nesse último ano em relação a 2010, quando representava 11,5%, seu patamar mais elevado nesse período. Portanto, os processos de reestruturação produtiva e de desindustrialização ocorridos resultou em situação diferente no mercado de trabalho do território brasileiro, afetando negativamente o mercado de trabalho metropolitano, mas com crescimento nos espaços não metropolitanos;
- iii. O comportamento da população ocupada absoluta do grupo ocupacional dos trabalhadores domésticos na comparação entre o Brasil Metropolitano e o Brasil Não Metropolitano foi o mesmo ao longo do tempo, pois aumentou de modo contínuo entre 1980 e 2010 e reduziu entre 2010 e 2018. Porém, sua participação relativa foi diferente, pois, no Brasil Metropolitano, houve redução nessas quatro décadas, passando de 7,8% para 5,1%, mesmo com algumas

oscilações nesse período; no Brasil Não Metropolitano, houve aumento de sua participação de 5% para 5,3%, mesmo tendo alcançado 7,3% em 2000, seu maior patamar;

- iv. O grupo ocupacional dos trabalhadores do apoio administrativo, apesar do aumento absoluto em todas as décadas, significou redução de sua participação nas metrópoles do país e aumento nos espaços não metropolitanos, pois passou de 13,3% em 1980 para 9,8% em 2018 nos primeiros espaços e de 4,9% para 7,5% no mesmo período nos últimos espaços;
- v. Todos os demais grupos ocupacionais apresentaram comportamento semelhante na comparação entre o Brasil Metropolitano e o Não Metropolitano, como apresentado na análise do Brasil em conjunto. Apesar disso, destacamos algumas diferenças marcantes entre esses dois espaços: a) o aumento da participação relativa dos profissionais de nível superior nas metrópoles foi muito mais expressivo, pois nelas passou de 3,1% para 8,8% nas quatro décadas analisadas, ao passo que o aumento nos espaços não metropolitanos foi de 1% para 4%. Vale ressaltar que esse é o único grupo ocupacional que é numericamente maior no Brasil Metropolitano em relação ao Brasil Não Metropolitano; b) o aumento da participação relativa dos grupos ocupacionais dos trabalhadores do comércio e dos trabalhadores da prestação de serviços foi muito mais expressivo no Brasil Não Metropolitano. Mesmo assim, tanto nas metrópoles quanto nos espaços não metropolitanos o aumento absoluto foi grande no período de 1980 a 2018. Essa constatação sugere que as ocupações de alta qualificação foram mais dinâmicas nas metrópoles, ao passo que nos espaços não metropolitanos o dinamismo se deu em ocupações do setor de serviços de baixa qualificação (prestação de serviços e comércio).

Considerações reflexivas

Nessa análise de conjunto dos grupos ocupacionais brasileiros no período de 1980 a 2018, podemos observar mudanças na sua

estrutura que vão ao encontro dos processos de mudanças estruturais do Brasil e do Mundo com efeitos no mundo do trabalho. Podemos perceber que aquelas ocupações vinculadas ao setor produtivo da economia tenderam a reduzir sua participação, principalmente aquelas caracterizadas pelo trabalho manual, como os trabalhadores agrícolas, os operários da indústria e os operários da construção civil. Ao mesmo tempo, houve aumento da participação dos grupos ocupacionais vinculados ao setor de serviços, como os trabalhadores da prestação de serviços e os trabalhadores do comércio. Também houve aumento da participação dos profissionais de nível médio e dos profissionais de nível superior, que podem ter vínculos com diferentes setores da atividade econômica. Ou seja, a estrutura ocupacional brasileira tornou-se mais terciária, tendo em vista o peso mais expressivo das ocupações do setor de serviços. Isso aconteceu no Brasil Metropolitano, já caracterizado por apresentar uma estrutura ocupacional tipicamente urbana, e no Brasil Não Metropolitano, que, ao avançar no seu processo de urbanização, acompanhado da modernização agrícola, tornou sua estrutura ocupacional mais urbana.

No entanto, os processos de mudanças que têm marcado a estrutura ocupacional do Brasil Metropolitano estão associados, principalmente, à redução relativa das ocupações manuais da indústria e aumento expressivo das ocupações vinculadas aos profissionais de nível médio e, principalmente, aos profissionais de nível superior. Isso demonstra que a estrutura ocupacional metropolitana, que tem se caracterizado cada vez mais pelas atividades de serviços, passa a ganhar maior expressão nas ocupações de mais alta qualificação. Apesar disso, as ocupações manuais de serviços também apresentam grande importância na estrutura ocupacional metropolitana, tanto aquelas vinculadas à prestação de serviços e ao comércio, que cresceram em termos numéricos e aumentaram também sua participação nas últimas quatro décadas, quanto aquelas vinculadas aos trabalhadores dos transportes, que cresceram em termos absolutos, mas mantiveram sua participação relativa. Vale ressaltar ainda que os trabalhadores do apoio administrativo, que são ocupações dos serviços não manuais, cresceram numericamente, mas perderam participação relativa.

No Brasil Não Metropolitano, apesar de ter ampliado a participação dos grupos ocupacionais vinculados ao setor de serviços e também das ocupações de mais alta qualificação (profissionais de níveis médio e superior), as ocupações manuais produtivas da indústria e da agricultura têm preservado sua importância numérica, mesmo que as ocupações agrícolas tenham reduzido sua participação relativa. Isso relativiza o aumento da importância dos grupos ocupacionais eminentemente de serviços e aqueles de mais alta qualificação na estrutura ocupacional desses espaços não metropolitanos.

Essa distinção entre a estrutura ocupacional brasileira dos espaços metropolitanos e não metropolitanos é muito significativa para que possamos compreender as particularidades da realidade metropolitana e aquelas dimensões dos processos de mudanças do mundo do trabalho que são comuns em todo o território nacional. Isso permite, portanto, elucidar elementos para a compreensão da complexidade da ordem social metropolitana e de suas transformações ao longo das últimas quatro décadas. Na medida em que aqueles mecanismos de mudança, em que demarcamos anteriormente, como a desindustrialização e reprimarização e a plataformização ou *uberização*, são mais perceptíveis nos espaços metropolitanos, podemos considerar que suas consequências são também mais impactantes sobre essa ordem social.

O processo de desindustrialização, por exemplo, levou à redução dos grupos de trabalhadores de maior mobilização social, que antes melhor se organizavam pela facilidade de frequentar o mesmo ambiente de trabalho e constituir identidades comuns, como eram os espaços fabris. Em outras palavras, eram ambientes que contribuíam para construção de uma sociabilidade do trabalho baseado em compartilhamento coletivo de experiências de vida que se constituía cotidianamente devido aos encontros diários e ao reconhecimento da mesma condição social. Isto é diferente do que ocorre quando há uma estrutura econômica marcadamente caracterizada pelas atividades de serviços, em que há maior dispersão dos trabalhadores nas diferentes atividades econômicas, como passou ainda mais a se constituir no Brasil em que o vínculo de trabalho tornou mais frágeis as formas de organização, mobilização social e de construção de identidade coletiva (POCHMANN;

MORAES, 2017). Além disso, em conjunturas de altas taxas de desemprego, os desempregados (por não terem renda, contando apenas com rendimento do seguro-desemprego por período de tempo limitado) se fragilizam socialmente e mesmos os que continuam com emprego perdem poder de negociação, com efeitos tanto na intensificação do trabalho quanto na redução do nível de renda que passam a obter. Essa situação é muito mais agravante em sociedades em que as desigualdades de renda são muito elevadas, como é o caso brasileiro e de suas metrópoles.

A desindustrialização e a reprimarização a ela associada significa também maior dependência externa de atividades produtivas de alta intensidade tecnológica, o que se manifesta como consequência para o mundo do trabalho a transferência de ocupações com as exigências de mais alta qualificação para outras partes do mundo. Como essas atividades produtivas se localizavam preferencialmente nos espaços metropolitanos, é aí onde os efeitos desses processos passam a ser sentidos com mais intensidade.

A economia de plataforma, que se repercute nas atividades do setor de serviços, apresenta novos mecanismos de precarização das relações de trabalho, tendo em vista que se baseia em atividades de elevado uso tecnológico vinculado a corporações empresariais nacionais e internacionais, mas que não oferece garantias de proteção social para os seus trabalhadores, compreendidos como colaboradores (ou mesmo empreendedores) porque pressupõe autonomia do trabalho a ser realizado, e leva ao aumento da intensificação do trabalho por jornadas prolongadas ao longo de toda a semana. Porém, esses novos mecanismos de precarização das relações de trabalho se incorporam num mundo do trabalho onde a precarização sempre se apresentou como característica estrutural da sociedade brasileira, uma vez que a enorme densidade do setor informal da economia brasileira marca também a economia das metrópoles do país.

Diante dessas constatações gerais, surgem várias questões para a reflexão acerca das mudanças do mundo do trabalho brasileiro, metropolitano e não metropolitano. Muitas dessas questões serão respondidas em cada um dos capítulos do presente livro, com a vantagem de que cada um deles busca se debruçar na análise evolutiva de grupos ocupacionais específicos, por mais que apresentem

internamente certa heterogeneidade. Outras questões não são possíveis de serem respondidas pela análise feita nos capítulos deste livro considerando o próprio escopo do procedimento analítico, das bases de dados utilizadas e da escala geográfica delimitada. Portanto, quais questões seriam estas? Vejamos:

1. Se a estrutura ocupacional do mercado de trabalho brasileiro tem deixado de ser caracterizada como urbana-industrial e se tornado mais urbana de serviços nas últimas quatro décadas, quais são suas consequências para se pensar a ordem social do país? Como que isso se manifesta a partir de cada um dos grupos ocupacionais?
2. O processo de desindustrialização (que tem apresentado efeitos diferentes entre o Brasil Metropolitano e o Brasil Não Metropolitano) tem conformado que tipo de ocupação industrial em cada um desses espaços do território nacional? O trabalho industrial nos espaços metropolitanos se caracteriza por trabalhos vinculados às indústrias mais tradicionais ou às mais modernas? Como isso se caracteriza nos espaços não metropolitanos? Há diferenças regionais nessas características do trabalho industrial?
3. A ampliação das ocupações de mais alta qualificação (profissionais de níveis médio e superior), principalmente nos espaços metropolitanos, tem se traduzido na ampliação das remunerações obtidas por aqueles que acessam esses postos de trabalho? Ou essa ampliação tem se dado com a redução da média de suas remunerações? O que isso significa para compreendermos a ordem social brasileira e metropolitana?
4. Como a incorporação dos novos mecanismos de precarização das relações de trabalho tem convivido com as velhas formas de precarização existentes na sociedade brasileira? Como isso afeta a ordem social do país?
5. Como as mudanças nas relações sexuais e raciais em curso nas últimas décadas se apresentam no mercado de trabalho brasileiro, especialmente entre os diferentes grupos ocupacionais? Tem havido maior equalização das relações de trabalho segundo o sexo ou a cor/raça? Ou os

processos de mudanças daquelas relações têm aprofundado as desigualdades historicamente existentes entre esses grupos?

6. O aumento da escolaridade média da população brasileira, num processo de transição demográfica como a que estamos vivendo (em que a proporção de jovens e adultos vem sendo ampliada) tem sido aproveitada positivamente pelo mercado de trabalho na perspectiva de contribuir para redução das desigualdades no país? Ou esse aumento da escolaridade média da população brasileira tem reforçado os processos de desigualdades do mercado de trabalho?

Esperamos que a leitura deste livro possibilite a apreensão de subsídios relevantes para a ampliação da reflexão sobre o mercado de trabalho brasileiro, nos espaços metropolitanos e não metropolitanos, e, por conseguinte, de sua ordem social.

Referências

BELLUZZO, L. G. “Finança global e ciclos de expansão”. In: FIORI, J. L. (org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. 4ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012, p.87-118.

CARNEIRO, R. Impasses do desenvolvimento brasileiro: a questão produtiva. **Texto para discussão nº 153**. Instituto de Economia da Unicamp, novembro de 2008.

CARVALHO, L. **Valsa brasileira**. Todavia. Edição do Kindle, 2018.

CHESNAIS, F. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 1 (18), pp. 1-44, jan./jun. 2002.

FIORI, J. L. “Introdução: de volta à questão da riqueza de algumas nações”. In: FIORI, José Luís (org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. 4ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012, pp. 11-46.

FRANCO, D. S.; FERRAZ, D. L. S. Uberização do trabalho e acumulação capitalista. **Cad. EBAPE.BR**, v. 17, Edição Especial, Rio de Janeiro, Nov. 2019

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultura**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1989, 349 p.

HARARI, Y. N. **21 lições para o século 21**. Tradução Paulo Geiger. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, 441 p.

GIMENEZ, D. M.; SANTOS, A. L. dos. Indústria 4.0, manufatura avançada e seus impactos sobre o trabalho. **Texto para discussão nº 371**. Instituto de Economia da Unicamp, novembro de 2019.

GUIMARÃES, N. A.; CARDOSO, A. “Apresentação”. In: GUIMARÃES, N. A.; CARDOSO, A.; ELIAS, P.; PURCELL, K. **Mercados de trabalho e oportunidades**: reestruturação econômica, mudança ocupacional e desigualdade na Inglaterra e no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

IANNI, O. **Teorias da globalização**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, 271 p.

IPEADATA. **Produto interno bruto (PIB) a preços básicos**: variação real anual. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sistema de Contas Nacionais (IBGE/SCN Anual), 2020. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em 30 nov. 2020.

POCHMANN, M.; MORAES, R. **Capitalismo, classe trabalhadora e luta política no início do século XXI**: experiências no Brasil, Estados Unidos, Inglaterra e França. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017.

RIBEIRO, L. C. Q. As metrópoles e o direito à cidade na inflexão ultraliberal da ordem urbana brasileira. **Texto para discussão nº 12**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2020.

TAVARES, M. da C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**: ensaios sobre economia brasileira. 11ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

Trabalhadoras domésticas: permanências e mudanças

*Claudia Monteiro Fernandes
Inaiá Maria Moreira de Carvalho*

Introdução

Como parte da investigação sobre as transformações da estrutura ocupacional e social das grandes metrópoles brasileiras, este texto analisa as condições de ocupação das prestadoras de serviço doméstico remunerado. A pesquisa leva em conta de que maneira as características do desenvolvimento do país e, mais especificamente, as mudanças contemporâneas têm interferido na conformação dessas condições. Com a grave crise econômica aprofundada pela pandemia globalizada de 2020, as pessoas e famílias ao redor do mundo foram forçadas a permanecer isoladas em suas casas para evitar a contaminação e propagação viral. Com isso, cresceu o interesse por rediscutir os papéis sociais de gênero, as relações de cuidado e reprodução no sistema capitalista e a categoria de trabalhadoras domésticas remuneradas.

Na sociedade brasileira, essa categoria tem uma relevância especial, sendo uma das principais ocupações de mulheres negras, de baixa renda e baixa escolaridade, que permanece naturalizada como parte da organização social de uma nação periférica, diferentemente de sociedades como a europeia ou a norte-americana. Apesar de pouco valorizado, o trabalho do cuidado contribui de forma importante para a reprodução do sistema capitalista e para a manutenção de um determinado modo de vida das famílias de classes média e alta residentes nos grandes centros urbanos.

Se organizasse um encontro de todas as suas trabalhadoras domésticas, o Brasil reuniria uma população maior que a da Dinamarca e que seria composta majoritariamente por mulheres negras, de acordo com dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Em estudo feito em parceria entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a ONU Mulheres, braço da Organização das Nações Unidas que promove a igualdade entre os sexos, destacou-se que o trabalho doméstico permanece como uma das principais ocupações entre as mulheres, cuja participação é de 80% no segmento em todo o mundo. No Brasil, o trabalho doméstico permanece sendo a principal fonte de emprego entre as mulheres, principalmente mulheres negras (PINHEIRO; LIRA; REZENDE *et al.*, 2019).

Na deflagração da pandemia de Covid-19 em 2020 no Brasil, uma das primeiras vítimas fatais da doença foi uma trabalhadora doméstica moradora do Estado do Rio de Janeiro. A vítima foi contaminada pela patroa, que havia acabado de voltar de viagem da Itália, país que registrava o maior número de mortes pela doença em março desse ano. Na ocasião, a patroa ainda aguardava o resultado do exame de Covid-19 quando a empregada chegou para trabalhar em sua residência no dia 15 de março. Vinte e quatro horas após o primeiro contato, a trabalhadora doméstica já apresentava os primeiros sintomas da doença. Mesmo que a idade avançada (63 anos) e os problemas crônicos de saúde da trabalhadora tenham sido decisivos para agravar os sintomas e levá-la à morte, esses fatores não a impediam de percorrer semanalmente 120 quilômetros de sua casa até o apartamento onde trabalhava na Zona Sul do Rio de Janeiro por mais de dez anos, em um dos bairros cujo metro quadrado é o mais valorizado do país. Com a evolução rápida do quadro clínico, ela faleceu após três dias de contato com a patroa, cujo resultado positivo do exame foi liberado apenas quando a trabalhadora doméstica já estava hospitalizada¹.

Na Bahia, uma mulher de 42 anos residente em Feira de Santana, segundo maior município a 115 quilômetros de Salvador, foi confirmada como o segundo caso de contaminação pela Covid-19 nesse Estado. Ela era trabalhadora doméstica e teve contato com a primeira paciente a testar positivo para o vírus e que, coincidentemente, também havia retornado de viagem da Itália em fevereiro de 2020, tal como no caso fluminense².

¹ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitima-do-rj-era-domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa.htm>. Acesso em 26 jul. 2020.

² Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/segundo-caso-de-coronavirus-na-bahia-domestica-de-feira-e-a-vitima/>. Acesso em 26 jul. 2020.

Esses e outros casos de contaminação evidenciaram a condição de vulnerabilidade das trabalhadoras domésticas e a visão atribuída a essa categoria ocupacional no Brasil. Nesse contexto, surgiu o debate sobre em que medida o trabalho doméstico poderia ser classificado como “essencial”, isto é, incluído na lista de atividades que poderiam continuar sendo exercidas durante a crise pandêmica mesmo que isso implicasse a exposição das trabalhadoras e de suas famílias ao risco ainda maior do que aquele já enfrentado na rotina de trabalho.

Considerando a relevância do tema e as transformações das últimas décadas, o presente texto discute a trajetória e a configuração atual desse tipo de ocupação. Para tanto, ele se baseia em estudos considerados “clássicos” sobre essa temática (SAFFIOTI, 1978; MOTTA, 1985; KOFES, 2001) e em outros mais recentes, assim como em dados dos Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua de 2018, ambos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O capítulo estrutura-se em seis partes. A que se segue à presente Introdução discute o significado e as especificidades do trabalho doméstico remunerado e suas articulações com as relações de gênero e com o processo de reprodução social. A segunda parte dimensiona a participação dessas trabalhadoras na estrutura ocupacional brasileira, assim como o seu perfil. A terceira parte analisa as suas condições ocupacionais, e a quarta parte os níveis e rendimentos. Ao final, são apresentadas algumas considerações de ordem mais geral.

1. Trabalhadoras domésticas na sociedade brasileira

O trabalho doméstico remunerado é realizado por um contingente bastante numeroso e constituído quase exclusivamente por mulheres, chegando a representar, em vários países, a principal fonte de trabalho não agrícola para elas, com perspectiva de aumentar no futuro (VALENZUELA; MORA, 2009). No Brasil, esse contingente fica historicamente em torno dos 6% do total de ocupadas, ultrapassando o número de 6 milhões de trabalhadoras em 2018. Além disso, ainda que marcados pela precariedade e

pela desvalorização econômica e social, os serviços executados por essas trabalhadoras respondem basicamente pelos cuidados com as pessoas e famílias e associados à reprodução social, a exemplo da alimentação, educação, saúde, ou cuidados com crianças, idosos e pessoas com necessidades especiais.

Como ressalta Silvia Federici (2019), o trabalho doméstico faz parte da reprodução de seres humanos, sendo o fundamento de todo o sistema político e econômico. A imensa quantidade de trabalho (remunerado ou não) realizado por mulheres dentro de casa é responsável por manter o mundo em movimento. O trabalho doméstico também permite que mulheres mais escolarizadas e qualificadas possam ter um emprego remunerado fora de casa, empregando desta maneira outras mulheres, geralmente de classe social mais baixa, para realizar as atividades domésticas do dia a dia enquanto estão fora. Com o envelhecimento da população, tendência demográfica em todo o mundo, o trabalho doméstico especializado de cuidado com idosos passou a crescer de maneira significativa. Seguindo a tendência média de envelhecimento, as próprias trabalhadoras domésticas passaram a ter idade mais avançada, não obstante continuem a realizar a dupla jornada ainda mais repetitiva, exaustiva e absorvente, tanto do ponto de vista físico quanto emocional. Via de regra, as trabalhadoras domésticas enfrentam uma jornada superior a 50 horas semanais, em média, dedicadas apenas a atividades de trabalho doméstico e de cuidados, seja na casa de sua empregadora, seja na sua própria casa (PINHEIRO; LIRA; REZENDE *et al.*, 2019, p. 29).

É verdade que, em várias sociedades e conjunturas históricas, o cuidado com as pessoas se realiza na esfera do núcleo familiar, cabendo às mulheres as responsabilidades de satisfazer às necessidades dos seus membros. Nas sociedades modernas, porém, várias tarefas domésticas são ou podem ser realizadas no âmbito do mercado (com a compra de produtos e serviços fora do lar) ou providas por serviços públicos, como nas áreas de saúde e educação. Por outro lado, o serviço doméstico remunerado tem a característica particular de ser realizado nas residências dos empregadores, trazendo à luz o debate sobre trabalho produtivo e improdutivo (ou reprodutivo), e a hierarquização desses tipos de relação de trabalho para o sistema capitalista.

Normas e valores associados às questões de gênero, porém, continuaram atribuindo às mulheres as responsabilidades pelas tarefas cotidianas do que passou a ser denominado como a esfera reprodutiva. Mais precisamente, pelos serviços necessários aos cuidados físicos, intelectuais e emocionais dos diversos membros das famílias, com um crescimento de sua demanda e terceirização decorrentes de fatores como a progressiva participação das mulheres das camadas médias e altas, mais qualificadas, no mercado de trabalho; mudanças no perfil das famílias, como a redução do número de filhos e o crescimento dos lares em que homens e mulheres adultas trabalham. O aumento da esperança de vida e a necessidade de maior assistência aos idosos, assim como o crescimento das desigualdades e da pobreza em países como os latino-americanos foram elementos que reforçaram o crescimento do trabalho doméstico remunerado nesses locais. Nos países europeus e nos Estados Unidos, esse trabalho também permanece, ainda que em menor proporção, na forma de atividades realizadas por mulheres imigrantes, muitas das vezes, ilegais.

Com isso, o trabalho doméstico remunerado tornou-se um dos principais contingentes da ocupação feminina no mundo, empregando mulheres pobres, pouco escolarizadas e imigrantes, predominantemente negras ou indígenas na América Latina, com limitadas alternativas profissionais. Portanto, como a maior parte desse trabalho é invisível, informal e sem acesso a direitos, não envolve um maior nível educacional ou uma qualificação especial. Em que pese a sua relevância, ele tem sido regido por marcos normativos que o diferenciam do conjunto de trabalhadores. Desvalorizado, estigmatizado e precarizado, abriga um conjunto de trabalhadoras (e, em menor número, trabalhadores homens) extremamente vulnerável, mesmo com as transformações mais recentes no seu perfil e nas suas formas de contratação.

Na sociedade brasileira, o trabalho doméstico tem uma histórica e longa tradição. Como ressalta Pereira (2011), na fase escravocrata, os afazeres domésticos e os cuidados com os filhos dos senhores ficavam basicamente sob a responsabilidade das escravas negras, tanto no campo como nas cidades. Com o fim da escravidão, a incorporação dos escravos libertos (ou, mais precisamente, das mulheres negras) ocorreu basicamente por meio do mesmo tipo de atividades sob novos arranjos, mas articulando a opressão secular

de gênero, raça e classe à margem da regulação estatal e privada dos direitos básicos, mantendo desse modo várias das características da condição escravocrata anterior.

O trabalho doméstico, entendido por uma grande diversidade de atividades de cuidado e reprodução, era exercido por mulheres e homens, escravizados e libertos, desde antes da oficialização do fim da escravidão no Brasil. Segundo Pereira (2011), “o fim da escravidão trouxe novos arranjos para que essas mulheres continuassem a exercer as mesmas atividades, deixaram de ser escravas domésticas e passaram a ser empregadas domésticas”. Ou seja, o trabalho doméstico passou a ser exercido no Brasil praticamente por mulheres negras, cuja figura esteve sempre atrelada à Casa Grande – a esfera privada de socialização das mulheres negras escravizadas, que realizavam os afazeres domésticos e cuidavam dos filhos das “sinhas”:

No final do século XIX o trabalho doméstico passa a figurar como um meio de sobrevivência; com o fim da escravidão o mundo do trabalho passa a ter outras configurações do ponto de vista jurídico, os que eram escravos agora estão libertos, a incorporação dessa mão-de-obra liberta ao mundo do trabalho, se deu majoritariamente pelo trabalho doméstico. Nos grandes centros urbanos, o trabalho doméstico ocupou um lugar de centralidade nas relações de trabalho estabelecidas entre ex-senhores e ex-escravas. O sujeito feminino negro passa a realizar as tarefas do lar a partir de outros arranjos sociais, que são em muitos casos estabelecidos por contrato de locação de serviços, temos ainda aquelas, ex-escravas que não tinham para onde ir e continuaram com seus ex-senhores exercendo, a mesma função do cuidado da casa e da família patriarcal (PEREIRA, 2011).

Conforme assinalado por estudos como os do IPEA (2012), Pinheiro, Lira, Rezende *et al.* (2019), Silva e Queiroz (2018), Tolomei Junior (2018) e Lima e Prates (2019), a trajetória da legislação trabalhista sobre o emprego doméstico no Brasil é longa e restritiva. Ela teve início em códigos de posturas adotadas por municípios com regras de caráter higienista³ orientadas muito mais para a proteção dos empregadores do que dos empregados. Só em 1941, no âmbito do chamado “Estado Novo” (com o Decreto-lei nº 3.078/41),

³ Especialmente no caso das amas de leite, que deveriam fazer exames admissionais e periódicos, sob pena de multa para os empregadores e detenção para as domésticas.

surgiu a primeira norma de âmbito nacional sobre a ocupação em apreço, tornando obrigatória a carteira profissional, tratando dos contratos, fixando a obrigatoriedade de um aviso prévio de oito dias para contratos superiores a seis meses e de uma indenização pelo descumprimento dessa obrigação. O decreto também facultava a apresentação de reclamações desses trabalhadores ao Ministério do Trabalho e determinava que fossem promovidos estudos orientados para o estabelecimento de um regime de previdência social em seu benefício. Contudo, como não ocorreu a sua regulamentação, a maioria dos autores considera que tais normas não chegaram a ter vigência nem efetividade.

Ademais, ao excluir expressamente os trabalhadores rurais e os domésticos da sua proteção, a institucionalização e ampliação dos direitos trabalhistas através da promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) terminou constituindo um retrocesso para as trabalhadoras domésticas. Somente três décadas depois, em 1972, foi quando elas voltaram a obter outros direitos e garantias, como carteira de trabalho, férias anuais com o adicional de um terço da remuneração e acesso à previdência social. Outros avanços foram registrados com as disposições da Constituição de 1988 (a denominada “Constituição Cidadã”), que lhes assegurou o direito ao salário-mínimo e à irredutibilidade do salário, décimo-terceiro salário, repouso semanal remunerado, férias anuais remuneradas, licença-maternidade e licença-paternidade, aviso prévio, aposentadoria e previdência social. Mas, as disposições da Constituição pouco foram respeitadas e as ocupadas no serviço doméstico remunerado persistiram como uma espécie de subcategoria de trabalhadores sem outros direitos e benefícios atribuídos aos demais empregados, pelo menos, até a primeira década do século atual.

Isto fica patente, por exemplo, em estudos como os de Saffioti (1978) e Motta (1985), que, rompendo com a invisibilidade (e, até mesmo, com preconceitos acadêmicos), foram pioneiros em ressaltar o significado e a relevância dessa atividade na produção de bens materiais e simbólicos indispensáveis à vida econômica e social e à reprodução ampliada do capitalismo, analisando, também, o perfil daquelas mulheres vinculadas a essa atividade e suas correspondentes condições ocupacionais. Ao destacarem a

magnitude da categoria com base em suas pesquisas empíricas, as autoras evidenciaram como a mesma era composta basicamente por mulheres, negras, pobres, de baixa escolaridade e qualificação para o mercado de trabalho, frequentemente migrantes da zona rural para as cidades, acompanhando suas respectivas famílias em busca de emprego ou por outras razões. Muitas começavam a trabalhar ainda na infância, com oito a dez anos de idade, ou até menos disso, sendo afetadas pelos vários efeitos deletérios dessa situação⁴.

A própria categoria social “mulher” não pode ser analisada como um campo de reconhecimento comum ou uma identidade social quando a relação entre mulheres (enquanto patroas e empregadas domésticas) é desigual e atravessada por diferenças de várias ordens (KOFES, 2001). A empregada doméstica, enquanto mulher, compartilha os mesmos papéis sociais de mãe, esposa e dona-de-casa associados à mulher na sociedade patriarcal, mas também “desloca-se para uma outra, onde exercerá, num trabalho assalariado, as mesmas funções, mas não os mesmos papéis” (idem, p. 12). As desigualdades sociais tornam possível o trabalho doméstico assalariado da empregada doméstica e inviabiliza a categoria “mulher” e o “feminino” como um campo de reconhecimento estruturalmente comum na sociedade brasileira. Suely Kofes (2001), ao estudar a interação e relação social entre mulheres enquanto patroas e empregadas domésticas nas unidades domésticas, afirma que a desigualdade entre essas mulheres é marcada por elementos de classe e raça, confirmando os estudos interseccionais recentes que distinguem as condições das mulheres em geral e, especialmente, das trabalhadoras.

Baixos salários (comumente inferiores ao mínimo legalmente estabelecido), jornadas de trabalho não especificadas (e geralmente bem extensas e intensas), carência de registro em carteira e da proteção social que lhe era associada, folgas apenas quinzenais, relações de trabalho que mesclavam elementos paternalistas e afetivos com uma pesada dominação e subordinação e isolamento

⁴ As meninas, muitas das vezes, deixavam de estudar, enfrentavam longas jornadas de trabalho e eram vítimas de assédio e violência dentro dos lares onde trabalhavam. No caso das “amas de leite”, por exemplo, elas deveriam fazer exames admissionais e periódicos, sob penas de multa para os empregadores e detenção para as domésticas.

nas casas em que trabalhavam (más acomodações), assim como preconceitos e discriminações de raça e classe eram marcas básicas da atividade em questão. Por isso, avaliando esse trabalho como desvalorizado, pesado, monótono, mal pago e estigmatizado, a maioria das empregadas domésticas o exercia por absoluta necessidade e falta de opção. Entre as mais jovens, principalmente, muitas pretendiam mudar de profissão logo que conseguissem outro posto (o que não era frequente), ou, até mesmo, recusavam o registro oficial para não “sujar” a carteira e, assim, perpetuar o estigma social de trabalhadora doméstica ao longo de sua trajetória profissional.

Como assinala Tolomei Júnior, em 2001, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o seguro-desemprego já haviam sido estendidos à categoria, mas a depender da escolha facultativa do empregador. Ademais, a conjuntura econômica, ocupacional e política que favoreceu especialmente aqueles trabalhadores da base da pirâmide também interferiu sobre o seu perfil e condições. Nesse contexto de mudanças, a Lei Federal nº 11.324 de 2006 assegurou às trabalhadoras domésticas o direito ao descanso aos domingos e feriados, férias de 30 dias corridos (previamente, eram apenas 20 dias corridos), garantia de emprego à gestante e vedação de descontos no salário referentes ao fornecimento de alimentação, produtos de higiene e moradia. Essa lei também alterou as disposições do imposto de renda das pessoas físicas, introduzindo a possibilidade de deduzir do imposto devido à contribuição paga pelo empregador, visando a reduzir o peso da informalidade no setor.

Em 2008, considerando os riscos prováveis das longas jornadas, de esforços físicos intensos e de abusos psicológicos e sexuais, um decreto que regulamentava as convenções 138 e 182 da OIT recomendou a proibição do trabalho doméstico remunerado para menores de 18 anos, considerado uma das piores formas de trabalho precoce no mundo. Mesmo com essa limitação, como o Censo Demográfico de 2010 deixa patente, naquele ano havia 5,9 milhões de trabalhadoras nessa ocupação, representando 7,4% do total de ocupados. Nos anos seguintes, a categoria continuou a crescer em números absolutos, ainda que tenha caído a sua participação no total de ocupados.

Em 2011, foi aprovada pelo Brasil a Convenção 189 da OIT, que dispõe sobre o trabalho decente para as trabalhadoras domésticas, enfatizando a sua contribuição e a sua relevância, assim como a necessidade de aprovação de leis nacionais orientadas para a sua proteção, acompanhada de uma recomendação com o mesmo título. Como ressalta Tolomei Junior (2018), as Convenções Internacionais da OIT, quando ratificadas pelos Estados-membros, passam a integrar os ordenamentos jurídicos internos como fontes dotadas de força normativa, enquanto as recomendações operam como subsídios importantes ao processo de construção legislativa, estabelecendo diretrizes para eliminar o tratamento diferenciado a esses trabalhadores. Encontrando um ambiente mais favorável, as pressões de movimentos assinalados levaram à aprovação e promulgação da Emenda Constitucional nº 72/2013, que estabeleceu uma igualdade de direitos trabalhistas entre trabalhadoras domésticas e os demais trabalhadores urbanos e rurais.

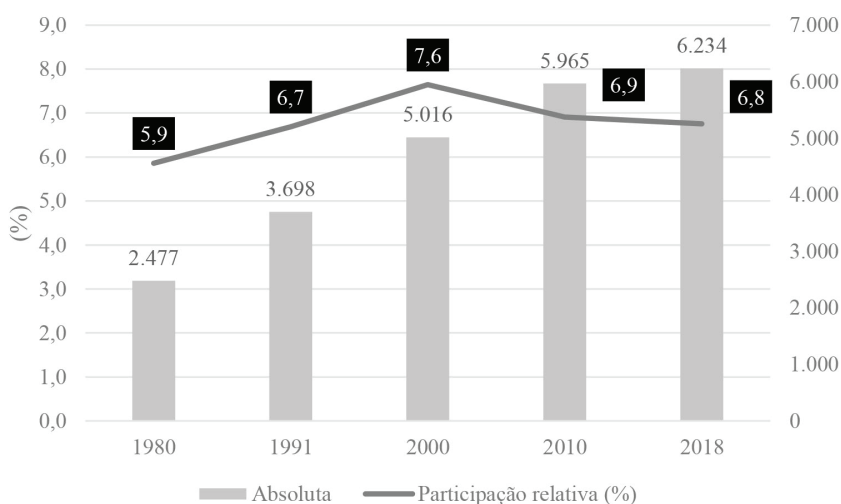
A partir do ano de 2015, duas forças influenciaram contrariamente a categoria de trabalhadoras domésticas no Brasil. Em junho daquele ano, foi promulgada a Lei Complementar nº 150, que regulamentou direitos já previstos e assegurou novos direitos aos trabalhadores da categoria, como FGTS, adicional noturno, seguro-desemprego, salário-família, entre outros. A intenção foi formalizar as relações entre empregadas e empregadores, prevendo a obrigatoriedade de contrato escrito e de recibo com todos os pagamentos feitos pelo empregador ao seu empregado, bem como as demais informações relacionadas ao contrato de trabalho doméstico.

Em contrapartida, o agravamento das crises econômica e política levaram ao desaquecimento das atividades econômicas e aumento das desigualdades, do desemprego e, conseqüentemente, dos rendimentos das famílias (CARVALHO; FERNANDES, 2018). Nesse processo, a formalização do trabalho doméstico e a perspectiva de crescimento dos rendimentos não cresceram conforme esperado com a regulamentação.

2. Características gerais das trabalhadoras domésticas

Dados do Censo Demográfico e de pesquisas posteriores deixam patente a persistência das condições precárias de trabalho e dos baixos rendimentos. Com base em dados do Censo de 1980, o número de trabalhadoras domésticas era de 2,5 milhões de pessoas (6,2% dos ocupados), número que sempre cresceu ao longo do tempo, chegando a 6,2 milhões em 2018 (6,8% dos ocupados). Com a ampliação de direitos trabalhistas em 2015, a proporção de trabalhadoras domésticas caiu um pouco em termos relativos, mas cresceu em números absolutos e permaneceu como uma das principais ocupações no país. Como o Gráfico 1 deixa claro, com base nos Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010 e PNAD Contínua de 2018, as trabalhadoras domésticas persistem como uma categoria ocupacional muito importante, e cuja participação não foi reduzida com o passar do tempo e com a “modernização” da economia brasileira.

GRÁFICO 1: TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NO BRASIL – PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%) E ABSOLUTA – 1980-2018



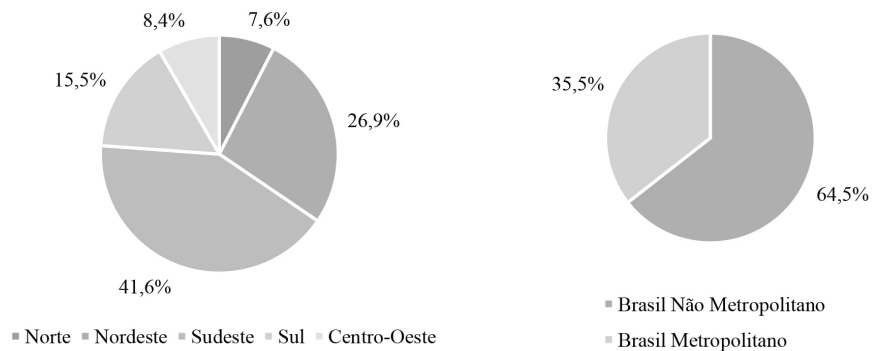
Fonte: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

O Gráfico 1 apresenta a participação de trabalhadoras domésticas na ocupação brasileira como uma categoria ocupacional importante em todo o Brasil e que se manteve em elevado patamar, mesmo que fosse esperada sua redução com a “modernização” – entenda-

se “industrialização” – da economia brasileira, conforme assinalado no parágrafo anterior. A origem e relevância dessa categoria está no grande número de pessoas que executavam serviços domésticos na condição de escravizadas e que não tiveram oportunidades melhores no momento de finalização formal da escravidão no Brasil. O discurso oficial durante o processo de industrialização do país nos anos 1950 até os anos 1970 defendia que a modernização da economia nacional seria a melhor maneira de gerar oportunidades melhores de empregos e, com isso, reduzir ocupações tradicionais ou “atrasadas”. Mas, não é o que se percebe com os dados recentes do trabalho doméstico. Em momentos de crescimento e dinamização econômica, a redução do número de trabalhadoras domésticas cai muito pouco, e seu crescimento é rápido em momentos de crise e de redução de oportunidades de trabalho.

O Gráfico 2 a seguir demonstra a importância da categoria nas diferentes regiões do país e no Brasil Metropolitano e no Brasil Não Metropolitano. A proporção de trabalhadores por grandes regiões no Brasil segue de perto a participação da população como um todo, com maiores proporções nas regiões Sudeste e Nordeste. A maior parte dessas trabalhadoras está no Brasil Metropolitano (35,5%), um pouco acima do total da população residente nessas áreas (34,1%).

GRÁFICO 2: TRABALHADORAS DOMÉSTICAS POR REGIÕES BRASILEIRAS E NO BRASIL METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO – 2018



FONTE: IBGE – PNAD Contínua (2018).

A Figura 1 traz apresenta o cartograma com os números absolutos de trabalhadoras domésticas presentes nas Unidades da Federação do Brasil, o que repete a concentração da população, com destaque para São Paulo, que detinha mais de 1,5 milhão de

ocupados na categoria. A região Sudeste lidera mais uma vez em termos absolutos, com destaque para Minas Gerais, com menos da metade das trabalhadoras domésticas de São Paulo (729 mil), e Rio de Janeiro (com 555 mil). A Bahia é o quarto estado com maior número de trabalhadoras domésticas (405 mil), seguido pelo Rio Grande do Sul (352 mil) e Paraná (336 mil).

FIGURA 1: TOTAL DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS DOMÉSTICAS, SEGUNDO A UNIDADE DA FEDERAÇÃO DE ORIGEM – 2018



Quando se analisa a participação das trabalhadoras domésticas no total de ocupados, o cartograma muda, conforme mostra a Figura 2. O mapa da esquerda mostra que os estados de Mato Grosso do Sul (8,1%), Ceará (8%) e Tocantins (7,8%) possuem as maiores participações da categoria no total de ocupados (a participação média nacional foi de 6,8% em 2018). Conforme já mencionado, as mulheres são maioria na categoria, representando 92,7% do total. A participação das trabalhadoras domésticas no total da ocupação feminina é maior nos estados do Mato Grosso do Sul (17,9%), Ceará (16,6%) e Goiás (16,3%), conforme o mapa à direita da mesma Figura 2 (a participação média nacional era de 14,3% entre as mulheres ocupadas).

FIGURA 2: PROPORÇÃO DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NO TOTAL DE OCUPADOS (ESQUERDA) E NO TOTAL DE MULHERES OCUPADAS (DIREITA), SEGUNDO A UNIDADE DA FEDERAÇÃO DE ORIGEM – 2018

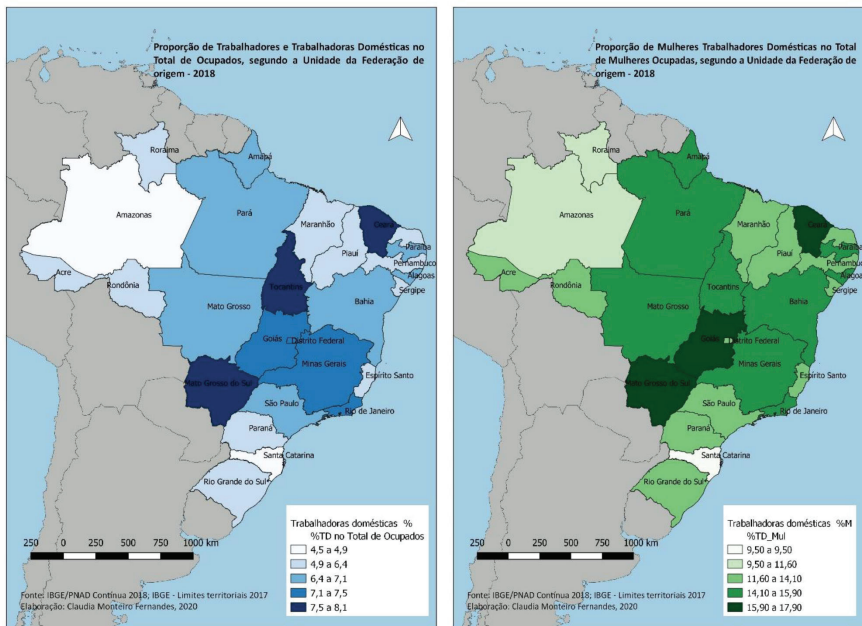


TABELA 1: POPULAÇÃO OCUPADA E TRABALHADORAS DOMÉSTICAS DO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018

ANO	POPULAÇÃO OCUPADA			TRABALHADORAS DOMÉSTICAS		
	TOTAL	BRASIL METROPO- LITANO	BRASIL NÃO METROPOLI- TANO	TOTAL	BRASIL METROPO- LITANO	BRASIL NÃO METROPOLI- TANO
1980	42.271.526	14.780.432	27.491.094	2.476.523	1.131.486	1.345.037
1991	55.293.313	19.260.927	36.032.386	3.697.533	1.428.031	2.269.502
2000	65.629.892	22.475.488	43.154.404	5.016.269	1.845.756	3.170.513
2010	86.353.839	30.361.509	55.992.330	5.965.329	2.248.277	3.717.052
2018	92.332.869	31.126.442	61.206.427	6.234.449	2.047.391	4.187.058

Fonte: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Embora persistisse avançando em termos absolutos, a participação relativa do trabalho doméstico cresceu até 2000 e começou a cair a partir de 2010, mantendo-se, no entanto, acima da proporção de 1980. Essa redução está relacionada ao crescimento econômico e à dinamização do mercado de trabalho nas primeiras décadas do século XXI. De acordo com Laura Carvalho (2018):

Entre 2004 e 2010, o Brasil conseguiu obter, junto com as taxas mais altas de crescimento, uma redução das desigualdades sociais e regionais, o aumento sustentado dos salários, a elevação do nível de emprego formal, a melhoria das contas públicas e externas, tudo isso mantendo a taxa de inflação sob controle. O investimento cresceu em média 6,7% ao ano no período, superando até mesmo o crescimento do consumo, que foi de 4,5% anuais (CARVALHO, 2018, p. 10).

A primeira década dos anos 2000 chegou a ser chamada de “milagrinho brasileiro” pelo economista Edmar Bacha, que comparou o crescimento médio de 2,1% entre os anos de 1980 e 1990 ao crescimento de 3,7% no período (CARVALHO, 2018, p. 13). Tal dinâmica permitiu a redução das taxas de desocupação à média de 8,7% entre 2001 e 2009 e à média de 6,6% entre 2011 e 2014, baixas históricas em todos os levantamentos oficiais realizados pelo IBGE⁵. Com a dinamização da economia e o crescimento do emprego

⁵ As taxas de ocupação aqui mencionadas correspondem às apuradas por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) anual, que permite a comparação nos períodos analisados.

formal, aumentaram as oportunidades de ocupação em setores como comércio, serviços e construção civil – atividades que, em sua maior parte, também ocupam pessoas de escolaridade reduzida e oferecem baixas remunerações. Os empregados assalariados com carteira de trabalho assinada passaram de 54% em 2001 para 64% em 2014, mais um indicador de melhoria na qualidade das ocupações no período. Esses elementos podem explicar parcialmente a redução do número de trabalhadoras domésticas a partir do início da década de 2000, uma vez que se tornou possível a escolha por uma ocupação com maior remuneração e melhores condições de trabalho em outras atividades durante esse período.

Apesar das fortes resistências à transformação dessa realidade⁶, cresciam as pressões para a regulamentação e expansão dos direitos da categoria, inclusive por parte da OIT. Além disso, como já foi assinalado, com a eleição presidencial de 2002 e a vitória de uma aliança partidária liderada por forças historicamente vinculadas às demandas da classe trabalhadora, configurou-se uma conjuntura econômica e politicamente mais favorável ao êxito das referidas pressões.

Em tese, em um contexto de manutenção do crescimento econômico e geração de empregos mais bem remunerados, a contratação de serviços domésticos tenderia a aumentar e a qualidade dessas ocupações seria aprimorada sob regime regulado. No entanto, a implementação da lei coincidiu com o início da recessão no país, dificultando a formalização de muitas dessas trabalhadoras. A título de comparação, em 2015, a taxa de desocupação chegou a 9,6% (crescimento de 39% em relação ao ano anterior, que foi de

⁶ Como já assinalava Saffioti (1978), em todo o mundo, o emprego doméstico é o mais refratário à regulamentação. Tolomei Júnior (2001), Lima e Prates (2019) e o IPEA (2002) também se reportam a essa resistência, lembrando, por exemplo, que em 1970, quando promulgada a lei que regulamentava a profissão no Brasil, matéria sobre esse trabalho apregoava que, com a lei, aumentaria rapidamente a prostituição no país, pois essa seria a alternativa para moças que migravam das regiões mais pobres para as cidades. Mais recentemente, o reconhecimento de plenos direitos para as empregadas domésticas foi criticado e combatido como adverso às próprias trabalhadoras, pois aumentaria os custos para os patrões e, conseqüentemente, elevaria o desemprego. Peredo Beltrán (2003) também ressalta como isto ocorreu na Bolívia por meio da mesma regulamentação e que foi contestada sob o argumento de que provocaria conflitos, desemprego e caos social. Mulheres que exerciam profissões mais qualificadas e que empregavam trabalhadoras domésticas, por exemplo, chegaram a se manifestar indignadas, alegando que: “¿Y ahora? Mujeres que trabajamos como secretarias, como profesionales que no tenemos suficientes ingresos, ¿vamos a tener que pagar el salario mínimo? ¿Vamos a perder nuestro derecho a tener una empleada?”

6,9%)⁷. O consumo das famílias atingiu sua maior alta no primeiro trimestre de 2014, desde o início da série calculada pelo IBGE (em 1996); a partir de então, decresceu com a crise e só voltou a se recuperar em 2017.

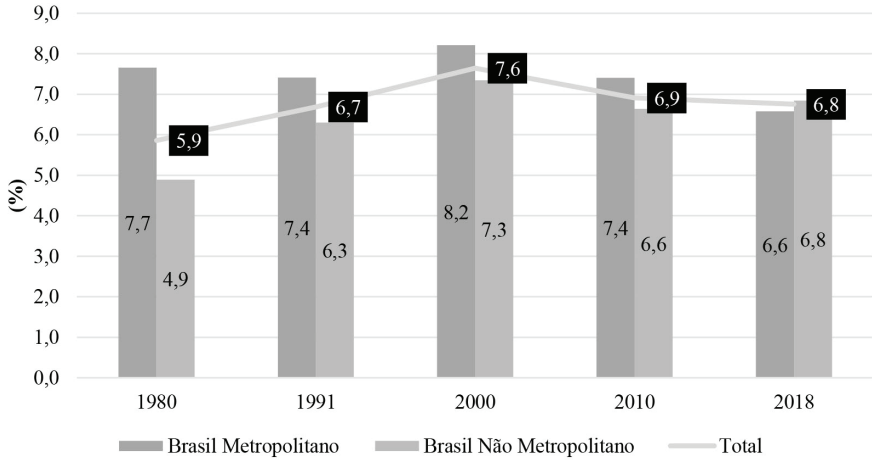
Apesar do crescimento de direitos garantidos àquelas que já estavam ocupadas, com a redução da média dos rendimentos do total de ocupados (que pagam pelo trabalho doméstico em seus domicílios), vale dizer que passou a ser “mais caro” manter um empregado formal. Com a crise aprofundada após 2014 (CARVALHO; FERNANDES, 2018), muitas pessoas que contratavam trabalhadoras domésticas tiveram de reduzir gastos e os encargos correspondentes à manutenção dessas trabalhadoras pesaram na decisão de contratação formal.

Mas, por que o número de trabalhadoras domésticas continuou a crescer? Com a redução de oportunidades formais em outras atividades que exigiam menor escolaridade, muitas mulheres ocupadas em setores como o de serviços não especializados e de comércio voltaram a buscar no trabalho doméstico uma alternativa de inserção no mercado de trabalho, aumentando a oferta no segmento. Com isso, percebemos um crescimento da categoria em 2018, mas não necessariamente com acesso às garantias previstas na legislação. A informalidade no segmento manteve-se muito elevada e suas principais características e condições serão analisadas a seguir.

O que se percebe pelo Gráfico 3 é que, desde os anos 1980, a participação das trabalhadoras domésticas permanece em torno dos 7%, confirmando a presença estrutural dessa categoria como reconfiguração das relações de trabalho desde a escravidão, responsável por formar as relações sociais brasileiras. Mesmo com a urbanização crescente do país, a proporção de trabalhadoras domésticas no Brasil Metropolitano manteve-se elevada. E, além disso, mesmo sendo considerada uma categoria “pré-capitalista” de ocupação, a presença das trabalhadoras domésticas é parte das nossas cidades, cumprindo o importante papel de permitir a inserção de trabalhadoras em outras categorias ocupacionais. Ao mesmo tempo, reflete a permanência de relações de subalternidade dentro dos lares do Brasil Metropolitano e do Brasil Não Metropolitano.

⁷ Foi mantida como fonte a PNAD Anual para garantir a comparação.

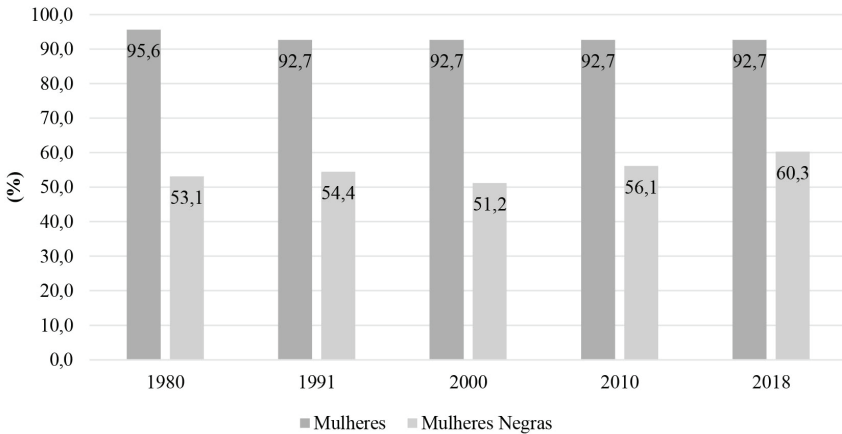
GRÁFICO 3: PARTICIPAÇÃO DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NA POPULAÇÃO OCUPADA NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018



FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

No Gráfico 4, percebe-se que o percentual de mulheres foi recorrentemente elevado, permitindo-nos definir a categoria como fundamentalmente feminina (sempre acima de 90% do total de ocupados) e com uma maioria de mulheres negras (sempre mais da metade do total de ocupados).

GRÁFICO 4: MULHERES E MULHERES NEGRAS NO TOTAL DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NO BRASIL – 1980-2018



FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Tratando das características das trabalhadoras domésticas no Brasil Metropolitano, 67,4% são negras. Os papéis de gênero e a divisão sexual do trabalho fazem com que o exercício do trabalho doméstico remunerado seja associado à mulher, “naturalizando” esse tipo de ocupação como tipicamente feminina. Os homens consideram que exercer tal atividade é algo degradante e humilhante, mesmo em situações de elevadas taxas de desemprego. Outra questão relevante é a relação de trabalho entre patroa e empregada no ambiente domiciliar. Mais uma vez, administrar a relação com a empregada é um papel atribuído às mulheres da casa empregadora – a “patroa” ou “dona de casa” se relacionará com a “empregada doméstica” nas atividades de cuidados do lar, atribuídas a mulheres; a figura do homem como trabalhador doméstico é residual em uma sociedade patriarcal, hierarquizada e racializada. A maioria deles desempenha atividades como as de caseiros, jardineiros ou motoristas, com salários mais elevados do que os recebidos pelas mulheres, conforme veremos mais à frente, na Tabela 4.

Também se destaca o processo de envelhecimento das trabalhadoras domésticas, ainda mais intenso no Brasil Metropolitano. Esse envelhecimento segue a tendência demográfica da população; porém, no caso específico das trabalhadoras domésticas, demonstra que essa forma de inserção no mercado de trabalho não é apenas uma alternativa das menos experientes. Isto é, também reflete a influência da desvalorização social e do estigma da categoria entre as mais jovens e um pouco mais escolarizadas, que tendem a buscar outras formas de inserção no mercado de trabalho, a exemplo do *telemarketing* e das atividades no setor de comércio.

Tendo em conta as condições de intensidade e periculosidade do trabalho doméstico com a exposição das trabalhadoras a risco de intoxicação pelo uso intensivo e contínuo de produtos químicos de limpeza (mas também a elevado esforço físico – carregamento de objetos pesados, risco de queda durante a limpeza de janelas e locais mais altos nas casas e apartamentos, contaminação em espaços insalubres etc.), o envelhecimento das trabalhadoras corresponde a uma maior vulnerabilidade. No Brasil Metropolitano, a proporção de trabalhadoras com 65 anos ou mais de idade cresceu de 1,4% em 1980 para 4,2% em 2018.

A proporção de trabalhadoras domésticas responsáveis por seus domicílios cresceu significativamente nos períodos analisados, passando de 13% em 1980 para 52,5% em 2018 no Brasil Metropolitano. Cada vez mais as famílias dependem do trabalho doméstico de suas mães para se manter. Essas mulheres estão tirando suas filhas e filhos do trabalho doméstico (a proporção de filhas/os caiu de 18,4% em 1980 para 5,9% em 2018), conseguindo dessa maneira romper com o ciclo do trabalho vulnerável e precarizado, e mantendo-os cada vez mais nas escolas. Isto se confirma, também, com a redução da presença de crianças – com menos de 17 anos – entre a categoria, para a qual também contribuiu a proibição legal do desempenho desse trabalho por meio de iniciativas como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

TABELA 2: DISTRIBUIÇÃO POR PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018 (%)

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO	BRASIL METROPOLITANO					BRASIL NÃO METROPOLITANO				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
SEXO										
Feminino	95,4	91,4	92,8	93,3	93,7	95,8	93,5	92,6	92,3	92,1
Masculino	4,6	8,6	7,2	6,7	6,3	4,2	6,5	7,4	7,7	7,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
COR/RAÇA										
Branca	39,2	36,5	38,7	34,7	31,5	48,5	44,1	46,4	40,4	35,2
Preta	17,7	13,4	13,5	14,6	15,9	13,5	10,1	9,8	10,8	13,0
Amarela	0,1	0,1	0,1	0,9	0,6	0,1	0,1	0,1	0,9	0,5
Parda	42,4	49,3	46,5	49,4	51,5	37,6	45,5	42,6	47,6	50,8
Indígena	0,6	0,1	0,4	0,2	0,4	0,4	0,1	0,4	0,3	0,5
Total	100,0	99,4	99,2	99,8	100,0	100,0	100,0	99,3	100,0	100,0
FAIXA ETÁRIA										
Até 17 anos	19,7	12,3	4,0	2,2	0,4	35,0	22,5	10,1	5,5	2,0
18 a 29 anos	40,8	38,2	33,1	17,7	9,1	37,8	38,5	37,2	24,6	15,4
30 a 49 anos	29,5	38,0	49,8	55,9	51,8	20,3	30,5	42,9	51,5	53,5
50 a 64 anos	8,5	9,9	11,4	21,3	34,5	5,8	7,3	8,6	16,4	26,1
65 anos ou mais	1,4	1,6	1,7	2,8	4,2	1,1	1,1	1,1	2,0	2,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
POSIÇÃO NO DOMICÍLIO										
Pessoa responsável	13,0	21,1	30,0	41,2	52,5	10,5	16,1	22,6	35,0	47,6
Cônjuge	19,7	27,2	36,9	33,8	31,5	14,4	25,9	37,3	36,7	34,4
Filho ou enteado	18,4	17,3	13,1	8,4	5,9	39,0	33,9	26,3	15,5	10,5
Pais ou sogros	1,0	1,1	0,8	3,6	3,3	0,6	0,7	0,5	2,2	2,0
Outros	47,8	33,3	19,1	13,0	6,8	35,6	23,5	13,2	10,6	5,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

ESCOLARIDADE										
Sem Instrução e Fundamental Incompleto	37,5	27,4	31,4	58,9	45,4	43,0	33,7	29,0	62,0	53,9
Fundamental Completo e Médio Incompleto	31,3	65,8	57,9	22,4	22,1	27,6	62,2	60,8	21,5	20,3
Médio Completo e Superior Incompleto	29,9	6,2	10,1	17,7	31,3	28,1	3,9	10,0	15,7	24,6
Superior Completo	1,3	0,5	0,6	0,5	1,2	1,2	0,2	0,3	0,5	1,1
Total	100,0	100,0	100,0	99,5	100,0	100,0	100,0	100,0	99,7	100,0

fonte: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).
 Nota: Nesta tabela, os totais que não somarem 100% é porque não apresentaram percentuais de informações ignoradas ou não declaradas.

Ainda de acordo com a Tabela 2, percebe-se que a escolaridade é baixa entre as ocupadas nessa categoria e, mesmo que a proporção de trabalhadoras domésticas com ensino médio tenha crescido, não se observa uma mudança significativa com a quase totalidade em faixas de baixa escolarização.

3. Condições de trabalho das trabalhadoras domésticas

Em termos de condições de trabalho, os dados analisados confirmam a precariedade laboral da categoria. Mesmo com as conquistas de regulamentação nos anos 2010 em diante, com a garantia de direitos para as trabalhadoras domésticas em direção a uma redução das desigualdades em relação aos demais trabalhadores, a grande maioria continua sem contrato formal – ou seja, sem carteira de trabalho assinada. Houve uma pequena melhoria na formalização em 2010, principalmente no Brasil Metropolitano, mas com nova queda em 2018, com apenas 34,2% das trabalhadoras possuindo carteira assinada (Tabela 3).

A grande mudança percebida e influenciada pelas conquistas legislativas (notadamente, no Brasil Metropolitano) foi o crescimento da proporção daquelas que contribuem para a previdência social, cuja participação era de 36% em 1980 e de 45,7% em 2018⁸. Com a baixa proporção de trabalhadoras com carteira assinada, pode-se concluir que houve um crescimento de trabalhadoras com contratos

⁸ Nos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2000; 2010), a investigação sobre contribuição para previdência social não foi feita para todos os ocupados. Ficou restrita aos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, empregadores e trabalhadores por conta-própria, o que limita a comparação com os demais períodos.

temporários e informais, como as diaristas. Essa constatação é confirmada pela elevada proporção de trabalhadoras que afirmam ter mais de um vínculo em 2018 (67,1%), invertendo as baixas proporções que vinham crescendo lentamente nos anos anteriores, mas que “explodiram” em 2018.

TABELA 3: DISTRIBUIÇÃO POR CONDIÇÕES OCUPACIONAIS DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018 (EM %)

CONDIÇÕES OCUPACIONAIS	BRASIL METROPOLITANO					BRASIL NÃO METROPOLITANO				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
POSIÇÃO										
Empregado ou Trabalho Doméstico	89,4	81,0	100,0	100,0	100,0	94,1	88,2	100,0	100,0	100,0
<i>Com carteira</i>	–	30,0	35,9	42,0	34,2	–	18,4	26,5	28,9	24,4
<i>Sem carteira</i>	–	51,0	64,1	58,0	65,8	–	69,8	73,5	71,1	75,6
Total	89,4	81,0	100,0	100,0	100,0	94,1	88,2	100,0	100,0	100,0
JORNADA										
Menos de 15 horas	41,2	2,4	4,9	13,3	10,1	34,6	2,8	5,7	12,0	14,2
De 15 a 29 horas	1,6	8,6	11,8	12,1	19,7	1,7	10,4	13,1	18,5	25,1
De 30 a 39 horas	4,7	9,8	11,2	9,8	11,6	5,6	10,9	12,5	11,5	13,2
De 40 a 48 horas	8,3	56,8	45,8	50,9	50,2	12,3	53,0	41,8	45,3	40,3
De 49 horas e mais	41,8	22,5	25,4	14,0	8,3	42,2	22,9	25,8	12,6	7,2
Sem declaração	2,4	0,0	0,3	0,0	0,0	3,5	0,0	0,2	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	99,4	100,0	100,0	100,0	100,0	99,1	100,0	100,0
CONTRIBUIÇÃO PARA PREVIDÊNCIA										
Contribuinte	36,0	36,5	8,5 ⁽¹⁾	8,4 ⁽²⁾	45,7	20,2	22,2	4,3 ⁽¹⁾	6,1 ⁽²⁾	36,1
Não contribuinte	64,0	63,5	91,5	91,6	54,3	79,8	77,8	95,7	93,9	63,9
Total	100,0	100,0	91,5	91,6	100,0	100,0	100,0	95,7	93,9	100,0
NÚMERO DE TRABALHOS										
1 trabalho	99,3	98,1	96,5	95,3	32,9	99,4	98,1	97,1	95,7	31,2
2 trabalhos ou mais	0,7	1,9	3,5	4,7	67,1	0,6	1,9	2,9	4,3	68,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TEMPO DE VÍNCULO NA OCUPAÇÃO										
Menos de 1 mês	–	–	–	–	3,8	–	–	–	–	5,0
De 1 mês a menos de 1 ano	–	–	–	–	19,5	–	–	–	–	25,4
De 1 ano a menos de 2 anos	–	–	–	–	8,7	–	–	–	–	11,4
2 anos ou mais	–	–	–	–	68,1	–	–	–	–	58,2
Total	–	–	–	–	100,0	–	–	–	–	100,0

Fonte: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018). Nesta tabela, os totais que não somarem 100% é porque não apresentaram percentuais de informações ignoradas ou não declaradas. Outras notas: (1) Investigado apenas para trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, empregadores e trabalhadores por conta-própria; (2) Investigado apenas para empregados sem carteira de trabalho.

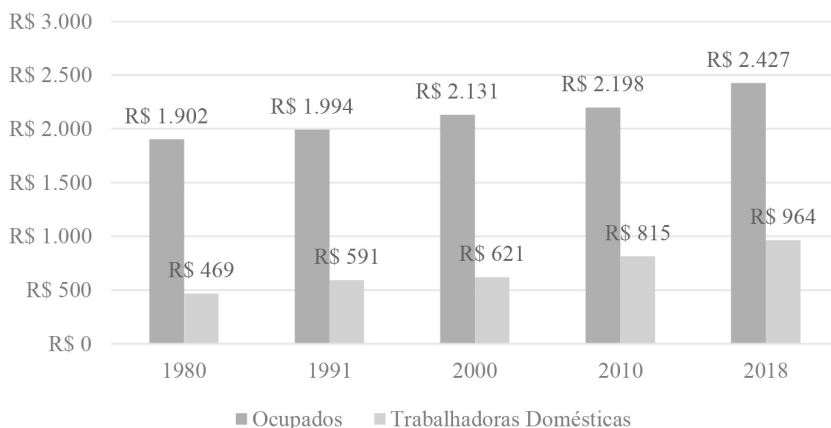
Cabe uma análise mais detalhada desse conjunto de trabalhadoras que declaram ter mais de um vínculo de trabalho, isto é, as chamadas “diaristas”. As pesquisas do IBGE não levantam se os rendimentos destas são mensais ou por hora trabalhada e, por conseguinte, não permite identificar o acompanhamento desse tipo de vínculo no tempo. Contudo, outros estudos mostram o importante crescimento das “diaristas”, que passaram a ser uma subcategoria entre as trabalhadoras domésticas, sobretudo, a partir da garantia de direitos trabalhistas para as mensalistas, com menores salários, menor cobertura previdenciária e maior subocupação da força de trabalho (PINHEIRO; LIRA; REZENDE *et al.*, 2019).

As jornadas de trabalho são elevadas, majoritariamente acima das 40 horas semanais, e, mais recentemente, concentradas na faixa de 40 a 48 horas semanais. Uma informação levantada pela PNAD Contínua é o tempo de vínculo na ocupação. Quase um quarto das trabalhadoras possui menos de um ano na ocupação. Por outro lado, 68,1% delas possuem dois anos ou mais na ocupação, demonstrando que, apesar da rotatividade e da precariedade, as trabalhadoras domésticas estabelecem vínculos mesmo que de média duração.

4. Rendimentos reais das trabalhadoras domésticas

A precariedade associada a esse tipo de atividade transparece nos seus níveis de rendimentos. Embora seja verdade que esses rendimentos experimentaram uma melhoria no período analisado, ao mesmo tempo, os rendimentos médios das trabalhadoras domésticas permaneceram muito abaixo da média dos demais ocupados. Em 1980, o rendimento médio das trabalhadoras domésticas era correspondente a 24,7% do rendimento médio do total de ocupados. Essa proporção foi crescendo por ganhos reais relativos das trabalhadoras domésticas, mas também pelo ritmo lento de crescimento dos rendimentos dos ocupados em geral. Em 2018, as trabalhadoras domésticas ganhavam em média 39,7% do rendimento médio do total de ocupados.

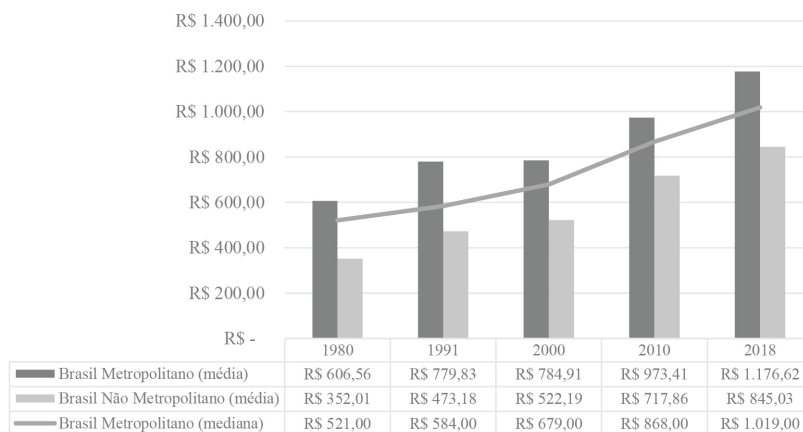
GRÁFICO 5: RENDIMENTO MÉDIO TOTAL DA POPULAÇÃO OCUPADA E DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS – 1980-2018



Fonte: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018). Em valores corrigidos para BRL (R\$) de dezembro de 2019, atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor/IBGE.

No Brasil Metropolitano, como mostra o gráfico a seguir, os rendimentos médios são sempre maiores do que no Brasil Não Metropolitano. Além disso, os rendimentos médios das trabalhadoras metropolitanas não estão muito distantes da mediana; ou seja: não existem diferenças muito grandes de rendimentos dentro da categoria.

GRÁFICO 6: EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS – 1980-2018



Fonte: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018). Em valores corrigidos para BRL (R\$) de dezembro de 2019, atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor/IBGE.

Como se sabe, essa melhoria ao longo do tempo foi associada principalmente às condições econômicas e políticas da conjuntura posterior a 2004, marcada por um maior crescimento econômico, ampliação das oportunidades de trabalho e avanços no que tange aos direitos dos trabalhadores, conforme mencionado em páginas anteriores do presente texto. Mas, ainda assim, os rendimentos médios da categoria ocupacional em discussão permaneceram bastante restritos, abaixo da média das demais categorias ocupacionais. Dados da PNAD Contínua de 2018, os mais recentes a serem analisados, deixam patentes que a grande maioria das trabalhadoras domésticas recebia até R\$ 1 mil, e uma parcela não desprezível abaixo desse valor, principalmente no Brasil Não Metropolitano, de acordo com os dados da Tabela 4.

Em 2018, foi possível perceber um percentual mais expressivo de trabalhadoras domésticas no Brasil Metropolitano ganhando acima de R\$ 2 mil. Ao analisarmos as ocupações, foram identificados no todo da distribuição de rendimentos das trabalhadoras domésticas em geral, mas também jardineiros, governantas/mordomos e motoristas – isto é, o pequeno nicho masculino de trabalhadores domésticos (Tabela 5). Cozinheiras e ajudantes de cozinha também recebem rendimentos acima da média das demais trabalhadoras domésticas.

Entre as trabalhadoras domésticas, há pouco diversidade de ocupações, com a maioria delas (mais de 75%) realizando serviços domésticos gerais. Isso faz com que as médias e as medianas de rendimentos sejam muito próximas e em patamares baixos em relação a outras categorias ocupacionais. Algumas diferenciações exigentes de habilidades específicas, como ser cozinheira ou ajudante de cozinha, cuidadoras (de idosas/os), motoristas ou jardineiros, garantem uma variação positiva nos rendimentos.

Analisando as diferentes regiões metropolitanas, são percebidas as grandes diferenças regionais de rendimentos entre as trabalhadoras domésticas no Brasil. As metrópoles das regiões Norte e Nordeste chegam a remunerar as trabalhadoras domésticas com cerca de 50% do valor pago nas regiões Sul e Sudeste. Nos anos de 1980 e 1991, os valores medianos de

rendimentos variaram muito entre as regiões, distanciando-se dos valores do salário-mínimo vigente – em torno do qual passam a gravitar a partir dos anos 2000 (Tabela 6).

TABELA 4: DISTRIBUIÇÃO POR FAIXAS DE RENDIMENTOS REAIS DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018 (EM %)

FAIXAS DE RENDIMENTO	BRASIL					BRASIL				
	METROPOLITANO					NÃO METROPOLITANO				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
Até R\$ 500	39,3	43,1	15,2	14,3	15,5	75,8	70,2	40,6	34,6	32,4
Acima de R\$ 500 até R\$ 1.000	48,5	35,7	56,5	49,8	32,9	21,9	23,9	50,3	48,6	37,0
Acima de R\$ 1.000 até R\$ 1.500	10,2	12,5	21,2	24,0	28,0	1,9	4,1	7,4	12,1	19,6
Acima de R\$ 1.500 até R\$ 2.000	1,5	4,6	4,3	7,5	12,7	0,2	1,1	1,1	2,9	6,9
Acima de R\$ 2.000 até R\$ 3.000	0,5	3,0	2,4	3,4	7,9	0,1	0,5	0,5	1,3	3,3
Acima de R\$ 3.000	0,1	1,1	0,5	1,0	3,2	0,0	0,2	0,1	0,5	0,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018). Em valores corrigidos para BRL (R\$) de dezembro de 2019, atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor/IBGE.

TABELA 5: DISTRIBUIÇÃO POR OCUPAÇÕES DE TRABALHADORES DOMÉSTICOS METROPOLITANOS, SEGUNDO MÉDIA E MEDIANA DE RENDIMENTOS – 2018

OCUPAÇÕES DE TRABALHADORES DOMÉSTICOS METROPOLITANAS	%	MÉDIA (R\$)	MEDIANA (R\$)
Trabalhadores dos serviços domésticos em geral	75,3	1.110	998
Trabalhadores de cuidados pessoais em domicílio	11,5	1.436	1.256
Cuidadores de crianças	8,5	958	837
Cozinheiras	1,7	1.603	1.256
Agricultores e trabalhadores qualificados no cultivo de hortas, viveiros e jardins	1,0	2.129	998
Governantas e mordomos domésticos	0,9	2.038	1.988
Condutores de automóveis e caminhonetes	0,8	1.916	1.883
Ajudantes de cozinha	0,1	1.400	1.256
Cuidadores de animais	0,1	417	314
Trabalhadores elementares da jardinagem e horticultura	0,0	837	837
Guardas de segurança	0,0	1.256	1.256

FONTE: IBGE – PNAD Contínua (2018). Em valores corrigidos para BRL (R\$) de dezembro de 2019, atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor/IBGE.

TABELA 6: DISTRIBUIÇÃO POR RENDIMENTOS DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018 (EM R\$)

BRASIL METROPOLITANO	1980		1991		2000		2010		2018	
	Média	Mediana	Média	Mediana	Média	Mediana	Média	Mediana	Média	Mediana
Belém	347	348	522	420	529	512	750	868	855	942
Belo Horizonte	480	435	537	420	662	512	945	868	1.238	1.046
Brasília	593	521	758	639	741	678	1.012	868	1.270	1.151
Curitiba	512	521	801	731	803	678	1.089	1.021	1.315	1.256
Fortaleza	287	261	423	365	516	512	717	868	886	942
Goiania	376	348	583	457	601	512	911	868	1.133	1.046
Manaus	445	348	848	731	580	512	826	868	783	942
Porto Alegre	602	608	733	639	780	678	983	868	1.169	1.046
Recife	324	261	459	420	521	512	713	868	802	837
Salvador	424	348	468	420	502	512	754	868	845	998
São Paulo	781	695	1.203	913	1.043	1.018	1.107	1.021	1.371	1.046
Rio de Janeiro	668	695	737	548	849	678	1.038	868	1.166	1.046
BRASIL NÃO METROPOLITANO	Média	Mediana	Média	Mediana	Média	Mediana	Média	Mediana	Média	Mediana
Baixada Santista	638	608	838	731	892	780	943	868	—	—
Grande Vitória	407	348	509	420	592	512	938	868	—	—
Campina Grande	259	209	365	365	435	475	602	596	—	—
João Pessoa	284	261	415	365	501	512	725	868	—	—
Maringá	289	261	425	393	570	512	887	868	—	—
Natal	275	261	431	365	506	512	733	868	—	—
Outros Municípios	348	261	470	365	515	512	709	681	845	837
										19,1

FONTE: IBGE – PNAD Contínua (2018). Em valores corrigidos para BRL (R\$) de dezembro de 2019, atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor/IBGE.

Os valores médios e medianos de rendimentos em 1991 tiveram algumas variações positivas expressivas, enquanto na década seguinte houve tendência de estagnação ou, mesmo, decréscimo dos rendimentos das trabalhadoras domésticas. Entre 2000 e 2010, voltaram a acontecer crescimentos de rendimentos significativos, embora o Censo Demográfico de 2010 tenha trazido a especificidade de que as medianas dos rendimentos no Brasil Metropolitano coincidem com os valores do salário-mínimo oficial. Isso denota uma organização das trabalhadoras enquanto categoria reivindicando direitos trabalhistas – uma vez que a fiscalização do trabalho doméstico é complexa por não ser permitida a entrada de fiscais nos domicílios particulares. É nesse período que os sindicatos e a organização da categoria cumprem o papel de informar e apoiar as trabalhadoras, inclusive oferecendo defesa jurídica quando necessário. Essa mobilização veio a culminar no fortalecimento do processo de garantias de direitos nos anos de 2010. Em 2018, as variações de rendimentos continuaram positivas, mas sem a mesma força da década anterior.

Considerações finais

Ressaltando a relevância dessa categoria e a sua centralidade no processo de reprodução dos seres humanos e do próprio sistema social, o presente texto analisou o perfil, as condições de trabalho, a persistência e as mudanças observadas em relação ao serviço doméstico remunerado, que absorve tradicionalmente milhões de trabalhadoras e trabalhadores brasileiros.

Constituindo um dos principais redutos de ocupação feminina no mundo, na sociedade brasileira, esse tipo de atividade tem uma histórica e longa tradição. No período escravocrata, os afazeres domésticos e os cuidados com os filhos dos senhores ficavam basicamente sob a responsabilidade das escravas negras. Com o fim da escravidão, a incorporação dessas mulheres se deu basicamente através do mesmo tipo de atividade sob novos arranjos, mas com várias características do período anterior. Desse modo, articulou a permanência da opressão secular de gênero, raça e classe e sem um efetivo acesso aos direitos assegurados aos demais trabalhadores, praticamente, até a primeira década do atual milênio.

Como se sabe, o caráter periférico, desigual e excludente do desenvolvimento brasileiro tem se mostrado incapaz de oferecer melhores condições de ocupação, integração social e subsistência à sua numerosa população. Com isso, ao longo de todo esse desenvolvimento, o país tem mantido um grande excedente de mão de obra que subsiste em condição de extrema vulnerabilidade e pobreza através do exercício de atividades, como o pequeno comércio ambulante, a realização de biscates e o serviço doméstico remunerado.

Constituindo o grande refúgio da parcela feminina de referido excedente e, notadamente, das mulheres negras de famílias pobres, pouco escolarizadas e qualificadas, o serviço doméstico remunerado tem se caracterizado pela adversidade das suas condições. Objeto de um intenso estigma e desvalorização, ela tem persistido como uma espécie de subcategoria de trabalhadoras e trabalhadores, na maior parte dos casos, sem registro formal em carteira e sem um maior acesso à previdência e à proteção trabalhista e social, com baixos salários e jornadas não especificadas, mas bastante extensas e intensas.

É verdade que, nas últimas décadas, foram registradas algumas mudanças em relação à categoria, cuja participação vem se mantendo bastante expressiva ao longo do tempo, absorvendo mais de seis milhões de trabalhadoras e trabalhadores em 2018. Nesse ano, seus direitos foram equiparados aos dos demais trabalhadores brasileiros, ainda que essa conquista não venha obtendo uma maior efetividade. Dito de outro modo, seus níveis de rendimentos experimentaram uma certa melhoria, embora tenham permanecido bastante restritos. Observa-se, igualmente, um relativo envelhecimento do contingente em discussão. Com o aumento da escolaridade das novas gerações no país, as mais jovens e escolarizadas tendem a recusar crescentemente esse tipo de trabalho quando exploram oportunidades em setores expandidos nos últimos anos, como o comércio e o *telemarketing*.

Apesar dessas mudanças, a grande maioria continua a trabalhar sem uma formalização de vínculo e seu perfil e condições ocupacionais não sofreram grandes alterações. As mulheres tradicionalmente representam 90% do total dos trabalhadores que exercem essas atividades, sendo mais da metade constituídas

por negras. Embora a proporção das trabalhadoras que possuem o ensino médio tenha se ampliado, os níveis de escolaridade continuam baixos, notadamente no Brasil Não Metropolitano, onde, em 2018, 53,9% delas possuíam, no máximo, o ensino fundamental incompleto. Não obstante as jornadas de trabalho sejam elevadas, concentrando-se nas faixas de 40 a 48 horas semanais, os salários permanecem inferiores à média dos demais trabalhadores e, em muitos casos, ao próprio salário-mínimo⁹.

Ademais, os direitos obtidos nos últimos anos pela categoria não se traduziram em uma redução significativa da sua vulnerabilidade econômica e social. Entre 2000 e 2010, a parcela que dispunha de carteira assinada passou de 35,9% para 42,2% no Brasil Metropolitano, mas não foi além de 26,5% para 28,9% no Brasil Não Metropolitano. Além disso, esse fenômeno decorreu principalmente das condições da conjuntura (especialmente favorável aos trabalhadores, como visto anteriormente), uma vez que, em 2018, esses números decaíram para 34,4% e 24,4%, respectivamente.

A parcela de contribuintes à previdência também se elevou em 2018, mas eles não chegam à metade dos ocupados em ambos os contextos analisados. Finalmente, a extensão dos direitos trabalhistas às trabalhadoras domésticas tem contribuído para ampliar sua vulnerabilidade através do crescimento “explosivo” das que trabalham como diaristas, constatado pela PNAD Contínua de 2018 a partir do número das que declararam possuir dois ou mais vínculos empregatícios.

No ano de 2020, em meio à pandemia de Covid-19, serão muitos os impactos de longo alcance na vida de trabalhadoras e trabalhadores. O elevado grau de precarização e informalidade do trabalho no Brasil é um fator que leva a imediatas consequências, como o agravamento da desigualdade e da pobreza num curtíssimo espaço de tempo. Estimativas preliminares da OIT¹⁰ indicam um aumento no desemprego global entre 5,3 milhões de pessoas (cenário “baixo”) e 24,7 milhões (cenário “alto”), a partir de um nível-base

⁹ Também é significativo que fiscais do Ministério do Trabalho venham encontrando casos de mulheres ocupadas nessa atividade apenas em troca de abrigo e alimentação.

¹⁰ Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_740753/lang-pt/index.htm. Acesso em 26 jul. 2020.

de 188 milhões em 2019. O cenário “médio” sugere um aumento de 13 milhões desempregadas(os) (7,4 milhões nos países de alta renda). O índice de desemprego aberto nos Estados Unidos chegou a quase 15% da força de trabalho e avança de forma semelhante ao registrado na Grande Depressão de 1929, porém, agora, com certa proteção do seguro-desemprego e complementação de renda ofertada pelo governo estadunidense.

Percebe-se que as mudanças e a redução da dinâmica da economia global começam a gerar efeitos adversos sobre a demanda por trabalho desde 2014, com o elevado grau de precariedade e informalidade se agravando cada vez mais. Com as atuais limitações à circulação de pessoas e de bens, nem mesmo a geração de atividades informais e por conta própria (como alternativa de sobrevivência dos trabalhadores) poderá ser considerada como mecanismo de enfrentamento à queda do emprego formal ou mais estruturado. Os cenários já não eram animadores e passaram a ser ainda mais complexos com a pandemia de Covid-19.

A associação da crise que vem se configurando desde 2014 com a pandemia da Covid-19 em 2020 faz com que o Brasil enfrente um dos momentos mais dramáticos de sua história. A pandemia encontrou um sistema de saúde enfraquecido e sobrecarregado, com cortes de investimentos impostos pelo Teto de Gastos definido pela Emenda Constitucional 95 de 2016 que reduziram as políticas sociais de proteção da população mais vulnerável, deixando o Brasil com baixa imunidade nesse quesito. Ainda que o trabalho doméstico tenha sido considerado “essencial” por alguns, o que se vem notando é a dispensa acelerada de trabalhadoras domésticas e sem garantia de rendimentos a elas. Uma vez que essas mulheres são, em grande número, as principais provedoras de suas famílias, as perspectivas não são animadoras.

Com a profunda desaceleração das economias ao redor do mundo, a capacidade das famílias de manter trabalhadoras domésticas, sejam elas mensalistas, sejam diaristas, tende a diminuir nos próximos anos. Cabe observar se esse grande contingente de trabalhadoras domésticas historicamente presente na sociedade brasileira se manterá tão elevado e permanentemente vulnerável e desvalorizado. A perspectiva para essas trabalhadoras, assim como para outras categorias ocupacionais precarizadas, dependerá da sua

mobilização enquanto categoria organizada. Uma vez que tenham sido consideradas trabalhadoras “essenciais” nesse momento de grave crise das relações de trabalho e das relações pessoais, suas reivindicações deverão ter um tratamento à altura.

Claudia Monteiro Fernandes é doutoranda em Ciências Sociais, pesquisadora do núcleo Salvador do Observatório das Metrôpoles e do Programa A Cor da Bahia (FFCH/UFBA). Contato: claudia.monteiro.ufba@gmail.com.

Inaiá Maria Moreira de Carvalho é doutora em Sociologia, professora do programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador e Pesquisadora do Centro de Estudos e Pesquisas e Humanidades da Universidade Federal da Bahia e do núcleo Salvador do Observatório das Metrôpoles. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Contato: inaiammc@ufba.br.

Referências

BAIRROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.

BERNARDINO COSTA, Joaze. Sindicato das trabalhadoras domésticas no Brasil: um movimento de resistência e re-existência. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, v. 13, n. 20, p. 69-90, 2º sem., 2008.

BERNARDINO COSTA, Joaze; FIGUEIREDO, Ângela; CRUZ, Tânia (Orgs.) **A realidade do trabalho doméstico na atualidade**. Brasília: Centro Feminista de Estudos e Assessoria, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015**. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico. Brasília, 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Emenda Constitucional nº 72, de 2 de abril de 2013**. Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre as trabalhadoras domésticas e os demais trabalhadores urbanos e rurais. Brasília, 2013.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; FERNANDES, Claudia Monteiro. Vulnerabilidade ocupacional e social nas grandes metrôpoles brasileiras. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 20, n. 43, pp. 797-822, set./dez., 2018.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira; do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.

COSTA, Joana Simões de Melo; BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda; HIRATA, Guilherme. **Efeitos da Ampliação dos Direitos Trabalhistas sobre a Formalização, Jornada de Trabalho e Salários das Empregadas Domésticas**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, outubro de 2016. (Texto para discussão nº 2241).

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS ECONÔMICOS (DIEESE). O Emprego Doméstico no Brasil. **Estudos & Pesquisas**, n. 68, agosto de 2013. Disponível em: [https://www.dieese.org.br/estudosetorial/2013/estPesq68empregoDoméstico .pdf](https://www.dieese.org.br/estudosetorial/2013/estPesq68empregoDoméstico.pdf). Acesso em 25 set. 2019.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910**. Tradução de Viviana Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 237p.

HIRATA, Helena. O trabalho de cuidado. **SUR**, 24, v. 13, nº 24. 2016, p. 53-64, 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Expansão dos direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Nota Técnica nº 10**. Brasília, agosto 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico de 1980**. Rio de Janeiro, 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico de 1991**. Rio de Janeiro, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico de 2000**. Rio de Janeiro, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico de 2010**. Rio de Janeiro, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua de 2018**. Rio de Janeiro, 2018.

KOFES, Suely. **Mulher Mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre empregadas domésticas e patroas**. Campinas-SP: Ed. Unicamp, 2001.

LIMA, Márcia; PRATES, Ian. Emprego doméstico e mudança social: reprodução e heterogeneidade na base da estrutura ocupacional brasileira. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 31, n. 2, pp. 149-172, mai./ago., 2019.

MORI, Natalia; FLEISCHER, Soraya; FIGUEIREDO, Ângela; BERNARDINO

COSTA, Joaze; CRUZ, Tânia (Orgs.) **Tensões e experiências**: um retrato das trabalhadoras domésticas de Brasília e Salvador. 1ª edição. Brasília: CFEMEA: MDG3 Fund, 2011. 232 p.

MOTTA, Alda B. Emprego Doméstico em Salvador. **Relatório final de pesquisa**. Salvador, Departamento de Sociologia da Universidade Federal da Bahia, 1985.

PEREDO BELTRÁN, Elizabeth. **Mujeres, trabajo doméstico y relaciones de género**. Reflexiones a propósito de la lucha de las trabajadoras bolivianas. Porto Alegre: Veraz Comunicação, 2003.

PEREIRA, Bergman de Paula. De escravas a empregadas domésticas. A dimensão social e o “lugar” das mulheres negras no pós-abolição. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH: 50 ANOS, XXVI., 2011, São Paulo. **Anais...** XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH: 50 anos. São Paulo: ANPUH-SP, 2011 (anais eletrônicos).

PINHEIRO, Luana; LIRA, Fernanda; REZENDE, Marcela; *et al.* **Os Desafios do Passado no Trabalho Doméstico do Século XXI**: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2019. (Texto para Discussão nº 2528).

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Emprego Doméstico e Capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1978.

SANCHES, Solange. Trabalho doméstico: desafio para o trabalho decente. **Revista Estudos Feministas**, vol. 17, nº 33, Florianópolis, set/dez. 2009.

SILVA, Priscila de Souza; QUEIROZ, Silvana Nunes. O EMPREGO DOMÉSTICO NO BRASIL: um olhar para o “trabalho da mulher” na perspectiva histórica e contemporânea. **Revista de Ciências Sociais**, nº 49, pp. 188-204, jul./dez. 2018.

TOLOMEI JUNIOR, Michel. **Trabalhadoras domésticas no Brasil**: uma análise sobre a evolução legislativa e os avanços promovidos pela emenda constitucional nº 72/2013. 2018. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania) – Universidade Católica de Salvador, Salvador.

VALENZUELA, Maria Elena; MORA, Claudia. (orgs.) **Trabajo doméstico**: un largo camino hacia el trabajo decente. Santiago: Oficina Internacional del Trabajo (OIT), 2009.

Operários da construção civil: saber prático de um trabalho polivalente

*Thêmis Amorim Aragão
Renato Pequeno*

Introdução

A construção civil é uma atividade econômica caracterizada como industrial na medida em que, ao agregar insumos e força de trabalho, constitui um processo de transformação a partir de matérias-primas visando à produção de um bem. Considerando o predomínio da manufatura ao longo do processo produtivo em seus canteiros de obra, esse ramo, se comparado aos demais que compõem o setor secundário, tem sido definido como uma indústria arcaica mobilizadora de grande mão de obra pouco qualificada.

A análise do grupo dos operários da construção civil desenvolvida neste estudo aborda as transformações na organização do mundo do trabalho nesse setor, além das mudanças das relações sociais de produção dadas as recentes inovações no processo construtivo. Segundo Arantes (2010), a promessa da automação flexível da obra encontra resistências para ser realizada ao mesmo tempo que é posta parcialmente em prática.

Outro aspecto destacado por Arantes (2010) diz respeito à forma-canteiro, a qual apresenta uma aparente aleatoriedade e diversidade nas suas atividades que a difere das certezas e previsibilidades da gerência científica fordista/taylorista. Por outro lado, lembra que a formação de equipes relativamente autônomas e polivalentes facilitou a introdução de trabalhos remunerados por produtividade, fornecendo as bases para a adoção de procedimentos de subcontratação, denominados subempreitada, mesmo antes da disseminação dos processos de flexibilização produtiva atrelados à terceirização.

Nosso enfoque neste trabalho privilegia a perspectiva do trabalho do operariado, excluindo da investigação trabalhadores técnicos de nível médio e profissionais de nível superior que, apesar de executarem atividades na indústria da construção civil, possuem carreiras de trabalho distintas. Além disso, essas categorias passam por diferentes processos de formação, assim como possuem critérios distintos para ascensão na hierarquia dentro dos seus respectivos campos ocupacionais.

No caso deste estudo, é preciso ressaltar que os trabalhadores da construção civil aqui abordados seguem uma ordem hierárquica que vai desde o servente, passando pelo ajudante de pedreiro e ao pedreiro, até chegar à posição de mestre de obras, assim como inclui outras ocupações associadas às tarefas especializadas que se inserem no processo construtivo. A diversidade interna de *status* nesse grupo ocupacional é também influenciada pelo ramo de atuação: edificação, infraestrutura e serviços especializados (demolição, acabamentos, instalações etc.). Considerando que este artigo não desagrega a análise dos operários da construção civil a esse nível, é importante destacar que os dados apresentados refletem aspectos do grupo como um todo. Isto se dá porque os pressupostos teórico-conceituais adotados nesta pesquisa levam em consideração uma perspectiva relacional desse grupo com os demais, ficando em segundo plano as variações intragrupo¹.

O setor da construção civil possui grande peculiaridade, uma vez que absorve uma grande parcela de mão de obra em intervenções transformadoras do espaço urbano e regional. Essas ações envolvem não somente as grandes obras vinculadas a projetos de desenvolvimento regional e programas de infraestruturas urbanas geralmente conduzidas pelo Estado, mas também edificações dos espaços produtivos e de reprodução social, sejam eles bens de uso coletivo, sejam de uso privado, empreendimentos residenciais de grande porte ou unidade habitacional. Ressalta-se

¹ A análise da estrutura social brasileira desenvolvida no âmbito do INCT Observatório das Metrôpoles tem produzido estudos do mercado de trabalho a partir de um maior aprofundamento analítico acerca do caráter das ocupações. Assim, o grupo ocupacional dos trabalhadores manuais da construção civil está sendo estudado em um contexto amplo associado aos outros grupos ocupacionais relacionados na Tabela 1 deste estudo. O trabalho aqui apresentado é apenas um fragmento da investigação mais alargada das transformações sociais ocorridas no país nas últimas quatro décadas.

que o produto imobiliário, seja ele formal, seja informal, alavanca o desenvolvimento econômico dado que sua cadeia produtiva mobiliza uma larga variedade de indústrias tanto a montante na produção de insumos (cerâmica, cimento, ferragens, vidro, eletrodutos...), como a jusante (eletrodomésticos, movelaria etc.). Da mesma forma, dinamiza atividades de outros setores da economia: podem ser mencionadas o comércio, *marketing*, serviços financeiros, consultorias, dentre outros (CARDOSO, 2001).

Neste capítulo, trabalha-se com a hipótese de que as práticas de organização do trabalho e o perfil dos trabalhadores em canteiro de obra têm se mostrado pouco aderentes aos processos de base *fordista/taylorista* como se observa em outros setores produtivos. Isto ocorreria pela peculiaridade da atividade, a qual não permite uma completa submissão do operário à máquina. Coriat (1983) caracteriza a “forma-canteiro” como sendo um processo produtivo cujas atividades não são repetitivas e com grande variabilidade de tipos de obras. Isto torna improvável o estabelecimento de postos de trabalhos *taylorizados*. Vargas (1983), por outro lado, ressalta que, apesar de manufatureiro, o setor da construção civil é aberto às inovações e mecanizações. Contudo, diferentemente da mecanização clássica da fábrica, essa mecanização se dá em função do trabalhador e do lucro, numa perspectiva de elevar sua produtividade. Neste sentido, Arantes (2010) ressalta que a construção civil, por ter um processo produtivo que envolve irregularidades de tarefas no tempo e extrema dificuldade de programação do trabalho, reúne condições favoráveis para uma passagem a formas flexíveis de produção, considerando a polivalência do trabalhador e as possibilidades de transformações na gestão das obras. Entretanto, é necessário observar as limitações objetivas no canteiro de obras para que essas alterações aconteçam.

O estudo sintetizado neste artigo busca observar os efeitos das recentes transformações sociais e econômicas na atividade dos operários da construção civil. Visa a avaliar como esse grupo tem reagido às mudanças recentes verificadas na transição de uma sociedade urbano-industrial para uma sociedade de serviços (CANO, 2012; POCHMANN; MORAES, 2018). Outra perspectiva de análise diz respeito ao comportamento desse grupo ocupacional perante a flexibilização das leis trabalhistas

e as mudanças macroeconômicas. No entanto, apesar do debate acerca do mundo do trabalho ser extenso, todas as indagações visam a situar essa fração da força de trabalho no contexto mais amplo da investigação que trata das mudanças na estrutura social no Brasil nas últimas décadas.

Este trabalho faz parte do projeto de pesquisa *Estrutura Social no Brasil* desenvolvido pela rede do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) Observatório das Metrôpoles. As análises foram feitas a partir de dados estatísticos das bases de microdados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dos anos de 1980 a 2010, assim como da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua – PNAD Contínua de 2018, realizada pelo mesmo instituto. Essas informações permitem a caracterização do grupo ocupacional em questão e serão eventualmente complementadas por outras bases com o intuito de ilustrar o contexto econômico e social em curso abordado no texto. Como estamos tratando de grupo ocupacional, a amostra analisada é referente à ocupação principal do indivíduo, não capturando a dimensão da atividade construtiva como segunda atividade ou relacionada a processos de autoconstrução. Representa apenas a atividade econômica da indústria da construção civil refletida nos postos de trabalho, sejam eles formais, sejam eles precarizados, pela falta de carteira assinada ou trabalho eventual.

A investigação adotou como recorte espacial o Brasil como um todo, diferenciando-o em dois: o Brasil Metropolitano, compreendido pelas 12 Regiões Metropolitanas que contêm a Área de Concentração Populacional (ACP) reconhecida como metrópole pela pesquisa Regiões de Influência das Cidades (REGIC) do IBGE de 2008; e o Brasil Não Metropolitano, correspondente ao restante do país. O recorte temporal estudado (1980-2018) coloca em relevo as transformações nos territórios não metropolitanos e a complexificação da estrutura social de um espaço que, até a década de 1970, era muito pouco investigado, mas que teve a sua diversidade progressivamente evidenciada, revelando a hierarquia de cidades presente na rede urbana (SANTOS, 1994).

O capítulo está dividido em quatro partes. Esta Introdução contextualizou a pesquisa e evidenciou suas principais questões.

Em seguida, o item 1 se dedica à caracterização do grupo ocupacional estudado numa perspectiva nacional. O item 2 destaca as particularidades das transformações ocorridas no setor, levando em consideração o território. Por fim, as Considerações Finais sintetizam algumas das principais reflexões até aqui observadas.

1. Características do setor da construção civil no Brasil

A construção civil tem sido historicamente apontada como um ramo de atividades cujos métodos ainda são considerados “manufatureiros”, “arcaicos”, “tradicionais” ou até “obsoletos”. No desenvolvimento da economia industrial, a orientação dos setores produtivos se voltou para a adoção de processos baseados na produção em série, com a utilização progressiva da máquina. O fordismo e, mais tarde, o taylorismo, foram adotados como métodos mais avançados de racionalização dos processos organizacionais e produtivos, interferindo, inclusive, no desenho do espaço habitado.

Entre o final do século XIX e o início do século XX, a arquitetura moderna buscou se colocar como vanguarda, estabelecendo como pensamento hegemônico a racionalização do mundo edificado não somente na perspectiva da simplificação das suas formas e da padronização dos programas, como também na defesa da racionalização do processo construtivo seguindo os moldes industriais. Porém, já no final da década de 1940, Le Corbusier, um dos principais teóricos do modernismo, já assumia o fracasso dessa premissa².

Considerando a realidade das cidades brasileiras, a construção civil tem sido historicamente apontada como um ramo de atividades cujos métodos ainda são considerados manufatureiros, arcaicos e tradicionais. Contudo, no que diz respeito ao aparente caráter “arcaico” do processo de construção das edificações, seria incorreto afirmar que a indústria da construção civil seja artesanal (VARGAS, 1983). Isto porque a construção civil, desde seus primórdios (e em

² As Casas Jaoul manifestam a “derrota” do mestre do modernismo pelo uso de lajes desformadas manualmente em sua execução, assim como a existência de trabalhadores no canteiro de obras utilizando procedimentos manuais tradicionais e pouco dados a rotinas.

suas diferentes escalas), tem sua concepção e produção realizadas por grupos sociais distintos, verificando-se, ainda, diferenciações intrínsecas a essas etapas. No caso, a concepção faz parte de um saber técnico-artístico totalizante, enquanto a execução apreende apenas fragmentos desse saber. Afinal, enquanto os arquitetos projetam (definindo tecnologias, materiais, dimensões e significados), os engenheiros, além de também projetarem obras de infraestrutura, garantem a exequibilidade das edificações a partir da prescrição dos procedimentos e normas adotadas em cada etapa do processo.

No referente à execução propriamente dita, ela recai sobre os operários, dotados de habilidade e perícia no uso dos materiais e das técnicas no canteiro de obras, porém reconhecidos como outra categoria em função de limitações associadas à formação e ao reconhecimento do saber técnico de outros com nível superior ou, mesmo, nível médio. Ferro (2006 [1979]), ao discorrer sobre as particularidades do trabalho no canteiro de obras, ressalta que, no modo de produção capitalista, o trabalhador coletivo (tal qual o operário da construção civil) só existe porque o seu lugar na divisão social do trabalho e o produto a ele associado são comandados pelo capital e seus intermediários (arquitetos, engenheiros etc.). A existência da heteronomia do trabalhador imposta pela máquina não importa, uma vez que a dominação é exercida pela violência das formas de afastamento do trabalhador do que produz, tanto pela geometria desenhadas nos projetos, como pelo domínio das tecnologias construtivas e gestão dos empreendimentos.

Sabe-se que a distinção entre as atividades de concepção e gerenciamento de obra frente à execução são primordiais para entender, especificamente, onde as inovações do setor ocorrem. Todavia, grande parte dos processos que envolvem a adoção de uma arquitetura paramétrica ou sistemas de gerenciamento de estoque não tem afetado em essência a natureza do trabalho do operário manual da construção civil no Brasil.

Numa perspectiva do bem produzido (edificações, infraestrutura, obras de arte...), uma vez que o espaço edificado é um produto investido de significados e que reflete particularidades estéticas, programáticas e de conforto, as tecnologias estão

disponíveis de forma a atender demandas projetuais, bem como a propiciar possibilidades para a sua diversificação. Essa maleabilidade influencia a execução da obra, uma vez que cada projeto tem sua especificidade por mais que haja uma tendência à padronização das soluções construtivas (alvenaria, cerâmica, placa metálica...).

Mesmo com a adoção de projetos estandardizados e em larga escala, a aderência da construção a métodos fordistas/tayloristas ainda pode ser considerada limitada. Enquanto, em uma fábrica, o produto é construído ao longo de uma linha de produção, submetendo o trabalhador ao ritmo da máquina, o produto imobiliário exige o deslocamento dos insumos e da força de trabalho para o sítio fixo onde a edificação deve ser produzida. Sobre o lote, as etapas são executadas de forma exclusiva para aquele produto, necessitando o remanejamento de todos os procedimentos para outro sítio para a construção de novo produto equivalente.

Embora a edificação contenha uma padronização de materiais e formas, a cada unidade produzida é necessário a remontagem da “oficina”. Neste sentido, a inovação tecnológica que surge nos canteiros se dá em forma de guias, betoneiras, formas e pré-moldados que auxiliam nas tarefas, mas não substituem a atuação dos operários. Não podemos falar de uma mecanização propriamente dita, pois a máquina está submetida ao trabalhador como instrumento, não havendo uma subsunção real à mecanização industrial. Por todas essas particularidades inerentes à construção civil, a supressão em larga escala de trabalhadores pelo processo mecanizado ainda não foi preponderante para mudar a composição do capital produtivo. A atividade permanece dependente de grande volume de mão de obra³. Ball (1988) atribui à perpetuação de um grande contingente de mão de obra na atividade da construção civil o poder determinante da renda absoluta da terra sobre a mais-valia da construção. Para ele, a renda fundiária e as operações com terra desestimulam o desenvolvimento das forças produtivas no setor. Os ganhos com a incorporação imobiliária se colocam como mais

³ Apesar de o setor ter recentemente passado por processos de flexibilização produtiva com a subcontratação de empresas especializadas na execução de determinadas fases da obra, essa transformação se deu somente no campo da gestão, fragmentando o processo em fases / etapas do processo construtivo. Todavia, o operário continuou desempenhando as mesmas atividades.

vantajosos do que a imobilização de capital em inovações técnicas e métodos produtivos.

Outra característica particular do setor da construção civil diz respeito à sua posição estratégica para políticas macroeconômicas. Investimentos no setor da construção civil como medida anticíclica em caso de crises econômicas podem resultar em impactos positivos, como a criação de postos de trabalho na intensificação da produção de infraestrutura e unidades habitacionais. Além disso, o setor da construção ativa uma longa cadeia produtiva, gerando empregos na indústria de transformação (aço, vidro, eletroduto, cerâmica...) e no setor terciário ao mobilizar o comércio para vendas desde materiais de construção a toda uma gama de objetos para mobiliar os edifícios construídos, assim como em outros serviços (transporte urbano, serviços de telefonia...).

Considerando o mercado de trabalho e a divisão entre grupos ocupacionais abordados nesta pesquisa, a Tabela 1 traz alguns elementos que apontam a representatividade do grupo trabalhador da construção civil ao longo do período estudado. É possível perceber que o percentual de participação dos trabalhadores manuais da construção civil apresenta pouca variação ao longo das quase quatro décadas estudadas, entre nove e sete pontos percentuais, ainda que revelando tendência suavemente descendente. Isto se dá pelo fato de que, por mais que cresça o volume de empregos absolutos da construção civil, ele eleva, também, o número de empregos em outros ramos, mantendo uma estabilidade de participação no conjunto de empregados.

Importante perceber que a pouca variação observada pode estar relacionada a diversos fatores conjunturais, dentre eles:

- (i) Em 1980, o setor da construção civil ainda mantinha relativo fluxo de capital financiando seus canteiros de obra dada a atuação do Banco Nacional de Habitação (BNH), extinto em 1986;
- (ii) O decréscimo em relação a 1991 se dá em grande parte devido ao vácuo deixado nas políticas urbanas e habitacionais depois da extinção do BNH (1986), assim como os efeitos da crise econômica em todos os setores;
- (iii) Nas décadas de 1980 e 1990, mesmo que parte das poupanças

estivesse migrando para bens de raiz (imobiliário), o contexto macroeconômico instável corroe as poupanças internas;

- (iv) Nos anos 1990, com as políticas e medidas vinculadas ao Plano Real e voltadas para garantir estabilidade econômica, houve acentuada redução dos investimentos em obras públicas. A escassez de capital para o setor também afetou no volume de o crédito imobiliário negociado na década;
- (v) Até 1997, quando da regulamentação do Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), o setor da construção civil era dependente quase exclusivamente dos recursos em políticas urbanas e habitacionais para manter o fluxo de produção. Vale ressaltar que a análise do Censo Demográfico de 2000 ainda não nos permite captar os efeitos da financeirização do setor cuja regulamentação só veio a refletir em mudanças em meados da década de 2000.

TABELA 1: PARTICIPAÇÃO DO TRABALHADOR MANUAL DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO MERCADO DE TRABALHO – 1980-2018 (EM %)

GRUPOS OCUPACIONAIS	1980	1991	2000	2010	2018
Empregadores	2,61	4,07	3,03	2,13	4,88
Dirigentes e Supervisão	2,74	3,42	1,38	4,47	3,91
Profissionais de Nível Superior	1,73	2,08	3,59	5,44	5,80
Professores	2,62	3,50	3,84	4,26	4,38
Ocupações de Segurança Pública	1,19	1,30	1,21	0,45	1,12
Trabalhadores de Nível Médio	3,21	3,80	5,59	6,14	7,34
Trabalhadores de Apoio Administrativo	7,86	8,26	7,47	7,83	8,39
Trabalhadores do Comércio	7,40	9,92	10,64	9,88	12,02
Prestadores de Serviço	9,92	8,47	12,58	13,17	14,84
Trabalhador da Indústria	11,70	11,15	10,95	11,42	10,00
Trabalhadores da Construção Civil	9,17	8,90	7,44	8,12	7,19
Trabalhadores do Transporte	4,16	4,31	5,55	4,64	5,07
Trabalhadores Domésticos	5,99	7,06	7,59	6,21	5,19
Trabalhadores Agrícolas	29,18	22,95	18,06	14,62	8,53
Outros trabalhadores não classificados	0,51	0,79	1,06	1,21	1,33

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

A partir da década de 2000, mais especificamente depois do início do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), o cenário macroeconômico mudou. Observa-se a convergência de vários fatores que possibilitaram um *boom* imobiliário. A queda da taxa de juros, o controle da inflação e a redução constante da taxa de desemprego associadas ao crescimento da renda da população geraram uma perspectiva de aumento da demanda pelo produto imobiliário residencial para diferentes faixas de renda. Paralelamente, constata-se a ampliação dos investimentos públicos em obras de infraestrutura.

Sob bases sólidas de desenvolvimento, e contando com as garantias legais trazidas com as mudanças no SFI, as empresas da construção civil iniciaram um processo de financeirização que se deu de duas formas. Inicialmente, as empresas se estruturaram para mobilizar recursos para além dos financiamentos públicos a partir da constituição de fundos imobiliários e da criação de empresas subsidiárias de securitização e de crédito, que passaram a emitir Certificados de Recebíveis Imobiliários de seus fundos e empresas de crédito. A segunda forma de financeirização se deu pela própria venda de ações das empresas construtoras no mercado de capitais, potencializando a concentração fundiária. Na primeira metade da década de 2000, 24 empresas construtoras abriram capital na bolsa, captando grande volume de recursos, o que possibilitou a formação de bancos de terras, a instalação de canteiros de obras simultâneos e a expansão das operações de grande parte dessas empresas para diversas unidades da federação (ARAGÃO, 2017).

O crescimento da atividade no setor da construção civil não foi somente impulsionado pelo setor de edificações. Em 2007, atendendo às demandas de outros setores da economia, foi lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que previa a ampliação das infraestruturas em diferentes dimensões. Na escala regional, a construção de estradas e ferrovias e a modernização de complexos portuários abriram novas formas de escoamento da produção agrícola, assim como a ampliação e modernização dos principais portos. Nas cidades, as ações do PAC visaram a reduzir o impacto negativo de externalidades urbanas que comprometiam a atração de investimentos. Neste sentido, grandes projetos de mobilidade urbana, urbanização de assentamentos precários,

assim como reformas de aeroportos e obras de revitalização de áreas turísticas, movimentaram o setor de infraestrutura e obras especiais.

O cenário positivo para o setor da construção civil, porém, mudou drasticamente em 2008 com a crise do *subprime* americano. A retração dos fluxos de capital no mercado secundário e a venda massiva de ações nos mercados mais vulneráveis, como é o caso do Brasil, influenciaram os preços das ações das empresas financeirizadas, afetando negativamente as projeções de formação de estoque imobiliário e de realização das vendas.

De forma a influenciar no comportamento da Bolsa de Valores, o setor da construção civil, fazendo uso de estratégia *lobista*, articulou junto ao Governo Federal o lançamento de um programa habitacional de crédito para habitação social que acenava ao mercado financeiro a estabilidade dos negócios. Neste sentido, em março de 2009 foi lançado um programa habitacional que visava a financiar a construção de 1 milhão de unidades habitacionais no país. O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) previa o financiamento tanto para empresas como para famílias. O crédito imobiliário foi fracionado em três categorias que beneficiavam famílias com até 10 salários-mínimos. Em seus dez anos de vigência, o programa foi responsável pela construção de aproximadamente 5,5 milhões de unidades habitacionais em todo o país, sustentando o setor ao longo dos piores períodos de crise internacional. Como consequência do contexto político e econômico descrito até aqui, e das ações estratégicas adotadas entre 2005 e 2015, a atividade no setor da construção civil foi intensa, influenciando positivamente o mercado de trabalho vinculado a essa atividade.

Contudo, a média dos rendimentos nacionais dos operários da construção civil não apresentou muita variação ao longo dos anos, como mostra a Tabela 2 a seguir. Sabe-se que existem outros fatores que influenciam na análise da renda, como a inflação, por exemplo. Comparando os valores médios da renda ao longo de quatro décadas, as mudanças não foram significativas na perspectiva do mercado nacional de trabalho. Vale lembrar que, considerando a hierarquia de cargos no canteiro de obras, os valores da mediana do rendimento desse grupo ocupacional se aproximam da média ao longo do tempo, demonstrando uma aproximação dos valores

pagos para atividades na base da hierarquia (serventes) daqueles pagos ao topo (mestres de obra)⁴.

TABELA 2: EVOLUÇÃO DA RENDA DO TRABALHADOR MANUAL DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO BRASIL – 1980-2018

	1980	1991	2000	2010	2018
Média	R\$ 1.366,35	R\$ 1.399,49	R\$ 1.276,14	R\$ 1.443,00	R\$ 1.461,22
Mediana	R\$ 1.042,81	R\$ 1.004,68	R\$ 1.017,69	R\$ 1.191,29	R\$ 1.255,53

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Nota: Valores deflacionados com base no mês de dezembro de 2019.

A princípio, em uma análise do grupo ocupacional sob a perspectiva do indicador nacional de renda, podemos levantar a hipótese de que processos conjunturais, como o lançamento de programas governamentais para implantação de infraestrutura e produção de unidades habitacionais, não são suficientes para estabelecer processos de ganhos monetários para esses trabalhadores. Entretanto, como veremos a seguir, a análise territorial mostra que processos de nacionalização da indústria da construção civil podem ter influenciado um ajuste salarial e uma possível mudança de posição desse trabalhador na estrutura social local.

Numa abordagem complementar visando a avaliar o comportamento nacional da renda do trabalhador da construção civil em relação ao nível de escolaridade, verificamos, a partir da Tabela 3, que as variações nos rendimentos ao longo do tempo não refletiram o aumento do grau de formação do trabalhador da construção civil. Apesar de o grupo ter seguido a tendência ascendente de escolaridade que atingiu toda a população brasileira, isto não impactou em um aumento na renda.

Ao longo de todo o período, observa-se que os percentuais de instrução dos trabalhadores da construção civil referentes ao nível de escolaridade fundamental incompleto, ainda que crescentes, permanecem piores do que os percentuais do total de trabalhadores no Brasil. Por outro lado, na faixa imediatamente superior, em que os profissionais apresentam instrução entre fundamental completo e

⁴ Considerando que o valor da mediana diz respeito ao valor da renda do indivíduo que representa 50% da amostra ordenada, em distribuições assimétricas, a distância entre a média e a mediana não coincide. Quanto mais a distribuição dos valores se aproxima de uma simetria, com poucos ganhando muito e poucos ganhando pouco, a média tenderá a se aproximar da mediana.

médio incompleto, os trabalhadores da construção civil já superaram os valores da totalidade desde o ano 2000. Na faixa seguinte, o crescimento é exponencial, passando de 1 em cada 100 para um em cada quatro trabalhadores com nível médio completo ou superior incompleto. Por fim, é curioso observar que, apesar de o grupo ocupacional não exigir grande qualificação, 1,4% dessa força de trabalho se encontra em uma condição de superqualificação, sendo portadora de grau de instrução que, em tese, lhe colocaria em hierarquia mais alta na estrutura social. Isto nos revela a existência de um percentual de operários que buscam ascender socialmente na carreira, tanto numa perspectiva de status como de renda, mas que depara com barreiras para entrada no mercado de trabalho qualificado.

TABELA 3: COMPARATIVO DO NÍVEL DE ESCOLARIDADE DO TRABALHADOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DA POPULAÇÃO OCUPADA NO BRASIL – 1980-2018 (EM %)

ESCOLARIDADE	OCUPADOS	1980	1991	2000	2010	2018
Sem Instrução e Fundamental Incompleto	População Ocupada	83,35	75,21	65,96	50,55	44,57
	Construção Civil	94,12	86,72	77,51	62,32	50,06
Fundamental Completo e Médio Incompleto	População Ocupada	8,36	11,09	15,10	17,50	14,83
	Construção Civil	4,75	9,05	15,68	20,71	23,26
Médio Completo e Superior Incompleto	População Ocupada	6,44	10,21	14,91	23,59	28,35
	Construção Civil	1,07	3,67	6,51	16,04	25,27
Superior Completo	População Ocupada	1,85	3,49	4,02	8,36	12,25
	Trab. Construção Civil	0,06	0,56	0,30	0,93	1,40

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

2. O trabalhador da construção civil na dimensão territorial

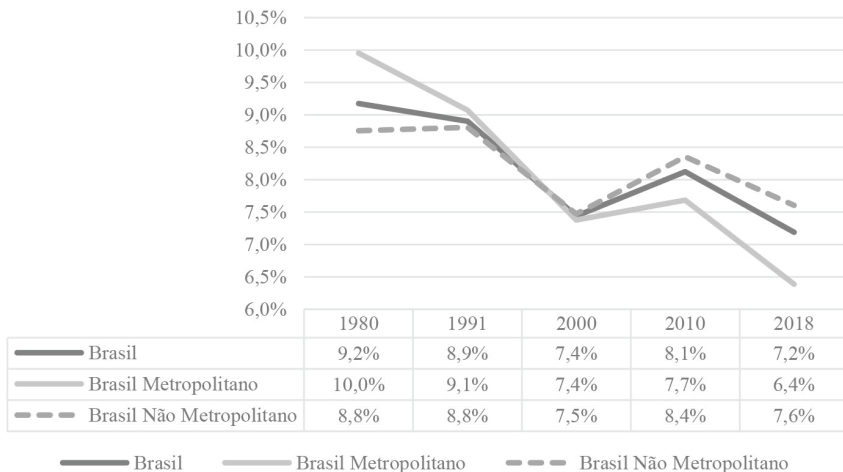
Embora a análise dos dados referentes ao total da população ocupada tenha demonstrado pouca mudança em relação à participação dos trabalhadores da construção civil no mercado de trabalho, assim como a reduzida alteração na renda ao longo do período estudado, o cenário é diverso quando desagregamos os dados em termos territoriais.

Vale aqui ressaltar que, nesta seção, trataremos de diferentes recortes territoriais, dentre os quais destacam-se: o Brasil

Metropolitano, agrupando a totalidade de 12 regiões metropolitanas (RMs) perante todo o restante – o Brasil Não Metropolitano⁵. Traremos os espaços das RMs de Natal, Maringá, João Pessoa, Campina Grande, Baixada Santista e Vitória como espaços considerados não metropolitanos pelo REGIC/IBGE (2008) para ilustrar as transformações nos espaços urbanos intermediários da rede de cidades brasileiras.

Inicialmente, ao levar em consideração a participação dos trabalhadores da construção civil, diferenciando-os entre territórios metropolitanos e não metropolitanos (Gráfico 1), percebe-se que a participação dos trabalhadores da construção civil nas metrópoles tem assinalado diminuição continuada. Por outro lado, nos espaços não metropolitanos os percentuais mostram-se mais consolidados. Isto poderia ser associado às transformações ocorridas nas cidades médias brasileiras e nos centros regionais (SANTOS, 1994), que, desde a década de 1980, começaram a apresentar aumento na dinâmica econômica e maior complexificação de suas atividades, apontando para mudanças na estrutura social desses territórios com evidentes rebatimentos no setor da construção civil.

GRÁFICO 1: PARTICIPAÇÃO DO TRABALHADOR MANUAL DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) - 1980-2018



Fonte: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

⁵ Ver Introdução para maiores esclarecimentos sobre a caracterização territorial da pesquisa.

Considerando o processo de financeirização das empresas do setor ocorrido a partir de meados da década de 2000, é importante associar alguns fenômenos do mercado de trabalho da construção civil com o processo de nacionalização da produção das empresas que abriram capital e que buscaram atuar em novos mercados imobiliários, seja por operação direta, seja pelo estabelecimento de *joint ventures* por Sociedades de Propósito Específico (SPE). Esse movimento provocou uma espécie de “ajuste de preços” nacionais dos imóveis reforçado pelo estabelecimento de faixas de financiamento habitacional do PMCMV, ainda que tenham sido levadas em consideração diferenças de valores das unidades habitacionais financiadas nas regiões metropolitanas (ARAGÃO, 2017).

Pereira (2018), ao destacar o caráter de valorização e capitalização da produção imobiliária, descreve que o processo de valorização acontece no âmbito da produção, enquanto a capitalização se dá no processo de apropriação dos ganhos pelo estatuto da propriedade privada. Neste sentido, o aumento do lucro é realizado ao se promover uma exploração de territórios periféricos (em todas as escalas) onde se encontra terra e mão de obra mais baratas. Portanto, a busca do capital envolve tanto a captura de mais-valia do trabalhador quanto da renda da terra. Porém, o processo de valorização-capitalização imobiliária, concordando com o que é defendido por Ball (1983), não mobiliza forças para a inovação técnica e de métodos produtivos no setor.

Para a análise do mercado de trabalho dos operários da construção civil, é importante destacar que, diferentemente dos insumos (cimento, cerâmica etc.), a mão de obra encontra-se relativamente imóvel no território ao qual o produto imobiliário resultante se fixará. A questão da imobilidade do produto imobiliário (e, em menor grau, da mão de obra) se torna relevante na análise, pois, no momento em que as condições macroeconômicas permitem o aumento geral da demanda por habitação no país, assim como o incremento nos investimentos em obras públicas, o setor produtivo buscará migrar para territórios com demanda solvável que apresentem terra e trabalho baratos. Neste sentido, as franjas metropolitanas, as cidades médias e os centros regionais se colocam como espaços permeáveis para a inserção da atividade construtiva. Assim, embora o fenômeno de incorporação de terra barata à

atividade imobiliária seja considerado, é importante lembrar que os investimentos em infraestrutura serão disputados tanto por esses novos espaços urbanos periféricos em construção, como pelos espaços centrais que seguem uma lógica de constante valorização de um estoque imobiliário existente.

Apesar de não existirem bases de dados disponíveis da produção imobiliária promovida pelas empresas com capital financeiro durante o *boom* da década de 2000, a localização dos investimentos do PAC, a partir de 2007, e do PMCMV, a partir de 2009, joga luz nas transformações da dinâmica do Brasil Metropolitano e Não Metropolitano quanto à dinâmica da construção civil, ressaltando a importância dos espaços periféricos na extração do lucro, tanto por valorização como por capitalização (PEREIRA, 2018). Para ilustrar esse fenômeno, a Tabela 4 apresenta a distribuição dos investimentos desses dois programas entre as unidades da federação.

TABELA 4: RENDA DO TRABALHADOR MANUAL DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS EM INFRAESTRUTURA (PAC) E HABITAÇÃO (PMCMV) POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO (EM R\$)

Unidade da Federação	Renda Média em 2000 (Em R\$)	Investimentos PMCMV (Em Milhões R\$)	Investimentos PMCMV (Em R\$ Per Capita)	Investimentos PAC (Em Milhões R\$)	Investimentos PAC (Em R\$ Per Capita)
11 – Rondônia	1.312,84	487,33	311,91	251,36	160,88
12 – Acre	1.028,61	6.914,03	9.425,32	320,53	436,95
13 – Amazonas	1.122,04	3.148,03	903,57	431,25	123,78
14 – Roraima	1.283,60	632,29	1.403,59	161,62	358,78
15 – Pará	1.010,83	18.452,86	2.434,08	1.338,74	176,59
16 – Amapá	1.135,02	6.153,81	9.191,30	101,11	151,01
17 – Tocantins	1.010,97	3.798,25	2.745,50	287,56	207,86
21 – Maranhão	743,96	3.698,61	562,54	724,94	110,26
22 – Piauí	674,66	7.934,00	2.544,28	415,37	133,20
23 – Ceará	824,57	9.200,21	1.088,48	1.108,68	131,17
24 – Rio Grande do Norte	875,19	26.719,26	8.434,04	342,94	108,25
25 – Paraíba	773,88	3.701,33	982,69	338,81	89,95
26 – Pernambuco	897,10	5.303,96	602,97	1.871,57	212,76
27 – Alagoas	877,66	7.337,32	2.351,33	244,11	78,23
28 – Sergipe	788,37	2.932,83	1.418,18	301,10	145,60

Unidade da Federação	Renda Média em 2000 (Em R\$)	Investimentos PMCMV (Em Milhões R\$)	Investimentos PMCMV (Em R\$ Per Capita)	Investimentos PAC (Em Milhões R\$)	Investimentos PAC (Em R\$ Per Capita)
29 – Bahia	860,99	8.842,38	630,84	1.602,58	114,33
31 – Minas Gerais	1.144,52	3.573,16	182,33	2.863,26	146,10
32 – Espírito Santo	1.206,02	14.104,44	4.012,70	418,33	119,01
33 – Rio de Janeiro	1.436,83	20.697,31	1.294,40	4.181,78	261,53
35 – São Paulo	1.690,14	3.206,53	77,71	7.949,63	192,66
41 – Paraná	1.341,90	2.065,47	197,76	746,55	71,48
42 – Santa Catarina	1.505,21	435,78	69,74	376,63	60,28
43 – Rio Grande do Sul	1.331,33	16.033,27	1.499,29	988,72	92,46
50 – Mato Grosso do Sul	1.140,13	7.887,89	3.220,83	406,50	165,98
51 – Mato Grosso	1.393,40	3.961,11	1.305,09	230,24	75,86
52 – Goiás	1.200,19	80.360,20	13.384,92	1.188,71	197,99
53 – Distrito Federal	1.465,12	1.491,91	580,47	449,61	174,94

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018); Ministério do Desenvolvimento Regional. Nota 1: Foi utilizada a renda de 2000 por não refletir o *boom* imobiliário da década, sendo uma variável representativa dos níveis salariais sem o efeito do aquecimento econômico na atividade. Os valores estão deflacionados para dezembro de 2019. Nota 2: O cálculo *per capita* da tabela foi feito utilizando a população estadual do Censo Demográfico de 2010. Nota 3: O montante dos investimentos diz respeito ao somatório de todos os investimentos feitos desde a criação dos programas até dezembro de 2018.

Em relação à produção de novas unidades pelo PMCMV, observa-se que, à exceção do Rio de Janeiro (que durante as décadas de 2000 e 2010 foi palco de megaeventos e absorveu recursos em infraestrutura e habitação), os maiores montantes de recursos foram implantados em espaços deslocados da chamada região concentrada (SANTOS, 1994). Mesmo considerando os grandes investimentos no Estado do Rio de Janeiro, diversos estudos mostram que, apesar do volume de unidades habitacionais construídas fora do triângulo formado por Rio de Janeiro–São Paulo–Belo Horizonte, o caráter de concentração da produção nas metrópoles manteve os empreendimentos habitacionais localizados na franja periféricas (CARDOSO; ARAGÃO; ARAÚJO, 2011).

Os valores brutos de investimentos tendem a mascarar a grandeza do impacto no território. Neste sentido, a análise do

valor *per capita* mostra de forma ainda mais clara a importância da incorporação imobiliária nos espaços periféricos. Especialmente, chama a atenção o caso do Estado de Goiás, onde a produção contou com arranjos de cooperativas empresariais, sendo a apropriação da renda da terra associada a processos de espoliação e extração de mais-valia o caso de maior destaque.

Quando analisamos os montantes do PAC referentes à infraestrutura, percebemos o retorno da preponderância dos circuitos mais dinâmicos que abrangem os estados de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Contudo, mais uma vez, levando em consideração aspectos demográficos, os territórios periféricos tomam relevo. Porém, estatisticamente, esses investimentos não possuem correlação com os investimentos em moradia. Essa infraestrutura está relacionada à abertura de canais de escoamento da produção mediante estradas, portos e aeroportos. Da mesma forma, grandes obras do setor energético devem ser associadas a esses números, voltadas para viabilizar a expansão de atividades produtivas, com especial destaque para o agronegócio e a mineração.

Embora possamos tecer considerações acerca da migração do setor da construção civil em direção às cidades médias e aos centros regionais do Brasil Não Metropolitano, devemos considerar o viés político da alocação dos valores de investimentos públicos, já que esses recursos estão em permanente disputa por diferentes setores. A dissociação dos investimentos de produção habitacional daqueles destinados à infraestrutura urbana apenas reforça o grau de extração da renda da terra por incorporadores.

Dando sequência à análise do grupo dos operários da construção civil, é necessário considerar que a dinâmica de formação de novos trabalhadores para o mercado de trabalho é local. Ao contrário do que se supõe, a absorção da mão de obra desempregada em um período de expansão no setor não é imediata. Dentro do canteiro de obra, os operários da construção civil seguem uma trajetória hierárquica nas atividades do grupo ocupacional, investindo, se for do interesse do operário, em cursos de formação para inserção em alguma atividade específica na obra.

Observando essa trajetória na qual os trabalhadores, em sua maioria, têm de passar por vários tipos de serviços até que consigam enquadrar-se naquele que demonstre maior destreza, verifica-se que

os trabalhadores manuais da construção civil assumem a condição do trabalhador polivalente (isto é, aquele que faz um pouco de tudo), podendo atuar em diversas tarefas à medida que a obra avança (fundações, alvenaria, coberta, acabamento...). Contudo, o investimento paulatino no aprendizado das tarefas para se tornar esse perfil de operário “adaptável” a diferentes funções (e, assim, ascender na hierarquia) também diminui o trânsito do trabalhador entre outras atividades econômicas que exigem baixa qualificação (VARGAS, 1983).

No entanto, é importante ressaltar que, apesar das capacidades e da destreza em diversas tarefas dispersas em várias etapas da construção, o operário da construção civil necessita de outros atributos que envolvem características interpessoais para ascender até o posto de mestre de obras. Como descreve Vargas (1983) em estudo relacionado à organização do trabalho na construção civil, temos:

O mestre, formado no canteiro, chega a esta posição depois de muitos anos de labuta em várias funções e após ter provado que sabe assumir a liderança dos trabalhadores; serve portanto, de tradutor das ordens emanadas do engenheiro; em virtude da sua origem social, conhece a linguagem e os costumes dos operários; sabe como dosar a persuasão com coação para convencer o trabalhador a produzir. Esse par engenheiro-mestre transparece a contradição existente na construção habitacional entre o científico e o empírico, o “moderno” e o “arcaico” e o capital e o trabalho (p. 197).

Considerando a lentidão na formação de novos profissionais, a migração dos investimentos para áreas periféricas do país afetou diretamente os mercados de trabalho locais, gerando maior competitividade e implicando em alterações dos níveis salariais. Tendo em vista que o preço do imóvel apresentou tendências a sofrer ajustes locais em relação a um patamar de preços nacionais, a força de trabalho também passou por essa alteração.

Analisando os efeitos territoriais do *boom* imobiliário da década de 2000 e associados aos programas públicos que amorteceram a crise no setor até meados da década de 2010, a renda dos operários da construção civil nos espaços periféricos apresentou considerável

aumento. Nota-se que, em unidades da federação tradicionalmente mais dinâmicas, não se percebe essa diferença dada a presença de um possível exército de reserva dessa ocupação nas grandes metrópoles nacionais. Para respaldar nosso argumento, a Tabela 5 mostra o panorama de renda dos trabalhadores manuais da construção civil entre os espaços metropolitanos e não metropolitanos.

Para mostrar a intensidade de transformação dos espaços não metropolitanos, destacamos algumas áreas formalmente metropolitanas, mas que não são reconhecidas pelo estudo conduzido pelo IBGE em 2008 sobre as Regiões de Influência de Cidades (REGIC)⁶.

Inicialmente, ao analisar os dados de renda do trabalhador obtidos com o Censo de 1991 em relação aos valores do Censo de 1980, é perceptível a corrosão da renda real de forma generalizada pelas políticas recessivas ao longo da década. Essa depreciação da renda não é tão sentida em Manaus. Uma hipótese que pode justificar esse comportamento é o baixo potencial migratório da região em relação ao restante do país na época (MELO; MOURA, 1990). Isto pode ter mantido uma escassez de mão de obra na área, possibilitando aumentos na renda. Neste sentido, a elevação salarial dada a falta de profissionais pode ter neutralizado os efeitos inflacionários. Contudo, é necessária a realização de estudos específicos sobre a atividade local para verificação dessa hipótese.

Já a análise das variações em relação à década de 1991 refletida no Censo de 2000 mostra que as perdas salariais persistem na grande maioria do território metropolitano e com menor intensidade nos espaços não metropolitanos. Parte da desaceleração das perdas pode ser atribuída ao Plano Real, em 1994, quando a economia foi controlada pela substituição da moeda corrente. Contudo, chama a atenção a situação de Maringá e Campina Grande, onde as transformações econômicas poderiam refletir na atividade da construção civil, alterando positivamente o valor salarial dos trabalhadores manuais da construção civil.

⁶ Para essas áreas, não há dados da PNAD Contínua capazes de proporcionar um panorama para a última década, mas apenas a média geral do espaço não metropolitano representada pelo dado de Outros Municípios.

TABELA 5: COMPORTAMENTO DA RENDA DO OPERÁRIO MANUAL DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018 (EM R\$)

BRASIL METRO- POLITANO	1980			1991			2000			2010			2018		
	MÉDIA	MEDIANA	%	MÉDIA	MEDIANA	%	MÉDIA	MEDIANA	%	MÉDIA	MEDIANA	%	MÉDIA	MEDIANA	%
	80-91	80-91	80-91	80-91	80-91	80-91	80-91	80-91	80-91	80-91	80-91	80-91	80-91	80-91	80-91
Belém	1.968,15	949,84	1.357,77	949,88	1.061,87	848,08	1.210,14	918,99	1.002,70	998,15	13,96%	1.002,70	998,15	13,96%	-17,14%
Belo Horizonte	2.439,05	1.170,34	1.248,84	913,35	1.224,45	1.017,69	1.523,49	1.242,34	1.468,27	1.255,53	24,42%	1.468,27	1.255,53	24,42%	-3,62%
Brasília	3.268,23	1.356,92	1.701,00	1.278,69	1.400,99	1.024,47	1.611,95	1.324,03	1.540,07	1.360,16	15,06%	1.540,07	1.360,16	15,06%	-4,46%
Curitiba	2.886,88	1.356,92	1.712,26	1.278,69	1.565,70	1.255,15	1.866,96	1.531,66	1.824,10	1.569,41	19,24%	1.824,10	1.569,41	19,24%	-2,30%
Fortaleza	1.765,42	773,44	952,76	703,28	1.012,98	814,15	1.110,19	867,94	1.112,74	998,15	9,60%	1.112,74	998,15	9,60%	0,23%
Recife	2.020,23	858,25	1.039,06	730,68	981,66	780,23	1.064,95	867,94	1.193,96	1.004,42	8,48%	1.193,96	1.004,42	8,48%	12,11%
Salvador	2.091,02	949,84	1.180,50	822,01	1.025,35	814,15	1.187,32	918,99	1.133,56	1.046,28	15,80%	1.133,56	1.046,28	15,80%	-4,53%
Goiânia	2.372,55	1.017,69	1.418,87	1.096,02	1.278,49	1.017,69	1.704,49	1.361,47	1.826,44	1.569,41	33,32%	1.826,44	1.569,41	33,32%	7,15%
São Paulo	3.477,78	1.696,15	2.453,68	1.826,70	1.847,44	1.356,92	2.471,70	1.361,47	1.644,61	1.464,79	-7,13%	1.644,61	1.464,79	-7,13%	-4,14%
Rio de Janeiro	2.742,71	1.356,92	1.415,75	1.096,02	1.501,00	1.221,23	1.544,96	1.361,47	1.605,58	1.443,86	2,93%	1.605,58	1.443,86	2,93%	3,92%
Porto Alegre	2.665,39	1.356,92	1.578,52	1.132,55	1.466,71	1.187,31	1.577,94	1.361,47	1.824,05	1.569,41	7,58%	1.824,05	1.569,41	7,58%	15,60%
Manaus	2.048,71	1.017,69	1.955,79	1.461,36	1.169,51	960,02	1.385,69	1.021,10	1.053,89	998,15	18,49%	1.053,89	998,15	18,49%	-23,94%
BRASIL NÃO ME- TROPOLITANO	MÉDIA	MEDIANA	MÉDIA	MEDIANA	MÉDIA	MEDIANA	MÉDIA	MEDIANA	MÉDIA	MEDIANA	%	MÉDIA	MEDIANA	%	%
Baixa Santaista	2.801,35	1.580,81	1.879,47	1.461,36	1.748,62	1.356,92	1.618,62	1.361,47	1.618,62	1.361,47	-7,43%	1.618,62	1.361,47	-7,43%	
Grande Vitória	2.317,95	1.068,57	1.280,82	986,42	1.241,78	1.017,69	1.537,43	1.361,47	1.537,43	23,81%	23,81%	1.537,43	1.361,47	23,81%	
Campina Grande	1.437,55	678,46	796,57	646,65	817,42	678,46	993,23	867,94	993,23	21,51%	21,51%	993,23	867,94	21,51%	
João Pessoa	1.731,96	814,15	956,61	730,68	913,54	678,46	1.207,95	867,94	1.207,95	32,23%	32,23%	1.207,95	867,94	32,23%	
Maringá	2.116,86	1.017,69	1.107,97	913,35	1.304,08	1.017,69	1.810,19	1.446,57	1.810,19	38,81%	38,81%	1.810,19	1.446,57	38,81%	
Natal	1.850,97	814,15	1.091,28	803,75	990,27	763,27	1.107,45	867,94	1.107,45	11,83%	11,83%	1.107,45	867,94	11,83%	
Outros Municípios	1.711,48	848,08	1.241,39	913,35	1.174,14	1.017,69	1.397,51	1.118,11	1.397,51	19,02%	19,02%	1.397,51	1.118,11	19,02%	2,06%

Fonte: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

As variações salariais ao longo da década de 2000, refletidas no Censo de 2010, já mostram os efeitos do *boom* imobiliário ocorrido no período e, principalmente, o deslocamento das atividades das empresas construtoras que abriram capital para outras regiões brasileiras onde o mercado se mostrava promissor. Percebe-se que o mercado de trabalho dos operários da construção civil começa a se integrar em termos de valores aos parâmetros nacionais. Em grande medida, o ajuste de renda desse setor se deu pela influência da ampliação territorial de ação das empresas, as quais tendem a concentrar e uniformizar a gestão de pessoal e dos processos. Enquanto São Paulo sofreu leve “perda” na média salarial, todo o conjunto metropolitano apresentou aumento na média de renda. Destaque para Belo Horizonte, metrópole integrada à região de maior dinâmica construtiva, que teve alta de 24,4%.

Apesar dos ganhos salariais nos espaços metropolitanos, são os espaços não metropolitanos que refletem mais acentuadamente a dinâmica imobiliária. Nestes, a competição no mercado de trabalho é maior dado que os investimentos se direcionaram para esses territórios sem que o mercado profissional estivesse preparado. Com isso, observa-se tanto a competição mais intensa, como alterações nos fluxos migratórios.

Mais uma vez, o caso de Maringá se destaca: a dinâmica imobiliária gerou médias e medianas de renda mais altas do que as registradas pela Região Metropolitana de São Paulo, até então a metrópole que mantinha os maiores patamares salariais da categoria.

É importante ter cuidado ao analisar a média como medida estatística, pois, no caso de São Paulo, apesar de a média ter caído em relação a 2000, a mediana aumentou seguindo a tendência geral de todo território nacional. Ou seja, os postos de trabalho da hierarquia mais baixa da carreira tiveram maiores ganhos relativos, influenciando também a média. Isso pode ter acontecido tanto pelo aumento real da renda dos ganhos dos serventes e ajudantes de pedreiros, bem como pela ampliação do número desses postos em relação aos mestres de obra. Afinal, o acréscimo de postos de trabalho de serventes, ajudantes e pedreiros possui proporcionalmente maior volume do que o de mestres de obras, atribuindo com isso maior peso e representatividade à base da pirâmide salarial do grupo ocupacional.

Um dado que é importante notar (e que corrobora os efeitos da nacionalização das atividades das empresas de capital aberto) diz respeito à coincidência da mediana nos casos de Goiânia, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Baixada Santista e Vitória. É provável que esses mercados tenham sido dominados por empresas que estabeleceram um piso médio para as categorias em todos os estados de atuação. A mesma hipótese é levantada para o caso de Fortaleza, Recife, Campina Grande, João Pessoa e Natal, além de Belém e Salvador.

O ajuste continua a ser percebido ao longo dos últimos anos, tendo 2018 como referência, porém, em menor intensidade. Com o alastramento da crise econômica no cenário mundial, o Brasil testemunhou o aumento do desemprego e, diante também de uma crise fiscal, reduziu os investimentos públicos em habitação e infraestrutura. A crise política e o golpe que levaram à deposição do governo de Dilma Rousseff abriram espaço para administrações que promoveram a redução dos investimentos sociais, acirrando ainda mais a crise. O aprofundamento da tensão econômica tem sido dado, dentre outros aspectos, pela recusa dos novos governos em manter investimentos na construção civil como forma de medidas anticíclicas. É notório que, com a interrupção dos investimentos públicos e a irrupção da crise política e econômica, há uma queda na demanda pelo produto imobiliário. No caso dos espaços economicamente menos dinâmicos, constata-se o abandono do capital imobiliário. Dentre esses territórios que apresentam maiores perdas, Belém e Manaus se destacam nessa desaceleração, sendo que a metrópole amazonense é a única que apresenta reduções também na mediana (ver Tabela 5).

Na análise das medianas, percebemos que os mercados ainda estão sendo influenciados por grandes empresas incorporadoras, apesar de indicar que houve um encolhimento territorial dessa atuação. Nos dados da PNAD Contínua de 2018, é possível observar similaridades em nível regional, apontando-se valores idênticos em metrópoles das regiões Sul e Centro-Oeste (Curitiba, Porto Alegre e Goiânia); e Norte e Nordeste (Manaus, Belém e Fortaleza).

Um aspecto a ser destacado neste estudo diz respeito à análise dos dados referentes ao trabalho principal das pessoas ocupadas. De fato, os níveis salariais não tendem a diminuir acentuadamente com

o encolhimento do setor, visto que a crise trouxe como impacto a supressão de postos de trabalho. Neste caso, enquanto ao contrário do quadro no qual a competição em meio a uma escassez de trabalhadores gera aumentos na renda, a diminuição da atividade gera desemprego com relativa manutenção dos patamares salariais. Apesar desta pesquisa não ter conseguido dados desagregados de taxa de desemprego para o grupo ocupacional dos trabalhadores da construção civil, a Tabela 6 apresenta o comportamento da Pesquisa de Emprego e Desemprego realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) para algumas capitais, como Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo.

Mesmo em se tratando de dados que consideram a totalidade da População Economicamente Ativa (PEA), a tabela a seguir contribui para ilustrar o comportamento do mercado de trabalho ao longo do período estudado. No caso, passado um período de 10 anos em que o desemprego apresentou queda, iniciado ainda em 2003, verifica-se uma tendência preocupante de crescimento atingindo todos os municípios investigados.

Quando analisamos o mercado de trabalho do grupo ocupacional dos trabalhadores manuais da Construção Civil, percebemos que, entre 1991 e 2000, houve uma diminuição nas proporções de postos de trabalho com carteira assinada. Contudo, o Censo Demográfico de 2010, diante da grande produção alavancada pelo *boom* imobiliário e da competição de mercado anteriormente destacada, indica uma recuperação desses níveis.

Ao longo da década de 2010, em meio à grande retração de direitos trabalhistas e consolidação de mecanismos de flexibilização das condições contratuais, percebe-se uma dramática redução no percentual da mão de obra com carteira assinada e vertiginoso aumento dos percentuais de trabalhadores por conta própria. O fenômeno foi mais intenso nos espaços metropolitanos se comparado ao restante do Brasil. Nota-se, ainda, que a retração dos empregados sem carteira também seguiu a tendência observada nos postos com carteira assinada, verificando-se um percentual no Brasil Metropolitano da ordem de 14,27%, bastante inferior ao restante do país, em que os valores relativos ultrapassam mais de um quarto do total de trabalhadores.

TABELA 6: TAXA DE DESEMPREGO (% DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA - PEA) – 1985-2018

ANO	BELO HORIZONTE	FORTALEZA	PORTO ALEGRE	RECIFE	SALVADOR	SÃO PAULO
1985	–	–	–	–	–	12,2
1986	–	–	–	–	–	9,6
1987	–	–	–	–	–	9,2
1988	–	–	–	–	–	9,7
1989	–	–	–	–	–	8,7
1990	–	–	–	–	–	10,3
1991	–	–	–	–	–	11,7
1992	–	–	–	–	–	15,2
1993	–	–	12,2	–	–	14,6
1994	–	–	11,3	–	–	14,2
1995	–	–	10,7	–	–	13,2
1996	12,7	–	13,1	–	–	15,1
1997	13,4	–	13,4	–	21,6	16,0
1998	15,9	–	15,9	21,6	24,9	18,2
1999	17,9	–	19,0	22,1	27,7	19,3
2000	17,8	–	16,6	20,7	26,6	17,6
2001	18,3	–	14,9	21,1	27,5	17,6
2002	18,1	–	15,3	20,3	27,3	19,0
2003	20,0	–	16,7	23,2	28,0	19,9
2004	19,3	–	15,9	23,1	25,5	18,7
2005	16,7	–	14,5	22,3	24,4	16,9
2006	13,8	–	14,3	21,3	23,6	15,8
2007	12,2	–	12,9	19,7	21,7	14,8
2008	9,8	–	11,2	19,6	20,3	13,4
2009	10,3	11,4	11,1	19,2	19,4	13,8
2010	8,4	9,4	8,7	16,2	16,6	11,9
2011	7,0	8,9	7,3	13,5	15,3	10,5
2012	5,1	8,9	7,0	12,0	17,7	10,9
2013	6,9	8,0	6,4	13,0	18,3	10,4
2014	–	7,6	5,9	12,4	17,4	10,8
2015	–	8,6	8,7	–	18,7	13,2
2016	–	13,1	10,7	–	24,1	16,8
2017	–	–	11,2	–	24,1	18,0
2018	–	–	–	–	25,7	16,6

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego – Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. Elaboração: Dieese. Observação: (–) Dado não disponível.

TABELA 7: SITUAÇÃO TRABALHISTA DO OPERÁRIO DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018 (EM %)

ANO	BRASIL	SEM RE- MUNE- RAÇÃO	EMPRE- GADO	EMPRE- GADO COM CAR- TEIRA	EMPRE- GADO SEM CAR- TEIRA	CONTA PRÓPRIA	MILI- TAR OU ESTATU- TÁRIO	SEM DECLA- RAÇÃO
1980	Metropolitano	0,27	69,60	–	–	29,54	–	0,60
	Não Metropolitano	0,77	70,43	–	–	28,26	–	0,54
1991	Metropolitano	0,21	–	38,46	11,59	48,63	1,10	–
	Não Metropolitano	0,81	–	31,46	17,79	48,10	1,83	–
2000	Metropolitano	1,05	–	25,93	27,60	44,19	1,22	–
	Não Metropolitano	1,58	–	21,74	35,24	39,75	1,70	–
2010	Metropolitano	0,51	–	34,67	21,37	43,17	0,28	–
	Não Metropolitano	0,65	–	28,92	28,61	41,25	0,57	–
2018	Metropolitano	0,17	–	18,92	14,27	66,23	0,41	–
	Não Metropolitano	0,64	–	20,59	25,10	52,62	1,05	–

Fonte: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Embora a precarização do mercado de trabalho desse grupo ocupacional tenha se acentuado a partir de 2010, a falta de proteção social vem se consolidando por um período mais longo. Até a década de 1991, esse setor tinha uma média nacional de 54,4% da mão de obra contribuindo para a previdência. Em 2000, esse patamar nacional caiu para 18,7% (Tabela 8).

A redução previdenciária da categoria do operário da construção civil traz impactos relevantes, pois, diante de acidentes de trabalho, o indivíduo fica sem qualquer proteção social. Este fato é mais alarmante considerando que a construção civil, junto com a indústria de transformação, é uma das atividades econômicas com mais casos de acidentes de trabalho. Contudo, diferentemente da indústria, os casos letais na construção civil são mais numerosos, assim como os acidentes que geram invalidez. Neste sentido, merecem destaque, para estudos futuros, os impactos da onda ultraliberal, que, rápida e vorazmente, varre os direitos sociais

e precariza o trabalho, atingindo de forma brutal o trabalhador manual da construção civil.

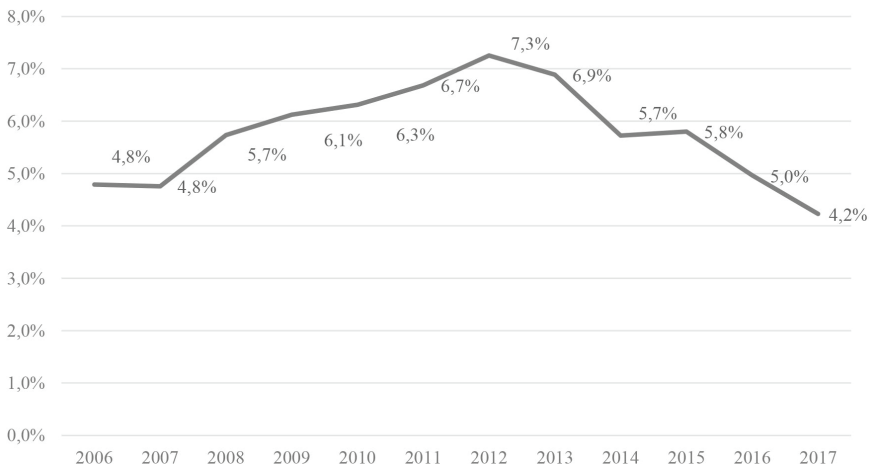
TABELA 8: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE OPERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL CONTRIBUINDO PARA A PREVIDÊNCIA NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018 (EM %)

BRASIL METRO- POLITANO	1980		1991		2000		2010		2018	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Belém	63,31	36,69	38,48	61,52	4,00	96,00	6,67	93,33	5,99	94,01
Belo Horizonte	76,87	23,13	60,98	39,02	13,09	86,91	18,95	81,05	22,59	77,41
Brasília	75,60	24,40	45,13	54,87	6,75	93,25	10,36	89,64	13,29	86,71
Curitiba	80,15	19,85	54,40	45,60	11,12	88,88	16,21	83,79	20,40	79,60
Fortaleza	56,99	43,01	40,16	59,84	4,14	95,86	6,80	93,20	5,31	94,69
Recife	64,13	35,87	50,58	49,42	7,22	92,78	7,61	92,39	7,27	92,73
Salvador	77,30	22,70	57,43	42,57	8,00	92,00	10,04	89,96	15,42	84,58
Goiânia	64,03	35,97	41,58	58,42	5,28	94,72	9,27	90,73	20,35	79,65
São Paulo	69,61	30,39	55,78	44,22	11,62	88,38	15,37	84,63	17,19	82,81
Rio de Janeiro	75,64	24,36	58,43	41,57	17,22	82,78	15,71	84,29	20,25	79,75
Porto Alegre	85,42	14,58	60,09	39,91	18,82	81,18	19,66	80,34	24,30	75,70
Manaus	57,22	42,78	33,88	66,12	4,16	95,84	5,83	94,17	5,46	94,54
BRASIL NÃO ME- TROPOLITANO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Baixada Santista	79,34	20,66	56,57	43,43	13,02	86,98	14,94	85,06	–	–
Grande Vitória	76,63	23,37	48,54	51,46	8,42	91,58	16,90	83,10	–	–
Campina Grande	55,45	44,55	34,34	65,66	3,42	96,58	6,94	93,06	–	–
João Pessoa	70,39	29,61	47,86	52,14	5,47	94,53	11,09	88,91	–	–
Maringá	68,08	31,92	51,45	48,55	7,13	92,87	15,28	84,72	–	–
Natal	69,98	30,02	41,96	58,04	4,55	95,45	8,00	92,00	–	–
Outros Municípios	58,42	41,58	43,75	56,25	9,42	90,58	12,76	87,24	17,36	82,64

Fonte: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).
Nota: O cálculo do percentual dos censos de 1980 e 1991 desconsiderou as respostas sem declaração.

Outro aspecto importante a ser avaliado diz respeito às características do grupo ocupacional dos trabalhadores manuais da construção civil em relação ao número de horas trabalhadas. Verifica-se um predomínio de operários que trabalham entre 40 e 48 horas semanais, o que poderia indicar a maior presença do setor como única ou principal ocupação. Percebe-se que o total de horas trabalhadas acima de 48 horas vem decaindo, indicando possivelmente redução da demanda por mão de obra. Da mesma forma, verifica-se que o reduzido percentual daqueles com menor carga horária indica que o trabalho na construção civil seria uma opção para poucos enquanto atividade complementar. Associando os dados referentes ao número de horas trabalhadas com a situação trabalhista, tem-se que o trabalhador por conta própria não é aquele que faz bico ou complementa renda; trata-se de operários que trabalham em regime integral por 44 horas semanais e que deixaram de ter carteira de trabalho assinada para serem contratados como Microempreendedores Individuais (MEI).

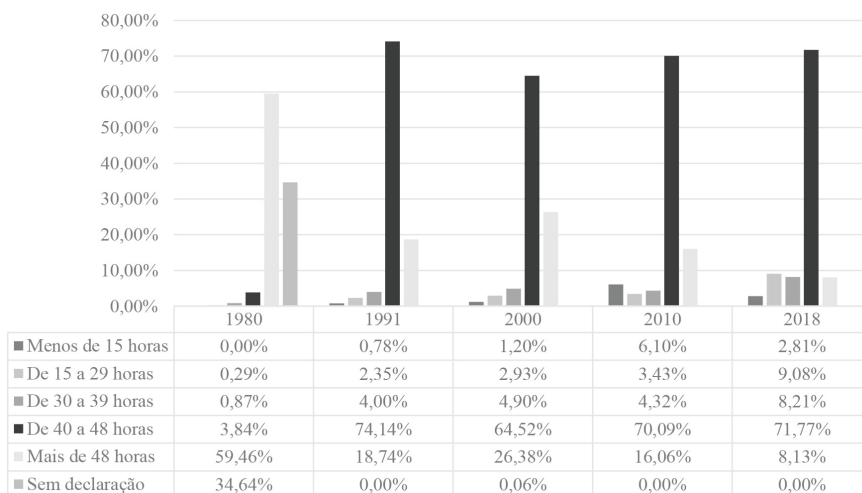
GRÁFICO 2: EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DE ACIDENTES DE TRABALHO NA CONSTRUÇÃO CIVIL – 2006-2017



Fonte: Previdência Social. Nota: Referente à soma dos acidentes das atividades de Construção de Edificações e Obras de Infraestrutura (CNAE).

Ao longo dos anos 2000, constatou-se a nacionalização das grandes empresas do setor da construção civil, cuja entrada em novos mercados demandou uma maior competitividade em termos de preço. Adotar projetos-padrões em diversas regiões do país foi uma estratégia que barateou os custos das obras por meio de instrumentos de planejamento e *marketing*. No entanto, um outro fator que contribuiu para propiciar maiores reduções nos custos foi a instituição de compras coletivas para os diversos empreendimentos dispersos pelo território nacional (SHIMBO, 2010).

GRÁFICO 3: DISTRIBUIÇÃO POR NÚMERO DE HORAS TRABALHADAS PELO TRABALHADOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL - 1980-2018



Fonte: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Para gerenciar as obras, foram implantados sistemas de informações a serem alimentados diariamente com o andamento da obra. A compra coletiva conseguiu preços de insumos competitivos. Neste sentido, o sistema passou a controlar o ritmo de entrega de materiais, exigindo um perfil diferente do operário responsável pelo almoxarifado nas obras. Antes, exigia-se ao operário que possuísse nível básico de escolaridade apenas para lidar com planilhas simples em papel e fazer o controle dos materiais. Hoje, essa atividade é acumulada pelo técnico de nível médio que também precisa ter conhecimento de informática. Por outro lado, no canteiro de obra,

não existe mais o controle de estoque da forma como existia antes, uma vez que essa tarefa está centralizada no escritório de compras, que, por sua vez, conecta-se ao almoxarifado do canteiro de obras pela internet.

O processo projetual também sofreu influência da dinâmica de produção em massa de unidades habitacionais. As dimensões dos cômodos passaram a refletir uma otimização das dimensões dos tijolos e revestimentos cerâmicos utilizados. O conforto ergonômico e as possibilidades de *layout* se tornaram elementos secundários. A consequência dessa mudança no plano da concepção para o canteiro de obra é a eliminação de resíduos com cortes de materiais e a redução das equipes de serventes responsáveis pela limpeza do canteiro.

Embora as inovações tecnológicas tenham suprimido alguns postos de trabalho no canteiro de obras, o impacto não foi dos mais intensos. Grande parte das inovações acontece na etapa de concepção/gestão da obra, e o trabalho em canteiro mantém sua essência de trabalho coletivo manufaturado com utilização intensiva de força de trabalho.

Em relação às características do trabalhador no que diz respeito à cor/raça, o ramo dos operários da construção civil é composto em sua maioria por negros. Chama a atenção que, em todos os anos, independentemente de ser área metropolitana ou não, o negro obteve renda média menor do que as outras cores/raças, mostrando que os mecanismos de manutenção das desigualdades relativos aos negros persistem.

Por outro lado, chamam a atenção os elevados rendimentos dos indivíduos que se declaram amarelos, mesmo ao se tratar de uma categoria de trabalho manual. Uma hipótese para essa melhor condição de renda pode ser explicada na tendência de organização de grupos de imigrantes asiáticos em torno de uma atividade especializada específica. Algumas metrópoles identificam esses grupos no ramo de serralheria e vidraçaria, que, devido à estratégia de fechamento social da atividade no grupo (TILLY, 1998), pode controlar a competição no mercado de trabalho e manter um maior nível de remuneração.

TABELA 9: DISTRIBUIÇÃO POR COR/RAÇA DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018

ANO	BRASIL	ESTATÍSTICA	RAÇA/COR				
			BRANCA	NEGRA	AMARELA	INDÍGENA	IGNORADA
1980	Metropolitano	Percentual (%)	28,83	70,89	0,05	–	0,24
		Média de Rendimento (R\$)	1.528,74	1.389,98	2.384,87	–	1.290,72
	Não Metropolitano	Percentual (%)	32,96	66,80	0,05	–	0,19
		Média de Rendimento (R\$)	1.263,90	1.154,78	1.311,17	–	1.062,28
1991	Metropolitano	Percentual (%)	40,32	59,00	0,27	0,10	0,31
		Média de Rendimento (R\$)	1.994,34	1.410,39	4.364,15	1.552,34	3.549,40
	Não Metropolitano	Percentual (%)	47,58	52,06	0,12	0,09	0,15
		Média de Rendimento (R\$)	1.426,79	1.036,21	2.678,40	1.205,49	1.134,20
2000	Metropolitano	Percentual (%)	40,99	57,73	0,18	0,46	0,64
		Média de Rendimento (R\$)	1.639,15	1.307,41	2.509,64	1.338,81	1.415,12
	Não Metropolitano	Percentual (%)	48,76	50,20	0,12	0,35	0,56
		Média de Rendimento (R\$)	1.337,57	989,24	2.138,44	1.070,95	1.035,07
2010	Metropolitano	Percentual (%)	34,13	64,78	0,87	0,21	0,00
		Média de Rendimento (R\$)	1.746,59	1.399,83	1.533,10	1.602,17	*
	Não Metropolitano	Percentual (%)	41,59	57,30	0,80	0,31	0,00
		Média de Rendimento (R\$)	1.606,45	1.227,76	1.314,31	1.209,49	*
2018	Metropolitano	Percentual (%)	31,59	67,30	0,56	0,54	0,00
		Média de Rendimento (R\$)	1.707,89	1.402,63	2.174,98	2.232,34	*
	Não Metropolitano	Percentual (%)	35,54	63,64	0,32	0,48	0,02
		Média de Rendimento (R\$)	1.569,06	1.225,27	1.293,04	1.068,13	987,68

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Ao buscar caracterizar o grupo ocupacional a partir do sexo, observa-se que esse ramo é predominantemente dominado por homens. Contudo, ao longo do período estudado, vê-se uma crescente participação das mulheres a partir dos anos 2000. Desde

então, passou a ser constatada a contratação de mulheres para ocupar postos no canteiro de obras, principalmente na fase de acabamento. Esse fenômeno diz respeito ao fato de que as mulheres são mais cuidadosas na fixação de esquadrias, aplicação de rejuntamento, pintura de portas e janelas. A utilização de mão de obra feminina no acabamento reduz o atendimento do serviço pós-venda com relação aos reparos apontados pelos novos proprietários dos imóveis. Dados do Ministério do Trabalho e Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) mostram que, entre os anos 2002 e 2012, a participação feminina na área da construção civil aumentou 65%. Nesse período, o crescimento anual médio foi de 20% de participação de mulheres. Mesmo com a retração do mercado, construtoras, empreiteiras e empresas do setor continuam interessadas em expandir a mão de obra feminina nos canteiros de obra pelo diferencial que as mulheres incorporam ao trabalho. A contratação da mulher como mão de obra na construção civil também é facilitada pelo processo de fragmentação da produção por meio do qual as grandes empresas, ao adotar os pacotes de gerenciamento da construção, subdividem a obra em partes, viabilizando, com isso, a contratação de serviços específicos como acabamentos e limpeza os quais, por sua vez, viabilizariam a maior inserção do trabalho feminino.

Por fim, a caracterização da origem do operário da construção civil demonstra uma maior fixação dessa categoria no território. É importante lembrar que, no Brasil, por muito tempo, as migrações de trabalhadores não qualificados para os grandes centros urbanos tinham na atividade da construção civil uma porta de entrada para o mercado de trabalho. Essa realidade pode ser considerada verdadeira até o início da década de 1980 devido à velocidade de urbanização pela qual todo o país estava passando. Contudo, diante do excedente de mão de obra e a desaceleração do crescimento econômico naquele período, houve uma ampla redução em termos percentuais. Ao verificar os dados da Tabela 10, percebe-se, ainda, que o trabalhador migrante da construção civil estava presente não somente nas metrópoles, mas também nos espaços não metropolitanos, apesar de o percentual de migrantes nos espaços metropolitanos ser levemente inferior aos espaços metropolitanos.

TABELA 10: DISTRIBUIÇÃO POR SEXO DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) - 1980-2018

ANO	ESTATÍSTICA	BRASIL METROPOLITANO		BRASIL NÃO METROPOLITANO	
		MASCULINO	FEMININO	MASCULINO	FEMININO
1980	Percentual (%)	99,41	0,59	99,03	0,97
	Média de Rendimento (R\$)	1.569,59	909,26	1.246,04	631,01
1991	Percentual (%)	96,27	3,73	97,39	2,61
	Média de Rendimento (R\$)	1.686,32	1.738,38	1.247,40	1.143,41
2000	Percentual (%)	99,18	0,82	98,96	1,04
	Média de Rendimento (R\$)	1.462,23	1.505,80	1.183,23	894,63
2010	Percentual (%)	95,41	4,59	95,72	4,28
	Média de Rendimento (R\$)	1.535,03	1.459,33	1.405,12	1.274,23
2018	Percentual (%)	97,20	2,80	98,32	1,68
	Média de Rendimento (R\$)	1.575,99	1.440,54	1.444,82	1.228,86

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

TABELA 10: DISTRIBUIÇÃO POR TEMPO DE MORADIA NO MUNICÍPIO DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) - 1980-2018 (EM %)

ANO	BRASIL	NÃO MIGRANTE	MIGRANTE				TOTAL
			ATÉ 2 ANOS	DE 3 A 9 ANOS	ENTRE 10 E 20 ANOS	ACIMA DE 21 ANOS	
1980	Metropolitano	19,41	0,41	80,18	0,00	0,00	80,59
	Não Metropolitano	15,11	1,02	83,86	0,00	0,00	84,89
1991	Metropolitano	32,92	10,41	15,34	26,30	15,03	67,08
	Não Metropolitano	46,05	8,87	14,50	20,58	9,99	53,95
2000	Metropolitano	33,41	8,76	18,00	22,51	17,33	66,59
	Não Metropolitano	48,27	7,71	13,47	18,31	12,24	51,73
2010	Metropolitano	40,49	6,73	9,45	20,21	23,11	59,51
	Não Metropolitano	49,24	6,64	8,60	15,21	20,31	50,76

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Na década de 1970, a atividade da construção civil, impulsionada pelos investimentos públicos em habitação e infraestrutura, absorveu, de fato, uma mão de obra não qualificada migrante. A absorção de migrantes se intensificou na década de 1980, quando passou a apresentar quedas ao longo das décadas de 1990 e 2000 (capturadas, respectivamente, pelos censos de 2000 e 2010). Esses dados mostram que, embora o migrante ainda represente mais da metade dos postos de trabalho na construção civil, grande parte deles migrou havia pelo menos 10 anos, reforçando a hipótese de que a relativa imobilidade espacial da mão de obra no setor influencia na competição no mercado de trabalho e nos níveis salariais de cada território.

Considerações finais

No Brasil, a atividade da construção civil sempre esteve ligada à ideia de uma atividade refratária à adoção de métodos fordistas de produção e, até mesmo, ao controle taylorista dos tempos no processo produtivo. Prevalece a imagem do canteiro de obras como aquela que reflete um cenário pouco mecanizado, aparentemente caótico e fundamentado no trabalho braçal. Na realidade, a dinâmica retratada no canteiro de obras transmite o caráter particular do processo produtivo da construção civil, em que o produto imobiliário é fixo no espaço e a dinâmica da mão de obra no uso dos insumos segue uma regra diferente da lógica sequencial e rotinizada das práticas fabris. No canteiro de obras, a inovação surge para aumentar a produtividade do trabalhador braçal e do lucro do empresário, sem, com isso, submeter o trabalhador à máquina. Neste sentido, o setor é pouco aderente à supressão de mão de obra pelo processo de mecanização, mantendo a utilização intensiva do trabalhador manual no processo produtivo.

No estudo relatado neste artigo, observa-se que, apesar da intensificação da atividade no setor de edificações e de infraestrutura ao longo da década de 2000, a participação do setor da construção civil na composição nacional do mercado de trabalho se manteve estável. Isso pode ser atribuído aos efeitos multiplicadores da atividade da construção em uma larga gama

de atividades econômicas que envolve a produção de insumos, o comércio e uma série de serviços necessários para ocupação dos estoques imobiliários produzidos.

Observando o caráter das condições do emprego, ao longo da década de 2000 houve sensível redução da proteção social previdenciária dos trabalhadores. Porém, a precarização mais profunda se deu durante a década de 2010 com a grande redução do percentual de operários com carteira de trabalho assinada e o vertiginoso aumento de trabalhadores por conta própria.

De uma maneira geral, o setor continua sendo dominado por homens, com pequenos crescimentos da mão de obra feminina ao longo das quatro décadas estudadas. Confirmando a literatura, observa-se que a média dos rendimentos femininos é normalmente inferior à dos rendimentos masculinos.

Embora o aquecimento do setor não tenha alterado significativamente a participação desse grupo ocupacional no mercado nacional, assim como seus níveis de renda, observa-se que o processo de financeirização de grandes empresas imobiliárias da construção civil ao longo da década de 2000, juntamente com os programas governamentais de habitação social, promoveram uma nacionalização dos mercados imobiliários que, até então, eram predominantemente locais. Esse fenômeno resultou em ajustes locais de remuneração, impactando na estrutura social da microescala.

São evidentes as diferenças territoriais com relação ao setor, se considerados os recortes espaciais metropolitanos e não metropolitanos brasileiros. Todavia, constata-se que, no âmbito regional, essa diferenciação se mostra ainda mais profunda, colocando-se, desde já, em nossa agenda de pesquisa como uma questão a ser aprofundada em futuros estudos. Da mesma forma, no âmbito metropolitano, a localização do setor da construção civil no território tende a evidenciar uma série de iniquidades socioespaciais no referente ao distanciamento entre o local de trabalho e o local de moradia.

Thêmis Amorim Aragão é arquiteta e urbanista (UFC), mestre e doutora em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ) com duplo doutorado em Economia pela Universität Hamburg. Especialista em Análise Ambiental e Gestão do Território (EN-CE/IBGE). Pós-doutoranda (IPPUR/UFRJ) e pesquisadora do Núcleo Rio de Janeiro do Observatório das Metrópoles. Contato: themisaragao@gmail.com

Renato Pequeno é doutor em Arquitetura e Urbanismo pela FAUUSP (2002) professor associado do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFC, coordenador do Laboratório de estudos da Habitação - Lehab - UFC e pesquisador do Núcleo Fortaleza do Observatório das Metrópoles. Contato: renatopequeno@gmail.com

Referências

ARAGÃO, T. A. **Social Limits of Market-oriented Housing Policy: The Brazilian Case.** 2017. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

ARANTES, P. **A arquitetura na era digital-financeira: desenho, canteiro e renda da forma.** São Paulo: Editora 34, 2012.

BALL, M. **Rebuilding Construction: economic change in the British construction industry.** Londres: Routledge, 1988.

BARROS, L. T. **Política Habitacional em Goiás: do Mutirão ao Cheque Moradia.** 2011. 192 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CANO, W. A desindustrialização no Brasil. **Econ. soc. [online]**, v. 21, pp. 831-851, 2012.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A.; ARAÚJO, F. de S. “Habitação de Interesse Social: Política ou Mercado? Reflexos sobre a Construção do Espaço Metropolitano”. In: XIV Encontro Nacional da ANPUR. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2011.

CORIAT, B. “Le procès de travail de type “chantier” et sa rationalisation: remarques sur quelques tendances de la recherche actuelle”. In: Colloques: Le Travail em Chantiers. Plan Construction et Habitat. **Actes...** Paris, 16-17 nov. 1983. Traduzido por Jorge Hajime Oseki. São Paulo: mimeo, 1983.

FERRO, S. **Arquitetura e trabalho livre.** São Paulo: Cosac & Naify, 2006.

MELO, M. L. de; MOURA, H. A. de (Coord.). **Migrações para Manaus**. Recife: Massangana, 1990.

PEREIRA, P. C. X. “¿Mercantilización de la tierra y del trabajo? ¿Un problema insoluble? In: FERNANDEZ, M.; LASSALE, M. (Org.). **Teoría, política y sociedad**. Reflexiones críticas desde América Latina. 1ª ed. Buenos Aires: Clacso Ediciones, 2018, v. 1, p. 439-454.

POCHMANN, M.; MORAES, R. **Capitalismo, classe trabalhadora e luta política no início do Século XXI**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017. 120p.

SANTOS, M. **Território globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SHIMBO, L. F. **Habitação social, Habitação de mercado**: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

TILLY, C. **Durable inequality**. California: University of California Press, 1998.

VARGAS, N. “Racionalidade e não-racionalização: o caso da construção habitacional”. In: VARGAS, N.; FLEURY, A. C. (Orgs.). **Organização do trabalho**: uma abordagem interdisciplinar. São Paulo: Atlas, 1983.

Trabalhadores do comércio: ocupações exercidas na rua e em estabelecimento

Marcelo Gomes Ribeiro

Introdução

O presente capítulo objetiva apresentar a análise realizada sobre as mudanças ocorridas no grupo ocupacional dos trabalhadores do comércio no período de 1980 a 2018, confrontando os resultados correspondentes ao Brasil Metropolitano e ao Brasil Não Metropolitano. No período mencionado, ocorreram muitas transformações na sociedade brasileira que afetaram o mercado de trabalho dos trabalhadores do comércio. É à luz dessas transformações como procuraremos apresentar as eventuais mudanças que atingiram esse grupo de trabalhadores. Como as atividades de comércio são atividades eminentemente urbanas, e considerando o fenômeno metropolitano existente no país, a análise realizada estabeleceu a separação entre o Brasil Metropolitano, tratado pelo conjunto das 12 metrópoles existentes no país, e o Brasil Não Metropolitano, que corresponde a todo o território nacional não metropolitano, mas, ainda assim, um território que se tornou altamente urbanizado nas décadas analisadas.

Esse grupo ocupacional se caracteriza por ocupações manuais vinculadas à comercialização e, embora seja numericamente muito expressivo na população ocupada brasileira, paradoxalmente é pouco estudado. Na verdade, não há nenhum estudo a respeito desse grupo realizado de modo conjunto entre as ocupações que o constituem. Os estudos existentes, além de fragmentados (pois focados em algumas das ocupações do comércio), são também escassos, principalmente quando a perspectiva vinculase às condições de trabalho. Neste sentido, a análise conjunta dos

trabalhadores do comércio apresentada neste capítulo, ao agregar as ocupações de comércio exercidas dentro de estabelecimentos e as ocupações de comércio realizadas na rua ou no espaço público, constitui uma contribuição inédita para os estudos do mercado de trabalho no Brasil. Além disso, tem a relevância de suscitar, no processo analítico, a comparação entre esses diferentes contextos de trabalho que normalmente são estudados de modo separado dada a crença de que são ocupações cujas naturezas são distintas mesmo sem investigação mais profunda a respeito.

A análise empreendida se utilizou dos dados dos Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) Contínua de 2018, todas elas produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Por meio do emprego da estatística descritiva para o processo analítico realizado, foi possível alcançar o objetivo proposto neste capítulo e, deste modo, construir uma interpretação acerca dos trabalhadores do comércio na realidade brasileira metropolitana e não metropolitana.

O capítulo está estruturado em mais cinco seções, além desta Introdução. No item 1, é apresentada a sistematização da constituição sócio-histórica dos trabalhadores do comércio, considerando as diferentes representações existentes sobre esse grupo ocupacional. No item 2, apresentamos as características gerais dos trabalhadores do comércio, tendo em vista sua participação na população ocupada e seu perfil sociodemográfico. No item 3, são discutidas as condições ocupacionais desse grupo a partir de variáveis como: posição na ocupação; horas trabalhadas; condição de contribuição para previdência; e tempo de vínculo na ocupação. No item 4, é analisada a situação de remuneração dos trabalhadores do comércio. Por fim, nas Considerações Finais, é apresentada uma reflexão que tangencia as condições de trabalho, a sociabilidade e a construção de identidade dos trabalhadores do comércio.

1. Constituição sócio-histórica dos trabalhadores do comércio

Os trabalhadores do comércio podem ser compreendidos como um grupo ocupacional dada a natureza do trabalho que realizam.

Essa natureza é caracterizada pela venda de mercadorias para os consumidores finais. No entanto, apesar da natureza comum desse tipo de trabalho, há diferenças entre os trabalhadores do comércio de rua (ou nos espaços públicos) e os trabalhadores do comércio dentro de estabelecimentos econômicos (lojas, mercados, *shopping centers* etc.). Mesmo assim, ambos têm em comum o fato de que a realização do trabalho está estreitamente vinculada à cidade e suas transformações; portanto, esse grupo ocupacional também precisa ser compreendido em relação às mudanças que ocorrem no processo de urbanização. No Brasil, como veremos, o modo como se processou a urbanização conformou o modo de realizar o trabalho de comércio nos espaços públicos e nos espaços privados. Por outro lado, a forma como isso ocorreu também moldou diferentemente as condições de trabalho e, por conseguinte, as dinâmicas de sociabilidade e de construção de identidade coletiva associadas a esses trabalhadores.

No imaginário coletivo, ainda está disseminada a ideia de que o trabalho de comercialização realizado no espaço público corresponderia ao trabalho informal, irregular ou ilegal, e de que o trabalho realizado nos espaços privados, como em lojas, mercados ou *shopping centers*, corresponderia ao trabalho formal. Por esse motivo, antes de avançarmos na apresentação desses processos sócio-históricos que nos permitirão melhor compreensão dos trabalhadores do comércio, teceremos algumas considerações acerca da concepção de formalidade e informalidade. Por sua vez, isso nos permitirá utilizar tais categorias de modo mais abrangente e menos comprometido juridicamente falando.

A formalidade e/ou a informalidade podem se referir à atividade econômica ou ao trabalho¹. Quando referente à atividade econômica, significa que há autorização político-institucional para que ela possa ser realizada, independentemente de isso resultar na obrigatoriedade de pagamento de impostos. Por exemplo, pode ocorrer de certa atividade vir a ser autorizada pelo governo municipal por meio de um registro mediante cadastro

¹ Também pode se referir ao setor de atividade econômica ou aos diferentes tipos de mercado (CACCIAMALI, 1982). Porém, para os propósitos da argumentação que queremos realizar neste trabalho, essas distinções apresentam contribuições, apesar de serem importantes quando se pretende refletir sobre os processos de desenvolvimento econômico das nações.

utilizado pela prefeitura, como normalmente ocorre em relação às atividades de ambulantes quando regularizadas pelo poder público. Muitas dessas formas de autorização exigem apenas o pagamento de uma taxa para a prefeitura, que não se configura como imposto e que também não implica outras obrigações com o poder público. Porém, para que consigam funcionar corretamente, muitas atividades econômicas precisam ser autorizadas pelo poder público a partir da aquisição de diversas modalidades de alvarás (bombeiros, órgão sanitário, órgão do meio ambiente etc.), tendo como obrigação o pagamento de impostos. É evidente, portanto, que há diferenças na relação jurídica dessas atividades econômicas com o poder público; porém, pelo caráter da autorização para seu funcionamento, essas diferentes formas de relação podem acabar sendo configuradas como atividades formais. Independentemente do modo como cada atividade econômica se relaciona juridicamente com o poder público, a formalidade da atividade não corresponde, necessariamente, à formalidade do trabalho que é nela exercido. Em outras palavras, mesmo que dada atividade econômica seja formal, o trabalho nela exercido pode eventualmente ser informal.

O fundamento do trabalho formal ou informal, na perspectiva que estamos adotando, corresponde à condição ou não de proteção social a que estão submetidas as pessoas que realizam o trabalho. Essa condição de proteção social diz respeito a um conjunto de normas jurídicas que regulamentam as relações de trabalho capazes de assegurar a reprodução social no presente e no futuro, dentro e fora do espaço onde o trabalho é realizado. Por esses motivos, tais normas jurídicas dizem respeito à regulamentação do salário, da jornada de trabalho, de descansos semanais e férias, que são condições necessárias no dia a dia dos trabalhadores, mas também dizem respeito a um programa de previdência (aposentadoria ou pensão), licença por motivo de saúde e seguro-desemprego, também necessários quando os trabalhadores precisam afastar-se do trabalho de modo permanente ou provisório. Essas condições de proteção social foram estabelecidas no Brasil a partir dos anos 1930 e estão descritas na legislação denominada de Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), cujo principal símbolo de referência é a *carteira de trabalho assinada*. As

pessoas dotadas do uso da carteira de trabalho assinada teriam a garantia daquelas condições que permitiriam conceder-lhes a proteção social, sendo consideradas, portanto, modalidades vinculadas ao trabalho formal. As modalidades de trabalho que não garantissem aquele conjunto de proteção social (ou a maioria deles) seriam consideradas modalidades de trabalho informal. Nessa perspectiva, não basta apenas ter assegurado salário ou uma alta remuneração: é necessário ter assegurado, também, um conjunto de dispositivos que permitam a proteção social no sentido de garantir a reprodução social (presente e futura).

Historicamente, contudo, os limites entre as situações de formalidade e de informalidade no Brasil sempre foram muito tênues. Isso se caracteriza por situações de regularização das atividades econômicas sem assegurar necessariamente proteção social a quem realiza o trabalho. Temos, como exemplo, a contratação de mão de obra sem carteira de trabalho assinada, as diversas tentativas de se burlar a legislação trabalhista (mesmo em situações formais de trabalho) e, atualmente, a possibilidade de ter assegurada proteção social, mas de modo incompleto, a partir do registro da atividade econômica para as pessoas que trabalham por conta-própria mediante registro nacional denominado por Microempreendedor Individual (MEI). Essa última modalidade permite que trabalhadores autônomos possam ter um número de Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Mesmo que a atividade econômica não seja regularizada junto ao poder público, a pessoa portadora desse tipo de documento é beneficiada através da previdência social. Todas essas situações tornam difícil estabelecer a separação entre os modos de formalidade e de informalidade, especialmente entre os trabalhadores do comércio. Como esses modos estão presentes tanto nos trabalhos realizados nos espaços privados, quanto nos trabalhos realizados no espaço público ou na rua, haja vista se tratarem de condições diferentes de trabalho, vamos, portanto, utilizar essas últimas designações para compreender a constituição sócio-histórica do grupo ocupacional dos trabalhadores do comércio, qual seja: trabalho realizado na rua ou no espaço público; e trabalho realizado em estabelecimentos ou no espaço privado.

1.1. Trabalho do comércio de rua (ou em espaços públicos)

O comércio de rua (ou realizado no espaço público) tem na imagem do vendedor ambulante ou do camelô a sua expressão mais nítida. Ao comércio de rua, também pode ser incorporado o comércio de bancas de jornais e revistas, as vendas a domicílio e as vendas ocorridas nas feiras livres. Apesar de essas variadas formas de comércio existirem há muito tempo, a problematização do comércio de rua passou a ocorrer no Brasil a partir do modo como se processou o desenvolvimento econômico do país e, por conseguinte, o seu processo de urbanização. Isto aconteceu com o surgimento do comércio ambulante, que previamente se concentrava nas áreas centrais das metrópoles constituídas no bojo da urbanização brasileira.

O desenvolvimento econômico colocado em curso no país a partir dos anos 1930 (e intensificado entre os anos de 1950 e 1980) não aconteceu da mesma forma daquelas observadas nas experiências originárias de industrialização. No caso brasileiro, esse processo foi acompanhado por um acelerado crescimento populacional urbano que tornou incapaz a incorporação de toda a mão de obra disponível nas atividades econômicas vinculadas ao núcleo dinâmico da acumulação capitalista. Essa massa de mão de obra *excedente* foi considerada como massa marginal (QUIJANO, 1973; CASTELLS, 1973). Para sobreviver, necessitou realizar atividades possíveis de trabalho em grandes aglomerações urbanas, mas em condições precárias e sem proteção social. Esse segmento social foi considerado constituidor do setor informal da economia.

Grandes controvérsias se deram a respeito do modo de interpretação desse segmento social, controvérsias estas subjacentes ao modo de interpretação do próprio desenvolvimento econômico brasileiro e de seu processo de modernização (SINGER, 2012). A ideia de marginalidade era operada como se constituísse um setor econômico que ocorria em paralelo ao núcleo dinâmico da acumulação capitalista, apresentando, portanto, formas e relações de trabalho pré-capitalista. A essa interpretação foi contraposta uma outra na qual esse segmento social era não apenas marginal, mas ao mesmo tempo integrado à dinâmica de acumulação. Ele era tido, também, como funcional para o modo como o capitalismo aqui se desenvolvia na medida em que contribuía para o rebaixamento do

valor da força de trabalho, pela expressão que seu exército (industrial) de reserva representava (OLIVEIRA, 2003). Outra interpretação considerava esse segmento social exemplo da caracterização da superexploração do trabalho que ocorria na particularidade do capitalismo brasileiro dada sua condição de dependência em relação aos países economicamente centrais (CARLEIAL, 2010).

Todas as interpretações existentes consideravam singular o desenvolvimento econômico do país e seu processo de modernização. Porém, as interpretações que vinculavam a expansão do capitalismo à ampliação da divisão internacional do trabalho (ao incorporar novos Estados nacionais a essa dinâmica na condição de dependência) também consideravam que as formas e relações de trabalho desse segmento denotado de marginal equivalia à natureza da própria condição de dependência. Por outro lado, aquelas interpretações que afirmavam a existência do setor marginal (ou mesmo sua crítica, que o considerava não apenas integrado, mas funcional ao modo como o capitalismo estava aqui se engendrando) tinham a perspectiva de que o próprio processo de desenvolvimento econômico e de modernização levaria à superação dessas condições de trabalho e, portanto, viam essa condição do segmento marginal como transitória.

No entanto, a partir dos anos de 1980, o Brasil atravessou uma crise econômica e social de contornos muito graves, levando à ampliação da pobreza urbana e, por conseguinte, à mudança de perspectiva quanto à dimensão transitória do segmento marginal da economia. Essa mudança de perspectiva foi reafirmada na medida em que se estabeleceu no país a chamada reestruturação produtiva, isto é, quando passaram a surgir relações flexíveis de trabalho e processos de terceirização, denotando novas formas e relações precárias de trabalho. O trabalho precário e informal, no qual originalmente se configurou o comércio de rua, deixou de ser considerado como transitório e passou a ser encarado como elemento estrutural da economia e da sociedade.

Por muito tempo, ao considerar as atividades do setor informal como sendo irregulares (e, em muitas situações, ilegais), o poder público apresentou ações de caráter repressor sobre esse segmento social. Em análise do comércio de rua feita em São Paulo e Rio de Janeiro, Hirata (2014) afirma que, até o começo dos anos de 1990,

esse tipo de atividade era considerado um problema, e que não se percebia os vendedores do comércio de rua como trabalhadores, mas como vadios e desempregados, ou como aqueles que lutavam para sobreviver. Essa percepção era a principal razão pela qual a relação entre os vendedores de rua e o poder público decorria de uma política de manutenção da ordem pública. Mesmo depois de regulamentadas essas atividades em anos posteriores, permitindo àqueles que adquiriam do poder público a autorização para a realização do comércio de rua, novas modalidades de repressão passaram a se constituir principalmente entre os vendedores que não conseguiram a autorização do poder público e dos agentes controladores do espaço público. Isso implicou novos conflitos em torno dessa questão, constituindo, segundo Hirata (2014), um mercado político baseado na coerção.

Apesar de o comércio de rua existir há muitas décadas no Brasil, são poucos os estudos com análises focadas nas condições de realização desse trabalho. Isto é, muitos estudos realizados têm como perspectiva a análise da informalidade, setor no qual o comércio de rua estaria inserido. Daí a dificuldade de estabelecer a sistematização da produção existente sobre esse fenômeno. Há de se considerar que existe, também, uma gama de estudos sobre o comércio de rua cuja preocupação não recai sobre a identificação do perfil dos seus trabalhadores. Perante esse estado da arte, alguns dos estudos que tratam das condições de trabalho, entre os que conseguimos localizar, serão sumarizados abaixo.

Em análise realizada na década de 1990, período em que ocorreu a reestruturação produtiva e o estabelecimento de relações flexíveis de trabalho, Melo e Teles (2000) empreenderam uma investigação que destacaram o perfil dos trabalhadores de ocupações do comércio ambulante na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, considerada uma das principais metrópoles desse tipo de atividade econômica do país, a partir dos dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME-IBGE). Averiguaram que as ocupações do comércio ambulante tinham predominância de homens (em torno de 60%), fato que devia estar relacionado à situação de insegurança e perigo a que essa atividade está comumente sujeita. Além disso, as ocupações eram constituídas por uma faixa etária formada por “jovens-adultos”, apesar do aumento da população de maior idade. Isso justificaria o fato de essas

ocupações serem tanto uma opção de trabalho enquanto alternativa ao trabalho formal, assim como uma escolha permanente para aqueles que, ao avançarem na idade, teriam maior dificuldade para inserção no mercado de trabalho. Mesmo considerando a ocorrência de aumento do nível de instrução, esse seria o caso dos trabalhadores do comércio ambulante, que, naquele momento, eram constituídos por pessoas de cinco a oito anos de escolaridade (segunda fase do atual ensino fundamental) e de 9 a 11 anos de instrução (atual ensino médio). Além disso, a grande maioria desses trabalhadores era identificada pelo papel de provedores familiares (responsável e cônjuge), demonstrando que essa atividade não seria escolhida apenas como complemento de renda, mas como remuneração principal para o sustento das famílias.

Outra análise que procurou caracterizar o perfil das ocupações do comércio ambulante é a de Pamplona (2013), mas com foco na Região Metropolitana de São Paulo no período de 1999 a 2009 e a partir de dados da Fundação Seade. A primeira constatação é de que, entre 1999 a 2003 (considerado um período de continuidade à deterioração do mercado de trabalho evidenciada nos anos de 1990), houve aumento das ocupações do comércio de rua e, ao mesmo tempo, aumento da taxa de desocupação. No período de 2004 a 2009, contudo, ocorreu o contrário: redução das ocupações do comércio de rua e redução da taxa de desocupação, mostrando uma relação direta entre os dois fenômenos. O perfil dos ocupados no comércio de rua seguiu as mesmas características vistas por Melo e Teles (2000) para o Rio de Janeiro, porém, acrescentado por alguns aspectos não mencionados por esses dois últimos autores. Apesar de a maioria dos ocupados na Região Metropolitana de São Paulo ser constituída por migrantes, principalmente de origem nordestina, eles eram residentes de longa duração na metrópole. Além disso, o rendimento médio era baixo em comparação ao conjunto de ocupados: quase a totalidade não contribuía para a previdência, além de a grande maioria ser constituída por autônomos.

Em pesquisa tipo *survey* aplicada na área central da cidade de Goiânia com camelôs e feirantes, Lopes (2011) realizou o levantamento sobre o perfil desses trabalhadores e suas condições de trabalho. Embora esse levantamento tenha sido muito abrangente, foram

destacadas apenas quatro questões investigadas que nos parecem relevantes para a discussão posterior a ser realizada. A primeira questão tem a ver com o fato de apenas 12,1% dos entrevistados terem apresentado filiação com algum sindicato ou associação, o que demonstra a frágil organização existente entre eles e a pouca capacidade de construção de ação coletiva, o que pode explicar a ausência de construção de identidade coletiva. A segunda questão diz respeito ao fato de que 55,3% dos entrevistados afirmaram que não mudariam para um emprego com carteira de trabalho assinada. A terceira questão refere-se ao motivo apresentado pela maioria dos entrevistados para justificar por que razão continuavam a exercer tal atividade. O primeiro motivo referiu-se à “única opção no mercado de trabalho” (30,2%); o segundo motivo diz respeito às vantagens financeiras (17,6%); e o terceiro motivo indicou empate de duas alternativas: garante a sobrevivência (11,4%) e a autonomia/independência (11,4%). Apesar do primeiro motivo mencionado, os demais apresentados parecem indicar uma relação em que a “ética do trabalhar”, como sugere Rangel² (2017, p. 82), substitui a “ética do emprego”, na medida em que “na *ética do trabalhar*, é celebrada a capacidade de obter sucesso mesmo num ambiente de insegurança e instabilidade. Valoriza-se a capacidade de encontrar um porto mesmo estando à deriva”.

Em período mais recente, o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) Observatório das Metrôpoles e o Movimento Unidos dos Camelôs (MUCA) realizaram uma pesquisa com trabalhadores do comércio de rua no centro da cidade do Rio de Janeiro com o objetivo de identificar o perfil, suas condições de trabalho e principais reivindicações (SANTOS JR. *et al.*, 2019). Dentre as questões formuladas no questionário aplicado, destacamos que apenas 32,5% dos entrevistados possuíam licença para trabalhar; 65,8% já haviam tido suas mercadorias apreendidas; e 57% já haviam sofrido algum tipo de agressão (física, moral ou patrimonial) no exercício da atividade. Essas constatações ratificam a análise de Hirata (2014) de que, após regulamentada a atividade

² A reflexão desse autor é decorrente de pesquisa realizada no mercado popular em São Paulo, a partir da trajetória de vida e de trabalho de dois personagens investigados. Em sua reflexão, como o emprego formal passou a apresentar condições semelhantes ao informal (baixos salários, flexibilidade etc.), a opção por este último não pode mais ser compreendida como falta de alternativa encontrada no setor formal.

do comércio de rua, as modalidades de repressão se alteraram principalmente entre os vendedores ambulantes que não possuíam autorização do poder público e dos agentes públicos responsáveis pela aplicação das repressões instituídas.

Para além dos estudos referentes ao comércio ambulante (ou realizado por camelô), não encontramos outros trabalhos referentes às outras modalidades de trabalho do comércio de rua. A única exceção diz respeito ao trabalho de Castilho (2005), que realizou uma investigação sobre as revendedoras de produtos da Avon, uma empresa do segmento de beleza que organiza sua estratégia de comercialização por meio de revendedoras que realizam seu trabalho com atendimento em domicílio. Porém, a referida investigação apresentou poucos aspectos referentes às condições de trabalho das revendedoras, tendo em vista que focou sua pesquisa na organização da atividade realizada pela empresa e em suas estratégias para realizar a comercialização.

1.2. Trabalho do comércio em estabelecimentos (ou em espaços privados)

A caracterização do conjunto das ocupações designadas como trabalho do comércio em estabelecimentos (ou em espaços privados) é uma tarefa muito difícil e complexa de fazer, especialmente quando se busca apresentar a constituição sócio-histórica desses tipos de trabalhadores. Uma das dificuldades é a ausência de estudos que tratam desse segmento de modo integrado. A dificuldade permanece mesmo quando se trata de analisar as frações desse segmento ocupacional, porque pouca atenção tem sido dada aos trabalhadores de supermercado, aos trabalhadores de *magazines*, aos trabalhadores de lojas de departamentos, aos trabalhadores de *shopping centers* ou aos trabalhadores de boutiques. Também há poucos estudos realizados sobre os vendedores, os operadores de caixa, os repositores de estoque, os remarcadores de preços ou os promotores de venda, principalmente análises focadas nas suas condições de trabalho.

Como se trata de modalidades de trabalho que constituem o setor varejista, normalmente o enfoque sobre o trabalho está mais relacionado à análise da atividade econômica, muitas delas na perspectiva de buscar maior eficiência na relação desta com

os consumidores. Há trabalhos do setor varejista que procuram analisar os encadeamentos existentes na atividade econômica desde a relação com os fornecedores, passando pela logística, até as formas de relacionamento com o cliente. Nesses tipos de estudos, a preocupação está voltada para a busca de maior eficiência da atividade econômica e, por conseguinte, para a busca da maximização do lucro que essa atividade requer. Porém, apesar de esses estudos do setor varejista focarem o trabalho na perspectiva do melhor desempenho da atividade econômica, para aprofundarmos o entendimento desse segmento de trabalhadores, é importante que, antes, compreendamos o setor varejista e as mudanças que ele tem sofrido nas últimas quatro décadas.

A emergência dos trabalhadores do comércio em estabelecimentos está estreitamente vinculada à existência das cidades, e suas mudanças também estão relacionadas às próprias mudanças urbanas, especialmente aos processos de urbanização. Essa constatação decorre do fato de que os processos de urbanização, normalmente por estarem associados ao desenvolvimento econômico, trazem em seu bojo inovações tecnológicas e engendram novas formas de sociabilidade que levam, por sua vez, a mudanças nos hábitos, práticas e estilos de vida dos indivíduos, alterando igualmente seu modo de consumo. Portanto, a urbanização, o desenvolvimento econômico, as inovações tecnológicas e os modos de consumo são condições necessárias para a compreensão das mudanças que ocorrem no setor varejista. No Brasil, o período de 1950 a 1980 proporcionou transformações profundas nas atividades econômicas e que levaram a mudanças nos modos de consumo. Como podemos ver,

Os avanços produtivos acompanharam-se de mudanças significativas no sistema de comercialização. As duas grandes novidades foram certamente o supermercado e o *shopping center*. O supermercado – o primeiro O Disco, no Rio de Janeiro, do poeta Augusto Frederico Schmidt – vai derrotando a venda, o armazém, o açougue – suplantado, também, pela casa de carnes especiais –, a peixaria – mantendo-se apenas para os ricos. Vai derrotando, também, a quitanda ou a carrocinha ou o caminhãozinho: suas gôndolas exibem alface, tomate, agrião, rúcula, pepino, cenoura, acelga, almeirão, repolho,

vagem, espinafre, abobrinha, mamão, mamão-papaia, melão, melancia, pêra, maçã, morango, uma variedade de verduras, legumes e frutas, que se incorporaram à dieta alimentar do dia-a-dia do brasileiro, muitas certamente, no início, por influência sobretudo do imigrante italiano. A feira, apesar de ir perdendo importância, consegue resistir bravamente. O shopping center, o primeiro do Brasil, o Iguatemi, em São Paulo, inaugurado em 1966, transformou-se num verdadeiro templo do consumo e de lazer, cheio de lojas que vendem quase tudo, de cinemas, de docerias, de cafés, lanchonetes, *fast-foods* etc. Mas, ao lado do supermercado e do shopping center, surgem também as grandes cadeias de lojas de eletrodomésticos, a revendedora de automóveis. As lojas de departamento, como o Mappin e a Mesbla, buscam clientes de faixas mais baixas de renda, em vez de seus tradicionais, de elite e de classe média alta, que se deslocaram para a loja ou a boutique elegante (MELLO; NOVAIS, 1997, p.566).

Esse período conformou um padrão de consumo na sociedade brasileira com estreita vinculação a novos estilos de vida engendrados por novas formas de sociabilidade. Isso favoreceu a entrada do Brasil na sociedade capitalista moderna que se consolidava a partir de seus processos de desenvolvimento econômico e de urbanização. Apesar de massificado, esse padrão de consumo se constituiu de modo distinto entre os estratos sociais: novas formas de comercialização, como o aparecimento dos supermercados e dos *shoppings center*, passaram a ser novidade e símbolo do consumo moderno nesse período. No bojo dessas transformações, conseqüentemente se passou a exigir um novo tipo de trabalhador que se adaptasse às novas formas de comércio, com ritmo e intensidade de trabalho maiores que os requeridos no comércio até então tradicional.

Como tudo isso passou a ser uma realidade a partir da abertura comercial e financeira do Brasil no começo dos anos 1990 (e, também, com o processo de reestruturação produtiva em vários segmentos industriais), o país assistiu à entrada do setor varejista internacional expresso pelas redes globais de supermercado (DICKEN, 2011), os chamados *hipermercados*, que incorporavam não apenas produtos de

mercearias em seu modelo de vendas, mas, também, mercadorias de outros tipos convencionais de estabelecimentos³. Esse segmento apresentou maior concentração econômica decorrente das estratégias de entradas de empresas estrangeiras e processos de fusão e de aquisição (CONCHA-AMIN; AGUIAR, 2006). Como já se havia constituído aquele padrão de consumo moderno no período anterior, não foi difícil ao país se adaptar ao modo de consumo e ao ritmo e intensidade de trabalho impostos pelas redes globais de varejo. Na verdade, todas as mudanças estruturais que afetaram o setor varejista, principalmente referentes às mudanças tecnológicas e à divisão do trabalho delas decorrentes, já estavam dadas no período entre 1950 e 1980. A partir do momento de abertura comercial do país, o que passou a ser necessário foi apenas uma adaptação às exigências das empresas internacionais quanto ao ritmo e intensidade de trabalho que especificavam, pois, na prática, a abertura não implicou mudanças substantivas sobre o modo como o trabalho deveria ser realizado. Ou seja, as mudanças no setor varejista representaram muito mais mudanças na atividade econômica propriamente dita do que mudanças nas formas de trabalho a serem realizadas.

Em período mais recente, têm sido observadas transformações importantes no setor varejista, em específico nos segmentos de supermercados e no comércio de mercadorias de modo geral. No que se refere às mudanças ocorridas recentemente no segmento de supermercados, um dos aspectos mais emblemáticos nele incorporado diz respeito aos processos de terceirização na atividade de comercialização por meio da implementação de promotores de vendas. Em pesquisa realizada com trabalhadores de três supermercados da rede Walmart, Lemos (2019) afirma:

Esses promotores hoje assumem um conjunto de funções que antes eram desenvolvidas por vendedores e por reposidores diretamente contratados pelo varejista. Como apontado em diversas entrevistas, esses promotores trabalham regularmente nas lojas e supermercados do Walmart e são

³ Apesar da existência de grandes redes de supermercado no Brasil previamente à década de 1990 (como o Carrefour, que chegou ao país em 1975), é nesse período posterior à abertura comercial quando o país fica mais exposto aos grupos internacionais de varejo.

responsáveis pela reposição de mercadorias, organização e até mesmo verificação da validade e realização de promoções, sob a supervisão dos gerentes de departamento do Walmart. Na definição de suas atribuições consta também o atendimento ao cliente, a pesquisa de preços e a preparação de mercadorias (como abrir embalagem de transporte, contar e pesar mercadorias etc.), além da responsabilidade de conhecer as características dos produtos, preparar e realizar degustações e oferta de brindes (p. 5).

Numa situação em que cada promotor de vendas tem seu contrato de trabalho vinculado às marcas que representam (e não mais aos supermercados, como acontecia anteriormente com os repositores de estoque, implicando redução de custos para as empresas supermercadistas), as consequências observadas são de maior intensificação do trabalho para as pessoas nessa ocupação e maior dificuldade para construção de identidade coletiva, tendo em vista a fragmentação das relações de trabalho que passou a se configurar nesse contexto. Lemos (2019) ainda ressalta que tem sido prática comum a exigência de jornada de trabalho para além do que está regulamentado por lei e que ela está sendo acordada mediante mecanismos informais, além do estabelecimento de dispositivos que levam à intensificação do trabalho e conseqüente redução do tempo de descanso.

Também em pesquisa realizada com funcionários de diferentes lojas de duas empresas de varejos de bens duráveis, Dutra (2012) apresenta o relato de uma funcionária de loja de *shopping center* como ilustrativo da intensificação do trabalho:

A gente às vezes fica das 10h às 22h, é o dia todo e você não tem horário para nada. É bem corrido. [Entrevistadora - Geralmente você trabalha de que horário a que horário?] Geralmente eu chego 09h30 dependendo eu saio às 18h, mas as vezes eu vou dobrando, porque eu ganho comissão e a gente termina dobrando para poder atender mais, das 10h às 22h (vendedora da EA, 32 anos) (p. 46).

No entanto, está em curso no Brasil (e em todo o mundo) a incorporação do comércio eletrônico denominado de *e-commerce*,

prática cada vez mais generalizada com efeitos diretos sobre a atividade varejista (ALBERTIN, 2016) e, por conseguinte, sobre o trabalho do comércio. Dentre as cadeias globais de varejo, podemos observar que aquelas que surgiram tendo como base o próprio *e-commerce* passaram a ocupar as primeiras posições no *ranking* das 50 empresas maiores do comércio internacional de 2019 (NFR, 2019), como a Amazon e a Alibaba, ocupantes da 1ª e 7ª posições, respectivamente. Mesmo assim, marcas como Walmart (1ª) e Carrefour (4ª), fundadas originalmente no comércio de mercearias (*grocery*), continuam em destaque no varejo global.

Apesar de o *e-commerce* já existir pelo menos desde os anos de 1990 (ALBERTIN, 2000), ele vem se disseminando em paralelo à própria proliferação da internet no país entre os diferentes estratos sociais ao longo das últimas duas décadas – isto é, desde os anos 2000. Mesmo assim, essa disseminação do *e-commerce* requer a implementação de procedimentos logísticos que permitam sua realização, como os procedimentos da construção de ambientes on-line de vendas, infraestrutura de informação e comunicação, de estoque, de distribuição etc., que por sua vez podem requerer grandes investimentos para funcionar. De todo modo, como prática que passa cada vez mais a se proliferar, a ampliação do *e-commerce* pode levar à redução de atividades do comércio tradicional e transferi-las gradualmente para a modalidade de comércio on-line em que o vendedor interage com seus clientes mediados pela internet, caracterizando o surgimento de novas ocupações em atividades ligadas principalmente às de logísticas.

2. Características gerais dos trabalhadores do comércio

Para analisarmos a longa duração dos trabalhadores do comércio correspondente a um período de quatro décadas, foram usados os dados domiciliares disponíveis que permitiram a obtenção de informações desse grupo de ocupacional – Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010 e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2018, todos

os levantamentos estatísticos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Como há diferenças no sistema de classificação ocupacional utilizada em cada um desses levantamentos⁴, foi necessário realizar um trabalho de compatibilização das ocupações componentes desse grupo ocupacional de modo a permitir a identificação de diferenças internas, conforme analisado na seção anterior. Porém, esse procedimento de compatibilização foi restringido pelo modo como se apresenta a discriminação de cada uma das ocupações nas classificações ocupacionais utilizadas, como está apresentado no Quadro 1.

Os trabalhadores do comércio, que constituem um grupo ocupacional de trabalhadores manuais empregados ou por conta-própria, cuja natureza da ocupação se caracteriza pela atividade de comercialização, foram classificados em cinco categorias a partir do procedimento de compatibilização realizado: (A) vendedores e demonstradores em lojas, mercados ou postos de gasolina; (B) repositores de mercadorias; (C) caixas e bilheteiros; (D) vendedores ambulantes, de quiosques e de barracas; (E) vendedores a domicílio⁵.

Os trabalhadores do comércio apresentaram consecutivamente grande participação na população ocupada do país. Como podemos ver no Gráfico 1, de modo geral, ao longo do período analisado, essa participação girou em torno de 10%. Houve crescimento da participação entre 1980 e 2000, de 7,2% a 10,2%, com pequena queda em 2010 (9,1%), mas com reversão expressiva em 2018, quando atingiu o patamar de 12,1%. Esse grupo ocupacional, portanto, corresponde a mais de um décimo da população ocupada no país, demonstrando que se trata de um conjunto de trabalhadores numericamente muito expressivo.

⁴ A classificação ocupacional dos Censos Demográficos de 1980 e de 1991 é a mesma, porém difere da classificação ocupacional do Censo Demográfico de 2000 que, por sua vez, difere também da utilizada no Censo Demográfico de 2010. De todo modo, a classificação ocupacional utilizada nesse último Censo (o de 2010) é a mesma utilizada na PNAD Contínua (2018). Há, portanto, três sistemas de classificação ocupacional.

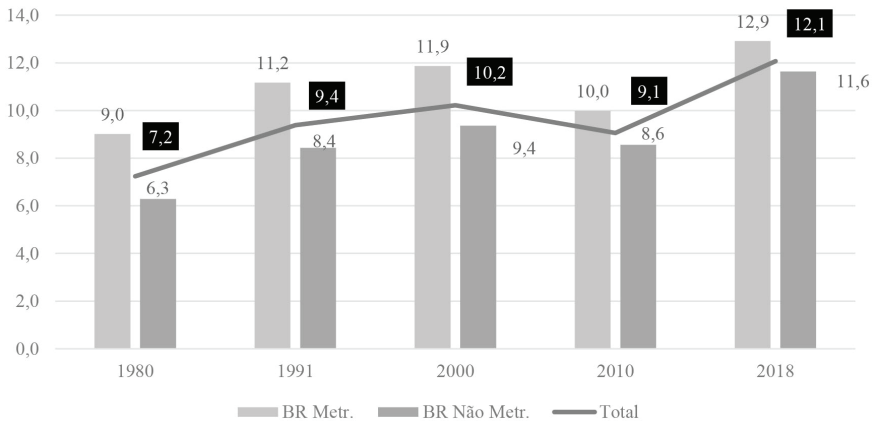
⁵ Para simplificar, chamaremos a categoria A de *vendedores de lojas e mercados* e a categoria D de *vendedores ambulantes*.

QUADRO 1: COMPATIBILIZAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE TRABALHADORES DO COMÉRCIO

PESQUISA	CÓDIGO	OCUPAÇÃO	CATEGORIA
Censos 1980 e 1991	601	Comerciantes por conta própria	A Vendedores e demonstradores em lojas, mercados ou postos de gasolina
	602	Vendedores	
	605	Demonstradores	
censo 2000	5211	Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	
Censo 2010 e PNAD Contínua 2018	5221	Comerciantes de lojas	
	5223	Balconistas e vendedores de lojas	
	5242	Demonstradores de lojas	
	5244	Vendedores por telefone	
	5245	Frentistas de posto de gasolina	
5249	Vendedores não classificados anteriormente		
Censos 1980 e 1991	604	Repositores de mercadorias	B Repositores de mercadorias
Censo 2000	5221	Repositores, remarcadores do comércio	
	5231	Instaladores de produtos e acessórios	
Censo 2010 e PNAD Contínua 2018	9334	Repositores de prateleiras	
Censos 1980 e 1991	603	Operadores de caixa	C Caixas e bilheteiros
	616	Bilheteiros	
Censo 2000	4211	Caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco)	
Censo 2010 e PNAD Contínua 2018	5230	Caixas e expedidores de bilhetes	
Censos 1980 e 1991	611	Feirantes	D Vendedores ambulantes, de quiosques e de barracas
	612	Aguadeiros	
	613	Doceiros, sorveteiros e baleiros	
	614	Quitandeiros e fruteiros	
	615	Tripeiros, peixeiros e leiteiros	
	617	Outras ocupações no comércio ambulante	
	621	Vendedores de jornais e revistas	
Censo 2000	5242	Vendedores em quiosques e barracas	
	5243	Vendedores ambulantes	
Censo 2010 e PNAD Contínua 2018	5211	Vendedores de quiosques e postos de mercados	
	5212	Vendedores ambulantes de serviços de alimentação	
	9510	Trabalhadores ambulantes dos serviços e afins	
	9520	Vendedores ambulantes (exclusive de serviços de alimentação)	
Censos 1980 e 1991	631	Pracistas e viajantes comerciais	E Vendedores a domicílio
Censo 2000	5241	Vendedores a domicílio	
Censo 2010 e PNAD Contínua 2018	5243	Vendedores a domicílio	

O aumento da participação dos trabalhadores do comércio na população ocupada entre os anos de 1980 a 1991 e de 1991 a 2000 se deu no momento de crise econômica e social do país, com efeito sobre o seu mercado de trabalho, caracterizado pela elevação da taxa de desocupação. A mesma situação também é verificada em 2018: houve aumento da participação dos trabalhadores do comércio na população ocupada, num período de crise econômica e social do país, com repercussão sobre seu mercado de trabalho. Isso significa que, em momento de crise econômica e social manifestada pelo aumento do desemprego, as atividades de comércio acabam sendo refúgio para parcela expressiva da população que se vê afetada por essa situação. O contrário ocorre em conjuntura econômica e social favorável, pois, como se vê em 2010, houve redução da participação dos trabalhadores do comércio na população ocupada, indicando que o mercado de trabalho absorvia mão de obra em outras atividades, não se restringindo às atividades de comércio.

GRÁFICO 1: PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO NA POPULAÇÃO OCUPADA NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) (%) – 1980-2018



FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

TABELA 1: POPULAÇÃO OCUPADA E TRABALHADORES DO COMÉRCIO DO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018

ANO	POPULAÇÃO OCUPADA			TRABALHADORES DO COMÉRCIO		
	TOTAL	METROPO- LITANO	NÃO METRO- POLITANO	TOTAL	METROPO- LITANO	NÃO METRO- POLITANO
1980	42.271.526	14.780.432	27.491.094	3.061.168	1.333.005	1.728.163
1991	55.293.313	19.260.927	36.032.386	5.190.111	2.152.302	3.037.809
2000	65.629.892	22.475.488	43.154.404	6.707.210	2.668.604	4.038.606
2010	86.353.839	30.361.509	55.992.330	7.824.547	3.031.391	4.793.156
2018	92.332.869	31.126.442	61.206.427	11.144.398	4.019.867	7.124.531

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

A comparação entre a participação dos trabalhadores do comércio na população ocupada do Brasil Metropolitano e do Brasil Não Metropolitano nos permite perceber que ela sempre foi mais expressiva nas metrópoles do país, como vimos no Gráfico 1, pois trata-se de um grupo ocupacional cuja atividade é eminentemente urbana, mesmo que o Brasil Não Metropolitano tenha sistematicamente se urbanizado apenas nas últimas décadas. Apesar da maior participação nas metrópoles, os trabalhadores do comércio são mais numerosos no Brasil Não Metropolitano e apresentaram, no Censo de 2010, crescimento superior ao Brasil Metropolitano, como podemos observar na Tabela 1. O crescimento do número de pessoas nas ocupações dos trabalhadores do comércio também foi maior no Brasil Não Metropolitano. Enquanto neste o incremento tenha correspondido a 2,331 milhões de pessoas entre 2010 e 2018, no conjunto das metrópoles do país o incremento foi de 988 mil. Além disso, a variação percentual dos trabalhadores do comércio no Brasil Não Metropolitano foi de 42,3%, no período de 2010 a 2018, ao passo que na população ocupada foi de 9,3%. No Brasil Metropolitano, a variação percentual dos trabalhadores do comércio foi de 28,4% e da população ocupada foi de 2,5%. Ou seja, mesmo que o crescimento relativo dos trabalhadores do comércio tenha sido superior ao crescimento relativo da população ocupada em ambos os contextos espaciais, ele foi mais intenso no Brasil Não Metropolitano do que no Brasil Metropolitano.

No entanto, outra constatação importante a ser considerada é de que o incremento de pessoas nas ocupações dos trabalhadores do comércio no Brasil Metropolitano foi maior, em termos absolutos, do

que o incremento na população ocupada, quando se compara 2018 com o ano de 2010. Como já dito, houve um aumento de 988 mil pessoas nas ocupações dos trabalhadores do comércio, ao passo que no mesmo período houve um aumento de apenas 764,9 mil pessoas na população ocupada. Quando se realiza a mesma comparação nos dados do Brasil Não Metropolitano, se observa que o incremento de pessoas nos trabalhadores do comércio, apesar de bastante elevado, foi inferior ao incremento evidenciado na população ocupada: na primeira foi de 2,331 milhões de pessoas, e na segunda foi de 5,214 milhões. Diante dessa constatação, podemos afirmar que, se não fosse o crescimento ocupacional ocorrido no comércio, o crescimento da população ocupada nas metrópoles seria muito menor ou não haveria crescimento positivo. Sendo assim, quais foram as categorias do trabalho do comércio responsáveis por esse incremento de pessoas superior ao verificado na população ocupada no Brasil Metropolitano? E como isso se verificou no Brasil Não Metropolitano?

Ao considerar as categorias que integram o grupo ocupacional dos trabalhadores do comércio discriminados na Tabela 2, observamos que os vendedores em lojas e mercados apresentaram em todos os anos a maior participação no total de trabalhadores do comércio no Brasil Metropolitano. Porém, observa-se que essa participação apresentou redução entre 1980 e 2000, mas com reversão em 2010, quando atingiu seu patamar mais elevado (69,6%), voltando a cair novamente em 2018 com queda de mais de dez pontos percentuais. Por outro lado, a ocupação de vendedores ambulantes, que sempre se configurou na segunda posição em participação no total dos trabalhadores do comércio, apresentou comportamento contrário nesse período: aumento da participação entre 1980 e 2000, queda em 2010 e elevação novamente em 2018, mas em patamar bem inferior ao registrado no ano de 2000. Porém, a ocupação de vendedores a domicílio, que possuía participação de menos de um dígito entre 1980 e 2010, passou a registrar participação de 13,6% em 2018, representando um aumento de nove pontos percentuais em relação a 2010.

Esses resultados demonstram que, no ano em que a economia do país apresentava crescimento e o seu mercado de trabalho estava aquecido, com baixas taxas de desocupação e aumento do

trabalho formal, as ocupações de vendedores em lojas e mercados apresentaram aumento, ao mesmo tempo que se verificou redução da participação das ocupações de vendedores ambulantes. Porém, quando a economia passou a registrar baixo crescimento econômico e elevação da taxa de desocupação, foram as ocupações de vendedores ambulantes e de vendedores a domicílio que registraram aumento. Como o aumento da participação dessas ocupações se deram em contexto de elevação absoluta do número de pessoas no total dos trabalhadores do comércio, podemos constatar que houve, portanto, aumento mais do que proporcional do número de pessoas nas ocupações que, em geral, são realizadas na rua ou no espaço público, a exemplo das ocupações de vendedores ambulantes e, também, dos vendedores a domicílio.

TABELA 2: PARTICIPAÇÃO DAS CATEGORIAS OCUPACIONAIS DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018 (EM %)

ANO	CATEGORIAS OCUPACIONAIS* DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO					TOTAL (N)
	A	B	C	D	E	
	BRASIL METROPOLITANO					
1980	65,7	1,7	6,6	19,6	6,4	1.333.005
1991	60,8	1,9	6,8	27,2	3,4	2.152.303
2000	56,3	2,4	8,1	32,6	0,6	2.668.607
2010	69,6	3,8	10,9	11,1	4,6	3.031.391
2018	57,4	4,8	9,1	15,1	13,6	4.138.691
BRASIL NÃO METROPOLITANO						
1980	76,2	1,1	4,5	15,8	2,4	1.728.163
1991	68,9	1,7	4,7	23,3	1,3	3.037.808
2000	59,1	1,8	5,5	33,1	0,5	4.038.608
2010	71,9	3,9	9,3	10,7	4,3	4.793.156
2018	57,8	4,8	8,5	12,2	16,7	7.124.531

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).
 Nota: (*): A - vendedores e demonstradores em lojas, mercados ou postos de gasolina; B - repositores de mercadorias; C - caixas e bilheteiros; D - vendedores ambulantes, de quiosques e de barracas; E - vendedores a domicílio.

No Brasil Não Metropolitano, ao longo do tempo, o comportamento da categoria de vendedores em lojas e mercados foi semelhante ao verificado no Brasil Metropolitano. Contudo, em 1980,

apesar de naquele contexto espacial se registrar uma participação dessa categoria (76,2%) superior à verificada nas metrópoles, em 2018 a participação registrada (57,8%) foi praticamente a mesma do Brasil Metropolitano, demonstrando ter havido maior redução relativa da categoria dos vendedores em lojas e mercados no Brasil Não Metropolitano. A redução da participação dessa categoria foi compensada, principalmente, pelo aumento da participação dos vendedores a domicílio, que saltou de 4,3% em 2010 para 16,7% em 2018. Os vendedores ambulantes também apresentaram aumento, embora tenha sido um aumento somente de 10,7% para 12,2%.

Foram, portanto, as ocupações de vendedores ambulantes e, sobretudo, as ocupações de vendedores a domicílio que permitiram o aumento mais elevado dos trabalhadores do comércio do que aquele verificado na população ocupada no Brasil Metropolitano. Também no Brasil Não Metropolitano, apesar deste ter registrado aumento absoluto inferior à população ocupada, foram as ocupações de vendedores ambulantes e de vendedores a domicílio os responsáveis pelo aumento da participação dos trabalhadores do comércio. Como são ocupações que exigem baixa qualificação, sem barreiras à entrada e passíveis de realização de modo autônomo, sem que as pessoas tenham grande massa de capital para sua consumação, essas ocupações tornam-se amortecedoras sociais em momento de crise econômica, impedindo que a taxa de desocupação se eleve para patamares além do que já havia sido registrado. Sendo assim, convém analisar o perfil sociodemográfico dos trabalhadores do comércio para, então, podermos conferir maior precisão a esses resultados encontrados.

Para avançar nessa interpretação, podemos observar o perfil sociodemográfico dos trabalhadores do comércio em contraste ao perfil da população ocupada⁶ a partir dos dados disponíveis na Tabela 3. De modo geral, a estrutura de cada uma das características apresentadas na tabela – sexo, cor/raça, faixa de idade e nível de escolaridade – é muito semelhante entre os trabalhadores do comércio e a população ocupada em geral, em todos os anos analisados.

⁶ Devido ao escopo deste trabalho, a análise do perfil sociodemográfico será feita para o Brasil como um todo sem a separação de *metropolitano* e *não metropolitano*. Porém, isso não acarreta prejuízo para a análise realizada, tendo em vista a semelhança entre o perfil verificado nas metrópoles e o perfil dos espaços não metropolitanos.

TABELA 3: DISTRIBUIÇÃO POR PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO E DA POPULAÇÃO OCUPADA –1980-2018 (EM %)

PERFIL SOCIO-DEMOGRÁFICO	TRABALHADORES DO COMÉRCIO					POPULAÇÃO OCUPADA				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
SEXO										
Masculino	70,5	63,9	54,4	46,8	47,5	72,8	68,2	62,3	57,7	56,3
Feminino	29,5	36,1	45,6	53,2	52,5	27,2	31,8	37,7	42,3	43,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
COR/RAÇA										
Branca	63,2	56,9	59,3	52,3	43,9	55,7	53,4	55,7	50,0	45,2
Preta	3,5	3,8	4,8	6,5	8,8	6,6	5,6	6,7	8,2	10,0
Amarela	1,5	0,7	0,7	1,4	0,8	0,7	0,5	0,5	1,1	0,8
Parda	31,5	38,4	34,4	39,6	46,1	36,5	40,1	36,2	40,4	43,7
Indígena	0,0	0,1	0,3	0,2	0,3	—	0,2	0,4	0,3	0,4
Total	99,7	99,9	99,5	100,0	99,9	99,5	99,8	99,5	100,0	100,1
FAIXA ETÁRIA										
De 10 a 13 anos	1,8	1,3	1,1	0,8	—	2,7	1,5	1,1	0,8	—
De 14 a 17 anos	10,6	8,1	5,8	4,3	2,2	9,7	7,1	4,9	3,1	1,7
De 18 a 24 anos	24,8	24,8	24,1	23,6	17,3	23,5	20,7	19,3	16,0	12,7
De 25 a 34 anos	24,3	29,0	27,6	29,1	36,6	26,2	29,0	27,6	27,7	24,3
De 35 a 49 anos	24,6	24,9	28,4	27,4	35,1	24,6	28,5	32,5	33,2	36,7
De 50 a 64 anos	11,9	10,1	10,9	12,4	4,4	11,0	11,2	12,3	16,2	21,0
De 65 anos e mais	2,1	1,8	2,2	2,4	4,5	2,1	2,0	2,3	3,0	3,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	99,8	100,0	100,0	100,0	100,0
NÍVEL DE ESCOLARIDADE										
Sem Instrução e Fundamental Incompleto	71,6	58,5	42,4	27,5	21,9	77,8	66,4	47,9	38,5	26,2
Fundamental Completo e Médio Incompleto	18,3	21,5	24,6	22,3	16,7	9,6	12,9	16,8	17,8	15,0
Médio Completo e Superior Incompleto	9,4	17,9	30,5	44,6	51,7	9,2	14,7	21,7	30,7	38,8
Superior Completo	0,8	2,1	2,5	5,0	9,7	3,4	6,0	7,0	12,7	19,9
Total	100,0	100,0	100,0	99,4	100,0	100,0	100,0	93,4	99,7	99,9

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018). Nota: Nesta tabela, os totais que não somarem 100% é porque não apresentaram percentuais de informações ignoradas ou não declaradas.

Ao longo do período de 1980 a 2018, houve aumento da participação feminina no mercado de trabalho. Isso pode ser observado no aumento da presença feminina na população ocupada, em que as mulheres passaram de uma participação de

27,2% em 1980 para 43,7% em 2018. Apesar de semelhante, o aumento da participação das mulheres entre os trabalhadores do comércio foi mais intenso, passando de 29,5% para 52,5%, no mesmo período. Esse grupo ocupacional, portanto, foi capaz de absorver proporcionalmente mais mão de obra feminina do que o mercado de trabalho como um todo.

As mudanças manifestadas na declaração de cor/raça ocorridas entre a população ocupada também foram semelhantes naquelas verificadas entre os trabalhadores do comércio, com pequenas diferenças. Se ponderarmos que as pessoas de cor preta e as pessoas de cor parda podem ser consideradas *pessoas negras*, estas correspondiam a 43,1% da população ocupada em 1980 e 35% dos trabalhadores do comércio. Porém, em 2018 as pessoas negras correspondiam a 53,7% na população ocupada e a 54,9% dos trabalhadores do comércio. É reconhecido que, nas últimas quatro décadas, houve maior problematização da questão racial no país, permitindo que muitas pessoas passassem a se autodeclarar como pardas ou pretas. No entanto, observa-se que, entre os trabalhadores do comércio, passou-se a constatar maior presença de pessoas negras e em nível de escolaridade superior ao verificado na população ocupada como um todo.

Observa-se, também, maior participação dos trabalhadores do comércio nas faixas mais jovens em comparação à população ocupada, mesmo que ao longo do tempo tenha ocorrido redução dessa participação nos dois segmentos espaciais em análise. Isso ocorre apesar da tendência de redução de trabalhadores nas faixas etárias mais novas decorrente da implementação de políticas de criminalização do trabalho infantil desde meados dos anos 1990. E, também, das políticas de transferência de renda, cujas condições exigem que crianças e adolescentes frequentem a escola, beneficiando, deste modo, a entrada dessas pessoas no mercado de trabalho quando estiverem em idade mais elevada. No entanto, essa participação mais elevada dos trabalhadores do comércio em relação à população ocupada pode ser reflexo da especificidade do trabalho: trata-se de um tipo de trabalho que não requer treinamento para sua realização, nem mesmo requer nível de instrução adquirido com a experiência, além de ser um trabalho cujo exercício não possui barreiras à entrada.

Com o aumento do nível de instrução da população brasileira observado desde os anos 1990, percebeu-se redução da participação dos níveis inferiores de instrução e aumento dos níveis intermediários e superior da população ocupada. Esse comportamento também é observado entre os trabalhadores do comércio. Porém, nesse grupo ocupacional há maior participação das pessoas com nível médio de instrução em comparação à população ocupada – 51,7% contra 38,8% – e menor participação das pessoas com nível superior – 9,7% contra 19,9%. Essa constatação é reveladora de que, num mercado de trabalho com maior oferta de pessoas mais instruídas, a preferência pela mão de obra tende a ser correspondente àquela possuidora de níveis mais altos de escolaridade, corroborando com a teoria da fila de Thurow (1972). Isso revela, também, a não correspondência (*mismatch*) entre o nível de instrução das pessoas e o nível de instrução exigido pela ocupação, o que expressa a situação de “sobre-educação” (*overeducation*), principalmente com relação a pessoas de nível superior no grupo dos trabalhadores do comércio (RIBEIRO, 2012). Revela, ainda, que, pelo fato de as pessoas de nível superior entre os trabalhadores do comércio terem uma participação bem menor do que a observada na população ocupada como um todo, as ocupações dos trabalhadores do comércio não requerem, em geral, nível de instrução tão elevado e, portanto, nível elevado de qualificação. São tarefas passíveis de treino no próprio trabalho, pois não há a necessidade de conhecimento prévio para o seu exercício, tampouco conhecimento teórico.

Os trabalhadores do comércio se constituíram como um grupo ocupacional que passou a contar com maior presença feminina, igualando-se à participação masculina, maior participação das pessoas negras, ainda com características mais jovens e com nível de instrução médio, haja vista serem ocupações que não requerem elevada qualificação para o seu exercício. A constatação desse perfil sociodemográfico leva à necessidade de compreender complementarmente como se apresentam suas condições ocupacionais e suas mudanças ao longo das últimas quatro décadas. Para aprofundar essas questões, vamos analisar os aspectos referentes às condições ocupacionais na próxima seção.

3. Condições ocupacionais dos trabalhadores do comércio

A análise das condições ocupacionais será apresentada a partir das variáveis de posição na ocupação, horas trabalhadas, condição de contribuição para previdência e tempo de vínculo empregatício na ocupação – isto é, variáveis existentes nas pesquisas domiciliares utilizadas na investigação que realizamos. Os dados referentes às quatro variáveis mencionadas estão dispostos na Tabela 4, discriminando o Brasil Metropolitano do Brasil Não Metropolitano.

Por se constituírem como um grupo ocupacional de trabalhadores manuais, os trabalhadores do comércio são classificados praticamente entre *empregados* ou *conta-própria*, quando se considera a posição na ocupação. Em relação aos empregados, pode-se classificá-los também entre aqueles que possuem carteira de trabalho assinada e aqueles que não possuem carteira de trabalho assinada, embora essa separação exista somente nos Censos Demográficos de 2000 e 2010 e na PNAD Contínua (2018), não sendo possível identificar as pessoas com carteira de trabalho assinada nos Censos de 1980 e de 1991.

No Brasil Metropolitano, os empregados sempre apresentaram a maior participação entre os trabalhadores do comércio. Em 1980, 59,2% deles eram empregados. Houve redução dessa participação até 2000, quando se registrou 53,4% de empregados entre os trabalhadores do comércio. Em 2010, houve aumento da participação dos empregados, correspondente a 66,7%, ou dois terços desse grupo ocupacional. Porém, em 2018, ocorreu novamente redução, atingindo o mesmo patamar de 2000, com 53,3%.

Na separação entre os trabalhadores com carteira e os sem carteira assinada, observa-se aumento da participação daqueles com carteira entre 2000 e 2010, passando de 35,8% para 51,8% (aumento de 16%) e redução entre 2010 e 2018, quando neste último ano atingiu 41,3%. Os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, todavia, só apresentaram redução de sua participação entre 2000 e 2010 e entre 2010 e 2018, pois passou de 17,5% para 14,9% e, posteriormente, para 11,9%.

TABELA 4: DISTRIBUIÇÃO POR CONDIÇÕES OCUPACIONAIS DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018 (EM %)

CONDIÇÕES OCUPACIONAIS	BRASIL METROPOLITANO					BRASIL NÃO METROPOLITANO				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO										
Empregado	59,2	54,5	53,4	66,7	53,3	47,4	45,7	47,8	65,0	51,8
<i>Com carteira</i>	–	–	35,8	51,8	41,3	–	–	28,4	46,2	38,3
<i>Sem carteira</i>	–	–	17,5	14,9	11,9	–	–	19,4	18,8	13,5
Conta-própria	39,0	44,6	44,0	32,3	46,7	50,0	52,0	47,3	32,9	48,2
Sem remuneração	1,3	0,8	2,6	1,0	–	2,1	2,2	4,9	2,1	–
Sem declaração	0,5	–	–	–	–	0,4	–	–	–	–
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
HORAS DE TRABALHO										
Menos de 15 horas	1,6	1,9	3,9	10,5	3,8	1,7	2,2	4,5	7,6	7,3
De 15 a 29 horas	3,9	6,4	7,5	5,7	9,9	4,4	7,8	9,9	8,0	12,2
De 30 a 39 horas	6,8	8,4	9,9	7,4	10,5	8,1	7,5	9,2	6,8	8,7
De 40 a 48 horas	50,8	56,0	45,2	57,6	62,0	50,0	55,2	44,7	58,4	58,1
De 49 horas e mais	36,2	27,3	33,6	18,8	13,9	34,7	27,3	31,8	19,2	13,6
Sem declaração	0,8	–	–	–	–	1,0	–	–	–	–
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
CONTRIBUIÇÃO PARA A PREVIDÊNCIA										
Contribuinte	73,3	59,4	47,7	61,4	54,7	62,7	49,0	40,2	56,4	51,6
Não contribuinte	25,3	38,9	52,3	38,6	45,3	35,3	49,6	59,8	43,6	48,4
Sem declaração	1,4	1,7	–	–	–	2,0	1,4	–	–	–
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TEMPO DE VÍNCULO										
Menos de 1 mês	–	–	–	–	3,6	–	–	–	–	3,8
De 1 mês a menos de 1 ano	–	–	–	–	23,5	–	–	–	–	22,4
De 1 ano a menos de 2 anos	–	–	–	–	13,2	–	–	–	–	11,9
2 anos ou mais	–	–	–	–	59,7	–	–	–	–	61,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Nos momentos de redução da participação dos empregados ocorreu, por conseguinte, aumento da participação dos trabalhadores do comércio por conta-própria. Em 1980, estes apresentavam participação de 39%, quando em 1991 e 2000 alcançaram, respectivamente, participação de 44,6% e 44%. Porém, o patamar registrado em 2010 apresentou queda em relação à década anterior, registrando 32,3%. Em 2018, a participação voltou novamente a se elevar, atingindo 46,7%, a maior participação entre os anos analisados.

Os trabalhadores do comércio em condição de informalidade são aqueles que se caracterizam por serem conta-própria ou empregados sem carteira assinada. Neste sentido, podemos observar que, em 2000, eles correspondiam a 61,6% dos trabalhadores desse grupo ocupacional. Em 2010, eles passaram a corresponder a menos da metade dos trabalhadores do grupo, no patamar de 47,2%. Porém, em 2018, houve aumento dessa participação conjunta, alcançando 58,7%, patamar muito próximo daquele registrado em 2000.

No Brasil Não Metropolitano, os empregados aumentaram sua participação ao longo do tempo no grupo dos trabalhadores do comércio, porém com oscilações significativas. Entre 1980 e 2000, a participação dos empregados foi praticamente a mesma, registrando nesse último ano 47,8%. Em 2010, o aumento do número de empregados elevou sua participação para 65%, isto é, um aumento de 17 pontos percentuais entre 2000 e 2010. Porém, em 2018, houve redução dessa participação, atingindo 51,8%. Se entre 2000 e 2010 o aumento da participação dos empregados se deveu àqueles com carteira assinada, entre 2010 e 2018 a redução decorreu tanto dos empregados com carteira quanto dos empregados sem carteira assinada.

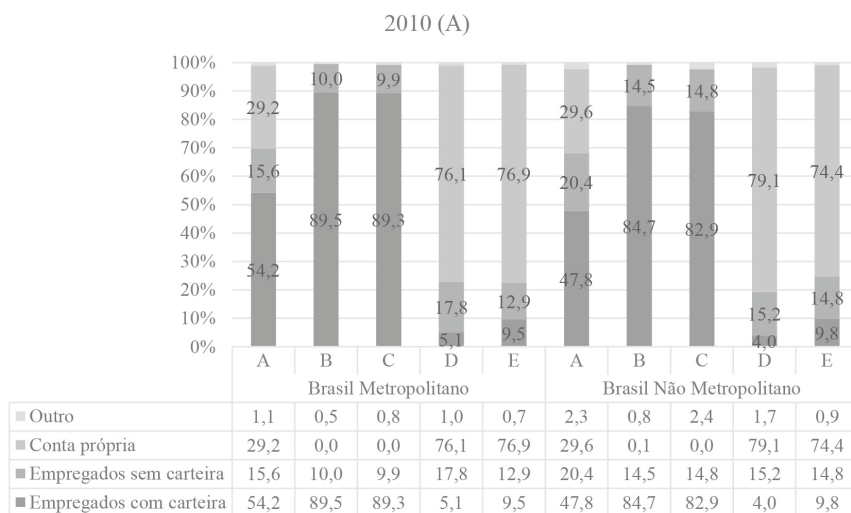
Os trabalhadores por conta-própria correspondiam a 50% da participação dos trabalhadores do comércio em 1980. Esse patamar aumentou em 1991 para 52%, caindo em 2000 para 47,3%, e em 2010 para 32,9%. Mas, em 2018, a participação dos trabalhadores por conta-própria atingiu quase a metade novamente, correspondendo a 48,2%. Se somados os trabalhadores por conta-própria aos empregados sem carteira,

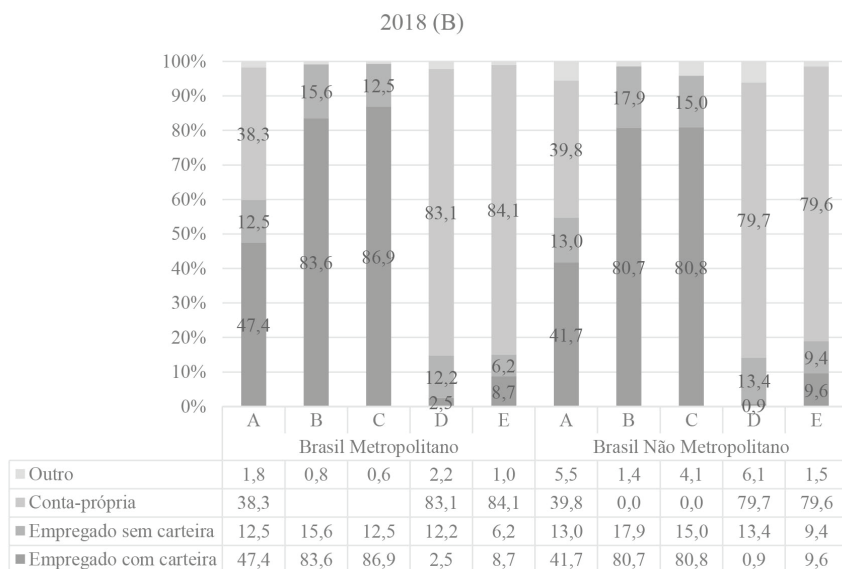
podemos observar queda da participação deles entre 2000 e 2010 e aumento entre 2010 e 2018.

A situação de conta-própria apresenta maior incidência entre os vendedores ambulantes e entre os vendedores a domicílio, tanto no Brasil Metropolitano quanto no Brasil Não Metropolitano. Mesmo assim, há ainda uma participação muito relevante de trabalhadores por conta-própria entre os vendedores em lojas e mercados, que aumentou entre 2010 e 2018 de modo substantivo, em torno de dez pontos percentuais, como podemos visualizar no Gráfico 2. Os repositores de mercadorias e os caixas e bilheteiros são ocupações eminentemente constituídas de empregados que, em sua maioria, possuem carteira de trabalho assinada.

Podemos constatar, portanto, que o aumento dos trabalhadores do comércio, dado de modo mais substantivo entre as categorias de vendedores a domicílios e de vendedores ambulantes, ocorreu devido ao aumento mais elevado da situação de conta-própria, tanto nessas categorias referidas quanto, também, entre os vendedores de lojas e mercados.

GRÁFICO 2: POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO DAS CATEGORIAS DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO (%) NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 2010 (A) E 2018 (B)





FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

LEGENDA: (*) A - vendedores e demonstradores em lojas, mercados ou postos de gasolina; B - repositores de mercadorias; C - caixas e bilheteiros; D - vendedores ambulantes, de quiosques e de barracas; E - vendedores a domicílio.

A jornada de trabalho elevada é uma das características das condições de trabalho do grupo ocupacional dos trabalhadores do comércio, tanto no Brasil Metropolitano quanto no Brasil Não Metropolitano. Em 1980, 87% das pessoas nas metrópoles e 84,8% daquelas pessoas presentes nos espaços não metropolitanos trabalhavam 40 horas ou mais, conforme dados mostrados na Tabela 4. Apesar da redução observada em 2018, o contingente de pessoas que trabalhavam 40 horas ou mais era ainda muito grande: 75,8% no Brasil Metropolitano e 71,8% no Brasil Não Metropolitano. Essa redução se deu a partir de dois movimentos contraditórios. No período, houve redução da participação de pessoas que trabalhavam acima de 48 horas: nas metrópoles, era de 36% em 1980 e de 13% em 2018; nos espaços não metropolitanos era de 34,7% naquele ano e de 13,6% nesse último mencionado. Porém, houve aumento da participação de pessoas que trabalhavam de 40 a 48 horas semanais: nas metrópoles, aumento de 50,2% para 62%, e nos espaços não metropolitanos de 50% para 58,1%.

Embora em patamar menor, houve aumento da participação das pessoas que trabalhavam menos de 15 horas em relação àquelas que trabalhavam de 15 a 29 horas e daquelas pessoas que trabalhavam de 30 a 39 horas semanais em ambos os contextos espaciais estudados. A elevação da participação de faixas de horários inferiores pode estar relacionada ao aumento da participação feminina nesse grupo ocupacional, como observamos anteriormente. Essa suposição decorre do fato de, ainda hoje, as mulheres terem de se dedicar ao que se convencionou chamar de “dupla jornada”: trabalho *fora* e *dentro* do ambiente doméstico. Para conseguir administrar a dupla jornada, acabam se submetendo a jornadas menores, mas com a consequência de menores rendimentos vis-à-vis os homens, que trabalham em jornadas maiores. Corrobora essa suposição o fato de ter aumentado, no período, o trabalho de vendedores a domicílio, pois são trabalhos passíveis de realização no tempo escolhido por quem o exerce.

O período de crise econômica e social também se caracterizou pela redução das condições de proteção social dos trabalhadores do comércio, tendo em vista o registro de redução da participação das pessoas que apresentavam contribuição para a previdência no período de 1980 a 2000 e depois, novamente, de 2010 a 2018. Somente no período de 2000 a 2010 foi quando houve aumento da participação das pessoas que contribuem para a previdência, tanto no Brasil Metropolitano quanto no Brasil Não Metropolitano; mesmo assim, sem voltar a alcançar o patamar de contribuição registrado em 1980. Nesse ano, havia menos pessoas sem contribuição do que o número de pessoas autônomas, ao passo que, em 2018, a participação das pessoas sem contribuição para a previdência correspondia à participação de pessoas por conta-própria. Apesar dessa constatação, não se pode dizer que se trata das mesmas pessoas, pois pode haver pessoas autônomas que contribuem para a previdência ou pessoas empregadas sem carteira assinada que também o fazem. De todo modo, não se pode afirmar que o estabelecimento do Microempreendedor Individual (MEI) tenha favorecido as condições de proteção social para os trabalhadores do comércio, como era esperado.

O tempo de vínculo na ocupação é uma variável que existia somente na PNAD Contínua (2018). Observamos não existir diferenças significativas entre o resultado apresentado para o Brasil Metropolitano e o Brasil Não Metropolitano. Em ambos os contextos espaciais, em torno de 60% das pessoas estavam na ocupação de dois anos ou mais de trabalho. Porém, não deixa de ser importante a constatação de que em torno de 40% delas estavam havia menos de dois anos na ocupação e que mais de 25% estavam havia menos de um ano. Possuir pouco tempo de vínculo na ocupação é indicativo da fragilidade das relações produzidas entre as pessoas que trabalham juntas, tendo em vista que a confiança e a reciprocidade são construídas no dia a dia ao longo do tempo.

A análise que realizamos a partir da posição na ocupação, das horas trabalhadas e da condição de contribuição para previdência dos trabalhadores do comércio nos permite afirmar que se trata de um grupo ocupacional com condições de trabalho muito precárias. Essa precariedade é revelada pelo fato de a maior parte das pessoas exercerem sua ocupação por meio de trabalho por conta-própria ou como empregado sem carteira assinada, pela jornada de trabalho altamente elevada e por quase metade das pessoas não realizar contribuição para previdência.

Nas categorias ocupacionais dos vendedores de lojas e mercados, de vendedores ambulantes e de vendedores a domicílio, elevou-se o número de pessoas que passaram a trabalhar por conta-própria. Houve aumento, também, dos trabalhadores empregados sem carteira assinada das categorias ocupacionais dos repositores de mercadorias e de caixas e bilheteiros. Nessas condições, dificilmente as pessoas buscarão construir estratégias coletivas de melhoria das condições de trabalho, precisamente porque elas não possuem vínculos entre si (dada a situação do trabalho por conta-própria) ou porque os vínculos são frágeis (dada a situação de empregado sem carteira de trabalho assinada). Soma-se a isso o fato de elas cumprirem uma jornada de trabalho elevada em que boa parte trabalha acima de 48 horas semanais, o que torna mais difícil o envolvimento em atividades fora do trabalho, e o fato de que um quarto delas estava na ocupação havia menos de um ano.

Neste sentido, a partir desses indícios, podemos considerar que esse grupo ocupacional dos trabalhadores do comércio, além das condições precárias de trabalho observadas e da baixa proteção social, se caracteriza, também, por um tipo de sociabilidade no trabalho que não favorece a construção de identidade coletiva facilitadora da realização de mobilizações e de reivindicações por melhorias das condições de trabalho devido à fragmentação das atividades em que essas ocupações do comércio são exercidas – pelo menos, para a maioria das pessoas nesse grupo ocupacional, mesmo sendo numericamente um grupo ocupacional muito expressivo.

Se as condições de trabalho apresentam as características mencionadas acima, como se caracteriza o nível de rendimento dos trabalhadores do comércio? A remuneração obtida nessas atividades econômicas compensa as precárias condições de trabalho? É o que será discutido na próxima seção.

4. Rendimentos dos trabalhadores do comércio

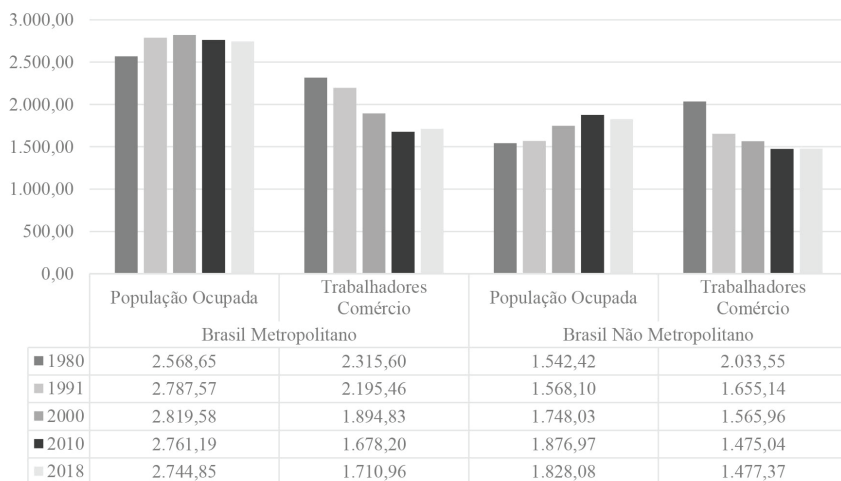
O rendimento médio do trabalho principal dos trabalhadores do comércio sempre foi inferior ao rendimento médio da população ocupada no Brasil Metropolitano, como podemos observar no Gráfico 3. Porém, em 1980, havia pouca diferença entre eles. Essa diferença foi aumentando de modo sistemático ao longo do tempo devido tanto ao aumento do rendimento médio da população ocupada – que cresceu entre 1980 e 2000 e apresentou redução entre 2000 e 2018, mas alcançando nível mais elevado neste último ano em relação a 1980 –, quanto à redução do rendimento médio dos trabalhadores do comércio. Em 1980, esse grupo ocupacional ganhava em média R\$ 2.315 e, em 2018, passou a ganhar R\$ 1.710,96.

No Brasil Não Metropolitano, o rendimento médio do trabalho principal dos trabalhadores do comércio era superior ao rendimento médio da população ocupada nos anos de 1980 e 1991. Essa situação se inverteu nos anos de 2000, 2010 e 2018. Isso foi decorrente tanto do aumento do rendimento médio da população ocupada entre 1980 e 2010, quanto da redução do rendimento médio dos trabalhadores do comércio no mesmo período. Em

2018, ocorreu uma pequena redução do rendimento médio da população ocupada e um pequeno aumento do rendimento médio dos trabalhadores do comércio.

Além de obterem rendimento médio inferior ao rendimento da população ocupada, os trabalhadores do comércio passaram a ganhar, em média, menos em 2018 do que ganhavam em 1980. Isso é a demonstração de que o nível de rendimento não é suficiente para compensar as precárias condições de trabalho, como apontado anteriormente. Se por um lado são os atributos sociodemográficos das pessoas que as levam a se sujeitar às atividades do comércio, por outro lado, a estrutura do mercado de trabalho, que concentra mais de um décimo das ocupações nas atividades de comércio, é uma das principais opções existentes para as pessoas buscarem as condições que garantam sua reprodução social, pois trata-se de um setor altamente competitivo e sem barreira à entrada. O que estamos vendo, portanto, é que essa condição de reprodução social piorou ao longo das décadas para as pessoas que exercem suas atividades em ocupações manuais do comércio.

GRÁFICO 3: RENDIMENTO MÉDIO DO TRABALHO PRINCIPAL DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO E DA POPULAÇÃO OCUPADA NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018 (EM R\$)



FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

No entanto, o rendimento médio esconde as diferenças de remuneração existentes internamente no grupo ocupacional dos trabalhadores do comércio. Como podemos ver na Tabela 5, mais de dois terços dos trabalhadores desse grupo ocupacional ganhavam até R\$ 2 mil; além disso, o contingente nessas faixas inferiores de rendimento em conjunto aumentou ao longo das décadas. Para se ter ideia, no Brasil Metropolitano, as pessoas que ganhavam até R\$ 2 mil correspondiam a 65,6% em 1980, enquanto, em 2018, elas passaram a corresponder a 80,6%. É importante considerar que, nesse último ano, o preço do salário-mínimo era de R\$ 954, demonstrando que a maior parte desses trabalhadores ganhava até dois salários-mínimos. A mesma situação também se verifica no Brasil Não Metropolitano, apesar de nesse contexto espacial haver maior contingente de pessoas ganhando até R\$ 2 mil: era de 73,6% em 1980, e de 84,4% em 2018. O aumento da participação nas faixas inferiores de rendimento resultou, portanto, em redução da participação nas faixas superiores de rendimento: acima de R\$ 2 mil. Em 1980, as pessoas que ganhavam acima de R\$ 2 mil correspondiam a 34% no Brasil Metropolitano, e a 26,4% no Brasil Não Metropolitano. Em 2018, essas participações passaram para 19,4% e 15,6%, respectivamente.

A redução da participação de pessoas nas faixas de maior rendimento do trabalho principal levou à concentração de trabalhadores do comércio nas faixas inferiores de rendimento, tornando mais generalizada a baixa remuneração dos trabalhadores desse grupo ocupacional.

Embora a redução da participação nas faixas de maior rendimento tenha ocorrido para todas as categorias ocupacionais dos trabalhadores do comércio, ela se deu de modo muito mais substantivo para a categoria dos vendedores a domicílio, como podemos ver na Tabela 6. Em 1980, 75,8% de vendedores a domicílio ganhavam acima de R\$ 2 mil no Brasil Metropolitano e 70,5% no Brasil Não Metropolitano. Em 2018, a participação de pessoas nessa faixa de rendimento caiu para 23,6% e 19,1%, respectivamente. Porém, a redução da participação nessa faixa de rendimento também foi expressiva para os vendedores de

loja e para os vendedores ambulantes, apesar de ocorrer num patamar muito inferior aos vendedores a domicílio. Pouca alteração ocorreu entre os repositores de mercadorias e os caixas e bilheteiros, o que garantiu a concentração de trabalhadores dessas categorias nas faixas de até R\$ 2 mil.

TABELA 5: DISTRIBUIÇÃO POR FAIXA DE RENDIMENTO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018 (EM %)

FAIXA DE RENDIMENTO	BRASIL METROPOLITANO					BRASIL NÃO METROPOLITANO				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
Até R\$ 500	5,9	15,6	8,4	6,1	10,1	12,4	25,8	16,0	11,0	17,2
Acima R\$ 500 a R\$ 1.000	29,4	26,0	30,7	32,1	23,2	35,5	30,2	35,7	37,2	27,0
Acima R\$ 1.000 a R\$ 1.500	19,3	17,4	25,5	28,7	32,8	15,8	15,1	21,2	24,5	27,4
Acima R\$ 1.500 a R\$ 2.000	11,0	10,7	10,1	12,8	14,4	9,9	8,9	8,5	11,0	12,8
Acima R\$ 2.000 a R\$ 3.000	12,8	11,6	10,8	9,5	11,2	9,6	7,9	7,9	7,8	9,3
Acima R\$ 3.000	21,6	18,7	14,5	10,8	8,2	16,8	12,1	10,8	8,4	6,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).
 NOTA: Valores corrigidos pelo INPC (IBGE) para dezembro de 2019, a partir de correção de valores do Banco Central do Brasil.

O nível de rendimento, como vimos, não é suficiente para compensar as precárias condições de trabalho desse grupo ocupacional dos trabalhadores do comércio. Entretanto, é ainda pior para os vendedores ambulantes, pois havia somente 13,2% de trabalhadores dessa categoria com remuneração acima de R\$ 2 mil, em 2018, no Brasil Metropolitano. Nas categorias de vendedores de lojas e mercados e vendedores a domicílio, havia 23,6% em cada uma delas. O mesmo padrão se repete no Brasil Não Metropolitano: 11,9% de vendedores ambulantes, 17,9% de vendedores de lojas e mercados e 19,2% de vendedores a domicílio.

TABELA 6: DISTRIBUIÇÃO POR FAIXA DE RENDIMENTO DAS CATEGORIAS OCUPACIONAIS DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980 E 2018 (EM %)

FAIXA DE RENDIMENTO	CATEGORIAS OCUPACIONAIS									
	A		B		C		D		E	
	1980	2018	1980	2018	1980	2018	1980	2018	1980	2018
BRASIL METROPOLITANO										
Até R\$ 500	5,0	6,4	5,7	2,7	3,2	0,9	15,9	22,2	0,9	21,4
Acima R\$ 500 a R\$ 1.000	29,8	21,1	59,1	25,6	47,5	23,5	26,9	31,1	6,2	22,5
Acima R\$ 1.000 a R\$ 1.500	19,1	31,8	25,9	57,8	31,5	58,4	18,1	24,8	8,5	19,6
Acima R\$ 1.500 a R\$ 2.000	11,2	17,1	5,2	10,0	8,9	11,3	11,4	8,6	8,5	12,9
Acima R\$ 2.000 a R\$ 3.000	13,2	13,4	2,6	1,8	5,9	4,1	12,5	8,8	16,7	12,9
Acima R\$ 3.000	21,7	10,2	1,5	2,1	3,1	1,8	15,3	4,4	59,1	10,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
BRASIL NÃO METROPOLITANO										
Até R\$ 500	12,0	12,2	13,9	5,0	11,1	2,5	25,0	34,3	1,7	32,4
Acima R\$ 500 a R\$ 1.000	34,8	26,1	64,9	35,9	61,0	26,3	31,1	29,9	8,5	25,7
Acima R\$ 1.000 a R\$ 1.500	15,4	29,4	14,7	42,9	18,2	49,4	16,4	16,7	9,6	13,1
Acima R\$ 1.500 a R\$ 2.000	10,2	14,5	3,0	10,4	4,7	17,2	9,3	7,1	9,7	9,7
Acima R\$ 2.000 a R\$ 3.000	9,9	10,5	1,8	4,8	3,0	4,0	8,3	7,3	16,3	10,8
Acima R\$ 3.000	17,7	7,4	1,6	1,1	1,9	0,5	9,9	4,6	54,3	8,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980) e PNAD Contínua (2018).

LEGENDA: (*) A - vendedores e demonstradores em lojas, mercados ou postos de gasolina; B - repositores de mercadorias; C - caixas e bilheteiros; D - vendedores ambulantes, de quiosques e de barracas; E - vendedores a domicílio.

Ao considerar o nível de rendimento dos trabalhadores do comércio, constatamos que são um grupo ocupacional caracterizado pela baixa remuneração, em geral, e cujo nível de remuneração apresentou redução ainda mais substantiva ao longo do tempo. Apesar de não terem se dado do mesmo modo para todas as categorias ocupacionais que integram o grupo, as reduções ocorridas resultaram em maior homogeneidade entre elas, na medida em que

passou a haver para todas as categorias ocupacionais concentração de seus trabalhadores nas faixas de rendimento de até R\$ 2 mil.

Considerações finais

Apresentamos a análise das mudanças ocorridas no grupo ocupacional dos trabalhadores do comércio, confrontando os dados correspondentes ao Brasil Metropolitano e ao Brasil Não Metropolitano no período de 1980 a 2018. Nossa leitura considerou a existência de categorias ocupacionais internas a esse grupo, tendo em vista a representação social construída a respeito dessas categorias. Isso nos levou a classificá-las como trabalhadores do comércio de rua (ou nos espaços públicos) e trabalhadores do comércio de estabelecimentos (ou nos espaços privados), apesar da diversidade existente nesse modo de classificação.

Vimos que, sucessivamente, os trabalhadores do comércio tiveram uma participação expressiva na população ocupada do mercado de trabalho brasileiro. Atualmente, essa participação é de pouco mais de um décimo dos ocupados, correspondente a um contingente de mais de 11 milhões de pessoas. Nos períodos caracterizados por crises econômicas e sociais, com efeitos no mercado de trabalho, houve elevação da participação dos trabalhadores do comércio na população. Isso demonstra que as ocupações que integram esse grupo operam como “refúgio” para as pessoas afetadas pelo desemprego. Portanto, trata-se de um grupo ocupacional que, apesar de estrutural para a economia e sociedade, também serve como “amortecedor social” nas situações de crises econômicas e sociais.

Embora a quantidade de trabalhadores do comércio seja maior no Brasil Não Metropolitano, a participação desse grupo em relação à população ocupada sempre foi mais elevada no Brasil Metropolitano, indicando que as ocupações manuais do comércio, em geral, são mais expressivas nas metrópoles brasileiras. Via de regra, as diferenças existentes entre os trabalhadores do comércio, considerando esses dois contextos espaciais, tendem a desaparecer ao longo do tempo. As diferenças mais acentuadas foram: (i) maior presença de trabalhadores conta-própria no Brasil Não Metropolitano e maior presença de trabalhadores empregados

no Brasil Metropolitano, e, entre estes, maior participação dos empregados com carteira assinada no Brasil Metropolitano; (ii) maior contribuição para previdência no Brasil Metropolitano; (iii) média de rendimento do trabalho principal mais elevada no Brasil Metropolitano, expressa, também, por maior concentração de pessoas nas faixas mais elevadas de rendimento. Essas diferenças sugerem um mercado de trabalho em que prevalece maior proteção social e maiores retornos monetários nas metrópoles brasileiras, mesmo considerando que essas condições tendem a se aproximar aos dados encontrados para o Brasil Não Metropolitano.

Na comparação entre os trabalhadores do comércio de rua e os trabalhadores do comércio de estabelecimentos, realizada por meio de cinco categorias ocupacionais, vimos que a maior participação sempre foi dos vendedores de lojas e mercados, em patamar acima de 50%, seguida pela participação dos vendedores ambulantes. Os repositores de mercadorias, os caixas e bilheteiros, assim como os vendedores a domicílio, apresentaram participação mais reduzida. No entanto, este último apresentou elevação na última década, passando a ficar em segunda posição no *ranking* e à frente dos vendedores ambulantes.

A constatação de que é em momentos de crises econômicas e sociais quando aumenta a participação dos trabalhadores do comércio em relação à população ocupada decorre de maior aumento proporcional dos trabalhadores do comércio de rua. Quando consideramos a década de 2010, vemos que isso decorreu principalmente da elevação da participação dos vendedores a domicílio, seguida do aumento da participação dos vendedores ambulantes. Essas são as categorias que mais apresentaram número de pessoas em situação de trabalho por conta-própria, apesar desse aumento também ter ocorrido entre os vendedores de lojas e mercados. Logo, o “refúgio” à condição de desemprego é buscado principalmente nessas ocupações dada a facilidade de incorporação de novos integrantes por não haver barreiras à entrada.

De todo modo, os aspectos apresentados pelas categorias ocupacionais, em geral, revelam que se trata de categorias caracterizadas pelo baixo prestígio social, com relações de trabalho precárias e de baixa remuneração. Trata-se, portanto, de ocupações portadoras de baixo *volume de capital global*, podendo

ser compreendidas como categorias ocupantes de posições sociais muito semelhantes no *espaço social de distinção* (BOURDIEU, 2008).

Porém, na medida em que as situações de repressão e violência estão presentes no cotidiano dos trabalhadores do comércio de rua (HIRATA, 2014; SANTOS JR., 2019), afetando suas condições de trabalho, a compreensão da sociabilidade, que passa pela subjetividade e pela construção da identidade laboral desses trabalhadores, não pode estar dissociada dessas situações de repressão e violência que lhes são inerentes. Nessa perspectiva, o traço da repressão e da violência presente, sobretudo, entre os vendedores ambulantes é elemento constituinte da sociabilidade laboral posto que o exercício de sua ocupação requer a negociação constante com os agentes controladores da ordem pública. Por sua vez, isso influencia de modo diferente quando comparados os trabalhadores do comércio de estabelecimentos na construção de sua identidade, tendo em vista que a construção da identidade decorre da realização de si e do reconhecimento social do outro (DUBAR, 2012).

Em outras palavras, do ponto de vista de uma abordagem estruturalista, podemos considerar que as categorias ocupacionais dos trabalhadores do comércio estão em posição social semelhante; portanto, podem ser consideradas uma unidade social. Mas, do ponto de vista de uma abordagem interacionista, realizar o comércio na rua é muito diferente da realização do comércio em estabelecimentos, porque o modo como a sociabilidade é constituída constrói identidades individuais e coletivas distintas, pois não se pode ignorar o traço principal de distinção decorrente da repressão e violência presentes no comércio de rua.

Marcelo Gomes Ribeiro é professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduado em Ciências Econômicas (PUC-GO), mestre em Sociologia (UFG) e doutor em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ). Atualmente, é Coordenador do Núcleo Rio de Janeiro Observatório das Metrôpoles, é um dos Coordenadores do projeto de pesquisa Estrutura Social das Metrôpoles Brasileiras e do projeto de pesquisa Economia Metropolitana e Desenvolvimento Regional: mudanças na base produtiva e no mercado de trabalho, no âmbito do Programa INCT Observatório das Metrôpoles 2017-2022.

Referências

- ALBERTIN, A. L. O comércio eletrônico evolui e consolida-se no mercado brasileiro. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 94-102, out./dez. 2000.
- ALBERTIN, A. L. **Pesquisa FGV-EAESP de comércio eletrônico no mercado brasileiro**, 18ª edição, 2016.
- BOURDIEU, P. **A Distinção: Crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, Porto Alegre, RS: Zouk, 2008. 560 p.
- CACCIAMALI, M. C. **Setor Informal Urbano e Formas de Participação na Produção**. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária (FEA), Programa de Pós-graduação em Economia, São Paulo, 1982.
- CARLEIAL, L. M. F. Subdesenvolvimento e mercado de trabalho: uma análise a partir do pensamento latino-americano. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, no 25, set./dez. 2010, p. 126-157.
- CASTELLS, M. “La urbanización dependiente en América Latina”. In: CASTELLS, Manuel. **Imperialismo y urbanización en América Latina**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1973, p. 7-26.
- CASTILHO, J. A. S. **Revendedoras Avon em campanha: vendas diretas e interação social**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Goiânia, 2005.
- CONCHA-AMIN, M.; AGUIAR, D. R. D. de. Concentração Industrial, Fusões e *Turnover* no Setor Supermercado Brasileiro. **GESTÃO & PRODUÇÃO**, v.13, n.1, p. 45-56, jan./abr., 2006.
- DICKEN, P. **Global Shift: mapping the changing contours of the world economy**. The Guilford Press: New York; London, 2011.
- DUBAR, C. A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional Tradução de Fernanda Machado. **Cadernos de Pesquisa**, v. 42, n. 146, pp. 351-367, mai./ago., 2012.
- DUTRA, L. G. **Trabalho e consumo: uma análise sociológica do serviço de venda no varejo de bens duráveis**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Goiânia, 2012.
- HIRATA, D. Street commerce as a ‘problem’ in the cities of Rio de Janeiro and São Paulo. **Vibrant, Virtual Braz. Anthr.**, Brasília, v. 11, n. 1, jan./jun. 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico de 1980**. Rio de Janeiro, 1980.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico de 1991**. Rio de Janeiro, 1991.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico de 2000**. Rio de Janeiro, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico de 2010**. Rio de Janeiro, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua de 2018**. Rio de Janeiro, 2018.

LEMONS, P. R. Precarização do trabalho nos supermercados da rede Walmart no Brasil. In: Encontro Internacional de Política Social, 7.; Encontro Nacional de Política Social, 14., Vitória, 2019. **Anais...** Vitória (ES, Brasil): Universidade Federal do Espírito Santo, 3 a 6 de junho de 2019.

LOPES, E. A. B. **Quem são os trabalhadores ambulantes da região central de Goiânia-GO?** Goiânia: Editora Vieira, 2011.

MELLO, J. M. C. de; NOVAIS, F. A. “Capitalismo tardio e sociabilidade moderna”. In: SCHWARCZ, L. M. (Org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MELO, H. P.; TELES, J. L. **Serviços e informalidade: o comércio ambulante no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPEA, dez. 2000. (Texto para discussão, n. 773).

NATIONAL RETAIL FEDERATION (NRF). **Top 50 Global Retailers 2019**. New York, 2019.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. Boitempo: São Paulo, 2003.

PAMPLONA, J. B. Mercado de trabalho, informalidade e comércio ambulante em São Paulo. **R. bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 225-249, jan./jun., 2013.

QUIJANO, A. “La formación de un universo marginal en las ciudades de América Latina”. In: CASTELLS, M. **Imperialismo y urbanización en América Latina**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1973, p. 141-166.

RANGEL, F. Novas experiências, outros significados: repensando o trabalho no comércio popular. **Rev. Colomb. Soc.**, Bogotá (Colômbia), v. 40, n. 2, p. 57-85, jul.-dic., 2017.

RIBEIRO, M. G. **Educação, estrutura social e segmentação residencial do território metropolitano: análise das desigualdades de renda do trabalho em regiões metropolitanas do Brasil**. 2012. Tese (doutorado) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2012.

SANTOS JR., O. A. *et. al.* **Camelôs: panorama das condições de trabalho de homens e mulheres no centro do Rio de Janeiro**. Observatório das Metrôpoles, Movimento Unidos dos Camelôs (MUCA): Rio de Janeiro, janeiro de 2019.

SINGER, P. “Urbanização, dependência e marginalidade na América Latina”. In: SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 63-94.

THURLOW, L. C. Education and economic equality. **The Public Interest**, n. 28, 1972.

Operários da indústria: reconfiguração espacial e mudanças das condições de trabalho

*André Mourthé Oliveira
Cláudia Júlia Guimarães Horta*

Introdução

Os ocupados da indústria brasileira apresentaram uma trajetória de lutas que os tornaram relevantes para a constituição de uma sociedade mais democrática e com mais direitos sociais. A ocupação industrial cresceu significativamente no contexto do “desenvolvimentismo” brasileiro entre 1930 e 1980, principalmente na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), considerado o berço dessa industrialização. A crise socioeconômica dos anos 1980 foi um dos fatores que acabou fomentando uma forte guinada na orientação da política econômica, tornando-a cada vez mais liberal e com retirada do protagonismo do Estado. Contudo, os resultados não foram muito auspiciosos em termos de crescimento da renda e da indústria, pois os dados apontam para um processo prematuro de desindustrialização na sociedade brasileira. Concomitantemente a essa reorientação política, a reestruturação produtiva impactou decisivamente o modo de organização da produção e do trabalho fabril, criando constrangimentos aos trabalhadores industriais.

Neste sentido, o objetivo deste estudo é refletir sobre os ocupados da indústria entre os anos de 1980 e 2018, priorizando na análise os ocupados nas principais metrópoles brasileiras. Para a configuração dos ocupados, foram selecionados indicadores que permitiram definir o perfil sociodemográfico e a qualidade da ocupação e avaliar se a articulação regional

teve a possibilidade de influenciar o desempenho da indústria. Utilizando metodologia desenvolvida pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) Observatório das Metrôpoles, os ocupados da indústria foram redefinidos em “moderna”, “tradicional” e “operários de serviços auxiliares”. Para a análise metropolitana, foi empregada a definição de “metrópole” do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que considera a existência de 12 principais metrôpoles no país. Para efeito de comparação, essas 12 metrôpoles foram denominadas aqui de Brasil Metropolitano, enquanto os outros espaços foram tratados como Brasil Não Metropolitano.

A estratégia de análise parte da discussão sobre o desempenho do setor industrial brasileiro no período, priorizando as determinantes do que vem sendo considerado por *desindustrialização prematura da economia brasileira*, bem como pela *reconfiguração espacial dessa indústria*. Em seguida, são analisadas resumidamente a reestruturação produtiva e demais constrangimentos que incidem mais significativamente sobre os ocupados da indústria brasileira. A quarta seção avalia a evolução e a distribuição dos ocupados das três indústrias, segundo o Brasil Metropolitano e o Brasil Não Metropolitano. A quinta seção apresenta a evolução sociodemográfica dos ocupados, cujos indicadores selecionados foram sexo, cor/raça, escolaridade e idade dos ocupados.

Na sequência, discutiu-se a evolução da condição ocupacional a partir dos indicadores de posição na ocupação, horas trabalhadas, contribuição à previdência e renda. A última seção articulou as metrôpoles por Grande Região e inseriu breve análise regional com o intuito de avaliar a influência desta sobre o desempenho das indústrias em cada uma das principais metrôpoles. Por fim, segue breve conclusão. Todos os indicadores selecionados têm como fonte as bases de dados dos Censos Demográficos de 1980 a 2010 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua para 2018, ambos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

1. Determinantes da desindustrialização e da reconfiguração espacial da indústria brasileira

A indústria brasileira tem apresentado desempenho muito fraco e, por isso, vem perdendo participação no Produto Interno Bruto (PIB) desde os anos 1980. Segundo estudo publicado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) em 2018, a indústria de transformação correspondia a 11,3% do PIB; a título de referência, esse valor era de 20% em 1976 (MORCEIRO; GUILHOTO, 2019). Considerando o período 1980-2016, o PIB brasileiro cresceu a uma taxa média anual de 2,17% e o valor adicionado bruto da indústria de transformação cresceu apenas 0,66% ao ano (taxa essa inferior, inclusive, ao crescimento demográfico do período), significando declínio relativo da indústria e queda do PIB manufatureiro *per capita*. Haja vista que a indústria é um setor intensivo em tecnologia e inovação (e com muitos efeitos de transbordamento), percebe-se que essa regressão é extremamente séria e que também reforça nosso baixo crescimento e atraso tecnológico.

A economia brasileira vem apresentando profundas transformações nessas últimas três décadas e, indiscutivelmente, uma das mais significativas delas se refere à “desindustrialização”. Segundo Tregenna (2009) e Sampaio e Macedo (2014), a desindustrialização pode ser definida como a redução da participação relativa da indústria de transformação no PIB e do emprego industrial no emprego total. Sampaio (2013) afirma que a redução da participação do emprego e do valor adicionado da indústria em relação ao total é um fenômeno mais geral a quase todos os países, sejam eles de centro, sejam da periferia. Entretanto, ressalta as diferenças e implicações para o desenvolvimento no caso de ambos, pois, nos países desenvolvidos, a desindustrialização está mais vinculada ao progresso técnico do setor industrial. Os ganhos de produtividade da indústria ocorrem mais rapidamente do que os do setor de serviços, impactando na redução relativa dos preços das manufaturas e, conseqüentemente, menor agregação de valor nesse setor em relação ao conjunto do PIB, além de menor participação relativa sobre o emprego total. Assim, pode-se considerar que a desindustrialização dos países ricos é quase um processo “natural” do desenvolvimento. Não se pode dizer o mesmo

sobre os países em desenvolvimento. Inicialmente, cabe ressaltar a enorme heterogeneidade desses países e, nesse universo, são encontradas diferentes trajetórias de desenvolvimento.

No contexto latino-americano, a desindustrialização veio associada à maior especialização em setores mais intensivos em recursos naturais e trabalho. Esse quadro acarreta a manutenção da dependência, no aumento das heterogeneidades produtivas e na permanência dos desafios do desenvolvimento, pois os setores dinâmicos e intensivos em capital e conhecimento não estão se desenvolvendo adequadamente na América Latina. No caso brasileiro, os fatos indicam um processo de desindustrialização precoce, principalmente quando se consideram as variáveis de produção, emprego e inserção externa (SAMPAIO, 2013). Também podem ser mencionadas as múltiplas e variadas crises econômicas (dívida externa, hiperinflação, fiscal, entre outras) presentes desde os anos 1980, e que também contribuíram parcialmente para o agravamento da regressão da estrutura produtiva (e, inclusive, da capacidade de mudança estrutural).

É importante destacar que os determinantes da desindustrialização não se vinculam apenas ao progresso tecnológico; eles são múltiplos e, portanto, apontam para um conjunto diverso de fatores. Os fatores internos referem-se ao crescimento mais acelerado da produtividade na indústria comparativamente ao setor de serviços (ROWTHORN; RAMASWAMY, 1999; SAMPAIO, 2013), à mudança na composição dos bens consumidos mais favorável aos serviços à medida que a renda cresce, à terceirização e terciarização de partes do que antes equivalia à produção industrial (segurança, *design*, transporte, etc.). Os fatores externos decorrem da inserção comercial e produtiva específica das economias na economia globalizada (especializados em produtos mais ou menos intensivos em tecnologia e trabalho) e na dotação de recursos naturais, sendo importante destacar que a abundância desses recursos impacta a taxa de câmbio, valorizando-a e reduzindo a competitividade das manufaturas. Esse último fator é denominado de “doença holandesa”¹.

¹ “Podemos definir a doença holandesa de maneira muito simples: a doença holandesa é a crônica sobreapreciação da taxa de câmbio de um país causada pela exploração de recursos abundantes e baratos, cuja produção e exportação é compatível com uma taxa de câmbio claramente mais apreciada que a taxa de câmbio que torna competitivas internacionalmente as demais empresas de bens comercializáveis que usam a

Existem outros fatores explicativos para a desindustrialização brasileira na medida em que se percebe certa naturalidade à desindustrialização dos países ricos com elevada renda *per capita*, principalmente resultantes dos fatores mais internos (OREIRO; FEIJÓ, 2010). Mas, como já ressaltado, esse não é o caso da economia brasileira. Se a desindustrialização de uma economia já rica pode ser considerada quase “natural”, a de uma economia de renda média, como a brasileira, demonstra ser um processo bastante negativo. O setor industrial é fundamental ao crescimento, pois é o mais relevante em termos de produtividade. É o setor que gera os maiores efeitos de encadeamento, o que possui economias de escala e o mais importante produtor e difusor de progresso tecnológico. Os bens industriais apresentam mais elevada elasticidade-renda comparativamente aos bens primários, podendo impactar positivamente sobre a redução das restrições externas de uma economia (JARDIM; PERIN, 2016).

No contexto brasileiro, os determinantes iniciais da desindustrialização aludem às crises fiscais e financeiras dos anos 1980, à retirada do Estado enquanto agente coordenador do desenvolvimento econômico, abertura comercial e financeira, além dos efeitos do Plano Real sobre a estrutura produtiva (SAMPAIO; MACEDO, 2014; MORCEIRO, 2012). A mudança da política econômica adotada principalmente a partir do início dos anos 1990 (e, mais acentuadamente, com o Plano Real, em 1994) é um dos fatores da desindustrialização. Segundo Centeno (2019) e Cano (2012), é explicada pelo rápido processo de liberalização comercial e financeira, interpretado como uma radical mudança do modelo de industrialização liderado pelo Estado entre os anos de 1930 a 1980. O pressuposto da abertura comercial realizada pelos governos Collor e FHC era o de intensificar a concorrência para viabilizar um setor industrial que ampliasse os investimentos em pesquisa e desenvolvimento, consequentemente aumentando a competitividade e inserção desse setor no mercado internacional. Os propositores diziam que a indústria brasileira apresentava atraso

tecnologia mais moderna existente no mundo. É um fenômeno estrutural que cria obstáculos à industrialização ou, se tiver sido neutralizada e o país se industrializou, mas, depois, deixou de sê-lo, provoca desindustrialização” (BRESSER-PEREIRA; MARCONI, 2008, p. 8).

nos quesitos “desenvolvimento tecnológico”, “produtividade” e “gestão” por causa de décadas de protecionismo.

Assim, a liberalização significaria viabilizar um setor industrial com mais acesso a tecnologias e a insumos mais modernos e baratos, redução de custos, buscas de novos métodos de gestão da produção e do trabalho, maior aproximação com o mercado consumidor e potencial de ampliar a inserção externa caso a modernização fosse bem-sucedida (CENTENO, 2019). No entanto, o que se percebeu concretamente não foi a capacitação da indústria para enfrentar a concorrência externa, pois, além da rapidez, a abertura veio associada a um contexto macroeconômico que manteve as taxas reais de juros muito elevadas por tempo excessivamente longo. Isso favoreceu a entrada de capitais especulativos e a apreciação do câmbio, levando a uma perda de competitividade da indústria nacional no mercado externo e interno (BRESSER-PEREIRA; MARCONI, 2008; OREIRO; FEIJÓ, 2010; MORCEIRO, 2012). Câmbio artificialmente valorizado produz concorrência desleal e favorece a importação, e, associado à valorização das *commodities* nos anos 2000, acabou acarretando na lenta redução da participação das manufaturas no produto agregado e na especialização da produção de *commodities* industriais, agrícolas e minerais, onde tínhamos forte competitividade (BRESSER-PEREIRA; MARCONI, 2008). A elevação dos juros reais no contexto do Plano Real, em 1994, comprometeu o investimento e consumo internos, reduzindo o crescimento do PIB; por outro lado, favoreceu múltiplos processos de cortes de custos, inclusive com fechamento de muitas unidades produtivas (BRESSER-PEREIRA; MARCONI, 2008).

Nesses contextos, as empresas optaram por viabilizar estratégias defensivas, tais como: investimentos pontuais em novos equipamentos, reorganização produtiva a partir de novas técnicas de gestão da produção e do trabalho com o intuito de racionalizar custos (terceirização, *outsourcing*, especialização de linhas de produto, entre outros) e de possibilitar a redução das atividades realizadas. Em perspectiva, percebe-se que o impacto dessa estratégia acabou promovendo “uma especialização regressiva da indústria, com implicações seriamente negativas sobre o emprego” (NEVES JR.; PAIVA, 2008, p. 8). Esse processo de reestruturação produtiva é, também, um dos responsáveis pela desindustrialização,

especialmente os processos de especialização e terceirização de partes do processo produtivo, pois contribui com a transferência de parte das atividades anteriormente industriais para empresas prestadoras de serviços (JARDIM; PERIN, 2016).

Para Oreiro e Feijó (2010) e Morceiro (2012; 2019), a desindustrialização brasileira está igualmente associada à perda de competitividade da indústria de maior conteúdo tecnológico, o que afeta negativamente a produtividade da economia brasileira. O país não tem conseguido acompanhar o paradigma tecnológico em permanente mudança, distanciando-se das estruturas industriais bem-sucedidas dos países asiáticos e perdendo elos importantes das cadeias produtivas. Desse modo, ampliou-se a distância competitiva do Brasil em relação às economias mais ricas (JARDIM; PERIN, 2016).

Dito de outro modo, significa dizer que a indústria brasileira perdeu bastante participação no PIB, no emprego total e no peso relativo das exportações totais, segundo afirmam Sampaio e Macedo (2014). Para Negreiros e Monteiro Neto (2019), o contexto brasileiro se refere mais ao de uma desindustrialização precoce e à perda de competitividade internacional. A estrutura industrial brasileira tem se tornado menos complexa e segue na direção contrária ao que se espera de uma estratégia de desenvolvimento com ampliação tanto da renda *per capita* e da participação do país no comércio internacional, quanto da ampliação da complexidade da estrutura produtiva (GALA, 2017). Como afirmam Negreiros e Monteiro Neto (2019), toda política econômica alicerçada na ideia de ampliar a abertura da economia para promoção da produtividade e da competitividade redundou muito mais na expansão das importações às cadeias de valor, principalmente das empresas transnacionais. Os autores especificam: “capacidade exportadora relacionada com bens de elevado valor agregado e/ou alto conteúdo tecnológico do país simplesmente não foi corretamente ativada no período. Pelo contrário, as exportações que se ampliaram foram as de commodities agrícolas e minerais” (p. 237).

Para Bresser-Pereira e Marconi (2008), o Brasil está num processo de desindustrialização denominado de “doença holandesa”, isto é – está passando por uma reprimarização da pauta de exportação decorrente da apreciação cambial, sendo esta explicada pela

valorização das *commodities* no mercado internacional. Após uma vigorosa expansão industrial articuladora do território nacional entre 1930 e 1980 (PACHECO, 1996; CANO, 2008), nossa atual inserção externa está fortemente baseada em recursos naturais, colocando condicionantes de ordem interna e externa à economia brasileira.

Externamente, a elevação da demanda por *commodities* minerais e agrícolas, principalmente pela China, altera a posição do Brasil no mercado internacional. Em contrapartida, maior abertura comercial e competição externa ampliam a perda de competitividade da indústria. São esses fatores que levam a uma tendência à reprimarização da estrutura produtiva e da inserção externa do país. Internamente, a reprimarização “influenciou novas territorialidades, ampliou a desconcentração produtiva regional, provocou modificações importantes na organização socioespacial do país e possibilitou dinamismo econômico em áreas distantes dos antigos centros industriais” (SAMPAIO; MACEDO, 2014, p. 54).

A ascensão do governo Lula, em 2003, combinou a manutenção do tripé macroeconômico (metas de inflação, *superávit* primário e câmbio flexível) com uma postura mais ousada de articulação para melhor capacitação do Estado em viabilizar novas estratégias de desenvolvimento. Entre elas, o expediente das compras públicas como forma de indução de determinados setores produtivos; o uso das estatais para revitalização de setores como metalurgia, naval, plataformas, petroquímica; a maior capacitação do investimento público em infraestrutura e inovação; políticas públicas de acesso à renda, capacitação e crédito. Dentre outras estratégias, produziram forte geração de empregos, crescimento dos rendimentos reais médios e um melhor perfil distributivo (BARBOSA, 2013).

A associação dessas estratégias ocorreu num contexto internacional favorável (melhoria dos termos de troca e consequente valorização cambial), embora isso não significasse ausência de contradições e desequilíbrios na época, pois essa política econômica de natureza híbrida, segundo expressão de Moraes e Saad Filho (2011), ocorreu em contexto muito específico e num governo bastante inovador em sua capacidade de formulação de políticas. Por outro

lado, a ausência de qualquer um dos fatores² poderia desencadear a contradição entre a política do tripé (*mainstream* e associada ao Consenso de Washington) com a política desenvolvimentista (que necessita de maior capacitação do Estado para viabilizá-la) e de articulação dos blocos de poder. Apesar da articulação para se viabilizar uma nova política desenvolvimentista e do maior crescimento econômico do período 2003-2013, ainda assim, a indústria brasileira apresentou taxas de crescimento inferiores ao crescimento dos demais setores de atividade tradicionais – agricultura e serviços (GARRIDO, 2018).

A desindustrialização no Brasil também não é homogênea quanto à sua intensidade. Como exemplo, metade dos setores manufatureiros (alimentos, bebidas e fumo; têxteis; vestuário, couro e calçados; móveis e madeira; metalurgia e produtos de metal; química e petroquímica; máquinas e equipamentos) explicam 80% da redução de participação da indústria de transformação no PIB entre 1970 e 2016 (MORCEIRO; GUILHOTO, 2019). Geralmente, os setores de menor intensidade tecnológica (vestuário, couro e calçados, têxteis; minerais não metálicos; móveis e madeira) são os primeiros a perder participação no PIB à medida que a renda *per capita* se eleva.

No Brasil, percebe-se a prematura redução da participação dos setores de maior intensidade tecnológica no PIB, com redução de 40% de sua representatividade entre 1980 e 2016. Apesar de alguns setores de alta e média-alta intensidade tecnológica (farmacêutico, materiais elétricos e informática e eletroeletrônicos) não terem regredido, os setores de informática e eletrônicos, líderes na Terceira Revolução Industrial e extremamente relevantes no atual estágio da “Quarta Revolução”, apresentam uma participação muito pequena no PIB (de apenas 0,5%) e crescem lentamente. Enquanto isso, nos EUA, esses setores têm um peso no PIB 3,5 vezes superior e crescem acima da média, sinalizando que o Brasil apresenta grandes limitações para acompanhar as transformações da era digital (MORCEIRO; GUILHOTO, 2019).

Sampaio e Macedo (2014) elencam alguns resultados da desindustrialização no Brasil que podem ser utilizados em distintas

² Piora nos termos de troca, piora nas condições de financiamento do setor público e de perda de capacidade de inovação em políticas públicas.

escalas espaciais, quais sejam: a desindustrialização absoluta, que significa o fechamento de unidades industriais com perda de produção e emprego; a desindustrialização relativa via diminuição do conteúdo nacional (e que, em geral, está associada à substituição de insumos nacionais por importados); a desindustrialização relativa por aumento do coeficiente de importações, significando a importação de setores da indústria de transformação (ou seja, não apenas perdas de divisas, mas principalmente perdas dos efeitos multiplicadores de renda, emprego e progresso técnico, diferenciando-se do anterior, pois, neste caso, importa-se a quase totalidade do produto); e, por fim, a desindustrialização relativa via ampliação do *gap* tecnológico, significando o atraso no desenvolvimento das forças produtivas locais.

No Brasil, a regressão produtiva também vem associada à elevada heterogeneidade entre os ramos de atividades, e, também, com grandes disparidades do crescimento da produtividade do trabalho entre as regiões. Como exemplo, entre 1996 e 2015, “a taxa de crescimento da produtividade para a indústria total (extrativa e transformação) nas regiões foi, respectivamente, para Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, de -1,8%, 0,3%, -0,1%, 0,0% e 1,3%” (NEGREIROS; MONTEIRO NETO, 2019, p. 236). No mesmo período, considerando apenas a indústria de transformação, percebeu-se o seguinte desempenho nas regiões: Norte (-1,6%), Nordeste (-0,2%), Sudeste (-0,6%), Sul (-0,1%) e Centro-Oeste (1,3%) (idem).

Refletindo sobre a reconfiguração espacial da indústria brasileira no período de 1985 a 2005, Sampaio e Macedo (2014) presenciaram uma perda da participação da indústria de transformação do Estado de São Paulo em relação ao Brasil. Essa desconcentração atingiu todos os setores industriais, sendo mais acentuada nos setores de maior complexidade tecnológica, quais sejam, aqueles pertencentes ao grupo de bens de consumo duráveis e de capital. Nesse grupo, apesar de ainda ser o maior produtor nacional, o Estado de São Paulo perdeu 12,45 pontos percentuais entre 1996 e 2007 (64,18% para 51,73%) e 3,33 pontos percentuais entre 2007 e 2011 (51,99% para 48,66%). Além de a desconcentração produtiva ter sido mais intensa, esse grupo está mais dependente de importações, o que pode ser explicado por mudanças na forma

de organização da grande empresa capitalista. Nesse grupo, o coeficiente de penetração de importações e de importação de insumos se ampliou bastante entre 1996 e 2011. A integração com o exterior por meio das cadeias globais de valor foi facilitada pela abertura comercial e pela manutenção da valorização cambial (SAMPAIO; MACEDO, 2014).

A heterogeneidade regional do desenvolvimento ainda é uma característica determinante do processo de desenvolvimento brasileiro. Após a crise de 2015, a situação regional e nacional se deteriorou em função da ausência dos fatores que, nessa última década, foram parcialmente relevantes enquanto indutores do crescimento, como a demanda internacional por *commodities* e as políticas governamentais de transferência de renda a famílias pobres e de crédito público (NEGREIROS; MONTEIRO NETO, 2019). O que vemos no contexto pós-2016 é o retorno da pauta liberal de modo ainda mais radical, e não a centralidade sobre os problemas da dinâmica produtiva nacional. Percebe-se que as regiões que ainda apresentam crescimento estão mais vinculadas aos recursos naturais e à disponibilidade de mão de obra barata, tais como as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (NEGREIROS; MONTEIRO NETO, 2019).

Mendes, Hermeto e Brito (2019) discutem a modificação do espaço econômico brasileiro a partir da distribuição do emprego industrial no período de 2008 a 2014. Os dados apontam como as forças aglomerativas e desaglomerativas agiram no período pós-crise. Essas forças redesenham as externalidades nos territórios, e mostram que a indústria de maior intensidade tecnológica e com força de trabalho formada por mestres e doutores se concentra nos espaços e entornos próximos onde prevalecem a localização privilegiada, as externalidades e transbordamentos da urbanização, produção do conhecimento, entre outros fatores. Já quanto à indústria de menor intensidade tecnológica (e de menor emprego de mestres e doutores), o espraiamento da produção no território nacional foi bem maior. Cabe ressaltar, segundo Mendes, Hermeto e Brito (2019), o importante redesenho do perfil educacional do trabalhador industrial a partir da melhoria da estrutura de oferta via maior acesso aos equipamentos educacionais/culturais nas últimas décadas.

Cruz e Santos (2011) fazem uma análise da dinâmica do emprego industrial brasileiro a partir de uma visão regional da desindustrialização, no período entre 1990 e 2009, utilizando os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Os autores constataam que, no período analisado, a perda relativa de empregos industriais foi devida, em grande parte, à queda do emprego industrial nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e, principalmente, de São Paulo. Outra constatação é de que a perda de empregos industriais em regiões com diversificação industrial e com base industrial relevante se concentrou em indústrias tradicionais, tornando essas regiões mais especializadas em indústrias de maior conteúdo tecnológico.

Quanto às microrregiões perdedoras de emprego em termos relativos, Cruz e Santos (2011) afirmam que elas estão mais localizadas nas regiões Sudeste e Sul, além do Recife e Zona da Mata pernambucana (na Região Nordeste) e Belém (na Região Norte). No entanto, os autores destacam que os Estados do Paraná e de Santa Catarina têm a maior parte das regiões ganhadoras, seguidas do Nordeste, onde aparecem as cidades de Fortaleza e Sobral, e a Região Centro-Oeste, com destaque para Goiânia e sudoeste do Estado de Goiás.

Em geral, as regiões periféricas atraem mais as indústrias de menor conteúdo tecnológico, enquanto as regiões historicamente estabelecidas e com estrutura industrial diversificada atraem os setores mais avançados em termos tecnológicos (DINIZ; CROCO, 1996). Prevaecem nessas últimas microrregiões fatores locais como mão de obra qualificada, acesso a fornecedores e ao mercado consumidor e externalidades de aglomeração (e/ou economias de aglomeração), fatores mais importantes para as indústrias avançadas tecnologicamente do que incentivos fiscais ou custo de mão de obra.

Cruz e Santos (2011) confirmam que ocorreu desconcentração industrial no Brasil no período e houve maior diversificação regional entre microrregiões ganhadoras de empregos industriais, com deslocamento a noroeste e nordeste. Os autores comentam sobre a precoce desindustrialização e elencam a necessidade de análises mais aprofundadas sobre a qualidade do emprego criado tanto nas indústrias tradicionais quanto nas modernas, além de análises

sobre a possibilidade de a terceirização poder explicar parcialmente a redução do emprego industrial nas regiões metropolitanas, principalmente nas de São Paulo e do Rio de Janeiro.

2. Crises e constrangimentos recentes dos ocupados da indústria brasileira

No contexto do modelo de substituição de importações, a realidade brasileira presenciou forte expansão da economia, do emprego e do processo de urbanização, sem, com isso, diminuir a significativa desigualdade socioeconômica. No período de crise desse modelo, foram observadas importantes mudanças no tocante à reestruturação produtiva: maior abertura da economia, baixo crescimento econômico decorrente dessas transformações e da política de estabilização de meados da década de 1990 (Plano Real), acarretando, por sua vez, a expansão do desemprego, o crescimento da informalidade e da precarização do trabalho, especialmente nas áreas metropolitanas (OLIVEIRA, 2010). Além da desindustrialização, os trabalhadores da indústria também se inserem num contexto de profundas mudanças no processo de organização da produção e do trabalho. A crise do Estado de Bem-Estar Social, além da crise e superação do padrão fordista, vem criando constrangimentos e fortes pressões sobre os operários industriais, mas não apenas isso.

Doravante, denominaremos por *reestruturação produtiva do capital* esse conjunto articulado de mudanças que se intensificaram em termos globais e no Brasil a partir das décadas de 1970 e 1990, respectivamente. Trata-se de uma reestruturação que implicou mudanças radicais na maneira de organização da produção e do trabalho, da competição global, da ascensão das finanças, entre outros fatores (ANTUNES, 2006). No contexto industrial, percebe-se o fortalecimento da flexibilização da produção e do trabalho, terceirização e novas inter-relações empresariais, novas tecnologias, robotização e inteligência artificial, diminuição das plantas industriais, entre outros fatores. Esse conjunto favorece a realocação da produção, amplia o controle sobre o trabalho, fragiliza a ação sindical e demanda um universo de operários mais qualificados (OLIVEIRA, 2010).

Essas transformações decorreram de importantes mudanças na ordem econômica mundial, tais como a intensificação da competição de mercado e a luta entre multinacionais para reorganizar a produção a custos mais baixos. Elas envolveram a eliminação de fronteiras econômicas e o aumento das trocas internacionais. Contudo, ainda não é possível dizer que haja um consenso em torno da definição de “globalização”. Tal noção é entendida aqui como um processo novo e inacabado de transição do capitalismo mundial relacionado não somente à etapa de internacionalização da economia, mas ao fato de que essa internacionalização atinge cada vez mais países (OLIVEIRA, 2010).

O atual estágio da globalização começou a se definir a partir da crise do fordismo entre as décadas de 1960 e 1970. Tal crise pode ser compreendida a partir de duas perspectivas: articulação de “causas internas” (incapacidade de expansão da produtividade e crise na gestão do trabalho) e de “causas externas”, entendidas aqui enquanto uma contestação social a um padrão de regulação geral de acumulação de capital, ao questionamento da sustentabilidade do Estado do Bem-Estar Social e à aceleração da internacionalização da economia (OLIVEIRA, 2010).

Para contornar a crise de produtividade e competitividade fordista, as empresas tiveram que substituir esse padrão de produção por um novo, com inovações tecnológicas e organizacionais. Os efeitos desse processo tiveram forte impacto no conteúdo social e espacial das áreas urbanas. A reestruturação contribuiu para o aumento da produtividade por meio da segmentação, diferenciação e dinamismo da produção devido ao desenvolvimento tecnológico (CASTELLS, 2001) e para o crescimento das desigualdades sociais, principalmente nas grandes metrópoles. Essa economia, ainda segundo Castells (2001), apresenta uma referência global, não significando que tudo esteja globalizado, mas que as atividades econômicas dominantes estão articuladas globalmente e atuam como uma unidade em tempo real.

Além disso, funcionam em torno de dois sistemas de globalização econômica: a globalização dos mercados financeiros interconectados em todas as partes por meios eletrônicos e, por outro, a organização em nível mundial da produção de bens e serviços e da gestão de ambos, sendo que tal internacionalização

da produção foi viabilizada pelas empresas mundiais. Ademais, essa economia funciona em redes descentralizadas dentro da empresa, em redes entre as empresas, e em redes entre as empresas e suas redes de pequenas e médias empresas subsidiárias, concepção essa que permite uma extraordinária flexibilidade e adaptabilidade.

Contudo, é importante ressaltar que a reestruturação causou grande impacto no mercado de trabalho, como alta mobilidade de mão de obra, crescimento da participação do trabalho informal, redução dos salários em grande parte dos setores, aumento do recurso à subcontratação do trabalho, maior seletividade das empresas na contratação dos empregados em termos da sua qualificação e redução da renda para importantes fatias dos ocupados urbanos. Além disso, a reestruturação se generalizou para todos os setores e potencializou a flexibilização e a terceirização, fenômenos esses que contribuíram para a precarização das relações de trabalho na medida em que as relações formalizadas de emprego são substituídas pelas informais. Também, os empregos formais têm sido reduzidos e boa parte dos demitidos da indústria tem se deslocado para o setor terciário. Com isso, existe um grande contingente de trabalhadores de serviços de baixa remuneração e qualificação vivendo de “bicos” e um pequeno segmento constituído por profissionais bem-qualificados e remunerados.

Como resultado dessa mudança, percebe-se uma redução da antiga classe operária sob o impacto da desindustrialização das metrópoles e uma reinserção da classe média no setor de serviços, agora reestruturado ou em reestruturação (OLIVEIRA, 2010). Esse conjunto de mudanças *impactou uma sociedade como a brasileira com histórico de elevada desigualdade de acesso* a renda e educação, forte estratificação social e de grande dificuldade de mobilidade ascendente intergeracional (SILVA, 2004; RIBEIRO, 2014), incluindo as ocupações industriais que se posicionam mais no meio dessa estratificação.

A estratégia empresarial de buscar espaços onde a organização sindical seja frágil ou inexistente é abordada por Ferraz (2008) a partir da migração do investimento produtivo de regiões onde prevalecia a organização da produção e do trabalho fordista e sua específica organização sindical para localidades pautadas pela frágil presença do Estado e com organização da “produção e do trabalho

flexíveis”. Portanto, o capital demanda o retorno a condições anteriores de acessibilidade de direitos por parte dos trabalhadores, em localidades tradicionais e de ausência de organização sindical. Se a característica dessas localidades potencializa a exploração, flexibilização das condições de produção e do trabalho, maior controle social e baixa contestação da gestão empresarial, por outro lado, pode favorecer uma potencial organização da classe operária como reação à superexploração do trabalho; ou seja, são condições que podem propiciar a revolta operária, agora mais espraiada, e forjar uma estrutura de organização sindical e de classe nesses espaços.

Rodrigues, Pontes, Ramalho *et al.* (2006) analisam o movimento operário vinculado ao segmento automotivo quando comparam duas unidades industriais: uma no ABC Paulista, um dos berços do movimento operário e sindical brasileiro, e outra numa região que se convencionou denominar de *greenfield* e sem histórico desses movimentos. Apesar dessa diferença colocada, os autores observaram uma grande semelhança na percepção dos operários sobre um conjunto de condições relativas ao processo de gestão da produção e do trabalho e quanto à imagem que revelam das empresas. Apesar de um conjunto heterogêneo de características dos trabalhadores e da região, concluem que existem menos rupturas e mais continuidades no que denominaram de “fazer-se dessa classe trabalhadora” (RODRIGUES; PONTES; RAMALHO *et al.*, 2006).

Ramalho (2010) analisa a introdução de práticas flexíveis por meio de um projeto em âmbito mundial da Volkswagen, focando os contextos alemão e brasileiro. O discurso empresarial da Volkswagen busca encobrir o caráter desempregador e mais instabilizador das relações de trabalho decorrentes da introdução de práticas mais flexíveis. Esse grupo empresarial utiliza bastante sua inserção internacional como maneira de pressionar os trabalhadores a que aceitem as novas condições de trabalho, embora a resposta esperada dependa de um conjunto de fatores que se vinculam à cultura do lugar, à organização e ao histórico de lutas da força de trabalho, entre outros fatores. A empresa apresenta discurso semelhante para justificar os resultados sociais de suas estratégias, buscando minimizar a percepção negativa da comunidade local e dos operários

perante os resultados sociais negativos produzidos; contudo, o pertencimento ao local não produz resultados equivalentes quando se comparam Alemanha e Brasil.

Apesar desse conjunto amplo de constrangimentos sobre o trabalhador industrial brasileiro, notadamente o do Brasil Metropolitano, os operários industriais têm um histórico e legado importante de lutas e transformações que favoreceram melhorias das condições de trabalho e de remuneração e no fortalecimento democrático, não obstante os elevados custos socioeconômico da ação coletiva. As greves do ABC, no final dos anos 1970 em meio à ditadura brasileira, por exemplo, foram importantes nesse sentido e impulsionaram múltiplos atores sociais em busca de melhoria das condições de trabalho e de vida (SANTANA, 2018).

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e de Estudos Socioeconômicos (DIEESE), as greves são analisadas desde o início dos anos 1980. Desde então, ocorreu o maior número delas entre 1985 e 1996 e, posteriormente, entre 2012 e 2018. Como exemplo, o número de greves na indústria passou de 96, em 2010, para 558, em 2013 (DIEESE, 2019). O contexto favoreceu a ocorrência das greves, pois a baixa taxa de desemprego fortaleceu o poder de barganha dos trabalhadores. E a despeito da taxa de sindicalização urbana nacional apontada por Cardoso (2014) ter se reduzido entre 1988 e 2011, as greves poderiam indicar uma melhoria das condições de remuneração e de relações de trabalho fabris. Posteriormente, a forte recessão e a crise política refluíram essa onda de greves, observando-se uma contraofensiva patronal (com apoio às reformas que diminuam direitos e garantias historicamente conquistados e o retorno de políticas ultraliberais), somadas aos contínuos constrangimentos anteriormente apontados.

As próximas seções abordarão exclusivamente uma análise sobre os ocupados da indústria, subdivididos em três categorias (tradicional, moderna e de serviços auxiliares) no Brasil Metropolitano e no Brasil Não Metropolitano, de 1980 a 2018, caracterizando-os do ponto de vista sociodemográfico, suas condições de trabalho e de renda.

3. Evolução e distribuição dos ocupados da indústria no Brasil metropolitano e Brasil não metropolitano

O número de trabalhadores no setor da indústria, segundo os Censos Demográficos e a PNAD Contínua, cresceu continuamente entre os anos de 1980 e 2018 com intensidade distinta entre as décadas e com diferenciais quanto ao Brasil Metropolitano e ao Brasil Não Metropolitano, determinando dessa maneira uma nova configuração da estrutura do mercado de trabalho brasileiro. No ano de 1980, pouco mais de 4,8 milhões de trabalhadores estavam ocupados na indústria nacional, sendo que metade desses estava localizada nas áreas metropolitanas. Relativamente ao total da população ocupada, estes últimos representavam 16,1% do mercado de trabalho, ao passo que no Brasil Não Metropolitano a representatividade era inferior (8,9%). Como mencionado, o número de ocupados na indústria cresceu ao longo do período, entretanto, com diferenciais bastante significativos quanto às taxas de crescimento com continuada redução da representação das pessoas ocupadas na indústria do Brasil Metropolitano e elevação na do Brasil Não Metropolitano; em 2010, alcançou os valores de 10,3% e 10,7%, respectivamente (Tabela 1).

Considerando os dados de 2018, a participação da ocupação da indústria sobre o total de ocupados (8,5%) declinou ainda mais nas áreas do Brasil Metropolitano, enquanto no Brasil Não Metropolitano foi mantida essa participação (agora em 10,8%), embora seja importante destacar que a participação dos ocupados da indústria sobre o total de ocupados no Brasil caiu de 10,6% em 2010 para 10% em 2018. Quanto à distribuição dos ocupados da indústria entre Brasil Metropolitano e Brasil Não Metropolitano, as 12 principais metrópoles perderam participação continuamente, passando de aproximadamente 50% em 1980 para 30,6% em 2018. Ou seja, caiu tanto a participação dos ocupados da indústria no total dos ocupados quanto a dos ocupados metropolitanos da indústria sobre o total da indústria, conforme concluíram Sampaio e Macedo (2014), Cruz e Santos (2011), Negreiros e Monteiro Neto (2019) e Mendes, Hermeto e Brito (2019). Logo, o perfil dos ocupados da indústria está cada vez mais próximo ao dos ocupados da indústria no Brasil Não Metropolitano. As maiores quedas relativas da

participação dos ocupados da indústria metropolitana sobre o total da indústria ocorreram nas décadas de 1980 e 1990 e no período mais recente, em 2018.

TABELA 1: NÚMERO DE OCUPADOS NA INDÚSTRIA
E PARTICIPAÇÃO RELATIVA NO TOTAL DE OCUPADOS NA INDÚSTRIA
E NO TOTAL DE OCUPADOS – 1980-2018

ANO	NÚMERO DE OCUPADOS NA INDÚSTRIA			OCUPADOS NA INDÚSTRIA (%)		OCUPADOS DA INDÚSTRIA EM RELAÇÃO AO TOTAL DE OCUPADOS (%)		
	METROPO- LITANO	NÃO ME- TROPOLI- TANO	TOTAL	METRO- POLITA- NO	NÃO ME- TROPOLI- TANO	METRO- POLITA- NO	NÃO ME- TROPOLI- TANO	TOTAL
1980	2.386.136	2.455.474	4.841.610	49,3	50,7	16,1	8,9	11,5
1991	2.518.124	3.525.453	6.043.577	41,7	58,3	13,1	9,8	10,9
2000	2.602.192	4.260.189	6.862.381	37,9	62,1	11,6	9,9	10,5
2010	3.122.270	5.992.977	9.115.247	34,3	65,7	10,3	10,7	10,6
2018	2.820.507	6.403.098	9.223.605	30,6	69,4	8,5	10,8	10,0

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

A indústria brasileira, em termos de número de ocupados, se caracterizava, desde os anos 1980, pelo maior percentual na indústria tradicional, com maior intensidade nas áreas do Brasil Não Metropolitano. Nessa década, a indústria moderna representava 41,4% nas áreas do Brasil Metropolitano e 34,3% nas áreas do Brasil Não Metropolitano. Ao longo das quase quatro décadas seguintes, essa participação ficou praticamente estável no Brasil Metropolitano (40,8%) e se elevou um pouco no Brasil Não Metropolitano (37,9%) em 2018 (Tabela 2).

Discutindo sobre o desempenho da indústria brasileira em diferentes períodos, Sampaio e Macedo (2014), Mendes, Hermeto e Brito (2019) e Negreiros e Monteiro Neto (2019) concluem que a indústria moderna está migrando das metrópoles para um interior, onde prevalecem condições adequadas à absorção dessa indústria, tais como boa infraestruturas, mão de obra qualificada, serviços modernos, entre outras. Entre 1980 e 2018, a fração moderna na ocupação da indústria cresceu mais que a tradicional e menos que a dos operários de serviços auxiliares, corroborando com Morceiro e Guilhoto (2019), que concluíram que as reduções relativas em emprego e valor agregado ocorreram mais nas indústrias

tradicionais. Por fim, todas as indústrias apresentaram desempenho superior no Brasil Não Metropolitano comparativamente ao Brasil Metropolitano. Também de modo ininterrupto cresceu o percentual de ocupados nas três categorias industriais no período 1980 a 2018, e, nestas três, o Brasil Não Metropolitano tem pelo menos o dobro do Brasil Metropolitano, conforme se pode ver pela Tabela 2.

TABELA 2: NÚMERO DE OCUPADOS E DISTRIBUIÇÃO POR TIPO DE INDÚSTRIA NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018

ANO	TRADICIONAL		MODERNA		OPERÁRIOS DE SERVIÇOS AUXILIARES	
	Metropolitano	Não Metropolitano	Metropolitano	Não Metropolitano	Metropolitano	Não Metropolitano
Número de ocupados						
1980	1.111.854	1.360.757	988.499	841.159	285.783	253.558
1991	1.287.263	2.047.634	1.091.681	1.266.202	139.181	211.617
2000	1.013.252	1.944.777	1.135.107	1.574.034	453.831	741.377
2010	1.115.033	2.430.888	1.241.575	2.044.494	765.666	1.517.593
2018	1.157.638	2.803.959	1.151.006	2.424.399	511.863	1.174.740
Distribuição, segundo tipo de indústria (%)						
1980	46,6	55,4	41,4	34,3	12,0	10,3
1991	51,1	58,1	43,4	35,9	5,5	6,0
2000	38,9	45,7	43,6	36,9	17,4	17,4
2010	35,7	40,6	39,8	34,1	24,5	25,3
2018	41,0	43,8	40,8	37,9	18,1	18,3

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

A próxima seção fará uma breve caracterização dos ocupados nas indústrias “tradicional”, “moderna” e “dos operários de serviços auxiliares”, segundo atributos pessoais, posição na ocupação, contribuição previdenciária, horas trabalhadas semanalmente e de renda.

4. Perfil sociodemográfico dos ocupados nas indústrias

Considerando inicialmente a distribuição dos ocupados da indústria segundo sexo, ressalta-se a relativa estabilidade da distribuição dessa variável em todo o período aqui considerado para ambos os espaços. Em termos percentuais, a participação masculina ficou em torno de 70% e a feminina de 30%. Esse comportamento distributivo da indústria contrasta significativamente com a ocupação total, pois, nesta última, percebe-se uma contínua

ampliação da participação feminina, passando de 27,2% em 1980 para 43,7% em 2018.

Se os ocupados da indústria se pautaram pela estabilidade no tocante à distribuição relativa entre sexos, não se pode afirmar o mesmo quanto à variável de cor/raça. Considerando negros a soma de pretos e pardos, observa-se que tanto para os ocupados totais quanto para os ocupados da indústria metropolitana e não metropolitana ocorreu ampliação da participação relativa de negros entre 1980 e 2018. Essa ampliação ocorreu mais intensamente entre 2000 e 2018, seja para os ocupados totais, seja para os da indústria. O que diferencia é o nível da participação maior dos negros na indústria do Brasil Metropolitano comparativamente aos da indústria do Brasil Não Metropolitano e ocupados totais. A participação dos brancos foi superior à dos negros na indústria do Brasil Não Metropolitano entre 1980 e 2010, modificando-se em 2018. Contudo, em todo o período, o percentual da participação dos brancos nessa indústria foi superior à participação dos brancos na ocupação total e na indústria do Brasil Metropolitano. Em 2018, a distribuição relativa entre brancos e negros nos ocupados totais e na indústria do Brasil Não Metropolitano tornaram-se bastante semelhantes, como veremos na Tabela 3.

Quanto aos grupos etários, percebe-se uma tendência geral de crescimento das faixas de mais elevada idade e de redução daquelas de menor idade. Por exemplo, a participação dos grupos menor de 14 anos, de 14 a 17 anos e de 18 a 24 anos caiu para todos os espaços analisados, variando apenas a intensidade e o período dessa queda. Já a participação dos grupos de 35 a 49 anos, de 50 a 64 anos e de 65 anos e mais subiu para todos. A participação dos ocupados entre 18 e 64 anos sobre o total dos ocupados aumentou, e esse fato decorre em grande parte do processo de envelhecimento populacional no país. As particularidades estão nos percentuais da participação de cada faixa para os ocupados totais e da indústria metropolitana e não metropolitana. Como exemplo, a indústria do Brasil Não Metropolitano apresenta percentuais mais elevados para os grupos de 14 a 17 anos e de 18 a 24 anos, e menores percentuais nas faixas de 50 a 64 anos e de 65 anos e mais comparativamente ao Brasil Metropolitano e ocupados totais. Ressalta-se, ainda, a contínua redução do percentual de ocupados com menos de 14 anos e, em contrapartida, crescimento dos ocupados com 65 anos

e mais, tanto para o total quanto para a indústria metropolitana e não metropolitana. Por fim, a indústria apresenta percentuais menores para a faixa de 50 a 64 anos comparativamente ao total, destacadamente a indústria do Brasil Não Metropolitano.

Quanto ao nível de escolaridade, a Tabela 3 demonstra grandes alterações entre as faixas no período entre 1980 e 2018 para as três ocupações aqui analisadas em consideração aos totais e aos ocupados da indústria metropolitana e não metropolitana. Inicialmente, cabe ressaltar que o país realizou importante esforço para ampliar a escolarização da população brasileira nessas últimas três décadas, e os dados apresentados na tabela captam essa mudança. Assim, caiu bastante o percentual de ocupados sem instrução e com ensino fundamental incompleto: de patamares próximos a 77,8% do total de ocupados em 1980, esse percentual caiu para 26,2% em 2018, sendo que nessa faixa mais baixa de instrução os percentuais dos ocupados na indústria sempre foram maiores comparativamente ao do total, com destaque para os do Brasil Não Metropolitano. A participação dos níveis de ensino fundamental completo e ensino médio incompleto aumentou para todos os recortes de análise, embora com menor intensidade, ao passo que no período mais recente apresentou redução. O ensino médio completo e ensino superior incompleto apresentaram forte elevação percentual e, em 2018, correspondeu à faixa de maior representatividade para todos, com percentuais mais elevados para os ocupados da indústria metropolitana (49% em 2018), quando em 1980 era de apenas 3,2%. A faixa de ensino superior completo cresceu bastante também para todos, mas com níveis muito diferentes entre eles, sendo os ocupados totais passando de 3,4% em 1980 para 19,9% em 2018, e os da indústria metropolitana e não passaram, respectivamente, de 0,2% para 4% e de 0,1% para 2,9% no mesmo período. De certa maneira, esses últimos dados sintetizam um setor que emprega proporcionalmente mais profissionais manuais e que demanda mais a formação técnica. Por fim, para ilustrar a elevação da escolaridade, os ocupados totais que tinham pelo menos o ensino médio completo saltaram de 12,6% em 1980 para 58,7% em 2018.

A Tabela 3 a seguir apresentará a caracterização dos ocupados total, da indústria metropolitana e não metropolitana segundo os

atributos sexo, cor/raça, grupos etários e níveis de instrução, entre 1980 e 2018.

TABELA 3: DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS TOTAIS E DAS INDÚSTRIAS DO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO), SEGUNDO OS ATRIBUTOS DE SEXO, COR/RAÇA, GRUPOS ETÁRIOS E NÍVEL DE INSTRUÇÃO – 1980-2018 (EM %)

ESPECIFICAÇÕES	TOTAL					INDÚSTRIA METROPOLITANA					INDÚSTRIA NÃO METROPOLITANA				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
SEXO															
Masculino	72,8	68,2	62,3	57,7	56,3	69,7	69,6	71,3	70,4	68,9	69,6	70,8	71,6	70,1	70,5
Feminino	27,2	31,8	37,7	42,3	43,7	30,3	30,4	28,7	29,6	31,1	30,4	29,2	28,4	29,9	29,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
COR/RAÇA															
Branca	55,7	53,4	55,7	50,0	45,2	56,2	51,4	53,0	44,2	38,3	61,7	57,6	60,9	52,6	46,0
Preta	6,6	5,6	6,7	8,2	10,0	7,5	6,7	7,9	10,1	12,2	5,7	4,9	5,9	7,6	9,0
Amarela	0,7	0,5	0,5	1,1	0,8	0,7	0,5	0,4	1,0	0,8	0,4	0,3	0,3	0,8	0,3
Parda	36,5	40,1	36,2	40,4	43,7	35,7	41,4	38,3	44,5	48,3	32,3	37,1	32,7	38,8	44,3
Indígena	–	0,2	0,4	0,3	0,4	–	0,1	0,4	0,2	0,4	–	0,1	0,3	0,2	0,4
Total	99,5	99,8	99,5	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
FAIXA ETÁRIA															
Menos de 14	2,7	1,5	1,1	0,8	*	0,7	0,6	0,4	0,4	*	2,0	1,4	0,8	0,5	*
14 a 17	9,7	7,1	4,9	3,1	1,7	8,9	6,1	3,9	2,6	1,4	12,2	9,1	6,5	4,1	2,6
18 a 24	23,5	20,7	19,3	16,0	12,7	28,9	22,5	21,8	17,6	13,4	28,4	25,0	24,7	22,1	17,7
25 a 34	26,2	29,0	27,6	27,7	24,3	31,3	31,1	30,6	29,2	23,5	27,4	29,8	29,5	30,0	26,4
35 a 49	24,6	28,5	32,5	33,2	36,7	22,9	30,1	32,3	32,7	37,3	22,0	25,8	28,9	29,9	33,3
50 a 64	11,0	11,2	12,3	16,2	21,0	6,7	8,7	9,8	15,2	20,6	7,1	7,9	8,4	11,7	17,1
65 ou mais	2,1	2,0	2,3	3,0	3,6	0,6	1,0	1,2	2,4	3,8	0,9	1,1	1,2	1,7	3,0
Total	99,8	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
ESCOLARIDADE															
Sem Instrução e Fundamental Incompleto	77,8	66,4	51,2	38,6	26,2	84,0	69,0	53,0	37,5	26,4	87,4	77,2	59,2	41,8	31,7
Fundamental Completo e Médio Incompleto	9,6	12,9	18,0	17,9	15,0	12,7	20,2	26,7	25,1	20,5	10,0	15,4	24,3	25,3	23,0
Médio Completo e Superior Incompleto	9,2	14,7	23,3	30,8	38,8	3,2	9,7	19,5	35,4	49,0	2,5	6,8	16,0	31,3	42,4
Superior Completo	3,4	6,0	7,5	12,7	19,9	0,2	1,1	0,8	2,0	4,0	0,1	0,5	0,5	1,7	2,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).
 Notas: (*) A PNAD Contínua investiga somente indivíduos maiores de 14 anos. (1) Os totais que não somaram 100% é porque desconsideram informações ignoradas ou não declaradas.

Mais adiante, a Tabela 4 apresentará os mesmos atributos demográficos presentes na Tabela 3, mas agora para as categorias de ocupados da indústria tradicional, moderna e dos operários de serviços auxiliares metropolitanos.

Quanto ao sexo, a indústria tradicional é a que emprega proporcionalmente mais mulheres: aproximadamente, empregava metade delas em 1980, chegando a cerca de 60% em 2018. Como contrapartida, a indústria moderna possui elevadíssima participação masculina e com percentual estável de aproximadamente 94% desde 1980. Já a indústria dos operários de serviços auxiliares também sempre empregou proporcionalmente mais homens, e essa proporção vem crescendo e passando de uma relação aproximada de 2 para 1 em 1980 para 3 para 1 em 2018. Quanto ao atributo cor/raça, percebe-se grande semelhança entre os ocupados da indústria, tanto nos níveis de participação de brancos e negros, quanto de tendência de ambos no período aqui considerado. Em síntese, cresceu a participação dos negros, e, no período mais recente, essa participação se aproximou a 60% para a indústria tradicional e um pouco mais para a indústria moderna e indústria dos operários de serviços auxiliares.

Quanto aos grupos etários, os ocupados das indústrias tradicional, moderna e de serviços auxiliares apresentaram redução da participação dos três grupos de menor idade e crescimento das três de maior idade no período entre 1980 e 2018. O nível da distribuição entre os grupos apresenta algumas diferenças entre os ocupados da indústria. Como exemplo, em 1980, os percentuais mais elevados eram para os grupos de 18 a 24 anos e de 25 a 34 anos em todas as indústrias, porém com níveis mais elevados para os operários de serviços auxiliares e da indústria moderna comparativamente à indústria tradicional. A partir de então, a distribuição dos ocupados por grupo converge para aquela encontrada na indústria moderna e na de serviços auxiliares, com concentração de ocupados em 2018 nos grupos de 25 a 34 anos e de 35 a 49 anos, diferenciando-se um pouco da tradicional, com maior concentração nos grupos de 35 a 49 anos e de 50 a 64 anos. Essa última indústria apresentou grande crescimento de ocupados no de 50 a 64 anos, passando de 8,6% para 25,9% entre 1980 e 2018, crescimento muito mais significativo do que o das duas outras indústrias no mesmo período. Além disso,

se adicionarmos os 6% de ocupados em 2018 com 65 anos e mais ao do grupo anterior, a indústria tradicional apresentava 31,9% de ocupados com mais de 50 anos, patamar bastante superior ao das demais. Esse patamar é, inclusive, bastante superior ao dos ocupados totais nesses dois grupos etários, conforme apresentou a Tabela 3 anterior.

TABELA 4: DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS DAS INDÚSTRIAS TRADICIONAL, MODERNA E DE SERVIÇOS AUXILIARES, SEGUNDO OS ATRIBUTOS SEXO, COR/RAÇA, GRUPOS ETÁRIOS E NÍVEL DE INSTRUÇÃO NO BRASIL METROPOLITANO – 1980-2018 (EM %)

ESPECIFICAÇÕES	TRADICIONAL					MODERNA					OPERÁRIOS DE SERVIÇOS AUXILIARES				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
SEXO															
Masculino	48,4	49,6	45,6	43,8	40,5	94,2	93,7	93,2	93,9	94,3	67,4	65,5	73,8	71,1	76,1
Feminino	51,6	50,4	54,4	56,2	59,5	5,8	6,3	6,8	6,1	5,7	32,6	34,5	26,2	28,9	23,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
COR/RAÇA															
Branca	57,2	52,2	54,6	44,4	39,8	55,8	50,8	52,5	43,0	37,2	53,4	48,3	50,9	45,3	37,2
Preta	7,0	6,2	7,0	8,7	11,7	7,9	7,2	8,6	11,5	12,2	7,8	7,4	8,0	10,1	13,5
Amarela	0,9	0,5	0,4	1,3	0,7	0,6	0,5	0,4	0,9	1,0	0,2	0,3	0,4	0,9	0,5
Parda	34,9	41,0	37,6	45,3	47,2	35,7	41,5	38,1	44,5	49,2	38,6	44,0	40,3	43,6	48,6
Indígena	–	0,1	0,4	0,3	0,5	–	0,1	0,3	0,2	0,5	–	0,0	0,4	0,1	0,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
FAIXA ETÁRIA															
Menos de 14	0,9	0,5	0,4	0,5	*	0,5	0,5	0,3	0,3	*	0,8	1,8	0,4	0,3	*
14 a 17	10,5	5,6	3,9	2,7	1,7	6,6	5,7	3,0	2,1	1,2	10,9	12,9	6,4	3,1	1,4
18 a 24	27,7	21,6	18,9	14,4	12,0	28,8	22,8	19,8	15,8	13,6	33,9	27,3	33,4	25,1	16,1
25 a 34	27,5	30,4	28,2	25,1	17,7	34,9	32,1	32,2	30,0	27,3	32,9	29,3	31,8	33,8	27,8
35 a 49	23,8	30,4	34,2	34,3	36,7	23,4	30,7	34,5	34,1	37,4	17,9	22,8	22,8	28,2	38,5
50 a 64	8,6	10,0	12,5	19,0	25,9	5,4	7,5	9,3	15,7	17,8	3,5	5,6	4,9	8,6	15,1
65 ou mais	0,9	1,4	1,9	3,9	6,0	0,3	0,7	0,8	1,9	2,9	0,2	0,3	0,4	0,9	1,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
ESCOLARIDADE															
Sem Instrução e Fundamental Incompleto	85,4	70,9	57,7	43,0	29,8	81,6	66,1	50,6	37,0	25,6	86,6	74,6	48,7	30,2	20,5
Fundamental Completo e Médio Incompleto	11,4	18,8	25,2	26,0	22,5	14,5	22,1	26,7	24,6	19,5	11,1	17,8	30,0	24,8	18,2
Médio Completo e Superior Incompleto	3,0	9,1	16,2	29,6	43,0	3,8	10,7	21,8	36,5	51,7	2,2	6,9	20,9	42,2	56,9
Superior Completo	0,2	1,2	0,9	1,5	4,7	0,1	1,0	0,9	2,0	3,2	0,1	0,7	0,5	2,8	4,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).
 Notas: *A PNAD Contínua investiga somente indivíduos maiores de 14 anos. (1) Os totais que não somaram 100% é porque desconsideram informações ignoradas ou não declaradas.

A distribuição por níveis de escolaridade dos ocupados das três indústrias demonstra, inicialmente, que ocorreu forte redução dos trabalhadores sem instrução e com fundamental incompleto no período 1980 a 2018 para todas as indústrias, ressaltando que, nessa faixa mais baixa de escolaridade, os percentuais são um pouco mais elevados para a indústria tradicional comparativamente aos percentuais da indústria moderna e aos da indústria de serviços auxiliares. Exemplificando a partir dos ocupados da moderna, essa faixa de escolaridade mais baixa caiu de 81,6% em 1980 para 25,6% em 2018. A faixa seguinte, a de ensino fundamental completo e ensino médio incompleto, teve sua representatividade ampliada em todas as três indústrias, ressaltando que, desde os anos 2000, essa faixa apresentou tendência à queda, mesmo que, em 2018, os valores ainda fossem superiores àqueles registrados em 1980.

As faixas de ensino médio completo e superior incompleto apresentaram forte crescimento entre 1980 e 2018, e tornou-se a de maior representatividade em todas as indústrias, porém, com percentuais mais elevados para os serviços auxiliares (2,2% em 1980 para 56,7% em 2018) e moderna (3,8% em 1980 para 51,7% em 2018). O superior completo também cresceu bastante, mas sempre apresentando percentuais muito baixos de representatividade; além disto, nesta faixa, a indústria tradicional e a indústria de serviços auxiliares apresentaram o maior percentual de ocupados com esse nível de escolaridade em relação à indústria moderna, respectivamente de 4,7% e 4,3% dos ocupados em 2018. Em 2018, a indústria tradicional detinha 52,3% de ocupados nas duas faixas de menor escolaridade; em contrapartida, a indústria de serviços auxiliares apresentava 61,2% de ocupados na soma das duas faixas de maior escolaridade em 2018, sendo esta a de maior percentual nessas duas faixas.

5. Caracterização da condição ocupacional das indústrias no Brasil metropolitano entre 1980 e 2018

Esta seção apresenta a caracterização ocupacional dos trabalhadores da indústria (tradicional, moderna e de serviços auxiliares) do Brasil Metropolitano entre 1980 e 2018 a partir da

posição na ocupação, horas semanalmente trabalhadas, contribuição ou não à previdência e análise da renda. A Tabela 5, que será apresentada mais adiante, mostra a distribuição dos ocupados das indústrias segundo os três primeiros indicadores.

Com relação à posição da ocupação (empregado com ou sem carteira assinada e por conta própria), a indústria tradicional é a que apresenta o menor valor percentual de empregados, enquanto a de serviços auxiliares é a de menor valor percentual. Entre 1991 e 2018, ocorreu uma tendência à queda do empregado (principalmente o do trabalhador com carteira assinada) em todas as indústrias, ressaltando a indústria tradicional como a que presenciou a mais significativa redução do emprego com carteira, passando de 62% em 1991 para 39,4% em 2018. Considerando o emprego com carteira como um indicador de qualidade de emprego, a indústria tradicional é a de pior qualidade nesse parâmetro. Por sua vez, as indústrias moderna e de serviços auxiliares apresentavam 62,2% e 81,8%, respectivamente, de emprego com carteira assinada em 2018. Cabe ressaltar que, em 2010, ocorreu ligeira melhoria no indicador emprego com carteira em todas as indústrias comparativamente ao ano 2000. Os empregados sem carteira apresentaram percentuais sempre bem inferiores aos dos que possuem carteira, tendência de crescimento em 2000 em relação a 1991 e de queda em 2010 em relação a 2000 para as três indústrias.

A posição “conta-própria” cresceu ininterruptamente na indústria tradicional, chegando a representar 43,6% dos ocupados em 2018. Contudo, na indústria moderna, o crescimento ocorreu até 2000 e se estabilizou em torno de 20% desde então. Por fim, a indústria de serviços auxiliares também cresceu desde 1991, mas a partir de níveis muito baixos – em 2018, por exemplo, representava 9,1%.

Quanto às horas trabalhadas, as faixas de menos de 15 horas, de 15 a 29 horas e de 30 a 39 horas apresentavam níveis pouco significativos em todas as indústrias, com exceção da indústria tradicional. Entre 1980 e 2018, a soma dessas três faixas referente à indústria tradicional cresceu de 11,4% para 28,3% dos ocupados. A faixa de 40 a 48 horas concentrava o maior número de ocupados nas três indústrias e a diferença se refere ao nível da participação no período aqui considerado. A indústria tradicional ampliou o

percentual em 1991 comparativamente a 1980, caindo em 2000 quando comparada a 1991, e estabilizando em torno de 60% até 2018. A tendência de crescimento da participação em 1991 e redução dela em 2000 se manteve tanto para a indústria moderna quanto para a de serviços auxiliares, enquanto a diferença dessas duas em relação à indústria tradicional se refere ao contínuo crescimento percentual dessa faixa a partir de 2000 (destacando-se que ambas chegaram a 2018 com participações bem próximas: a moderna com 84,8% e a de serviços auxiliares com 86,1%). A faixa de mais de 48 horas teve sua participação reduzida em todas as indústrias no período 1980 a 2018, e, nesse último ano, a participação dessa faixa era superior na indústria tradicional (11,5%) em relação à indústria moderna (7,3%) e à indústria de serviços auxiliares (6,2%).

A contribuição à previdência demonstra que os ocupados da indústria tradicional são os que menos contribuem desde 1980. Em patamares mais elevados de contribuição, em ordem crescente, estão a indústria moderna e a de serviços auxiliares. O comportamento tendencial foi o mesmo para as três, isto é, de redução da contribuição entre 1980 e 2018; nesse período, ocorreu queda entre 1980 e 2000, pequena recuperação em 2010 e retorno à queda em 2018, sendo que a intensidade da redução foi muito maior para a tradicional, passando de 78,5% em 1980 para 51,5% em 2018. A título comparativo, em 2018 os percentuais de contribuição da indústria moderna e a de serviços auxiliares eram, respectivamente, de 70,5% e 87%. Esse indicador sinaliza o crescimento de perdas de direitos sociais e, nesse sentido, indica uma precarização do trabalho, principalmente o da indústria tradicional.

A Tabela 6 apresenta as faixas de rendimento segundo os ocupados das três indústrias para o Brasil Metropolitano. Inicialmente, a indústria tradicional sempre concentrou seus ocupados nas duas faixas de menor remuneração, que vai de até R\$ 1 mil e de R\$ 1 mil a 2 mil, sendo que em 1980, 44,4% dos ocupados estavam inseridos na primeira faixa e 39,2% na segunda, modificando-se, em 2018, respectivamente, para 38,5% e 44,1%. As demais faixas de maior remuneração pouco se alteraram no período e percebe-se que quanto maior a faixa, menor tende a ser o percentual de ocupados; como exemplo, em 2018, apenas 0,8% dos ocupados dessa indústria recebiam mais de R\$ 5 mil.

TABELA 5. DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS DAS INDÚSTRIAS TRADICIONAL, MODERNA E DE SERVIÇOS AUXILIARES SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, HORAS SEMANAIS TRABALHADAS E CONTRIBUIÇÃO PARA A PREVIDÊNCIA NO BRASIL METROPOLITANO – 1980-2018 (EM %)

ESPECIFICAÇÕES	TRADICIONAL					MODERNA					OPERÁRIOS DE SERVIÇOS AUXILIARES					
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018	
POSIÇÃO																
Sem remuneração	0,3	0,2	1,4	1,1	1,4	0,1	0,2	0,8	0,4	0,4	0,0	0,1	0,6	0,4	0,0	
Empregado	78,4	73,0	67,3	66,7	55,0	91,1	82,3	78,2	81,5	78,2	99,4	99,2	94,0	94,6	90,3	
<i>Com carteira</i>	–	62,0	45,8	48,0	39,4	–	67,6	60,7	68,5	62,2	–	87,8	77,0	84,7	81,8	
<i>Sem carteira</i>	–	11,0	21,6	18,7	15,6	–	14,7	17,5	13,0	16,1	–	11,4	17,0	9,9	8,5	
Conta própria	20,8	26,5	30,7	32,1	43,6	8,4	16,9	19,8	17,7	20,6	0,1	0,2	4,4	4,6	9,1	
Estatutário		0,3	0,5	0,1	0,0		0,7	1,2	0,3	0,8		–	0,5	1,0	0,4	0,5
Sem declaração	0,6	–	–	–	–	0,4	–	–	–	–	0,5	–	–	–	–	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
HORAS TRABALHADAS																
Menos de 15	1,3	1,5	2,9	10,4	6,5	0,2	0,7	1,1	7,2	1,0	0,2	0,4	0,9	6,0	1,4	
De 15 a 29 horas	4,2	5,8	6,6	5,9	12,0	0,7	1,6	2,1	1,9	3,1	0,5	1,6	2,2	1,7	2,4	
De 30 a 39 horas	5,9	6,6	7,5	6,3	9,8	2,0	3,4	4,9	3,3	3,8	1,9	5,0	4,9	4,3	3,8	
De 40 a 48 horas	64,6	71,8	59,7	59,9	60,2	70,0	78,4	69,2	72,7	84,8	74,3	80,4	73,6	77,2	86,1	
Mais de 48 horas	23,3	14,3	23,2	17,5	11,5	26,5	15,8	22,7	14,8	7,3	22,5	12,6	18,4	10,8	6,2	
Sem declaração	0,7	–	–	–	–	0,6	–	–	–	–	0,6	–	–	–	–	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
CONTRIBUIÇÃO PARA A PREVIDÊNCIA																
Contribui																
(qualquer trabalho)	78,5	70,0	53,7	57,0	51,5	89,4	75,7	69,1	75,3	70,5	95,9	87,8	80,9	88,0	87,0	
Não contribui	21,5	28,9	46,3	43,0	48,5	10,6	22,9	30,9	24,7	29,5	4,1	11,6	19,1	12,0	13,0	
Sem declaração ou não sabe	–	1,1	–	–	–	–	1,4	–	–	–	–	0,7	–	–	–	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

A indústria moderna apresentou maiores percentuais na faixa de R\$ 1 mil a 2 mil e a seguinte, de R\$ 2 mil a 3 mil, foi a segunda mais representativa em três dos cinco períodos aqui considerados. Nessa indústria, a faixa de R\$ 3 mil a 5 mil também é representativa e, no período, oscilou de um mínimo de 10,6% em 2000 até 15% em 1980, considerando que os ocupados dessa indústria

estão mais bem distribuídos em outras faixas. Os operários de serviços auxiliares apresentavam semelhança em relação à indústria tradicional em 1980, pois esta também concentrava seus ocupados nas duas menores faixas de rendimento. Com o passar do tempo, a faixa de menor renda apresentou redução, principalmente no período recente, ao passo que a de R\$ 1 mil a 2 mil cresceu, assim como a de R\$ 2 mil a 3 mil, sendo esta a segunda faixa mais representativa em 2018 para os ocupados dessa indústria (de serviços auxiliares). As faixas de maior rendimento se mantiveram numa posição intermediária entre as outras duas indústrias (tradicional e moderna). Ressaltam-se, com os dados apresentados na Tabela 6, a forte concentração dos rendimentos nas faixas menores e o elevado percentual de ocupados da indústria tradicional recebendo até R\$ 1 mil.

TABELA 6: FAIXAS DE RENDIMENTO SEGUNDO OS OCUPADOS DAS INDÚSTRIAS TRADICIONAL, MODERNA E DE SERVIÇOS AUXILIARES NO BRASIL METROPOLITANO - 1980-2018 (EM %)

INDÚSTRIA	ANO	Até R\$ 1.000	Mais de R\$ 1.000 até R\$ 2.000	Mais de R\$ 2.000 até R\$ 3.000	Mais de R\$ 32.000 até R\$ 5.000	Mais de R\$ 5.000	Total
Tradicional	1980	44,4	39,2	9,9	4,5	1,9	100,0
	1991	45,8	32,6	11,1	6,7	3,8	100,0
	2000	46,4	38,4	8,7	4	2,5	100,0
	2010	43,5	43,6	8	3,4	1,5	100,0
	2018	38,4	44,1	11,8	4,9	0,8	100,0
Moderna	1980	18,7	39,4	21,5	15	5,3	100,0
	1991	27,6	32,5	18,1	13,7	8,2	100,0
	2000	22,1	41,5	20	10,6	5,7	100,0
	2010	18,8	46,2	20	10,7	4,3	100,0
	2018	15,4	48,5	20,8	11,8	3,6	100,0
Operários de serviços auxiliares	1980	34,8	42,3	15,1	6,5	1,3	100,0
	1991	48,3	31,3	10,8	6,7	2,9	100,0
	2000	41,1	45,3	8,5	3,5	1,6	100,0
	2010	31	50,7	10,8	4,8	2,6	100,0
	2018	14,5	56	19,1	8,2	2,2	100,0

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018). Valores em R\$ (BRL) de janeiro de 2020.

A Tabela 7 apresenta a média e mediana para os ocupados das indústrias nos espaços do Brasil Metropolitano e Brasil Não Metropolitano. Considerando inicialmente as indústrias do Brasil Metropolitano, constata-se o menor rendimento médio dos ocupados da indústria tradicional em relação aos ocupados da moderna e aos de serviços auxiliares. Considerando o período como um todo, percebe-se relativa estabilidade do rendimento mediano dos ocupados da indústria tradicional, redução dos ocupados da indústria moderna e crescimento dos ocupados da indústria de serviços auxiliares, tornando os rendimentos das duas últimas indústrias bastante próximos entre si em 2018.

Comparando as indústrias entre os espaços do Brasil Metropolitano e do Brasil Não Metropolitano, constata-se continuamente o maior rendimento médio no Brasil Metropolitano. Analisando a razão entre média e mediana para as indústrias no período e para os dois espaços em questão, percebe-se que a razão cresceu em 1991 em relação a 1980 em todas elas. Posteriormente, essa razão começou a cair em todas as indústrias e em ambos os espaços, sendo que a maior redução dessa razão ocorreu para a indústria tradicional do Brasil Não Metropolitano e a menor foi a da indústria moderna do Brasil Metropolitano. Isso significa que, desde 1991, a distribuição de rendimentos se tornou menos desigual em cada uma delas, com níveis diferentes de mudança dessa desigualdade. Analisando a evolução do rendimento das medianas entre os dois espaços nas três indústrias, ele apresentou melhor desempenho nas indústrias no Brasil Não Metropolitano comparativamente às do Brasil Metropolitano. As indústrias que mais expandiram o rendimento mediano foram as de serviços auxiliares (nos dois espaços) e a tradicional (no Brasil Não Metropolitano). Em 2018, comparativamente a 1980, o rendimento mediano se aproximou entre as indústrias em ambos os espaços (Tabela 7).

A próxima seção discutirá a evolução das indústrias nas metrópoles. O método para tal foi separá-las por Grandes Regiões e, assim, realizamos análises nos respectivos contextos regionais. O objetivo é avaliar se esses espaços influenciam o desempenho das indústrias localizadas no Brasil Metropolitano.

TABELA 7: MÉDIA E MEDIANA DOS RENDIMENTOS DOS OCUPADOS NAS INDÚSTRIAS TRADICIONAL, MODERNA E DE SERVIÇOS AUXILIARES NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018 (EM R\$)

INDÚSTRIA	1980		1991		2000		2010		2018	
	Média	Mediana	Média	Mediana	Média	Mediana	Média	Mediana	Média	Mediana
METROPOLITANA										
Tradicional	1.367,71	1.042,81	1.589,16	1.096,02	1.336,24	1.017,69	1.328,53	1.021,10	1.335,14	1.098,59
Moderna	2.123,92	1.738,01	2.259,86	1.644,03	2.007,78	1.526,54	1.969,28	1.633,77	2.062,33	1.569,41
Operários de Serviços Auxiliares	1.524,12	1.216,61	1.455,54	1.041,22	1.303,85	1.017,69	1.561,24	1.191,29	1.827,94	1.569,41
NÃO METROPOLITANA										
Tradicional	1.000,68	738,65	1.174,09	803,75	1.038,13	814,15	1.210,04	1.021,10	1.295,41	1.150,90
Moderna	1.734,28	1.390,41	1.683,92	1.242,15	1.668,38	1.289,07	1.805,66	1.446,57	1.875,66	1.569,41
Operários de Serviços Auxiliares	1.351,52	1.042,81	1.197,06	876,81	1.124,20	949,84	1.417,60	1.191,29	1.824,64	1.490,94

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018). Valores em R\$ (BRL) de janeiro de 2020.

6. Análise das ocupações industriais, segundo as principais metrópoles por grandes regiões do Brasil

A presente seção apresenta a evolução das ocupações da indústria moderna, tradicional e de serviços auxiliares para as principais metrópoles agregadas pelas Grande Regiões no período de 1980 a 2018. A discussão por Grandes Regiões começa com as duas metrópoles da Região Norte (Belém e Manaus), passando pelas metrópoles da Região Nordeste (Recife, Fortaleza e Salvador), da Região Sudeste (Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo), da Região Sul (Curitiba e Porto Alegre), e termina com as duas da Região Centro-Oeste (Goiânia e Brasília).

6.1. A Região Norte e suas duas regiões metropolitanas: Belém e Manaus

A Região Metropolitana de Belém (RMB) apresentou desempenho positivo em seu mercado de trabalho no período aqui considerado, reflexo parcial do próprio desempenho positivo da economia paraense. Desde os anos 1990, o Estado do Pará vem crescendo a partir dos investimentos no setor agromineral apoiados pelo governo federal, inclusive com retorno de planejamento do desenvolvimento regional no governo Lula, sendo que no século

atual as taxas de crescimento do PIB paraense foram bastante superiores às do país e semelhantes às da região Norte como um todo (IBGE, 2019). Destaca-se que a RMB perdeu participação relativa tanto no PIB quanto na população do Estado. Políticas regionais de desenvolvimento, investimentos públicos e privados em infraestrutura (principalmente rodoviária e ferroviária) e a expansão da fronteira agromineral favoreceram a articulação e o crescimento de cidades médias no interior do Estado do Pará, como Santarém, Marabá, Tucuruí e Parauapebas.

Essa desconcentração produtiva e demográfica no Estado do Pará reconfigurou a economia da RMB, tornando-a mais dependente das atividades terciárias. Trata-se do fenômeno da urbanização associada à lógica da integração do espaço regional com os mercados nacional e internacional, que mantêm a importância da centralidade da RMB (CARDOSO; FERNANDES; BASTOS, 2015). Os investimentos agrominerais aceleraram a desconcentração produtiva e fortaleceram o papel da RMB no fornecimento de serviços mais qualificados. Assim, o crescimento do Estado do Pará ocorreu muito a partir da produção para exportação de *commodities*, principalmente do minério de ferro de Carajás, o que levanta indagações se porventura esse processo teria reduzido os elos de integração nacional, como aconteceu durante o processo de substituição de importações.

Por sua vez, a Região Metropolitana de Manaus (RMM) continua caracteristicamente sendo fornecedora de alguns nichos de bens duráveis ao mercado consumidor brasileiro e apresentou taxas de crescimento médio superiores aos do Brasil, quando a participação regional no PIB nacional saltou de um pouco menos de 1% para aproximadamente 5% entre os anos de 1970 e 2004. Desde o final dos anos 1960, Manaus vem absorvendo muitas indústrias desde que se tornou uma Zona Franca, sendo as principais delas as de eletrônica e veículos em duas rodas. Diferentemente do Estado do Pará, que desconcentrou a renda para o interior, Manaus ampliou seu percentual populacional e de renda comparativamente ao Estado do Amazonas. Apesar do fortalecimento do planejamento regional de desenvolvimento via Plano Amazônia Sustentável (PAS) lançado em 2008, os resultados não alteraram a inserção e a estrutura da economia regional, voltada à indústria maquiadora

para abastecimento interno e exportação de bens primários (MORAES, 2017).

TABELA 8: NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS NA INDÚSTRIA NAS REGIÕES METROPOLITANAS DE MANAUS E BELÉM – 1980-2018

ESPECIFICAÇÃO	1980	1991	2000	2010	2018
RM DE MANAUS					
Ocupados total	262.640	385.351	564.429	895.153	1.048.360
Ocupados na indústria	37.208	49.783	65.835	95.890	115.734
% indústria no total da RM	14,2	12,9	11,7	10,7	11,0
% indústria RM na indústria Brasil Metropolitano	1,6	2,0	2,5	3,1	4,1
—					
Tradicional (%)	42,1	41,0	28,6	24,4	22,2
Moderna (%)	46,7	54,1	56,2	47,7	60,1
Operários de serviços auxiliares (%)	11,2	4,9	15,2	27,9	17,7
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
RM DE BELÉM					
Ocupados total	340.128	510.129	692.333	950.843	1.006.463
Ocupados na indústria	38.720	49.209	59.046	74.689	68.222
% indústria no total da RM	11,4	9,6	8,5	7,9	6,8
% indústria RM na indústria Brasil Metropolitano	1,6	2,0	2,3	2,4	2,4
—					
Tradicional (%)	47,9	51,0	50,2	46,4	55,2
Moderna (%)	37,3	42,4	35,9	34,3	30,0
Operários de serviços auxiliares (%)	14,7	6,6	14,0	19,2	14,8
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Manaus e Belém expandiram a participação na indústria metropolitana entre 1980 e 2010, respectivamente, de 1,6% para 3,1% e de 1,6% para 2,4%. Em 2018, Manaus ampliou ainda mais essa participação para 4,1%, enquanto Belém manteve o percentual de 2,4%. Em Belém, prevalece a ocupação na indústria tradicional (em torno de 50%), ao passo que em Manaus prevalece a indústria moderna, sendo esta uma típica indústria maquiadora que atende ao mercado interno brasileiro. Apesar de ambas as metrópoles terem aumentado a participação sobre a ocupação industrial metropolitana, tanto Manaus como Belém tiveram redução da

ocupação industrial sobre a total. A primeira, passando de 14,2% em 1980 para 11,0% em 2018, e Belém de 11,4% para 6,8% no mesmo período. Ressalta-se que Manaus foi a metrópole que apresentou a mais elevada expansão na ocupação industrial no período aqui analisado. Assim, enquanto a Região Norte cresceu mais do que o Brasil desde os anos 1980, Belém perdeu PIB e ocupados para o interior, enquanto Manaus concentrou ambos.

6.2. Região Nordeste e suas três principais metrópoles: Fortaleza, Recife e Salvador

Depois de mais de uma década de desmonte das políticas públicas para o desenvolvimento regional, o século XXI retoma planos e ações em âmbito nacional para acelerar o desenvolvimento da Região Nordeste a partir do governo Lula. Isto não significa, entretanto, que a região não vinha viabilizando estratégias regionais de desenvolvimento anteriormente. O caso do Estado do Ceará, por exemplo, reforça essa percepção, pois, na ausência ou redução do papel do governo federal, o governo estadual ocupou posição relevante. A estratégia principal foi a concessão de incentivos fiscais e um maior estímulo na busca de setores que desejassem acessar o mercado externo, principalmente o manufatureiro (SOARES; SANTOS; TENÓRIO et al., 2007; PEQUENO; COSTA, 2018).

Além disso, buscou a interiorização desse investimento e, segundo Soares, Santos, Tenório et al. (2007), ocorreram mudanças importantes a partir disso, descentralizando a indústria no Ceará. Cabe destacar que, segundo Silva Filho (2014), pode-se afirmar que tal desconcentração tenha sido pequena, pois a RM de Fortaleza (RMF) ainda concentrava 67,7% dos postos formais de trabalho na indústria, comparativamente a 69% em 2000. O Estado do Ceará apresentou, desde os anos 1990, taxas superiores de crescimento médio em relação ao Brasil, enquanto a formalização do trabalho cresceu bastante no período que vai de 2000 a 2013. Nesse momento, o Estado cresceu praticamente à mesma taxa de crescimento da Região Nordeste (respectivamente, 4,4% e 4,5%) e bem acima da média brasileira de 3,2% (MORAES, 2017). Silva Filho (2014) mostra que a indústria têxtil e a de calçados concentram mais de 50% do pessoal ocupado da indústria cearense e que o pessoal ocupado da indústria sobre o total da ocupação não se alterou na primeira

década deste século. Além disto, a RMF concentra bastante serviços modernos, indicando dessa maneira que o desenvolvimento do Estado do Ceará foi desconcentrado *concentradamente*.

Diferentemente do ocorrido no Estado do Ceará, o Estado de Pernambuco não logrou sucesso em crescimento econômico na década de 1990. O quadro se reverteu, entretanto, neste atual século, pois o desempenho econômico se mostrou bastante favorável e acima da média brasileira e em linha com o restante do Nordeste. Desde 1995, através do Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco (PRODEPE), o Estado de Pernambuco viabilizou políticas regionais para atração de investimentos privados via incentivos fiscais, principalmente os industriais, e implantou uma tentativa de interiorização deles. Essa política foi mais bem-sucedida a partir de 2004 e atraiu uma grande multiplicidade de investimentos, sendo o de maior destaque o complexo de SUAPE, com destaque nos setores metalmeccânico e refinaria (químico/petroquímico), além do automobilístico em Goiana (BITOUN; MIRANDA; SOUZA, 2018). Também diferentemente do Ceará, tais investimentos acabaram se concentrando no entorno da Região Metropolitana do Recife, não cumprindo um dos papéis iniciais que era o da descentralização e dinamismo das regiões do interior do Estado. Frota, Lima e Melo (2014) afirmam que a interiorização não foi bem-sucedida em decorrência da precariedade de infraestrutura e qualificação da mão de obra. A diversificação industrial recente do Estado ocorreu com forte apoio federal e ocorreu em setores tanto intensivos em capital quanto em trabalho, tal como a indústria têxtil (MORAES, 2017).

O Estado da Bahia iniciou um processo de mudança estrutural em sua economia com a chegada do polo petroquímico de Camaçari nos anos 1970. Houve uma alteração substantiva na distribuição setorial de sua economia, com significativo crescimento da indústria e forte redução da agricultura na composição do PIB entre as décadas de 1970 e 1980. Com a inflexão da política econômica nos anos 1990, segundo Pessoti e Pessoti (2010), o Estado entrou fortemente na guerra fiscal e foi eficaz na captura de investimentos industriais, sendo o mais importante deles a instalação da Ford, também em Camaçari na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Esses investimentos impactaram positivamente o crescimento do PIB estadual, sendo este superior à média da Região Nordeste e do

Brasil, ampliando a participação da economia baiana na brasileira. Entretanto, cabe ressaltar que houve forte concentração destes na RMS, muito embora essa metrópole já concentrasse um pouco mais de 50% da riqueza produzida na Bahia, segundo Pessoti e Pessoti (2010) e Moraes (2017).

As principais atividades industriais da RMS são muito intensivas em capital, gerando menores efeitos sobre o emprego, notadamente o polo petroquímico. Essas atividades, entretanto, demandam serviços modernos e ampliam, dessa maneira, a qualificação da estrutura ocupacional metropolitana. Essa dinâmica de crescimento é incapaz de absorver uma parcela expressiva da força de trabalho da RMS, que apresenta ainda elevados níveis de informalidade (CARVALHO; PEREIRA, 2014). Desde os anos 1990, a metrópole de Salvador não logrou alterar de maneira substantiva essa dinâmica de crescimento que mantém a polarização da estrutura sócio-ocupacional – a despeito do crescimento da primeira década deste século, que retomou parcialmente as políticas regionais e investimentos em infraestrutura socioeconômica, como relatam Carvalho e Pereira (2014). Por fim, das três principais metrópoles nordestinas, Salvador e Recife ampliam ou mantêm a concentração econômica, enquanto Fortaleza desconcentra para o interior do Estado do Ceará.

Fortaleza, Recife e Salvador aumentaram a participação na indústria metropolitana entre 1980 e 2010, respectivamente de 4,5% para 7,6%, de 4% para 4,2%, e de 2,9% para 4%. Em 2018, Salvador ampliou essa participação ainda mais (4,8%), ao passo que Fortaleza e Recife reduziram ligeiramente para 7,5% e 3,8%, respectivamente. Em Fortaleza, prevalece a ocupação na indústria tradicional, sempre acima de 60%, enquanto no Recife predominava a indústria tradicional entre 1980 e 2000, até que, posteriormente, a indústria moderna passou a crescer proporcionalmente mais, chegando a superar a indústria tradicional. Já em Salvador, predominava a indústria moderna até 2010, quando a crise subsequente impactou muito negativamente a ocupação nessa indústria, e a indústria tradicional suplantou a ocupação da indústria moderna em 2018.

TABELA 9: NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS NA INDÚSTRIA NAS REGIÕES METROPOLITANAS DE FORTALEZA, RECIFE E SALVADOR – 1980-2018

ESPECIFICAÇÃO	1980	1991	2000	2010	2018
RM de Fortaleza					
Ocupados total	603.144	911.444	1.106.191	1.614.973	1.777.677
Ocupados na indústria	106.986	144.182	154.990	235.739	212.094
% indústria no total da RM	17,7	15,8	14,0	14,6	11,9
% indústria RM na indústria Brasil Metropolitano	4,5	5,7	6,0	7,6	7,5
—					
Tradicional (%)	73,3	71,7	62,6	61,2	65,7
Moderna (%)	19,2	24,1	24,9	19,6	24,5
Operários de serviços auxiliares (%)	7,6	4,2	12,5	19,1	9,8
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
RM de Recife					
Ocupados total	775.278	991.164	1.125.476	1.509.898	1.568.719
Ocupados na indústria	96.013	110.953	103.230	132.576	107.626
% indústria no total da RM	12,4	11,2	9,2	8,8	6,9
% indústria RM na indústria Brasil Metropolitano	4,0	4,4	4,0	4,2	3,8
—					
Tradicional (%)	46,2	51,0	40,5	33,5	33,0
Moderna (%)	37,7	41,8	43,5	39,3	48,8
Operários de serviços auxiliares (%)	16,1	7,2	16,0	27,2	18,2
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
RM de Salvador					
Ocupados total	622.084	926.670	1.157.445	1.622.506	1.904.327
Ocupados na indústria	68.648	96.452	91.156	124.543	135.956
% indústria no total da RM	11,0	10,4	7,9	7,7	7,1
% indústria RM na indústria Brasil Metropolitano	2,9	3,8	3,5	4,0	4,8
—					
Tradicional (%)	39,8	44,6	37,5	32,0	49,2
Moderna (%)	46,5	50,0	50,5	45,4	28,8
Operários de serviços auxiliares (%)	13,6	5,4	12,0	22,6	22,1
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Apesar de ampliarem a participação sobre a ocupação industrial metropolitana em quase todo o período, Fortaleza, Recife e Salvador apresentaram redução da ocupação industrial sobre a total: Fortaleza passou de 17,7% em 1980 para 11,9% em 2018; Recife, de 12,4% para 6,9%; e Salvador, de 11% para 7,1%, no mesmo período. Ressalta-se que a Região Nordeste cresceu mais do que a média nacional, e o Estado de Pernambuco apresentou entre os três um desempenho um pouco inferior em termos de crescimento do PIB desde 1990. Por fim, destaca-se a maior presença de ocupados na indústria em Fortaleza comparativamente às metrópoles do Recife e de Salvador.

6.3. Região Sudeste e as metrópoles de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo

Em contraposição à tendência de redução dos investimentos públicos e privados que prevalecera em 1980-90, nos anos 2000, houve a retomada de uma série de intervenções com impacto significativo sobre a estruturação do espaço da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) decorrente do crescimento e de maior capacidade de investimento do Estado, ressaltando que a produção permaneceu concentrada nos setores acoplados ao ciclo anterior (TONUCCI FILHO; MAGALHÃES; OLIVEIRA et al., 2015). Elevaram-se os investimentos associados à base de recursos naturais na RMBH e no seu entorno, destacando algumas atividades de maior conteúdo tecnológico, como aparelhos e equipamentos médicos, material eletroeletrônico, produtos farmacêuticos e biotecnológicos e bens das tecnologias da informação e comunicação, mas ainda sem que se tornassem capazes de “rivalizar” na pauta produtiva com os de menor valor agregado e com o complexo da indústria automotiva.

Nesse momento, as ações do Governo de Minas Gerais propunham potencializar o desenvolvimento econômico do vetor norte (Aeroporto Internacional Tancredo Neves e entorno do futuro Anel Viário de Contorno Norte), com atração de investimentos e criação de polos de alta tecnologia em aeronáutica, microeletrônica, semicondutores e saúde. Esses investimentos podem vir a criar uma demanda derivada para as atividades intensivas em tecnologia. Por fim, a reestruturação e expansão da Fiat, associada aos programas

governamentais de transferência de renda, como o Bolsa Família, os de acesso à moradia, como o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), de acesso ao crédito, entre outros, fortaleceram um novo perfil de distribuição de rendimentos que desempenhou papel importante na dinâmica econômica do Estado e da RMBH (MENDONÇA; ANDRADE; DINIZ, 2018), favorecendo um bom desempenho industrial da RMBH e do Estado de Minas Gerais até aproximadamente o ano de 2014 (PEREIRA; CARIO, 2018; VERÍSSIMO; ARAÚJO, 2016).

Entretanto, a crise econômica recente reverteu as perspectivas positivas e produziu forte redução do emprego formal, principalmente nos anos de 2015 e 2016. É importante destacar que o Estado de Minas Gerais sentiu o efeito da reversão da alta do preço do minério de ferro já a partir de meados de 2014 e da interrupção da produção de algumas minas de minério de ferro no município de Mariana, no final de 2015, com impactos negativos sobre a produção extrativa mineral e as reduções na geração de trabalho e de arrecadação tributária, como estimaram Castro e Almeida (2019). Mais recentemente, o rompimento da barragem da companhia Vale, em Brumadinho, no eixo sul da RMBH, também trouxe (e trará) impactos socioeconômicos significativos não apenas ao município, mas também ao Estado de Minas Gerais, conforme aponta recente estudo realizado por Domingues, Magalhães, Cardoso et al. (2019).

O Estado do Rio de Janeiro e sua Região Metropolitana talvez sejam o retrato dos espaços nos quais a desindustrialização brasileira tenha mais se expressado. Apesar de se manter como a segunda economia nacional, o Rio de Janeiro vem apresentando um desempenho do PIB inferior à média brasileira, enquanto a redução do peso da indústria no PIB regional e metropolitano já vinha caindo desde a década de 1970. Cabe ressaltar, porém, que, desde os anos 1990, o Estado do Rio vem buscando alternativas para retomar uma maior diversificação produtiva, principalmente no setor industrial. A indústria automobilística instalada no município de Porto Real, na segunda metade dessa década, foi uma tentativa.

Na primeira década do atual século (os anos 2000), ocorreu uma modificação relevante no tocante à maior verticalização da produção local para atender ao setor de petróleo (PEREIRA;

CARIO, 2018). Essa reorientação de política, que ocorreu em âmbito federal, possibilitou o alargamento da produção metal/mecânica, siderúrgica, naval e produção e ampliação dos setores químico e petroquímico (OLIVEIRA, 2017). Ademais, os investimentos decorrentes dos megaeventos internacionais (Copa do Mundo e Olimpíadas) em logística e infraestrutura portuária ampliaram os setores da construção, além das políticas de âmbito federal concernentes à ampliação da oferta de imóveis residenciais, tais como o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), todos articulados às políticas de aceleração do crescimento (PAC) e Brasil Maior do governo federal (RIBEIRO, 2018).

Não obstante uma recuperação econômica iniciada ainda na primeira década deste século, esses investimentos não lograram recuperação do setor industrial do Estado e da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) quando avaliados em termos da capacidade de geração de emprego. Esse conjunto de investimentos retardou um pouco a intensidade da crise econômica do Estado e da RMRJ em 2015 e 2016, estendendo-se, entretanto, até 2018. A economia do Rio de Janeiro apresentou taxas negativas de crescimento durante os anos de 2015 a 2018, significando forte crescimento da taxa de desemprego, e superando a já elevada taxa brasileira a partir de 2016. Por fim, cabe destacar a reprimarização da economia fluminense nesse período, tornando-se exportadora de petróleo, o que é um recurso não renovável e que demonstra, assim, a pouca sustentabilidade desse crescimento no longo prazo (OLIVEIRA, 2017).

Por sua vez, a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) vem passando por um profundo processo de mudança em sua estrutura socioeconômica e ocupacional. No tocante à indústria, pode-se afirmar que, desde os anos 1980, ela vem apresentando não apenas redução percentual sobre o total de ocupados, mas também em termos absolutos. Ou seja, trata-se de um caso exemplar de desindustrialização. Esse processo pode decorrer de uma multiplicidade de razões, tais como deseconomias de aglomeração, guerra fiscal, realocação em decorrência de custos do trabalho e organização sindical, reestruturação produtiva, impactos da política econômica (valorização cambial e abertura comercial), entre outros. Cabe destacar que a região, desde muito cedo, presenciou um processo de realocação ou transferência de unidades industriais

para o interior do Estado de São Paulo, principalmente (CANO, 2008; PEREIRA; CARIO, 2018).

Destaca-se, entretanto, que a diminuição do peso da indústria na RMSP vem acompanhada de uma perda relativa do peso da economia paulista no PIB brasileiro, ou seja: o Estado de São Paulo vem apresentando redução relativa de sua relevância na economia nacional (MORAES, 2017; TORRES, 2012). Apesar da centralidade e da forte presença de um setor de serviços moderno e dinâmico, excelente infraestrutura física e de qualificação da força de trabalho, cabe frisar que essa lenta perda de dinamismo associada à guerra fiscal protagonizada pelos Estados, também no setor de serviços, pode comprometer a forte polarização que a RMSP ainda exerce em termos nacionais (TORRES, 2012).

Sampaio e Macedo (2014) analisaram o processo de desindustrialização brasileiro, considerando-o a partir de um recorte espacial do Estado de São Paulo e do restante do Brasil e segundo a redefinição da indústria em três grupos, a saber: o produtor de bens não duráveis (G1), o produtor de bens intermediários (G2) e o produtor de bens duráveis e de capital (G3). Levando em conta o período que se estende de 1996 a 2011, os autores perceberam que o grupo que o Estado de São Paulo mais perdeu foi o G3, exatamente aquele referente à indústria mais dinâmica e moderna, sendo a guerra fiscal, a reestruturação produtiva e a política econômica fatores relevantes para explicar esse processo (SAMPAIO; MACEDO, 2014).

Considerando a análise da ocupação geral e das ocupações industriais, a RMBH ampliou a participação na indústria metropolitana entre 1980 e 2010 de 5,3% para 8,1%, enquanto Rio de Janeiro e São Paulo reduziram, no mesmo período, de 18,1% e 47,7%, respectivamente, para 12,8% e 34,7%. Em 2018, Belo Horizonte e São Paulo ampliaram ligeiramente a participação sobre a ocupação industrial metropolitana para, respectivamente, 8,9% e 35,7%, sendo que o Rio de Janeiro diminuiu um pouco essa participação para 12,2%. As três metrópoles reduziram a ocupação industrial em relação ao total de ocupados de cada uma delas, sendo que em São Paulo e no Rio de Janeiro as reduções foram bastante significativas, respectivamente, de 21,5% e 13% em 1980 para 9,5% e 6,3% em 2018. A RMBH também registrou redução no período, porém, bem mais modesta, de 12,5% para 9,4%.

TABELA 10: NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS NA INDÚSTRIA NAS REGIÕES METROPOLITANAS DE BELO HORIZONTE, RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO – 1980-2018

ESPECIFICAÇÃO	1980	1991	2000	2010	2018
RM de Belo Horizonte					
Ocupados total	1.014.628	1.763.524	1.768.767	2.433.251	2.656.047
Ocupados na indústria	126.886	200.419	193.453	252.608	249.898
% indústria no total da RM	12,5	11,4	10,9	10,4	9,4
% indústria RM na indústria Brasil metropolitano	5,3	8,0	7,4	8,1	8,9
—					
Tradicional (%)	41,9	50,6	35,2	30,3	35,8
Moderna (%)	47,4	43,8	48,3	44,6	46,4
Operários de serviços auxiliares (%)	10,7	5,6	16,5	25,1	17,8
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
RM do Rio de Janeiro					
Ocupados total	3.331.259	3.834.178	4.174.648	5.297.044	5.477.303
Ocupados na indústria	431.583	431.392	358.462	400.456	345.078
% indústria no total da RM	13,0	11,3	8,6	7,6	6,3
% indústria RM na indústria Brasil metropolitano	18,1	17,1	13,8	12,8	12,2
—					
Tradicional (%)	47,9	51,4	42,2	37,1	41,1
Moderna (%)	41,7	43,6	42,7	43,8	43,8
Operários de serviços auxiliares (%)	10,4	5,0	15,0	19,1	15,1
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
RM de São Paulo					
Ocupados total	5.304.854	6.429.732	7.204.014	9.479.401	10.557.589
Ocupados na indústria	1.138.884	1.006.197	993.851	1.082.780	1.007.676
% indústria no total da RM	21,5	15,6	13,8	11,4	9,5
% indústria RM na indústria Brasil metropolitano	47,7	40,0	38,2	34,7	35,7
—					
Tradicional (%)	42,1	47,5	30,5	29,6	37,1
Moderna (%)	44,6	46,8	47,8	44,8	44,0
Operários de serviços auxiliares (%)	13,2	5,7	21,8	25,6	18,9
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Na RMBH, a ocupação geral e na indústria se estagnaram na década de 1990 e sempre prevaleceu a maior ocupação na indústria moderna, com exceção de 1991. A RMRJ apresentou baixo crescimento da ocupação geral e redução na indústria entre 1980 e

2018, enquanto nesta última metrópole, nas décadas de 1980 e 1990, prevalecia uma ligeira maior ocupação da indústria tradicional até que, posteriormente, a moderna perdeu menos e as duas passaram a apresentar dimensão semelhante. Na RMSP, ocorreu situação análoga à da RMRJ: a ocupação geral cresceu abaixo da média metropolitana e a ocupação na indústria reduziu no mesmo período, sendo que a distribuição dos ocupados na indústria moderna e tradicional eram próximas nas décadas de 1980 e 1990, prevalecendo maior ocupação na moderna depois de 2000. A crise da economia brasileira no período mais recente impactou mais fortemente a ocupação industrial da RMRJ comparativamente às da RMBH e da RMSP.

6.4. Região Sul e as metrópoles de Curitiba e Porto Alegre

O Estado do Paraná vem apresentando um satisfatório crescimento econômico desde os anos 1990, ligeiramente acima da média da Região Sul e muito próximo ao do crescimento médio brasileiro. Desde o final dos anos 1980, a Região Sul mantém-se como a segunda maior geradora de riquezas e não tem alterado esse percentual de inserção sobre a economia nacional (MORAES, 2017). Não obstante esse desempenho médio no tocante ao crescimento do PIB, percebe-se que a Região Sul, e mais notadamente o Estado do Paraná, vem apresentando um maior crescimento e diversificação relevantes no setor industrial, ampliando o peso relativo nesse setor nacionalmente (TRINTIN; CAMPOS, 2013).

A década de 1990 significou a entrada do ramo automotivo e uma expansão da indústria de bens de capital, principalmente na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Diferentemente das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo, a RMC apresentou expansão absoluta e preservação do peso relativo dos ocupados da indústria na ocupação total no período 1980 a 2010, conforme mostra a Tabela 11 a seguir. A partir dos anos 1990, o Estado do Paraná utilizou bastante do expediente da guerra fiscal para atrair investimentos industriais e tornou-se um local importante de indústrias que desejavam sair da RMSP, por exemplo.

Na inflexão neoliberal, desde os anos 1990, a RMC manteve a relevância do setor industrial, mas também presenciou o crescimento do setor de serviços e a valorização e expansão do setor imobiliário, importante agente de expansão da acumulação nos espaços metropo-

litanos brasileiros. Como salientam Moura e Firkowski (2018), a RMC apresenta uma peculiaridade, qual seja, a indústria como importante elemento no tocante à geração de emprego e renda, bem como às dinâmicas de expansão metropolitana, ressaltando, entretanto, a importância das “atividades terciárias e de condomínios residenciais e empresariais, além de novos condomínios industriais, como os que conformam o polo automotivo, centros de lazer, equipamentos de comércio e serviços” (p. 364), entre outros, que contribuem no crescimento metropolitano. A indústria, nesse espaço, foi importante para a manutenção do valor adicionado fiscal em relação ao Estado quando considerada a primeira década deste século. Além disto, a indústria ainda é importante fator de atração à ocupação urbana e explica parcialmente a dinâmica recente de aglomeração, apesar de outras dinâmicas também apresentarem relevância nesse processo (*idem*).

A economia do Estado do Rio Grande do Sul apresentou um comportamento díspar em relação aos demais estados da Região Sul na última década do século XX e na primeira década deste século. Nos anos 1990, apresentou taxa de crescimento do PIB bem superior à da Região Sul bem como do Brasil, enquanto na década seguinte a taxa de crescimento caiu bem abaixo tanto em relação ao crescimento da Região Sul quanto do Brasil. Uma explicação parcial desse fenômeno, segundo Fiori (2017), ocorreu em relação à instituição do Mercado Comum do Sul (Mercosul) em 1991 e a maior inserção externa via exportação desse Estado. Deve-se ressaltar que, mediante políticas de isenção fiscal e demais políticas típicas de uma guerra fiscal, o Estado do Rio Grande do Sul absorveu a indústria automotiva na década de 1990, localização também favorecida pela proximidade com os países do Mercosul. Essa maior diversificação produtiva e crescimento foram negativamente impactados pela crise da Argentina em 2001, o que acarretou parcialmente num menor crescimento econômico posterior (FIORI, 2017; FEDOZZI; SOARES, 2018).

Com uma base econômica muito vinculada à agropecuária para abastecimento de seu próprio mercado e o do país, a produção agroindustrial foi se diversificando, principalmente nas regiões norte e nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. Quando do advento da inflexão da política econômica na década de 1990, percebeu-se que a economia metropolitana não apresentou concentração da atividade econômica, e segundo Moraes (2017) e Fiori (2017), o Estado do

Rio Grande do Sul apresentou uma ligeira desconcentração da atividade entre as décadas de 1990 e 2000. O setor industrial na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) apresenta, ainda, papel bastante relevante seja na agregação de valor, seja na ocupação (FEDOZZI; SOARES, 2018). Entretanto, desde a crise da Argentina, o Estado do Rio Grande do Sul e a RMPA apresentaram perda de dinamismo e o peso relativo da ocupação industrial na ocupação total vem caindo desde então; em 2018, foi ainda menor em termos absolutos do que a ocupação de 2010.

TABELA 11: NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS NA INDÚSTRIA NAS REGIÕES METROPOLITANAS DE CURITIBA E PORTO ALEGRE - 1980-2018

ESPECIFICAÇÃO	1980	1991	2000	2010	2018
RM de Curitiba					
Ocupados total	594.997	877.391	1.199.499	1.681.455	1.748.987
Ocupados na indústria	72.226	99.090	149.489	195.405	176.765
% indústria no total da RM	12,1	11,3	12,5	11,6	10,1
% indústria RM na indústria Brasil Metropolitano	3,0	3,9	5,7	6,3	6,3
—					
Tradicional (%)	46,9	47,7	28,8	24,8	33,3
Moderna (%)	39,3	46,3	47,7	39,3	41,5
Operários de serviços auxiliares (%)	13,8	6,1	23,5	35,9	25,2
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
RM de Porto Alegre					
Ocupados total	1.073.671	1.291.056	1.614.963	2.041.612	2.033.526
Ocupados na indústria	205.040	218.561	273.968	294.319	247.362
% indústria no total da RM	19,1	16,9	17,0	14,4	12,2
% indústria RM na indústria Brasil Metropolitano	8,6	8,7	10,5	9,4	8,8
—					
Tradicional (%)	60,0	60,5	53,4	39,2	41,9
Moderna (%)	31,0	33,9	35,5	30,8	34,1
Operários de serviços auxiliares (%)	9,0	5,6	11,1	30,0	24,1
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Considerando a análise da ocupação geral e das ocupações industriais, a RMC e a RMPA ampliaram a participação na indústria metropolitana de, respectivamente, 3% e 8,6% em 1980 para 6,3% e 9,4% em 2010. Em 2018, a participação dos ocupados na indústria da RMC sobre o total da indústria metropolitana se manteve no patamar (6,3%) e o da RMPA caiu para 8,8%. As duas metrópoles reduziram a ocupação industrial em relação ao total de ocupados, sendo que na RMC a diminuição foi pequena (de 12,1% em 1980 para 10,1% em 2018) e na RMPA a queda foi mais significativa, caindo no mesmo período de 19,1% para 12,2%. Na RMC, a ocupação da indústria tradicional superava a da indústria moderna em 1980, enquanto em 1991 ambas eram semelhantes entre si, até que posteriormente a moderna superou a tradicional. Já na RMPA, a ocupação da indústria tradicional sempre foi superior à da moderna, e o que alterou foi o nível dessa diferença, sendo bastante significativo entre 1980 e 2000, tendo reduzido bastante neste século.

6.5. Região Centro-Oeste e as metrópoles de Goiânia e Brasília

A Região Metropolitana de Goiânia (RMG) se insere numa região fortemente atrelada à expansão e modernização da fronteira agrícola e à constituição de Brasília. Desde então, o Estado de Goiás e a RMG têm apresentado profundas mudanças em sua estrutura socioeconômica. A industrialização da região foi muito articulada, inicialmente, pela principal característica produtiva, qual seja, a agropecuária. Esse setor foi o responsável pela maior internacionalização da Região Centro-Oeste, área de expansão da produção para abastecimento do mercado interno e, principalmente, o externo. Esse crescimento atraiu as primeiras indústrias e iniciou uma diversificação produtiva que se expandiu a partir de São Paulo. A essa articulação se soma uma outra que liga Goiânia à Brasília, passando por Anápolis. O Estado de Goiás soube aproveitar a inflexão liberal e articulou, com os governos federal e municipais, fortes incentivos para atrair investimentos industriais, aproveitando os principais eixos de articulação econômica regional com a capital federal e a RMSP (LIMA, 2015; SOUZA, 2017). Nesse processo, houve diversificação da atividade

industrial, indo da extrativa-mineral até a indústria automotiva no sul do Estado – ou seja, não apenas a indústria agroalimentar, mas um conjunto amplo de ramos industriais. O interessante é que a RMG perdeu peso relativo na composição do PIB goiano, isto é: houve um processo efetivo de descentralização econômica em Goiás (LIMA, 2015).

A economia goiana cresceu, desde os anos 1990, acima da média nacional e ampliou seu percentual sobre o PIB brasileiro. Apesar da forte articulação com o setor externo, o Estado também se articula ao mercado interno e à estrutura viária articulada com o Centro-Oeste, São Paulo/Triângulo Mineiro, Minas Gerais, Bahia/Nordeste, elemento facilitador que favoreceu a captura de determinados ramos industriais relevantes. O crescimento de Brasília foi outro elemento importante e que criou e articulou um eixo extremamente dinâmico com a RMG, pois, se somarmos os PIB de Goiás e do Distrito Federal, teremos o quarto maior PIB do país (MORAES, 2017; SOUZA, 2017).

Brasília se constituiu num espaço onde seu desenvolvimento esteve (e está) intrinsecamente articulado à esfera pública federal e a uma parcela expressiva de empresas estatais, notadamente os dois grandes bancos públicos (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), além de inúmeras autarquias, agências governamentais e não governamentais. Essa Região Metropolitana cresceu bastante e se tornou a terceira mais rica do país. Com renda *per capita* entre as mais elevadas do país, é um espaço eminentemente de serviços, especialmente os públicos; nasceu segregada, desigual e, também, bastante polarizada (RIBEIRO; HOLANDA; TENÓRIO, 2018). Importante destacar que, apesar de ser uma metrópole de serviços, a indústria manteve uma inserção relativa estável em cerca de 6% do total de ocupados entre 1980 e 2010, caindo um pouco em 2018. E o interessante é que foi um dos poucos espaços metropolitanos onde o número absoluto de ocupados industriais aumentou permanentemente – ou seja, não apresentou desindustrialização.

TABELA 12: NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS NA INDÚSTRIA NAS REGIÕES METROPOLITANAS DE GOIÂNIA E BRASÍLIA – 1980-2018

ESPECIFICAÇÃO	1980	1991	2000	2010	2018
RM de Goiânia					
Ocupados total	332.793	537.860	758.881	1.121.676	1.347.443
Ocupados na indústria	31.737	60.813	95.896	145.322	154.092
% indústria no total da RM	9,5	11,3	12,6	13,0	11,4
% indústria RM na indústria Brasil metropolitano	1,3	2,4	3,7	4,7	5,5
–					
Tradicional (%)	52,4	58,7	57,5	58,5	55,7
Moderna (%)	39,6	36,6	28,2	24,8	31,6
Operários de serviços auxiliares (%)	8,0	4,8	14,3	16,7	12,7
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
RM de Brasília					
Ocupados total	524.956	802.429	1.108.841	1.713.697	2.028.937
Ocupados na indústria	32.205	51.078	62.814	87.947	107.078
% indústria no total da RM	6,1	6,4	5,7	5,1	5,3
% indústria RM na indústria Brasil metropolitano	1,3	2,0	2,4	2,8	3,8
–					
Tradicional (%)	44,7	43,6	39,7	38,6	41,3
Moderna (%)	46,4	51,2	48,4	44,1	47,5
Operários de serviços auxiliares (%)	9,0	5,1	11,9	17,3	11,2
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Considerando a análise da ocupação geral e das ocupações industriais, a RMG e a Região Metropolitana de Brasília (RMBR) ampliaram a participação na indústria metropolitana de ambas com 1,3% em 1980 para, respectivamente, 4,7% e 2,8% em 2010. Em 2018, a participação dos ocupados na indústria da RMG e da RMBR sobre o total da indústria metropolitana se elevaram, respectivamente, para 5,5% e 3,8%. Vale destacar que a RMG foi a única metrópole que ampliou a ocupação industrial em relação ao total de ocupados, passando de 9,5% em 1980 para 13% em 2010, declinando em 2018 para 11,4%. Já na RMBR, essa ocupação caiu entre 1980 e 2010, de 6,1% para 5,1%, e subiu um pouco em

2018, para 5,3%. Os ocupados da indústria tradicional sempre apresentaram níveis de ocupação bem superiores aos da moderna na RMG, sendo que na RMBR a ocupação entre essas indústrias sempre foi mais próxima, com ligeira superioridade da indústria moderna em relação à tradicional.

Considerações finais

O presente estudo realizou uma análise sobre os ocupados da indústria nas principais metrópoles brasileiras, entre os anos de 1980 e 2018, a partir de indicadores que permitissem definir o perfil sociodemográfico, a qualidade da ocupação e a articulação regional das metrópoles influenciando no desempenho da indústria. Essa análise está inserida no contexto da crise do modelo de substituição de importações, da reestruturação produtiva, da reorientação neoliberal da política econômica, entre outros fatores, e que acarretaram baixo crescimento econômico, expansão do desemprego, crescimento da informalidade e da precarização do trabalho, especialmente nas áreas metropolitanas.

Nesse contexto, o setor industrial foi fortemente impactado. O Brasil apresentou um processo de desindustrialização prematuro e que significou a redução relativa tanto da ocupação industrial sobre os ocupados totais quanto a do valor agregado da indústria sobre o PIB. Destaca-se, entretanto, que a desindustrialização não é generalizável espacialmente e os exemplos são a metrópole de Goiânia e o Brasil Não Metropolitano, ambos com crescimento do emprego industrial no período. A reestruturação produtiva do capital vem criando estrangimentos e fortes pressões, também, sobre os ocupados industriais, pois fortalece a realocação da produção, amplia o controle sobre o trabalho e fragiliza a ação sindical.

Nesse sentido, o presente estudo apontou a ocorrência de uma significativa migração do emprego industrial das áreas do Brasil Metropolitano para as áreas do Brasil Não Metropolitano, assim como a redução relativa dos ocupados da indústria sobre o total de ocupados, apesar de não muito significativa. Em 2018, cerca de 70% dos ocupados da indústria se encontravam

fora das principais metrópoles, e isso significa que o perfil dos ocupados nesse setor é dado cada vez mais pelos ocupados não metropolitanos. Considerando os ocupados da indústria redefinidos em “tradicional”, “moderna” e “de serviços auxiliares”, percebe-se um desempenho ligeiramente superior da indústria moderna e da de serviços auxiliares em relação à tradicional, o que também corrobora com a tese da desindustrialização na qual a indústria que dá início a esse processo é, em geral, a tradicional. Outro resultado importante se refere à migração parcial da indústria moderna do Brasil Metropolitano para o Brasil Não Metropolitano.

Quanto ao perfil do ocupado industrial, as principais mudanças são o crescimento da inserção de negros, de grupos de mais elevada idade e mais escolarizados, ressaltando que a escolaridade foi a mais significativa mudança. No total da indústria, ainda prevalece uma inserção mais masculina, mas com diferenças importantes entre os tipos aqui analisados. A indústria tradicional é a que emprega mais mulheres e, no período estudado, essa inserção se elevou um pouco chegando a aproximadamente 60%. Já a indústria moderna é eminentemente masculina, cerca de 95%, e a indústria de serviços auxiliares emprega três vezes mais homens do que mulheres quando se considera o ano de 2018.

Cabe destacar que existem diferenças entre os perfis dos ocupados nos espaços do Brasil Metropolitano e do Brasil Não Metropolitano, mas que diminuíram entre os anos de 1980 e 2018. Os ocupados da indústria tradicional, além de apresentarem percentuais mais elevados de mulheres, é a que emprega um maior percentual de trabalhadores acima de 50 anos de idade. Considerando a condição do trabalho, todas as indústrias apresentaram crescimento do trabalhador por conta própria e redução dos empregados com carteira de trabalho assinada no período, corroborando com os autores apresentados neste estudo que também concluíram sobre o crescimento da informalidade, destacando, entretanto, que, em 2010, os dados mostraram redução desta em relação a 2000.

Outro indicador que apresentou desempenho ruim foi a contribuição com a previdência, caindo no período em todas as indústrias e em todos os espaços, sejam metropolitanos, sejam não metropolitanos. As horas trabalhadas semanalmente apresentaram reduções nas menores e maiores faixas. Quanto

ao rendimento dos ocupados nas indústrias e nos dois espaços, foram percebidas mudanças pouco significativas no período, e ressaltando duas tendências observadas no período: a primeira é a redução da diferença entre a média e mediana, o que significa redução da desigualdade intraindustrial; e a segunda se reporta à lenta convergência de rendimento dos ocupados da indústria entre o Brasil Metropolitano e o Brasil Não Metropolitano. Destaca-se, também, a pequena variação do rendimento mediano em todo o período para o conjunto da indústria. Em ambos os espaços, a indústria tradicional é a que apresenta as piores condições ocupacionais para seus ocupados, seja pelo mais elevado percentual de empregados sem carteira, conta-própria e que não contribuem para a previdência, seja pela menor remuneração comparativamente às demais indústrias.

No contexto das metrópoles e de suas inserções regionais, destacam-se o bom desempenho das duas metrópoles das regiões Norte, Belém e Manaus, que ampliaram a inserção na ocupação industrial metropolitana a partir do melhor desempenho econômico regional, mas com estratégias distintas de inserção econômica. Enquanto Manaus esteve mais articulada ao suprimento do mercado interno a partir da indústria moderna, em Belém, observou-se a prevalência da indústria tradicional articulada ao dinamismo exportador do Estado do Pará. As metrópoles do Nordeste também estão inseridas num espaço que cresceu ligeiramente mais do que a média nacional no período, embora apresentando diferenças importantes entre elas, com destaque positivo para Fortaleza (a de melhor desempenho entre as dessa região), cuja indústria mais significativa é a tradicional, diferentemente do Recife e de Salvador, com percentuais maiores significativos de participação da indústria moderna.

Na Região Sudeste, as metrópoles se diferenciam entre aquelas fortemente perdedoras de ocupados da indústria, Rio de Janeiro e São Paulo, comparativamente a Belo Horizonte, cuja metrópole conseguiu manter a participação sobre o total das áreas metropolitanas. O destaque mais significativo da análise regional é a dimensão da perda extremamente significativa dessas duas metrópoles (RMSP e RMRJ), porque expressam com intensidade o processo de desindustrialização e desconcentração industrial,

com reduções absolutas, inclusive, na ocupação, implicando fortes quedas relativas dessa ocupação tanto internamente quanto entre as principais metrópoles.

Belo Horizonte soube aproveitar parcialmente essa desconcentração e esse fator explica parcialmente a manutenção da indústria nessa metrópole. Na Região Sul, as metrópoles apresentaram resultados díspares: Curitiba, com desempenho bastante positivo em quase todo o período (e, como BH, absorvendo parcela da indústria que se desconcentrou a partir da RMSP, além do bom desempenho do agronegócio). Já Porto Alegre foi favorecida pela consolidação do Mercosul e essa maior articulação possibilitou maior crescimento nos anos 1990, mas, posteriormente, em decorrência da crise da Argentina, perdeu dinamismo. Por fim, destacam-se a Região Centro-Oeste e a metrópole de Goiânia, cuja qual teve o melhor desempenho entre as metrópoles tanto em função do sucesso exportador do Estado de Goiás quanto da desconcentração da indústria paulista, sem deixar de mencionar Brasília, cujos níveis de ocupação foram menos significativos.

André Mourthé Oliveira é professor associado de Economia da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Pesquisador do núcleo Belo Horizonte do Observatório das Metrópoles.

Cláudia Júlia Guimarães Horta é pesquisadora da Diretoria de Políticas Públicas da Fundação João Pinheiro (FJP), no Estado de Minas Gerais. Pesquisadora do núcleo Belo Horizonte do Observatório das Metrópoles.

Referências

- ANTUNES, R. “A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil”. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. Boitempo: São Paulo, 2006.
- BARBOSA, N. “Dez anos de política econômica”. In: SADER, E. (Org.) **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO, Brasil 2013.
- BITOUN, J.; MIRANDA, L.; SOUZA, M. A. “Recife: Metrópole Regional, Periférica, Incompleta e Desigual”. In: RIBEIRO, L. C.; RIBEIRO, M. (Orgs.) **Metrópoles brasileiras: síntese da transformação na ordem urbana 1980 a**

2010. 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2018.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; MARCONI, N. Existe Doença Holandesa no Brasil? In: FÓRUM DE ECONOMIA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, IV., São Paulo. **Anais...** São Paulo: FGV, 30 de março de 2008.
- CANO, W. **Desconcentração produtiva regional no Brasil (1970-2005)**. São Paulo: Unesp, 2008.
- CANO, W. **A desindustrialização no Brasil**. *Econ. soc.* [online], v. 21, pp. 831-851, 2012.
- CARDOSO, A. “Os Sindicatos no Brasil”. In: **Mercado de trabalho: conjuntura e análise** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho e Emprego, v. 56, fev. 2014. Brasília: Ipea: MTE, 2014, pp. 21-28.
- CARDOSO, A.; FERNANDES, D.; BASTOS, A.; et al. A Metrópole Belém e sua centralidade na Amazônia Oriental Brasileira. **EURE** (Santiago), v. 41, n. 124, pp. 201-223, 2015.
- CASTELLS, M. “Para o Estado-rede: globalização econômica e instituições políticas na era da informação”. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; WILHEIM, J.; SOLA, L. (org.) **Sociedade e Estado em Transformação**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: ENAP, 2001.
- CASTRO, L. S.; ALMEIDA, E. Desastres e Desempenho Econômico: avaliação do impacto do rompimento da barragem de Mariana. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 70, pp. 406-429, jan./abr. 2019.
- CENTENO, V. S. Desindustrialização brasileira: uma análise à luz do controverso debate. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, pp. 83-108, jul./dez. 2019
- CRUZ, B. O.; SANTOS, I. R. S. **Dinâmica do Emprego Industrial no Brasil entre 1990 e 2009**: uma visão regional da desindustrialização. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, novembro de 2011. (Texto para discussão nº 1673).
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Estudo & Pesquisas**: Balanço das Greves de 2018, n. 89, abril de 2019. São Paulo
- DINIZ, C. C.; CROCO, M. A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. **Nova Economia**, v. 6, n. 1, pp. 77-103, 1996.
- DOMINGUES, E. P.; MAGALHÃES, A. S.; CARDOSO, D. F.; SIMONATO, T. C.; NAHAS, M. Efeitos econômicos da paralisação de parte da produção minerária em Minas Gerais. **Nota Técnica - NEMEA**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2019.
- FEDOZZI, L.; SOARES, P. R. R. “Porto Alegre: transformações na metrópole e na região metropolitana mais meridional do Brasil - 1980/2010”. In: RIBEIRO, L. C.; RIBEIRO, M. (Orgs.). **Metrôpoles brasileiras: síntese da**

transformação na ordem urbana 1980 a 2010. 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2018.

FERRAZ, C. L. **O Novo Operariado Brasileiro: um estudo a partir de dois segmentos de trabalhadores.** 2008. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.

FIORI, T. P. “Economia e política do desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul”. In: MONTEIRO NETO, A.; BRANDÃO, C. A.; CASTRO, C. N. (Orgs.). **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas.** Brasília: Ipea, 2017.

FROTA, I. L. N.; LIMA, J. P. R.; Melo, A. S. S. A. Os incentivos fiscais do governo do estado de Pernambuco para atração de empresas: um caso de sucesso? **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, n. 4, p. 67-82, out./dez. 2014.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Diretoria de Estatística e Informações.** Belo Horizonte: FJP, 2018.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Produto interno bruto dos Municípios de Minas Gerais.** Belo Horizonte: FJP, 2016.

GALA, P. **Complexidade econômica: uma nova perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações.** São Paulo: Contraponto, 2017.

GARRIDO, F. L. **Desindustrialização, mercado de trabalho e configuração do emprego industrial no Brasil (1995-2014).** 2018. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

JARDIM, P. E. V.; PERIN, F. S. O Brasil está passando por um processo de desindustrialização? **Revista de Estudios Brasileños (REB)**, v. 3, n. 4, pp. 86-100, primeiro semestre, 2016.

LIMA, V. B. **A espacialidade da indústria em Goiás: a nova “marcha para o oeste – o exemplo de Catalão.** 2015. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiânia, Goiânia, 2015.

MENDES, P. S.; HERMETO, A. M.; BRITO, G. Reorganização Espacial da Indústria de Transformação Brasileira Pós-2008: A Evolução do Emprego Formal no Território. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos (RBERU)**, v. 13, n. 1, pp. 23-44, 2019.

MENDONÇA, J. G.; ANDRADE, L. T.; DINIZ, A. M. A. “Belo Horizonte: diferenciação e segregação socioespacial na Região Metropolitana de Belo Horizonte”. In: RIBEIRO, L. C.; RIBEIRO, M. (Orgs.) **Metrôpoles brasileiras: síntese da transformação na ordem urbana 1980 a 2010.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2018.

MORAES, S. R. **Desconcentração Produtiva no Brasil: olhares sobre o período 2000-2015.** 232f. 2017. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (PPGDSCI), Universidade de Brasília (UnB), Brasília.

MORAIS, L.; SAAD-FILHO, A. Da economia política à política econômica: o

novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 4 (124), pp. 507-527, outubro-dezembro/2011.

MORCEIRO, P. C.; GUILHOTO, J. J. M. Perfil setorial do retrocesso da indústria brasileira. **Carta IEDI/FIESP**: edição 920. São Paulo, 2019.

MOURA, R.; FIRKOWSKI, L. C. “Curitiba: entre transformações e permanências”. In: RIBEIRO, L. C.; RIBEIRO, M. (Orgs.) **Metrópoles brasileiras**: síntese da transformação na ordem urbana 1980 a 2010. 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2018.

NEGREIROS, R.; MONTEIRO NETO, A. Dossiê: paradigmas técnico-econômicos e reconfiguração territorial. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, São Paulo, v. 21, n. 2, pp. 223-240, mai./ago. 2019.

NEVES JUNIOR, L. F.; PAIVA, L. H. “A relação entre crescimento econômico e emprego no Brasil: referencial teórico, evidências empíricas e recomendações de políticas”. In: **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente**: a experiência brasileira recente. Brasília: CEPAL/PNUD/OIT, 2008, p. 76-97. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_226208.pdf. Acesso em 26 ago. 2020.

OLIVEIRA, A. M. **Impactos da reconfiguração das atividades econômicas sobre os mercados de trabalho nas metrópoles de Belo Horizonte e Salvador**. 2010. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 2010.

OLIVEIRA, H. S. Contradições entre desenvolvimento, trabalho e espaço em tempos de crise: o caso do estado do Rio de Janeiro. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 19, n. 38, p. 179-200, jan./abr. 2017.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 2 (118), p. 219-232, abril-junho 2010.

PACHECO, C. A. **Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional**. Campinas: Economia e Sociedade, v. 6, p. 113-140, jun. 1996.

PEQUENO, L. R. B.; COSTA, M. C. L. Fortaleza: transformações na ordem urbana. In: RIBEIRO, L. C.; RIBEIRO, M. (Orgs.) **Metrópoles brasileiras**: síntese da transformação na ordem urbana 1980 a 2010. 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2018.

PEREIRA, W. M.; CARIO, S. A. F. Desindustrialização e mudança estrutural na Região Sudeste: um estudo comparado. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos (RBERU)**, v. 12, n. 2, pp. 173-204, 2018

PESSOTI, B. C.; PESSOTI, G. C. A economia baiana e o desenvolvimento industrial: Uma análise do período 1978-2010. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 12, n. 22, pp. 28-45, 2010.

RAMALHO, J. R. Flexibilidade e crise do emprego industrial – sindicatos,

regiões e novas ações empresariais. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 252-284, set./dez. 2010.

RIBEIRO, C. A. C. Mobilidade e Estrutura de Classes no Brasil Contemporâneo. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 16, n. 37, p. 178-217, set./dez. 2014.

RIBEIRO, L. C. Q. **Transformações da Ordem Urbana na MetrÓpole Liberal-Periférica**: 1980/2010. HipÓteses e estratégia teórico-metodolÓgica para estudo comparativo. Rio de Janeiro: ObservatÓrio das MetrÓpoles/Instituto Nacional de Ciªncia e Tecnologia/FAPERJ – CAPES – CNPq, 2013.

RIBEIRO, R. C.; HOLANDA, F.; TENÓRIO, G. S. “Brasília: a forma”. In: RIBEIRO, L. C.; RIBEIRO, M. (Orgs.). **MetrÓpoles brasileiras**: síntese da transformação na ordem urbana 1980 a 2010. 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: ObservatÓrio das MetrÓpoles, 2018, pp. 170-203.

RODRIGUES, I. J.; PONTES, C. C. C.; RAMALHO, J. R.; et al. Velhos e novos operários da indústria automobilística: comparações entre o ABC Paulista e o Sul Fluminense. **Cadernos CRH**, Salvador, vol. 19, n. 46, p. 75-85, jan./abr. 2006.

ROWTHORN, R.; RAMASWAMY, R. Growth, Trade and Deindustrialization. **IMF Staff Papers**, v. 46, n. 1, March. 1999.

SAMPAIO, D. P.; MACEDO, F. C. Desindustrialização e impactos regionais no Brasil: uma análise preliminar. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador, n. 184, p. 48-57, jul./set. 2014.

SANTANA, M. A. Classe Trabalhadora, Confronto Político e Democracia: o ciclo de greves do ABC paulista e os desafios do sindicalismo atual. **Lua Nova**, São Paulo, 104, p. 19-65, 2018.

SILVA FILHO, L. A. Distribuição Espacial da Indústria no Ceará: fases e fatos no contexto dos anos 2000. **Revista Economia & Tecnologia**, Curitiba, v. 10, n. 2, abr./jun. 2014.

SILVA, N. V. Cambios sociales y estratificación en el Brasil contemporáneo (1945-1999). **CEPAL - SERIE Políticas sociales**, Santiago de Chile, n. 89, jul. 2004.

SOARES, F. A.; SANTOS, S.; TENORIO, J. N. et al. Interiorização e reestruturação da indústria do Ceará no final do século XX. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 38, n. 1, 2007.

SOUZA, S. M. C. Reestruturação produtiva na RIDE-DF: expansão metropolitana, expansão da agropecuária moderna e integração do eixo Brasília-Anápolis-Goiânia. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, XVII., São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUR, 2017

TONUCCI FILHO, J.; MAGALHÃES, F.; OLIVEIRA, A.; SILVA, H. “Estrutura produtiva e mercado de trabalho na Região Metropolitana de Belo Horizonte de Belo Horizonte: formação histórica e perspectivas contemporâneas”. In: ANDRADE, L.; MENDONÇA, J.; DINIZ, A. (Orgs.) **Belo Horizonte**: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

TORRES, H. G. Afinal, a desconcentração produtiva é ou não relevante? A cidade de São Paulo no olho do furacão. **Revista Novos Estudos – CEBRAP** [online], n. 94, p. 69-88, 2012.

TREGENNA, F. Characterizing deindustrialization: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. **Cambridge Journal of Economics**, v. 33, i. 3, pp. 433–466, May 2009.

TRINTIN, J. G.; CAMPOS, A. C. Dinâmica regional recente da economia paranaense e suas perspectivas: diversificação ou risco de reconcentração e especialização produtiva. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, Maringá, v. 35, n. 2, pp. 161-173, July/Dec. 2013.

VERÍSSIMO, M.; P. ARAÚJO, S. C. Perfil industrial de Minas Gerais e a hipótese de desindustrialização estadual, **Revista Brasileira de Inovação**, Campinas (SP), v. 15, n. 1, pp. 113-138, janeiro/junho de 2016.

Trabalhadores da prestação de serviços: heterogeneidade ocupacional e assimetrias espaciais

Zoraide Souza Pessoa

Maria do Livramento Miranda Clementino

Járvis Campos

Introdução

Os prestadores de serviços representam um agregado de trabalhadores bem heterogêneo inserido no setor terciário. Nas últimas décadas, eles cresceram significativamente em todo o mundo e no Brasil, contribuindo para dinamizar a economia através da geração de postos de trabalhos, principalmente no meio urbano e, sobretudo, nas grandes cidades e áreas metropolitanas (MELO; ROCHA; FERRAZ *et al.*, 1998). Mais recentemente, os prestadores de serviço vêm ampliando sua participação em territórios não densamente urbanizados também, como em cidades médias e pequenas. De um modo geral, se observa essa tendência global de ampliação da participação do setor de serviços nas dinâmicas dos países desenvolvidos e nos demais em desenvolvimento.

É importante destacar que “terciário”, “macrosetor de serviços” ou “serviços” constituem denominações dadas às atividades econômicas não consideradas industriais ou agrícolas (SILVA, 2009, p.1), referindo-se especificamente aos trabalhadores ocupados nesse setor de atividade. Todavia, análises e estudos sobre o setor de serviços ainda são marginais nas análises econômicas, não tendo sido um objeto importante de discussão nas teorias clássicas econômicas (MELO; ROCHA; FERRAZ *et al.*, 1998; SILVA, 2009). No Brasil, ainda são incipientes as análises sobre o setor de serviços, em particular sobre as ocupações inseridas e

das características do trabalho, a fim de observância da evolução de suas características no tempo e no espaço sócio-histórico de reprodução.

Com base nessas reflexões aqui indicadas, este artigo pretende discorrer especificamente sobre esse grupo de trabalhadores dos prestadores de serviços, que decorre da agregação das ocupações nas categorias ocupacionais (prestadores de serviços especializados, prestadores de serviços não especializados e biscateiros) inseridas na proposta metodológica do Termo de Referência Estrutura Social das Metrôpoles do Brasil – Grupos Ocupacionais, no âmbito do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Observatório das Metrôpoles.

O pressuposto que orienta esse termo de referência é de que o Brasil, nas últimas décadas, passou por mudanças em suas estruturas sociais e econômicas como reflexo das transformações iniciadas ainda na década de 1930, e intensificadas nas décadas seguintes, resultando na formação das bases de urbanização e industrialização e de uma sociedade urbano-industrial, embora não consolidada em todos os seus territórios. Mais recentemente, a partir da década de 1990, vêm sendo configuradas novas mudanças estruturais impulsionadas pela transição para uma sociedade de serviços que repercute sobre as condições do trabalho, sua qualificação, rendimentos e no caráter manual e não manual das ocupações.

Considerando o que foi exposto, este artigo tem por objetivo refletir sobre a participação dos prestadores de serviços na força de trabalho brasileira, independentemente de seu nível de qualificação ou de suas relações de trabalho, e compreender de que forma as transformações nas estruturas sociais e econômicas vêm recaindo sobre os trabalhadores que prestam serviços nestas últimas quatro décadas (1980-2018). Metodologicamente, trata-se de uma abordagem quantitativa com base em dados dos Censos Demográficos de 1980 a 2010 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua de 2018, ambos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A análise também será comparativa, tendo como eixo recortar territorialmente o Brasil em “Metropolitano” e “Não Metropolitano”, que corresponde respectivamente ao contexto dos trabalhadores inseridos nas regiões metropolitanas e os demais que

estão fora dos territórios metropolitanos. O intuito é observar se as transformações atingem de forma territorialmente diferenciada os prestadores de serviços, isto é, sendo mais impactados pela dimensão metropolitana ou não e em relação às suas características gerais, sociodemográficas e de rendimentos e seguridade social, dentre outras.

Assim, o conteúdo deste artigo está estruturado em cinco seções, além desta Introdução e das Considerações Finais. Na primeira seção, será feita uma discussão sobre a relação entre as ocupações da prestação de serviços e o setor terciário. Na segunda seção, será apontada uma breve descrição da evolução desses grupos de trabalhadores – os prestadores de serviços – no Brasil. Na terceira seção, serão destacados os aspectos da posição. Na quarta seção, serão relacionadas as características gerais. Por fim, na quinta seção, serão apontados os níveis de rendimento desses profissionais.

1. Os prestadores de serviços no setor terciário

A literatura chama a atenção para o fato de que (diferentemente da forte correlação existente entre a expansão do terciário e o desenvolvimento das economias mais desenvolvidas – nas quais o aumento da riqueza e da renda determinaria o aumento da participação dos serviços na geração da renda e do emprego), nos países em desenvolvimento, a crescente presença do terciário aponta, de um lado, a possibilidade de explicar o seu crescimento como associado ao maior grau de desenvolvimento que, por si, estimularia o crescimento mais que proporcional de um terciário moderno e complexo. De outro lado, a possibilidade de tal expansão ser resultante de um conjunto de atividades tradicionais, de baixo nível de produtividade e de refúgio para a mão de obra de baixa qualificação.

Nessa perspectiva, grande parcela das atividades tradicionais de serviços seria a única possibilidade de ocupação de amplos setores da população portadora de baixa qualificação, significando conseqüentemente subemprego e exclusão social (MELO; ROCHA; FERRAZ *et al.*, 1998, p. 2). É importante, pois, ressaltar, que um

setor de serviços não reflete necessariamente um maior nível de desenvolvimento de um país, porque está presente tanto em contextos modernos e de atrasos econômicos, como sugerem os autores a seguir destacados:

Na realidade, a presença de um setor Serviços quantitativamente relevante, no que se refere à geração da renda e do emprego, pode estar associada tanto a uma economia de serviços moderna, própria a economias em estágios avançados de desenvolvimento, como pode ser resultante da presença de um setor serviços composto, em sua maior parte, de atividades tradicionais, portadoras de baixos níveis de produtividade e refúgio para mão-de-obra de baixa qualificação. Em outras palavras, um setor de Serviços quantitativamente relevante não expressa, necessariamente, modernidade econômica (MELO; ROCHA; FERRAZ *et al.*, 1998, p.2).

Nesse sentido de agregar tanto atividades modernas que exigem qualificação com alto incremento tecnocientífico e informacional, como também de agregar em sua maior dimensão atividades tradicionais de baixo nível de exigência qualificatória, Cano (2011), mesmo reconhecendo essas dificuldades, propõe a formulação de cortes metodológicos que busquem distinguir as especificidades e a dinâmica de cada um dos diferentes compartimentos produtores de serviço na economia. São compartimentos atrelados à produção (funcional); compartimentação seguindo a classificação das contas nacionais; a proposta classificatória sugerida por Browning e Singelmann (1975 *apud* SILVA, 2009) de separação do terciário em serviços Produtivos, Distributivos, Pessoais e Sociais; e; finalmente, a classificação para a estrutura ocupacional informada nos censos demográficos, que têm por base o emprego.

Considerando esses pressupostos, Silva (2009) apresenta uma composição dos segmentos a partir das funções das atividades que se inserem no setor de serviços e que podem ser associados à realidade brasileira. O autor se utiliza da classificação proposta por Browning e Singelmann (1975), que divide a atividade econômica em três setores e em seis categorias (Quadro 1):

QUADRO 1: SETORES DE ATIVIDADES ECONÔMICAS E CATEGORIAS

SETORES	CATEGORIAS
Primário	1) Atividades extrativas (Agropecuária e Mineração)
Secundário	2) Atividades Transformativas (Indústria de Transformação, Construção Civil e Serviços de Utilidade Pública);
Terciário	3) Serviços às empresas (financeiros, profissionais técnicos ou burocráticos etc.); 4) Serviços distributivos (transporte, comunicação e comércio: atacadista e varejista exceto restaurantes, lanchonetes etc.); 5) Serviços Pessoais (alimentação, hotéis, lazer, cuidados pessoais etc.); 6) Serviços Sociais (administração pública, saúde, educação e defesa).

FONTE: Elaborado a partir de Browning e Singelmann (1975 *apud* SILVA, 2009, p.32).

Com base nessa classificação proposta, é possível observar de forma mais qualificada o crescimento dos serviços em todo o mundo, especialmente no pós-Segunda Guerra Mundial e com a mudança no papel do Estado como provedor de serviços, abrindo-se também para o mercado a provisão de serviços.

Entre alguns fatores que vão corroborar para esse crescimento está a expansão em nível global da terceirização impulsionada pela globalização inicialmente nos países desenvolvidos, mas que também se expandiu para os demais países. Esse crescimento encontra fôlego em economias como a brasileira a partir de algumas “bandeiras político-econômicas” inerentes à redução de custos, competitividade, oscilações do mercado, entre outras. Contudo, não existem dúvidas de que a terceirização foi um fenômeno de impulsionamento dos serviços (SILVA, 2009; IPEA, 1998).

A prática da terceirização contribuiu em muito para o crescimento do Terciário. Muitos dados/estatísticas e estudos disponíveis apontam para essa prática como a principal causa recente do crescimento mais que proporcional dos serviços em relação à indústria e à agricultura, pois empresas enquadradas no Terciário absorveram diversas tarefas antes desenvolvidas por setores/empresas pertencentes aos dois outros macrosetores da economia (SILVA, 2009, p. 40).

Os serviços não relacionados com a produção como limpeza,

segurança e atendimento foram alvos típicos de terceirização. Também surgiram e multiplicaram-se as empresas especializadas em fornecer mão de obra terceirizada e temporária. Mesmo o setor de vendas foi alvo de terceirização. Sem falar nos serviços técnicos que tradicionalmente envolvem profissionais liberais ou autônomos. As empresas buscaram terceirizar cada vez mais atividades de serviços como forma de reduzir custos sobre a produção e mão-de-obra, principalmente encargos trabalhistas. A terceirização também atingiu empresas do próprio Terciário (SILVA, 2009, p. 40).

No que tange às empresas agrícolas e industriais, estas se concentraram em produzir o que tem maior competitividade (Deddeca, 1997). Passaram a terceirizar a produção de determinadas peças e partes e até mesmo etapas da produção. Muitas vezes importando de suas filiais ou fornecedores em outros países, envolvendo nesse processo empresas de serviços. Na verdade, formou-se um grande complexo produtivo de bens e serviços cada vez mais dinâmico. Por outro lado, muitas empresas terceirizadas ditas prestadoras de serviços na verdade realizam atividades industriais e agrícolas. Apenas a mão de obra é terceirizada, mas não são ocupações típicas de serviços (SILVA, 2009, p. 41).

Um outro fator importante foi o crescimento urbano e a expansão das cidades, acompanhado de maior concentração populacional nesses territórios. As cidades incorporaram novas necessidades que os indivíduos e as famílias não conseguiam mais prover no âmbito doméstico em função da inserção, por exemplo, da força de trabalho feminina. Por sua vez, a dinâmica demográfica, por meio do envelhecimento populacional, abriu um leque para novas demandas de serviços. Com isso, as necessidades passaram a ser providas pelos serviços com uma abrangência cada vez mais diversa.

A concentração da população em áreas urbanas exigiu, por exemplo, um crescimento do terciário em serviços coletivos de saúde, de infra-estrutura, de recreação, de educação, da administração pública, etc.; além dos serviços produtivos e distributivos, notadamente os reconhecidos como essenciais à realização da produção: comércio, finanças, transportes,

comunicação, e serviços técnicos prestados especialmente às empresas (SILVA, 2009, p. 41).

Há, ainda, uma outra questão controversa a ser enfrentada e de difícil comprovação empírica, que é a das ocupações informais relativas ao “terciário inchado” ou à informalidade do emprego. Notadamente, são ocupações que se revelam como estratégias de sobrevivência, a exemplo das que caracterizam alguns trabalhadores que prestam serviços não especializados e os “biscateiros”.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) classifica os setores produtivos em três (agricultura, indústria e serviços). No tocante aos serviços, realiza uma desagregação em dez subsetores, a saber: (1) Comércio e Reparação de Veículos, Objetos Pessoais e Domésticos; (2) Alojamento e Alimentação; (3) Transporte e Armazenagem; (4) Comunicações, (5) Intermediação Financeira; (6) Atividade Imobiliária, Aluguéis e Serviços Prestados às Empresas; (7) Administração Pública, Defesa e Seguridade Social; (8) Saúde e Educação Mercantis, (9) Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais e; (10) Serviços Domésticos (SILVA, 2009).

QUADRO 2: SETORES DE ATIVIDADES ECONÔMICAS E CATEGORIAS SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO DO IBGE

ATIVIDADES	CATEGORIAS
(1) Comércio e Reparação de Veículos, Objetos Pessoais e Domésticos	Comércio atacadista e intermediário do comércio; comércio varejista, inclusive comércio e reparação de veículos automotores; comércio ambulante realizado por trabalhadores autônomos em feiras ou ruas; e reparação de objetos de uso pessoal e uso doméstico. Difere apenas em relação ao setor de transportes classificado por ele como Indústria. Fuchs também não faz referências a algumas desagregações como Construção Civil na Indústria e serviços de caráter pessoal nos Serviços.
(2) Alojamento e Alimentação	Estabelecimentos hoteleiros e outros tipos de alojamento temporários, contendo, ou não, unidades anexas de restaurante. Compreendem também os restaurantes, lanchonetes, cantinas e os serviços de fornecimento de comida preparada, inclusive comida congelada.

ATIVIDADES	CATEGORIAS
(3) Transporte e Armazenagem: transporte de passageiros e carga, por rodovias, ferrovias, água, ar e dutos	Inclui a atividade de armazenagem de mercadorias, os serviços prestados para empresas de correios e de comunicações e, ainda, as atividades anexas e auxiliares do transporte, tais como: movimentação (carga e descarga) e armazenamento de cargas; operação de terminais rodoviários, ferroviários, marítimos e aéreos; agências de viagens e guias turísticos; e empresas de agenciamento de cargas e despachantes aduaneiros.
(4) Comunicações	Empresas, públicas e privadas, de correios e de serviços expressos de entrega de correspondência e as empresas de telecomunicações.
(5) Intermediação Financeira	Bancos comerciais, bancos múltiplos, caixas econômicas, cooperativas de crédito, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento estaduais e BNDES, instituições de crédito imobiliário, financeiras, sociedades de arrendamento mercantil, empresas de factoring, administradoras de consórcio, cartões de crédito, administradoras de fundos de investimentos em títulos financeiros e ações, sociedades de capitalização, empresas holdings financeiras, empresas licenciadoras de franchising, corretoras de câmbio e de valores, bolsas de valores e de contratos futuros e o Banco Central. Inserir aqui, também, companhias seguradoras e de previdência privada que se caracterizam pela atividade de transformação de riscos individuais em riscos coletivos.
(6) Atividade Imobiliária, Aluguéis e Serviços Prestados às Empresas	Imobiliárias que se dedicam à compra, venda e incorporação; administração de imóveis e os condomínios de prédios residenciais e comerciais, serviços de aluguel de veículos, máquinas, equipamentos e objetos de uso pessoal. Quanto aos serviços prestados pelas empresas, referem-se às atividades ligadas à área de informática, excetuando-se o comércio de computadores e softwares. Também estão incluídos os serviços prestados às empresas de atividades de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias; serviços jurídicos, contábeis e de assessoria prestados às empresas; serviços de arquitetura e engenharia; publicidade e propaganda; agenciamento de mão-de-obra para serviços temporários; e serviços de vigilância e segurança prestados às famílias e às empresas e às atividades de limpeza em prédios e domicílios.
(7) Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	Administração pública, defesa e seguridade social.

ATIVIDADES	CATEGORIAS
(8) Saúde e Educação Mercantis	Atividades de educação realizadas em todas as unidades dedicadas à prestação do serviço privado de educação, e, atividades de saúde realizadas por unidades dedicadas à prestação dos serviços privados de saúde, como hospitais e clínicas privadas e particulares e médicos e dentistas que trabalham por conta própria em seus consultórios (atividades de atendimento médico e hospitalar, os serviços de complementação diagnóstica e terapêutica prestados por laboratórios de análises clínicas e clínicas de fisioterapia; serviços odontológicos; e serviços veterinários e serviços auxiliares da saúde prestados por empresas ou autônomos. Inclui também os serviços sociais de atenção às crianças, idosos, desempregados e desamparados, prestados por orfanatos, asilos, centros de reabilitação e outros).
(9) Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	serviços de limpeza urbana e esgoto prestado por unidades produtivas independentes da administração pública. Também estão classificadas nesta seção as atividades associativas exercidas por entidades empresariais, patronais e de trabalhadores, as organizações religiosas, políticas; as entidades recreativas, culturais e desportivas, inclusive a produção de filmes e vídeo, distribuição de filmes em cinemas e videolocadoras; empresas de rádio e televisão; agências de notícias; teatros, casas de espetáculos, clubes, ginásios e estádios de esportes; bibliotecas, museus e outras instituições destinadas à prestação de serviços às famílias. Por último, estão classificadas entre os serviços pessoais as unidades produtoras de serviços de lavanderias, cabeleireiros, academias de ginástica e outras semelhantes.
(10) Serviços Domésticos	Atividades realizadas em residências de famílias que contratam empregados para a realização de serviços domésticos de cozinheiras, camareiras, mordomos, motoristas particulares, porteiros, jardineiros, babás e outros serviços de natureza doméstica.

FONTE: Elaboração a partir de Silva (2009, p.65).

Embora seja razoável afirmar que o mercado de trabalho seja um só, deve-se reconhecer as enormes dificuldades em analisar situações tão distintas. No Brasil, o mercado de trabalho em que se inserem os prestadores de serviços é marcado por baixa inserção formal, sendo caracterizado, muitas das vezes, como trabalho autônomo realizado por uma ou no máximo duas pessoas. Atualmente, é uma categoria ocupacional inserida dentro do Microempreendedor Individual (MEI) e no Simples. As atividades

desenvolvidas pelos prestadores de serviços são, em geral, de baixa remuneração e não dependem de formação educacional elevada e nem especializada com alto teor de tecnificação.

Isto posto, os trabalhadores inseridos no grupo dos prestadores de serviços estão presentes, em certa medida, no subsetor do terciário (serviços), que seria o setor de Serviços Pessoais (alimentação, hotéis, lazer, cuidados pessoais etc.), de acordo com a tipologia de Browning e Singelmann (1975 *apud* SILVA, 2009). Esse grupo de prestadores de serviços e as respectivas ocupações inseridas são marcadas por atividades tradicionais, manuais, braçais e de baixo incremento tecnológico e instrumental, compondo um grupo com predomínio de condições sociais medianas a baixas no que diz respeito ao perfil sociodemográfico, de trabalho e rendimentos.

Parte-se, portanto, do pressuposto de que a participação dos prestadores de serviços tem seu incremento relacionado ao avanço da urbanização e da terceirização no Brasil, que se intensificaram nas últimas décadas tanto nas cidades grandes como nas médias e pequenas, expressando fenômenos tardios se comparados a outros países.

Em certa medida, esse grupo também é impactado pelas dinâmicas dos mercados de trabalho em relação ao comportamento das demandas e ofertas, pois pode servir como um grupo amortecedor. Nesse sentido, seu crescimento está relacionado à perda de participação de outras ocupações, fazendo com que os trabalhadores migrem de outras ocupações para ocupações nesse grupo. Por outro lado, com o aumento da demanda por serviços (e que não exige níveis de qualificação e instrução elevados), é um setor que prevalece como atrativo para pessoas que não apresentam tais condições e, assim, mostram-se como soluções para que possam manter-se ocupadas. Nesse grupo também está refletido o avanço da precariedade do trabalho, da informalidade e da insegurança ocupacional.

Recentemente, parte das ocupações desses grupos foi bastante impactada com a pandemia da Covid-19 por serem ocupações ligadas a segmentos de cuidados pessoais, de segurança individual, de manutenção em geral, de limpeza residencial e de ruas, entre outros serviços difusos que implicam aproximação social.

2. Prestadores de serviços: uma breve descrição de sua evolução no Brasil

Os prestadores de serviços surgiram na transição do Brasil Colonial para o Republicano. A sua composição foi fortemente influenciada pelo fim da escravidão e processos migratórios. Haja vista que o trabalho escravo era majoritariamente exercido em funções de baixo status social (funções ligadas ao trabalho doméstico nas Casas Grandes pelas mulheres e jovens e de produção na lavoura pelos homens), portanto, a prestação de serviços no Brasil se estruturou majoritariamente por atividades tradicionais de trabalho braçal e de baixa complexidade intelectual, diferenciando-se também do trabalho material e imaterial, por meio dos quais os grupos sociais foram sendo alocados, conforme reflete Arendt (1981), em *A Condição Humana*. Neste sentido, foram as populações pobres que exerceram a prestação de serviços desde os primórdios. Esse perfil social se manteve ao longo do tempo por se tratar de funções repelidas pelos grupos sociais mais abastados, muito embora sejam funções das quais cujos serviços esses mesmos grupos mais abastados necessitam diretamente para reprodução de seus estilos de vida (DINIZ; SOUZA; BARRETO, 2013).

A literatura econômica consagra uma íntima relação entre o crescimento da renda e a expansão dos serviços na maioria das economias. Do ponto de vista da distribuição do Produto Interno Bruto (PIB) pelos setores econômicos, a evidência da expansão dos serviços, para os últimos 30 anos (isto é, desde 1990), é enorme. Para o conjunto dos países da OCDE, o setor de serviços, no início da década de 1990, alcançava quase 65% do PIB. Do pós-guerra até a década de 1970, o papel desempenhado pela indústria na absorção de mão de obra mostrou um crescimento menor quando comparado ao setor de serviços, uma vez que entre 1950 e 1960 o crescimento dos postos de trabalho da indústria expandiu-se cerca de 20%, enquanto o setor de Serviços gerou um pouco mais de 40% de postos de trabalho adicionais (IBGE, Censos de 1950 e 1960).

No Brasil, a expansão no emprego terciário também é um fato desde o avanço do processo de industrialização por substituição de importações nos anos 1940. Segundo Almeida e Silva (1973, pp. 149-150), a industrialização e a urbanização provocaram um acréscimo

da força de trabalho nas atividades terciárias, principalmente nos ramos que exigem menor qualificação – caracterizando o setor de serviços como importante absorvedor de mão de obra urbana pouco qualificada.

Nesse sentido, entende-se os prestadores de serviços como uma categoria ocupacional heterogênea que envolve a agregação de diversas atividades com diferentes níveis de estruturação e remuneração, escolaridade, qualificação, instrumentação manual e não manual, e, atualmente, inserção tecnológica e informacional.

O avanço da urbanização, notadamente nos estados mais industrializados, foi acompanhado pelo crescimento do emprego urbano e pela oferta de serviços sociais. Já a década de 1970 foi marcada pela desconcentração das atividades econômicas, que rumaram para regiões periféricas, sobretudo, através da indústria de bens intermediários e projetos agrominerais, o que gerou uma urbanização descontrolada chamada por Cano (2008) de “urbanização explosiva” –ou seja, com a conurbação, aglomeração, metropolização e periferização. Foi desse modo como avançou, também, o setor terciário urbano. A desconcentração produtiva regional prosseguiu nos anos 1980, de forma, então, “espúria” (idem), desconcentrando a urbanização com impacto no crescimento das cidades médias. A crise fiscal e financeira e a redução das taxas de crescimento da atividade econômica levaram a uma grave situação do emprego, com expressivo aumento da população desocupada e precarizada.

Nas décadas de 1980 e 1990, chama a atenção a expansão das atividades informais, sobretudo nos serviços e comércio dos países latino-americanos. No Brasil, entre 1985-95 ocorreu um aumento da força de trabalho nos serviços e na construção civil devido à expulsão de mão de obra resultante da utilização de novas técnicas nos segmentos arcaicos e à incapacidade de geração de postos de trabalho pela indústria de transformação. Desta maneira, a recepção da mão de obra de migrantes de baixo grau de qualificação que buscaram a cidade foi realizada pelas atividades mais tradicionais do comércio e da prestação de serviços pessoais. Nos anos 1990, grande foi o número de estudos no Brasil que destacaram o processo de “informalização” do mercado de trabalho com a presença cada vez maior do trabalhador sem carteira assinada e do trabalhador

por conta própria, geralmente vinculado às atividades terciárias (POCHMANN, 1999; BALTAR, 1996; DEDECCA; BALTAR, 1997; GUIMARÃES NETO, 2002).

Neste século, a importância do setor de serviços é explicada por dois movimentos distintos: a) no processo de desenvolvimento, a expansão da produção industrial e da agropecuária exigiu um aumento das atividades de distribuição de mercadorias e dos serviços financeiros, ramos de atividades estritamente relacionados à produção de bens. Nesse caso, a expansão desses serviços seria uma resposta às necessidades de construção dos segmentos modernos; b) a urbanização nos países periféricos foi acompanhada da diminuição do emprego agrícola e industrial, estando associada ao crescimento da produtividade do trabalho, pois, para o caso específico do setor agropecuário, a queda no emprego foi muito superior à diminuição da produção.

No caso do Brasil, Araújo, Clementino, Finatti *et al.* (2018) observam, notadamente entre 2004 e 2010, uma retomada do crescimento do PIB que desconcentrou a atividade produtiva e dinamizou as cidades médias, sobretudo as interiorizadas. Esse movimento foi acompanhado pela reconfiguração do mercado de trabalho, com forte redução da taxa de desemprego e crescimento da ocupação, com destaque para a criação de empregos formais, especialmente nos setores da construção e de serviços. Como parte desse movimento de expansão do setor de serviços, Oliveira e Sousa (2011) mostram que:

o setor buscou modernização via introdução de tecnologia avançada, automatização ou mesmo adaptação de seus processos produtivos. No entanto, a dinâmica da modernização se aplica de forma diferenciada nos diversos segmentos do setor. Enquanto em algumas atividades houve reestruturação e modernização, em muitas outras se mantiveram pouco alteradas características relacionadas à organização, à tecnologia e à informalidade. Além disto, a dinâmica tem alcance regional diverso (OLIVEIRA; SOUSA, 2011, p. 1).

A crise econômica e política recente (2015) tem representado uma inflexão do período anterior. No que se refere à participação do setor de serviços, o que se observa é que, como em outras crises, e até

mesmo devido à sua grande diversidade e à própria heterogeneidade, o setor de serviços se comporta como um “contrapeso”, crescendo seu peso relativo e absorvendo ocupação, mas, diferentemente do período anterior, agora sem proteção social, sobretudo no trabalho por conta própria e sem carteira. Destaca-se, ainda, que

no caso brasileiro, os serviços desenvolveram-se marcados por uma grande heterogeneidade e com grande existência de atividades de baixa produtividade, sem que a industrialização tivesse conseguido imprimir o ritmo de expansão dos serviços industriais modernos típicos iguais aos padrões dos países desenvolvidos. O setor terciário brasileiro gerou atividades de distintos padrões, que vão desde as mais intensivas em conhecimento e de maior produtividade, como os serviços especializados, até as mais tradicionais, como os serviços pessoais e doméstico (ARAÚJO; CLEMENTINO, FINATTI *et al.*, 2018).

3. Posição dos trabalhadores da prestação de serviços

Os prestadores de serviços ocupam uma posição no mercado de trabalho que pode ser classificada mediante condições laborais marcadas por atividades manuais de baixo impacto técnico em sua execução, conforme as muitas ocupações que compõem esse grupo disponíveis no Anexo 1. Contudo, apresenta diferenciações quanto ao nível de especialização, cujas condições podem ser precárias, de baixa segurança ao trabalhador e com grande exposição a riscos, sobretudo à saúde (SOUZA; BOEMER, 1998). Neste sentido, reforçando o que já havia sido mencionado anteriormente, o grupo de prestadores de serviços são aqueles inseridos nas categorias ocupacionais de prestadores de serviços especializados e não especializados, incluindo os biscateiros. Esses trabalhadores estão inseridos na base da classificação ocupacional abaixo das profissões de níveis superiores, técnicas e médias. Essa posição se reflete, também, nas relações de trabalho, marcadas por baixa seguridade e proteção ao trabalho, como será discutido nos tópicos a seguir.

3.1. Condições de Trabalho dos Prestadores de Serviços

Apesar de os prestadores de serviço formarem um grupo de trabalhadores que representa mais de 14% dos ocupados no Brasil (segundo os dados mais recentes da PNAD Contínua de 2018), existem poucas análises globais sobre eles, sendo encontradas apenas análises setorializadas de algumas ocupações que estão inseridas nesse grupo. Esse aspecto é crítico, pois dificulta a realização de análises mais gerais. Esse grupo representou, ao longo das décadas de 1980 a 2018, um aumento significativo de sua participação no mercado de trabalho, se comparado aos demais grupos ocupacionais inseridos no Termo de Referência que norteia esse estudo (Tabela 1).

TABELA 1: PARTICIPAÇÃO DO PRESTADORES DE SERVIÇO NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL – 1980-2018 (EM %)

GRUPOS OCUPACIONAIS	1980	1991	2000	2010	2018
Empregadores	2,61	4,07	3,03	2,13	4,88
Dirigentes e Supervisão	2,74	3,42	1,38	4,47	3,91
Profissionais de Nível Superior	1,73	2,08	3,59	5,44	5,80
Professores	2,62	3,50	3,84	4,26	4,38
Ocupações de Segurança Pública	1,19	1,30	1,21	0,45	1,12
Trabalhadores de Nível Médio	3,21	3,80	5,59	6,14	7,34
Trabalhadores de Apoio Administrativo	7,86	8,26	7,47	7,83	8,39
Trabalhadores do Comércio	7,40	9,92	10,64	9,88	12,02
Prestadores de Serviços	9,92	8,47	12,58	13,17	14,84
Trabalhador da Indústria	11,70	11,15	10,95	11,42	10,00
Trabalhadores da Construção Civil	9,17	8,90	7,44	8,12	7,19
Trabalhadores do Transporte	4,16	4,31	5,55	4,64	5,07
Trabalhadores Doméstico	5,99	7,06	7,59	6,21	5,19
Trabalhadores Agrícolas	29,18	22,95	18,06	14,62	8,53
Outros Trabalhadores Não Classificados	0,51	0,79	1,06	1,21	1,33

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

A característica principal dos prestadores de serviços é a heterogeneidade, que pode repercutir significativamente sobre suas características gerais e ocupacionais, bem como pode assinalar assimetrias especialmente quando essas características são recortadas territorialmente entre o Brasil Não Metropolitano e o Brasil Metropolitano.

Esse grupo se expressa por estar fortemente relacionado a populações jovens e adultas, com maior alocação da força de trabalho masculina e cujo universo de rendimentos é baixo e com grande variação entre as diversificadas ocupações presentes. Somada a essa discussão sobre as condições de trabalho, na compreensão a respeito do grupo, é importante também destacar as divisões internas organizadas em seis subgrupos detalhados no tópico a seguir.

3.2. Divisões internas ao grupo de Prestadores de Serviços

Com base na observância da natureza das ocupações, foi possível realizar seis agrupamentos que se destacam entre uma diversidade de serviços (caso contrário, a desagregação em um número maior de subgrupos comprometeria as características e o perfil das categorias de ocupação e, conseqüentemente, nossa análise). Assim, os prestadores foram categorizados da seguinte maneira: 1- Prestadores de Serviços em Alimentação, Hotelaria e de Bordos (A) ; 2 - Prestadores de Serviços de Segurança (S); 3- Prestadores de Serviços de Estética e Higiene Pessoal (E) ; 4- Prestadores de Serviços em Manutenção de Equipamentos (M); 5- Prestadores de Serviços do Cuidado Pessoal (C); 6- Prestadores de Serviços de Limpeza e Administração de Edifícios ou Espaços Coletivos e Outros Serviços Prestados (O).

Em relação às transformações gerais da economia brasileira e o seu reflexo para esse grupo ocupacional, percebe-se uma ampliação da oferta e da demanda por esses trabalhadores em comparação à década de 1980, e que se manteve ao longo do período entre 1980 a 2018. Porém, esse comportamento não se manteve quando observada a composição interna dos prestadores de serviços a partir dos subgrupos, o que demonstra a existência de assimetrias internas.

Entre os subgrupos que compõem a divisão interna ao longo das décadas, e sua representação percentual com base nas informações da Tabela 2, os inseridos no subgrupo 6- Prestadores de Serviços de Limpeza e Administração de Edifícios ou Espaços Coletivos e Outros serviços prestados (O) mantiveram um crescimento constante ao longo do período analisado, sendo o subgrupo de maior representatividade entre os seis grupos delimitados. Destaca-

se também os Prestadores de Serviços em Alimentação, Hotelaria e de Bordos (A) que mantiveram um ritmo de participação média acima de 15,0%, segue tendência parecida. Os Prestadores de Serviços em Segurança (S) representam mais de 10% e os Prestadores de Serviços de Estética e Higiene Pessoal (E) mais de 11% em todas as décadas analisadas.

Todavia, alguns subgrupos foram perdendo representação, entre os quais os Prestadores de Serviços em Manutenção de Equipamentos (M) (com uma queda de 6,1% para 2,4% no período de 1980 a 2018). Nesse sentido, também se insere o subgrupo dos Prestadores de Serviços do Cuidado Pessoal (C), que, embora tenha em média cerca de 11% dos ocupados, na década de 1980 era quase 30%, perdendo representação nas décadas seguintes e chegando a 10,3% em 2018.

TABELA 2: DIVISÃO ENTRE OS SUBGRUPOS DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS – 1980-2018 (EM %)

SUBGRUPOS	% PARTICIPAÇÃO POR PERÍODOS				
	1980	1991	2000	2010	2018
1- Prestadores de Serviços em Alimentação, Hotelaria e de Bordos (A)	14,8	24,1	26,0	21,5	23,8
2- Prestadores de Serviços de Segurança (S)	10,1	18,6	16,4	13,3	10,2
3- Prestadores de Serviços de Estética e Higiene Pessoal (E)	11,6	11,4	11,0	11,6	15,3
4- Prestadores de Serviços em Manutenção de Equipamentos (M)	6,1	11,4	5,4	1,4	2,4
5- Prestadores de Serviços do Cuidado Pessoal (C)	29,1	1,4	5,4	9,1	10,3
6- Prestadores de Serviços de Limpeza e Administração de Edifícios ou Espaços Coletivos e Outros serviços prestados (O)	28,2	33,1	35,8	43,0	38,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

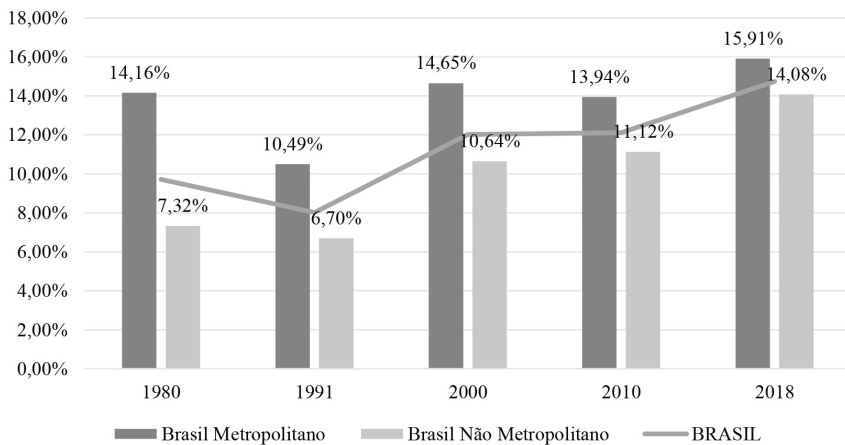
FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

4. Características gerais dos trabalhadores prestadores de serviços

Por representar um grupo muito heterogêneo, esta seção aprofunda as características variadas dessa parcela de trabalhadores. Trata-se de um conjunto de trabalhadores cuja participação na

população ocupada no Brasil (Metropolitano e Não Metropolitano) vem evoluindo ao longo do período analisado (Gráfico 1). A sua participação na população ocupada no Brasil é de 13.606.462 milhões de pessoas, representando cerca de 14,74% em 2018, ao mesmo tempo que agrega 15,9% e 14,1% dos ocupados no Brasil Metropolitano e Brasil Não Metropolitano, respectivamente, em 2018 (Tabela 3).

GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO NA POPULAÇÃO OCUPADA – 1980-2018



FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

É perceptível a presença contínua desses trabalhadores no Brasil Metropolitano, talvez porque os períodos analisados caracterizam a própria expansão urbana metropolitana. Por outro lado, no Brasil Não Metropolitano, nas décadas de 1980 e 1991, a presença desses trabalhadores era bem menor, passando a expandir-se a partir de 2000, possivelmente como reflexo do crescimento da urbanização das cidades médias e pequenas. Somados ao aspecto de crescimento urbano, tem-se também os cenários de crises econômicas e a manutenção da restrição na ofertas de postos de trabalho, o que poderia reorientar a ocupação na prestação de serviços no período de 1980 e 1991, já que o nível de qualificação nessas ocupações não requer grande complexidade e nível de instrução para exercício.

A evolução da participação absoluta e relativa sugere que se trata de um grupo que vem mantendo e aumentando sua participação no Brasil, parecendo indicar que absorve as flutuações do mercado

de trabalho decorrentes da crise econômica. Porém, o aumento observado a partir de 2010 reflete, talvez, a falta de capacidade de inserção desses trabalhadores em outras ocupações de maior qualificação e rendimentos, ao mesmo tempo que também pode absorver os desempregados advindos de outros grupos ocupacionais.

TABELA 3: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA E DO CONJUNTO DE TRABALHADORES PRESTADORES DE SERVIÇOS – 1980-2018

POPULAÇÃO OCUPADA	1980	1991	2000	2010	2018
Brasil Metropolitano	14.780.432	19.260.927	22.475.488	30.361.509	33.155.379
Brasil Não Metropolitano	27.491.094	36.032.386	43.154.404	55.992.330	59.177.490
BRASIL	42.271.526	55.293.313	65.629.892	86.353.839	92.332.869
PRESTADORES DE SERVIÇOS					
Brasil Metropolitano	2.092.938	2.019.972	3.292.306	4.231.458	5.274.370
Brasil Não Metropolitano	2.013.016	2.413.682	4.590.825	6.228.766	8.332.092
BRASIL	4.105.954	4.433.654	7.883.131	10.460.224	13.606.462
% PRESTADORES DE SERVIÇOS/POP.OCUPADA					
Brasil Metropolitano	14,16%	10,49%	14,65%	13,94%	15,91%
Brasil Não Metropolitano	7,32%	6,70%	10,64%	11,12%	14,08%
BRASIL	9,71%	8,02%	12,01%	12,11%	14,74%

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Em relação às características gerais dos prestadores de serviços, considerando os seis subgrupos definidos, eles também refletem diferenciações devido à diversidade e ao grande número de ocupações que o compõem. No Anexo 1, há a descrição detalhada da composição de cada subgrupo. Assim, como observado, os prestadores de serviços têm uma participação importante no total de ocupados no Brasil, variando de 9,7% em 1980 até 14,7% em 2018 (Tabela 3). Contudo, por ser um grupo bastante heterogêneo (vide Tabela 1), formam-se agregados bastante diversificados.

Essa diversidade é perceptível ao observar a evolução dos seis subgrupos (Tabela 4): nota-se variações em suas participações ao longo do período analisado. É verificado que os prestadores de serviços aumentaram proporcionalmente no Brasil, tanto no recorte Metropolitano como no Não Metropolitano ao longo das últimas décadas, refletido nos subgrupos que acompanharam essa tendência.

TABELA 4: EVOLUÇÃO DA DIVISÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS ENTRE OS SUBGRUPOS NO BRASIL (NÃO METROPOLITANO E METROPOLITANO) – 1980-2018

BRASIL NÃO METROPOLITANO	1980	1991	2000	2010	2018
1- Prestadores de Serviços em Alimentação, Hotelaria e de Bordos (A)	287.037	568.185	1.215.282	1.335.639	2.096.038
2- Prestadores de Serviços de Segurança (S)	201.603	433.284	657.800	776.726	840.316
3- Prestadores de Serviços de estética e higiene pessoal (E)	265.440	272.704	494.718	681.492	1.319.242
4- Prestadores de Serviços em Manutenção de Equipamentos (M)	130.456	267.360	257.207	84.527	176.428
5- Prestadores de Serviços do cuidado pessoal (C)	545.782	29.538	232.980	556.009	875.279
6- Prestadores de Serviços de Limpeza e Administração de Edifícios ou espaços coletivos e outros serviços prestados (O)	582.698	842.611	1.028.693	2.794.371	3.402.522
BRASIL METROPOLITANO					
1- Prestadores de Serviços em Alimentação, Hotelaria e de Bordos (A)	320.171	501.687	837.664	918.083	1.138.321
2- Prestadores de Serviços de Segurança (S)	213.400	390.668	637.830	613.806	550.886
3- Prestadores de Serviços de estética e higiene pessoal (E)	210.836	231.916	369.095	528.040	764.691
4- Prestadores de Serviços em Manutenção de Equipamentos (M)	121.747	238.445	171.894	59.835	150.922
5- Prestadores de Serviços do cuidado pessoal (C)	650.247	31.273	191.703	398.220	520.987
6- Prestadores de Serviços de Limpeza e Administração de Edifícios ou espaços coletivos e outros serviços prestados (O)	576.537	625.984	1.084.120	1.713.473	1.767.587

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Neste sentido, em relação aos subgrupos, merece destaque o subgrupo dos Prestadores de Serviços em Alimentação, Hotelaria e de Bordos (A), cuja participação cresceu em ambos os recortes. Já o subgrupo Prestadores de Serviços do Cuidado Pessoal (C) teve redução significativa, ocupando em torno de 10% em 2018 tanto no Brasil Não Metropolitano como no Metropolitano. O subgrupo mais representativo, e que manteve ao longo do tempo essa participação, foram os Prestadores de Serviços de Limpeza e Administração de Edifícios ou espaços coletivos e outros serviços prestados (O), que

se mantiveram acima de 28% ao longo do período em ambos os recortes analisados e em todas as décadas. Já os demais subgrupos apresentaram pequenas variações percentuais ao longo do período analisado (Tabela 5).

TABELA 5: DIVISÃO PERCENTUAL DOS PRESTADORES DE SERVIÇO ENTRE OS SUBGRUPOS – 1980-2018 (EM %)

SUBGRUPOS	1980	1991	2000	2010	2018
BRASIL NÃO METROPOLITANO					
1- Prestadores de Serviços em Alimentação, Hotelaria e de Bordos (A)	14,3	23,5	26,5	21,4	24,1
2- Prestadores de Serviços de Segurança (S)	10,0	18,0	14,3	12,5	9,6
3- Prestadores de Serviços de estética e higiene pessoal (E)	13,2	11,3	10,8	10,9	15,1
4- Prestadores de Serviços em Manutenção de Equipamentos (M)	6,5	11,1	5,6	1,4	2,0
5- Prestadores de Serviços do cuidado pessoal (C)	27,1	1,2	5,1	8,9	10,0
6- Prestadores de Serviços de Limpeza e Administração de Edifícios ou espaços coletivos e outros serviços prestados (O)	28,9	34,9	37,7	44,9	39,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
BRASIL METROPOLITANO					
1- Prestadores de Serviços em Alimentação, Hotelaria e de Bordos (A)	15,3	24,8	25,4	21,7	23,3
2- Prestadores de Serviços de Segurança (S)	10,2	19,3	19,4	14,5	11,3
3- Prestadores de Serviços de estética e higiene pessoal (E)	10,1	11,5	11,2	12,5	15,6
4- Prestadores de Serviços em Manutenção de Equipamentos (M)	5,8	11,8	5,2	1,4	3,1
5- Prestadores de Serviços do cuidado pessoal (C)	31,1	1,5	5,8	9,4	10,6
6- Prestadores de Serviços de Limpeza e Administração de Edifícios ou espaços coletivos e outros serviços prestados (O)	27,5	31,0	32,9	40,5	36,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Legenda: Prestadores de Serviços em Alimentação, Hotelaria e de Bordos (A); Prestadores de Serviços de Segurança (S); Prestadores de Serviços de estética e higiene pessoal (E); Prestadores de Serviços em Manutenção de Equipamentos (M); Prestadores de Serviços do cuidado pessoal (C); Prestadores de Serviços de Limpeza e Administração de Edifícios ou espaços coletivos e outros serviços prestados (O).

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Em termos de valores absolutos, os subgrupos apontam para a ampliação de contingentes de trabalhadores inseridos no período entre 1980 e 2018, com uma taxa de 2,5% de crescimento ao ano, com base nos dados da Tabela 4. O subgrupo com mais pessoas, em ambos os recortes, são os Prestadores de Serviços de Limpeza e Administração de Edifícios ou espaços coletivos e outros serviços prestados (O), sendo que esse grupo tinha algo em torno de 580 mil pessoas tanto no Brasil Não Metropolitano quanto no Brasil Metropolitano, em 1980. Ao longo do período, este subgrupo foi ganhando mais volume, quando, em 2018, chegou a mais de 3,4 milhões de pessoas no Brasil Não Metropolitano e 1,7 milhão no Brasil Metropolitano (Tabela 4), mas sem grandes alterações na sua participação relativa (Tabela 5).

O subgrupo de Prestadores de Serviços de Segurança (S) tinha em ambos os recortes acima de 200 mil ocupados em 1980 e triplicou sua participação nas duas décadas seguintes (Tabela 4), sem, contudo, aumentar sua participação relativa dentre os demais subgrupos de prestadores de serviços. Em 2018, no Brasil Não Metropolitano, ultrapassou a marca das 840 mil pessoas, enquanto, no Brasil Metropolitano, ultrapassou os 550 mil, muito embora não tenha sido observada uma mudança percentual significativa entre 1980 e 2018 (Tabela 5).

Outro subgrupo cujo qual também não foram observadas mudanças na participação relativa foi o de Prestadores de Serviços de Estética e Higiene Pessoal (E), cuja proporção era de 13,2% no Brasil Não Metropolitano e 11,3% no Brasil Metropolitano, em 1980, e de pouco mais de 15% em ambos os recortes em 2018 (Tabela 5). Contudo, em números absolutos, o número de ocupados no Brasil Não Metropolitano aumentou de 265 mil para 1,32 milhão no período, enquanto no Brasil Metropolitano o quantitativo evoluiu de 210 mil para 765 mil (Tabela 4).

O subgrupo Prestadores de Serviços em Alimentação, Hotelaria e de Bordos (A) experimentou, entre 1980 e 2018, aumento de aproximadamente 14% para 23%, tanto no Brasil Metropolitano como no Brasil Não Metropolitano (Tabela 5). Em números absolutos, o crescimento foi ainda mais significativo: de quase 290 mil para 2,1 milhões nos espaços não metropolitanos e de 320 mil para 1,14 milhão nos espaços metropolitanos (Tabela 5).

4.1. Perfil Sociodemográfico

O perfil sociodemográfico dos prestadores de serviços apresenta características sociais bastante indicativas de sua heterogeneidade. Em relação ao gênero, por exemplo, vê-se que os trabalhadores são acentuadamente do sexo masculino, embora o número de prestadoras de serviço (isto é, do sexo feminino) tenha aumentado ao longo do período analisado. Mesmo que o comportamento em relação a sexo seja semelhante em ambos os recortes, o feminino avançou sua participação no Brasil Metropolitano. Em 2018, a distribuição por sexo ficou mais equilibrada: participação masculina acima de 54% e participação feminina ultrapassando mais de 42% em ambos os recortes (Tabela 6).

Os prestadores de serviços são em sua maioria brancos e pardos, com a ampliação da participação dos trabalhadores pretos, enquanto os demais grupos de cor/raça apresentaram dados insignificantes. Quanto à idade, trata-se em sua maioria de jovens a adultos, com baixa participação das idades mais avançadas, ou seja, acima de 65 anos. Os dados da Tabela 7, neste sentido, apontam que a concentração de ocupados está entre 18 a 49 anos. No entanto, entre os que têm mais de 49 anos, foi registrada uma ampliação na participação destes, enquanto nas idades inferiores aos 18 anos verificou-se uma redução. Os trabalhadores acima de 65 anos acumulavam, em 2018, cerca de 3% de participação em ambos os recortes destacados nesta análise.

Esse perfil jovem e masculino é refletido nos níveis de escolaridade, que é muito baixo, apesar de ter melhorado entre 1980 e 2018, quando era predominantemente formado por pessoas sem instrução e/ou com ensino fundamental incompleto; ou seja, pessoas com menos de cinco anos de estudo. Atualmente, é predominante entre os ocupados o nível de escolaridade que vai do ensino fundamental completo ao ensino médio incompleto. Por sua vez, o ensino superior nesse grupo não ultrapassa os 5%. Essas características do nível de escolaridade são semelhantes tanto no Brasil Não Metropolitano como no Brasil Metropolitano (Tabela 7). Assim, com base nas características sociodemográficas, observa-se um perfil populacional marcado possivelmente por situações de vulnerabilidade social, refletida através das características sociodemográficas predominantes nesse grupo.

TABELA 6: PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS E DA POPULAÇÃO OCUPADA NO BRASIL (NÃO METROPOLITANO E METROPOLITANO) – 1980-2018 (EM %)

PERFIL	BRASIL NÃO METROPOLITANO					BRASIL METROPOLITANO				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
SEXO										
Masculino	76,0	70,9	64,1	59,0	57,3	66,8	63,3	58,8	55,3	54,4
Feminino	24,0	29,1	35,9	41,0	42,7	33,2	36,7	41,2	44,7	45,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
COR/RAÇA										
Branca	53,8	52,5	55,2	50,2	45,4	59,3	55,0	56,5	49,7	44,7
Preta	6,4	5,3	6,2	7,4	8,9	7,2	6,3	7,5	9,5	12,0
Amarela	0,4	0,3	0,3	1,0	0,5	1,1	0,8	0,8	1,4	1,1
Parda	39,0	41,5	37,2	41,0	44,7	32,0	37,5	34,3	39,2	41,8
Indígena	–	0,2	0,4	0,4	0,4	–	0,1	0,3	0,2	0,4
Total	99,6	99,8	99,3	100,0	100,0	99,6	99,7	99,4	100,0	100,0
IDADE										
Menos de 14	3,7	2,0	1,4	1,0	–	0,8	0,6	0,3	0,4	–
14 a 17	11,2	8,3	5,9	3,7	2,0	6,9	5,0	3,0	2,1	1,1
18 a 24	22,7	20,8	19,4	16,4	13,1	25,0	20,7	19,2	15,3	12,0
25 a 34	24,2	27,7	26,5	27,0	24,5	30,0	31,4	29,6	28,9	24,0
35 a 49	24,0	27,3	31,5	32,6	36,4	25,7	30,6	34,5	34,1	37,4
50 a 64	11,6	11,6	12,7	16,1	20,5	10,0	10,3	11,6	16,5	21,9
65 ou mais	2,5	2,4	2,6	3,2	3,6	1,4	1,4	1,7	2,7	3,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	99,8	100,0	100,0	100,0	100,0
ESCOLARIDADE										
Sem Instrução e Fundamental Incompleto	84,7	73,7	57,8	43,8	30,9	65,1	52,7	39,4	28,6	17,9
Fundamental Completo e Médio Incompleto	7,0	10,6	16,9	17,6	15,7	14,6	17,2	20,0	18,2	14,0
Médio Completo e Superior Incompleto	6,5	11,6	19,9	27,9	36,6	14,3	20,4	29,4	35,7	42,7
Superior Completo	1,9	4,0	5,5	10,4	16,9	6,1	9,8	11,3	16,9	25,4
Total	100,0	100,0	100,0	99,7	100,0	100,0	100,0	100,0	99,4	100,0

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018). Nota: Nesta tabela, os totais que não somarem 100% é porque não apresentaram percentuais de informações ignoradas ou não declaradas.

Em relação ao perfil sociodemográfico, considerando a divisão interna dos seis subgrupos, nota-se características diferenciadas, mas com a manutenção de um padrão bem definido entre eles, mas semelhante entre o Brasil não metropolitano e o Brasil Metropolitano. Em relação ao sexo (Tabela 7), como já havíamos introduzido, a distribuição aponta que existe o predomínio masculino em todos os subgrupos e ambos os recortes territoriais, apesar de um movimento de crescimento da participação do trabalho feminino.

TABELA 7: DISTRIBUIÇÃO POR SEXO NOS SUBGRUPOS DE PRESTADORES DE SERVIÇOS NO BRASIL (NÃO METROPOLITANO E METROPOLITANO) – 1980-2018 (EM %)

SUB-GRUPO	SEXO	BRASIL NÃO METROPOLITANO					BRASIL METROPOLITANO				
		1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
A	Masculino	35,7	38,7	29,2	29,1	50,3	45,7	42,0	39,0	40,0	35,7
	Feminino	64,3	61,3	70,8	70,9	49,7	54,3	58,0	61,0	60,0	64,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
S	Masculino	35,7	38,7	29,2	29,1	50,3	45,7	42,0	39,0	40,0	35,7
	Feminino	64,3	61,3	70,8	70,9	49,7	54,3	58,0	61,0	60,0	64,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
E	Masculino	35,7	38,7	29,2	29,1	50,3	45,7	42,0	39,0	40,0	35,7
	Feminino	64,3	61,3	70,8	70,9	49,7	54,3	58,0	61,0	60,0	64,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
M	Masculino	35,7	38,7	29,2	29,1	50,3	45,7	42,0	39,0	40,0	35,7
	Feminino	64,3	61,3	70,8	70,9	49,7	54,3	58,0	61,0	60,0	64,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
C	Masculino	35,7	38,7	29,2	29,1	50,3	45,7	42,0	39,0	40,0	35,7
	Feminino	64,3	61,3	70,8	70,9	49,7	54,3	58,0	61,0	60,0	64,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
O	Masculino	35,7	38,7	29,2	29,1	50,3	45,7	42,0	39,0	40,0	35,7
	Feminino	64,3	61,3	70,8	70,9	49,7	54,3	58,0	61,0	60,0	64,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Legenda: Prestadores de Serviços em Alimentação, Hotelaria e de Bordos (A); Prestadores de Serviços de Segurança (S); Prestadores de Serviços de estética e higiene pessoal (E); Prestadores de Serviços em Manutenção de Equipamentos (M); Prestadores de Serviços do cuidado pessoal (C); Prestadores de Serviços de Limpeza e Administração de Edifícios ou espaços coletivos e outros serviços prestados (O).

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Em relação à cor/raça, essas ocupações são bastante demandadas por aqueles identificados pela cor branca, seguidos de pardos e preto sem praticamente todos os subgrupos, com exceção dos subgrupos de Prestadores de Serviços em Segurança e Prestadores de Serviços de Limpeza e Administração de Edifícios e outros serviços prestados (O), cujas representações são em sua maioria de pardos em ambos recortes territoriais (Tabela 8).

TABELA 8: DISTRIBUIÇÃO POR COR/RAÇA NOS SUBGRUPOS DE PRESTADORES DE SERVIÇOS NO BRASIL (NÃO METROPOLITANO E METROPOLITANO) – 1980-2018 (EM %)

SUB-GRUPO	COR/RAÇA	BRASIL NÃO METROPOLITANO					BRASIL METROPOLITANO				
		1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
A	Branca	60,1	53,7	55,7	45,9	39,1	54,9	48,8	50,7	40,6	36,9
	Preta	6,3	5,3	6,2	8,6	11,0	8,2	7,7	8,7	11,7	15,7
	Parda	33,2	40,7	37,5	44,0	49,2	36,4	43,2	39,7	46,3	45,9
	Amar. / indígena	0,4	0,3	0,7	1,4	0,8	0,5	0,4	0,9	1,4	1,4
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
S	Branca	52,6	47,2	48,8	41,5	34,4	47,3	42,4	44,2	36,7	36,3
	Preta	7,0	6,0	7,9	10,4	11,1	8,8	8,2	10,9	15,1	17,0
	Parda	40,3	46,6	42,8	46,9	53,7	43,8	49,2	44,3	47,2	46,2
	Amar. / indígena	0,1	0,2	0,5	1,2	0,7	0,1	0,2	0,6	1,0	0,5
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
E	Branca	46,8	55,0	58,0	51,6	41,5	43,9	49,1	51,0	43,0	36,8
	Preta	11,4	4,9	5,9	7,0	9,8	12,7	7,1	9,1	11,5	12,9
	Parda	41,1	39,4	35,3	39,7	47,0	41,4	42,5	38,5	43,5	49,5
	Amar. / indígena	0,7	0,7	0,8	1,8	1,7	2,0	1,3	1,4	2,1	0,8
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
M	Branca	61,6	58,7	52,7	52,0	44,2	56,2	53,9	47,7	45,1	41,9
	Preta	5,3	4,7	6,9	7,1	8,1	7,2	6,3	9,5	10,7	12,7
	Parda	32,4	36,0	39,7	39,7	46,9	35,3	38,5	42,0	42,8	43,5
	Amar. / indígena	0,7	0,6	0,6	1,2	0,8	1,3	1,3	0,7	1,4	1,9
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

SUB-GRUPO	COR/RAÇA	BRASIL NÃO METROPOLITANO					BRASIL METROPOLITANO				
		1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
C	Branca	62,0	65,4	56,8	48,7	42,2	63,0	59,8	49,5	41,2	36,0
	Preta	5,5	4,7	7,4	8,4	10,7	6,5	7,7	10,3	12,2	16,0
	Parda	32,1	29,8	35,4	41,7	46,3	29,5	32,2	39,5	45,2	46,6
	Amar. / indígena	0,4	0,1	0,5	1,3	0,8	1,0	0,4	0,7	1,4	1,4
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
O	Branca	55,5	46,2	49,3	41,9	35,0	46,3	41,4	42,6	36,5	31,2
	Preta	8,6	7,2	9,1	10,0	12,9	12,6	10,5	12,3	13,5	19,8
	Parda	35,8	46,4	41,1	46,8	51,1	41,1	47,9	44,5	49,0	48,5
	Amar. / indígena	0,1	0,2	0,5	1,3	1,0	0,1	0,2	0,6	1,0	0,5
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Legenda: Prestadores de Serviços em Alimentação, Hotelaria e de Bordos (A); Prestadores de Serviços de Segurança (S); Prestadores de Serviços de estética e higiene pessoal (E); Prestadores de Serviços em Manutenção de Equipamentos (M); Prestadores de Serviços do cuidado pessoal (C); Prestadores de Serviços de Limpeza e Administração de Edifícios ou espaços coletivos e outros serviços prestados (O).

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

A escolaridade é predominantemente baixa como já indicado para o grupo ocupacional dos prestadores de serviços, bem como para os seus subgrupos. De forma geral, todos os seis subgrupos têm escolaridade até o ensino fundamental completo e tal aspecto não apresenta distorções entre o Brasil Metropolitano e o Brasil Não Metropolitano. Por outro lado, percebe-se que todos os subgrupos melhoraram a escolaridade quanto aos níveis médio e superior com mesma tendência em ambos os recortes. Essa tendência ocorreu, sobretudo, a partir dos anos 2000, e se manteve nas décadas seguintes (Tabela 9).

De modo geral, a análise das características sociodemográficas observadas a partir dos subgrupos de prestadores de serviços apontam que são condições essencialmente semelhantes em relação ao Brasil Metropolitano e Brasil Não Metropolitano. Por outro lado, os subgrupos não apresentam distinções significativas, sendo também muito semelhantes em relação aos aspectos sociais e demográficos ressaltados.

TABELA 9: DISTRIBUIÇÃO POR ESCOLARIDADE DOS SUBGRUPOS DE PRESTADORES DE SERVIÇOS NO BRASIL (NÃO METROPOLITANO E METROPOLITANO) – 1980-2018 (EM %)

SUB-GRUPO	ESCOLARIDADE	BRASIL NÃO METROPOLITANO					BRASIL METROPOLITANO				
		1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
A	Até Fund.	99,9	94,3	86,2	64,2	50,8	99,8	91,5	82,8	61,5	43,7
	Méd. Comp. e Sup. Inc.	0,1	4,6	11,9	33,3	44,6	0,2	6,9	15,3	35,8	52,7
	Sup. Comp.	0,0	1,1	1,9	2,5	4,6	0,0	1,7	1,9	2,7	3,6
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
S	Até Fund.	99,9	93,8	84,4	51,7	38,7	99,9	89,7	80,4	43,7	32,9
	Méd. Comp. e Sup. Inc.	0,1	4,6	13,5	37,9	55,7	0,1	8,9	17,9	44,1	61,2
	Sup. Comp.	0,0	1,6	2,1	10,4	5,7	0,0	1,4	1,7	12,2	5,9
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
E	Até Fund.	99,9	88,0	78,2	45,0	36,0	99,9	85,3	75,6	44,9	30,5
	Méd. Comp. e Sup. Inc.	0,1	10,4	19,6	40,0	56,2	0,1	12,8	22,5	40,3	60,2
	Sup. Comp.	0,0	1,6	2,1	15,0	7,8	0,0	1,9	2,0	14,7	9,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
M	Até Fund.	99,7	79,5	86,2	50,0	43,9	99,2	69,9	81,0	45,4	36,9
	Méd. Comp. e Sup. Inc.	0,3	18,6	12,2	32,6	46,6	0,8	27,3	17,3	38,0	56,7
	Sup. Comp.	0,0	1,9	1,6	17,4	9,6	0,0	2,8	1,7	16,6	6,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
C	Até Fund.	98,7	78,1	85,9	56,4	35,8	95,8	76,0	83,5	56,4	38,3
	Méd. Comp. e Sup. Inc.	1,3	19,5	12,6	37,5	52,8	4,2	21,3	14,8	38,5	51,7
	Sup. Comp.	0,0	2,3	1,5	6,1	11,4	0,1	2,6	1,6	5,1	10,0
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
O	Até Fund.	100,0	95,5	92,6	69,8	61,2	99,9	93,7	91,3	69,3	58,4
	Méd. Comp. e Sup. Inc.	0,0	2,9	5,3	28,4	36,0	0,1	4,5	7,2	29,2	39,7
	Sup. Comp.	0,0	1,6	2,0	1,8	2,7	0,0	1,7	1,6	1,5	1,9
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Legenda: Prestadores de Serviços em Alimentação, Hotelaria e de Bordos (A); Prestadores de Serviços de Segurança (S); Prestadores de Serviços de estética e higiene pessoal (E); Prestadores de Serviços em Manutenção de Equipamentos (M); Prestadores de Serviços do cuidado pessoal (C); Prestadores de Serviços de Limpeza e Administração de Edifícios ou espaços coletivos e outros serviços prestados (O).

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

4.2. Condições Ocupacionais

Os prestadores de serviços apresentam condições ocupacionais compatíveis ao perfil sociodemográfico marcado pela vulnerabilidade social. Neste sentido, considerando a posição na ocupação, apresentam um perfil com diferenciações se comparados à realidade da população ocupada, mas não tão diferente em relação às tendências.

De 1980 a 2018, se a população ocupada aumentou em nível nacional, já entre os prestadores de serviços observou-se uma tendência de recuo, apesar de ainda ser proporcionalmente o mais representativo entre os grupos ocupacionais (Tabela 1). Com carteira assinada, também se verificou recuo nacional em ambos os recortes (metropolitano e não metropolitano). Já entre os prestadores de serviços, esse recuo foi mais intenso no Brasil Não Metropolitano. Os ocupados, mas sem carteira assinada, foram aumentando década a década, com algumas variações observadas no período analisado. Apesar da queda observada entre 1980 e 1991, as décadas seguintes seguiram sem que ascendessem mais e com percentuais bem parecidos tanto no Brasil Não Metropolitano como no Brasil Metropolitano. Os conta-próprias diminuíram sua participação relevantemente no país entre os ocupados em ambos os recortes, acontecendo o inverso no caso dos prestadores, que aumentaram participação com situações parecidas nas análises (Tabela 10).

Os Militares e funcionários públicos estatutários cresceram em nível nacional e decresceram entre os prestadores de serviços. Contudo, esse crescimento ocorreu mais no Brasil Não Metropolitano. Os sem remuneração, segundo a compilação de dados da Tabela 11, vem crescendo e de forma mais acentuada entre os ocupados na prestação de serviços no Brasil Não Metropolitano.

No que diz respeito à jornada de trabalho, são predominantes as longas jornadas entre 40 a 48 horas, sendo que essa tendência dos ocupados de modo geral é seguida pelos prestadores de serviços. Ainda assim, mais de 5% trabalharam em 2018 menos de 15 horas em todos os recortes aqui analisados. A jornada de 15 a 29 horas é mais presente no Brasil Não Metropolitano, sendo a de 30 a 39 horas realidade de 11% dos ocupados, tanto em nível nacional como especificamente para os prestadores de serviços. Jornadas acima de 48

horas ultrapassam 7% entre os prestadores de serviços; contudo, esse percentual é ainda maior na população ocupada geral (Tabela 10).

Na tabela citada, ao longo do período, verificou-se retração na contribuição à previdência, seguindo a tendência nacional da população ocupada. Em 1980, havia mais contribuintes tanto no Brasil Não Metropolitano quanto no Brasil Metropolitano – respectivamente, mais de 69% e 82%. Nas décadas seguintes, seguiram-se perdas que alcançaram, em 2018, mais de 61% e 66% nos recortes analisados. Os não contribuintes ampliaram-se especialmente no BM, que dobrou essa condição entre 1980 a 2018.

Em síntese, as condições ocupacionais são indicadoras de precariedade em termos de seguridade social, além de longas jornadas prevaletentes em cenários que se abrem para o grupo de prestadores de serviços de ocupações sem carteira e por conta própria.

TABELA 10: CONDIÇÕES OCUPACIONAIS DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS NO BRASIL (NÃO METROPOLITANO E METROPOLITANO) –1980-2018 (EM %)

CONDIÇÕES OCUPACIONAIS	BRASIL NÃO METROPOLITANO					BRASIL METROPOLITANO				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO – POPULAÇÃO BRASIL										
Empregados	58,3	53,9	60,9	63,3	60,2	83,0	71,7	70,8	73,2	65,0
<i>Com carteira</i>	–	40,3	33,5	40,9	37,2	–	61,2	48,5	56,0	47,4
<i>Sem carteira</i>	–	13,6	27,4	22,4	23,0	–	10,5	22,2	17,2	17,6
Conta própria	32,2	32,9	26,7	23,0	27,2	15,3	20,8	21,7	19,8	25,6
Militares e funcionários públicos estatutários	–	6,2	5,9	5,6	9,2	–	6,9	6,1	5,3	8,7
Sem remuneração	8,6	6,9	6,5	2,1	3,4	0,7	0,6	1,4	1,2	0,7
Total	99,1	100,0	100,0	94,0	100,0	99,0	100,0	100,0	99,5	100,0
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO – PRESTADORES										
Empregados	80,9	75,1	65,8	75,2	64,9	88,1	83,3	74,4	81,5	73,2
<i>Com carteira</i>	–	60,0	39,6	48,2	39,6	–	71,2	52,6	61,5	54,3
<i>Sem carteira</i>	–	15,1	26,3	27,0	25,2	–	12,1	21,8	20,0	18,9
Conta própria	16,5	12,8	23,5	16,4	22,3	10,5	11,5	20,4	15,4	22,0
Militares e funcionários públicos estatutários	–	10,9	8,4	6,9	10,4	–	4,8	3,9	2,3	3,9
Sem remuneração	1,9	1,2	2,3	1,5	2,4	0,6	0,4	1,3	0,9	0,8
Total	99,3	100,0	100,0	100,0	100,0	99,2	100,0	100,0	100,0	100,0

CONDIÇÕES OCUPACIONAIS		BRASIL NÃO METROPOLITANO					BRASIL METROPOLITANO				
		1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
JORNADA DE TRABALHO											
População Ocupada	Menos de 15 horas	—	1,3	3,4	7,8	5,1	—	1,4	2,9	9,4	3,5
	De 15 a 29 horas	1,0	7,9	11,2	10,4	13,2	1,2	5,9	7,6	6,2	8,9
	De 30 a 39 horas	5,3	8,8	10,3	8,4	10,7	4,5	9,6	10,8	9,1	11,6
	De 40 a 48 horas	10,4	62,0	50,3	57,9	60,7	7,1	64,6	54,0	60,5	65,2
	De 49 horas e mais	53,0	19,9	24,6	15,5	10,4	58,6	18,4	24,4	14,8	10,9
	Total	69,7	100,0	99,8	100,0	100,0	71,4	100,0	99,7	100,0	100,0
Prestadores de Serviços	Menos de 15 horas	—	2,4	4,4	7,4	6,3	—	1,7	3,4	9,8	5,4
	De 15 a 29 horas	2,4	10,9	11,4	10,6	13,6	1,6	5,1	7,0	5,8	8,7
	De 30 a 39 horas	7,4	11,7	12,7	11,1	13,1	5,3	10,4	11,7	9,6	12,1
	De 40 a 48 horas	10,3	56,1	45,4	55,7	59,4	7,8	62,3	50,0	58,5	65,8
	De 49 horas e mais	52,4	18,9	25,7	15,2	7,5	57,3	20,5	27,5	16,2	8,0
	Total	72,5	100,0	99,6	100,0	100,0	72,0	100,0	99,6	100,0	100,0
CONTRIBUIÇÃO PARA A PREVIDÊNCIA											
População Ocupada	Contribuinte	41,6	45,0	46,9	63,4	60,3	78,3	70,1	63,2	71,4	68,1
	Não Contribuinte	55,3	53,6	53,1	36,6	39,7	20,1	28,5	36,8	28,6	31,9
	Total	96,9	98,6	100,0	100,0	100,0	98,4	98,6	100,0	100,0	100,0
Prestadores de Serviços	Contribuinte	69,2	68,1	55,2	63,6	61,6	82,1	78,9	63,3	70,1	66,4
	Não Contribuinte	28,9	30,5	44,8	36,4	38,4	16,7	19,9	36,7	29,9	33,6
	Total	98,1	98,6	100,0	100,0	100,0	98,8	98,8	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE — Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018). Nota: Nesta tabela, os totais que não somarem 100% é porque não apresentaram percentuais de informações ignoradas ou não declaradas.

Do ponto de vista da relação do vínculo do trabalho, os subgrupos apresentam trajetórias semelhantes em ambos os recortes territoriais. O vínculo com carteira assinada cresceu mais a partir da década de 2000. Chama a atenção o significativo número de prestadores de serviço sem remuneração e os sem carteira assinada (Tabela 11).

TABELA 11: DISTRIBUIÇÃO POR VÍNCULO NOS SUBGRUPOS DE PRESTADORES DE SERVIÇOS NO BRASIL (NÃO METROPOLITANO E METROPOLITANO) – 1980-2018 (EM %)

SUB-GRUPO	VÍNCULO	BRASIL NÃO METROPOLITANO					BRASIL METROPOLITANO				
		1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
A	Empr. c/ carteira	0,0	–	52,3	63,0	56,5	0,0	0,0	65,9	75,0	68,5
	Empr. s/ carteira	0,0	–	47,7	37,0	43,5	0,0	0,0	34,1	25,0	31,5
	Conta própria	0,0	–	33,4	16,2	14,8	0,0	0,0	26,1	12,4	16,3
	Milit. e serv.	0,0	24,3	–	4,4	9,9	0,0	12,0	0,0	2,0	3,4
	Sem remun.	0,0	3,7	5,0	2,6	6,6	0,0	1,0	2,9	1,3	2,2
S	Empr. c/ carteira	0,0	–	66,6	80,7	78,9	0,0	0,0	80,6	89,2	89,6
	Empr. s/ carteira	0,0	–	33,4	19,3	21,1	0,0	0,0	19,4	10,8	10,4
	Conta própria	0,0	–	2,1	2,2	2,2	0,0	0,0	1,8	2,3	2,1
	Milit. e serv.	0,0	25,5	–	9,7	26,2	0,0	10,2	0,0	3,1	8,5
	Sem remun.	0,0	0,1	50,0	0,2	0,0	0,0	0,8	50,0	0,1	0,0
E	Empr. c/ carteira	0,0	–	82,7	5,8	19,2	0,0	0,0	78,5	14,7	30,3
	Empr. s/ carteira	0,0	–	17,3	94,2	80,8	0,0	0,0	21,5	85,3	69,7
	Conta própria	0,0	–	0,3	0,4	85,2	0,0	0,0	0,2	0,3	77,9
	Milit. e serv.	0,0	2,4	–	8,9	0,0	0,0	1,5	0,0	10,6	0,0
	Sem remun.	0,0	76,1	50,0	50,0	0,7	0,0	65,5	50,0	50,0	0,2
M	Empr. c/ carteira	0,0	–	67,5	69,2	67,5	0,0	0,0	72,7	80,2	71,4
	Empr. s/ carteira	0,0	–	32,5	30,8	32,5	0,0	0,0	27,3	19,8	28,6
	Conta própria	0,0	–	0,9	30,8	0,5	0,0	0,0	0,4	20,5	0,0
	Milit. e serv.	0,0	15,5	–	0,6	26,6	0,0	12,7	0,0	0,6	22,1
	Sem remun.	0,0	34,7	50,0	1,6	50,5	0,0	29,3	50,0	0,7	50,0
C	Empr. c/ carteira	0,0	–	22,9	33,5	30,9	0,0	0,0	30,5	44,4	45,4
	Empr. s/ carteira	0,0	–	77,1	66,5	69,1	0,0	0,0	69,5	55,6	54,6
	Conta própria	0,0	–	7,7	7,5	6,7	0,0	0,0	14,1	10,3	12,9
	Milit. e serv.	0,0	62,6	–	7,7	22,5	0,0	45,1	0,0	4,2	17,2
	Sem remun.	0,0	4,4	1,3	1,0	1,4	0,0	8,9	1,5	1,0	1,0
O	Empr. c/ carteira	0,0	–	59,1	71,7	73,8	0,0	0,0	77,2	85,6	86,8
	Empr. s/ carteira	0,0	–	40,9	28,3	26,2	0,0	0,0	22,8	14,4	13,2
	Conta própria	0,0	–	0,4	5,5	0,5	0,0	0,0	0,2	5,1	0,1
	Milit. e serv.	0,0	56,1	–	10,8	3,9	0,0	26,1	0,0	2,7	3,6
	Sem remun.	0,0	0,9	50,0	1,5	55,1	0,0	0,8	50,0	0,8	51,3

Legenda: Prestadores de Serviços em Alimentação, Hotelaria e de Bordos (A); Prestadores de Serviços de Segurança (S); Prestadores de Serviços de estética e higiene pessoal (E); Prestadores de Serviços em Manutenção de Equipamentos (M); Prestadores de Serviços do cuidado pessoal (C); Prestadores de Serviços de Limpeza e Administração de Edifícios ou espaços coletivos e outros serviços prestados (O).

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

O fato de os subgrupos apresentarem alta representação de trabalhadores sem rendimentos e sem carteira assinada talvez justifique o fato de a contribuição previdenciária ser baixa, sendo a maioria de não contribuintes. Tal tendência é semelhante tanto no Brasil Não Metropolitano como no Brasil Metropolitano. É importante, ainda, observar que essa tendência aumenta muito a partir da década de 2000, com significativa redução dos contribuintes e aumento dos não contribuintes em todos os grupos e em ambos os recortes analisados (Tabela 12).

TABELA 12: DISTRIBUIÇÃO POR PREVIDÊNCIA NOS SUBGRUPOS DE PRESTADORES DE SERVIÇOS NO BRASIL (NÃO METROPOLITANO E METROPOLITANO) – 1980-2018 (EM %)

SUB-GRUPO	CONTRIBUINTE	BRASIL NÃO METROPOLITANO					BRASIL METROPOLITANO				
		1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
A	Contribuinte	64,3	63,6	17,5	14,0	17,3	82,7	78,7	19,0	14,2	16,1
	Não Contribuinte	35,7	36,4	82,5	86,0	82,7	17,3	21,3	81,0	85,8	83,9
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
S	Contribuinte	90,4	83,8	17,7	24,9	34,4	94,5	90,8	21,3	20,0	23,4
	Não Contribuinte	9,6	16,2	82,3	75,1	65,6	5,5	9,2	78,7	80,0	76,6
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
E	Contribuinte	29,1	32,1	15,4	20,1	29,4	43,3	43,3	18,6	19,8	27,0
	Não Contribuinte	70,9	67,9	84,6	79,9	70,6	56,7	56,7	81,4	80,2	73,0
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
M	Contribuinte	75,3	64,3	13,1	15,1	27,5	84,6	75,4	14,7	14,3	25,5
	Não Contribuinte	24,7	35,7	86,9	84,9	72,5	15,4	24,6	85,3	85,7	74,5
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
C	Contribuinte	72,4	73,8	4,7	8,4	17,3	85,5	74,2	7,3	8,9	14,7
	Não Contribuinte	27,6	26,2	95,3	91,6	82,7	14,5	25,8	92,7	91,1	85,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
O	Contribuinte	82,4	78,6	14,0	19,0	32,3	90,3	89,3	14,6	14,5	16,9
	Não Contribuinte	17,6	21,4	86,0	81,0	67,7	9,7	10,7	85,4	85,5	83,1
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Legenda: Prestadores de Serviços em Alimentação, Hotelaria e de Bordos (A); Prestadores de Serviços de Segurança (S); Prestadores de Serviços de estética e higiene pessoal (E); Prestadores de Serviços em Manutenção de Equipamentos (M); Prestadores de Serviços do cuidado pessoal (C); Prestadores de Serviços de Limpeza e Administração de Edifícios ou espaços coletivos e outros serviços prestados (O).

5. Rendimento dos prestadores de serviços

Quanto aos rendimentos, a população ocupada apresenta rendimentos sempre maiores do que aqueles auferidos pelos prestadores de serviços em todas as décadas analisadas. A Tabela 13 mostra também o comportamento dos rendimentos dos prestadores de serviço por recorte Metropolitano e Não Metropolitano. Seguindo a mesma tendência, os prestadores de serviços metropolitanos apresentam rendimentos mais elevados do que os não metropolitanos.

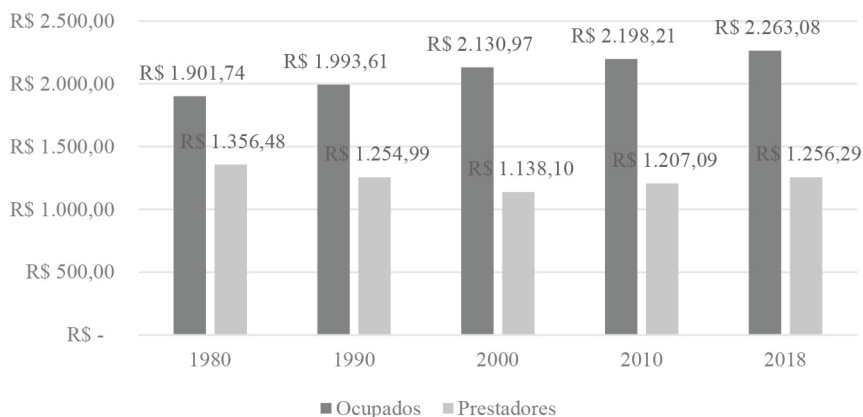
TABELA 13: RENDIMENTOS OCUPADOS E DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) –1980-2018 (EM R\$)

RENDIMENTOS (R\$)	1980	1991	2000	2010	2018
Ocupados	1.901,74	1.993,61	2.130,97	2.198,21	2.263,08
Prestadores	1.356,48	1.254,99	1.138,10	1.207,09	1.256,37
RENDIMENTO MÉDIO – POPULAÇÃO OCUPADA					
Média – Metropolitano	2.551,91	2.776,64	2.813,94	2.756,99	2.871,86
Mediana –Metropolitano	1.390,41	1.461,36	1.356,92	1.361,47	1.569,41
Média –Não Metropolitano	1.515,51	1.552,57	1.739,36	1.871,84	1.912,67
Mediana –Não Metropolitano	–	–	–	–	–
RENDIMENTO MÉDIO – PRESTADORES DE SERVIÇOS					
Média –Metropolitano	1.573,61	1.539,89	1.323,10	1.330,78	1.371,12
Mediana –Metropolitano	1.042,81	1.022,95	1.017,69	1.021,10	1.150,90
Média –Não Metropolitano	1.128,07	1.015,97	1.003,96	1.122,43	1.182,56
Mediana –Não Metropolitano	–	–	–	–	–

FONTE: Os rendimentos foram calculados em valores constantes de dezembro de 2019, a partir da correção de valores do Banco Central do Brasil.

Os rendimentos médios dos prestadores de serviços e da população ocupada tiveram comportamentos evolutivos diferentes, sendo os rendimentos dos prestadores bem inferiores aos rendimentos registrados pelos ocupados (Gráfico 2).

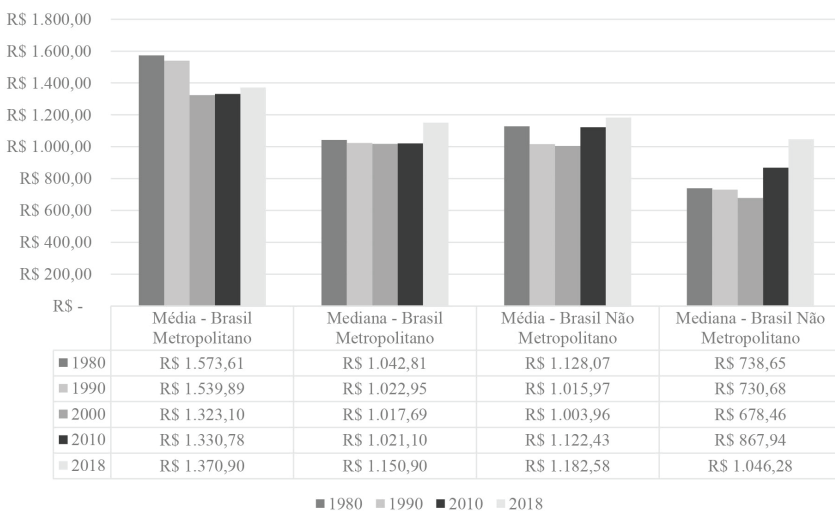
GRÁFICO 2: EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO MÉDIO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS E DA POPULAÇÃO OCUPADA – 1980-2018



FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Do ponto de vista da regionalização, os rendimentos dos ocupados e prestadores de serviços, quando recortados territorialmente, tornam evidente que os níveis médios são bem distintos, claramente no Brasil Não Metropolitano, que apresentam mais baixos rendimentos tanto na distribuição média como na mediana (Gráfico 3).

GRÁFICO 3: MÉDIAS E MEDIANAS DO RENDIMENTO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2010



FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Ao analisar o recorte do Brasil Não Metropolitano e Brasil Metropolitano, verifica-se que neste último, as regiões metropolitanas localizadas no Sudeste e Sul se destacam bem mais, com maiores rendimentos médios e medianos. Esse é o caso da Região Metropolitana (RM) de São Paulo, seguida das RMs de Curitiba e Porto Alegre. No Centro-Oeste, a RM de Brasília se destaca, aproximando-se das RMs do Sudeste. No Norte, apesar da RM de Manaus ter despontado em 2018, ao longo das décadas, Belém manteve melhores rendimentos. Nas RMs do Nordeste, os rendimentos médios se aproximam mais aos do Brasil Não Metropolitano, embora Salvador, Recife e Fortaleza, respectivamente, sigam sendo as RMs que apresentam melhores rendimentos nesta região (Tabela 14). No Brasil Não Metropolitano, as RMs de Vitória e Maringá apresentam melhores rendimentos, seguidas da RM da Baixada Santista e dos demais municípios. No Nordeste, a RM de Natal apresenta melhor condição do que as RMs de João Pessoa e de Campina Grande, mas com algumas inflexões para João Pessoa (Tabela 15).

TABELA 14: EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO MÉDIO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS NAS REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL METROPOLITANO—1980-2018 (EM R\$)

REGIÃO METROPOLITANA	1980	1991	2000	2010	2018
Belém	1.089,55	1.193,36	964,11	1.124,04	1.094,14
Belo Horizonte	1.383,86	1.093,47	1.102,84	1.219,06	1.243,48
Brasília	1.572,78	1.471,79	1.418,48	1.537,26	1.569,95
Curitiba	1.437,06	1.498,85	1.315,69	1.450,03	1.502,49
Fortaleza	1.021,31	805,60	860,79	1.001,50	1.048,23
Goiânia	1.098,81	1.071,33	1.037,88	1.250,71	1.350,94
Manaus	1.383,39	1.724,75	1.108,82	1.237,06	1.137,29
Porto Alegre	1.530,83	1.382,32	1.285,73	1.371,20	1.436,79
Recife	1.021,47	901,55	874,61	1.026,03	1.059,94
Salvador	1.387,10	1.117,47	902,51	1.053,30	1.122,96
São Paulo	1.820,48	2.190,98	1.681,63	1.484,32	1.469,06
Rio de Janeiro	1.630,39	1.341,25	1.302,56	1.327,45	1.511,51

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

TABELA 15: EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO MÉDIO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS NAS REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL NÃO METROPOLITANO – 1980-2018 (EM R\$)

REGIÃO METROPOLITANA	1980	1991	2000	2010
Baixada Santista	1.789,01	1.639,76	1.543,92	1.483,87
Grande Vitória	1.321,40	1.117,67	1.082,92	1.287,95
Campina Grande	746,67	679,48	743,71	909,14
João Pessoa'	895,50	801,89	808,57	1.005,26
Maringá	990,28	883,89	1.092,59	1.306,40
Natal	895,93	895,66	874,93	1.091,91
Outros Municípios	1.111,51	1.008,26	994,25	1.112,12

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

TABELA 16: DISTRIBUIÇÃO POR RENDIMENTOS E SUBGRUPOS DE PRESTADORES DE SERVIÇOS NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018 (EM %)

BRASIL NÃO METROPOLITANO														
	A		B		C		D		E		F		G	
	1980	2018	1980	2018	1980	2018	1980	2018	1980	2018	1980	2018	1980	2018
Até R\$ 500	24,1	12,4	5,9	2,9	27,8	23,0	6,4	13,7	28,2	34,4	20,0	8,5	22,8	17,6
Acima R\$ 500 a R\$ 1.000	51,0	32,5	45,9	22,4	32,8	29,2	25,1	24,6	32,1	33,4	59,8	38,8	49,6	29,3
Acima de R\$ 1.000a R\$ 1.500	14,6	37,6	30,0	29,5	16,3	18,4	22,5	23,4	15,6	20,3	15,0	37,6	13,9	33,4
Acima de R\$ 1.500a R\$ 2.000	4,6	11,4	10,2	22,3	8,7	12,1	13,4	19,2	7,1	7,0	3,3	10,2	3,4	11,3
Acima de R\$ 2.000a R\$ 3.000	3,7	4,3	5,8	18,6	8,5	10,2	16,3	11,8	7,0	3,4	1,6	3,8	5,8	5,9
Acima de R\$ 3.000	1,9	1,8	2,2	4,3	5,9	7,1	16,3	7,2	10,0	1,5	0,4	1,1	4,5	2,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

BRASIL METROPOLITANO														
	A		B		C		D		E		F		G	
	1980	2018	1980	2018	1980	2018	1980	2018	1980	2018	1980	2018	1980	2018
Até R\$ 500	6,2	6,9	1,9	2,0	15,2	16,3	2,7	8,6	11,5	22,9	7,1	5,3	11,5	13,2
Acima R\$ 500 a R\$ 1.000	46,6	26,7	30,1	8,1	29,9	25,3	15,6	21,2	28,8	26,3	58,1	26,4	35,9	35,7
Acima de R\$ 1.000a R\$ 1.500	25,7	41,0	35,6	29,5	21,3	22,5	20,9	26,2	23,6	31,5	23,8	45,7	28,0	33,5
Acima de R\$ 1.500a R\$ 2.000	8,8	14,7	16,4	29,0	11,0	13,1	15,0	17,8	9,8	10,9	6,7	13,3	11,6	9,4
Acima de R\$ 2.000a R\$ 3.000	7,6	7,5	11,7	21,4	12,0	13,3	22,0	16,2	9,7	6,4	3,3	6,3	8,4	5,5
Acima de R\$ 3.000	5,1	3,3	4,2	10,0	10,6	9,5	23,8	9,9	16,5	2,1	0,9	3,1	4,6	2,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Legenda: Prestadores de serviços de alimentação, hotelaria e de bordos (A); Prestadores de serviços de segurança (B); Prestadores de serviços de estética e higiene pessoal (C); Prestadores de serviços de manutenção de equipamentos (D); Prestadores de serviços do cuidado pessoal (E); Prestadores de serviços de limpeza em geral e manutenção de edifícios (F); Outras prestações de serviços (G).

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Os rendimentos médios observados pelos seis subgrupos são marcados por rendimentos baixos, sendo inferiores a R\$ 3 mil (Tabela 16). Esse cenário geral dos rendimentos reflete diretamente na baixa proteção social em decorrência dos níveis de rendimentos em patamares muito baixos, cujo pagamento de contribuição é oneroso ao grupo de prestadores de serviços de forma geral. Todos os grupos, sem exceção, têm rendimentos de até R\$ 1 mil, seguidos de um contingente também muito significativo de rendimentos inferiores ou iguais a R\$ 500. Por outro lado, os rendimentos iguais ou superiores a R\$ 3 mil são residuais, que também não é um rendimento alto. Essa configuração de rendimentos é igual tanto no Brasil Metropolitano como no Brasil Não Metropolitano.

Considerações finais

Partiu-se do pressuposto de que a participação dos prestadores de serviços teve seu incremento relacionado ao avanço da urbanização e

da terceirização no Brasil, que se intensificou tanto nos territórios metropolitanos como nos territórios não metropolitanos (e tanto nas cidades grandes como nas médias e pequenas), expressando fenômenos tardios se comparado a outros países. A expansão no emprego terciário também foi um fato: desde o avanço do processo de industrialização, caracterizando o setor de Serviços como importante absorvedor de mão de obra urbana pouco qualificada, mas com capacidade de amortecer o impacto das crises econômicas sobre o emprego urbano.

Os prestadores de serviços desempenham majoritariamente atividades tradicionais, configurando trabalhos manuais de baixa complexidade intelectual. É um grupo ocupacional heterogêneo, que envolve a agregação de diversas atividades com diferentes níveis de estruturação quanto ao nível de remuneração, de instrução, de qualificação, de instrumentação manual e não manual. Esses trabalhadores também apresentam diferenciações quanto ao nível de especialização dos serviços prestados, sendo em geral precários e de baixa segurança individual ao trabalhador, com grande exposição a riscos, sobretudo, à saúde, entre outros.

Viu-se que os prestadores de serviços representam mais de 14% dos ocupados no Brasil (PNAD Contínua, 2018), ao passo que agregam 15,91% e 14,08% dos ocupados no Brasil Metropolitano e Brasil Não Metropolitano, respectivamente. Como sua característica principal é a heterogeneidade, isso pode repercutir sobre suas características ocupacionais, que, de modo geral, apresentam assimetrias especialmente quando analisadas pelos recortes territoriais e, também, quando observadas pelos seis subgrupos definidos: 1- Prestadores de Serviços em Alimentação, Hotelaria e de Bordos (A) ; 2- Prestadores de Serviços de Segurança (S) ; 3- Prestadores de Serviços de estética e higiene pessoal (E) ; 4- Prestadores de Serviços em Manutenção de Equipamentos (M); 5- Prestadores de Serviços do Cuidado Pessoal (C); 6- Prestadores de Serviços de Limpeza e em geral e manutenção de edifícios e outros serviços prestados (O).

A evolução da participação absoluta e relativa da categoria sugere que se trata de um grupo que vem mantendo e aumentando sua participação no Brasil ao longo das últimas décadas, parecendo indicar que absorve as flutuações do mercado de trabalho decorrentes

das crises econômicas. Por outro lado, seu aumento de 2010 para cá reflete, a título de indicação, a falta de capacidade de inserção desses trabalhadores em outras ocupações de maior qualificação e rendimentos, ao mesmo tempo que também pode absorver os desempregados advindos de outros grupos ocupacionais.

O subgrupo mais representativo, e que manteve participação estável ao longo do período analisado, são os Prestadores de Serviços de Limpeza e Administração de Edifícios ou espaços coletivos e outros serviços prestados, que apresentaram comportamento semelhante acima de 28% tanto no Brasil Não Metropolitano e no Brasil Metropolitano. Um grupo também representativo em 1980, mas que perdeu espaço ao longo das décadas, foram os Prestadores de Serviços do Cuidado Pessoal, cuja participação em 1980 era de 35%, chegando em 2018 com menos de 11%. Isso é interessante, considerando que, de 2010 para cá, ficou evidente o envelhecimento populacional, que pode impactar e demandar mais deste subgrupo.

O perfil sociodemográfico apresenta características sociais bastante indicativas de sua heterogeneidade. Mesmo que esses trabalhadores sejam acentuadamente do sexo masculino, as trabalhadoras ampliaram sua participação ao longo do período analisado. Em sua maioria, são brancos e pardos, com a ampliação da participação dos pretos, enquanto os demais grupos de cor/raça mostraram-se insignificantes. Quanto à idade, em sua maioria é composta de jovens e adultos, com baixa participação das pessoas acima de 65 anos. Esse perfil jovem e masculino é refletido nos níveis de escolaridade, que é bem baixo, e sem muita distinção entre o Brasil Metropolitano e o Brasil Não Metropolitano. Em geral, o perfil sociodemográfico indica um grupo social bastante suscetível à vulnerabilidade.

As condições de trabalho também remetem à situação de vulnerabilidade social da categoria. Em relação à posse de carteira assinada, observa-se um recuo no período analisado, principalmente no Brasil Não Metropolitano, enquanto os trabalhadores contraproprias cresceram. De modo geral, a jornada de trabalho é predominantemente longa, entre 40 e 48 horas trabalhadas. Em 1980, havia mais contribuintes tanto no Brasil Não Metropolitano quanto no Brasil Metropolitano, respectivamente, mais de 69% e 82%. Nas décadas seguintes, seguiram-se as perdas, alcançando

em 2018 mais de 61% e 66% nos recortes analisados. Os não contribuintes ampliaram-se especialmente no Brasil Metropolitano, território que dobrou essa condição entre 1980 a 2018. As condições ocupacionais são caracterizadas como precárias em termos de seguridade social e longas jornadas prevalecentes em cenários que se abrem para o grupo de prestadores de serviços de ocupações sem carteira e por conta própria.

Quanto aos rendimentos, a população ocupada apresenta rendimentos sempre maiores do que aqueles auferidos pelos prestadores de serviços em todas as décadas analisadas, tanto no Brasil Metropolitano como no Brasil Não Metropolitano. Em contrapartida, os prestadores de serviços metropolitanos apresentam rendimentos mais elevados do que os trabalhadores não metropolitanos.

Como vimos, organizar um estudo que trate dos trabalhadores dos serviços no Brasil é uma tarefa trabalhosa devido à sua elasticidade e abrangência e, também, pela heterogeneidade das atividades ocupacionais desse segmento por envolver situações de trabalho bem diversas como trabalhadores dos serviços especializados, trabalhadores dos serviços não especializado e biscateiros. Embora sejamos favoráveis à ideia de que o mercado de trabalho seja um só, reconhecemos os enormes desafios em analisar situações tão distintas e em apresentar um quadro mais definidor dos trabalhadores prestadores de serviços no Brasil no tempo e no espaço.

Zoraide Souza Pessoa é docente adjunta do Departamento de Políticas Públicas, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Pesquisadora do Núcleo Natal do Observatório das Metrôpoles.

Maria do Livramento Miranda Clementino é docente titular do Departamento de Políticas Públicas, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Coordenadora do Núcleo Natal do Observatório das Metrôpoles.

Járvys Campos é docente adjunto do Departamento de Demografia e Ciências Atuariais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Referências

- ARAÚJO, J. B.; CLEMENTINO, M. L.; FINATTI, R. *et al.* Economias metropolitanas e desenvolvimento regional: uma proposta de classificação das atividades econômicas. IN: Congresso do Observatório das Metrôpoles 20 anos – As Metrôpoles e o Direito à Cidade: Dilemas, Desafios e Esperanças, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 3 a 7 dez. 2018.
- ARENDDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1981.
- BALTAR, P. Estagnação da economia, abertura e crise do emprego urbano no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 5, n. 1, pp. 75-111, jun.1996.
- BROWNING, H. C; SINGELMANN, J. **The Emergence of a Service Society**. Springfield, VA: National Technical Information Service, 1975.
- CANO, W. **Desconcentração produtiva regional do Brasil (1970-2005)**. São Paulo: Editora da UNESP, 2008.
- CANO, W. **Ensaio sobre a Crise Urbana do Brasil**. Campinas: UNICAMP,2011.
- DEDECCA, C. S.; BALTAR, P. Mercado de Trabalho e Informalidade nos anos 90. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 27, número especial, pp. 65-84, 1997.
- DINIZ, A. P. R.; SOUZA, M. M. P.; CARRIERI, A. P.; et al. “SER GARÇOM NÃO É SOMENTE CARREGAR BANDEJA...”:ESTRATÉGIASDISCURSIVO-IDENTITÁRIAS DE GARÇONS. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 3, pp. 695-705, 2013.
- GUIMARÃES NETO, L. **Terciário em Pernambuco**: assessoria, consultoria e planejamento. Recife: Facepe, Governo do Estado de Pernambuco, 2003.
- GUIMARÃES NETO, L.; MONTEIRO, V. **O setor terciário de Pernambuco**: um estudo exploratório. Recife: Facepe, Governo do Estado de Pernambuco, 2002.
- MELO, H. P.; ROCHA, F.; FERRAZ, G.; *et al.* **O setor serviços no Brasil**: uma visão global - 1985/95. Rio de Janeiro: IPEA, março de 1998. (Texto para discussão n. 549).
- OLIVEIRA, J. M.; SOUSA, A. G. **Heterogeneidade estrutural no setor de serviços brasileiro**. IPEA: Radar n. 14, jul. 2011.
- POCHMANN, M. **O Trabalho sob Fogo Cruzado**. São Paulo: Contexto, 1999.
- SILVA, R. A. **Evolução recente do terciário (serviços) no Brasil**. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2009.
- SOUZA, K. C. C.; BOEMER, M. R. O Significado do Trabalho em Funerárias sob a perspectiva do trabalhador. **Saúde e Sociedade**, v.7, n. 1, pp. 27-52, 1998.

Anexo 1

Ocupações do Grupo de Prestadores de Serviço

Ocupações do Grupo Prestadores de Serviços	Composição Subgrupos Prestadores de Serviços
Taifeiros	Prestadores de Serviços em Alimentação, Hotelaria e transporte aéreo (A)
Camareiros, roupeiros e afins	
Cozinheiros	
Garçons, barmen e copeiros	
Atendentes de bar e lanchonete	
Maitre d'hotel	
Maitre no serviço de alimentação	
Trabalhadores dos serviços direto aos passageiros	
Auxiliares de serviço de bordo	
Atendentes de bar	
Balconistas dos serviços de alimentação	
Preparadores de comidas rápidas	
Ajudantes de cozinha	
Guardas e vigias	
Vigilantes e guardas de segurança	
Bombeiros (exclusive do Corpo de Bombeiros)	
Guardadores de automóveis	
Trabalhadores dos serviços de proteção e segurança não classificados anteriormente	Prestadores de Serviços pessoais de estética, higiene e limpeza (E)
Cabeleireiros	
Barbeiros	
Maquiadores, depiladores e esteticistas	
Manicuros e pedicuros	
Lavadeiras e passadeiras	
Engraxates	
Especialistas em tratamento de beleza e afins	
Trabalhadores nos serviços de higiene e embelezamento	
Tintureiros, lavadores e afins, à máquina e à mão	

Reparadores de equipamentos elétricos e eletrônicos (exceto aparelhos de áudio e vídeo)	Prestadores de Serviços em Manutenção de Equipamentos (M)
Reparadores de aparelhos de áudio e vídeo	
Instaladores e reparadores de equipamentos e aparelhos de telecomunicações	
Borracheiros	
Instaladores-reparadores de aparelhos de telecomunicações	
Mecânicos de instrumentos de precisão (exceto técnicos)	
Cortadores, polidores, jateadores e gravadores de vidros e afins	
Trabalhadores de laboratório fotográfico	
Encadernadores e recuperadores de livros (pequenos lotes ou a unidade)	
Reparadores de instrumentos de medição	
Reparadores de instrumentos musicais	
Reparadores de equipamentos e instrumentos médico-hospitalares	
Reparadores de equipamentos fotográficos	
Trabalhadores de manutenção de máquinas pequenas	
Mecânicos de manutenção de bicicletas e equipamentos esportivos e de ginástica	
Instaladores e mantenedores de sistemas de alarmes de segurança e de incêndio	
Mantenedores de elevadores, escadas e portas automáticas	
Reparadores de aparelhos eletrodomésticos	
Reparadores de equipamentos de escritório	
Mantenedores de equipamentos de lazer	
Mantenedores de carroçarias de veículos	
Trabalhadores elementares de serviços de manutenção	
Trabalhadores elementares de conservação de vias permanentes	
Reparadores de bicicletas e afins	
Mecânicos e reparadores de instrumentos de precisão	
Cortadores, polidores, jateadores e gravadores de vidros e afins	
Encadernadores e afins	
Mecânicos e reparadores em eletrônica	
Instaladores e reparadores em tecnologia da informação e comunicações	

Governantas e Mordomos (exclusive no serviço doméstico)	Prestadores de Serviços pessoais de cuidado ou outros (C)
Babás (exclusive no serviço doméstico)	
Atendentes de creche e acompanhantes de idosos	
Trabalhadores dos serviços funerais, Trabalhadores de funerárias e embalsamadores	
Trabalhadores auxiliares dos serviços funerais	
Acompanhantes e criados particulares	
Cuidadores de animais	
Trabalhadores de serviços pessoais não classificados anteriormente	
Cuidadores de crianças	
Ajudantes de professores	
Lavadeiros de roupas e passadeiros manuais	
Serventes	
Dedetizadores	
Jardineiros (exclusive na lavoura)	
Lixeiros, Coletores de lixo e material reciclável	
Porteiros e zeladores	
Ascensoristas	
Trabalhadores nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logradouros	
Catadores de sucata	
Trabalhadores nos serviços de administração de edifícios	
Lavadores de veículos	
Limpadores de janelas	
Outros trabalhadores de limpeza	
Classificadores de resíduos	
Varredores e afins	
Trabalhadores de limpeza de interior de edifícios, escritórios, hotéis e outros estabelecimentos	
Trabalhadores do sexo	
Outros trabalhadores dos serviços	
Astrólogos, adivinhos e afins	
Carregadores	
Mensageiros, carregadores de bagagens e entregadores de encomendas	
Pessoas que realizam várias tarefas	
Coletores de dinheiro em máquinas automáticas de venda e leitores de medidores	
Carregadores de água e coletores de lenha	
Outras ocupações elementares não classificadas anteriormente	

Trabalhadores dos transportes: aceleradores de fluxos ou amortecedores de estoques?

*Diogo David de Matos
Marcelo Gomes Ribeiro*

Introdução

Os transportes são uma atividade essencial para a organização social e econômica de qualquer sociedade. Fenômenos recentes da sociedade brasileira, como manifestações contra aumento de tarifas de ônibus¹, a greve dos caminhoneiros² e a expansão dos serviços de transporte e entrega de mercadorias mediada por plataformas digitais³, são ilustrativos da importância que os transportes têm para o funcionamento da vida cotidiana moderna, acentuadamente de quem vive nos grandes centros urbanos. Essa importância decorre do papel estruturante dos transportes na vida urbana na medida em que por meio deles também é possível realizar deslocamento de pessoas por longas distâncias e, sobretudo, a compressão espaço-temporal, principalmente quando os transportes estão vinculados aos sistemas de comunicação e informação (HARVEY, 2013).

¹ BRASIL se levanta em protesto contra aumento nos preços do transporte. **El País**. 12 de junho de 2013. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/el-pais/2013/06/12/o-brasil-se-levanta-em-protesto-contr-aumento-nos-precos-do-transporte.htm>. Acesso em 14 set. 2020.

² GREVE dos caminhoneiros: a cronologia dos 10 dias que pararam o Brasil. **BBC News Brasil**. 30 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44302137#:~:text=Pouco%20a%20pouco%2C%20o%20Brasil,pa%C3%ADs%20%C3%A0%20beira%20do%20colapso>. Acesso em 14 set. 2020.

³ 12H POR DIA, 7 dias por semana, R\$ 936: como é pedalar fazendo entregas por aplicativo. **Estadão**. 15 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/infograficos/economia,12h-por-dia-7-dias-por-semana-r-936-como-e-pedalar-fazendo-entregas-por-aplicativo,1034668>. Acesso em 14 set. 2020.

No entanto, os fenômenos supracitados também ilustram outras dimensões relativas aos transportes para além de sua dimensão estruturante. Uma segunda dimensão que podemos salientar diz respeito ao fato de que alguns dos conflitos sociais contemporâneos significativos giram em torno dos transportes, conferindo a eles certa centralidade, o que é observado no desabastecimento de produtos essenciais para a reprodução social, na dificuldade de deslocamento de pessoas no espaço urbano e, mais ainda, nos problemas relativos às desigualdades no mercado de trabalho e nos processos de exploração do trabalho nele envolvidos. No momento atual, a paralisação de qualquer dessas atividades tem efeito de interrupção (parcial ou total) do funcionamento da organização social e econômica da sociedade contemporânea.

Outra dimensão ilustrada por esses fenômenos diz respeito aos efeitos que mudanças conjunturais e estruturais da economia têm sobre o setor dos transportes. O aumento do preço dos combustíveis (ou o aumento da tarifa de ônibus) expressam essas mudanças econômicas conjunturais, que afetam o custo de vida dos trabalhadores que têm no transporte uma de suas condições de sobrevivência e, também, o custo de vida das pessoas que dependem do transporte coletivo para poder se deslocar. Porém, estão implícitas nesses eventos mudanças econômicas estruturais – desde a histórica opção pelo rodoviarismo até o incentivo à utilização de veículos individuais em detrimento do transporte coletivo –, bem como transformações tecnológicas, seja nos próprios meios de transporte, seja nas formas de articulação entre oferta e demanda.

O fato é que, na última década, o setor de transportes ganhou grande atenção pública. Dessa entrada dos transportes na cena social, econômica e política brasileira emergem seus atores fundamentais: os trabalhadores dos transportes. Isso porque não se pode tratar dos conflitos em torno dos transportes sem considerar os seus trabalhadores, tendo em vista que essa é uma atividade que depende essencialmente do trabalho para poder ser realizada. Por esse motivo, o objetivo deste capítulo é analisar a evolução das condições de trabalho e do perfil social dos trabalhadores dos transportes nas últimas quatro décadas, entre

1980 e 2018 no Brasil, mas com destaque para suas metrópoles, tendo em vista a importância desse grupo ocupacional para a sociedade e economia do país.

Podemos observar, também, que esse grupo ocupacional dos trabalhadores dos transportes é muito heterogêneo e essa característica é constatada de diversas formas, como veremos adiante. Talvez por isso os estudos existentes dificilmente tratam desse grupo ocupacional de modo conjunto. Neste sentido, este trabalho contribui tanto na perspectiva de traçar elementos comuns aos trabalhadores dos transportes, quanto na perspectiva de explorar a comparação entre eles. Porém, para uma análise de média-longa duração (quatro décadas) em nível nacional, seria muito difícil realizá-la no escopo deste trabalho a partir de investigações de cunho mais qualitativo. Por esse motivo, a análise empreendida resulta de um esforço de compilação de dados estatísticos obtidos nos censos demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010 e na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) Contínua (PNAD) de 2012 e 2018, realizadas e divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O capítulo está organizado em cinco seções, além desta Introdução e das Considerações Finais. No item 1, é apresentado um breve histórico do setor de transportes no Brasil e suas transformações recentes. No item 2, é apresentada uma revisão da literatura sobre algumas características do trabalho no setor de transportes e características socioeconômicas dos trabalhadores correspondentes. No item 3, caracterizamos o perfil sociodemográfico desse grupo e, no item 4, suas condições de trabalho. No item 5, analisamos os rendimentos do trabalho, discriminando os subgrupos dos trabalhadores dos transportes, com enfoque no Brasil Metropolitano.

1. O setor de transportes e sua história no Brasil

Os transportes são uma atividade econômica do setor terciário e configura-se como um trabalho imaterial de prestação de serviço. A característica fundamental dos transportes é o deslocamento de mercadorias e de pessoas, elo essencial entre a cadeia produtiva

e a mobilidade urbana. Neste sentido, em muitas classificações do setor terciário, os serviços de transportes são considerados serviços distributivos.

A história dos transportes no Brasil se caracteriza pela prevalência do modal rodoviário desde os anos 1950, modal este indissociável dos processos de urbanização e de políticas deliberadas de incentivo e investimento do Estado tanto na construção de infraestrutura rodoviária quanto na ascensão da indústria automobilística no período de 1940 a 1980. Embora ainda existam trabalhadores alocados em outros modais e em outras ocupações, a grande maioria deles é formada por motoristas, seja de caminhão, seja de ônibus, automóvel ou motocicleta.

Além da categorização por modais (ferroviário, aquaviário, dutoviário e aéreo), os serviços de transporte também podem ser classificados pelo objeto de transporte (de carga ou de passageiros), distância percorrida (rota longa ou rota curta), quanto à natureza do serviço (público ou privado), característica do serviço (coletivo ou individual, no caso do transporte de passageiros), tipo de produto transportado (no caso do transporte de cargas) ou quanto ao tipo de veículo utilizado. Essas categorias implicam diferenças na essência do serviço em si e nas estruturas econômicas e relações de trabalho.

Diferentemente do modo ferroviário (que foi estatizado em 1956 e novamente privatizado na década de 1990), o transporte rodoviário de cargas sempre foi de domínio da iniciativa privada. Nos primórdios da atividade, prevalecia a atuação de motoristas autônomos ou transportadores individuais. A partir da década de 1940, começaram a surgir as primeiras empresas transportadoras num mercado que tradicionalmente era caracterizado pelo grande número de pequenas empresas e num cenário marcado pela alta informalidade e concorrência e baixa regulamentação. Foi somente a partir dos anos 1970 quando o transporte de cargas se estruturou em bases empresariais, com a entrada de capital estrangeiro e a constituição de empresas maiores, com veículos mais modernos e especializados. Dos anos 1980 em diante, observou-se uma queda de rendimento dos autônomos, maior atuação das empresas agenciadoras, uma menor autonomia dos

motoristas diante delas e um cenário de maior concentração do capital no setor, com redução da participação dos autônomos, embora estes ainda fossem responsáveis por grande parcela dos caminhões em circulação no país (KAPRON, 2011).

No transporte urbano, o mesmo processo de transição intermodal aconteceu a partir dos anos 1950, especialmente no caso de cidades maiores, como Rio de Janeiro e São Paulo, que cresceram em torno do transporte ferroviário (trens e bondes). O transporte rodoviário coletivo por ônibus e lotações, organizado de modo informal e altamente competitivo no início, passou a ser regulamentado na década de 1960. No caso das cidades com domínio privado, a lógica de controle da concorrência por meio da concentração de capital e delimitação de monopólios espaciais, segundo Caiafa (2002), permaneceu ao longo das décadas. A autora destaca o traço da perpetuação e da continuidade dessa característica nos sistemas de ônibus, marcados pelas fusões e aquisições e pela atuação dos mesmos grupos familiares.

Os anos 1990 foram de profundas transformações na economia brasileira a partir da abertura econômica e do processo de reestruturação produtiva, que inseriu o Brasil na dinâmica da globalização e de processos que vinham ocorrendo nos países centrais, com impactos para o setor de transportes⁴. As inovações organizacionais promoveram a redução do volume de estoques e a dispersão da produção, dando origem a complexas cadeias logísticas em que a racionalização do tempo foi cada vez mais crucial. Cresceram arranjos mais complexos de transporte e as empresas-líderes do setor buscaram diversificar sua atuação ao oferecer outros serviços de logística e visando à multimodalidade, além de flexibilizar outros aspectos de sua produção, como a terceirização da frota e da mão de obra (CHAHAD; CACCIAMALI, 2005). As empresas maiores e mais intensivas em capital conseguiram atrair cargas de maior volume e valor, mas o volume de cargas permaneceu sendo disputado por muitas pequenas empresas e motoristas autônomos e, por conta disso, o mercado permaneceu pulverizado (SANTOS, 2007).

⁴ No campo institucional, destaca-se também a privatização do transporte ferroviário e a constituição do regime de concessão das rodovias brasileiras.

Ademais, o transporte urbano passou por grandes transformações nos anos 1990, década que marcou a crise do transporte público (MATELA, 2015). A conformação de oligopólios no transporte público urbano, ancorados numa política de baixa concorrência, prejudicou a modernização das empresas e fez com que as tarifas aumentassem e a qualidade do serviço se deteriorasse. Paralelamente, o crescimento da indústria automobilística, os incentivos à compra de automóveis e os investimentos em infraestrutura priorizando o automóvel fizeram crescer a demanda por transporte individual, que se igualou ao uso de transporte coletivo em 2005 (VASCONCELLOS, 2013).

Os anos 1990 também foram marcados pela introdução das motocicletas no Brasil, cujo uso se massificou nas décadas seguintes. A frota nacional passou de 2 milhões em 1992 para 11 milhões em 2008 (VASCONCELLOS, 2008), e mais do que dobrou dez anos depois, atingindo 26,7 milhões em 2018 (RODRIGUES, 2019). A grande maioria das motocicletas é utilizada como meio de deslocamento casa-trabalho-casa, mas uma parcela delas é também utilizada como instrumento de trabalho no setor de transportes. Um desses usos é o serviço de entregas, que aparece como uma resposta à demanda por fluxos de informação e comunicação entre as empresas que fazem entrega em domicílio, constituindo a atividade dos *motoboys* (RIZZI, 2011). Esse segmento surge da confluência do interesse pela rapidez das entregas (especialmente em cidades com alto grau de congestionamento) com o interesse por novas oportunidades de emprego para jovens num cenário de alto desemprego (VASCONCELLOS, 2008).

As motocicletas também passam a ser utilizadas no transporte de passageiros em conjunto a outras modalidades do chamado transporte alternativo ou informal, composto por vans, peruas e mototáxis. Esse tipo de transporte ganhou força nos anos 1990 em consequência da baixa qualidade e baixa capilaridade do transporte coletivo (especialmente no atendimento às periferias urbanas), além da crise do mercado de trabalho na mesma década. Em razão de sua maior flexibilidade de horários, tarifas e itinerários, bem como por constituir uma alternativa de emprego, o transporte alternativo passou a corresponder parcela relevante da mobilidade nas cidades

brasileiras – chegando a 10% do mercado de transportes urbanos (MAMANI, 2004) –, competindo com as formas regulamentadas de transporte e, por isso, gerando conflitos. Esse mercado abriu espaço para operadores independentes, cuja maioria dos veículos é gerida pelos proprietários articulados em associações (BALASSIANO; BRAGA, 1999). Existe, além disso, um padrão regional nas modalidades de transporte alternativo, pois, segundo estudo da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU *apud* SANTOS, 2007), nas cidades com mais de 300 mil habitantes, predominam vans, peruas e automóveis, ao passo que nas cidades menores predomina o serviço de mototáxi.

A partir dos anos 2010, o transporte urbano (e, em especial, o trabalho nesse setor) vem passando por transformações radicais com o advento dos aplicativos de plataforma digital. Surgidas no bojo da propagada “economia do compartilhamento”, empresas de tecnologia desenvolveram plataformas que conectam passageiros a motoristas não licenciados, criando um mercado paralelo ao mercado de táxis que funciona a partir de permissões. Fundada em 2010 nos EUA, a Uber tornou-se a grande vitoriosa e empresa-símbolo desse mercado, expandindo-se para outros países como o Brasil, em 2014. Originalmente voltada para o serviço de carros de luxo, a Uber entrou no segmento popular e conquistou sua expansão graças a uma sucessão de aportes de fundos de capitais de risco (SLEE, 2017). Outras empresas, como Cabify e 99, também passaram a atuar no mesmo mercado. Por atuarem fora das regulamentações destinadas aos táxis (isto é, sem necessidade de licença), além de evitar custos com seguros e impostos, essas empresas incitaram conflitos entre taxistas e governos quando surgiram e se popularizaram. Com o passar dos anos, a demanda pelos aplicativos aumentou ainda mais, fazendo reduzir não só a demanda pelo serviço de táxi convencional bem como a demanda pelo transporte público coletivo.

Na esteira do transporte de passageiros, esse modelo se generalizou para o de transportes de mercadorias de rota curta (ou setor de entregas rápidas). Empresas como iFood, Rappi e a própria Uber, através do segmento Eats, vêm praticando esse modelo de capitalismo de plataforma na entrega de alimentos e produtos de supermercados e farmácias. A expansão não se deu apenas pelo setor

de atuação, mas também pelo meio de transporte, que incluiu o uso de motocicletas e, mais recentemente, de bicicletas. Embora ainda não esteja presente no Brasil, esse modelo também vem se expandindo para o transporte de carga, com o segmento Uber Freight.

As empresas alardeiam os altos rendimentos dos motoristas-parceiros, assim como as vantagens da flexibilidade, embora não informem sobre os custos dos motoristas (SLEE, 2017). Por ser um mercado de trabalho com baixas barreiras à entrada – por exigir baixa qualificação –, o transporte de aplicativo converteu-se no principal setor de absorção de mão de obra ociosa nos centros urbanos neste cenário de alto desemprego vivido desde a recessão de 2015 e 2016, atraindo, inclusive, mão de obra qualificada.

2. Constituição histórico-social dos trabalhadores dos transportes

Por se tratar de um grupo ocupacional específico e, ainda assim, heterogêneo, são praticamente inexistentes os estudos sobre os trabalhadores dos transportes tomados como um todo⁵. Os estudos que abordam o trabalho nesse setor tratam, em geral, de categorias específicas, como caminhoneiros e motoristas de ônibus, que se diferenciam tanto pelas condições de trabalho quanto por suas identidades profissionais. Destacam-se, nesta seção, os principais apontamentos da literatura sobre a inserção ocupacional desses trabalhadores, suas relações de trabalho e suas condições de trabalho e de saúde.

Como salientado, o grupo ocupacional dos trabalhadores dos transportes, na forma como ele existe atualmente, se constituiu a partir da expansão do rodoviarismo no pós-Segunda Guerra Mundial. A partir daí se desenvolveram as principais ocupações, que são os condutores (ou motoristas) de caminhões, ônibus e automóveis, assim como ocupações auxiliares, a exemplo de cobradores, fiscais, despachantes e trabalhadores de carga e descarga de mercadorias. Também estão nesse grupo ocupações mais antigas, como marinheiros, maquinistas e guarda-freios

⁵ A exceção é o terceiro capítulo da dissertação de Moysés Moreira Santos (2007).

(condutores nos modais aquaviário e ferroviário). Contudo, são os motoristas os principais representantes desse setor e que, portanto, receberam a maior atenção da literatura.

Logo, os trabalhadores dos transportes são heterogêneos quanto ao segmento⁶ em que atuam (e mesmo internamente a eles). Nesse mesmo grupo estão compreendidos motoristas de caminhão, motoristas de ônibus, cobradores, taxistas, *motoboys*, condutores de trem e metrô, motoristas particulares etc. Os próprios motoristas de caminhão, por exemplo, se diferenciam dos demais pelas distâncias percorridas, pelo tipo de produto transportado e pela relação de trabalho marcada, sobretudo, pela relação de propriedade do veículo. Logo, entender o trabalho nos transportes e a forma como ele responde às transformações no mundo do trabalho passa necessariamente pela compreensão desses diferentes segmentos. Por outro lado, é possível afirmar que esses diferentes segmentos são homogêneos quanto à essência da atividade que exercem, quanto ao nível de qualificação exigido por sua ocupação e, também, por muitas das condições de trabalho a que estão submetidos, como se verá adiante.

A forma como essas diferentes ocupações se desenvolveram ao longo do tempo depende, por sua vez, da maneira como seus segmentos de atividade econômica se desenvolveram. Como visto, o mercado de trabalho dos motoristas de caminhão sempre esteve segmentado entre os motoristas-empregados e os motoristas-autônomos. A partir dos anos 1990, cresceram as formas de terceirização e as associações entre motoristas-autônomos e empresas, criando relações maiores de dependência entre aqueles para com essas últimas. Esses trabalhadores podem se dividir entre autônomos “agregados” e “terceirizados”: os agregados trabalhariam regularmente para a mesma empresa, enquanto os terceirizados trabalhariam de forma esporádica (KAPRON, 2011). As relações entre empresas e autônomos, por sua vez, são, muitas vezes, relações de emprego “encobertas”, como afirmam Chahad e Cacciamali (2005), pois os motoristas exercem as mesmas atividades e dependem das empresas.

⁶ Segmento aqui é entendido como a combinação de categorias dos transportes, como modal, finalidade, veículo, distância etc. Por exemplo, transporte rodoviário de mercadorias de rota curta.

Apesar de um nível razoável de trabalho com carteira assinada, existe uma alta incidência de relações contratuais precárias no transporte rodoviário de carga em razão da grande prevalência de pequenas empresas. Muitas das vezes, as próprias formas de remuneração são semelhantes entre autônomos e empregados, baseadas em quilômetro rodado ou volume do frete (SANTOS, 2007; KAPRON, 2011). Como ressalta Santos (2007), contudo, a prevalência da informalidade é uma exclusividade do transporte rodoviário, praticamente inexistindo em outros modais, pelo menos até o final da primeira década do século XXI. No transporte rodoviário de passageiros, desde a extinção dos chamados lotações, a informalidade só voltou a aparecer nos anos 1990 diante do crescimento do segmento informal do transporte urbano. Vale ressaltar que a grande maioria das ocupações dos transportes se dá no setor privado. Aqueles setores que eram de controle estatal, como o transporte ferroviário e alguns poucos segmentos do transporte rodoviário, foram privatizados na década de 1990.

Destaca-se a especificidade das relações de trabalho no transporte público individual (táxi), pois predomina nesse segmento o trabalho autônomo. Por exemplo, segundo a Associação das Empresas de Táxi do Município de São Paulo, havia 30.483 táxis de pessoas físicas no município de São Paulo em 2015, contra 3.491 de pessoas jurídicas (divididos entre 58 empresas). Por ser regulamentado, esse serviço funciona a partir de permissões ou alvarás emitidos pelas prefeituras, dos quais nem todos os taxistas são titulares – figurando como auxiliares ou como locatários.

Mais recentemente, o transporte de aplicativo, ao operar à margem da regulamentação do serviço de táxi, vem apresentando uma configuração laboral específica conhecida como *plataformização* do trabalho. No modelo lançado pela Uber, a empresa se coloca como fornecedora do serviço da plataforma digital que, por sua vez, conecta ofertantes e demandantes de transporte, enquanto os motoristas são vistos como “parceiros” que contratam o serviço da Uber (mediante pagamento de uma taxa por corrida) para se conectar aos passageiros. Dessa maneira, os motoristas trabalham como autônomos

em automóveis administrados por eles mesmos (próprios ou alugados) e são concebidos não como trabalhadores, mas como “empreendedores”. Por outro lado, a empresa tem total e exclusivo controle sobre as informações geradas pelo trabalho dos motoristas, bem como sobre as tarifas e taxas cobradas, de forma que, na verdade, a relação de trabalho de “parceria” camufla tensionamentos entre empregador e empregado.

Como se verá adiante, os trabalhadores dos transportes apresentam condições socioeconômicas próximas às da média da população, mas se distinguem por suas condições adversas de trabalho, sobretudo em relação a jornadas muito extensas. Essa é uma questão que aparece em todos os estudos sobre esse grupo e em diferentes segmentos, embora com destaque para os caminhoneiros. O caso dos caminhoneiros é emblemático em razão das longas distâncias percorridas no transporte rodoviário de carga, caracterizando jornadas diárias historicamente superiores a 12 horas (KAPRON, 2011). Também entre motoristas de táxis e automóveis, em geral, as jornadas são muito extensas. Já entre os motoristas de ônibus, porque percorrem distâncias menores e porque são, em sua maioria, empregados com carteira, as jornadas costumam ser menores. Contudo, Caiafa (2002) destaca a intensidade do ritmo de trabalho e o fato de que se trabalha recorrentemente algumas horas a mais, além de ser arraigada a prática da “dobra” de turno, que é remunerada informalmente. Além disso, vem crescendo a proporção de motoristas que exercem dupla função – isto é, que trabalha ao mesmo tempo como motorista e cobrador de ônibus.

Em todos os ramos de transporte, soma-se às longas jornadas uma série de outras adversidades e contingências no processo de trabalho que contribui para precarizar as condições laborais, como engarrafamentos, assaltos, roubos de carga, deterioração das vias, pressão psicológica para cumprimento de metas logísticas, ausência de locais de descanso etc. Todos esses fatores, portanto, contribuem para sujeitar essa categoria a inúmeros problemas de saúde associados ao trabalho, tanto no Brasil como no mundo. Motoristas estão altamente relacionados à fadiga e privação de sono, sedentarismo, maus hábitos alimentares, uso de psicoestimulantes,

bem como a problemas físicos decorrentes da vibração dos motores, exposição à fumaça e má ergonomia dos veículos (VAN DER BEEK, 2012; BERRONES SANZ, 2017).

Mesmo que focadas nos trabalhadores dos transportes sob abordagens diferentes da nossa, algumas pesquisas proporcionam um retrato desse grupo. Santos (2007) é um dos únicos autores a pesquisar o conjunto dos trabalhadores dos transportes mediante exploração dos microdados da PNAD. Contudo, diferentemente deste presente trabalho, o autor classifica esses trabalhadores pelo setor de atividade, não pela ocupação. Santos (2007) mostra que o grupo se aproxima a um padrão médio da população não agrícola em relação a vários parâmetros (como escolaridade, faixa etária e posição na ocupação), distinguindo-se dela apenas pela elevada predominância masculina (superior a 90%) e pela extensa jornada de trabalho.

Quanto ao rendimento, Santos (2007) aponta que os trabalhadores dos transportes obtêm uma renda média 50% superior à média dos ocupados não agrícolas, com sensíveis diferenças entre os diferentes segmentos (nas quais aqueles ocupados no transporte aéreo e aquaviário obtêm os maiores rendimentos e os ocupados no transporte de carga obtêm rendimentos superiores aos ocupados no transporte urbano). Ao controlar pelas horas trabalhadas e pela posição na ocupação, contudo, constata-se que os transportadores ganham em média o mesmo que os ocupados não agrícolas.

Outra referência estatística nesse campo são os anuários e relatórios de agências e confederações do ramo dos transportes, dentre os quais se destacam algumas pesquisas recentes da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), que buscaram traçar o perfil de caminhoneiros – empregados e autônomos – (2016), taxistas (2016) e motoristas de ônibus urbanos (2017). Essas pesquisas foram baseadas em entrevistas realizadas nas capitais e em cidades do interior dos 12 estados mais populosos do país e revelam especificidades e diferenças entre essas ocupações que as pesquisas domiciliares não permitem analisar.

Segundo essas três pesquisas realizadas pela CNT, os motoristas de ônibus apresentam maior nível de escolaridade, seguidos pelos taxistas e, por último, pelos caminhoneiros. Além

disso, 91,8% dos motoristas de ônibus afirmam ter realizado algum curso de qualificação para entrar na profissão e afirmam que a maioria das empresas exige isso como condição para contratar. O padrão, entretanto, se inverte quando analisamos a renda mensal. Os motoristas de ônibus têm a menor renda líquida mensal (R\$ 2.154,79), seguidos pelos taxistas (R\$ 2.675,42). Os caminhoneiros possuem renda líquida mensal bem superior (R\$ 3.892,84), mas com sensíveis diferenças entre autônomos (R\$ 4.113,31) e empregados de frota (R\$ 3.892,84).

Cabe destacar, por fim, que apenas 45,8% dos taxistas são permissionários (titulares da permissão). Dentre os não permissionários, 71,6% são auxiliares e 24,3% são locatários. As formas de remuneração do permissionário se alteram entre valores fixos ou variáveis, diários ou mensais. Além disso, apenas 54,8% são proprietários do veículo. No caso dos caminhoneiros, a amostra seguiu critério pré-definido, sendo 68,4% autônomos e 31,6% empregados.

3. Características gerais dos trabalhadores dos transportes

Neste artigo, realizamos uma análise das ocupações de trabalhadores dos transportes a partir dos dados dos Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010 e da PNAD Contínua de 2012 e 2018 de modo a traçar um panorama desse grupo ocupacional nestas últimas quatro décadas. Esse grupo corresponde, nas diferentes classificações ocupacionais, a condutores e a operadores de veículos e equipamentos de transportes em geral, entregadores, fiscais e cobradores, excluídos aqueles em posição de empregadores. As análises seguirão um recorte espacial que delimita o Brasil Metropolitano, compreendido pelas 12 metrópoles do país, segundo a pesquisa Regiões de Influência das Cidades (REGIC)⁷, e o Brasil Não Metropolitano.

⁷ São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro, Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Recife, Salvador, Goiânia, Porto Alegre e Manaus.

Para a análise dos diferentes subgrupos dos trabalhadores dos transportes, de modo a verificar se há heterogeneidade interna, utilizamos como critério de classificação a própria ocupação, considerando que as distinções por tipo de veículo podem ser mais significativas do que pelo setor de atividade. As classificações ocupacionais de 1980 e 1991 não permitem desagregar os motoristas e a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)-Domiciliar (utilizada no Censo 2000) adota um critério diferente da Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares (utilizada no Censo 2010 e na PNAD Contínua). Portanto, na análise dos subgrupos, trabalharemos apenas com o período mais recente. Mas, para realizar uma análise comparativa mais rigorosa, optamos por utilizar a PNAD Contínua 2012 em vez do Censo 2010, e com foco no Brasil Metropolitano.

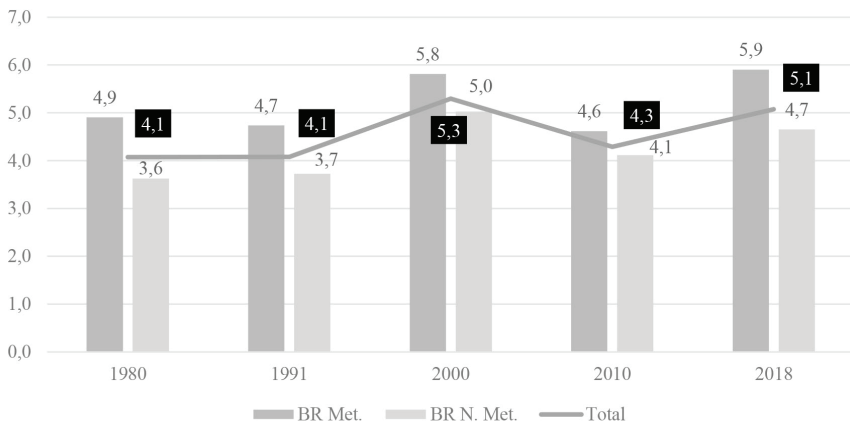
Desta maneira, trabalharemos com os seguintes subgrupos: trabalhadores do transporte por tração animal e pedais (TAP); trabalhadores do transporte marítimo (TM); trabalhadores do transporte ferroviário (TF); fiscais e cobradores (FC); condutores de motocicletas (CM); condutores de automóveis, táxis e caminhonetes (CA); condutores de ônibus (CO); e condutores de caminhões (CC). Considerando que os três primeiros subgrupos representam frações muito pequenas, para fins de simplificação, em alguns momentos aparecerão agrupados como trabalhadores do transporte não rodoviário (NR).

Os trabalhadores dos transportes, de 1980 a 2018, tiveram participação na população ocupada do país variando entre 4,1% e 5,3%, conforme apresentado no Gráfico 1. Esse grupo ocupacional teve participação maior na população ocupada no Brasil Metropolitano do que no Brasil Não Metropolitano, mas essa diferença tende a se reduzir ao longo do tempo. O que mais se destaca no Gráfico 1 é a oscilação da participação desse grupo ocupacional em razão de seu expressivo crescimento entre 1991 e 2000 e entre 2010 e 2018. Considerando o fato de que a década de 1990 e o período 2015-2018 são tidos como períodos de crise no mercado de trabalho brasileiro, esse resultado coincide com a observação de que o setor de transportes foi, em ambas as situações, um grande polo de absorção de mão de obra quando o país apresentava elevação na taxa de desocupação.

Essa possibilidade de absorção de mão de obra, servindo como amortecedor social em momentos de crise, apenas foi possível porque a maioria das ocupações deste grupo requer somente, para seu exercício, que as pessoas estejam habilitadas a dirigir e que tenham acesso a algum tipo de veículo exigido na atividade a ser realizada – por meio de compra, aluguel ou concessão nas situações em que são empregados. Em geral, satisfeitas essas exigências, não haveria barreiras à entrada na maioria das atividades dos trabalhadores dos transportes – à exceção dos taxistas e de outras ocupações, cujos ofícios exigem outros tipos de formação.

Apesar da participação mais elevada dos trabalhadores dos transportes na população ocupada observada no Brasil Metropolitano em comparação ao Brasil Não Metropolitano, é nesse último recorte espacial onde se apresentava a maior quantidade absoluta de trabalhadores do setor (Tabela 1). Embora tenham ocorrido pequenas oscilações, os trabalhadores dos transportes no Brasil Metropolitano correspondiam a cerca de 40% do total de trabalhadores desse grupo ocupacional em todo o período analisado.

GRÁFICO 1: PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES DOS TRANSPORTES NA POPULAÇÃO NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) (%) – 1980-2018



FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

TABELA 1: POPULAÇÃO OCUPADA E TRABALHADORES DOS TRANSPORTES DO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018

ANO	POPULAÇÃO OCUPADA		
	TOTAL	BRASIL MET.	BRASIL N. MET.
1980	42.271.526	14.780.432	27.491.094
1991	55.293.313	19.260.927	36.032.386
2000	65.629.892	22.475.488	43.154.404
2010	86.353.839	30.361.509	55.992.330
2018	92.332.869	31.126.442	61.206.427
TRABALHADORES DOS TRANSPORTES			
1980	1.722.178	725.020	997.158
1991	2.254.745	912.857	1.341.888
2000	3.476.865	1.306.403	2.170.462
2010	3.706.058	1.402.062	2.303.996
2018	4.684.194	1.837.776	2.846.418

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Diante do exposto, como se distribuem os subgrupos ocupacionais dos trabalhadores dos transportes em ambos os contextos espaciais no período recente? Os principais subgrupos equivalem aos condutores de automóveis, táxis e caminhonetes e aos condutores de caminhões, correspondendo juntos a 69,4% em 2012 e a 70,6% em 2018 de todo o grupo ocupacional no país, conforme apresentado na Tabela 2. Apesar de o somatório da participação desses dois subgrupos ser praticamente o mesmo nos dois anos em questão, houve no período aumento da participação dos condutores de automóveis, táxis e caminhonetes em seis pontos percentuais e, por conseguinte, redução da participação do subgrupo dos condutores de caminhões.

Na comparação entre o Brasil Metropolitano e o Brasil Não Metropolitano, fica explícito que o aumento da participação dos condutores de automóveis, táxis e caminhonetes se deu com maior incidência no conjunto das metrópoles brasileiras, com aumento de 11 pontos percentuais entre 2012 e 2018, correspondendo neste último ano a uma participação de 47,5%. Isto é, quase a metade dos trabalhadores dos transportes no Brasil Metropolitano passou a ser de condutores de automóveis, táxis e caminhonetes. No Brasil Não Metropolitano, também houve aumento desse subgrupo ocupacional, mas com menor incidência, passando de 30,8% para 33,8% entre 2012 e 2018. De todo modo, o aumento proporcional

do subgrupo dos condutores de automóveis, táxis e caminhonetes, em contexto de aumento absoluto dos trabalhadores dos transportes, provavelmente decorre da incorporação de aplicativos de plataformas digitais, caracterizando que esse fenômeno, pelo menos até agora, foi principalmente metropolitano.

Apesar de oscilações pequenas, ocorrem dois fenômenos em ambos os contextos espaciais que não podem ser negligenciados. O primeiro é o aumento proporcional dos condutores de motocicleta, o que pode estar vinculado ao aumento da motorização no país e ao surgimento dos serviços de entrega de mercadorias mediados pelos aplicativos de plataformas digitais. O outro fenômeno observado é a redução da participação dos condutores de ônibus e dos fiscais e cobradores, principalmente no Brasil Metropolitano, que também se dá em termos absolutos. A redução desses dois subgrupos expressa o desestímulo ao transporte coletivo urbano em favor do transporte individual, que leva as empresas de transporte público à redução de frotas de veículos e à eliminação da função de cobradores já observadas em muitas metrópoles do país.

TABELA 2: PARTICIPAÇÃO DOS SUBGRUPOS OCUPACIONAIS DOS TRABALHADORES DOS TRANSPORTES NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 2012 E 2018 (EM %)

RECORTE	TRABALHADORES DOS TRANSPORTES						TOTAL (N)
	NR	FC	CM	CA	CO	CC	
	2012						
Brasil	2,2	4,5	11,1	33,0	12,7	36,4	4.437.983
Metropolitano	1,3	7,8	10,8	36,8	14,6	28,6	1.628.781
Não Metropolitano	2,7	2,6	11,4	30,8	11,6	40,9	2.809.202
	2018						
Brasil	2,0	3,7	13,0	39,1	10,6	31,5	4.684.194
Metropolitano	1,3	5,7	12,0	47,5	11,4	22,1	1.837.776
Não Metropolitano	2,5	2,5	13,6	33,8	10,1	37,6	2.846.418

FONTE: IBGE – PNAD Contínua (2012; 2018).

LEGENDA: trabalhadores do transporte não rodoviário (NR); fiscais e cobradores (FC); condutores de motocicletas (CM); condutores de automóveis, táxis e caminhonetes (CA); condutores de ônibus (CO); condutores de caminhões (CC).

Algumas dessas hipóteses se confirmam ao analisarmos a composição setorial dos estabelecimentos onde esses trabalhadores estão ocupados no Brasil Metropolitano. A maioria dos subgrupos está

empregada no setor de transportes, seja de carga, seja de passageiros. Porém, os condutores de motocicletas, condutores de automóveis e condutores de caminhões têm uma distribuição mais complexa. Os condutores de motocicletas também têm participação relevante no comércio, no setor de alojamento e alimentação e, principalmente, em outras atividades de transportes, que, nesse caso, correspondem a atividades de malote e entrega. O crescimento da participação desses dois últimos setores reflete, portanto, o crescimento das atividades de entrega, seja em relações diretas de emprego em restaurantes e empresas, seja como terceirizados e autônomos.

Entre os condutores de caminhão metropolitanos, destaca-se o relevante papel e a forte queda da participação no setor industrial – queda que foi de 50.089 ocupados, em números absolutos – decorrente da intensa crise da indústria no período. Por fim, os condutores de automóveis têm atuação em todos os setores, mas chama a atenção o elevado crescimento de 20 pontos percentuais da participação do transporte de passageiros, corroborando a hipótese de que o crescimento desse subgrupo se deu em razão do fenômeno dos aplicativos digitais.

TABELA 3. DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DE SUBGRUPOS SELECIONADOS DOS TRABALHADORES DOS TRANSPORTES NO BRASIL METROPOLITANO – 2012 E 2018 (EM %)

SETOR DE ATIVIDADE	2012				2018			
	CM	CA	CC	TT	CM	CA	CC	TT
Agropecuária	0,1	0,1	0,4	0,2	–	0,1	1,0	0,2
Indústria e construção	5,1	5,9	21,7	9,1	2,0	3,6	12,7	4,8
Comércio	26,0	9,7	14,1	11,0	17,1	5,0	14,5	8,0
Transportes e armazenagem	51,9	56,9	58,5	65,4	54,9	78,0	67,4	75,8
<i>Transporte de passageiros</i>	26,3	40,8	–	38,9	22,4	61,3	–	48,0
<i>Transporte de carga</i>	1,1	7,8	50,3	17,6	0,6	11,2	64,2	19,8
<i>Outras atividades de transportes</i>	24,5	8,3	8,2	8,9	31,9	5,5	3,2	8,0
Alojamento e alimentação	7,4	2,1	–	1,6	15,9	0,8	0,4	2,4
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias e profissionais	8,4	8,1	2,4	4,9	8,6	4,6	2,7	4,2
Administração pública	–	6,5	2,5	3,6	0,2	2,7	0,6	1,7
Serviços sociais e outros serviços	1,0	4,8	0,3	2,1	1,3	3,2	0,8	2,0
Serviços domésticos	–	5,8	–	2,1	–	2,1	–	1,0

FONTE: IBGE – PNAD Contínua (2012; 2018).

LEGENDA: condutores de motocicletas (CM); condutores de automóveis, táxis e camionetes (CA); condutores de caminhões (CC); trabalhadores dos transportes (TT).

A análise do perfil sociodemográfico contribui para a compreensão das características gerais dos trabalhadores dos transportes. Para tanto, apresentamos na Tabela 4 os dados desse grupo ocupacional referentes às variáveis de sexo, cor/raça e nível de escolaridade em comparação ao total da população ocupada do Brasil no período de 1980 a 2018.

Confirmando o que havia sido observado em outras pesquisas, mais de 95% dos trabalhadores dos transportes são homens e o aumento da participação feminina foi muito pequeno, indicando que esse grupo ocupacional se mantém essencialmente masculino a despeito do crescimento da participação feminina na população ocupada, portanto.

Em relação à situação de cor/raça, em 1980 os trabalhadores dos transportes apresentavam proporção maior de pessoas de cor branca do que a população ocupada, que correspondiam, respectivamente, a 61,6% e 55,7%. Porém, ao longo do período analisado, houve aumento da participação de pessoas negras (somatório de pessoas de cor preta e pessoas de cor parda) em ambos os grupos. Esse aumento pode ter decorrido tanto em razão de movimentos do mercado de trabalho quanto por mudanças no comportamento de autodeclaração. Em 2018, havia mais pessoas negras entre os trabalhadores dos transportes do que o verificado na população ocupada.

Em 1980, quase 90% dos trabalhadores dos transportes não possuíam instrução ou possuíam apenas ensino fundamental incompleto. Ao longo das quatro décadas em análise, o grupo viveu um consistente aumento da escolaridade, reflexo do aumento da escolarização de toda a população ocupada. Em 2018, cerca da metade desse grupo ocupacional possuía pelo menos o ensino médio completo, configurando um patamar menor do que o observado na população ocupada como um todo, para a qual essa proporção se aproximava de 60%. O dado que chama mais atenção é o crescimento elevado da proporção de trabalhadores dos transportes com ensino superior completo entre 2010 e 2018 – passando de 1,7% para 4,6% –, que não havia acompanhando o mesmo ritmo de crescimento na população ocupada em períodos anteriores. Esse aumento sugere que as ocupações de transportes se tornaram refúgio ao desemprego, mesmo entre trabalhadores qualificados, principalmente em razão da emergência de plataformas digitais nesse período (visto que tal fenômeno não se verificava na década de 1990).

TABELA 4: PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS TRABALHADORES DOS TRANSPORTES E DA POPULAÇÃO OCUPADA – 1980-2018 (EM %)

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO	TRABALHADORES DOS TRANSPORTES					POPULAÇÃO OCUPADA				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
SEXO										
Masculino	98,9	97,3	97,8	96,4	95,8	72,8	68,2	62,3	57,7	56,3
Feminino	1,1	2,7	2,2	3,6	4,2	27,2	31,8	37,7	42,3	43,7
COR/RAÇA										
Branca	61,6	56,6	55,4	50,9	43,1	55,7	53,4	55,7	50,0	45,2
Preta	4,9	4,6	6,6	7,8	10,2	6,6	5,6	6,7	8,2	10,0
Amarela	0,5	0,3	0,2	0,8	0,5	0,7	0,5	0,5	1,1	0,8
Parda	32,7	38,1	37,0	40,3	46,0	36,5	40,1	36,2	40,4	43,7
Indígena	–	0,1	0,3	0,2	0,3	0,0	0,2	0,4	0,3	0,4
ESCOLARIDADE										
Sem Instrução e Fundamental Incompleto	87,0	74,3	60,6	42,2	29,8	77,8	66,4	47,9	38,5	26,2
Fundamental Completo e Médio Incompleto	10,1	16,9	21,4	24,2	21,0	9,6	12,9	16,8	17,8	15,0
Médio Completo e Superior Incompleto	2,7	8,0	13,9	31,5	44,6	9,2	14,7	21,7	30,7	38,8
Superior Completo	0,1	0,8	0,6	1,7	4,6	3,4	6,0	7,0	12,7	19,9
Sem informação	–	–	3,6	0,3	–	0,1	0,0	6,6	0,4	–
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Se essa suposição estiver correta, deveremos verificar o nível de escolaridade entre os subgrupos ocupacionais, pois o aumento da proporção de nível superior não deve ocorrer em todos eles (pelo menos, não na mesma intensidade). Para verificar esse fenômeno, podemos observar a Tabela 5, que dispõe de dados somente para os subgrupos ocupacionais do Brasil Metropolitano nos anos de 2012 e 2018.

TABELA 5: DISTRIBUIÇÃO POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO DOS SUBGRUPOS DOS TRABALHADORES DOS TRANSPORTES NO BRASIL METROPOLITANO – 2012 E 2018 (EM %)

NÍVEL DE INSTRUÇÃO	TRABALHADORES DOS TRANSPORTES								TOTAL
	TAP	TM	TF	FC	CM	CA	CO	CC	
2012									
Sem Instrução e Fundamental Incompleto	68,9	55,3	3,4	19,9	25,2	24,1	25,4	33,8	27,1
Fundamental Completo	15,1	19,8	–	30,4	33,5	21,9	25,0	26,8	25,5
Médio Completo	16,0	24,9	56,7	48,6	38,1	49,8	47,6	38,0	44,5
Superior Completo	–	–	39,8	1,1	3,2	4,3	2,0	1,5	2,9
Total									
2018									
Sem Instrução e Fundamental Incompleto	73,1	32,8	–	16,1	21,6	17,5	19,9	31,1	21,5
Fundamental Completo	10,5	17,9	–	13,8	30,6	15,0	25,8	26,7	20,6
Médio Completo	16,4	45,2	49,5	66,0	45,6	58,4	53,0	40,6	52,4
Superior Completo	–	4,1	50,5	4,1	2,1	9,2	1,3	1,6	5,5
Total	100,0	100,0	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: IBGE – PNAD Contínua (2012; 2018).

LEGENDA: trabalhadores do transporte por tração animal e pedais (TAP); trabalhadores do transporte marítimo (TM); trabalhadores do transporte ferroviário (TF); fiscais e cobradores (FC); condutores de motocicletas (CM); condutores de automóveis, táxis e caminhonetes (CA); condutores de ônibus (CO); e condutores de caminhões (CC).

Há muita heterogeneidade entre os subgrupos dos trabalhadores dos transportes no tocante ao nível de escolaridade. As situações extremas são as dos subgrupos dos trabalhadores de transportes por tração animal e pedais, em que 83,6% possuíam o ensino fundamental completo em 2012 e em 2018, e dos trabalhadores dos transportes ferroviários, para os quais metade das pessoas ocupadas possuía ensino médio completo e a outra metade possuía o ensino superior completo em 2018. O primeiro subgrupo é revelador de uma condição ocupacional na qual não há qualquer exigência para o seu exercício. O segundo,

ao contrário, possui barreiras à entrada, pelo menos dada a exigência de nível médio de instrução.

Três grupos ocupacionais concentravam seus trabalhadores com nível médio de escolaridade e não apresentaram mudanças significativas entre 2012 e 2018: condutores de motocicleta, condutores de ônibus e condutores de caminhão. Outros três subgrupos apresentaram aumento.

Apesar de concentrarem trabalhadores no nível médio de escolaridade, outros três subgrupos ocupacionais apresentaram aumento da participação tanto nesse nível quanto no nível superior entre 2012 e 2018: são os trabalhadores de transporte marítimo, fiscais e cobradores e condutores de automóveis, táxis e caminhonetes. Cabe um destaque aos condutores de automóveis, táxis e caminhonetes, que atingiram quase 10% de indivíduos com ensino superior completo. O aumento da participação de trabalhadores nos níveis médio e superior provavelmente decorre da expansão do desemprego mesmo entre indivíduos escolarizados e a mediação das plataformas digitais. Isso favoreceu a incorporação, sobretudo, de indivíduos possuidores de alta escolaridade nessas ocupações por não impor barreiras à entrada e pela facilidade de exercício da atividade como complementação de renda.

O perfil sociodemográfico dos trabalhadores dos transportes pode ser resumido como sendo o de um grupo ocupacional eminentemente constituído por homens, com aumento substantivo de negros – mais do que o verificado na população ocupada como um todo – e que, apesar desse aumento, tem participação elevada de pessoas sem o ensino médio completo. A partir dessas constatações, poderíamos dizer que se trata de um grupo ocupacional de baixo prestígio social. Porém, ao analisarmos os níveis de instrução dos seus subgrupos, trata-se de um grupo ocupacional muito heterogêneo sob esse ponto de vista, pois há subgrupos com concentração de pessoas de nível médio e superior de instrução, há subgrupos com concentração de pessoas com nível médio de instrução apenas e, também, um subgrupo em que a maior parte de seus trabalhadores estudou apenas até completar o ensino fundamental. Portanto, é dada essa heterogeneidade do nível de escolaridade que podemos

apontar essa suposta diversidade de prestígio social entre as ocupações dos trabalhadores dos transportes.

4. Condições de trabalho dos trabalhadores dos transportes

As condições de trabalho serão analisadas por meio das variáveis de posição na ocupação, condição de contribuição para previdência e horas semanalmente trabalhadas. As duas primeiras variáveis nos informam acerca da condição de proteção social, ao passo que a última variável possibilita aproximação com o nível de intensidade laboral. Nesta seção, faremos a contraposição do Brasil Metropolitano com o Brasil Não Metropolitano a partir dos dados da Tabela 6, e analisaremos concomitantemente os subgrupos ocupacionais dos trabalhadores dos transportes do Brasil Metropolitano, entre 2012 e 2018, conforme dados disponibilizados na Tabela 7.

Na análise da posição na ocupação, distinguimos os empregados com e sem carteira assinada⁸, os conta-própria e os militares e estatutários, como pode ser observado na Tabela 6 para os trabalhadores dos transportes no Brasil Metropolitano e no Brasil Não Metropolitano. Evidentemente, em ambos os recortes espaciais, a forma de inserção ocupacional oscila com a conjuntura: o emprego com carteira assinada tende a cair nos períodos de crise do mercado de trabalho. Nos anos 1990, essa queda foi compensada, sobretudo, pelo crescimento da participação de empregados sem carteira assinada, ao passo que nos anos 2010 houve um aumento substantivo dos trabalhadores por conta-própria.

Entre 1980 e 2010, a proporção de empregados sempre foi maior nas metrópoles brasileiras do que no Brasil Não Metropolitano. Em 2018, contudo, a participação de empregados foi menor no Brasil Metropolitano, onde houve uma queda mais acentuada do emprego com carteira assinada e, principalmente, um crescimento mais expressivo de trabalhadores por conta-própria, que chegou a 40,6% dos trabalhadores dos transportes metropolitanos. Esse

⁸ No Censo Demográfico de 1980, essa distinção não é possível. Também não é possível distinguir nessa base os servidores públicos.

resultado indica que as transformações recentes nas relações de trabalho dessas ocupações têm afetado todo o Brasil, mas com mais intensidade as metrópoles.

A análise da posição na ocupação dos subgrupos ocupacionais reflete as diferentes estruturas de seus respectivos mercados. Trabalhadores dos transportes marítimos, fiscais e cobradores, condutores de ônibus e trabalhadores dos transportes ferroviários têm, em comum, a baixa ou nula participação de indivíduos autônomos. Os últimos se destacam pela ausência de empregados sem carteira e pela elevada proporção de estatutários por ser um segmento em que ainda há atuação estatal. Os trabalhadores dos transportes por tração animal e pedais, por sua vez, se caracterizam pela baixa incidência de relações de trabalho formais, embora estas tenham crescido entre 2012 e 2018.

Os subgrupos ocupacionais dos condutores de motocicleta, dos condutores de automóveis, táxis e caminhonetes e dos condutores de caminhão tiveram aumento na participação da posição de conta-própria entre 2012 e 2018. Porém, para os dois primeiros subgrupos, esse aumento decorreu de redução da participação de pessoas com carteira assinada, enquanto para o último decorreu de redução da participação de pessoas sem carteira.

De modo geral, nas últimas quatro décadas, não houve apenas redução da participação de pessoas empregadas com carteira assinada no Brasil Metropolitano, dado que, no último ano analisado, esse patamar ficou abaixo do que o verificado no Brasil Não Metropolitano, o que não ocorria nos anos anteriores. Os subgrupos ocupacionais que contribuíram para isso foram, principalmente, os condutores de automóveis, táxis e caminhonetes e, em menor medida, os condutores de motocicleta e os condutores de caminhão, tendo em vista o aumento de sua participação na posição de conta-própria.

Na análise da condição de contribuição para a previdência⁹, observa-se que em 1980 o grupo ocupacional dos trabalhadores

⁹ Essa variável é uma das que mais sofreu mudanças ao longo dos Censos. Até 1991, essa informação constava para todas as posições na ocupação. A partir de 2000, só constou para empregados sem carteira e conta-própria (supõe-se que empregados com carteira e servidores públicos sejam contribuintes e que não remunerados não sejam contribuintes). Além disso, só a partir de 2010 passou-se a distinguir com clareza se a contribuição se dá no trabalho principal ou em outro.

dos transportes no Brasil Metropolitano era muito mais coberto pela previdência do que os trabalhadores dos transportes no Brasil Não Metropolitano, mas ao longo dos anos houve uma aproximação entre os dois contextos espaciais. De modo geral, pode-se notar que o nível de proteção dos trabalhadores dos transportes oscilou com a conjuntura, tendo caído muito nos anos 1990, período em que houve crescimento do emprego sem carteira assinada no setor e em que alguns modais sofreram efeitos decorrentes da reestruturação produtiva. O nível de contribuição se recuperou em 2010, mas voltou a cair em 2018, ano em que os dois contextos espaciais apresentaram distribuição percentual semelhante.

TABELA 6: DISTRIBUIÇÃO POR CONDIÇÕES OCUPACIONAIS DOS TRABALHADORES DOS TRANSPORTES NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018 (EM %)

CONDIÇÕES OCUPACIONAIS	BRASIL METROPOLITANO					BRASIL NÃO METROPOLITANO				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO										
Sem remuneração	0,1	0,0	0,4	0,2	0,1	0,5	0,4	0,8	0,2	0,4
Empregado	76,3	73,2	71,1	77,6	57,8	69,1	68,3	66,4	73,7	60,9
<i>Com carteira</i>	–	65,5	50,2	62,9	45,5	–	56,3	41,1	55,4	43,6
<i>Sem carteira</i>	–	7,7	20,9	14,7	12,3	–	12,0	25,3	18,3	17,3
Conta-própria	23,1	24,4	26,2	20,8	40,6	30,0	29,1	29,4	22,4	33,0
Estatutário	0,0	2,4	2,3	1,5	1,6	0,0	2,2	3,4	3,8	5,7
CONTRIBUIÇÃO PARA PREVIDÊNCIA										
Contribui (qualquer trabalho)	88,7	81,2	63,6	75,7	63,3	77,5	70,6	54,2	69,9	64,6
Não contribui	10,4	17,5	36,4	24,3	36,7	21,2	28,0	45,8	30,1	35,4
Sem declaração ou não sabe	0,9	1,4	–	–	–	1,3	1,4	–	–	–
Sem declaração ou não sabe	0,9	1,4	–	–	–	1,3	1,4	–	–	–

CONDIÇÕES OCUPACIONAIS	BRASIL METROPOLITANO					BRASIL NÃO METROPOLITANO				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
HORAS TRABALHADAS										
Menos de 15	0,4	1,0	1,5	7,5	1,5	0,0	0,9	2,0	4,2	2,2
De 15 a 29 horas	1,1	2,1	3,2	2,3	4,0	0,5	2,7	4,9	4,0	6,0
De 30 a 39 horas	3,4	7,5	7,5	5,9	9,2	1,3	5,2	6,5	5,1	8,2
De 40 a 48 horas	46,6	59,4	46,8	56,3	62,0	4,5	55,5	43,4	55,1	62,1
Mais de 48 horas	47,9	30,0	40,2	28,1	23,3	43,6	35,7	42,3	31,7	21,5
Sem declaração	0,7	0,0	0,8	0,0	0,0	49,4	0,0	1,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Entre os subgrupos ocupacionais, observamos que havia aqueles que apresentaram elevada participação de pessoas que contribuíam para previdência: trabalhadores dos transportes ferroviários (100%), condutores de ônibus (95,4%), trabalhadores dos transportes marítimos (90,1%), fiscais e cobradores (84%) e condutores de caminhão (75,1%). Somente os fiscais e cobradores tiveram redução nessa participação entre 2012 e 2018. Os subgrupos que apresentaram menor participação, em 2018, foram: os condutores de automóveis, táxis e caminhonetes (50,9%), os condutores de motocicleta (49,1%) e os trabalhadores de transportes por tração animal e pedais (51,4%). Somente estes últimos tiveram elevação da participação de pessoas que passaram a contribuir para a previdência entre 2012 e 2018. Os outros dois subgrupos apresentaram redução no mesmo período, sendo que a queda foi mais acentuada para os condutores de automóveis, táxis e caminhonetes.

TABELA 7: DISTRIBUIÇÃO POR CONDIÇÕES OCUPACIONAIS DOS SUBGRUPOS DOS TRABALHADORES DOS TRANSPORTES NO BRASIL METROPOLITANO - 2012 E 2018 (EM %)

ANO / CONDIÇÕES OCUPACIONAIS TAP	TRABALHADORES DOS TRANSPORTES								TOTAL	
	TM	TF	FC	CM	CA	CO	CC			
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO										
2012	Sem remuneração	–	–	–	–	–	0,2	–	–	0,2
	Empregado com carteira	29,0	72,9	64,4	88,2	44,1	45,4	82,5	59,6	58,2
	Empregado sem carteira	26,3	13,4	–	11,1	20,7	13,8	8,5	16,5	14,4
	Conta-própria	44,6	13,7	–	–	34,3	33,7	7,3	22,7	24,0
	Militar ou estatutário	–	–	35,6	0,8	0,0	6,8	1,6	1,1	3,3
2018	Sem remuneração	–	–	–	–	–	0,1	0,2	–	0,1
	Empregado com carteira	45,0	79,8	62,5	82,6	37,3	25,8	88,7	59,5	45,5
	Empregado sem carteira	16,7	9,8	–	17,4	20,0	12,1	5,2	10,7	12,3
	Conta-própria	38,3	1,9	–	–	42,7	59,4	4,0	29,5	40,6
	Militar ou estatutário	–	8,5	37,5	–	–	2,6	1,9	0,3	1,6
CONTRIBUIÇÃO PARA PREVIDÊNCIA										
2012	Contribuinte	34,0	76,3	100,0	90,6	54,8	73,4	90,4	71,6	74,6
	Não Contribuinte	66,0	23,7	–	9,4	45,2	26,6	9,6	28,4	25,4
2018	Contribuinte	51,4	90,1	100,0	84,0	49,1	50,9	95,4	75,1	63,3
	Não Contribuinte	48,6	9,9	–	16,0	50,9	49,1	4,6	24,9	36,7
HORAS TRABALHADAS										
2012	Até 14 horas	7,8	0,0	0,0	0,0	1,3	0,9	0,2	1,1	0,9
	De 15 a 39 horas	7,8	10,3	9,1	11,0	15,4	12,7	11,3	6,8	10,9
	De 40 a 44 horas	25,0	13,8	47,7	22,5	32,0	31,2	29,5	36,3	31,8
	De 45 horas ou mais	59,4	75,9	43,1	66,5	51,2	55,2	59,0	55,7	56,4
	Média	45,3	54,1	42,3	47,4	45,4	48,4	47,0	48,5	47,8
2018	Até 14 horas	0,0	6,0	0,0	1,5	1,6	1,9	0,7	1,2	1,5
	De 15 a 39 horas	23,5	1,9	22,6	13,3	22,1	14,2	10,6	7,4	13,2
	De 40 a 44 horas	45,9	66,9	77,4	47,9	46,2	44,4	53,4	55,0	48,4
	De 45 horas ou mais	30,7	25,2	0,0	37,3	30,0	39,6	35,4	36,3	36,9
	Média	42,8	46,8	40,9	44,0	42,1	45,6	44,3	45,1	44,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

FONTE: IBGE – PNAD Contínua (2012; 2018).

LEGENDA: trabalhadores do transporte por tração animal e pedais (TAP); trabalhadores do transporte marítimo (TM); trabalhadores do transporte ferroviário (TF); fiscais e cobradores (FC); condutores de motocicletas (CM); condutores de automóveis, táxis e caminhonetes (CA); condutores de ônibus (CO); e condutores de caminhões (CC).

De acordo com a literatura especializada, um dos traços mais distintivos do grupo ocupacional dos trabalhadores dos transportes é sua extensa jornada de trabalho. A Tabela 6 apresentou as informações sobre a faixa de horas trabalhadas por semana para o período de 1980 a 2018. Observa-se que, apesar de redução da participação de trabalhadores com jornada de trabalho superior a 48 horas, a proporção de pessoas com horas trabalhadas por semana nessa faixa ainda correspondeu a mais de um quinto, tanto no Brasil Metropolitano quanto no Brasil Não Metropolitano. Ao considerar o conjunto das pessoas com jornada de trabalho de 40 horas ou mais, observa-se, também, que houve expressiva participação acima de 80% nos dois contextos espaciais. Isso foi demonstração de que havia, também, elevada participação de pessoas com jornada de trabalho de 40 a 48 horas por semana.

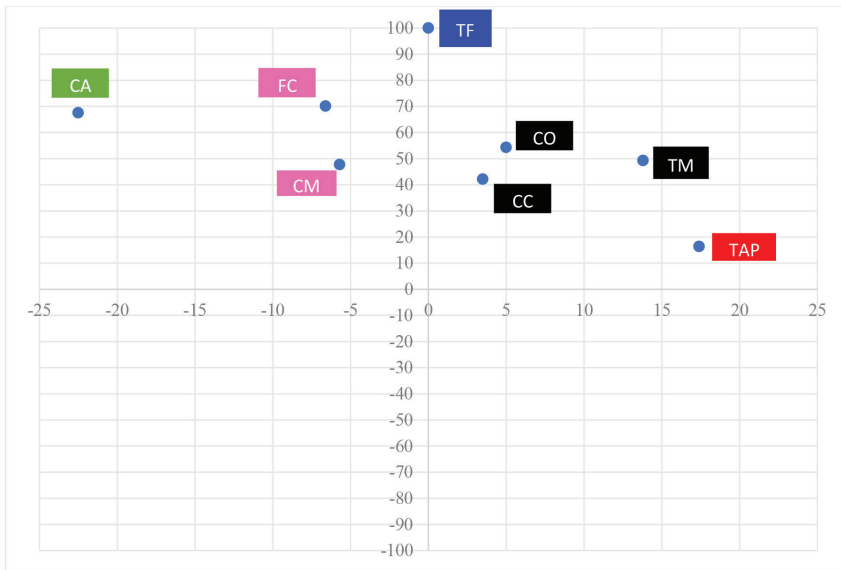
Na análise dos subgrupos ocupacionais, em 2012, todos tinham participação superior a 80% de trabalhadores com jornada de trabalho de 40 horas ou mais. Em 2018, somente os trabalhadores de transporte por tração animal e pedais, os trabalhadores dos transportes ferroviários e os condutores de motocicleta tiveram sua participação reduzida abaixo de 80%. Os demais subgrupos ocupacionais mantiveram patamar semelhante em 2018. Porém, por ser possível a utilização de outras faixas de horário, tendo em vista a utilização da PNAD Contínua, podemos observar, conforme a Tabela 6, que quase todos os subgrupos apresentaram, em 2018, mais de 30% de pessoas que trabalhavam acima de 44 horas semanais, sendo aqueles que mais se destacavam os condutores de automóveis, táxis e caminhonetes (39,6%), os fiscais e cobradores (37,3%) e os condutores de caminhão (36,3%).

A intensidade do trabalho, portanto, considerada por meio da jornada semanal de trabalho sempre foi elevada para todos os subgrupos ocupacionais dos trabalhadores dos transportes, mesmo para aqueles que possuíam relações contratuais de trabalho regulamentadas e asseguradas na lei. Porém, para os trabalhadores que estavam em condições mais precárias nas suas relações de trabalho, a jornada era ainda maior – tal como era a situação dos condutores de automóveis, táxis e caminhonetes, o subgrupo ocupacional de maior participação no conjunto das metrópoles em 2018.

De modo geral, o traço mais distintivo nas condições de trabalho entre os subgrupos dos trabalhadores dos transportes, mais do que

a análise da posição ou mesmo da jornada de trabalho, como vimos, é a variação da contribuição para previdência entre 2012 e 2018 ou a variação da proporção de pessoas com trabalho por conta-própria somadas às pessoas empregadas sem carteira entre 2012 e 2018. Como a variação dessas duas situações é semelhante, apesar de serem com sentido contrário, optou-se por utilizar a variação da contribuição para previdência de cada subgrupo ocupacional entre 2012 e 2018 em relação à proporção de pessoas com, no mínimo, o ensino médio completo de instrução na perspectiva de verificar o modo do seu relacionamento. Ou seja, a partir desses traços mais distintivos dos subgrupos dos trabalhadores dos transportes, podemos analisar as mudanças nas condições de proteção social (contribuição para previdência) em relação ao perfil social dos seus trabalhadores (escolaridade), como está plotado no Gráfico 2.

GRÁFICO 2: RELAÇÃO ENTRE A VARIAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PARA PREVIDÊNCIA ENTRE 2012 E 2018 (EM %) – EIXO HORIZONTAL – E A PROPORÇÃO DE PESSOAS COM ENSINO MÉDIO COMPLETO OU MAIS EM 2018 (EM %) – EIXO VERTICAL



FONTE: IBGE – PNAD Contínua (2012; 2018). LEGENDA: trabalhadores do transporte por tração animal e pedais (TAP); trabalhadores do transporte marítimo (TM); trabalhadores do transporte ferroviário (TF); fiscais e cobradores (FC); condutores de motocicletas (CM); condutores de automóveis, táxi e caminhonetes (CA); condutores de ônibus (CO); e condutores de caminhões (CC).

Para sumarizar as informações contidas no gráfico, realizamos os seguintes agrupamentos:

Cluster 1: Trabalhadores dos transportes ferroviários (TF). Foi o subgrupo mais escolarizado e o mais protegido socialmente. A variação zero na contribuição para previdência decorre do fato de a totalidade de seus trabalhadores terem contribuído em ambos os anos analisados;

Cluster 2: Trabalhadores dos transportes marítimos (TM), condutores de ônibus (CO) e condutores de caminhão (CC). Caracterizavam-se por nível de escolaridade médio e alto grau de proteção social, tendo aumentado entre 2012 e 2018;

Cluster 3: Condutores de automóveis, táxis e caminhonetes (CA). Foi o subgrupo que mais piorou suas condições de proteção social entre 2012 e 2018 e, ainda assim, se caracterizava por alta proporção de pessoas mais escolarizadas;

Cluster 4: Fiscais e cobradores (FC) e condutores de motocicleta (CM). Apesar da diferença entre a proporção de pessoas com ensino médio completo, esses dois subgrupos tinham em comum a pouca proteção social, tendo piorado entre 2012 e 2018;

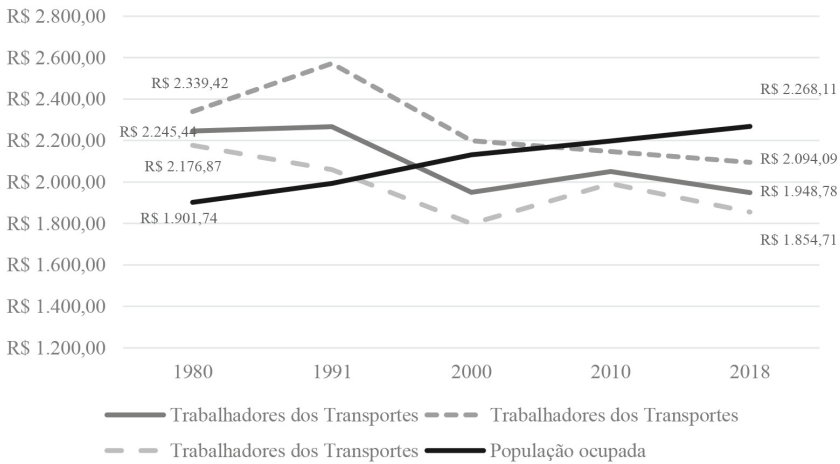
Cluster 5: Trabalhadores dos transportes por tração animal e pedais (TAP). Esse foi o subgrupo que apresentou as piores condições de proteção social e, também, piores níveis de escolarização.

5. Rendimento dos trabalhadores dos transportes

Apresentamos no Gráfico 3 a média do rendimento do trabalho principal da população ocupada e dos trabalhadores dos transportes, discriminados, também, por Brasil Metropolitano e Brasil Não Metropolitano para o período de 1980 a 2018. A primeira constatação é de que, ao contrário da média de rendimento da população ocupada (que se elevou ao longo de todo período analisado), a média do rendimento dos trabalhadores dos transportes vem decrescendo desde 1991. Consequentemente, a partir de 2000,

os trabalhadores dos transportes passaram a apresentar rendimento inferior ao da população ocupada, invertendo a situação de 1980. Outra constatação relevante é de que a média de rendimento dos trabalhadores dos transportes do Brasil Metropolitano sempre foi mais elevada do que a média de rendimento dos trabalhadores dos transportes do Brasil Não Metropolitano.

GRÁFICO 3: MÉDIA DO RENDIMENTO DO TRABALHO PRINCIPAL DOS TRABALHADORES DOS TRANSPORTES NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) E POPULAÇÃO OCUPADA – 1980-2018



FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).
 NOTA: Valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC-IBGE) para dezembro de 2019 a partir de correção de valores do Banco Central do Brasil.

Na comparação entre os subgrupos ocupacionais dos trabalhadores dos transportes, percebemos que também havia heterogeneidade do rendimento médio entre eles, conforme mostra a Tabela 8. As diferenças existentes se aproximam dos agrupamentos que fizemos desses subgrupos ocupacionais na seção anterior, com algumas diferenças. Os extremos são ocupados pelos trabalhadores dos transportes, com os rendimentos mais altos, e pelos trabalhadores de transportes por tração animal e pedais, com os rendimentos mais baixos. Fiscais, cobradores e condutores de motocicletas, por sua vez, possuem rendimentos próximos e inferiores à média do grupo.

TABELA 8. FAIXA DE RENDIMENTO E MÉDIA DO RENDIMENTO DO TRABALHO PRINCIPAL DOS SUBGRUPOS DOS TRABALHADORES DOS TRANSPORTES NO BRASIL METROPOLITANO – 2012 E 2018 (EM %)

FAIXA DE RENDIMENTO E MÉDIA	TRABALHADORES DOS TRANSPORTES								TOTAL
	TAP	TM	TF	FC	CM	CA	CO	CC	
2012									
Até R\$ 1.000,00	86,5	27,8	0,0	14,1	22,7	9,2	6,4	5,4	10,0
R\$ 1.000,01 a									
R\$ 2.000,00	13,5	32,1	16,3	75,9	54,1	46,7	46,6	47,3	49,6
R\$ 2.000,01 a									
R\$ 3.000,00	-	17,8	48,1	9,6	14,6	22,2	34,0	25,9	23,2
R\$ 3.000,01 a									
R\$ 5.000,00	-	6,2	35,6	-	5,4	16,1	11,1	15,2	12,7
Mais de R\$									
5.000,00	-	16,1	-	0,5	3,2	5,8	1,9	6,2	4,6
Média R\$	705,11	2.222,18	3.205,10	1.466,06	1.716,93	2.336,09	2.207,96	2.427,55	2.202,97
2018									
Até R\$ 1.000,00	34,8	9,0	0,0	15,7	25,3	10,7	1,1	7,0	11,0
R\$ 1.000,01 a									
R\$ 2.000,00	65,2	38,8	12,1	71,7	52,1	40,5	35,2	48,9	45,0
R\$ 2.000,01 a									
R\$ 3.000,00	-	9,2	0,0	11,0	17,5	27,0	51,9	27,4	27,6
R\$ 3.000,01 a									
R\$ 5.000,00	-	19,0	11,5	1,7	4,7	17,1	9,7	12,6	12,8
Mais de R\$									
5.000,00	-	24,0	76,4	-	0,4	4,7	2,1	4,1	3,7
Média R\$	940,40	2.793,68	6.879,37	1.400,80	1.443,00	2.229,43	2.275,66	2.206,30	2.094,09

FONTE: IBGE – PNAD Contínua (2012; 2018).

LEGENDA: trabalhadores do transporte por tração animal e pedais (TAP); trabalhadores do transporte marítimo (TM); trabalhadores do transporte ferroviário (TF); fiscais e cobradores (FC); condutores de motocicletas (CM); condutores de automóveis, táxis e caminhonetes (CA); condutores de ônibus (CO); e condutores de caminhões (CC).

Os demais subgrupos de trabalhadores do transporte rodoviário metropolitano apresentam média de rendimentos semelhante, contrariando a expectativa de que os condutores de caminhão teriam rendimentos maiores. Estes praticamente mantiveram a estrutura de rendimento entre 2012 e 2018, mesmo com redução do rendimento médio no período em análise. Os condutores de ônibus e os condutores de automóveis, táxis e caminhonetes diminuíram sua participação nas faixas de rendimento abaixo de R\$ 2 mil e aumentaram a proporção de seus trabalhadores na faixa de R\$ 2 mil a R\$ 3 mil entre 2012 e 2018. Apesar desse comportamento

semelhante, os condutores de ônibus aumentaram seu rendimento médio no período e os condutores de automóvel, táxi e caminhonetes o reduziram.

Considerações finais

Apresentamos, neste capítulo, a análise das mudanças ocorridas no grupo ocupacional dos trabalhadores dos transportes, entre 1980 e 2018, na comparação entre o Brasil Metropolitano e o Brasil Não Metropolitano. De modo a compreender a heterogeneidade desse grupo ocupacional já apontada pela literatura especializada ou por outras pesquisas correlatas, realizamos para o período mais recente análise focando os subgrupos ocupacionais dos trabalhadores dos transportes, mas somente para o Brasil Metropolitano. O foco na análise dos subgrupos ocupacionais na última década se deveu, também, às indicações das mudanças que passaram a ocorrer no setor apenas nos últimos anos, como foi a incorporação dos aplicativos de plataformas digitais.

Os trabalhadores dos transportes sempre tiveram participação na população ocupada acima de 4%, tendo registrado em 2000 participação de 5,3%. Em geral, os anos de participação mais elevada desse grupo ocupacional foram aqueles caracterizados por crise econômica e social com efeitos no mercado de trabalho. Sendo assim, houve redução da participação desse grupo ocupacional em 2010 e aumento novamente em 2018. É importante registrar que o aumento da participação desse último ano, novo momento de crise econômica e social do país, deu-se, também, por decorrência do aumento absoluto do número de pessoas na última década.

Na comparação entre o Brasil Metropolitano e o Brasil Não Metropolitano, vimos que os trabalhadores dos transportes sempre foram relativamente mais expressivos nas metrópoles do que nos espaços não metropolitanos. Porém, sob os vários aspectos analisados, houve certa convergência ao longo do tempo, principalmente em características que eram marcadamente distintas há quatro décadas, como a posição na ocupação, o nível de contribuição para previdência e o nível de rendimento do trabalho principal, apesar de ainda haver diferenças entre os dois contextos espaciais. De todo

modo, as condições de trabalho dos trabalhadores dos transportes, pelo menos vista em conjunto, tornaram os dois contextos espaciais muito semelhantes.

As principais diferenças entre o Brasil Metropolitano e o Brasil Não Metropolitano são observáveis nas mudanças de participações que tiveram os subgrupos ocupacionais dos trabalhadores dos transportes nos últimos anos. Embora as mudanças tenham ocorrido na mesma direção em ambos os contextos espaciais, elas foram mais pronunciadas no Brasil Metropolitano. As mudanças foram, principalmente, o aumento da participação dos condutores de automóveis, táxis e caminhonetes e, em menor medida, aumento da participação dos condutores de motocicleta e redução da participação dos condutores de caminhão, dos condutores de ônibus e dos fiscais e cobradores. A redução da participação desses dois últimos subgrupos reflete o desestímulo do transporte coletivo urbano. O aumento da participação dos dois primeiros subgrupos decorre da crise econômica e social que afeta o mercado de trabalho e do estabelecimento dos aplicativos de plataformas digitais, que permitiram a entrada de mais trabalhadores nos transportes de pessoas e de mercadorias.

O grupo como um todo se caracteriza por ser eminentemente masculino, com ampliação da participação de pessoas negras, e por ser um grupo sujeito a extensa jornada de trabalho, refletindo a intensidade laboral dessas ocupações. Porém, há diferenças marcantes entre os subgrupos ocupacionais no que se refere ao nível de escolaridade e à condição de proteção social, observada tanto pela posição na ocupação quanto pela contribuição para previdência, que busca correspondência, também, com o nível de rendimento de cada um deles. De acordo com essas diferenças observadas, identificamos cinco agrupamentos (*clusters*): (1) Trabalhadores dos transportes ferroviários; (2) Trabalhadores dos transportes marítimos, condutores de caminhão e condutores de ônibus; (3) Condutores de automóveis, táxis e caminhonetes; (4) Fiscais e cobradores e condutores de motocicletas; (5) Trabalhadores dos transportes por tração animal e pedais.

Os *clusters* 1 e 5 apresentaram características extremas. Enquanto os trabalhadores dos transportes ferroviários indicavam a totalidade de seus trabalhadores com proteção social e com nível

médio de escolaridade, os trabalhadores por tração animal e pedais apresentavam a maior parte de seus trabalhadores sem proteção social e sem o ensino fundamental completo. Vale registrar que, apesar de ainda apresentar participação pequena, os trabalhadores de entrega de mercadorias que utilizam bicicletas estão registrados nesse último subgrupo ocupacional.

Os trabalhadores dos transportes marítimos, os condutores de caminhão e os condutores de ônibus apresentavam nível médio de escolaridade e variação positiva durante a última década referente à proteção social. O contrário foi observado pelos fiscais e cobradores e condutores de motocicletas, que, apesar de diferenças em termos de escolaridade, pioraram suas condições de proteção social. Os condutores de automóveis, táxis e caminhonetes, por sua vez, foram os que mais pioraram suas condições de proteção social, mas aumentaram a participação das pessoas com nível de escolaridade mais elevado (ensino médio e ensino superior completos). Isso é observado num momento de crise econômica e social que afetou o mercado de trabalho, com elevação da taxa de desocupação, e, ao mesmo tempo, com mudanças estruturais no segmento de transporte de pessoas e de mercadorias, em que houve a incorporação de aplicativos de plataformas digitais.

Embora haja diferenças concretas entre os subgrupos dos trabalhadores dos transportes, ao considerar suas características em termos de perfil sociodemográfico e das condições de trabalho, incluindo aí o nível de rendimento, podemos dizer que se trata de subgrupos ocupacionais que ocupam posições muito semelhantes no espaço, tendo em vista seu volume global de capital (BOURDIEU, 2008). As exceções que podem ser discutidas dizem respeito àqueles subgrupos que apresentaram características extremas na relação entre nível de escolaridade e condição de proteção social. Porém, nos demais subgrupos, as diferenças são menos acentuadas entre eles.

Para finalizar, gostaríamos de tecer ainda duas considerações a respeito da análise do grupo ocupacional dos trabalhadores dos transportes. A primeira refere-se às mudanças tecnológicas no setor dos transportes. Historicamente (e, também, no período mais recente), as mudanças na tecnologia que ocorrem no setor de transportes têm o efeito de acelerar os fluxos, principalmente quando

elas estão acopladas aos sistemas de comunicação e de informação. Porém, elas não conseguem reduzir de modo abrangente, por sua inserção, a massa de mão de obra, como ocorre em outros setores econômicos; esse é um setor ainda dependente de mão de obra. A segunda consideração é de que, dada a essencialidade da atividade de transporte para o funcionamento da economia e da sociedade, e por não haver grandes barreiras à entrada para a mão de obra que se coloca disponível, essa atividade acaba funcionando, também, como amortecedora social. Em momentos de crise, como as que temos verificado nos últimos anos, ela acaba sendo refúgio para muitas pessoas que se veem à mercê do desemprego, mantendo, assim, o nível do estoque de empregos na economia. Como as mudanças tecnológicas que se incorporam nesse setor por meio dos aplicativos de plataformas digitais ocorreram numa década de crise econômica e social, as ocupações dos transportes têm servido como aceleradores de fluxos e, ao mesmo tempo, como amortecedores de estoques.

Diogo David Matos é economista pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), especialista em Política e Planejamento Urbano (IPPUR/UFRJ), mestrando em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ) e pesquisador do núcleo Rio de Janeiro do Observatório das Metrópoles. Contato: diogo.matos3@gmail.com.

Marcelo Gomes Ribeiro é professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduado em Ciências Econômicas (PUC-GO), mestre em Sociologia (UFG) e doutor em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ). Atualmente, é Coordenador do Núcleo Rio de Janeiro Observatório das Metrópoles, é um dos Coordenadores do projeto de pesquisa *Estrutura Social das Metrópoles Brasileiras* e do projeto de pesquisa *Economia Metropolitana e Desenvolvimento Regional: mudanças na base produtiva e no mercado de trabalho, no âmbito do Programa INCT Observatório das Metrópoles 2017-2022*. Contato: marceloribeiro@ippur.ufrj.br.

Referências

- ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DE TÁXI DE FROTA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (ADETAX). **Estatísticas**. Disponível em: <http://www.adetax.com.br/index.php/informacoes-e-servicos/estatisticas/>. Acesso em: 8 abr. 2020.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE (CNT). **Pesquisa CNT perfil caminhoneiros 2016**. Brasília: CNT, 2016a.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE (CNT). **Pesquisa CNT perfil taxistas 2016**. Brasília: CNT, 2016b.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE (CNT). **Pesquisa CNT perfil dos motoristas de ônibus urbanos 2017**. Brasília: CNT, 2017.
- BALASSIANO, R.; BRAGA, M. Buses and Vans-Assessing Public Transport Competition in Rio de Janeiro Brazil. In: Sixth International Conference on Competition and Ownership in Land Passenger Transport. **Anais...** Capetown, África do Sul, 1999.
- BERRONES SANZ, L. D. Choferes del autotransporte de carga en México: investigaciones sobre condiciones laborales y la cadena de suministro. **Revista Transporte y Territorio**, n. 17, pp. 251-266, 2017.
- BOURDIEU, P. **A Distinção**: Crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, Porto Alegre, RS: Zouk, 2008. 560 p.
- CAIAFA, J. **Jornadas urbanas**: exclusão, trabalho e subjetividade nas viagens de ônibus na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- CHAHAD, J. P. Z.; CACCIAMALI, M. C. As transformações estruturais no setor de transporte rodoviário e a reorganização no mercado de trabalho do motorista de caminhão no Brasil. In: XX Encontro Nacional de Economia. **Anais...** Recife: ANPEC, 2005. (mimeo)
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico de 1980**. Rio de Janeiro, 1980.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico de 1991**. Rio de Janeiro, 1991.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico de 2000**. Rio de Janeiro, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico de 2010**. Rio de Janeiro, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua de 2012**. Rio de Janeiro, 2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua de 2018**. Rio de Janeiro, 2018.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. Tradução de Magda Lopes. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

KAPRON, R. **História do Trabalho dos Caminhoneiros no Brasil: Profissão, Jornada e Ações Políticas**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brasil.

MAMANI, H. A. Alternativo, informal, irregular ou ilegal? O campo de lutas dos transportes públicos. IN: El rostro urbano de América Latina. **Anais...** Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2004.

MATELA, I. P. **Transição regulatória no transporte por ônibus na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

RIZZI, C. A. Expansão das viagens de moto em São Paulo entre 1987 e 1997: aspectos econômicos e sociais. **Revista Transporte y Territorio**, n. 4, pp. 118-132, 2011.

RODRIGUES, J. M. **Mapa da motorização individual no Brasil**. Relatório 2019. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, 2019. Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2019/09/mapa_moto2019v2.pdf. Acesso em 18 set. 2020.

SANTOS, M. M. **Transporte rodoviário de cargas no Brasil: transportadoras e sindicalismo a partir dos anos 1990**. 2007. 178 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil. SLEE, T. **Uberização: a nova onda do trabalho precarizado**. São Paulo: Editora Elefante, 2011.

VAN DER BEEK, A. World at work: truck drivers. **Occupational and environmental medicine**, v. 69, n. 4, p. 291-295, 2012.

VASCONCELLOS, E. A. O custo social da motocicleta no Brasil. **Revista dos Transportes Públicos-ANTP**, São Paulo, ano 30-31, n. 128, 2008.

VASCONCELLOS, E. A. de. **Política de Transportes no Brasil: a construção da mobilidade excludente**. Barueri: Manole, 2013.

Trabalhadores Agrícolas: heranças e transformações recentes

Lívia Izabel Bezerra de Miranda

Introdução

O presente artigo analisa as condições de ocupação dos trabalhadores agrícolas como parte da investigação sobre as transformações da estrutura ocupacional e social das metrópoles brasileiras. Foram observadas as principais transformações no percurso histórico dessa categoria a partir dos Censos demográficos de 1980, 1991, 2000, 2010 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua (2018) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O estudo espacializa os resultados estatísticos em dois universos: (i) um denominado Brasil Metropolitano, que considera o conjunto das 12 metrópoles existentes no país a partir do estudo das Regiões de Influência de Cidades – REGIC (IBGE, 2008); (ii) outro Brasil Não Metropolitano, que compreende os demais municípios do território nacional, inclusive aglomerações urbanas e regiões metropolitanas.

Nas últimas décadas, tem se evidenciado uma transformação significativa das regiões rurais brasileiras. O Brasil, como um dos mais importantes produtores de alimentos do mundo, promoveu reconfigurações na estrutura de produção agropecuária. Tais mudanças conformaram um sistema agroalimentar caracterizado por um campo estreitamente subordinado ao urbano, com menos trabalhadores e com grande centralidade na economia nacional em franca internacionalização. No entanto, as estruturas fundiárias permaneceram concentradas e o aumento da produção continuou baseado na ampliação das áreas plantadas, consumindo cada vez mais os ativos ambientais. Contudo, para a maior parte dos trabalhadores agrícolas conservaram-se as históricas assimetrias sociais e as precárias condições econômicas.

Apesar de a participação do grupo dos trabalhadores agrícolas não ser tão relevante nos espaços metropolitanos, busca-se captar as reconfigurações que caracterizaram essa ocupação nos últimos 50 anos quando se deu a passagem de um Brasil agrário para um novo rural, em grande parte, essencialmente econômico e produtivo e cada vez mais subordinado à vida urbana. Ao mesmo tempo, é possível observar movimentos de resistência dos habitantes do campo que se expressam na crescente importância da agropecuária familiar como provedora de alimentos para a população. Esses produtores são responsáveis por cerca de 40% do valor da produção agropecuária brasileira e por 75% da ocupação total na agropecuária do país (FAVARETO, 2010).

O trabalho agrícola não é exclusivo dos moradores do campo, uma vez que também envolve ocupações de cidadãos. Seja em atividades que se realizam no campo, seja em atividades que se realizam na cidade (mas que estão fortemente vinculadas a demandas do campo), de natureza social, econômica ou tecnológica. Há também uma pequena participação desses trabalhadores residentes nas grandes metrópoles nacionais.

No presente estudo, o grupo dos trabalhadores agrícolas reúne os agricultores, criadores, caçadores, pescadores, trabalhadores da extração vegetal e os trabalhadores elementares relacionados a essas ocupações. Os estudos sobre os agricultores são inúmeros e tradicionalmente abordam as questões agrárias, rurais, sindicais e as condições socioeconômicas desses trabalhadores. Um conjunto de estudos organizados por Graziano da Silva (2002) abordou as novas conformações do meio rural brasileiro a partir das crescentes transformações relacionadas à reestruturação da produção agropecuária, à emergência de atividades rurais não agrícolas e à pluriatividade das famílias rurais. Outro conjunto de estudos, organizado pelo Instituto Interamericano para a Agricultura (IICA) (MIRANDA; SILVA, 2013; 2017), apresenta discussões sobre o trabalhador agrícola, porém, há poucas análises dedicadas às condições socioeconômicas dos trabalhadores agrícolas no Brasil Metropolitano. Talvez porque se trata de uma categoria estruturante do mundo rural, embora haja o reconhecimento de que, na atualidade, urbano e rural não devam mais ser entendidos separadamente.

A análise do conjunto de trabalhadores agrícolas apresentada neste capítulo complementa a contribuição sobre os estudos do mercado de trabalho nas metrópoles brasileiras e, além desta Introdução e das Considerações Finais, o artigo está estruturado em quatro partes. No item 1, foram abordadas as permanências e transformações do trabalho agrícola, considerando a sua construção sócio-histórica que remonta a uma estrutura socioeconômica herdada do período colonial brasileiro. No item 2, foi dimensionada a participação dos trabalhadores agrícolas na estrutura ocupacional brasileira, assim como o seu perfil sociodemográfico. No item 3, foram analisadas as condições de trabalho desse grupo ocupacional a partir da sua posição na ocupação. No item 4, foram observados os níveis de remuneração. Por fim, nas Considerações Finais foi apresentada uma reflexão sobre as condições de trabalho desse grupo nos espaços metropolitanos.

1. O trabalho agrícola na sociedade brasileira

Até os anos 1970, o mundo agrário brasileiro era marcado pela aliança capital e terra e por uma base tecnológica primitiva com reduzidas relações comerciais tanto internas, quanto internacionais. Estavam organizadas principalmente em torno do café e, secundariamente, do açúcar (culturas estruturadas no século XIX e período colonial, respectivamente). Os elevados índices de pobreza caracterizavam a população rural, que, sem acesso à terra, migravam para as cidades em busca de melhores condições de vida. A partir de meados dos anos 1980, atividades rurais não agrícolas e a pluriatividade¹ das famílias passaram a caracterizar o

¹ Wanderley e Favareto (2013, p. 448) ressaltam que “(...) a pluriatividade é, frequentemente, confundida com o exercício simultâneo de atividades agrícolas no estabelecimento familiar e de atividades não agrícolas nas áreas urbanas. Essa compreensão da pluriatividade minimiza o seu exercício por meio de ocupações na própria agricultura, o que não raramente ocorre, em áreas predominantemente agrícolas; e, acima de tudo, a identifica a um movimento de sentido único, que insere definitivamente os agricultores, especialmente os jovens, no universo urbano. (...) A pluriatividade é a forma moderna de ser agricultor. Ela corresponde, fundamentalmente, a uma estratégia das famílias para complementar a renda, com ocupações fora do sítio, utilizando, para isso, a força de trabalho familiar disponível, e encaminhar profissionalmente os filhos que não sucederão aos pais.”

meio rural. Esse novo rural, como definiu Silva (2002), passou a ser caracterizado por quatro grupos de atividades:

- a) uma agropecuária moderna, baseada em commodities e intimamente ligada às agroindústrias; b) um conjunto de atividades de subsistência que gira em torno da agricultura rudimentar e da criação de pequenos animais, que visa primordialmente manter relativa superpopulação no meio rural e um exército de trabalhadores rurais sem-terra, sem emprego fixo, sem qualificação (...) que foram excluídos pelo mesmo processo de modernização que gerou o agribusiness; c) um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; c) um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, localizadas em nichos especiais de mercados (SILVA, 2002, p. ix).

Silva (2002) ainda ressalta que as atividades agropecuárias passaram a responder apenas por parte da ocupação e da renda das famílias que buscaram combinar atividades agrícolas com atividades não agrícolas em função de mudanças nas unidades produtivas: a pluriatividade. Explica que a nova divisão do trabalho no interior das unidades familiares liberou membros da família para ocupar outros postos de trabalho. Além disso, quanto mais próximas às aglomerações urbanas, maior era a possibilidade de complementação da renda familiar.

Wanderley e Favareto (2013, p. 438) ajudam a entender os processos acima descritos considerando a forma conservadora com que a industrialização, a urbanização e a modernização da agricultura se estruturaram no Brasil diferentemente de outros países desenvolvidos: (i) uma persistente incidência da pobreza da população rural, como consequência das condições restritivas de acesso à terra e ao trabalho agrícola; (ii) uma crescente transformação do perfil demográfico da população rural, uma vez que viver no campo não impediria o acesso a cidade. O perfil do trabalhador rural é composto majoritariamente de “pequenos agricultores, com ou sem terra, agrupados, em comunidades de distintos tipos e por trabalhadores rurais residentes nas grandes propriedades;” e, (iii) os intensos movimentos migratórios provocados pela “expulsão dos

trabalhadores não proprietários de suas terras e na inviabilização das condições mínimas de reprodução de um campesinato em busca de um espaço de estabilidade”.

Nos anos 1990, observa-se uma melhora dos indicadores de renda, desigualdade e pobreza em parte dos municípios brasileiros. No que concerne às áreas rurais, Favareto e Abramovay (2009) explicam, a partir de estudo que analisa essas condições para as grandes regiões, áreas rurais e urbanas, que poucos municípios conseguiram ao mesmo tempo diminuir a pobreza e a desigualdade e aumentar a renda de seus habitantes. Os resultados positivos não estavam relacionados aos polos dinâmicos emergentes no território não metropolitano (perímetros irrigados, indústrias petroquímicas, calçadistas etc.). Os melhores resultados aconteceram principalmente em regiões tipicamente rurais. Nessas regiões, dois em cada dez municípios conseguiram aumentar a renda e diminuir a pobreza e a desigualdade. Os indicadores positivos se generalizaram para todos os municípios nas últimas décadas, com exceção da Região Norte onde a desigualdade não diminuiu como no restante do país. Na porção setentrional dos cerrados das regiões Centro-Oeste e Nordeste, apesar da ampliação das riquezas, persistem a pobreza e a desigualdade.

Nos últimos 20 anos, se acentuaram os programas compensatórios de transferência de renda via previdência social e programas sociais. Tais programas contribuíram positivamente para a melhoria dos indicadores de desigualdades e renda. Os mesmos autores (2009, p. 49) colocam como hipótese que os contrastes regionais permanecem porque foi somente em alguns pontos, com maior ou menor intensidade, onde outros fatores foram capazes de dinamizar o território de forma mais duradoura. Entre esses fatores, elencam: i) as transferências privadas decorrentes do trabalho na venda de mercadorias e no assalariamento agrícola sazonal que promovem as migrações provisórias e o retorno das remunerações desses trabalhos para as regiões de origem; ii) os programas distributivos de compras públicas que incentivaram o aumento da produção a partir dos anos 1990, e com mais intensidade nas últimas décadas; iii) a diversificação econômica no mundo rural e o trabalho industrial em domicílio potencializados pelo fortalecimento de

indústrias tradicionais locais na área de têxteis e de calçados e na transferência, ainda localizada, de indústrias antes concentradas no Sudeste do país para outras regiões; iv) a ampliação do crédito a partir do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); v) o avanço em algumas políticas sociais (educação e saúde), eletrificação rural, telecomunicações (internet e celular) e mobilidade (com particular destaque para o transporte interestadual e o acesso local às motocicletas).

Hoje, o Brasil é um dos maiores produtores mundiais de alimentos e vem progressivamente aumentando a sua participação nos mercados globais a partir de *commodities* agropecuárias sustentadas por dinâmicas cadeias produtivas de agronegócios. Mesmo assim, persistem os baixos indicadores socioeconômicos para a maior parte dos trabalhadores agrícolas. Tânia Bacelar de Araújo (2010, p. 212) explica que tal condição é “(...) resultado da prioridade absoluta dada ao projeto de fazer do Brasil uma potência industrial – mesmo a qualquer custo social – e realizar a modernização conservadora do campo sob o comando do agronegócio patronal”.

Como reflexo do processo de industrialização e urbanização, o Brasil gerou uma rede urbana incompleta e mais concentrada no litoral, com grande número de centros locais de reduzida complexidade. É nesse Brasil Não Metropolitano onde vive a maior parcela da população dos trabalhadores agrícolas. Aqui, os efeitos da modernização conservadora foram concentrados e, diferentemente do que ocorreu nos países desenvolvidos, não geraram melhores condições socioeconômicas para o conjunto da sociedade. Ao contrário: fortaleceram a associação entre as transformações tecnológicas e a reprodução da concentração fundiária, privilegiando as elites empresariais rurais (KAISER, 1990; WANDERLEY; FAVARETO, 2013).

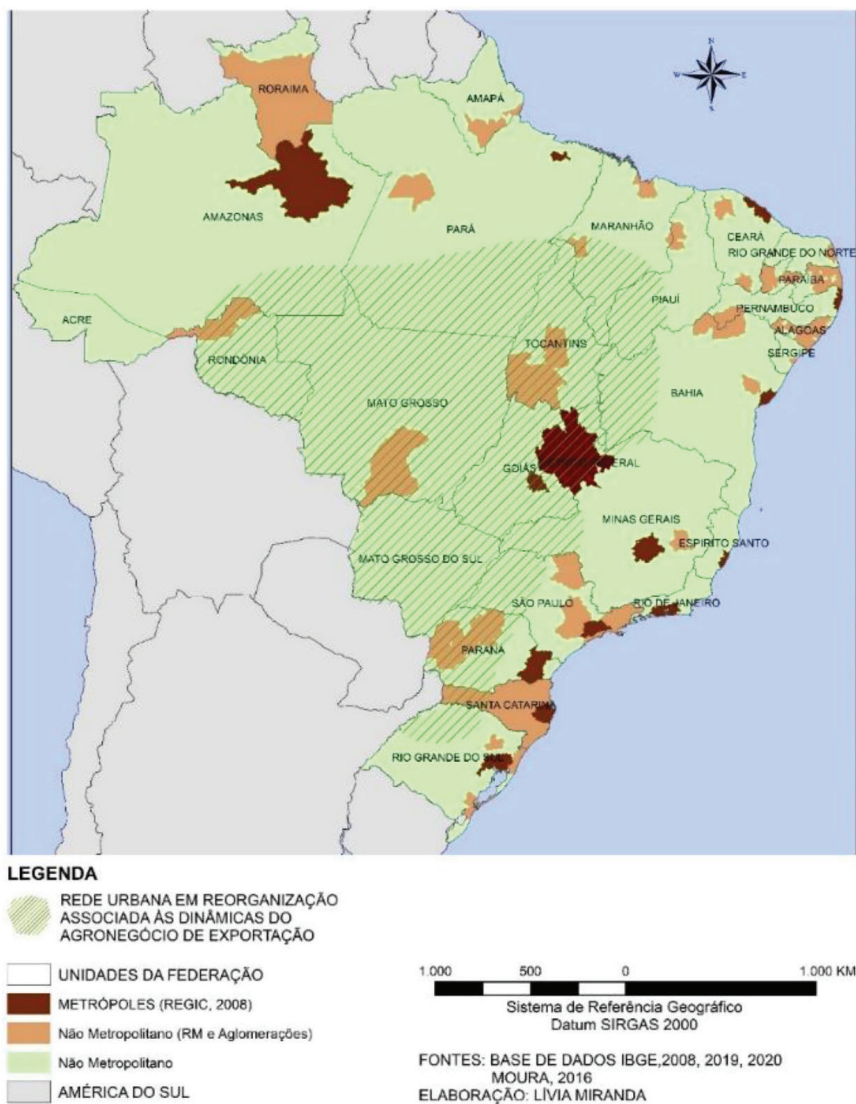
Entre as transformações geradas na atual etapa da acumulação capitalista, destaca-se a formação de novas ocupações ligadas às cadeias produtivas e ao emprego não agrícola do agronegócio. Nesse contexto, as aglomerações urbanas desempenham o papel de importantes centros logísticos. A rede urbana também se reorganiza de modo associado às dinâmicas do agronegócio. Elias (2011, p. 154) define os novos arranjos territoriais produtivos associados

ao agronegócio globalizado como “Regiões Produtivas Agrícolas”. Essas regiões são o palco dos circuitos superiores do agronegócio globalizado, concentram os investimentos privados e englobam tanto os espaços agrícolas como os urbanos.

Espacialmente, percebe-se a constituição de uma emergente região dinâmica na porção central do Brasil. Nessa região, predominam municípios que experimentaram crescimento econômico, mas que ampliaram as desigualdades, uma vez que a presença da agricultura patronal é maior comparativamente à familiar, como destacaram Favareto e Abramovay (2009) ao analisarem os indicadores de renda, desigualdades e pobreza dos municípios brasileiros. Como é possível ver na Figura 1, essa área se estende do oeste da Bahia, ao sul do Pará, passando pelos estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, até o oeste de Rondônia. Essas transformações foram captadas no mais recente REGIC (IBGE, 2020) e em outros estudos de referência (ELIAS, 2011; EMBRAPA, 2018; BITOUN; MIRANDA; SOARES *et al.*, 2017).

No que concerne à estrutura agrária brasileira, They e They (2012, p. 80) identificam que não há mudanças significativas. Mostram que 50% das áreas agricultáveis do país pertencem somente a cerca de 40 mil proprietários. Além disso, os autores destacam que a concentração de projetos agrários na Região Norte do país visou a reduzir os custos (terras disponíveis em poder do Estado) e atender às pressões sociais e demandas dos sem-terra. No entanto, essa política contribuiu, também, para afastar essa população e a pressão por terras das áreas mais dinâmicas do mercado. Hoje, cerca de 900 mil famílias estão assentadas nos programas de reforma agrária. Dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2017) também confirmam que não há uma mudança importante na estrutura agrária brasileira. Existem no país cerca de cinco milhões de estabelecimentos agropecuários, que ocupam uma área total de aproximadamente 350 milhões de hectares. Houve um pequeno aumento dos estabelecimentos com mais de mil hectares, de 45% para 47%. Já a participação dos estabelecimentos com menos de 100 hectares se manteve estável com o tamanho médio das propriedades na faixa de 15,8 ha.

FIGURA 1: BRASIL METROPOLITANO E BRASIL NÃO METROPOLITANO



FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010); Moura (2016).

Em síntese, Wanderley e Favareto (2013) exploram seis tendências sobre a atualidade dos processos de produção da nova ruralidade brasileira. No âmbito dessas tendências, observa-se o seu impacto no Brasil Metropolitano:

- a. *uma mudança no perfil demográfico* pela atração de novos habitantes aos espaços rurais, particularmente aqueles situados no entorno de regiões metropolitanas. Tais deslocamentos estão associados a motivações diversas, a exemplo do processo de desindustrialização em algumas metrópoles, o processo de descentralização econômica e a busca por amenidades naturais;
- b. *o aumento da importância da agricultura no cenário internacional e sua retração na ocupação de trabalho e na formação das rendas* pela expansão da produção agropecuária e disponibilidade de fatores de produção a custos relativamente baixos, com pouca demanda por mão de obra, mas com custos ambientais e sociais muito elevados, na região de fronteira agrícola (Figura 1). A mudança do perfil demográfico associada a três outros fatores, como a frágil desconcentração econômica em algumas áreas, o aumento da escolaridade e a expansão dos programas sociais, vem habilitando os trabalhadores a encontrar mais oportunidades de trabalho em atividades não agrícolas.
- c. *o enraizamento socioambiental da chamada “nova ruralidade” e as metamorfoses da questão agrária que se traduzem duas dimensões: i) “a questão agrária torna-se indissociável da questão regional e da questão ambiental” e ii) “pelas novas representações ideológicas hoje atribuídas ao agronegócio.”* Como explicam os autores, tais características comprometem a viabilidade política de qualquer projeto de reforma da estrutura fundiária, uma vez que

(...) a grande empresa agropecuária conseguiu se dissociar da velha imagem do latifúndio improdutivo e se apresentar à sociedade como partícipes da construção da sociedade moderna, através do peso econômico que assumiu, particularmente no que se refere ao leque das exportações do País (WANDERLEY; FAVARETO, 2013, p. 444).

- d. *a convivência conflituosa de duas formas sociais de produção na agricultura brasileira, a agricultura patronal e a agricultura familiar.* Os autores alertam para o equívoco de “relacionar

- as pequenas unidades produtivas ou a agricultura familiar a uma imagem de tradição e atraso, e as grandes unidades produtivas à agricultura comercial e competitiva”, pois nos dois universos há segmentos às margens de patamares mínimos de competitividade comercial, como também há segmentos altamente inseridos em mercados dinâmicos;
- e. *o território ganha espaço como unidade de planejamento, mas as instituições e as forças sociais continuam sendo setoriais e o viés dos investimentos continua sendo compensatório.* Nos anos 1990, a agricultura familiar passou a ser objeto de investimentos públicos por meio do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Nos anos 2000, a abordagem territorial passou a orientar as políticas e os programas para as áreas rurais, sem, contudo, conseguir superar a dicotomia entre redução da pobreza e dinamização econômica.
 - f. *o surgimento de uma economia da nova ruralidade, que explica o bom desempenho recente de algumas regiões rurais para além das políticas de transferência de renda via previdência e programas sociais.* Essa dinamização, segundo Favareto e Abramovay (2009, p. 25), está ancorada em um tripé que associa “a força da economia residencial (com transferência de recursos privados e públicos), o fornecimento de serviços públicos básicos, e políticas que estimulam a inserção mercantil de atividades econômicas de pequena escala”.

A nova ruralidade em sua relação com as aglomerações urbanas não se baseia somente na exportação de produtos primários, reduzindo essas relações à dimensão agrícola. Nessa perspectiva, a cidade concentra a produção agrícola, que é comercializada, transformada industrialmente e, em parte, redistribuída ao campo. Para além dessas relações, a nova ruralidade abarca uma gama de composições e complementaridades que podem se dar entre os mercados de trabalho, de produtos e serviços, de bens simbólicos etc. com diferentes mecanismos de composição entre os dois polos. “A pluriatividade é uma das formas modernas de integração campo-cidade, no sentido de criar, nas cidades, espaços de absorção do trabalho em disponibilidade nas áreas rurais” (WANDERLEY; FAVARETO, 2013, p. 448). Nessa perspectiva, urbano e rural

não estão em oposição, são “formas-conteúdo integradas a uma única espacialidade, onde as distinções são cada vez menos percebidas na medida em que a mesma lógica capitalista integra, contraditoriamente e complementarmente, todo o espaço” (RUA, 2011, p. 188).

Ainda no âmbito das aglomerações urbanas, destacam-se as novas formas de relação entre sociedade e natureza, que materializam uma multiplicidade de possibilidades de interações urbano-rurais. Entre muitas, destacam-se aquelas relativas à valorização e aproveitamento das amenidades naturais, à conservação da biodiversidade e à utilização de fontes renováveis de energia. Também se registram novas articulações entre os sistemas econômicos, ecológicos e sociais, no viés da economia solidária e da criação e ampliação dos mercados justos, assim como uma nova cultura pautada pelos ideais do cooperativismo e da construção democrática dos processos de gestão. No âmbito dessas experiências, é possível identificar diferentes iniciativas como a agricultura urbana, as feiras agroecológicas, entre outras. Todas essas corroboram com a perspectiva de diminuir as dependências locais dos grandes circuitos de abastecimento alimentar.

Quanto à regulamentação do trabalho agrícola, a primeira lei nacional a tratar exclusivamente do tema foi a Lei n. 4214/63, regulamentada pelo Decreto n. 55.154/63, que instituiu a previdência social rural. Outro marco foi a promulgação da Lei Complementar n. 11, que instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL). O programa previu benefícios previdenciários sem a necessidade de contribuição por parte do trabalhador. No artigo 2º, estavam previstos benefícios previdenciários como aposentadoria por velhice, invalidez, pensão, auxílio funeral, serviços de saúde e social. Contudo, foi a Constituição Federal de 1988 que equiparou os direitos dos trabalhadores rurais aos urbanos no seu artigo 7º. Posteriormente, a Convenção n. 141 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), aprovada na 60ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho (Genebra, em 1975), foi adotada no Brasil a partir do Decreto Legislativo nº 5, de 1º de abril de 1993, entrando em vigor em 27 de setembro de 1995. Reconhece a necessidade e importância da Reforma Agrária e em seu artigo 2º define a categoria de trabalhadores rurais como aquela que:

abrange todas as pessoas dedicadas, nas regiões rurais, a tarefas agrícolas ou artesanais ou a ocupações similares ou conexas, tanto se trata de assalariados como (...) de pessoas que trabalhem por conta própria, como arrendatários, parceiros e pequenos proprietários, (...) cuja principal fonte de renda seja a agricultura e que trabalhem a terra por conta própria ou exclusivamente com a ajuda de seus familiares.

O último Censo Agropecuário (2017)² confirma a crescente redução do número de trabalhadores rurais. Havia em 2017 cerca de 15 milhões de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários brasileiros (produtores, parentes, trabalhadores temporários e permanentes), sendo 1,5 milhões a menos do que no Censo anterior, de 2006. Os produtores e trabalhadores com laços de parentesco representaram 73% dos ocupados (10.958.787 pessoas). Os estabelecimentos são majoritariamente dirigidos por homens jovens, mas a participação de mulheres e de idosos com mais de 65 anos teve um discreto aumento. As mulheres correspondiam a 12,7% em 2006 e passaram para 18,6% em 2017. Os idosos chefiavam 17,5% dos estabelecimentos em 2006 e, em 2017, eram 21,4%. No que concerne à cor/raça, 52% dos ocupados eram pretos ou pardos e 45% eram brancos. Quanto à escolaridade, 23,05% dos produtores declararam não saber ler e escrever; 15,5% não frequentaram a escola; 29,7% foram alfabetizados; e cerca de 80% só estudaram até o nível fundamental. Os dados do Censo Agropecuário (2017) confirmam os baixos indicadores sociais historicamente determinados para esse grupo ocupacional.

2. Características gerais do trabalho agrícola

Nos itens a seguir, será realizada a análise do comportamento das ocupações agrícolas a partir dos dados domiciliares das últimas cinco décadas com base nos censos demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010 e da PNAD Contínua de 2018. Como mencionado anteriormente, esses dados estão também espacializados para o

² Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html. Acesso em 19 out. 2020.

universo do Brasil Metropolitano (que considera as metrópoles definidas no REGIC de 2007) (IBGE, 2008) e Brasil Não Metropolitano (que agrega os demais municípios brasileiros), como já apresentado na Figura 1. Há diferenças no sistema de classificação ocupacional utilizado em cada uma dessas pesquisas; em função disso, foi necessário realizar a compatibilização das bases que compõem esse grupo ocupacional.³ A partir desse conjunto de dados compatibilizados, foi possível identificar diferenças internas na composição dos indicadores. O Quadro 1 apresenta o código e a indicação da ocupação em cada uma das bases de dados. Ressalta-se que não há uma correspondência exata entre as ocupações em cada uma dessas bases porque as ocupações foram mais detalhadamente especificadas ao longo das pesquisas censitárias.

QUADRO 1: COMPATIBILIZAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE TRABALHADORES AGRÍCOLAS NOS CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 1980, 1991, 2000, 2010 E NA PNAD CONTÍNUA DE 2018

PESQUISA	CÓDIGO	OCUPAÇÃO
CENSO 1980 E 1991	301	Produtores agropecuários autônomos
	303	Técnicos de agropecuária
	304	Tratoristas agrícolas e outros operadores de máquinas e implementos de agropecuária
	305	Outros trabalhadores agropecuários
	321	Caçadores
	322	Pescadores
	331	Madeireiros
	332	Lenhadores
	333	Carvoeiros (fabricantes)
	334	Seringueiros
	335	Ervateiros
	336	Apanhadores, quebradores e descascadores de produtos vegetais

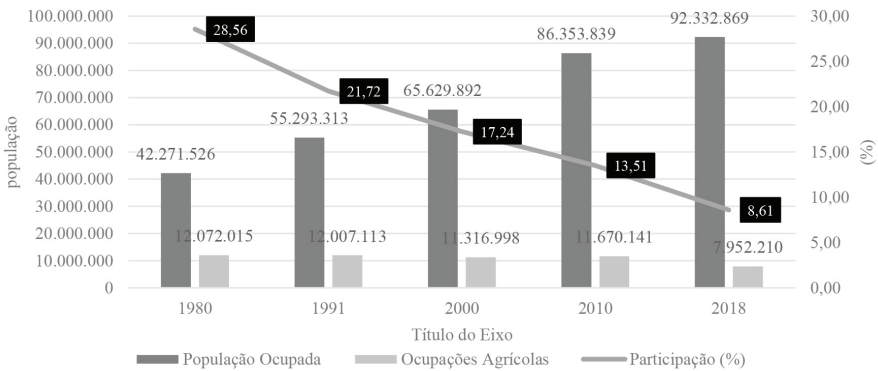
³ A classificação ocupacional dos Censos Demográficos de 1980 e de 1991 difere da classificação ocupacional do Censo Demográfico de 2000, que utiliza a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO - domiciliar). Já o Censo Demográfico de 2010 e a PNAD Contínua utilizam a Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares (COD). Segundo o IBGE (2010), as mudanças de classificação são necessárias para acompanhar a evolução do mundo do trabalho. O conjunto de dados utilizados nesta pesquisa, portanto, apresenta três classificações ocupacionais diferentes.

PESQUISA	CÓDIGO	OCUPAÇÃO
CENSO 2000	6110	Produtores agropecuários em geral
	6129	Produtores agrícolas
	6139	Produtores em pecuária
	6210	Trabalhadores na exploração agropecuária em geral
	6229	Trabalhadores agrícolas
	6239	Trabalhadores na pecuária
	6319	Pescadores, caçadores
	6329	Extrativistas florestais
	6410	Trabalhador da mecanização agropecuária e florestal
	6420	Trabalhadores da mecanização florestal
	6430	Trabalhadores da mecanização florestal
CENSO 2010 E PNAD CONTÍNUA 2018	6111	Agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agricultura (exclusive hortas, viveiros e jardins)
	6112	Agricultores e trabalhadores qualificados no cultivo de hortas, viveiros e jardins
	6114	Agricultores e trabalhadores qualificados em cultivos mistos
	6121	Criadores de gado e trabalhadores qualificados da criação de gado
	6122	Avicultores e trabalhadores qualificados da avicultura
	6123	Apicultores, sericultores e trabalhadores qualificados da apicultura e sericultura
	6129	Outros criadores e trabalhadores qualificados da pecuária não classificados anteriormente
	6130	Produtores e trabalhadores qualificados de exploração agropecuária mista
	6210	Trabalhadores florestais qualificados e afins
	6221	Trabalhadores da aquicultura
	6224	Caçadores
	6225	Pescadores
	8341	Operadores de máquinas agrícolas e florestais móveis
	9211	Trabalhadores elementares da agricultura
	9212	Trabalhadores elementares da pecuária
	9213	Trabalhadores elementares da agropecuária
	9214	Trabalhadores elementares da jardinagem e horticultura
	9215	Trabalhadores florestais elementares
9216	Trabalhadores elementares da caça, pesca e aquicultura	

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

A participação dos trabalhadores agrícolas variou bastante em relação à participação da população ocupada no país, decrescendo ao longo das cinco décadas estudadas. Alcançou quase um terço dos ocupados no Censo de 1980 e reduziu sua participação para menos de 10% na PNAD Contínua de 2018. Mesmo com essa importante redução, ainda representa quase um décimo da população ocupada do país, 7.952.210 pessoas (Gráfico 1).

GRÁFICO 1: PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS NA POPULAÇÃO OCUPADA



FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Milton Santos (1993) explica, por meio dos dados censitários de 1980 e 1990, que os movimentos populacionais inter-regionais foram intensos entre os anos 1970 e 1980, promovendo transformações importantes nos arranjos populacionais do país. A população agrícola cresceu entre 1970 e 1980, enquanto a população rural diminuiu nesse mesmo período (Tabela 1). Ressalta que esses movimentos não se deram de maneira homogênea em função dos diferentes graus de desenvolvimento das regiões impactadas pelas migrações inter-regionais e pela expansão da fronteira agrícola. A população rural cresceu nas regiões Norte e Nordeste, enquanto decresceu nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. O autor explica, ainda, que a retração da população rural está associada à mudança de domicílio de uma parte dos trabalhadores agrícolas para as áreas urbanas (os

boias-frias), embora estes continuem exercendo suas atividades nas zonas rurais.

TABELA 1: POPULAÇÃO AGRÍCOLA E POPULAÇÃO RURAL EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL POR REGIÕES DO BRASIL – 1970-1980 (EM %)

ANO/REGIÃO		1970	1980
Norte	Agrícola	25,9	30,3
	Rural	54,6	48,4
Nordeste	Agrícola	26,9	26,8
	Rural	58,2	49,5
Sudeste	Agrícola	9,9	8,3
	Rural	27,3	17,2
Sul	Agrícola	25,4	23,1
	Rural	55,7	37,6
Centro-oeste	Agrícola	18,3	17,8
	Rural	52,0	32,2
Brasil	Agrícola	18,9	17,7
	Rural	44,1	32,4

FONTE: Santos (1993, pp. 33-34), elaborada pela autora.

Silva (2002, p. 10; p. 27) explica que, até a primeira metade dos anos 1980, apesar da crise econômica que atravessava o país, o setor agrícola teve um desempenho favorável, ampliando a absorção da mão de obra pelas atividades agropecuárias. Também, a queda do valor real do salário-mínimo possibilitou a expansão do trabalho assalariado nesse setor. Nesse momento, o agronegócio começou a se estabelecer no país incentivado pelas políticas do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), contribuindo para o cenário positivo que se apresenta no setor agropecuário, diferentemente de outros setores econômicos.

A partir dos anos 1990, assistiu-se a uma crescente queda do emprego agrícola na medida em que culturas pouco intensivas em uso de mão de obra, como o milho, soja e outros grãos, aumentaram suas áreas plantadas, enquanto culturas como

o cacau, algodão e café, que absorvem mais mão de obra, se retraíram. A Tabela 2 permite observar que a quase totalidade da participação dos trabalhadores agrícolas na população ocupada se encontra nos espaços do Brasil Não Metropolitano em todas as décadas estudadas – cerca de 95%. No entanto, há uma pequena participação dos trabalhadores agrícolas nos espaços metropolitanos, em torno de 4%. Também é possível observar que a participação da população ocupada ficou praticamente constante na distribuição dos ocupados agrícolas, tanto para os espaços metropolitanos quanto para os espaços não metropolitanos.

TABELA 2: TRABALHADORES AGRÍCOLAS NO BRASIL (METROPOLITANO NÃO METROPOLITANO), PARTICIPAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA – 1980-2018

ANO	POPULAÇÃO OCUPADA				
	TOTAL	BRASIL METROPOLITANO		BRASIL NÃO METROPOLITANO	
1980	42.271.526	14.780.432	34,97%	27.491.094	65,03%
1991	55.293.313	19.260.927	34,83%	36.032.386	65,17%
2000	65.629.892	22.475.488	34,25%	43.154.404	65,75%
2010	86.353.839	30.361.509	35,16%	55.992.330	64,84%
2018	92.332.869	33.155.379	35,91%	59.177.490	64,09%
ANO	TRABALHADORES AGRÍCOLAS				
	TOTAL	BRASIL METROPOLITANO		BRASIL NÃO METROPOLITANO	
1980	12.072.015	427.958	3,5%	11.644.057	96,5%
1991	12.007.113	580.841	4,8%	11.426.272	95,2%
2000	11.316.998	376.450	3,3%	10.940.548	96,7%
2010	11.670.141	520.095	4,5%	11.150.046	95,5%
2018	7.952.210	371.134	4,7%	7.581.076	95,3%

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Quanto ao lugar de residência dos trabalhadores agrícolas⁴, os dados confirmam as considerações de Santos (1993) e Silva (2002), como se pode ver na Tabela 3. A população empregada no trabalho agrícola cresceu nos espaços urbanos na medida em que decresceram nos espaços rurais. No Censo de 1980, já se registra que 17,4% residiam em áreas urbanas, sendo que nos espaços metropolitanos esse percentual se elevou para 33,53%. Nas áreas metropolitanas, a população agrícola residente em zona urbana superou a população agrícola residente em zona rural a partir do censo de 2010.

TABELA 3: SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO (URBANO E RURAL) NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018

ANO	BRASIL NÃO METROPOLITANO		BRASIL METROPOLITANO		TOTAL	
	URBANO	RURAL	URBANO	RURAL	URBANO	RURAL
1980	16,8	83,2	33,5	66,5	17,4	82,6
1991	23,3	76,7	57,7	42,3	24,2	75,8
2000	26,7	73,3	47,3	52,7	27,4	72,6
2010	30,2	69,8	53,5	46,5	31,3	68,7
2018	30,0	70,0	52,1	47,9	31,0	69,0

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Na Tabela 4, é possível observar que as categorias de produtores e trabalhadores são as mais numerosas em todas as décadas estudadas tanto nos espaços metropolitanos como nos espaços não metropolitanos. O Censo de 2000 mostra que as demais categorias começaram a ampliar a sua contribuição na composição dos ocupados agrícolas. Essa diversificação se justifica pelas transformações e intensificação dos fluxos rural-urbanos que começam a ocorrer a partir do mundo rural, como comentado anteriormente. Nas últimas duas décadas, é possível observar separadamente a contribuição dos trabalhadores

⁴ Sobre essa questão, é importante considerar que as definições de rural e urbano no Brasil estão associadas ao perímetro urbano municipal. Assim, pequenos municípios com dinâmicas essencialmente rurais registram população urbana em função de sua moradia na sede municipal. Dessa forma, como ressalta Veiga (2002), “o Brasil é menos urbano do que se calcula”.

elementares da agricultura na composição dos trabalhadores agrícolas. Essa participação na composição é maior nos anos 2000 do que na década seguinte.

TABELA 4: PARTICIPAÇÃO DAS CATEGORIAS OCUPACIONAIS DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018 (EM %)

OCUPAÇÃO	BNM	BM	T	BNM	BM	T
PESQUISAS	1980			1991		
Produtores agropecuários autônomos	42,0	39,5	41,9	39,4	35,3	39,2
Tratoristas agrícolas e outros operadores de máquinas e implementos de agropecuária	51,9	51,1	51,9	54,4	48,8	54,1
Demais categorias	6,1	9,4	6,2	6,3	15,9	6,7
PESQUISAS	2000			–		
Produtores agrícolas	24,6	23,6	24,6	–	–	–
Trabalhadores na exploração agropecuária em geral	51,5	40,0	51,1	–	–	–
Demais categorias	23,9	36,5	24,3	–	–	–
PESQUISAS	2010			2018		
Agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agricultura (exclusive hortas, viveiros e jardins)	18,8	9,1	18,3	34,2	23,2	33,7
Agricultores e trabalhadores qualificados em cultivos mistos	21,8	26,3	22	0,1	0,1	0,1
Criadores de gado e trabalhadores qualificados da criação de gado	7,8	5,7	7,7	18,1	6,4	17,7
Trabalhadores elementares da agricultura	25,5	15,1	25,1	18,6	11,9	18,3
Demais categorias	26,1	43,8	26,8	29,0	58,4	30,1

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

A partir da Tabela 5, foi analisado o perfil sociodemográfico dos trabalhadores agrícolas. Em linhas gerais, os indicadores mostram grande semelhança com os dados do Censo Agropecuário anteriormente apresentados, coletados a partir dos estabelecimentos agrícolas no que concerne à cor/raça, faixa etária e nível de escolaridade. Tais estatísticas confirmam os efeitos do modelo de desenvolvimento conservador que acompanhou a urbanização brasileira.

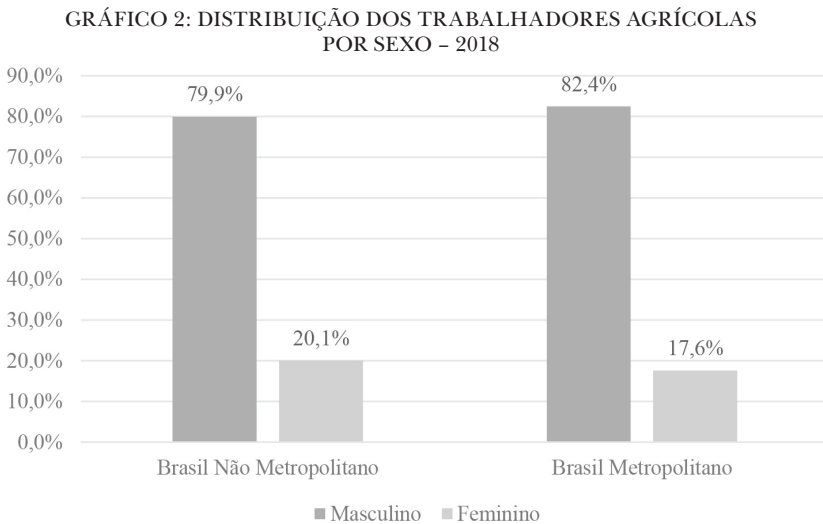
TABELA 5: PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS E DA POPULAÇÃO OCUPADA NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018 (EM %)

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO	BRASIL METROPOLITANO					BRASIL NÃO METROPOLITANO				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
SEXO										
Masculino	91,1	87,9	82,2	72,6	82,4	86,8	86,2	77,9	70,8	79,9
Feminino	8,9	12,1	17,8	27,4	17,6	13,2	13,8	22,1	29,2	20,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
COR/RAÇA										
Branca	44,7	41,3	44,0	39,7	30,3	43,6	41,1	43,4	38,9	37,7
Preta	6,6	5,9	6,8	9,0	11,7	7,3	6,5	7,9	8,2	9,3
Parda	46,9	51,6	46,7	48,9	55,5	48,8	51,1	47,0	50,9	52,1
Amarela	1,8	0,8	1,2	1,7	1,6	0,3	0,2	0,2	0,9	0,4
Indígena	–	0,1	0,5	0,8	0,9	–	0,1	0,8	1,1	0,5
Total	100,0	99,7	99,2	100,0	100,0	100,0	99,0	99,3	100,0	100,0
FAIXA ETÁRIA										
De 10 anos a 13 anos	4,4	2,5	2,0	2,5	–	6,2	3,9	3,5	3,0	–
De 14 a 17 anos	11,4	9,1	7,1	4,7	3,5	13,3	10,9	8,7	5,8	3,7
De 18 anos a 24 anos	18,0	19,3	17,6	11,4	10,9	19,6	19,4	17,2	13,0	12,0
De 25 anos a 34 anos	19,2	23,5	21,7	18,9	16,4	19,8	22,1	20,8	19,9	18,5
De 35 anos a 49 anos	24,7	25,8	27,6	28,9	33,3	23,1	24,4	26,9	29,1	33,7
De 50 anos a 64 anos	17,5	15,8	18,2	23,6	29,4	14,1	15,1	17,7	21,5	26,0
Mais de 64 anos	4,8	4,0	5,8	10,0	6,5	3,8	4,2	5,3	7,7	6,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	99,9	100,0	100,0	100,0	100,0
SABE LER E ESCREVER										
Sim	56,8	64,6	77,8	82,9	88,5	50,6	57,1	68,8	76,1	84,3
Não	43,2	35,4	22,2	17,1	11,5	49,4	42,9	31,2	23,9	15,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
NÍVEL DE ESCOLARIDADE										
Sem instrução e fundamental incompleto	97,0	90,5	82,0	72,7	62,1	98,5	96,0	88,0	79,4	68,6
Fundamental completo e médio incompleto	1,9	5,1	10,8	14,8	17,7	1,1	2,7	8,9	12,5	15,5
Médio completo e superior incompleto	0,9	3,5	6,0	10,8	17,7	0,3	1,1	2,9	7,4	14,9
Superior completo	0,2	1,0	1,2	1,7	2,5	0,0	0,1	0,2	0,7	1,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018). Nota: Em função das compatibilizações dos dados procedentes de diferentes bases censitárias em diferentes anos, para determinados indicadores, há valores residuais que impossibilitam a soma de 100% para os totais. No caso específico do indicador de cor/raça, essa diferença residual se refere aquelas pessoas que não declararam sua cor ou que declararam outra que não branca, preta, parda amarela ou indígena.

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Assim como foi observado que as ocupações agrícolas são majoritariamente não metropolitanas, é possível também aferir, a partir do Gráfico 2, que se trata de uma profissão predominantemente masculina. Cerca de oito em cada dez trabalhadores são homens, segundo os dados da PNAD Contínua. No entanto, ao considerar a série histórica que estamos analisando, pode-se perceber que houve um aumento da participação das mulheres empregadas nessa ocupação. As agricultoras eram aproximadamente 13% em 1980 nos espaços metropolitanos, e chegavam a aproximadamente 18% em 2018. Destaca-se um leve aumento da participação das mulheres em 2010, chegando a 27% na ocupação agrícola. Ainda em relação às mulheres, é importante considerar que em muitos casos são elas que desempenham a pluriatividade fora do estabelecimento agropecuário, geralmente exercendo os serviços domésticos nas aglomerações urbanas.



FONTE: IBGE – PNAD Contínua (2018).

Ao se analisar a variável cor/raça, é preciso considerar a autodeclaração do indivíduo e, além disso, que a questão racial tem sido mais problematizada nos anos recentes. No grupo agrícola, a participação da população preta e parda – isto é, de negros – foi crescente tanto nos espaços não metropolitanos, quanto nos espaços metropolitanos. Em 1980, cerca de 45% dos trabalhadores agrícolas se declararam brancos. Os pretos e pardos eram um pouco mais do

que a maioria: somavam juntos 53,3%. Esse percentual foi sempre crescente ao longo das quatro décadas. Na PNAD Contínua de 2018, os pretos e pardos somavam 67% nos espaços metropolitanos e 61% nos espaços não metropolitanos.

Em relação às faixas etárias dos trabalhadores agrícolas, é entre os 25 e os 49 anos onde se concentra a maior parte dos trabalhadores: em torno dos 50%, com pequenas variações ao longo das décadas estudadas. Percebe-se uma progressão decrescente de trabalhadores na faixa etária de 14 a 17 anos, tanto nos espaços metropolitanos quanto nos espaços não metropolitanos. Esses trabalhadores somavam cerca de 10% dos ocupados em 1980 e passaram a cerca de 2% em 2018. Uma série de fatores tem contribuído para a diminuição dessa taxa. Dentre outros, podemos citar a pluriatividade, a migração, o acesso à educação facilitado pelas políticas governamentais etc. Também é possível registrar, até o ano de 2010, a ocorrência de trabalho infantil na faixa dos 10 a 13 anos. Como já mencionado, os idosos chefiavam cerca de 20% dos estabelecimentos agrícolas. No conjunto dos ocupados agrícolas, sua participação variou em torno de 5% ao longo das décadas, variando um pouco somente no Censo de 2010.

Os níveis de escolaridade dos trabalhadores agrícolas são reveladores das permanências de um sistema de desenvolvimento conservador e desigual. O Censo de 1980 registrava que mais de 40% dos trabalhadores agrícolas não sabiam ler nem escrever; além disso, a quase totalidade dos trabalhadores apresentava somente o fundamental incompleto. Esse percentual decresceu ao longo das décadas estudadas, mas continua alto. O número de analfabetos nesse grupo soma 11,5% nas áreas metropolitanas e 15,7% nas áreas não metropolitanas. A PNAD Contínua de 2018 mostra que a participação dos trabalhadores agrícolas com o ensino médio completo foi ampliada, alcançando dois em cada dez empregados. Mesmo assim, o nível de escolaridade para esse grupo ocupacional ainda é muito precário. Também é muito alta a participação desses ocupados nos níveis inferiores de instrução (fundamental e médio incompleto): a participação desses dois grupos soma mais de 80% em todos os anos estudados. Isso deve-se ao fato de que a maioria dos postos de trabalho nessa ocupação não requer nenhum nível de qualificação. No outro extremo, o agrotecnológico exige cada vez mais um elevado nível de especialização.

Os indicadores sociais apresentados confirmam os custos sociais da modernização conservadora do campo sob o comando do agronegócio patronal. Os dados da PNAD Contínua 2018 mostram discretas melhorias dos indicadores sociais, apesar dos esforços das políticas compensatórias e de incentivos à produção desenhadas nas últimas duas décadas, como já discutido anteriormente. No próximo item, serão analisadas as condições de trabalho dos trabalhadores agrícolas.

3. Condições de trabalho dos trabalhadores agrícolas

A análise das condições de trabalho dos trabalhadores agrícolas será apresentada a partir das variáveis de posição na ocupação, horas trabalhadas, condição de contribuição para previdência e tempo de vínculo na ocupação. Os dados referentes às quatro variáveis mencionadas estão dispostos na Tabela 6, discriminando o Brasil Metropolitano do Brasil Não Metropolitano.

Os trabalhadores agrícolas se classificam majoritariamente entre empregados ou conta-própria quando se considera a posição na ocupação. No entanto, nesse grupo, é significativo o número de trabalhadores sem remuneração. Até os anos 1990, dois em cada 10 trabalhadores não eram remunerados nos espaços não metropolitanos. Esse número era um pouco menor nos espaços metropolitanos (cerca de 10%). Esse número apresentou significativa queda nos anos 2000, seguindo o movimento de melhora da economia, e voltou a cair na década seguinte.

O grupo dos empregados se diferencia entre os que possuem carteira de trabalho assinada e aqueles que não possuem. No entanto, não é possível identificar as pessoas com carteira de trabalho assinada nos censos de 1980. Os dois universos são sempre próximos, com exceção dos anos 1990, quando os empregados sem carteira eram 10 pontos percentuais mais numerosos.

No Brasil Metropolitano, os empregados apresentaram patamares de participação próximos aos dos trabalhadores por conta própria entre os trabalhadores agrícolas, com uma pequena oscilação para mais ou para menos. Em 1980, havia 39,7% de empregados, enquanto os trabalhadores por conta própria tinham uma participação ligeiramente maior, de 48,1%. Essa situação se

inverteu em 2000, quando os empregados passaram a somar 45,4% e os conta própria 42,1%. No Brasil Não Metropolitano, a relação entre os empregados e os trabalhadores por conta própria é mais constante. Os dois grupos oscilam nos mesmos patamares, com exceção de 2010, quando se ampliou o número de trabalhadores por conta própria. Registra-se, também, que a proporção dos trabalhadores sem remuneração é sempre maior no Brasil Não Metropolitano, girando em torno dos 15%, com exceção do Censo de 2000 que registra as condições ocupacionais da década anterior. Nesse período, os trabalhadores sem remuneração somavam 25% no Brasil Metropolitano e 35% no Brasil Não Metropolitano.

TABELA 6: CONDIÇÕES OCUPACIONAIS DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS NO BRASIL METROPOLITANO E BRASIL NÃO METROPOLITANO – 1980-2018 (EM %)

CONDIÇÕES OCUPACIONAIS	BRASIL METROPOLITANO					BRASIL NÃO METROPOLITANO				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO										
Empregado	39,7	32,9	45,4	36,6	49,4	27,8	22,8	39,2	32,4	40,0
<i>Com carteira</i>	—	18,6	17,3	17,8	22,6	—	11,3	12,8	12,6	14,8
<i>Sem carteira</i>	—	14,3	28,0	18,8	26,8	—	11,5	26,4	19,9	25,2
Conta própria	48,1	56,2	42,1	31,3	43,6	51,0	54,2	39,1	33,8	45,5
Militares e Funcionários	—	0,4	0,8	0,2	0,1	—	0,2	0,4	0,1	0,1
Sem remuneração	11,5	10,6	11,8	31,9	6,9	20,6	22,8	21,3	33,7	14,3
Sem declaração	0,8	—	—	—	—	0,6	—	—	—	—
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	54,4
QUANTOS TRABALHOS TINHA										
1 trabalho	94,9	97,2	98,6	97,2	98,1	92,7	96,2	98,0	96,6	96,5
2 trabalhos ou mais	3,0	2,8	1,4	2,8	1,9	3,5	3,8	2,0	3,4	3,5
Total	97,9	100,0	100,0	100,0	100,0	96,2	100,0	100,0	100,0	100,0
HORAS DE TRABALHO										
Menos de 15 horas	0,5	1,2	4,7	17,4	4,3	0,4	0,8	3,7	12,7	6,7
De 15 a 29 horas	3,3	4,7	10,0	12,1	14,0	4,2	6,4	13,4	15,8	20,3
De 30 a 39 horas	8,9	7,2	9,8	8,7	14,4	13,1	8,7	11,5	9,1	11,8
De 40 a 48 horas	48,2	61,5	43,9	44,7	50,1	51,3	62,3	46,1	45,7	45,4
De 49 horas e mais	37,4	25,5	31,3	17,1	17,2	29,6	21,9	25,3	16,6	15,8
Sem declaração	1,7	—	0,3	—	—	1,4	—	0,1	—	—
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	99,9	100,0

CONDIÇÕES OCUPACIONAIS	BRASIL METROPOLITANO					BRASIL NÃO METROPOLITANO				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
CONTRIBUIÇÃO PARA A PREVIDÊNCIA										
Contribuinte	18,9	25,6	24,8	14,4	37,7	7,9	14,4	19,6	15,6	31,6
Não contribuinte	77,3	72,4	75,2	85,6	62,3	87,6	84,1	80,4	84,3	68,4
Sem declaração	3,8	2,0	—	—	—	4,4	1,5	—	—	—
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	99,9	100,0	100,0	99,9	100,0
TEMPO DE VÍNCULO COM A OCUPAÇÃO										
Menos de 1 mês	—	—	—	—	4,2	—	—	—	—	6,5
De 1 mês a menos de 1 ano	—	—	—	—	17,2	—	—	—	—	14,6
De 1 ano a menos de 2 anos	—	—	—	—	7,5	—	—	—	—	5,5
2 anos ou mais	—	—	—	—	71,1	—	—	—	—	73,4
Total	—	—	—	—	100,0	—	—	—	—	100,0

FONTE: IBGE — Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).
 Notas: Em função da compatibilização dos dados procedentes de diferentes bases censitárias, em diferentes anos para determinados indicadores, há valores residuais que impossibilitam a soma de 100% para os totais. Em relação à Posição na ocupação, os valores residuais se referem à não declaração em relação à posição na ocupação. Em relação à variável sobre quantos trabalhos tinha, especificamente para o censo de 1980, foi considerada a questão “na última semana estava?” que informa entre outras possíveis respostas: “Um trabalho”, “Vários Trabalhos”. Somente essas foram informadas na tabela porque são compatíveis com os demais censos. As demais respostas “:”Trabalho Diferenciado”, “Procurando Trabalho”, “Aposentou-se” e “Não trabalhava nem procurava”, somam o percentual residual para esse indicador, no referido ano.

Silva (2002, p. 10), ao estudar a População Economicamente Ativa (PEA) ocupada segundo a situação do domicílio (rural e urbano) e a natureza da atividade (agrícola e não agrícola), observou que o crescimento da PEA rural é superior ao da PEA agrícola a partir da segunda metade dos anos 1980 e 1990. Destaca-se, ainda, para as análises, o número de empregos não agrícolas que ocupa a PEA Rural, sempre maior do que 30% nas regiões Nordeste, Centro-oeste e Sul, chegando a 40% na região Sudeste.

Quando se observa a relação entre os trabalhadores com e sem carteira assinada, nota-se que a proporção dos sem carteira é maior a partir do censo de 2000, e essa diferença se acentua nos espaços não metropolitanos, com aumento da participação daqueles com carteira em 2018. Quando se observa conjuntamente os trabalhadores por conta própria e os sem remuneração, verifica-se a vulnerável condição de informalidade

dos trabalhadores dessa categoria em todas as décadas analisadas. Silva (2002) alerta que, em relação à atividade agrícola, muitas vezes se associa o estatuto de conta-própria com o de empregado numa mesma pessoa.

As conquistas legislativas influenciaram positivamente a proporção dos contribuintes para a previdência social, principalmente nas áreas metropolitanas, que se ampliaram de 19% em 1980 para 37% em 2018. No entanto, essa ampliação não foi uniforme, acompanhando as oscilações econômicas às quais o país estava submetido. Destaca-se, também, o elevado número de não contribuintes (sempre superior a 30% em todas as décadas estudadas), mais uma vez demonstrando o peso da modernização conservadora nesse grupo ocupacional.

As jornadas de trabalho dos trabalhadores agrícolas são elevadas, majoritariamente acima das 40 horas semanais, e, mais recentemente, concentradas na faixa de 40 a 48 horas semanais tanto nos espaços metropolitanos quanto nos espaços não metropolitanos. Nos Censos de 1980, 1991 e 2000 é possível constatar que parte significativa dos ocupados trabalhavam mais de 49 horas semanais. Esse percentual foi superior a 30% no Brasil Metropolitano em 1980 e 2000. Quanto ao número de vínculos, verificou-se que o trabalhador agrícola é majoritariamente monoativo. Esse percentual foi superior a 90% em todas as pesquisas. Cerca de 3% dos ocupados somente apresentaram dois ou mais vínculos.

Na PNAD Contínua, é possível observar o tempo de vínculo na ocupação. Cerca de dois entre dez trabalhadores têm menos de um ano na ocupação em 2018. Esse percentual é um pouco menor no Brasil Não Metropolitano: 14,6%. Mais de 70% dos ocupados agrícolas têm dois anos ou mais de vínculo, o que demonstra que, apesar da precariedade, os trabalhadores agrícolas estabelecem vínculos de média duração.

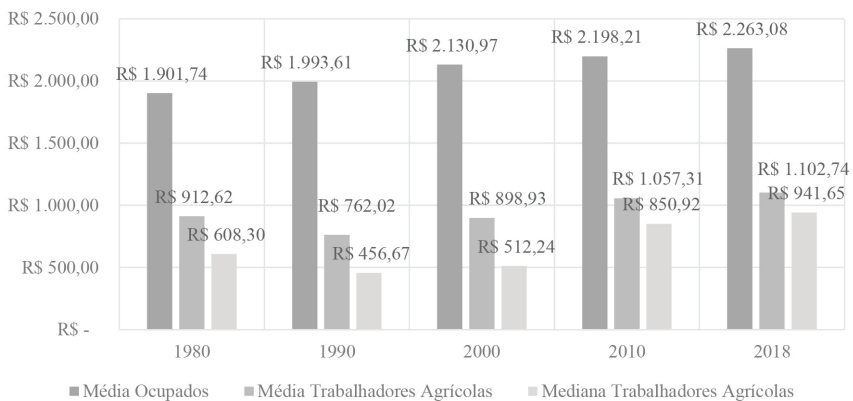
Como apresentado na seção anterior, os dados analisados a partir da posição na ocupação, das horas trabalhadas e da condição de contribuição para previdência dos trabalhadores agrícolas reafirmam as condições de muita precariedade desses trabalhadores. Como comentamos, é muito significativo o número de trabalhadores sem carteira assinada e os que exercem atividades

por conta própria, com jornadas de trabalho muito elevadas. Também é alto o número de trabalhadores que não contribuem para a previdência. Na próxima seção, será verificado se as remunerações obtidas compensam as precárias condições de trabalho.

4. Rendimentos reais dos trabalhadores agrícolas

No Gráfico 3, foram relacionadas as médias e as medianas dos rendimentos dos trabalhadores agrícolas no universo pesquisado de 1980 a 2018. As precárias condições de trabalho não são compensadas pelos seus níveis de rendimentos, apesar de se verificar uma pequena melhoria nos períodos analisados. A remuneração desses trabalhadores não chega à metade da média dos rendimentos dos ocupados brasileiros. Em 1980, esse grupo ocupacional ganhava em média R\$ 912,62, e, em 2018, essa média passou a R\$ 1.102,74, um pouco mais de um salário-mínimo. Essas médias refletem as reais condições de remuneração da maior parte desses trabalhadores, como veremos na Tabela 7. Observando conjuntamente as médias e as medianas, podemos aferir que metade da população obtinha rendimentos próximos a meio salário-mínimo até os anos 1990, sendo essa mediana um pouco maior em 2010 e 2018.

GRÁFICO 3: MÉDIA E MEDIANA DOS RENDIMENTOS DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS – 1980-2018



FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018). Em valores corrigidos para BRL (R\$) de dezembro de 2019.

Ao analisar a Tabela 7 confirmamos os dados do gráfico anterior. Observamos que a maioria dos trabalhadores agrícolas recebe rendimentos inferiores a mil reais, ou seja, a um salário-mínimo aproximadamente (referente ao valor de 2020). Esse percentual corresponde a aproximadamente dois terços dos ocupados agrícolas tanto em espaços metropolitanos, quanto em espaços não metropolitanos. Esse contingente se manteve ao longo das décadas analisadas, e foi ligeiramente menor em 2018, mas ainda superior à média dos ocupados remunerados que recebem até um salário-mínimo. Além disso, nos anos 1980 (conforme dados do Censo de 1991), 41% da população recebia até R\$ 500 nos espaços metropolitanos, e esse percentual chegou a 53% nos espaços não metropolitanos. A participação da população agrícola na faixa de maior rendimento, acima de R\$ 3 mil, é pequena, em torno dos 5%. É possível verificar, ainda, um leve aumento no contingente de trabalhadores que ganharam de R\$ 1 mil até R\$ 1.500 nas últimas duas décadas. Esses rendimentos foram ligeiramente maiores nos espaços não metropolitanos em 2018.

TABELA 7: DISTRIBUIÇÃO POR FAIXA DE RENDIMENTO DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018 (EM %)

FAIXA DE RENDIMENTOS (R\$)	BRASIL METROPOLITANO				
	1980	1991	2000	2010	2018
Até 500	24,2	41,0	24,6	18,3	32,1
Acima de 500 a 1.000	49,3	32,2	45,3	46,0	28,5
Acima de 1.000 a 1.500	12,7	11,1	15,6	19,2	18,3
Acima de 1.500 a 2.000	5,1	5,3	4,7	7,7	9,2
Acima de 2.000 a 3.000	3,6	4,2	4,2	4,1	6,9
Acima de 3.000	5,0	6,2	5,6	4,7	5,1
	BRASIL NÃO METROPOLITANO				
	1980	1991	2000	2010	2018
Até 500	34,5	52,9	38,9	31,2	19,1
Acima de 500 a 1.000	44,0	31,6	38,0	40,0	34,6
Acima de 1.000 a 1.500	11,2	8,0	12,8	14,0	24,3
Acima de 1.500 a 2.000	4,1	3,3	3,8	7,0	9,8
Acima de 2.000 a 3.000	2,9	2,0	2,7	3,7	7,4
Acima de 3.000	3,3	2,2	3,8	4,1	4,9

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018). Em valores corrigidos para BRL (R\$) de dezembro de 2019.

Observando a comparação do rendimento médio dos trabalhadores agrícolas entre Brasil Metropolitan e Brasil Não Metropolitan por sua posição na ocupação (Tabelas 7 e 8), podemos perceber que, nos anos 1970 e 1980, os trabalhadores por conta própria recebiam mais do que os empregados. No entanto, essa diferença tende a diminuir a partir dos anos 1990, quando os trabalhadores com carteira assinada passaram a ter uma média de rendimentos equivalente à dos trabalhadores por conta própria. Na PNAD Contínua de 2018, observa-se que os rendimentos médios dos trabalhadores com carteira assinada são superiores ao rendimento médio dos trabalhadores por conta própria. Esses movimentos podem ser mais bem percebidos na Tabela 9. Tais transformações se devem à ampliação dos direitos trabalhistas no campo a partir dos anos 2000, como já mencionado na primeira parte deste capítulo.

TABELA 8: DISTRIBUIÇÃO POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E FAIXA DE RENDIMENTO DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018 (EM R\$)

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	BRASIL METROPOLITANO				
	1980	1991	2000	2010	2018
Empregado	752,78	–	–	–	–
<i>Com carteira</i>	–	900,89	1027,40	1.245,32	1.301,01
<i>Sem carteira</i>	–	707,96	727,93	899,16	1.298,05
Conta própria	1.596,61	1.236,19	1.464,95	1.480,93	1.014,17
Total*	1.211,30	1.076,85	1.144,22	1.272,19	1.167,13
	BRASIL NÃO METROPOLITANO				
	1980	1991	2000	2010	2018
Empregado	692,29	–	–	–	–
<i>Com carteira</i>	–	825,00	874,59	1.212,98	1.479,36
<i>Sem carteira</i>	–	627,42	563,28	704,14	779,64
Conta-própria	1.136,28	885,58	1.112,89	1.150,64	1.150,68
Total*	975,17	836,71	889,18	1046,73	1.100,03

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018). Em valores corrigidos para BRL (R\$) de dezembro de 2019. Nota: * Rendimento médio do total dos trabalhadores agrícolas, independentemente da posição na ocupação, no Brasil Metropolitan e Não Metropolitan

TABELA 9: COMPARAÇÃO DO RENDIMENTO MÉDIO ENTRE BRASIL METROPOLITANO E BRASIL NÃO METROPOLITANO POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO – 1980-2018 (EM R\$)

POSIÇÃO	BRASIL METROPOLITANO				
	1980	1990	2000	2010	2018
Empregado	752,78	–	–	–	–
<i>Empregado (com carteira)</i>	–	900,89	1.027,40	1.245,32	1.301,01
<i>Empregado (sem carteira)</i>	–	707,96	727,93	899,16	1.298,05
Conta-própria	1.596,61	1.236,19	1.464,95	1.480,93	1.014,17
Militares e funcionários públicos estatutários	–	1.146,57	1.231,48	3.153,52	6.277,65
TOTAL	1.211,30	1.076,85	1.144,22	1.272,19	1.167,13
POSIÇÃO	BRASIL NÃO METROPOLITANO				
	1980	1990	2000	2010	2018
Empregado	692,29	–	–	–	–
<i>Empregado (com carteira)</i>	–	825,00	874,59	1.212,98	1.479,36
<i>Empregado (sem carteira)</i>	–	627,42	563,28	704,14	779,64
Conta-própria	1.136,28	885,58	1.112,89	1.150,64	1.150,68
Militares e funcionários públicos estatutários	–	880,49	800,36	2.171,40	2.136,72
TOTAL	975,17	836,71	889,18	1.046,73	1.100,03

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Quando se espacializa os rendimentos dos trabalhadores agrícolas para as regiões metropolitanas que compõem o conjunto metropolitano, em 2018, foi possível constatar que as metrópoles do Norte e Nordeste concentram o maior número de trabalhadores que recebem remuneração menores do que R\$ 1 mil, enquanto nas demais regiões metropolitanas os rendimentos da maior parte dos ocupados encontra-se no patamar seguinte, entre R\$ 1 mil e R\$ 1.500. Em São Paulo, Goiânia, Belo Horizonte e Curitiba, mais de 10% dos ocupados agrícolas apresentam ganhos superiores a R\$ 2 mil, e São Paulo se destaca por apresentar mais de 40% dos trabalhadores com rendimentos nas classes superiores da tabela. Tais números demonstram que permanecem as assimetrias sul-norte herdadas do modelo de industrialização conservadora já comentado anteriormente (Tabela 10).

TABELA 10: DISTRIBUIÇÃO DAS OCUPAÇÕES AGRÍCOLAS POR FAIXA DE RENDIMENTOS E POR REGIÕES DO BRASIL (METROPOLITANO NÃO METROPOLITANO) - EM %

RENDIMENTOS (R\$)	ATÉ 500	ACIMA DE 500 A 1.000	ENTRE 1.000 E 1.500	ENTRE 1.500 E 2.000	ENTRE 2.000 E 3.000	ACIMA DE 3.000	TOTAL
BRASIL METROPOLITANO							
RM Belém	32,2	27,3	32,4	0,0	8,1	0,0	100,0
RM de Manaus	48,0	33,0	10,7	0,7	5,0	2,6	100,0
RM Fortaleza	39,8	46,7	9,3	2,0	2,2	0,0	100,0
RM Recife	35,7	50,1	9,4	3,2	1,6	0,0	100,0
RM Salvador	51,0	27,9	13,2	1,4	6,6	0,0	100,0
RM Belo Horizonte	5,4	35,2	36,4	12,5	6,3	4,3	100,0
RM Rio de Janeiro	8,4	39,9	38,2	10,0	1,8	1,7	100,0
RM São Paulo	6,6	16,0	27,5	9,7	23,6	16,7	100,0
RM Curitiba	13,9	35,8	24,9	11,1	6,6	7,8	100,0
RM Porto Alegre	6,7	46,3	24,6	7,7	7,9	6,7	100,0
RM Goiânia	3,2	22,2	47,0	12,4	9,3	6,0	100,0
BRASIL NÃO METROPOLITANO							
Outros Municípios	32,1	28,5	18,3	9,2	6,9	5,1	100,0
Total	30,3	28,3	17,7	10,0	7,6	6,1	100,0

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Favareto e Abramovay (2009) analisaram a evolução dos indicadores de renda, desigualdade e pobreza do conjunto de municípios brasileiros e constataram que foram poucos os municípios que conseguiram, simultaneamente, durante os anos 1990, diminuir a pobreza e a desigualdade e, ao mesmo tempo, aumentar a renda de seus habitantes. Destacam que essas situações foram mais comuns nas regiões tipicamente rurais do que nas regiões metropolitanas. Nas áreas rurais, dois em cada dez municípios conseguiram melhorar a renda e diminuir pobreza e desigualdade, mas nas áreas mais urbanizadas esse número cai pela metade.

Considerações finais

Foi apresentada neste capítulo uma análise sobre as mudanças ocorridas no grupo ocupacional dos trabalhadores agrícolas, no período de 1980 a 2018, observando o Brasil Metropolitano e o Brasil Não Metropolitano. Foi possível constatar que não há uma mudança importante na estrutura agrária brasileira, visto que os dados do último Censo Agropecuário (2017) registraram somente um pequeno aumento dos estabelecimentos agropecuários entre 2006 e 2017. Sendo assim, esse grupo de trabalhadores é predominantemente não metropolitano, cuja ocupação está associada, principalmente, ao trabalho no estabelecimento rural. Também ficou evidenciado que, em geral, não há grandes diferenças entre as condições socioeconômicas de trabalho e remuneração nos espaços metropolitanos e não metropolitanos para esses trabalhadores.

Pôde-se constatar que, apesar da participação do grupo dos trabalhadores agrícolas não ser tão relevante nos espaços metropolitanos, a sua observação se faz essencial, uma vez que, mesmo nos espaços metropolitanos, permanecem as heranças da modernização conservadora materializada nos altos custos sociais e nas baixas condições socioeconômicas desses trabalhadores. Até nas áreas em que os efeitos da agropecuária moderna baseada em *commodities* são positivos, são acentuadas as desigualdades tanto nos espaços metropolitanos, quanto em espaços não metropolitanos reconfigurados por essas atividades. Embora não sejam revelados pelas estatísticas, é possível observar também movimentos de resistência expressos na importância da agropecuária familiar como provedora de alimentos para a população metropolitana, estreitando assim as relações urbano-rurais.

No que concerne à participação dos trabalhadores agrícolas em relação à participação da população ocupada do país, registrou-se um decréscimo importante ao longo das quatro décadas estudadas, embora seja numerosa e represente quase 10% dos ocupados do país. Os baixos indicadores sociais caracterizam o grupo ocupacional, apesar das políticas compensatórias e de incentivo à produção terem sido implantadas mais recentemente. Atualmente, com o desmonte do Ministério do Desenvolvimento Agrário, algumas políticas

territoriais importantes foram extintas. As condições de trabalho reafirmam as condições de precariedade já mencionadas e não são compensadas pelos níveis de rendimento obtidos por este grupo. É muito significativo o número de trabalhadores sem carteira assinada e os que exercem atividades por conta própria, com jornadas de trabalho muito elevadas. Também é alto o número de trabalhadores que não contribui para a previdência. Os rendimentos provenientes do trabalho são baixos e inferiores a um salário-mínimo para mais de dois terços dos trabalhadores.

O IBGE (2017) disponibilizou recentemente o estudo “Caracterização e classificação dos espaços rurais e urbanos no Brasil”, visando a aprimorar as classificações sobre o urbano e o rural divulgadas nos Censos Demográficos. O estudo considera que a

relação entre os espaços urbanos e rurais deve analisar as ligações urbano-rurais, que podem ser representadas pelos fluxos de bens, pessoas, recursos naturais, capital, trabalho, serviços, informação e tecnologia, conectando zonas rurais, periurbanas e urbanas. Essas conexões são complementares e sinérgicas e impactam na configuração espacial brasileira (s.p.).

A utilização de bases de dados adaptadas e associadas a essa tipologia poderia enriquecer as análises realizadas nesse estudo.

Por fim, como ressaltam Wanderley e Favareto (2013, p. 441), o processo de urbanização brasileiro expressa significados distintos a depender do projeto assumido pelos agentes promotores das principais iniciativas de desenvolvimento: a afirmação da grande propriedade como ‘modelo ideal de empresa rural’ que continua a promover uma modernização conservadora da agricultura, com padrões segregadores de trabalho, produção e consumo; ou, em outra direção, “a implantação de uma modernização rural, pela qual os habitantes do campo possam ter assegurado o acesso aos bens e serviços socialmente necessários e possam, ainda, participar como protagonistas da gestão desse mesmo acesso.” No atual contexto político-econômico, fica ainda mais evidente a opção pela modernização conservadora, com importante repercussão das desigualdades sobre a vida dos trabalhadores agrícolas.

Livia Isabel Bezerra de Miranda é doutora em Desenvolvimento Urbano, professora nos Programas de Pós-Graduação em Engenharia Civil e Ambiental na Universidade Federal de Campina Grande e no Programa Interinstitucional de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba e Coordenadora do Núcleo Paraíba do Observatório das Metrôpoles. Contato: liviaibmiranda@gmail.com.

Referências

ARAÚJO, T. B. “Pensando o futuro das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil”. In: MIRANDA, C.; TIBÚRCIO, B. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios**. Brasília: IICA, 2010, pp. 197-216. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v. 12).

BITOUN, J.; MIRANDA, L.; SOARES, F. R.; *et al.* “Tipologia Regionalizada dos Espaços Rurais brasileiros”. In: MIRANDA, C. (Org). **Tipologia Regionalizada dos Espaços Rurais brasileiros: implicações no Marco Jurídico e nas políticas públicas**. Brasília: IICA, 2017 (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v. 22).

ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, pp. 153-167, novembro 2011.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Visão 2030**. O futuro da agricultura brasileira. Brasília: Embrapa, 2018.

FAVARETO, A. “Tendências contemporâneas dos estudos e políticas sobre o desenvolvimento territorial” In: MIRANDA, C.; TIBÚRCIO, B. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios**. Brasília: IICA, 2010. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.12)

FAVARETO, A.; ABRAMOVAY, R. O surpreendente desempenho do Brasil rural nos anos 1990. **Working papers 032**. Rimisp Latin American Center for Rural Development. Programa Dinámicas Territoriales Rurales, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Caracterização e classificação dos espaços rurais e urbanos no Brasil: uma primeira aproximação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares – COD: Principais diferenças entre a COD e a CBODomiciliar**. Fórum SIPD. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Região de Influência das Cidades – REGIC**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Região de Influência das Cidades – REGIC**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020.

KAISER, B. **La Renaissance rurale: sociologie des campagnes du monde occidental**. Paris: Armand Colin, 1990.

MIRANDA, C. (Org.). **Tipologia regionalizada dos espaços rurais brasileiros: implicações no marco jurídico e nas políticas públicas**. Brasília: IICA, 2013. [Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v. 22]

MIRANDA, C.; SILVA, H. (Orgs.). **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras**. Brasília: IICA, 2013. [Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v. 21]

MOURA, R. **Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

RUA, J. “Continuidade ou ruptura na expansão da Metrópole para além de seus limites formais: urbanidades no rural?” In: RAINER, R.; SOUTHERN, B. C. (Orgs.). **Expansão metropolitana e transformações das interfaces entre cidade, campo e região na América Latina**. São Paulo: Max Limonad, 2011, pp. 186-199.

SANTOS, M. **A urbanização Brasileira**. São Paulo: Editora Ucitec, 1993.

SILVA, J. G. **O novo rural brasileiro**. Campinas, SP: Unicamp, 2002.

THERY, H.; THERY, N. Disparidades e dinâmicas territoriais no Brasil. **Revista do Departamento de Geografia-USP**, volume especial 30 Anos, pp. 68-91, 2012.

VEIGA, J. E. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas – SP: Editores Associados, 2002.

WANDERLEY, M.; FAVARETO, A. “A singularidade do rural brasileiro: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas”. In: MIRANDA, C.; SILVA, H. (Orgs.). **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras**. Brasília: IICA, 2013, pp. 413-472.

Trabalhadores do Apoio Administrativo: ocupações não manuais, mas de posição subordinada¹

*José Júlio Ferreira Lima
Juliano Pamplona Ximenes Ponte
Ricardo Bruno Nascimento dos Santos
Raul da Silva Ventura Neto*

Introdução

Este estudo é uma breve reflexão sobre o *grupo ocupacional* de *trabalhadores do apoio administrativo*, conduzido através da rede nacional de pesquisa do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) Observatório das Metrópoles, nacionalmente coordenado a partir do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ). Um grupo ocupacional é definido pela legislação brasileira de cargos do serviço civil como “[...] séries de classes ou classes que dizem respeito a atividades profissionais correlatas ou afins, quanto à natureza dos respectivos trabalhos ou ao ramo de conhecimentos aplicados no seu desempenho” (BRASIL, 1960). *Serviço*, assim, seria “[...] a justaposição de grupos ocupacionais, tendo em vista a identidade, a similaridade ou a conexidade das respectivas atividades profissionais” (BRASIL, *op. cit.*). Embora essas definições façam parte da regulamentação funcional do Setor Público do Poder Executivo em Nível Federal, representam o conteúdo exato de manuais e procedimentos técnico-científicos da ciência da Administração em aplicação no Brasil.

Os trabalhadores do apoio administrativo fazem parte de um espectro que envolve serviços postais, atendentes e secretários,

¹ Os autores agradecem a Marcelo Gomes Ribeiro e Paula Guedes, da coordenação nacional do Observatório das Metrópoles, pelo tratamento de dados e pela condução da presente pesquisa.

contínuos, despachantes, escriturários, auxiliares de escritório e ocupações correlatas. São ocupações cuja exigência de formação acadêmica no Brasil é relativamente baixa e, portanto, costumam representar trabalho de pouca especialização funcional e remuneração.

Além desta Introdução e das Considerações Finais, este texto se divide em três seções, realizando uma análise e comentários acerca da situação dos trabalhadores do apoio administrativo entre os anos de 1980 a 2018. São utilizados dados censitários e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), ambos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Inicialmente é proposta uma caracterização do grupo ocupacional, com as descrições das respectivas ocupações, a regulamentação jurídica de seu trabalho e seu posicionamento no setor terciário, onde majoritariamente se localiza o grupo. Em seguida, um perfil econômico e demográfico é apresentado de modo a aprofundar e qualificar a caracterização inicial em busca de contradições e do traço permanente de desigualdade socioeconômica presente na economia e na sociedade brasileiras. Por fim, trabalha-se um perfil sintético do grupo ocupacional de trabalhadores do apoio administrativo, apontando para estudos futuros e desdobramentos da análise inicial.

1. Características gerais dos trabalhadores do apoio administrativo

Os trabalhadores do apoio administrativo são formados por empregados que compõem um dos 10 grandes grupos que, por sua vez, compõem a Classificação Brasileira de Ocupações de 2002 (CBO2002), que considera os chamados *níveis de competência* da ocupação, bem como o *grau de escolaridade* exigido (MT, 2017; Quadro 1). Em termos da classificação oficial, trabalhou-se com o GG4, isto é, o Grande Grupo 4, composto por trabalhadores de serviços administrativos que se subdividem em dois subgrupos principais: aqueles ocupados em rotinas e procedimentos administrativos internos e aqueles que atendem ou desempenham atividades de interface com o público (*Idem, op. cit.*).

QUADRO 1: GRANDES GRUPOS E TÍTULOS OCUPACIONAIS, SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES – 2002

CBO 2002 – GRANDES GRUPOS / TÍTULOS		NÍVEL DE COMPETÊNCIA
0	Forças armadas, policiais e bombeiros militares	Não definido
1	Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes	Não definido
2	Profissionais das ciências e das artes	4
3	Técnicos de nível médio	3
4	Trabalhadores de serviços administrativos	2
5	Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	2
6	Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca	2
7	Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	2
8	Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	2
9	Trabalhadores de manutenção e reparação	2

FONTE: Ministério do Trabalho (MT, 2017).

Quanto à divisão estabelecida pela CBO 2002, frente à mudança de natureza do chamado trabalho artesanal, nota-se que

[...] nas atividades de serviços, datilógrafos tornaram-se processadores de texto e até mesmo diagramadores, em menos de três anos de inovações nos sistemas de trabalho. Diagramadores de texto, apesar do equipamento sofisticado, poderiam ser classificados como artesanais, se levarmos em conta os conhecimentos cognitivos demandados no seu exercício (MT, 2017).

Estas ocupações exigiriam competência de nível 2, isto é, o segundo nível mais baixo de competência e conhecimento aplicado como exigências para seu desempenho (Idem, *ibidem*). A informatização de tarefas e a *alienação do trabalho* mediante a automação e a divisão organizacional e administrativa dos ofícios envolvidos desvincula o controle do produto do trabalho de quem o desenvolve. Esse processo de alienação (MARX, 2015) destituiu tais executores das tarefas não apenas do controle e dos produtos, mas

também da *expertise* exercida sobre estes, o que lhes retira poder. Além desse aspecto, quando se reflete sobre o caráter operacional, técnico, tátil e aplicado dos ofícios envolvidos nessa grande categoria, para sempre a dimensão da *máquina* sobre o indivíduo e do grupo que exerce o trabalho. A dimensão, os efeitos e a inserção de máquinas no processo de trabalho, em ofícios classicamente identificados como supostamente tendendo a maior recurso a atividades *manuais* ou *intelectuais*, são invariavelmente associados ao desemprego, à dispensa da mão de obra (SENNETT, 2019) e à fragilização das condições de trabalho do ponto de vista de quem o exerce.

A Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) é relevante para as análises de mercado de trabalho e dos estudos do trabalho em geral no Brasil. A CNAE é adotada pelas estatísticas oficiais do país e já alinhada com os padrões internacionais vigentes (RENAST, 2018). Os *Serviços de escritório, do apoio administrativo e outros serviços prestados às empresas*, de código 82 na CNAE, têm quatro subdivisões (Tabela 1).

TABELA 1: SUBGRUPOS DE OCUPAÇÃO DA CNAE 2.0, TOTAL DE VÍNCULOS (E DE VÍNCULOS COM AFASTAMENTO POR DOENÇA) E TAXA DE AFASTAMENTO – 2007-2018

SUBDIVISÕES: GRUPO DE OCUPAÇÃO	CÓDIGO	TOTAL DE VÍNCULOS	VÍNCULOS COM AFASTAMENTO POR DOENÇA	% DE AFASTAMENTO
Atividades de organização de eventos, exceto culturais e esportivos	823	766.631	16.923	2,21
Atividades de teleatendimento	822	9.424.507	615.466	6,53
Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas	829	10.095.856	358.403	3,55
Serviços de escritório e apoio administrativo	821	4.887.496	200.960	4,11

FONTE: RENAST (2018); MTE – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Os trabalhadores do apoio administrativo desenvolvem atividades como as de secretariado (de nível médio e superior); serviços de escriturários em geral e dos antigos *contínuos*, *expedidores*, *almoxarifes*; operadores de máquinas e equipamentos de escritório (copiadoras, computadores, dispositivos de controle de portaria etc.), incluindo os antigos *mecanógrafos*; apoio a processamento de dados (como digitadores, sobretudo); caixas de banco e empresas do ramo financeiro; auxiliares de contabilidade, orçamento e auditoria (de nível médio); coletadores de apostas e jogos; serviços de apoio a arquivos e bibliotecas; cobradores e similares; arquivistas; trabalhadores de agências de viagens; recepcionistas; trabalhadores de centrais de atendimento; auxiliares de escritório; *telefonistas* (profissão hoje praticamente extinta, cujas funções se mesclam às de secretários ou operadores de máquinas); despachantes; funcionários de serviços de informações; trabalhadores dos serviços postais, telegráficos e de comunicações (Correios e similares); operadores de *telemarketing*; trabalhadores de serviços dos ramos securitário, estatísticos e financeiros; inspetores de escolas; controle de abastecimento e estoque; apoio à produção em geral; guarda-fios (manutenção de redes de energia, dados e telefonia); codificadores de dados, revisores de impressão; escreventes; trabalhadores de arquivos; serviços de pessoal; apoio administrativo em geral.

Há, no Brasil e no mundo, o fenômeno do aumento da escolarização da população, não acompanhado do aumento de demanda por mão de obra na economia, o que implica na ocupação de vagas de trabalho de nível de escolaridade inferior àquele obtido pelo empregado. Isso tem provocado a ocupação de vagas de nível médio por profissionais de nível superior, bem como a ocupação de vagas de nível fundamental por profissionais de nível médio (VIANNA; OLIVEIRA, 2010). O Brasil, aliás, seria um país em que o retorno financeiro da sobre-escolarização (ou da escolarização “excessiva” para as exigências objetivas de determinado trabalho) seria indiretamente incentivada, em que pese a comprovação de que empregados em funções de escolaridade compatível com a do trabalhador paguem em média mais (VIANNA; OLIVEIRA, *op. cit.*) O estudo citado,

realizado majoritariamente com pessoas entre 15 e 60 anos de idade, reconhece que ainda restaria outro fenômeno a se analisar: o da sobre-escolarização persistente entre idosos que ainda são “arrimo” de família (*Idem, op. cit.*). Ainda neste sentido, o fenômeno da sobre-escolarização parece ser mundialmente maior para mulheres com filhos, que costumam ter a carreira profissional interrompida (*Idem, ibidem*).

Como se pode notar pelos atributos descritivos das ocupações, podemos dividi-las em trabalhos burocráticos com dados e informações (secretários, telefonistas, recepcionistas, dentre outros); em trabalhos relacionados à logística e fluxos de mercadorias e serviços (despachantes, carteiros, operadores de *marketing* etc.); em auxiliares que operam máquinas e equipamentos específicos; naqueles que provêm suporte a outros profissionais (arquivistas, almoxarifes, operadores de computador etc.) em atividades administrativas e não finalísticas. Deve ser notada, na descrição das ocupações, a variação entre habilidades e técnicas de natureza manual e operadora de equipamentos, bem como a necessidade de conhecimentos de nível básico ou intermediário. Uma parte dessas profissões está regulamentada por lei no Brasil, indicando alto nível de deficiência na regulamentação e, portanto, no amparo legal das atividades do ponto de vista da força de trabalho. Por outro lado, as poucas ocupações regulamentadas indicam que há um espectro em torno do qual estariam as ocupações contidas no grupo das atividades do apoio administrativo (Quadro 2).

2. Caracterização demográfica e econômica dos trabalhadores do apoio administrativo

Trabalhadoras e trabalhadores do apoio administrativo representariam, segundo dados censitários e da PNAD Contínua, um tipo de grupo ocupacional de maior contingente proporcional dos vínculos de trabalho em regiões metropolitanas (Tabela 2) brasileiras do que em áreas não metropolitanas. Em média, os trabalhadores do apoio administrativo representam, de 1980 a

2018, 8% da população ocupada. No Brasil Metropolitano, essa representatividade sobe para 11%, em paralelo a 6% da população ocupada média do Brasil Não Metropolitano nos três casos, considerando uma média aritmética das participações percentuais de todos os anos estudados. Ocorre, contudo, certa inflexão nas participações da população ocupada entre o Brasil Metropolitano e o Brasil Não Metropolitano.

TABELA 2: POPULAÇÃO OCUPADA E TRABALHADORES DO APOIO ADMINISTRATIVO NO CONTINGENTE DA FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) - 1980-2018

ANO	POPULAÇÃO OCUPADA			APOIO ADMINISTRATIVO		
	Brasil	Metropolitano	Não Metropolitano	Brasil	Metropolitano	Não Metropolitano
1980	42.271.526	14.780.432	27.491.094	3.251.714	1.923.522	1.328.192
1991	55.293.313	19.260.927	36.032.386	4.324.323	2.263.425	2.060.898
2000	65.629.892	22.475.488	43.154.404	4.682.302	2.297.548	2.384.754
2010	86.353.839	30.361.509	55.992.330	6.251.132	2.922.151	3.328.981
2018	92.332.869	33.155.379	59.177.490	7.724.210	3.258.786	4.465.424

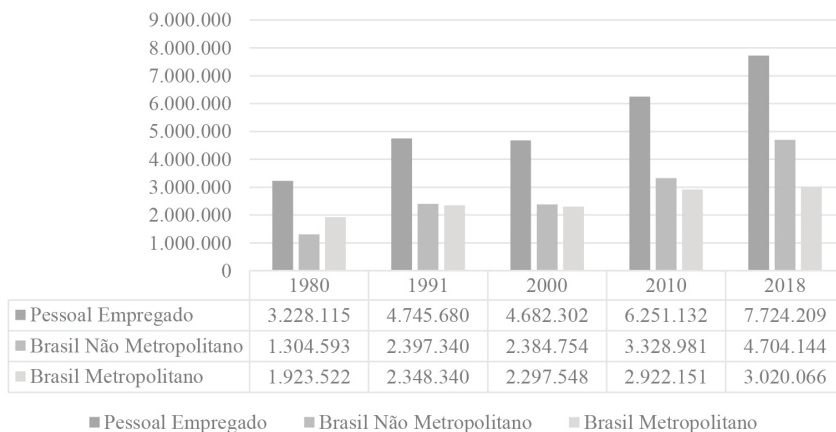
FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Comparativamente, cruzando dados da população ocupada com trabalhadores do apoio administrativo (Tabela 2; gráficos 1 e 2), nota-se elevação em maior grau da população ocupada do que do grupo de trabalhadores do apoio administrativo. Deste modo, a curva 1980-2018 da variação da população ocupada tem ascensão mais acentuada do que a curva 1980-2018 dos trabalhadores do apoio administrativo, sendo esta visivelmente mais plana.

Em termos percentuais (Tabela 3), a comparação entre 1980 e 1991 da população ocupada resultou em aumento médio de 31%. Já a comparação entre 1991 e 2000 resultou em aumento médio de 18%; entre 2000 e 2010, viu-se um aumento médio de 32%, enquanto a variação entre 2010 e 2018 representou apenas 7% de aumento da população ocupada. A população brasileira, apurada em ano censitário em 2010 e projetada em 2018, variou exatamente 7% para uma razão de dependência de 47,09 em 2010 e 44,03 em

2018 (IBGE, 2020), embora com rendimentos médios da população ocupada 3% maiores.

GRÁFICO 1: CONTINGENTE DE PESSOAL OCUPADO EM ATIVIDADES DO APOIO ADMINISTRATIVO NO BRASIL – 1980-2018



FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

TABELA 3: CONTINGENTE DE POPULAÇÃO OCUPADA E EM APOIO ADMINISTRATIVO NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018

ANO	POPULAÇÃO OCUPADA			APOIO ADMINISTRATIVO		
	Brasil	Brasil Metropolitano	Brasil Não Metropolitano	Brasil	Brasil Metropolitano	Brasil Não Metropolitano
1980	42.271.526	14.780.432	27.491.094	3.251.714	1.923.522	1.328.192
1991	55.293.313	19.260.927	36.032.386	4.324.323	2.263.425	2.060.898
2000	65.629.892	22.475.488	43.154.404	4.682.302	2.297.548	2.384.754
2010	86.353.839	30.361.509	55.992.330	6.251.132	2.922.151	3.328.981
2018	92.332.869	33.155.379	59.177.490	7.724.210	3.258.786	4.465.424

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Os trabalhadores do apoio administrativo, conforme os dados oficiais das tabelas 3 e 4, teriam aumentado em 35% em média entre 1991 e 1980; em 9%, em média, entre 2000 e 1991; em 33%, em média, entre 2010 e 2000; e, por fim, em 23%, em média, entre 2018 e 2010. É notável a atenuação do crescimento do grupo

ocupacional nos anos 1990, fenômeno relacionado à reestruturação econômica do país, às políticas de austeridade, à reestruturação do setor financeiro, de telecomunicações, do setor público e por índices de desemprego que se elevaram em 70% ao longo da década (QUADROS, 2003).

O estudo de Waldir Quadros (*op. cit.*) apura que, especificamente, o operariado (os chamados *blue collars*) e os funcionários de perfil burocrático de renda média-baixa (os chamados *lower white collars*), juntamente com a baixa classe média, são aqueles mais afetados pela perda de rendimentos e pelo desemprego nos anos 1990 até o início dos anos 2000. Esses últimos grupos, portanto, se identificam com os trabalhadores do apoio administrativo. Em contraposição, as políticas anticíclicas e expansionistas do chamado período *neodesenvolvimentista* dos anos 2000 (LIMA; FONSECA, 2019), a partir de visão heterodoxa da política econômica, teriam produzido efeitos de expansão do emprego e de redução relativa da desocupação no período, além de relativa elevação de renda. Deve ser notado, ainda, o crescimento proporcionalmente maior do grupo ocupacional de trabalhadores do apoio administrativo no Brasil Não Metropolitano, notadamente a partir dos anos 1990.

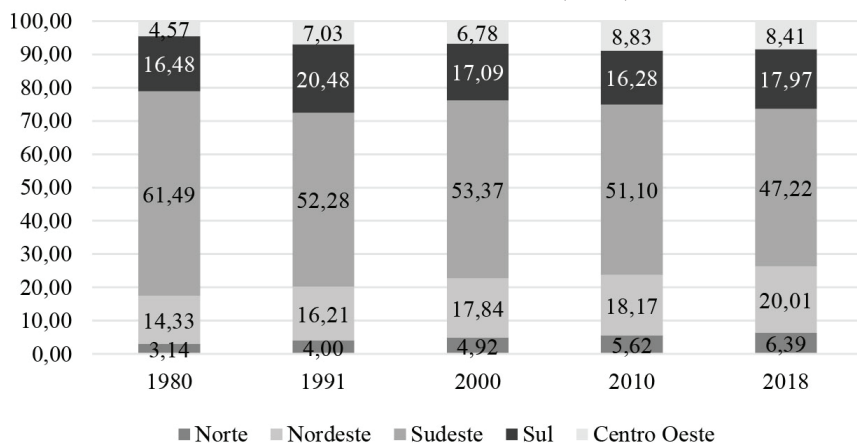
TABELA 4: VARIAÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO OCUPADA E TRABALHADORES DO APOIO ADMINISTRATIVO NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) ENTRE AS DÉCADAS – 1980-2018 (EM %)

	NÍVEL TERRITORIAL	1991-1980	2000-1991	2010-2000	2018-2010
População ocupada	Brasil	31	19	32	7
	Brasil Metropolitano	30	17	35	9
	Brasil Não Metropolitano	31	20	30	6
Apoio administrativo	Brasil	18	2	27	24
	Brasil Metropolitano	18	2	27	12
	Brasil Não Metropolitano	55	16	40	34

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

A distribuição de trabalhadores de atividades do apoio administrativo por Grande Região (Gráfico 2) mostra concentração na Região Sudeste. A concentração decorre da própria densidade das atividades do setor terciário no Brasil, cuja intensidade de capital, pessoal ocupado e número de empresas são evidentemente maiores. Os menores percentuais de ocorrência se localizam regionalmente no Norte e no Centro-Oeste do país.

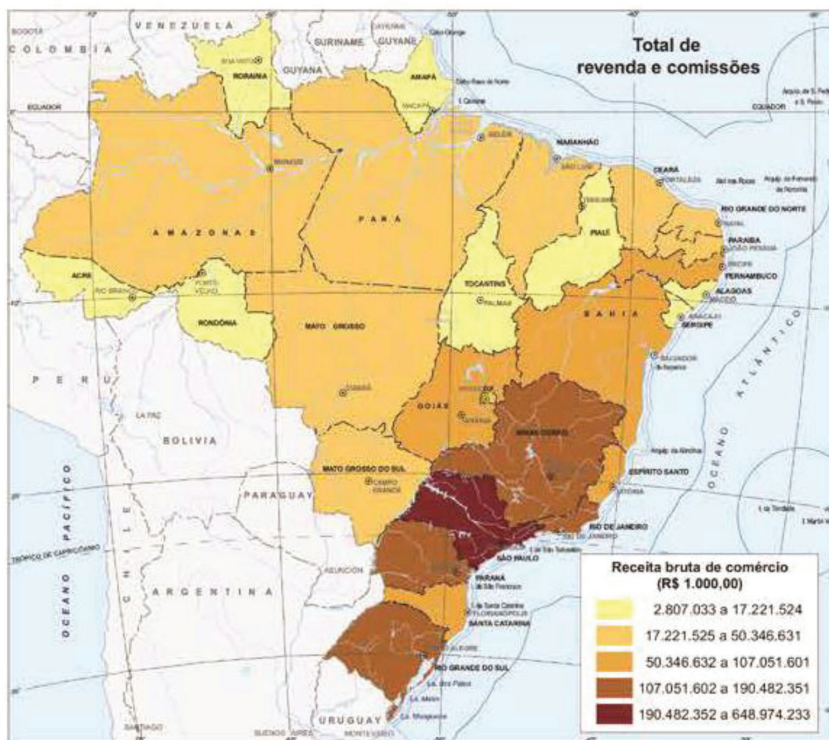
GRÁFICO 2: PERCENTUAL DE PESSOAL DO APOIO ADMINISTRATIVO POR GRANDE REGIÃO – 1980-2018 (EM %)



FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Dados de receita bruta da atividade comercial brasileira por Grande Região (IBGE, 2013) identificam territorialmente a concentração de maior volume econômico em torno das Regiões Sudeste e Sul do país (Figura 1). Essa predominância se refere, neste caso, à geração de receita bruta de revenda da atividade comercial brasileira. Tal variável encontra ressonância em outras como salários, pessoal ocupado e número de unidades locais (IBGE, 2013). Internamente à estrutura do comércio brasileiro, contudo, o comércio por atacado tem maior percentual e destaque na Região Norte do país, seguida pelo Sudeste e pelo Centro-Oeste, com, respectivamente, 47,7%, 44,4% e 42,6% de receita bruta de revenda no atacado (IBGE, *op. cit.*).

FIGURA 1: RECEITA BRUTA DE ATIVIDADES COMERCIAIS NO BRASIL, UNIDADES DA FEDERAÇÃO E GRANDES REGIÕES – 2013

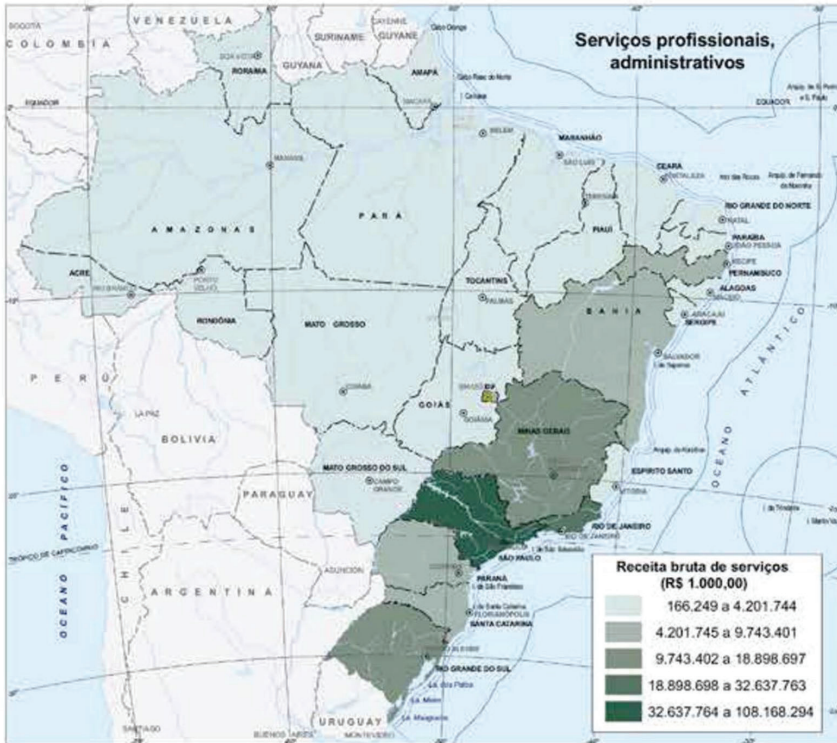


FONTE: IBGE (2013, p. 41).

A maioria da receita bruta dos serviços no Brasil em 2010 estava relacionada a serviços de informação e comunicação (IBGE, 2013), com 29,6% de participação, seguidos pelos transportes, logística e correios (com 28,2%), proporções similares àquelas encontradas nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste do Brasil (*Idem, op. cit.*). No caso da Região Nordeste do Brasil, os serviços profissionais, administrativos e complementares correspondiam a 26,8% da receita bruta, seguida pelos transportes e correios, com 26,6%, composição diferente de outras Regiões, portanto (*Idem, ibidem*). Os serviços, no geral, encontram-se territorialmente concentrados na Região Sudeste (Figura 3), mas também têm presença significativa em Brasília (DF), Porto Alegre (RS), Goiânia (GO) e Salvador (BA). Nesses casos, surge representatividade

também de setores como comunicação, alimentação e alojamento (IBGE, 2013).

FIGURA 2: RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS ADMINISTRATIVOS POR GRANDE REGIÃO – 2013

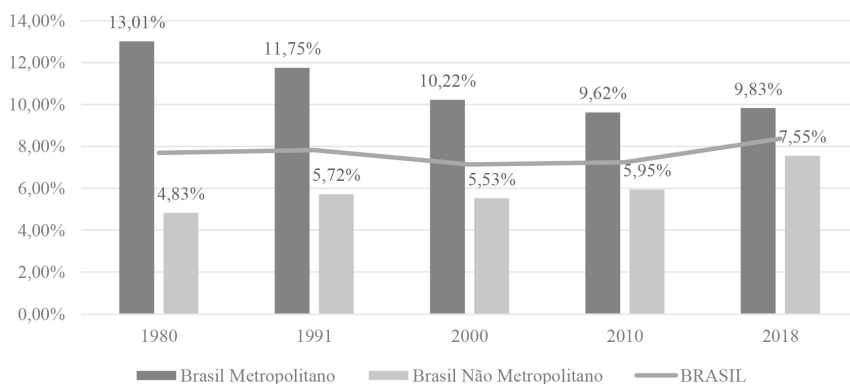


FONTE: IBGE (2013, p. 87).

Enquanto em 1980 os trabalhadores do apoio administrativo representavam cerca de 13% da população ocupada, em 2018 eles perfaziam 10%. Por sua vez, a participação do grupo em 1980 era de cerca de 5% da população ocupada no Brasil não-Metropolitano, com aumento para a faixa de aproximadamente 8% em 2018. A categoria, contudo, oscila mais sutilmente em termos percentuais no contingente relativo da população ocupada brasileira: 7,7% em 1980; 7,8% em 1991; 7,1% em 2000; 7,2% em 2010; 8,37% em 2018 (Gráfico 3). Essa variação representa um desvio-padrão de 0,005 no grupo para o Brasil inteiro, enquanto o desvio-padrão para o

Brasil Não Metropolitano é de 0,010 e para o Brasil Metropolitano de 0,015. Em paralelo, há de se registrar o fenômeno das cidades médias, isto é, o movimento de desconcentração relativa da economia no território nacional, ocorrido de modo mais evidente a partir da década de 1990.

GRÁFICO 3: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA NO GRUPO OCUPACIONAL DO APOIO ADMINISTRATIVO ENTRE BRASIL METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO E O PERCENTUAL DA POPULAÇÃO OCUPADA NO PAÍS – 1980-2018



FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

A presença do grupo de trabalhadores do apoio administrativo a partir de 1980, como dito, se manteve na faixa de 8% da composição dos grupos ocupacionais do país em geral (Tabela 5). É importante observar, contudo, a inclusão das ocupações de escritório, correios, e em ocupações artísticas, incluindo artesãos, nesse grupo. Logo, trata-se de um grupo heterogêneo, alvo de poucas políticas públicas específicas, excetuando-se a manutenção de direitos trabalhistas básicos como reajustes salariais e Previdência Social. Ressalta-se a notória deficiência de regulamentação legal dessas ocupações no país, o que as desprotege e as expõe mais diretamente às flutuações da economia.

Também pode ser observado que o percentual de trabalhadores do apoio administrativo é menor do que os percentuais de grupos ocupacionais dos trabalhadores do comércio, serviço e indústria. Por outro lado, o grupo do apoio administrativo é superior relativamente aos grupos de empregadores, dirigentes e profissionais de nível superior, da segurança pública e de nível médio – neste

último caso, do qual se aproxima em 2018. Tais variações podem ser explicadas pela posição intermediária tanto em termos de exigências, quanto de formação educacional dos grupos superiores (como de habilidades dos grupos inferiores), se considerarmos que os trabalhadores do apoio administrativo podem tanto possuir formação técnica específica, ser autodidatas, como até mesmo podem ter apenas treinamento para a realização das atividades. Por estarem oficialmente no segundo nível de menor complexidade técnica e acadêmica para desempenho de suas tarefas, o apoio administrativo representa um conjunto de ocupações de baixa exigência de escolaridade formal.

TABELA 5: PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES DO APOIO ADMINISTRATIVO NO MERCADO DE TRABALHO, SEGUNDO OS GRUPOS OCUPACIONAIS – 1980-2018 (EM %)

GRUPOS OCUPACIONAIS	1980	1991	2000	2010	2018	Média	Ap. Adm./GO
Empregadores	2,61	4,07	3,03	2,23	4,88	3,36	-57,75
Dirigentes e Supervisão	2,74	3,42	1,38	4,47	3,91	3,18	-60,01
Profissionais de Nível Superior	1,73	2,98	3,59	5,44	5,80	3,91	-50,92
Professores	2,62	3,50	3,84	4,26	4,38	3,72	-53,28
Ocupações de Segurança Pública	1,90	1,30	1,21	0,45	1,12	1,20	-84,98
Trabalhadores de Nível Médio	3,21	3,80	5,59	6,14	7,34	5,22	-34,49
Trabalhadores do Apoio Administrativo	7,86	8,26	7,47	7,83	8,39	7,96	0,00
Trabalhadores do Comércio	7,40	9,92	10,64	9,88	12,02	9,97	25,24
Prestadores de Serviço	9,92	8,47	12,58	13,17	14,84	11,80	48,15
Trabalhadores da Indústria	11,70	11,15	10,95	11,42	10,00	11,04	38,71
Trabalhadores da Construção Civil	9,17	8,90	7,44	8,12	7,19	8,16	2,54
Trabalhadores do Transporte	4,16	4,31	5,55	4,64	5,97	4,93	-38,13
Trabalhadores Agrícolas	29,18	22,95	18,06	14,62	8,53	18,67	134,46
Outros Trabalhadores não classificados	0,51	0,79	1,06	1,21	1,33	0,98	-87,69

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

O perfil atual de pessoal ocupado em atividades do grupo ocupacional de trabalhadoras e trabalhadores do apoio administrativo é majoritariamente feminino; branco ou pardo; de idade entre 25 a 49 anos; com Ensino Médio completo e superior incompleto (Tabela 6). No Brasil Metropolitano, considerando o percentual de mulheres ocupadas em 2018, as ocupadas em atividades do apoio administrativo representariam 16 pontos percentuais a mais do que a média nacional. Além desses aspectos, Abramo (2006) reforça que o percentual de inserção de mulheres na economia informal é substancialmente maior do que o dos homens – uma relação de 54% para homens (entre os anos 1990 e 2000, segundo PNAD Contínua) contra 61% para mulheres (tabelas 6 e 7).

Quanto ao Brasil Não Metropolitano, essa diferença é de 22 pontos percentuais em 2018. A concentração de pessoal do sexo feminino ocupado nesse grupo passou a ser majoritária em 1991, atingindo cerca de 54% do pessoal ocupado em apoio administrativo tanto nas áreas metropolitanas quanto naquelas não metropolitanas. O marcador de sexo, portanto, se revela um elemento definidor do espectro de rendimentos mensais que o grupo ocupacional obtém, situado entre as faixas médias de rendimentos e minorado nas faixas mais altas.

Deve ser notado que o pessoal ocupado do Brasil não se configurava como majoritariamente feminino em nenhum dos anos pesquisados. As remunerações do grupo ocupacional se concentram principalmente entre R\$ 1 mil e R\$ 2 mil nos anos recentes de 2010 e 2018. São, em média, 33,7% maiores do que a média nacional nas faixas entre R\$ 1 mil e R\$ 3 mil, porém reduzindo fortemente a participação entre ocupações de rendimento mensal acima de R\$ 3 mil. Inequivocamente, considerando as desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro (ABRAMO, 2006), ocorre um fenômeno de achatamento relativo ou de correlação entre rendas nas faixas médias-baixas dada a prevalência de mulheres no grupo ocupacional. Por outro lado, havendo predominância de escolaridade entre o Ensino Médio concluído e o Ensino Superior inconcluso, há nova clivagem – de perfil racial, sobretudo:

Também persistem importantes diferenciais de remuneração no mercado de trabalho brasileiro relacionadas ao sexo e à raça/cor das pessoas. Os rendimentos das mulheres são sistematicamente inferiores aos dos homens, inclusive quando comparamos níveis similares de escolaridade. Por hora trabalhada, as mulheres recebem, em média, 79% da remuneração média dos homens (ou seja, 21% a menos) e os trabalhadores negros de ambos os sexos recebem em média a metade (50%) do que recebem o conjunto dos trabalhadores brancos de ambos os sexos. Por sua vez, as mulheres negras recebem apenas 39% do que recebem os homens brancos (ou seja, 61% a menos). Por mês, essas diferenças são ainda mais acentuadas: as mulheres recebem em média 66% do que recebem os homens, os negros 50% do que recebem os brancos, e as mulheres negras apenas 32% do que recebem os homens brancos (ABRAMO, 2006, p. 41).

Além desses aspectos, Abramo (2006) reforça que o percentual de inserção de mulheres na economia informal é substancialmente maior do que o dos homens: uma relação de 54% para homens (entre os anos 1990 e 2000, segundo a PNAD Contínua) contra 61% para mulheres.

TABELA 6: DISTRIBUIÇÃO POR PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DO PESSOAL OCUPADO NOS TRABALHOS DO APOIO ADMINISTRATIVO – 1980-2018 (EM %)

POPULAÇÃO OCUPADA	BRASIL NÃO METROPOLITANO					BRASIL METROPOLITANO				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
SEXO										
Masculino	76,0	70,9	64,1	59,0	57,3	66,8	63,3	58,8	55,3	54,4
Feminino	24,0	29,1	35,9	41,0	42,7	33,2	36,7	41,2	44,7	45,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
COR/RAÇA										
Branca	53,8	52,5	55,2	50,2	45,4	59,3	55,0	56,5	49,7	44,7
Preta	6,4	5,3	6,2	7,4	8,9	7,2	6,3	7,5	9,5	12,0
Amarela	0,4	0,3	0,3	1,0	0,5	1,1	0,8	0,8	1,4	1,1
Parda	39,0	41,5	37,2	41,0	44,7	32,0	37,5	34,3	39,2	41,8
Indígena	–	0,2	0,4	0,4	0,4	–	0,1	0,3	0,2	0,4
Total	99,6	99,8	99,3	100,0	99,9	99,6	99,7	99,4	100,0	100,0

POPULAÇÃO OCUPADA	BRASIL NÃO METROPOLITANO					BRASIL METROPOLITANO				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
GRUPO ETÁRIO										
Até 14 anos	3,7	2,0	1,4	1,0	–	0,8	0,6	0,3	0,4	–
14 a 17 anos	11,2	8,3	5,9	3,7	2,0	6,9	5,0	3,0	2,1	1,1
18 a 24 anos	22,7	20,8	19,4	16,4	13,1	25,0	20,7	19,2	15,3	12,0
25 a 34 anos	24,2	27,7	26,5	27,0	24,5	30,0	31,4	29,6	28,9	24,0
35 a 49 anos	24,0	27,3	31,5	32,6	36,4	25,7	30,6	34,5	34,1	37,4
50 a 64 anos	11,6	11,6	12,7	16,1	20,5	10,0	10,3	11,6	16,5	21,9
65 anos ou mais	2,5	2,4	2,6	3,2	3,6	1,4	1,4	1,7	2,7	3,7
Total	99,9	100,0	100,0	100,0	100,0	99,8	100,0	99,9	100,0	100,0
NÍVEL DE ESCOLARIDADE										
Sem Instrução e Fundamental Incompleto	84,7	73,7	57,8	43,8	30,9	65,1	52,7	39,4	28,6	17,9
Fundamental Completo e Médio Incompleto	7,0	10,6	16,9	17,6	15,7	14,6	17,2	20,0	18,2	14,0
Médio Completo e Superior Incompleto	6,5	11,6	19,9	27,9	36,6	14,3	20,4	29,4	35,7	42,7
Superior Completo	1,9	4,0	5,5	10,4	16,9	6,1	9,8	11,3	16,9	25,4
Total	100,0	99,9	100,0	99,7	100,0	100,0	100,0	100,0	99,4	100,0

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).
 Nota: Os totais que não somarem 100% é porque desconsideram informações ignoradas ou não declaradas.

Proporcionalmente ao contexto nacional, as ocupações do apoio administrativo empregaram, de 1980 a 2018, mais mulheres do que as ocupações em geral do Brasil Não Metropolitano e do Brasil Metropolitano. Enquanto a população feminina ocupada para 1980 era de 24%, a população feminina do apoio administrativo era de 46,5%. Em 2018, a população feminina ocupada perfazia 43%, enquanto a população feminina ocupada em apoio administrativo era de cerca de 65%.

Por outro lado, as ocupações do apoio administrativo, de 1980 a 2018, sempre incluíram mais pessoas brancas do que a média nacional, e menos pessoas pretas e pardas. Em média, na comparação com as ocupações do Brasil Metropolitano e Não Metropolitano, a população ocupada em atividades do apoio administrativo no período analisado é 75% composta por pessoas brancas no Brasil Não Metropolitano e 71% no Brasil Metropolitano, em 1980. Para o ano de 2018, a população branca ocupada nos trabalhos do apoio administrativo era de 53% para o Brasil Não Metropolitano e de 47% para o Brasil Metropolitano.

Apesar do aumento relativo de emprego de pessoas pretas e pardas nesse grupo ocupacional de 1980 a 2018, em média, o apoio administrativo envolvia, em 1980, apenas 24% de pessoas pretas e pardas, e em 2018, 46%, considerando as áreas não metropolitanas. No caso de ocupações metropolitanas brasileiras, os trabalhadores do apoio administrativo pretos e pardos representavam 27% do total do grupo ocupacional em 1980 e 51% em 2018. No caso da população ocupada, para efeito de comparação, em 1980 havia 45% de pessoas pretas e pardas ocupadas no Brasil Não Metropolitano; em 2018, havia 54%; para dados de 1980 do Brasil Metropolitano, a população ocupada preta e parda era de 39% e, em 2018, aumentou para cerca de 54% (portanto 3 pontos percentuais acima do contingente dos trabalhadores do apoio administrativo do Brasil Metropolitano no mesmo ano).

Sobre esses tópicos, deve ser acrescentado o aspecto do sexo da pessoa ocupada. Conforme dito, o grupo ocupacional do apoio administrativo possui, desde 1991, predominância de *trabalhadoras*. No Brasil Não Metropolitano, em média, o apoio administrativo tem 71,3% mais mulheres do que a população ocupada brasileira não metropolitana, em geral. No Brasil Metropolitano, há, também, no período de 1980-2018, 42,4% mais mulheres em ocupações do apoio administrativo do que o Brasil Metropolitano em geral.

TABELA 7: DISTRIBUIÇÃO POR PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DO PESSOAL OCUPADO NO GRUPO DO APOIO ADMINISTRATIVO NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018 (EM %)

APOIO ADMINISTRATIVO	BRASIL NÃO METROPOLITANO					BRASIL METROPOLITANO				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
SEXO										
Masculino	53,5	45,6	39,5	36,0	35,3	52,5	46,5	40,7	35,8	38,3
Feminino	46,5	54,4	60,5	64,0	64,7	47,5	53,5	59,3	64,2	61,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
COR/RAÇA										
Branca	74,9	68,7	69,7	60,8	52,8	70,8	63,9	63,9	53,7	47,4
Preta	2,1	2,3	3,2	5,2	6,7	3,8	4,3	5,8	8,4	11,4
Amarela	0,9	0,6	0,5	1,1	0,6	1,4	0,8	0,8	1,3	1,2
Parda	21,8	28,2	25,9	32,8	39,6	23,6	30,6	28,8	36,5	39,4
Indígena	–	0,0	0,2	0,2	0,2	–	0,1	0,2	0,1	0,6
Total	99,7	99,8	99,5	100,0	99,9	99,6	99,7	99,5	100,0	100,0
GRUPO ETÁRIO										
Até 14 anos	0,9	0,9	0,4	0,3	–	0,3	0,3	0,1	0,2	–
14 a 17 anos	11,2	8,9	7,1	3,9	3,3	10,0	8,1	5,0	3,0	2,9
18 a 24 anos	43,3	32,5	31,6	29,0	23,3	41,4	31,8	32,3	28,7	24,2
25 a 34 anos	27,6	34,5	30,0	33,1	31,0	28,7	34,0	31,1	34,1	29,0
35 a 49 anos	12,5	18,8	25,7	24,8	28,0	13,9	20,3	25,5	24,4	28,5
50 a 64 anos	4,0	3,9	4,7	8,2	12,9	5,0	4,9	5,3	8,8	13,9
65 anos ou mais	0,6	0,4	0,5	0,7	1,5	0,6	0,5	0,6	0,9	1,5
Total	100,0	99,9	100,0	100,0	100,0	99,9	99,9	99,9	100,0	100,0
NÍVEL DE ESCOLARIDADE										
Sem Instrução e Fundamental Incompleto	28,5	23,0	14,1	9,0	4,6	27,9	21,0	12,5	8,8	3,1
Fundamental Completo e Médio Incompleto	30,5	25,3	22,3	15,3	9,9	31,7	26,2	22,1	16,2	8,9
Médio Completo e Superior Incompleto	37,5	44,3	55,8	58,0	58,4	36,4	44,3	56,8	58,7	64,1
Superior Completo	3,6	7,5	7,9	17,0	27,1	3,9	8,4	8,6	15,5	24,0
Total	100,0	100,0	100,0	99,3	100,0	99,9	99,9	100,0	99,2	100,0

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).
 Nota: Os totais que não somarem 100% é porque desconsideram informações ignoradas ou não declaradas.

Sobre as referências de faixa etária e nível de escolaridade, o grupo ocupacional de trabalhadores do apoio administrativo pode ser caracterizado como mais escolarizado, em média, e mais jovem no Brasil Não Metropolitano, sendo, portanto, relativamente mais velho no Brasil Metropolitano (Tabela 7). Os trabalhadores do apoio administrativo no Brasil Não Metropolitano estão concentrados historicamente nas faixas etárias de 18 a 24 anos, de 25 a 34 anos e de 35 a 49 anos.

Em paralelo, no Brasil Metropolitano, embora a concentração de pessoal ocupado esteja nas mesmas faixas etárias, há maior contingente proporcional de pessoal ocupado entre 35 a 49 anos, de 50 a 64 anos e de 65 anos e mais, com menor contingente de pessoal ocupado nas faixas etárias de população mais jovem, entre 14 e 34 anos. O grupo ocupacional de trabalhadores do apoio administrativo que passa a ser mais numeroso em pessoal ocupado nas áreas não metropolitanas a partir do ano 2000, portanto, passa a ter maior peso relativo no conjunto. Em relação à população ocupada, esse grupo ocupacional é, em média, mais jovem, embora a população ocupada possua concentração maior na faixa etária até 14 anos. O grupo ocupacional de trabalhadores do apoio administrativo, mais concentrado em pessoas entre 14 e 34 anos, difere da população ocupada, cuja concentração proporcional está na faixa de 35 a 49 anos e, em seguida, na faixa entre 25 a 34 anos. Enquanto o Brasil Não Metropolitano tem população ocupada proporcionalmente mais jovem, o Brasil Metropolitano acentua a concentração de pessoas ocupadas entre 25 a 49 anos de idade.

A escolaridade média dos trabalhadores do apoio administrativo (tabela 7) concentrada entre os níveis Médio Completo e Superior Incompleto, é proporcionalmente maior do que a escolaridade da população ocupada para a mesma faixa de escolaridade formal. Por outro lado, o contingente de trabalhadores do apoio administrativo com Ensino Superior Completo é maior do que a média da população ocupada no Brasil Metropolitano. Quanto ao Brasil Metropolitano, o grupo ocupacional apresenta menos pessoal ocupado com escolaridade de nível superior. Entre os anos de 1980 e 2000, os trabalhadores do apoio administrativo possuíam escolaridade de nível Fundamental Completo e Médio Incompleto em percentual maior do que o da população ocupada, declinando definitivamente

a partir de 2010, com elevação da escolaridade. Adicionalmente, os trabalhadores do apoio administrativo possuem exigência histórica de certa formação especializada ou de treinamento, ainda que em nível médio e técnico, razão pela qual o grupo ocupacional é menos representado por pessoal com escolaridade de nível Fundamental Incompleto no período. Por outro lado, o Brasil Não Metropolitano emprega maior contingente de pessoal sem instrução ou com Ensino Fundamental Incompleto do que o Brasil Metropolitano.

3. Condições ocupacionais de trabalhadores do apoio administrativo

A caracterização das condições ocupacionais de trabalhadores do apoio administrativo quanto à posição, jornada e contribuição previdenciária mostra um grupo ocupacional majoritariamente empregado com carteira de trabalho assinada, vínculos formais, jornada semanal entre 40 e 48 horas e contribuinte para o sistema previdenciário (Tabela 9). Eles estão, em média, mais empregados do que a população ocupada (tabelas 8 e 9), sobretudo nas áreas não metropolitanas. Enquanto, para dados de 1980, a população ocupada empregada era de 58% no Brasil Não Metropolitano e de 83% no Brasil Metropolitano, os trabalhadores do apoio administrativo possuíam uma população empregada de 99% nas áreas não metropolitanas e metropolitanas do país. No Brasil Metropolitano, dados de 2018 mostram população ocupada em posição de “empregada” na ordem de 65%, enquanto no Brasil Não Metropolitano era de 60%. Nota-se, portanto, convergência dos dados e desses contingentes no período mais recente. Dentre os trabalhadores do apoio administrativo, em 2018, os empregados correspondiam a 81% no Brasil Não Metropolitano e a 86% no Brasil Metropolitano, dados que também apontam para certo nível de convergência entre áreas metropolitanas e não metropolitanas, porém com percentuais notavelmente mais elevados consistentemente desde os anos 1980.

TABELA 8: DISTRIBUIÇÃO POR CONDIÇÕES OCUPACIONAIS DA POPULAÇÃO OCUPADA – 1980-2018 (EM %)

CONDIÇÕES OCUPACIONAIS	BRASIL NÃO METROPOLITANO					BRASIL METROPOLITANO				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO										
Empregado	58,3	53,9	60,9	63,3	60,2	83,0	71,7	70,8	73,2	65,0
<i>Com carteira</i>	—	40,3	33,5	40,9	37,2	—	61,2	48,5	56,0	47,4
<i>Sem carteira</i>	—	13,6	27,4	22,4	23,0	—	10,5	22,2	17,2	17,6
<i>Conta própria</i>	32,2	32,9	26,7	23,0	27,2	15,3	20,8	21,7	19,8	25,6
Militares e funcionários públicos estatutários		6,2	5,9	5,6	9,2		6,9	6,1	5,3	8,7
Sem remuneração	8,6	6,9	6,5	2,1	3,4	0,7	0,6	1,4	1,2	0,7
Total	99,1	99,9	100,0	94,0	100,0	99,0	100,0	99,9	99,5	100,0
JORNADA DE TRABALHO										
Menos de 15 horas	—	1,3	3,4	7,8	5,1	—	1,4	2,9	9,4	3,5
De 15 a 29 horas	1,0	7,9	11,2	10,4	13,2	1,2	5,9	7,6	6,2	8,9
De 30 a 39 horas	5,3	8,8	10,3	8,4	10,7	4,5	9,6	10,8	9,1	11,6
De 40 a 48 horas	10,4	62,0	50,3	57,9	60,7	7,1	64,6	54,0	60,5	65,2
De 49 horas e mais	53,0	19,9	24,6	15,5	10,4	58,6	18,4	24,4	14,8	10,9
Total	69,7	99,9	99,8	100,0	100,0	71,4	99,9	99,7	100,0	100,1
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA										
Contribuinte	41,6	45,0	46,9	63,4	60,3	78,3	70,1	63,2	71,4	68,1
Não Contribuinte	55,3	53,6	53,1	36,6	39,7	20,1	28,5	36,8	28,6	31,9
Total	96,9	98,6	100,0	100,0	100,0	98,4	98,6	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).
 Nota: Os totais que não somarem 100% é porque desconsideram informações ignoradas ou não declaradas.

Em média, a participação dos trabalhadores do apoio administrativo é de 88,4% na posição de empregados no Brasil Não Metropolitano e de 91,8% no Brasil Metropolitano. As maiores diferenças históricas são apuradas nas áreas não metropolitanas comparativamente à população ocupada para redução maior das diferenças a partir dos anos 2000. Os trabalhadores do apoio administrativo são majoritariamente empregados com carteira assinada, na faixa média de 70% entre 1980 a 2018. Nas áreas não metropolitanas é de 68,8%, e no Brasil Metropolitano de 77,8%.

Comparativamente, a população ocupada de 1980 a 2018 seria em média 38% empregada com carteira assinada no Brasil Não Metropolitano em relação a 53,3% no Brasil Metropolitano. O alto índice proporcional de formalização da condição de trabalho deste grupo ocupacional se deve ao vínculo estabelecido com o setor terciário, uma vez que as funções de transmissão de informações e logística estão associadas a organizações com divisão de tarefas e a níveis hierárquicos no corpo funcional.

Trabalhadores sem carteira assinada na condição de empregados na população ocupada brasileira representam média histórica de 21,6%, oscilando entre 13,6% (1991) e 27,4% (2000), reflexos da reestruturação produtiva e da liberalização da economia dos anos 1990 e da recessão prolongada instalada na economia nacional dos anos 1980, sobretudo, antes da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. O contingente de militares e funcionários públicos aumentou na população ocupada tanto no Brasil Não Metropolitano quanto no Brasil Metropolitano, com destaque para os anos apurados na década de 2010. O país saiu de contingentes na faixa de 6% em 1991 para contingentes na faixa de 9% em 2018. Um reflexo previsível do comportamento de formalização das relações de trabalho no país é a redução média de empregados sem remuneração de 1980 a 2018 – realidade sensivelmente menor nas áreas metropolitanas, em que essa condição registra aumento ao longo dos anos 1990.

Para os trabalhadores do apoio administrativo, os trabalhadores empregados com carteira assinada representam média histórica em torno de 70% tanto para áreas metropolitanas quanto não metropolitanas: é visível a queda de formalização, com redução dos percentuais de 1980 a 2018 no país. Se, em 1991, os trabalhadores do apoio administrativo empregados com carteira assinada representavam 75,7% (Brasil Não Metropolitano) e 82,8% (Brasil Metropolitano), em 2018, esses percentuais caem, respectivamente, para 63,2% e 72,6%. Embora com diferença para o Brasil Não Metropolitano, com maior nível de formalização histórica do que o Brasil Metropolitano, a comparação entre a população ocupada e os trabalhadores do apoio administrativo em condição de empregados com carteira assinada é evidentemente favorável ao grupo ocupacional dadas as suas características, seus ramos

de atuação e organizações empregadoras. Funcionários públicos e militares aumentam percentualmente no tempo e o grupo ocupacional representa um movimento relativamente nacional de estruturação e qualificação do Setor Público no Brasil. Deve ser ressaltada a redução de percentual de funcionários públicos estatutários e militares como empregados e trabalhadores do apoio administrativo em 2010, acompanhada, contudo, de aumento em percentual mais expressivo dos trabalhadores empregados com carteira assinada no mesmo recorte temporal.

TABELA 9: DISTRIBUIÇÃO POR CONDIÇÕES OCUPACIONAIS DA POPULAÇÃO OCUPADA EM TRABALHOS DO APOIO ADMINISTRATIVO – 1980-2018 (EM %)

CONDIÇÕES OCUPACIONAIS	BRASIL NÃO METROPOLITANO					BRASIL METROPOLITANO				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO										
Empregado	98,7	88,4	85,4	88,3	81,4	98,8	91,0	89,9	93,0	86,0
<i>Com carteira</i>	–	75,7	64,2	72,1	63,2	–	82,8	73,1	82,6	72,6
<i>Sem carteira</i>	–	12,7	21,3	16,2	18,2	–	8,3	16,8	10,4	13,4
<i>Conta própria</i>	0,6	0,8	1,1	0,6	0,5	0,5	0,7	1,1	0,6	0,6
Militares e funcionários públicos estatutários	–	10,3	11,9	10,1	16,7	–	8,1	7,7	5,8	12,6
Sem remuneração	0,3	0,5	1,6	1,0	1,5	0,2	0,2	1,2	0,6	0,9
Total	99,6	100,0	100,0	100,0	100,0	99,5	100,0	100,0	100,0	100,0
JORNADA DE TRABALHO										
Menos de 15 horas	–	0,6	1,3	3,9	1,1	–	0,6	1,2	6,7	0,6
De 15 a 29 horas	0,6	7,2	10,3	6,6	8,7	0,5	3,7	6,1	3,5	5,5
De 30 a 39 horas	4,2	18,1	16,2	11,5	13,9	3,1	17,9	17,5	14,3	14,1
De 40 a 48 horas	10,4	68,2	62,5	71,4	73,9	11,1	71,8	64,9	69,0	77,5
De 49 horas e mais	71,9	5,9	9,7	6,6	2,5	75,3	6,0	10,3	6,5	2,3
Total	87,1	100,0	100,0	100,0	100,0	90,0	100,0	100,0	100,0	100,0
CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA										
Contribuinte	88,5	82,6	79,3	87,0	86,6	94,4	89,5	83,8	91,4	90,2
Não Contribuinte	10,4	16,5	20,7	13,0	13,4	4,7	9,7	16,2	8,6	9,8
Total	98,9	99,1	100,0	100,0	100,0	99,1	99,2	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).
Nota: Os totais que não somarem 100% é porque desconsideram informações ignoradas ou não declaradas.

As jornadas de trabalho de trabalhadores do apoio administrativo são majoritariamente de 40 a 48 horas semanais, conforme ocorre também na população ocupada brasileira. Essa concentração se deve à legislação trabalhista – isto é, tanto às regulamentações profissionais de categorias específicas, quanto, em termos mais abrangentes, à cobertura dada pelas atualizações da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (BRASIL, 1943) e da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988). Nessas normas, são estabelecidas as jornadas diárias como padrão em até oito horas, assim com o intervalo *interjornada* de 11 horas, a jornada máxima de 12 horas e a jornada semanal de 44 horas. Trabalhos de natureza administrativa, bem como ofícios de condução de informações e de logística (frequentemente atrelados ao horário comercial) seguem previsivelmente esses padrões.

Deve-se acrescentar o fenômeno de liberalização das relações de trabalho no Brasil, com a alteração substancial da CLT operada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, que pretendia regulamentar o trabalho intermitente, a condição de disponibilidade do empregado conforme demanda do empregador, a remuneração por hora trabalhada e a desvinculação entre tempo de deslocamento e jornada de trabalho, inclusive para efeito de desresponsabilização do empregador em caso de acidente.

O grupo ocupacional é, assim como no nível alto de formalização, majoritariamente composto por trabalhadores contribuintes no sistema previdenciário. Tanto nas áreas não metropolitanas (com 85% médios históricos) quanto metropolitanas (com 90% médios de contribuição histórica), os percentuais de contribuintes são elevados e maiores do que a média da população ocupada. Em média histórica 1980-2018, a população ocupada brasileira contribui com a previdência na ordem de 50% no Brasil Não Metropolitano e 70% no Brasil Metropolitano. Em 2018, a população ocupada não metropolitana era contribuinte para a previdência em 60,3%, enquanto no Brasil Metropolitano registrava-se contingente de 68,1%. Embora tenha havido aumento do contingente de contribuição previdenciária entre os trabalhadores do apoio administrativo, a recente Reforma da Previdência (Emenda Constitucional n. 103, de 12 de novembro de 2019), mesmo reduzindo alíquotas de contribuição previdenciária em faixas de renda entre 1 e 2 salários-mínimos, deve representar impacto de redução nos percentuais de pessoal ocupado contribuinte.

4. Rendimentos dos trabalhadores do apoio administrativo

A seguir, apresenta-se uma síntese geral do percentual de rendimentos de pessoal ocupado no Brasil Metropolitano e Brasil Não Metropolitano do pessoal ocupado no grupo do apoio administrativo (tabelas 10 e 11).

TABELA 10: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA POR RENDIMENTOS MÉDIOS MENSAIS NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018 (EM %)

FAIXA DE RENDIMENTO	BRASIL NÃO METROPOLITANO					BRASIL METROPOLITANO				
	1980	1990	2000	2010	2018	1980	1990	2000	2010	2018
Até R\$ 500	23,5	33,2	18,7	12,1	13,0	7,5	14,2	5,8	4,3	5,7
Acima de R\$ 500 até R\$ 1.000	36,0	27,8	34,3	31,6	22,1	26,0	21,8	25,9	24,3	16,2
Acima de R\$ 1.000 até R\$ 1.500	15,9	13,9	18,7	21,1	23,2	20,4	17,1	22,1	23,5	23,9
Acima de R\$ 1.500 até R\$ 2.000	7,4	7,2	7,9	11,6	13,7	11,0	10,3	10,3	13,5	14,8
Acima de R\$ 2.000 até R\$ 3.000	7,2	7,3	8,3	10,2	12,9	13,8	13,2	13,0	12,5	14,8
Acima de R\$ 3.000	9,9	10,6	12,1	13,3	15,0	21,4	23,5	22,9	22,0	24,7

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

TABELA 11: DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES DO APOIO ADMINISTRATIVO POR RENDIMENTOS MÉDIOS MENSAIS NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018 (EM %)

FAIXA DE RENDIMENTO	BRASIL NÃO METROPOLITANO					BRASIL METROPOLITANO				
	1980	1990	2000	2010	2018	1980	1990	2000	2010	2018
Até R\$ 500	7,2	19,4	6,7	3,1	3,5	1,6	9,0	2,1	1,4	2,2
Acima de R\$ 500 até R\$ 1.000	32,1	26,0	35,3	30,1	21,0	21,8	20,4	22,9	23,1	15,6
Acima de R\$ 1.000 até R\$ 1.500	22,4	19,7	25,1	30,3	31,6	24,0	20,8	27,5	31,8	31,8
Acima de R\$ 1.500 até R\$ 2.000	12,8	10,2	11,3	14,8	18,6	15,7	12,4	14,5	16,4	18,8
Acima de R\$ 2.000 até R\$ 3.000	13,6	12,0	10,7	11,6	13,6	19,2	17,1	16,4	13,7	14,6
Acima de R\$ 3.000	11,8	12,8	10,9	10,0	11,8	17,6	20,3	16,6	13,7	17,1

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Neste sentido, é possível visualizar a menor representatividade das rendas de até R\$ 500 e acima de R\$ 3 mil no grupo ocupacional do apoio administrativo comparativamente à população ocupada, em geral. Do mesmo modo, ocorre uma participação substancial, ainda que oscilante, de rendimentos entre R\$ 1 mil e 1,5 mil e entre R\$ 1,5 mil e 2 mil, faixas de rendimento mais expressivas no grupo ocupacional. Rendimentos entre R\$ 2 mil e 3 mil perdem, em média, representatividade no grupo ocupacional na comparação com a população ocupada entre 1980 e 2018. Os rendimentos médios para o grupo ocupacional do apoio administrativo **são mais altos para o Brasil Metropolitano** (tabela 12).

O rendimento médio metropolitano para o grupo ocupacional de trabalhadores do apoio administrativo, entre 1980 e 2018, configurou valores 24% abaixo da média metropolitana da população ocupada do país. Quanto aos rendimentos medianos metropolitanos, contudo, os valores são, previsível e metodologicamente, bem mais próximos daqueles apurados na comparação entre apoio administrativo e população ocupada em geral, com 3% de rendimentos acima da mediana metropolitana da população ocupada. Por fim, os rendimentos médios não metropolitanos do grupo ocupacional do apoio administrativo **são 2% menores do que a média não metropolitana** da população ocupada em geral.

TABELA 12: RENDIMENTOS MÉDIO E MEDIANO DA POPULAÇÃO OCUPADA E DOS TRABALHADORES DO APOIO ADMINISTRATIVO NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) - 1980-2018 (EM R\$)

	1980	1991	2000	2010	2018
POPULAÇÃO OCUPADA					
Média - Brasil Metropolitano	2.551,91	2.776,64	2.813,94	2.756,99	2.871,86
Mediana - Brasil Metropolitano	1.390,41	1.461,36	1.356,92	1.361,47	1.569,41
Média - Brasil Não Metropolitano	1.515,51	1.552,57	1.739,36	1.871,84	1.912,67
TRABALHADORES DO APOIO ADMINISTRATIVO					
Média - Brasil Metropolitano	2.084,45	2.245,12	2.039,01	1.972,70	2.138,16
Mediana - Brasil Metropolitano	1.564,21	1.497,89	1.356,92	1.361,47	1.569,41
Média - Brasil Não Metropolitano	1.664,39	1.649,02	1.560,01	1.690,82	1.798,13

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

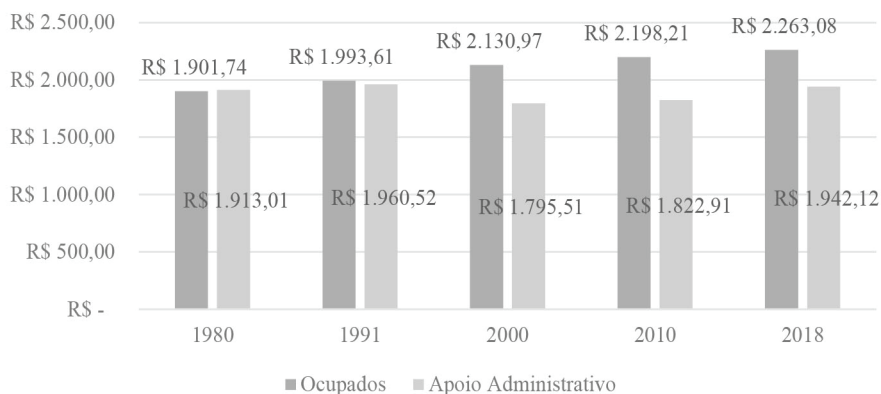
Apesar de a tendência média ajustada 2001-2015 ser de elevação dos rendimentos no país, com períodos de estabilidade, nota-se oscilação de renda das ocupações do apoio administrativo nas décadas de 2000 e 2010, com variações entre a renda metropolitana e não metropolitana (TABELA 11). No caso da economia regional brasileira, estudos analisam tanto o fenômeno de *terciarização*, isto é, o aumento da participação do setor terciário no PIB nacional e no PIB regionalizado e metropolitano a partir de meados dos anos 1980, quanto a tendência à concentração desse novo terciário e sua migração de força de trabalho nos núcleos metropolitanos e demais áreas urbanas economicamente mais dinâmicas e, eventualmente, industrializadas (AZZONI, 2005). O estudo de Oliveira (2003) para a população masculina metropolitana brasileira então coberta pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE entre os anos 1990 e 2000 registra a capacidade de absorção do terciário no país, o que atenuaria os efeitos do desemprego decorrentes da desindustrialização metropolitana. Neste sentido, jovens na faixa dos 15 a 25 anos tenderiam a migrar para serviços chamados de distributivos (de comunicações, burocráticos, de transportes etc.), enquanto homens na faixa dos 45 anos migrariam para a construção civil (OLIVEIRA, 2003). No caso do terciário, e mesmo da indústria da construção civil, dado o seu caráter artesanal no país, trata-se de ocupações que não exigem sequer níveis medianos de qualificação acadêmica ou técnica, sendo assim, portanto, absorvedoras de mão de obra egressa da indústria, por exemplo.

As rendas persistentemente mais altas das ocupações no grupo do apoio administrativo situadas nas áreas metropolitanas estariam refletindo um padrão brasileiro (AZZONI, 2005). Entre os anos 1990 e 2000 no Brasil, já haveria tendência de *terceirização* consolidada com concentração de empregos na Região Sudeste e na Região Metropolitana de São Paulo nesse setor, e com *performance* mais competitiva para serviços de maior qualificação, inclusive na relação com o Nordeste (AZZONI, *op. cit.*). Essa concentração de empreendimentos e de serviços de maior valor agregado atrairia, portanto, para as regiões

metropolitanas, maior massa salarial e rendimentos médios relativamente mais elevados (*Idem, op. cit.*).

Esse fenômeno não representa conflito com a mudança de composição da massa de rendimentos entre 1980 e 2018 para o apoio administrativo entre empregados metropolitanos e não metropolitanos (tabela 13). Se, em 1980, a composição da massa salarial para ocupações do apoio administrativo apontava distribuição 63% metropolitana e 37% não metropolitana, em 2018, os resultados são de 59% em empregos não metropolitanos e 41% em metropolitanos. A quase inversão da composição geral da massa salarial do grupo ocupacional entre áreas metropolitanas e não metropolitanas, convivendo com rendimentos persistentemente maiores para metropolitanas, seria explicável justamente pela teoria da concentração do segmento qualificado e de maior valor agregado do setor terciário no Sudeste brasileiro e na Região Metropolitana de São Paulo (AZZONI, 2005).

GRÁFICO 4: EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO MÉDIO NO BRASIL ENTRE POPULAÇÃO OCUPADA E TRABALHADORES DO APOIO ADMINISTRATIVO - 1980-2018



FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

A massa de rendimentos de trabalhadores do apoio administrativo comparada com a renda total é de trabalhadores que têm como atividade principal aquelas ligadas à administração. Em 2018, nota-se um aumento correspondente aos espaços não metropolitanos, confirmando o que já foi apontado anteriormente

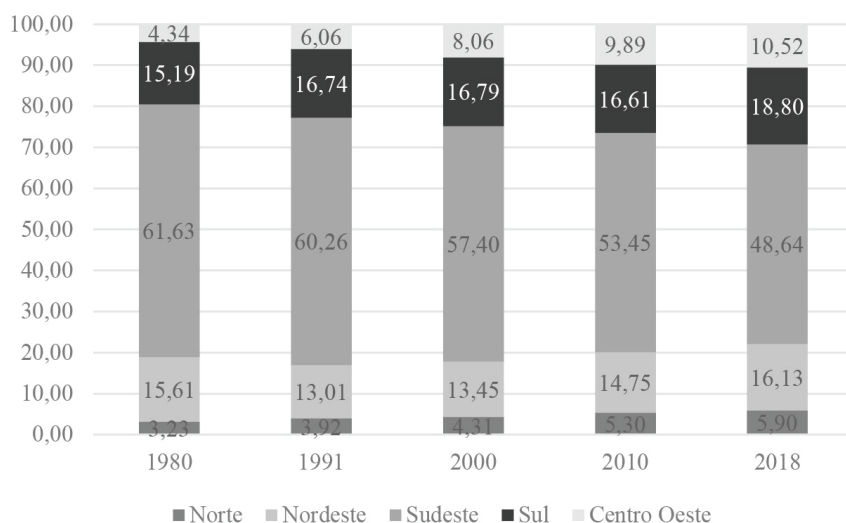
quanto a esse tipo de ocorrência. Em outras palavras, a massa salarial dos trabalhadores do apoio administrativo passou a ter maior representatividade em 2018, sendo praticamente equivalente à dos espaços metropolitanos em 2010 e continuamente menor entre 1980 e 2000.

TABELA 13: DISTRIBUIÇÃO ANUAL DA MASSA DE RENDIMENTOS NACIONAIS DO GRUPO OCUPACIONAL APOIO ADMINISTRATIVO – 1980-2018

ATIVIDADE PRINCIPAL (em bilhões de R\$)					
	1980	1991	2000	2010	2018
Renda Total	5,39	4,54	5,61	2,90	4,04
Brasil Não Metropolitano	1,99	1,74	2,55	1,43	2,38
Brasil Metropolitano	3,40	2,79	3,05	1,47	1,66
SETOR ADMINISTRATIVO (%)					
Renda Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Brasil Não Metropolitano	36,94	38,45	45,57	49,29	58,87
Brasil Metropolitano	63,06	61,55	54,43	50,71	41,13

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

GRÁFICO 5: PARTICIPAÇÃO DOS RENDIMENTOS DO APOIO ADMINISTRATIVO NA MASSA DE RENDIMENTOS DE SUA ATIVIDADE PRINCIPAL POR GRANDE REGIÃO – 1980-2018 (EM %)



FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

A variação dos rendimentos da população ocupada, metropolitana e não metropolitana, reflete tanto as mudanças na política monetária e econômica em geral, quanto a centralidade do setor terciário no país, em que pese o achatamento relativo das remunerações recebidas pelo trabalho. Também pode ser lido o reflexo da assimetria entre Estados, Regiões Metropolitanas e Grandes Regiões no Pacto Federativo e no arranjo regional brasileiro, historicamente desigual e concentrador de riquezas.

Comparando a variação dos rendimentos da população ocupada nas décadas de 1980, 1990, 2000 e 2010, teria ocorrido uma valorização de 3,57% para o Brasil Metropolitano, considerando os percentuais de variação de rendimentos para as regiões metropolitanas da pesquisa². Em média geral, a década de 1980 teria representado uma elevação de 9,49% nos rendimentos; a década de 1990, uma sutil elevação de 1,64%, com resultados negativos em um terço das 12 RMs pesquisadas; elevação de 3,86% na década de 2000; *redução* média de rendimentos de 0,72% nos anos 2010. Regiões metropolitanas como a de Manaus, por exemplo, sofrem com a política de valorização cambial dos anos 1990, que afetou de modo contundente a zona de processamento de exportações (ZPE) representada pela Zona Franca de Manaus (ZFM).

Fenômeno similar se aplica, em termos estruturais, à inflexão ultraliberal ocorrida na política econômica brasileira desde 2014 e aprofundada após o golpe parlamentar do *impeachment* de Dilma Vana Rousseff em 2016, com desvalorização cambial e acentuação da dinâmica de desindustrialização da economia brasileira.

Nessa mesma dinâmica, embora com lastro, escala e perfil diferentes, pode ser situada a Região Metropolitana de São Paulo, com oscilação de renda durante os anos 1980, período de consolidação do parque industrial, e redução relativa nos anos 1980, 1990 e 2000, em parte pela dinâmica de desindustrialização (CANO, 2014) e pelo movimento de terciarização da economia nacional, particularmente sensível na macrometrópole paulista.

² RMs de Belém; Belo Horizonte; Brasília; Curitiba; Fortaleza; Goiânia; Manaus; Porto Alegre; Recife; Salvador; São Paulo; Rio de Janeiro.

Ao avaliar a teoria da compressão de renda das camadas médias e o aumento da base salarial da economia contemporânea, informacional e terciária, a migração de centralidade de um setor para outro, do secundário para o terciário, viu-se acompanhada da criação de postos numerosos de trabalho de baixa remuneração e qualificação e de poucas funções bem remuneradas e de critérios altamente seletivos (SASSEN, 1998). São Paulo, inclusive, é citada por Sassen (*op. cit.*) em seu estudo.

Para o Brasil Não Metropolitano incluído na pesquisa³, assim como para algumas regiões metropolitanas da amostra anteriormente comentada, os agrupamentos microrregionais e metropolitanos relacionados ao agronegócio e a *commodities* (Curitiba, Goiânia, Belo Horizonte e Maringá) registram oscilação nos rendimentos de acordo com a política econômica e cambial e os ciclos de incentivo de setores da economia conduzidos pelo Governo Federal desde os anos 1980. Em agrupamentos nordestinos e litorâneos de estruturação turística (como Natal, João Pessoa e Vitória), registra-se oscilação, porém trata-se de uma dinâmica relativamente contínua de elevação dos rendimentos médios por década. A Baixada Santista, contudo, apesar de possuir perfil econômico com atividades semelhantes, é afetada pela mudança de movimentação de carga do maior porto organizado do país e dos efeitos das políticas contracionistas praticadas desde meados dos anos 2010 no Brasil.

³ Baixada Santista; Grande Vitória; Região Metropolitana de Campina Grande (PB); Região Metropolitana de João Pessoa (PB); Região Metropolitana de Maringá (PR); Região Metropolitana de Natal (RN); demais municípios.

TABELA 14: RENDIMENTOS E VARIAÇÃO DE RENDIMENTOS POR DÉCADA DOS TRABALHADORES PRESTADORES DE SERVIÇO NO BRASIL METROPOLITANO – 1980-2018 (EM R\$)

BRASIL METROPOLITANO	1980			1991			2000			2010			2018		
	Média	Mediana	%	Média	Mediana	%	Média	Mediana	%	Média	Mediana	%	Média	Mediana	%
RM Belém	1.688,48	1.129,71	1.953,21	1.278,69	1.017,69	-15,25	1.655,32	1.017,69	-15,25	1.735,16	1.191,29	4,82	2.066,95	1.464,79	19,12
RM Belo Horizonte	1.930,49	1.390,41	1.812,34	1.202,15	1.187,31	-5,02	1.721,40	1.187,31	-5,02	1.796,70	1.262,77	4,37	1.803,62	1.360,16	0,39
RM Brasília	2.686,29	1.999,06	3.350,35	2.131,54	1.696,15	-8,83	3.054,67	1.696,15	-8,83	2.852,92	1.531,66	-6,60	3.481,16	1.883,30	22,02
RM Curitiba	1.850,98	1.390,41	2.124,05	1.461,36	1.356,92	-10,33	1.904,54	1.356,92	-10,33	1.959,07	1.446,57	2,86	2.262,54	1.569,41	15,49
RM Fortaleza	1.542,66	997,97	1.669,41	876,81	1.017,69	-8,92	1.520,57	1.017,69	-8,92	1.467,44	987,07	-3,49	1.552,01	1.150,90	5,76
RM Goiânia	1.582,67	1.129,71	1.744,56	1.096,02	1.024,47	-9,73	1.574,86	1.024,47	-9,73	1.704,31	1.191,29	8,22	1.921,52	1.569,41	12,75
RM Manaus	1.850,84	1.390,41	2.183,63	1.625,76	1.187,31	-23,90	1.661,79	1.187,31	-23,90	1.784,49	1.293,40	7,38	1.730,26	1.360,16	-3,04
RM Porto Alegre	1.882,85	1.390,41	2.067,09	1.461,36	1.356,92	-2,94	2.006,27	1.356,92	-2,94	1.941,37	1.361,47	-3,23	2.277,28	1.674,04	17,30
RM Recife	1.663,48	1.216,61	1.788,69	1.096,02	1.017,69	-12,75	1.560,64	1.017,69	-12,75	1.606,87	1.021,10	2,96	1.643,22	1.255,53	2,26
RM Salvador	1.990,65	1.390,41	1.808,59	1.096,02	1.017,69	-13,59	1.562,73	1.017,69	-13,59	1.668,89	1.181,08	6,79	1.720,50	1.255,53	3,09
RM São Paulo	2.169,41	1.738,01	2.556,29	1.826,70	1.696,15	-11,52	2.261,92	1.696,15	-11,52	2.054,11	1.511,24	-9,19	2.115,15	1.569,41	2,97
RM Rio de Janeiro	2.230,89	1.684,91	2.088,55	1.370,02	1.356,92	-4,08	2.003,32	1.356,92	-4,08	2.046,66	1.361,47	2,16	2.284,69	1.569,41	11,63

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

TABELA 15: RENDIMENTOS E VARIAÇÃO DE RENDIMENTOS POR DÉCADA DOS TRABALHADORES PRESTADORES DE SERVIÇO NO BRASIL NÃO METROPOLITANO – 1980-2018 (EM R\$)

BRASIL NÃO METROPOLITANO	1980		1991		2000			2010			
	Média	Mediana	Média	Mediana	% 1980-91	Média	Mediana	% 91-2000	Média	Mediana	% 2000-10
RM Baixada Santista	2.310,04	1.738,01	2.209,60	1.461,36	-4,35%	2.113,09	1.526,54	-4,37%	2.145,87	1.531,66	1,55%
RM Grande Vitória	1.863,49	1.356,00	1.903,75	1.232,11	2,16%	1.782,93	1.187,31	-6,35%	1.989,71	1.293,40	11,60%
RM Campina Grande	1.180,99	828,34	1.227,11	717,95	3,91%	1.436,99	780,23	17,10%	1.599,51	936,01	11,31%
RM João Pessoa	1.660,64	1.146,30	1.579,52	803,75	-4,88%	1.704,29	1.017,69	7,90%	1.782,37	1.021,10	4,58%
RM Maringá	1.418,88	1.042,81	1.311,63	913,35	-7,56%	1.525,24	1.024,47	16,29%	1.860,80	1.361,47	22,00%
RM Natal	1.554,83	1.042,81	1.808,29	1.096,02	16,30%	1.523,29	936,27	-15,76%	1.785,77	1.021,10	17,23%
Outros Municípios	1.642,30	1.216,61	1.632,68	1.096,02	-0,59%	1.540,36	1.024,47	-5,65%	1.670,14	1.191,29	8,43%

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

5. Condições de trabalho nas mudanças tecnológicas: emergência e consolidação do mundo digital

Por ser um grupo ocupacional de baixa qualificação técnica e acadêmica, o apoio administrativo seria particularmente vulnerável a dinâmicas como a da reestruturação produtiva e aos impactos das tecnologias de informação e comunicação sobre a produção. Além do aventado fenômeno de terciarização da economia brasileira, ainda que de modo diferenciado, em todas as grandes regiões do país, é de se assinalar o impacto do processo de terceirização no mundo do trabalho (ANTUNES; DRUCK, 2015). Contratos e ocupações outrora ligados à rede de proteção da legislação trabalhista e previdenciária são alterados tanto por mudanças legislativas, quanto pela reorganização através da subcontratação com remuneração achatada.

Essa estratégia, recorrente mediante empresas prestadoras de serviço a outras empresas, configura *regimes e formas de produção* (HALBWACHS, 1970) tão modernizados quanto precarizados: trabalho por produtividade diária e semanal, que indexa a remuneração; trabalho baseado em resultados de equipe por metas; *gamificação* dos resultados de equipe, induzindo a dinâmicas de adoecimento psíquico e físico (ANTUNES; DRUCK, *op. cit.*), notável em ocupações como a dos operadores de *telemarketing*. Os resultados são alarmantes em relação ao mundo do trabalho: desregulamentação dos direitos do trabalho em escala global; terceirização da força de trabalho nos mais diversos setores e ramos produtivos e de serviços; derrota do sindicalismo autônomo e sua conversão num sindicalismo de parceria, mais comercial e menos conflitivo (*Idem, op. cit.*, p. 22).

Na década de 2010, o Brasil apresentaria uma relação de 418% mais empregos terceirizados do que contratados⁴ (ANTUNES; DRUCK, *op. cit.*) e 36% mais terceirizados em relação a contratados especificamente em ocupações consideradas “tipica-

⁴ Conforme os autores: “A relação entre o número de terceirizados e o número de contratados diretamente pela empresa, para algumas categorias profissionais, revela uma proporção muito grande de empregados subcontratados, superando o de efetivos, como encontrado entre os petroleiros. Segundo dados apresentados [...] a proporção de terceirizados é de 418% em relação aos contratados, ou seja, 4,2 para 1” (ANTUNES; DRUCK, 2015, pp. 25-26).

mente terceirizadas” (*Idem, op. cit.*, p. 26). Previsivelmente, esses terceirizados (limpeza, manutenção, portaria, *office boys*, *telemarketing* etc.) recebem rendimentos sensivelmente menores em relação ao pessoal ocupado em regime de contrato formal de trabalho (*Idem, ibidem*). Empregados do *telemarketing* nos anos 2010 seriam 62% terceirizados, correspondendo a notáveis 8% da força de trabalho empregada no Brasil, segundo a RAIS de 2014 (STEIN; ZYLBERSTAJN; ZYLBERSTAJN, 2017). Terceirizados, segundo a pesquisa, ganhariam 17% a menos em relação aos contratados entre os anos de 2013 e 2014 (*Idem*).

Um exame das diferentes nomenclaturas nas pesquisas aqui consideradas sugere o quanto as modificações no setor de serviços tiveram impacto nas ocupações do apoio administrativo. Foram observadas modificações nos grupos denominados auxiliares administrativos, nos secretários e nas ocupações referenciadas como recepcionistas e operadores de telefonia. Tais grupos são destacados em função da alta representatividade que têm no conjunto do apoio administrativo. Merecem destaque, nos anos de 1980 e 1991, os auxiliares administrativos (40,7% + 4,4%), que substituem os auxiliares de escritório classificados em 1980. Já as secretárias (denominadas no feminino em 1980) se mantêm como maior percentual (10,4% e 13,5%). Já no ano 2000, passaram a ser denominados de secretários de expediente e estenógrafos (17,2%) para em seguida alcançarem 21% em 2010, se considerarmos os secretários em geral e a somatória de secretários jurídicos executivos e administradores e de medicina em 2010, enquanto em 2018 esse grupo caiu para 10,9%.

Tais variações mais recentes podem estar relacionadas a modificações ocorridas no setor público quanto à diminuição do aparato estatal, bem como pelas sucessivas crises econômicas que alteraram o funcionamento de empresas que antes demandavam o trabalho de secretários executivos. Por um lado, funções foram terceirizadas, cargos foram fundidos e passaram a demandar menor contingente de secretariado executivo. Por outro lado, restaria o fenômeno da precarização, passando os secretários a exercer atividades de menor exigência na formação.

As modificações tecnológicas em comunicações e na prestação de serviços de recepcionistas mostram um crescimento dessas ocupações entre 1980 e 2000, mantido em 2010 e 2018

como *receptionistas em geral*, embora passem a ser observados os recepcionistas de hotel como categoria separada. Já quanto aos operadores de telefones, há dois movimentos: a eliminação dos chamados telegrafistas e radiotelegrafistas, operadores de equipamentos que se tornaram obsoletos e, mesmo, “desaparecidos” nos anos 2000; e o surgimento de trabalhadores de centrais de atendimento, denotando por um lado uma possível diminuição de exigências operacionais, mas por outro um aumento na incumbência, enquanto há uma redução bastante acentuada nas ocupações de telefonistas, que, embora se mantenham, passaram de 3,4% em 2000 para menos de 1% em 2018.

Em 2000, os assistentes compunham um grupo com escriturários em geral e agentes e auxiliares administrativos (32,5%). Já os secretários chegaram a 17,2% e almoxarifes e armazentistas (7,5%), representando um aumento quando comparados a 1980 e 1991. Esses últimos aumentaram em 2010 e 2018 com a nomenclatura de trabalhadores de controle de abastecimento e estoques (9,9% e 8,9%).

Merece, ainda, observarmos o que eram denominados como “contínuos” em 1980 (6,5%) e 1991 (6,2%), e que reduziram participação em 2000 (4,6%) e desapareceram enquanto ocupação nos anos seguintes. Tal diminuição se deve em grande medida à contratação terceirizada pelo setor público e privado desses serviços, que, na maioria das empresas que prestam esse tipo de serviço, passaram a contratar horistas ou outros profissionais temporários.

Há, ainda, um grande número de ocupações que podem ser classificadas conforme a natureza dos serviços prestados com pequena representatividade no conjunto de atividades do apoio administrativo, tais como: operadores de máquinas de processamento de texto e mecanógrafos; operadores de entrada de dados; caixas de banco e afins; coletores de apostas e de jogos; trabalhadores em escritórios de empréstimos e penhor; cobradores e afins; assim como trabalhadores em agências de viagem, serviços de informação ao cliente não classificados anteriormente, contabilidade e cálculo de custos, serviços estatísticos, financeiros e de seguros, serviços de apoio à produção, de bibliotecas e de serviços de correios; e codificadores de dados, revisores de provas de impressão e afins.

O estudo de Leme e Wajnman (2003) considera que, principalmente para o terciário, no Brasil a atividade feminina tem crescido desde os anos 1970 em paralelo à queda da taxa de fecundidade e ao aumento da escolaridade média das mulheres. Neste sentido, a crescente participação feminina no mercado de trabalho teria comportamento estatístico proporcionalmente menos suscetível às variações da economia brasileira e às crises do que o emprego masculino para o período dos anos 1970-1990 (LEME; WAJNMAN, 2003).

O trabalho feminino, contudo, parece estatisticamente mais influenciado pela faixa etária do que o masculino (LEME; WAJNMAN, *op. cit.*), o que impacta o ciclo de vida da trabalhadora no mercado por ocupação. As tendências demográficas apontam, ainda, para uma perspectiva de saturação futura da queda da taxa de fecundidade da população feminina, segundo as autoras. Esse fenômeno, nesta leitura, encontraria na elevação da escolaridade um ponto demográfico de impacto significativo nos percentuais de mulheres envolvidas em atividades profissionais remuneradas no Brasil (Idem, *ibidem*). Embora cresçam o número e o percentual de mulheres representando a principal fonte de rendimento do domicílio, ainda se nota discrepância significativa entre os rendimentos da força de trabalho por sexo para a mesma ocupação, em que pese a escolaridade média mais elevada das mulheres contemporaneamente.

Das ocupações classificadas como apoio administrativo, há três que dispõem de regulamentação no Brasil: a ocupação de secretário executivo e de técnico em secretariado foi regulamentada pela Lei nº 7.377, de 30 de setembro de 1985, que dispõe sobre a profissão de Secretário e dá outras providências, com alterações em incisos pela Lei nº 9261, de 10 de janeiro de 1996. Já a ocupação de despachante aduaneiro foi regulamentada pela Portaria Interministerial MF/MTb nº 209, de 10 de abril de 1980, e dispõe sobre a habilitação para o exercício da atividade de despachante aduaneiro e de ajudante de despachante aduaneiro, bem como sobre o registro e a cassação de habilitação e dá outras providências. A ocupação de arquivista, bem como de técnico de arquivo foi regulamentada pela Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978, que dispõe sobre a regulamentação de Arquivista e Técnico de Arquivo, regulamentada posteriormente pela lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978.

TABELA 16: PARTICIPAÇÃO DAS OCUPAÇÕES ENVOLVIDAS NO GRUPO OCUPACIONAL DE ATIVIDADES DO APOIO ADMINISTRATIVO – 1980-2018 (EM %)

N.	OCUPAÇÃO	1980	1991
52	Assistentes administrativos	4,5	6,2
53	Pagadores e caixas (exclusive nos serviços e comércio de mercadorias)	4,6	6,0
54	Almoxarifes e armazenistas	3,8	3,3
55	Expedidores e conferentes de materiais	2,5	2,2
56	Datilógrafos	2,1	0,9
57	Operadores de teleimpressoras	0,2	0,2
58	Operadores de máquinas de processamento automático de dados	1,8	4,8
59	Secretárias	10,4	13,5
60	Auxiliares de contabilidade	3,0	3,5
61	Operadores de máquinas copiadoras	0,2	0,2
62	Arquivistas	1,0	0,7
63	Receptionistas	4,9	6,6
64	Auxiliares administrativos	4,4	40,7
65	Auxiliares de escritório	45,3	0,0
222	Inspetores de alunos	1,0	1,1
771	Agentes postais e telegráficos	0,3	0,1
772	Postalistas	0,3	0,3
773	Telegrafistas e radiotelegrafistas	0,4	0,2
774	Telefonistas	2,2	2,9
775	Carteiros	0,7	0,4
845	Contínuos	6,5	6,2
N.	OCUPAÇÃO	2000	
3341	Inspetores de alunos e afins	2,8	
4110	Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	32,5	
4121	Secretários de expediente e estenógrafos	17,2	
4122	Operadores de máquinas de escritório	3,7	
4123	Contínuos	4,6	
4131	Escriturários de contabilidade	2,9	
4132	Escriturários de finanças	4,0	
4141	Almoxarifes e armazenistas	7,5	
4142	Escriturários de apoio a produção	0,6	
4151	Escriturários de serviços de biblioteca e documentação	1,1	
4152	Carteiros e afins	1,2	
4212	Caixas de banco e operadores de câmbio	1,4	
4213	Coletadores de apostas e de jogos	0,8	

4214	Cobreadores e afins	2,8	
4221	Receptionistas	11,2	
4222	Telefonistas	3,4	
4223	Operadores de telemarketing	2,0	
4231	Despachantes de documentos	0,4	
N.	OCUPAÇÃO	2010	2018
3342	Secretários jurídicos	1,8	0,6
3343	Secretários executivos e administrativos	2,1	2,3
3344	Secretários de medicina	1,1	1,1
4110	Escriturários gerais	33,5	46,9
4120	Secretários (geral)	16,0	6,9
4131	Operadores de máquinas de processamento de texto e mecanógrafos	0,1	0,0
4132	Operadores de entrada de dados	1,1	0,3
4211	Caixas de banco e afins	0,7	1,2
4212	Coletores de apostas e de jogos	0,5	0,9
4213	Trabalhadores em escritórios de empréstimos e penhor	0,0	0,0
4214	Cobreadores e afins	1,6	0,9
4221	Trabalhadores de agências de viagem	0,7	0,8
4222	Trabalhadores de centrais de atendimento	6,0	6,5
4223	Telefonistas	1,8	0,9
4224	Receptionistas de hotéis	0,3	0,8
4225	Trabalhadores dos serviços de informações	0,4	1,1
4226	Receptionistas em geral	13,2	12,0
4229	Trabalhadores de serviços de informação ao cliente não classificados anteriormente	0,2	1,0
4311	Trabalhadores de contabilidade e cálculo de custos	3,2	3,2
4312	Trabalhadores de serviços estatísticos, financeiros e de seguros	2,2	0,8
4321	Trabalhadores de controle de abastecimento e estoques	9,9	8,9
4322	Trabalhadores de serviços de apoio à produção	0,7	1,2
4411	Trabalhadores de bibliotecas	0,2	0,2
4412	Trabalhadores de serviços de correios	1,0	0,7
4413	Codificadores de dados, revisores de provas de impressão e afins	0,0	0,0
4414	Outros escreventes	0,0	0,0
4415	Trabalhadores de arquivos	0,7	0,5
4416	Trabalhadores do serviço de pessoal	1,0	0,3
4419	Trabalhadores do apoio administrativo não classificados anteriormente	0,0	0,2

FONTE: MTE – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Considerações finais

O grupo ocupacional das trabalhadoras e trabalhadores de atividades do apoio administrativo, com 7,7% da população ocupada na economia brasileira, representa um elo dos mecanismos de informação, transmissão de dados e transportes de bens, mercadorias e serviços e as atividades-fim do processo produtivo. É caracterizado por representar um corpo funcional de trabalhadoras e trabalhadores de escolaridade em torno do nível médio ao nível superior completo ou incompleto, notadamente próximo de campos disciplinares como os da Administração, Contabilidade, Relações Públicas, Arquivologia e Secretariado. O grupo ocupacional é, ainda, caracterizado por remunerações entre os estratos baixos e médio-baixos do mercado de trabalho, considerando-se o perfil majoritário de pessoal empregado assalariado em oposição a grupos ocupacionais ligados a empreendimentos de natureza individual ou de pequeno-médio porte.

O corte de gênero das ocupações do apoio administrativo compõe um elemento definidor importante para a caracterização do grupo ocupacional, mas também para o entendimento da concatenação entre atividades, tarefas e ocupações e os mecanismos da economia nacional contemporânea. Por se tratar de grupo majoritariamente feminino, com presença relevante de ocupantes pardas, encontra-se um nexos importante para o entendimento dos mecanismos de reprodução de desigualdades socioeconômicas no mercado de trabalho, inclusive em sentido intergeracional. Os duplos marcadores (gênero e raça) assinalam o rebaixamento dos ofícios no espaço social, dotando-os de forte carga simbólica e de manutenção de estratégias de acumulação renovadas, recriadas.

As atuais políticas econômicas contracionistas, postulantes da chamada *austeridade fiscal*, anuladores de demandas e produtoras de efeitos de compressão de renda e elevação de lucros e dividendos por parte das empresas, se beneficiam particularmente desse tipo contemporâneo de ofício em proletarização. Embora se trate de profissionais com domínio de técnicas contemporâneas como as tecnologias de informação e comunicação, e responsáveis pela organização de bases de dados, fluxos de informações, verificação, circulação e produção de documentos, bens, mercadorias e serviços,

os trabalhadores e trabalhadoras do apoio administrativo (cujos rendimentos se concentram em faixas situadas até três salários-mínimos) seriam enquadráveis ao mesmo tempo em ofícios de caráter essencial nas organizações e mecanismos importantes na engrenagem da acumulação de capital.

Com salários deprimidos e alienação do trabalho, posicionados no seccionamento da informação por meio das divisões de tarefas, automação e informatização das rotinas, esses profissionais estariam situados em elos bastante centrais da nova economia *terciarizada* contemporânea, garantindo a concentração de renda e riqueza e sendo objeto de expropriação do valor econômico (e informacional) da qualidade de seu tempo de trabalho e de seu uso enquanto veículos de registros, ordens e informações. Parecem, contudo, destituídos de poder decisório nas sequências de tarefas que desempenham, embora sua condição seja estratégica para a manutenção do tempo de circulação de serviços e mercadorias e, portanto, para a taxa de acumulação do sistema.

José Júlio Ferreira Lima é arquiteto e urbanista, doutor em Arquitetura (Oxford Brookes, Inglaterra), professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPA. Pesquisador do núcleo Belém do Observatório das Metrôpoles. Contato: jjlima@ufpa.br

Juliano Pamplona Ximenes Ponte é arquiteto e urbanista, doutor em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR-UFRJ), professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPA. Coordenador do Núcleo Belém do Observatório das Metrôpoles. Contato: jximenes@ufpa.br

Ricardo Bruno Nascimento dos Santos é economista, doutor em Economia Aplicada (UFV), professor da Faculdade de Economia da UFPA. Pesquisador do núcleo Belém do Observatório das Metrôpoles. Contato: ricardobns@gmail.com

Raul da Silva Ventura Neto é arquiteto e urbanista, doutor em Desenvolvimento Econômico (Unicamp), professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPA. Pesquisador do núcleo Belém do Observatório das Metrôpoles. Contato: netoventuraraul@gmail.com

Referências

ABRAMO, L. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 04, out./dez. 2006.

ANTUNES, R.; DRUCK, G. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. **O Social em Questão**, Ano XVIII, n. 34, 2015.

AZZONI, C. R. “Setor terciário e concentração regional no Brasil”. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (orgs.) **Economia e território**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005, pp. 551-572.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 12 dez. 2020.

BRASIL. **Lei n.º 3.780, de 12 de julho de 1960**. Dispõe sobre a Classificação de Cargos do Serviço Civil do Poder Executivo, estabelece os vencimentos correspondentes e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 1960. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L3780.htm. Acesso em 11 dez. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Rio de Janeiro: Senado Federal, 1943. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452compilado.htm. Acesso em: 13 dez. 2020.

CANO, W. (Des) industrialização e (sub) desenvolvimento. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, pp. 139-174, jul./dez. 2014

DEVELOPING A CURRICULUM (DACUM). **DACUM archive and resource**. Quincy/Massachusetts/EUA, 2001. Disponível em: <http://www.dacum.org>. Acesso em: 16 jul. 2020.

HALBWACHS, M. **Morphologie sociale**. Paris: Librairie Armand Colin, 1970 [1938].

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html?utm_source=portal&utm_medium=popclock&utm_campaign=novo_popclock. Acesso em: 11 dez. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Atlas nacional de comércio e serviços**. 140 f. Rio de Janeiro: IBGE; MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), 2013.

LEME, M. C. S.; WAJNMAN, S. “Efeitos de período, coorte e ciclo de vida na participação feminina no mercado de trabalho brasileiro”. In: WAJNMAN, Simone; MACHADO, Ana Flávia (orgs.) **Mercado de trabalho**. Uma análise a partir das pesquisas domiciliares no Brasil. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003, pp. 49-66. (Coleção População e Economia).

LIMA, L. G. de; FONSECA, P. C. D. Interpretações da política econômica nos governos Lula e Rousseff. In: ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL, XXII, 2019, Maringá-PR. **Anais...** Maringá: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Economia (Anpec), p. 01-16, 2019.

MARX, K. **O capital**. Crítica da economia política. Livro I. O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **CBO. Classificação brasileira de ocupações**. Brasília: Ministério do Trabalho, 2017. Disponível em: <http://www.mtebo.gov.br/cbsite/pages/informacoesGerais.jsf#6>. Acesso em: 16 jul. 2020.

OLIVEIRA, E. L. de. “A dinâmica de terciarização do mercado de trabalho brasileiro”. In: WAJNMAN, S.; MACHADO, A. F. (orgs.) **Mercado de trabalho**. Uma análise a partir das pesquisas domiciliares no Brasil. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003, pp. 321-346. (Coleção População e Economia).

QUADROS, W. Classes sociais e desemprego no Brasil dos anos 1990. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 12, n. 1 (20), pp. 109-135, jan./jun. 2003.

REDE NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DO TRABALHADOR (RENAST). **Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0)**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2018. Disponível em: <https://renastonline.ensp.fiocruz.br/temas/classificacao-nacional-atividades-economicas-cnae> . Acesso em: 16 jul. 2020.

SANDRONI, P. **Dicionário de Economia do século XXI**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SENNETT, R. **O artífice**. Rio de Janeiro: Record, 2019.

STEIN, G.; ZYLBERSTAJN, E.; ZYLBERSTAJN, H. Diferencial de salários da mão de obra terceirizada no Brasil. **Estud. Econ.**, v. 47, n. 3, São Paulo, Jul./Set. 2017.

VIANNA, C. H.; OLIVEIRA, A. M. H. C de. Sobre-escolarização nas ocupações brasileiras: uma análise dos efeitos de idade, período e coorte. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, n. 38, Salvador. **Anais...** Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, 2010. Disponível em: <https://en.anpec.org.br/previous-editions.php?r=encontro-2010>. Acesso em: 04 dez. 2020.

Profissionais de nível médio: entre o fazer prático e o conhecimento abstrato

Paula Guedes Martins Ferreira
Felipe Camargo Raitano

Introdução

Os profissionais de nível médio são um conjunto de trabalhadores que, independentemente do setor econômico de atuação, têm uma formação especializada de escolaridade intermediária, muitas das vezes obtida por meio de cursos técnicos, e um vínculo profissional com suas ocupações. Entre as ocupações mais conhecidas, estão os profissionais de saúde (tais como agentes de saúde e técnicos de enfermagem), os técnicos de processos industriais (tais como técnicos mecânicos e eletrotécnicos), os profissionais em administração, comércio e negócios (como os agentes imobiliários, de seguro ou representantes comerciais) e os técnicos em tecnologias da informação e comunicação.

Esses profissionais compõem um grupo intermediário na estrutura ocupacional tanto no que é relativo à formação educacional, como mencionamos, quanto no que diz respeito aos rendimentos e condições de vida e de trabalho. Eles se situam, portanto, entre os trabalhadores de nível superior, com maiores níveis educacionais e melhores condições de trabalho e remuneração, e os diversos conjuntos de trabalhadores manuais, que vivem piores condições de trabalho.

Essa posição intermediária se reflete também nas relações de trabalho em que esses trabalhadores reproduzem tal posição, conectando os setores de supervisão com os operativos. Nessa conexão, os profissionais de nível médio servem, portanto, como mediadores e tradutores entre as demandas dos dois grupos (BURNIER, 2006).

O trabalhador de nível médio, muitas das vezes, se caracteriza como um profissional operativo qualificado, que aplica na prática os conhecimentos teóricos e formais, já que tem acesso a eles. As mudanças organizacionais relacionadas às transformações atuais do mercado de trabalho, contudo, têm incitado uma maior horizontalidade nas empresas e exigido desses profissionais um perfil mais polivalente que vá além das demandas técnicas e operativas, mas que atue também como gestor e participante nas relações interpessoais dentro das empresas (LAUDARES; TOMASI, 2003).

Os profissionais de nível médio são definidos também por uma identificação profissional. Na discussão sociológica a respeito do profissionalismo, as profissões se destacam entre o conjunto das ocupações por serem reconhecidas oficialmente, terem um processo de formação e de atuação estabelecido de forma mais rígida e que é formador de uma identidade profissional. As categorias profissionais são vistas geralmente como parte da identidade dos trabalhadores, e não algo apenas vinculado à ocupação ou ao emprego em determinado momento. Dessa forma, essa identidade se mantém ao longo da vida profissional e é em torno dela como o trabalhador constrói as suas estratégias de trajetória de vida.

Dessa forma, os profissionais de nível médio são considerados, neste estudo da estrutura ocupacional, como aqueles trabalhadores que possuem tal identificação profissional e que atuam em diversos setores econômicos. Essa definição é bastante similar àquela estabelecida na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) de 2002¹ como técnicos de nível médio, um dos grandes grupos ocupacionais da CBO. A definição feita no presente estudo, contudo, exclui os professores de nível médio, os supervisores e as ocupações artísticas e esportivas, que fazem parte de outros grupos.

Devido a essa grande relação entre os profissionais de nível médio e as ocupações técnicas de nível médio, a discussão sobre as

¹ A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) é um documento que retrata a realidade das profissões do mercado de trabalho brasileiro. Foi instituída com base legal na Portaria nº 397, de 10 de outubro de 2002. Disponível em: <https://empregabrasil.mte.gov.br/76/cbo/>. Acesso em 26 out. 2020.

condições de trabalho desse grupo é bastante vinculada à discussão educacional, principalmente sobre a educação profissional e o ensino técnico. Neste sentido, grande parte da literatura que trata desses trabalhadores discute os aspectos educacionais, conectando suas condições de trabalho à sua trajetória educacional e a discussões e transformações vividas por esse setor educacional nos últimos anos.

De forma articulada às discussões a respeito do profissionalismo e do ensino técnico, este capítulo busca refletir e avaliar a posição desses profissionais de nível médio no mercado de trabalho brasileiro, as divisões internas existentes nesse grupo de trabalhadores, o seu perfil sociodemográfico, suas condições ocupacionais e de rendimento e as mudanças pelas quais passaram ao longo de 1980 a 2010.

1. Profissionalismo e ensino técnico na formação da identidade profissional

Com o objetivo de compreender de que forma a existência de uma identidade profissional no grupo aqui discutido influencia as características gerais dele, será feita, nesta seção, um resgate sobre as discussões a respeito do profissionalismo e sobre um dos aspectos mais relevantes dessa identificação profissional, que é a formação profissional (e, no caso em particular, sobre o ensino técnico e as transformações recentes pelas quais ele atravessou).

1.1. Profissionalismo

A discussão sobre profissionalismo diz respeito ao estudo das profissões e da forma como elas se destacam entre as ocupações existentes no mercado de trabalho, assumindo posições relativamente superiores na classificação ocupacional. Nesse sentido, as profissões se distinguem do restante das ocupações por diversos processos que resultam na sua constituição como grupos que têm uma identidade vinculada ao trabalho que exercem, com práticas de formação e cuja atuação no mercado de trabalho também possui regulamentação comum (FREIDSON, 1996).

Entre claros exemplos de profissões no mercado de trabalho brasileiro atual, podemos citar os médicos, advogados, engenheiros,

entre outros. Nessas profissões, se constata claramente a identidade profissional, que vai além do período em que se ocupa um emprego, e se percebe a regulamentação da atividade profissional e da formação educacional. As associações profissionais, como os Conselhos Federais e Regionais de Medicina e Engenharia ou a Ordem de Advogados do Brasil, servem para regular a atuação desses profissionais, organizar demandas comuns (a exemplo dos pisos salariais) e limitar o acesso a esses mercados de trabalho, exigindo, por exemplo, que somente trabalhadores com diploma nessas profissões possam atuar como médicos, advogados ou engenheiros.

A regulamentação e os limites no acesso aos mercados de trabalho e aos potenciais clientes também podem trazer ganhos para o público. Ronald Numbers (1988) e Nancy Tomes (1985), quando analisam a profissionalização da medicina nos Estados Unidos, mostram que, nesse caso, a regulamentação feita através das associações profissionais foi fundamental para impedir a prática da medicina por aqueles que não tinham formação suficiente ou por aqueles que praticavam a medicina sem bases científicas, evitando, assim, erros médicos e tratamentos incorretos (NUMBERS, 1988; TOMES, 1985).

Dessa forma, embora a profissionalização de determinadas ocupações possa trazer ganhos para o público, o estabelecimento da “soberania” dessas profissões para pautar sua regulamentação, escolher seus espaços de formação e atuação e seus membros, tem grande relação com os fatores sociais e econômicos (TOMES, 1985). A caracterização de certas ocupações como profissões é, assim, parte de construções sociais que reconhecem determinadas competências como legítimas e que tratam seus membros não como meros trabalhadores, mas como profissionais que têm uma identificação positiva com o trabalho, que podem ter uma carreira fruto de uma escolha e com a possibilidade de trabalhar de forma relativamente autônoma (DUBAR, 2012).

Na constituição das profissões, um dos aspectos de grande influência é a formação profissional. Embora para quase todas as ocupações seja necessário algum tipo de treinamento ou capacitação, para as profissões, isso se diferencia pelo fato de essa formação se dar em espaço separado do local de trabalho, como nas salas de aulas de cursos específicos, com uma base teórica estabelecida e

com professores que têm como atividade integral o ensino. Esses aspectos que diferenciam a formação dos profissionais da formação de outras ocupações conferem maior confiabilidade ao ensino profissional e se tornam um importante espaço da formação da identidade profissional (FREIDSON, 1996).

Conectando essa discussão teórica a respeito do profissionalismo com os profissionais de nível médio, percebe-se que os técnicos de nível médio se identificam como profissionais na medida em que existem o estabelecimento de uma identidade profissional, uma posição de relativo destaque no mercado de trabalho e a regulamentação sobre formação e a atuação. Vale ponderar, contudo, que os profissionais de nível médio são um grupo com certa heterogeneidade, então, características diversas existirão em diferentes parâmetros dentro dele.

Um dos aspectos mais relevantes e debatidos na literatura a respeito dessa identificação profissional dos técnicos de nível médio diz respeito à formação e à educação profissional. Vale destacar que o ensino técnico tem sido bastante discutido na literatura nacional, já que foi alvo de políticas recentes de ampliação da oferta de vagas e facilitação do acesso a bolsas e financiamento e por conta do debate a respeito da suposta falta de trabalhadores qualificados no mercado de trabalho brasileiro. Sendo assim, é válido neste estudo aprofundar a discussão sobre a formação profissional de nível médio e sua relação com a formação da identidade profissional desses trabalhadores.

1.2. Formação Profissional e Ensino técnico

O ensino profissional no Brasil tem um histórico de muitas transformações que se conectam com as mudanças gerais da educação. No contexto geral, a educação brasileira está em processo de expansão com níveis próximos à universalização para o ensino fundamental e, ainda, em processo de expansão no ensino superior. O ensino médio, contudo, tem uma manutenção na quantidade de matrículas e índices elevados de evasão escolar.

Nesse processo, o ensino profissional, especialmente de nível técnico, tem sido visto como uma forma de superar os problemas apresentados pelo ensino médio e de ressignificar esse período educacional como algo que apresente um fim em

si mesmo, possibilitando o acesso ao mercado de trabalho em melhores condições de qualificação e alcançando, com isso, o acesso a melhores condições de trabalho e remuneração (ZUCCARELLI, 2016).

Nessa perspectiva de superação dos problemas do ensino médio, a ampliação do ensino técnico tem sido uma política de alguns governos em relação à educação. Como resultado dessas políticas, as matrículas na educação profissional de nível médio mais do que dobraram entre 2002 e 2013 (foram de pouco mais 600 mil para mais de 1,4 milhão de matrículas no período). Cerca de metade dessas vagas está na rede privada e o restante na rede pública, principalmente federal e estadual, que são também as que mais cresceram entre 2002 e 2013.

A diferenciação entre essas duas redes, privada e pública, é relevante porque vários fatores marcam a diferença entre tais categorias administrativas: segundo levantamento de Zuccarelli (2016), mais da metade das matrículas da rede federal corresponde a cursos integrados ao ensino médio, enquanto na rede privada esse percentual se inverte para 67% das matrículas relativas ao ensino subsequente. Essa diferença indica perfis distintos entre as categorias na medida em que os cursos integrados têm cargas horárias mais extensas, exigindo que os estudantes se dediquem integralmente a eles e inviabilizando a possibilidade de conciliar trabalho com escola. Os cursos subsequentes, por outro lado, podem ser frequentados em horários complementares e por estudantes que já estão inseridos ativamente no mercado de trabalho.

Além do modelo de ensino, essa diferença se dá, também, pelo caráter mais generalista, com maior aprofundamento das questões teóricas nos cursos da rede pública. Essas características fazem com que as escolas técnicas da rede pública se destaquem do restante da rede estadual de ensino médio pela qualidade do ensino e que sejam percebidas pelos estudantes como uma forma de acesso ao ensino superior (ZUCCARELLI, 2016).

Assim sendo, embora esse perfil do ensino técnico público indique que ele apresenta uma importante forma de acesso de estudantes da rede pública ao ensino superior, muitas das vezes, o acesso ao mercado de trabalho de nível técnico não é prioritário. Isso acontece de forma distinta nas escolas técnicas privadas, já que

nestas se observa um caráter mais mercadológico: os cursos são vistos mais como formas de inserção, reinserção ou aumento da qualificação para o mercado de trabalho, e não prioritariamente como formas de acesso para níveis superiores de ensino. Isso permite, contudo, uma conexão maior entre o curso e área de atuação profissional de nível médio futura.

A conexão entre o curso técnico realizado e a possibilidade de atuação na área é um tema de importante debate na discussão sobre o ensino técnico. Em meados dos anos 2000, a imprensa e parte da literatura científica indicavam a falta de qualificação da mão de obra como um limitante na expansão econômica do país no período. As análises de João Saboia (2009) e Paulo Meyer Nascimento (2011) indicam, porém, que embora haja um aumento da demanda por profissionais de nível técnico, de fato, especialmente nas áreas técnico-científicas, o cenário não chega a ser de escassez.

A aparente falta de força de trabalho qualificada ocorreria principalmente devido à desconexão entre a formação e as demandas do mercado de trabalho, que, segundo Saboia e Salm (2009), se daria tanto pela falta de vagas no ensino de qualidade, quanto pela renovação constante nas demandas do mercado devido às inovações tecnológicas. Além disso, os níveis de desemprego, baixos na época, mas elevados em alguns setores (como entre os jovens), levaria ao aumento das exigências educacionais pelo mercado. Esses processos fariam com que os cursos técnicos e profissionais servissem mais para o aumento de credenciais educacionais do que, de fato, para a formação prática para o trabalho (SABOIA; SALM, 2009).

Essas discussões sobre o profissionalismo e as questões relacionadas à formação educacional dos profissionais de nível médio são relevantes para aprofundar o debate a respeito dessa categoria e compreender como influenciam sua posição no mercado atualmente e suas relações com o mundo do trabalho.

2. Características gerais dos profissionais de nível médio

A partir dessas reflexões acerca da formação da identidade profissional, é importante realizar uma análise das características

gerais dos profissionais de nível médio, avaliando, além do seu perfil sociodemográfico e condições ocupacionais, sua posição no mercado de trabalho, participação na população ocupada e segmentações internas.

2.1. Posição e participação dos profissionais de nível médio no mercado de trabalho

Na perspectiva de que os profissionais de nível médio formam um grupo intermediário na estrutura ocupacional do país (e que isso influencia sua atuação nos locais de trabalho), é importante discutir como eles se posicionam em relação a outros grandes grupos ocupacionais, assim como está situada a participação desse grupo na população ocupada.

Embora não tenham sido desenvolvidos estudos que tratem especificamente dos profissionais de nível médio, alguns trabalhos, como os já citados de Carolina Zuccarelli (2016) e João Saboia e Claudio Salm (2009), trazem dados sobre o grande grupo 3 da CBO (2002) – isto é, sobre os técnicos de nível médio –, relacionado bastante com o grupo tratado aqui. Nessa análise, os autores discutem que, em meados dos anos 2000, o grupo tinha o segundo maior nível de escolaridade entre os grupos da CBO (2002), inferior apenas ao nível de escolaridade dos profissionais de nível superior. O grupo também é o quarto maior em número de postos de trabalho formais²; porém, no período entre 2003 e 2008, quando foram criados mais de oito milhões de postos de trabalho formais no país, apenas 6,8% eram de técnicos de nível médio, valor bastante inferior aos três maiores grupos.

Já em relação aos rendimentos, o grupo apresenta o terceiro maior rendimento entre os demais, inferior apenas aos rendimentos dos dirigentes e profissionais de nível superior. O rendimento médio do grupo, contudo, teve a pior variação entre os anos de 2003 e 2008 com relação a todos os grupos ocupacionais, aumentando 39,8%, valor abaixo da média geral de 55,8%. Essa variação inferior a outros grupos pode indicar uma perda relativa da posição social, observada também no estudo de caso feito por Burnier (2006), no

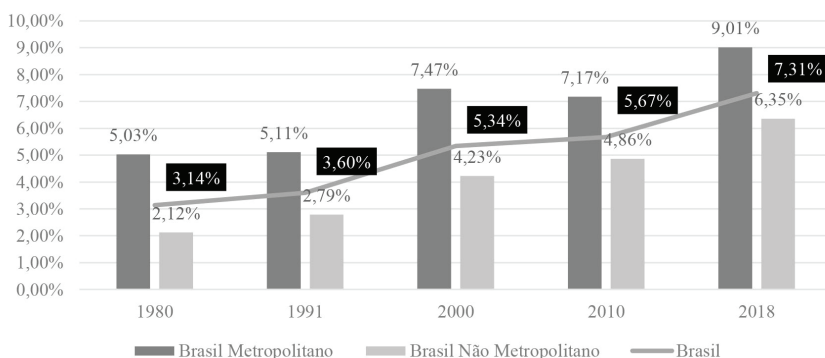
² Inferior somente aos trabalhadores de serviços administrativos (GG4), trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados (GG5) e aos trabalhadores da produção de bens e serviços industriais (indústria leve) (GG7).

qual indicou-se que os trabalhadores analisados tinham expectativas de receber salários mais altos em comparação com o que, de fato, recebem.

A essa questão dos rendimentos, se relaciona também o fato percebido por Saboia e Salm (2009) de que a frequência a um curso de educação profissional levou ao aumento do rendimento mensal para vários grupos etários e níveis de escolaridade, sendo esse aumento maior para aqueles com menor escolaridade. Além disso, a frequência de comparecimento a esses cursos reduziu a desigualdade de rendimentos entre diferentes níveis de escolaridade, aproximando o rendimento dos que frequentaram a educação profissional, mas que têm distintos níveis de escolaridade.

A partir dessas considerações, cabe fazer a análise da participação dos profissionais de nível médio na população ocupada no Brasil, Brasil Metropolitano e Brasil Não Metropolitano e a evolução da população ocupada e dos profissionais de nível médio nas duas divisões regionais, disponíveis no Gráfico 1 e Tabela 1. Nesses dados, nota-se a relevante participação desse grupo na população ocupada, chegando a 7% do total no país em 2018 e a 9% dos ocupados do Brasil Metropolitano.

GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO NA POPULAÇÃO OCUPADA NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018



FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

TABELA 1: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA E DO CONJUNTO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018

ANO	POPULAÇÃO OCUPADA		
	BRASIL	NÃO METROPOLITANO	METROPOLITANO
1980	42.271.526	27.491.094	14.780.432
1991	55.293.313	36.032.386	19.260.927
2000	65.629.892	43.154.404	22.475.488
2010	86.353.839	55.992.330	30.361.509
2018	92.332.869	59.177.490	33.155.379
PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO			
	BRASIL	NÃO METROPOLITANO	METROPOLITANO
1980	1.326.670	583.916	742.754
1991	1.989.518	1.004.337	985.180
2000	3.504.172	1.824.401	1.679.771
2010	4.898.621	2.721.183	2.177.438
2018	6.746.837	3.760.240	2.986.597

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Além disso, percebe-se que o grupo teve um crescimento contínuo nas últimas décadas. Apesar da estagnação relativa no Brasil Metropolitano entre 1980 e 2000, os valores absolutos cresceram em todas as décadas nas duas divisões regionais, sendo composto hoje por 6,7 milhões de pessoas em todo o Brasil. Esse crescimento contínuo provavelmente se relaciona às políticas de expansão do ensino técnico, mencionadas anteriormente neste capítulo, que têm formado mais profissionais qualificados para esse tipo de profissões.

Essa evolução da participação relativa pode indicar que se trata de um grupo relativamente estável em relação às condições gerais econômicas, dada a manutenção de altos índices de participação na população ocupada mesmo em anos quando o mercado de trabalho não estava em expansão e o desemprego estava em alta, como em 2000 e 2018. Da mesma forma, sua participação não se elevou muito no momento de expansão econômica de 2010, mantendo o crescimento que já vinha tendo nas décadas anteriores, o que mostra essa estabilidade em relação às variações do mercado de trabalho.

Outro aspecto relevante é o fato de constituir uma parcela maior da população ocupada no Brasil Metropolitano do que no

Brasil Não Metropolitano, embora, em termos absolutos, essa quantidade seja maior fora das metrópoles. De uma forma geral, esse perfil se manteve para as diferentes regiões metropolitanas, com algumas variações, tendo uma participação mais alta nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro (10,47%, em 2018), Porto Alegre (9,88%, em 2018) e Recife (9,59%, em 2018), e participação mais baixa nas regiões metropolitanas de Campina Grande (4,84%, em 2010), Manaus (5,50%, em 2010) e Fortaleza (5,70%, em 2010).

2.2. Segmentações internas ao grupo dos profissionais de nível médio

Além dos dados gerais em relação ao grupo dos profissionais de nível médio, é interessante avaliar a composição interna desse grupo, destacando seus principais subgrupos e como evoluíram no período de análise. Os profissionais de nível médio podem ser divididos em função de sua atuação em diferentes setores. Hoje, as áreas que mais empregam esses profissionais são as ocupações ligadas à área de saúde humana e às ciências administrativas e comerciais. Além disso, destacam-se as ocupações ligadas ao trabalho técnico industrial, um subgrupo característico no grupo de profissionais de nível médio, e as ocupações de nível médio ligadas a tecnologia da informação e comunicação, que vêm se transformando e ampliando sua participação no mercado de trabalho.

Em relação aos trabalhadores técnicos da saúde, existem vários estudos que tratam das condições de trabalho desses profissionais. Geralmente, estão empregados como técnicos de enfermagem ou agentes de saúde e em posições subalternas em seus espaços de trabalho, especialmente em comparação aos médicos ou enfermeiros-chefes (SANTOS; FARIA, 2008; SHIMIZU; CIAMPONE, 2002). Esse subgrupo, vale sublinhar, é o que mais tem se expandido nos anos recentes.

Outra reflexão importante relacionada à discussão sobre as categorias administrativas da formação profissional é de que os cursos técnicos em enfermagem são mais comuns de serem lecionados nas escolas privadas: geralmente, é o principal curso ofertado por elas e com alunos caracterizados por um perfil socioeconômico mais baixo. Dessa forma, é possível que os profissionais de nível médio da área de saúde estejam em uma posição relativamente inferior dentro do grupo no tocante às suas condições de trabalho e remuneração.

Em relação aos profissionais de nível médio ligados às profissões técnicas em processos industriais³, como os técnicos mecânicos, eletrotécnicos ou técnicos em eletrônica, as discussões se vinculam mais ao perfil intermediário que este ocupa nos espaços de trabalho, já discutido anteriormente. Além disso, nesse ramo, há uma predominância de profissionais do sexo masculino, fato que justifica o relato das poucas mulheres inseridas nesse subgrupo sobre situações de desvalorização das características femininas em tais espaços de trabalho e que as submetem a empenhar um esforço ainda maior no exercício da profissão para que consigam receber tratamento em nível igual ao dos homens. Em relação às transformações gerais da economia, percebe-se uma diminuição da demanda por esses profissionais em comparação à década de 1980, quando, muitas das vezes, eram contratados antes mesmo de terminar seus cursos (BURNIER, 2006). É possível que isto esteja relacionado ao processo de desindustrialização e reprimarização da economia nacional.

Por último, em relação aos profissionais ligados às áreas de comunicação e informação, o debate está relacionado às inovações tecnológicas que têm tornado esses conhecimentos cada vez mais necessários e generalizados dentro das empresas (GARCIA; SARTORI, 2011). Esses processos têm feito que tais profissionais estejam progressivamente integrados em diferentes empresas, e não somente restritos às empresas de tecnologia e informática, aumentando, portanto, seu mercado de trabalho e a oferta de emprego.

Os conhecimentos ligados à comunicação e informação também têm se tornado menos restritos às empresas de tecnologia e se generalizado. Isso permite que a formação desses profissionais seja feita fora do espaço de trabalho e integrada a cursos profissionais em informática, ou outras especializações, oferecidos pelas escolas profissionais tradicionais.

De acordo com a nossa proposta de divisão interna dos profissionais de nível médio, as ocupações do grupo foram categorizadas da forma exposta no Quadro 1 em quatro subgrupos: Saúde; Administração, Comércio e Negócios; Informação e Comunicação; e Processos Industriais. Como os profissionais de

³ Segundo o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, o eixo tecnológico de controle e processos industriais “compreende tecnologias associadas a infraestrutura e processos mecânicos, elétricos e eletroeletrônicos, em atividades produtivas” (BRASIL, 2014).

nível médio chegam a mais de 100 ocupações distintas, a divisão completa por subgrupos está disponível.

QUADRO 1: DIVISÃO ENTRE OS SUBGRUPOS DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO

ÁREAS RELACIONADAS	SUBGRUPO
Recursos Naturais	Profissionais de Nível Médio em Saúde (S)
Ambiente e Saúde	
Técnicos Esportivos	
Gestão e Negócios	Profissionais de Nível Médio em Administração, Comércio e Negócios (ACN)
Segurança	
Ocupações de Justiça	
Técnicos Educacionais	
Técnicos em Turismo	Profissionais de Nível Médio em Informação e Comunicação (TIC)
Informação e Comunicação	
Produção Cultural e Design	Profissionais de Nível Médio em Processos Industriais (PI)
Infraestrutura	
Controle e Processos Industriais	
Produção Industrial	
Recursos Naturais	
Agropecuária	

FONTE: Elaboração própria.

Avaliando, agora, a participação desses quatro subgrupos entre o conjunto dos profissionais de nível médio, estão apresentados nas tabelas 2 e 3 os dados percentuais e absolutos para cada um desses grupos em função da divisão regional. Na Tabela 2, está disposta a quantidade de trabalhadores em cada um dos subgrupos nas últimas décadas para o Brasil Metropolitano e Brasil Não Metropolitano.

Com base nas tabelas 2 e 3, vemos a repetição da tendência de crescimento apresentada no Gráfico 1 e passível de análise para cada um dos subgrupos. Ao longo da década de 1990, esse crescimento se deveu principalmente (77%) aos subgrupos dos profissionais em Administração, Comércio e Negócios e dos profissionais em Processos Industriais (PI). Já na década seguinte, foi principalmente (62%) o subgrupo de Processos Industriais que influenciou esse crescimento. Por último, o crescimento na década de 2010 é oriundo principalmente dos subgrupos dos profissionais em Administração, Comércio e Negócios e dos profissionais em

Saúde, cujo crescimento representou 75% do crescimento dos profissionais de nível médio na década.

TABELA 2: DISTRIBUIÇÃO POR SUBGRUPOS DOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018 (EM %)

ANO	SAÚDE	ADMINISTRAÇÃO, COMÉRCIO E NEGÓCIOS	INFORMAÇÃO E CO- MUNICAÇÃO	PROCESSOS INDUS- TRIAIS	TOTAL (absoluto)
BRASIL NÃO METROPOLITANO					
1980	33,66	37,40	1,39	27,55	583.916
1991	35,81	37,67	3,50	23,03	1.004.337
2000	24,07	40,51	7,45	27,97	1.824.400
2010	19,65	33,83	8,68	37,84	2.435.330
2018	26,84	33,30	7,90	31,96	3.300.920
BRASIL METROPOLITANO					
1980	27,49	43,03	1,62	27,86	742.754
1991	30,97	40,51	6,69	21,84	985.178
2000	20,04	44,14	11,82	24,00	1.679.770
2010	19,07	40,11	12,44	28,37	1.936.244
2018	26,09	37,59	12,83	23,49	2.661.998

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

TABELA 3: DIVISÃO, EM NÚMEROS ABSOLUTOS, DOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO POR SUBGRUPOS NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018

ANO	SAÚDE	ADMINISTRAÇÃO, COMÉRCIO E NEGÓCIOS	INFORMAÇÃO E COMU- NICAÇÃO	PROCESSOS INDUSTRIAIS	TOTAL
BRASIL NÃO METROPOLITANO					
1980	196.554	218.397	8.088	160.877	583.916
1991	359.603	378.318	35.148	231.268	1.004.337
2000	439.197	739.011	135.928	510.264	1.824.400
2010	478.625	823.821	211.324	921.560	2.435.330
2018	886.124	1.099.201	260.743	1.054.852	3.300.920
BRASIL METROPOLITANO					
1980	204.171	319.590	12.025	206.968	742.754
1991	305.067	399.075	65.886	215.150	985.178
2000	336.623	741.471	198.487	403.189	1.679.770
2010	369.256	776.697	240.890	549.401	1.936.244
2018	694.574	1.000.757	341.482	625.185	2.661.998

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Além disso, vemos que o subgrupo dos profissionais em Administração, Comércio e Negócios representa o maior em quase todo o período, variando entre 33 e 44% dos profissionais de todo o grupo. No outro extremo, o menor subgrupo são os profissionais em Informação e Comunicação, que variaram entre 1 e 13% no período. Embora este seja o menor subgrupo entre os quatro, ele vem crescendo substancialmente, haja vista que quintuplicou de tamanho entre 1980 e 1991 e triplicou entre 1991 e 2000.

Já os grupos intermediários, os profissionais em Saúde e em Processos Industriais inverteram suas posições ao longo das décadas, com aqueles possuindo participação superior até os anos 1990 e, após 2000, essa participação superior sendo alcançada pelos últimos. Isso voltou a se inverter no ano de 2018 nas metrópoles, com o crescimento da quantidade de profissionais de nível médio em Saúde. É importante destacar esse crescimento entre os profissionais de Saúde, já que estes quase duplicaram de tamanho entre 2010 e 2018, obtendo um crescimento bastante superior ao registrado pelo grupo dos profissionais de nível médio como um todo

Observando agora as diferenças regionais, vemos que as tendências de crescimento e o total de trabalhadores são parecidos entre o Brasil Metropolitano e o Brasil Não Metropolitano. Nesse aspecto, destacam-se os profissionais em Processos Industriais, que têm uma presença substancialmente maior no Brasil Não Metropolitano, principalmente a partir de 2000. Como esses profissionais atuam principalmente em plantas industriais, sua concentração maior nos espaços não metropolitanos reforça a discussão sobre a desconcentração industrial que vem se intensificando no país e a transferência dessas plantas para fora das metrópoles.

Com exceção dos profissionais em Informação e Comunicação, todos os subgrupos têm uma presença em números absolutos maior no Brasil Não Metropolitano, mas que são, em geral, próximos ao restante do país. A exceção, os profissionais em Informação e Comunicação, se relaciona ao papel que as metrópoles têm cumprido na concentração dos serviços informacionais e nos quais a maior parte desses trabalhadores está ocupada.

2.3. Perfil Sociodemográfico dos Profissionais de Nível Médio

Seguindo a discussão a respeito dos profissionais de nível médio, cabe agora analisar o perfil sociodemográfico desses profissionais em comparação ao perfil da população ocupada, analisando as características de sexo, cor/raça, faixa de idade e nível de escolaridade. Em outras palavras, essa análise busca compreender quem são os profissionais de nível médio e como eles se destacam em relação à população ocupada.

Na Tabela 4, estão expostos os dados relativos a esse perfil. Um dos primeiros fatores que pode ser percebido é o aumento da participação feminina no grupo dos profissionais de nível médio. Em 1980, 32,1% deles eram mulheres e em 2018 esse percentual passou para 50,8%. Embora esse crescimento seja visto no mercado de trabalho como um todo, o grupo dos profissionais de nível médio foi capaz de absorver proporcionalmente mais mão de obra feminina.

TABELA 4: PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO E POPULAÇÃO OCUPADA – 1980-2018 (EM %)

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO	PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO					POPULAÇÃO OCUPADA				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
SEXO										
Masculino	67,9	61,3	65,2	56,5	49,2	72,8	68,2	62,3	57,7	56,3
Feminino	32,1	38,7	34,8	43,5	50,8	27,2	31,8	37,7	42,3	43,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
COR/RAÇA										
Branca	71,3	65,6	66,6	57,9	50,3	55,7	53,4	55,7	50,0	45,1
Preta	3,8	4,2	5,0	7,4	10,1	6,6	5,6	6,7	8,2	10,0
Amarela	1,3	0,9	0,9	1,2	0,8	0,7	0,5	0,5	1,1	0,8
Parda	23,3	29,0	26,7	33,3	38,5	36,5	40,1	36,2	40,4	43,7
Indígena	–	0,1	0,3	0,2	0,3	–	0,2	0,4	0,3	0,4
Total	99,7	99,8	99,4	100,0	100,0	99,5	99,8	99,5	100,0	100,0

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO	PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO					POPULAÇÃO OCUPADA				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
FAIXA ETÁRIA										
Menos de 14	0,1	0,1	0,1	0,1	*	2,7	1,5	1,1	0,8	*
14 a 17	1,9	1,4	1,7	1,2	0,5	9,7	7,1	4,9	3,1	1,7
18 a 24	23,5	16,8	19,8	16,8	14,0	23,5	20,7	19,3	16,0	12,7
25 a 34	35,3	36,7	31,1	32,5	26,5	26,3	29,0	27,6	27,7	24,3
35 a 49	27,3	34,2	36,6	33,0	36,3	24,7	28,5	32,5	33,2	36,7
50 a 64	10,4	9,7	9,4	14,7	19,9	11,0	11,2	12,3	16,2	21,0
65 ou mais	1,5	1,1	1,1	1,7	2,8	2,1	2,0	2,3	3,0	3,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
NÍVEL DE ESCOLARIDADE										
Sem Instrução e Fundamental Incompleto	37,7	24,4	16,5	11,7	5,6	77,8	66,4	51,2	38,5	26,2
Fundamental Completo e Médio Incompleto	22,5	19,9	18,7	13,3	5,5	9,6	12,9	18,0	17,8	15,0
Médio Completo e Superior Incompleto	33,2	42,8	52,7	55,2	63,1	9,2	14,7	23,3	30,7	38,9
Superior Completo	6,6	12,9	12,1	19,2	25,8	3,4	6,0	7,5	12,7	19,9
Total	100,0	100,0	100,0	99,4	100,0	100,0	100,0	100,0	99,7	100,0

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).
 Notas: *A PNAD Contínua (2018) só pesquisa indivíduos maiores de 14 anos. (1) Nesta tabela, os totais que não somarem 100% é porque não apresentaram percentuais de informações ignoradas ou não declaradas.

Já em relação à cor/raça, há um padrão semelhante com o aumento da participação de negros (isto é, soma de pretos e pardos) e redução da participação de brancos. Embora essa tendência seja percebida também no mercado de trabalho como um todo, ela acontece com mais intensidade entre os profissionais de nível médio. Em 1980, o percentual de negros era de 27,1% e, em 2018, passou para 48,6%, um pouco abaixo do percentual de negros entre a população ocupada no período, que foi de 53,6%. Esse movimento pode ser explicado em parte pelo processo de maior reconhecimento da população como negra e, também, pelas políticas de ações afirmativas, que aumentaram a participação destes nos cursos técnicos da rede pública (aumentando, portanto, sua participação no mercado). Em relação às populações amarela

e indígena, ambas mantiveram participação estável por volta de 1% a 2%.

Em relação ao perfil etário dos profissionais de nível médio, percebe-se um perfil bastante semelhante ao da população ocupada como um todo, com manutenção da tendência de envelhecimento da população ocupada. A diferença se dá principalmente nas faixas intermediárias entre 25 a 49 anos, nas quais os profissionais de nível médio tiveram uma representação maior do que no restante da população ocupada. Contudo, no processo de envelhecimento da força de trabalho, a distribuição etária dos profissionais de nível médio tornou-se mais próxima da distribuição etária da população ocupada.

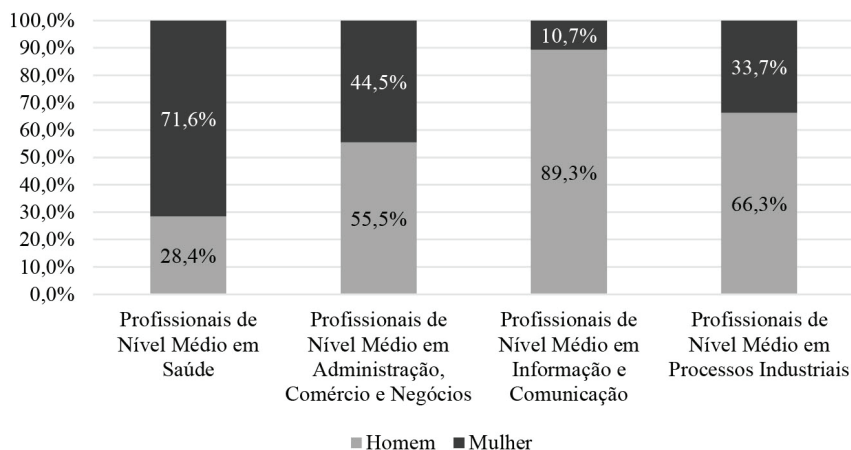
Nas últimas décadas, houve aumento do nível de escolaridade da população brasileira. Esse aumento educacional se manifestou na redução da participação dos níveis inferiores de instrução e aumento dos níveis intermediários e superior da população ocupada. Esse comportamento também é observado entre os profissionais de nível médio, principalmente por esse grupo ocupacional ser composto por categorias que exigem nível médio de formação. Em razão disso (e do aumento das exigências formativas para a execução dessas atividades ao longo do período), percebe-se um forte aumento da participação de pessoas com ensinos médio completo e superior completo em relação à diminuição da participação de pessoas sem instrução e com até nível médio incompleto. Apesar do movimento ter sido o mesmo em relação à população ocupada, a variação percentual entre aqueles que ocupam as faixas inferiores de escolaridade foi maior entre os profissionais de nível médio.

Destaca-se, também, o fato de que, em 2018, 25,8% dos profissionais de nível médio possuíam ensino superior completo, sugerindo uma condição de *overeducation* nesses postos de trabalho – isto é, postos ocupados por trabalhadores que possuíam níveis mais elevados de formação do que o exigido por eles. Esse fato passou a se intensificar nas últimas décadas, principalmente no período entre 2010 a 2018, quando também se observou um aumento da participação de trabalhadores com nível superior em toda a população ocupada.

No início desta seção, foram discutidas a conformação dos diferentes subgrupos que compõem o grupo dos profissionais de nível médio e as diferenças nos espaços de formação e na posição

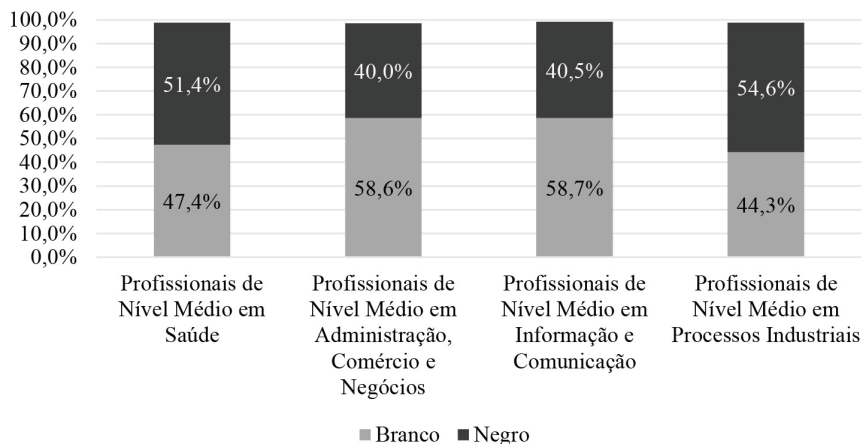
social desses diferentes grupos. Dessa forma, cabe avaliar se essas diferenças se relacionam também a diferenças sociodemográficas entres os grupos de modo a reforçar essas diferentes posições. Para isso, estão expostas, nos gráficos 2 e 3, as distribuições por sexo e por cor/raça em cada um dos subgrupos para o ano de 2018.

GRÁFICO 2: DISTRIBUIÇÃO POR SEXO NOS SUBGRUPOS DOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO – 1980-2018



FONTE: IBGE – PNAD Contínua (2018).

GRÁFICO 3: DISTRIBUIÇÃO POR COR/RAÇA NOS SUBGRUPOS DOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO – 1980-2018



FONTE: IBGE – PNAD Contínua (2018).

A diferença mais marcante ocorre na distribuição por sexo, em que o percentual de mulheres varia entre 71,6% entre os profissionais em Saúde e 10,7% entre os profissionais em Informação e Comunicação. Os subgrupos de Administração, Comércio e Negócios e Processos Industriais ficaram em posições intermediárias, com a maior proporção de mulheres no primeiro. Em relação à cor/raça, embora a variação seja menor, entre os 40% de negros entre os profissionais em Administração, Comércio e Negócios e 54,6% entre os profissionais em Processos Industriais, ainda se verificam diferentes tendências com a maior proporção de negros dentre os profissionais em Processos Industriais e Saúde e menores proporções para os profissionais em Informação e Comunicação e Administração, Comércio e Negócios.

Esses dados apontam para a existência de perfis sociodemográficos distintos para cada um dos subgrupos. Eles se explicam pela relação que têm com as próprias constituições históricas de cada subgrupo e que vão se relacionar, também, com as distinções entre as condições ocupacionais e de níveis de rendimento.

2.4. Condições ocupacionais dos profissionais de nível médio

Serão apresentadas nesta seção as condições de trabalho dos profissionais de nível médio. Para isso, separamos esses profissionais por Brasil Metropolitano e Brasil Não Metropolitano. A separação tem o objetivo de demonstrar as particularidades que cada situação regional impõe sobre as condições de trabalho. As variáveis utilizadas nesta seção fornecem informações sobre a posição na ocupação desses profissionais, a quantidade de horas trabalhadas, se contribuem ou não para a previdência, e o tempo de vínculo que possuem com a ocupação exercida. Dessa maneira, poderemos entender melhor as transformações pelas quais esse grupo ocupacional vem passando ao longo do tempo em relação às suas condições de trabalho.

Em relação à posição na ocupação, os profissionais de nível médio se constituem principalmente como empregados. Embora

seja possível notar uma queda na proporção de empregados entre 1980 a 2018 (que era de 87%, em 1980, e passou a ser de 62,2% e 70,4%, em 2018, respectivamente, no Brasil Não Metropolitano e no Brasil Metropolitano), observa-se a permanência da alta concentração de profissionais de nível médio sob essas condições, caracterizando, assim, a maior parte de grupo ocupacional. Apesar disso, pode-se perceber também um movimento de constituição de relações de trabalho mais precarizadas haja vista que, ao longo do tempo, vem-se diminuindo a proporção de trabalhadores com carteira assinada em razão de um aumento dos sem carteira em ambas as situações regionais (e em mesma proporção). Nota-se isso pela queda de 15 a 20 pontos percentuais da taxa dos profissionais de nível médio com carteira entre 1991 e 2018, quando esses dados se tornam possíveis de análise, e um aumento quase que na mesma proporção de trabalhadores de nível médio sem carteira assinada.

Contudo, além do aumento de trabalhadores sem carteira, é possível perceber outros dois movimentos: o primeiro deles se dá no Brasil Não Metropolitano, com um aumento de trabalhadores militares ou estatutários. Isso pode (talvez) ser explicado pelo aumento do número de concursos públicos que requerem nível intermediário de formação para a execução das atividades dessas ocupações. O segundo deles é o aumento de trabalhadores contábil-própria nas regiões metropolitanas.

Em relação à quantidade de horas trabalhadas, o movimento mais importante percebido é o da diminuição da jornada exercida por esse grupo. Essa mudança ocorreu, de fato, entre as décadas de 1980 e 1991; após esse período, houve principalmente a manutenção dessas características com poucas flutuações entre as faixas de horas trabalhadas. Ocorreu quase uma inversão de proporção entre aqueles que trabalhavam mais de 48 horas em relação àqueles que trabalhavam entre 40 a 48 horas por semana. Os primeiros eram de 65,1% e 66,5% no Brasil Não Metropolitano e Brasil Metropolitano, respectivamente, e passaram a ser de 10,3% e 10,5%, respectivamente, em 1991. Já os que trabalhavam entre 40 e 48 horas por semana, saíram de 8,8% e 10,1%, em 1980, para 67,3% e 66,4% na década seguinte, respectivamente. Após as transformações ocorridas nessa década, houve um movimento

de estabilidade nas proporções de profissionais em cada uma das faixas de horas trabalhadas.

Quando analisamos a contribuição para a previdência social do grupo ocupacional, podemos perceber que a maior parte realiza a contribuição em todo o período analisado, indicando menores índices de precarização em relação ao restante da força de trabalho, o que é corroborado também pelas altas taxas de trabalhadores com carteira assinada. Apesar disso, nota-se uma tendência de queda entre aqueles que contribuem e um aumento proporcional entre aqueles que não o fazem. Em 1980, os que contribuem representavam 88,2% e 92,1% dos profissionais de nível médio não metropolitanos e metropolitanos, respectivamente, enquanto essas taxas caem para 77,1% e 74% em 2018. Esse fato pode estar associado à mudança ocorrida nas condições de trabalho dos profissionais de nível médio, quando há um aumento de trabalhadores sem carteira assinada no período. Dessa forma, esse fato corrobora com o possível movimento de precarização das condições de trabalho desse grupo.

Portanto, foram apresentadas as principais transformações ocorridas nas condições de trabalho dos profissionais de nível médio. Os dados indicam que, apesar de não tão intenso, há um processo de precarização das relações de trabalho quando se analisa a posição na ocupação desses profissionais e sua contribuição para a previdência social. O que se nota é um aumento da proporção de trabalhadores sem carteira assinada e um aumento daqueles que não realizam sua contribuição.

Outro ponto importante é de que, embora quase todas as mudanças ocorridas tenham sido semelhantes em ambas as situações regionais, no Brasil Não Metropolitano, nota-se um aumento (mesmo que pequeno) de trabalhadores militares ou estatutários, enquanto no Brasil Metropolitano esse aumento ocorreu entre os trabalhadores por conta própria.

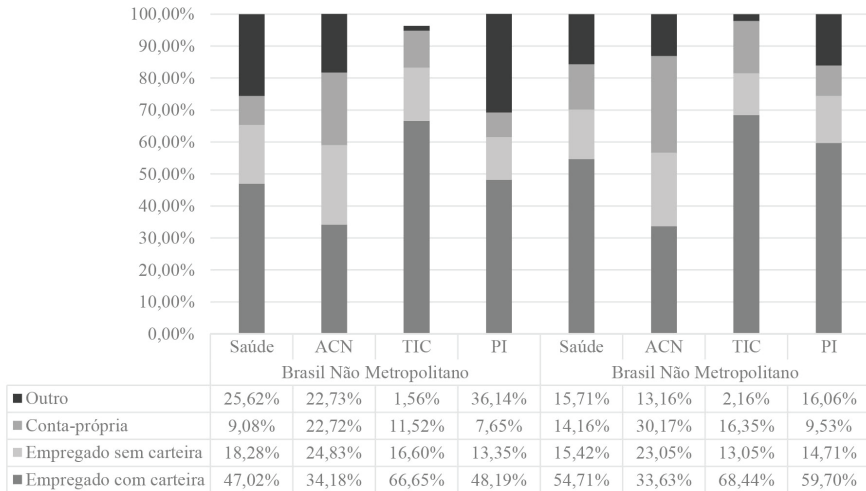
TABELA 5: DISTRIBUIÇÃO POR CONDIÇÕES OCUPACIONAIS DOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018 (EM %)

CONDIÇÕES OCUPACIONAIS	BRASIL NÃO METROPOLITANO					BRASIL METROPOLITANO				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO										
Sem remuneração	0,3	0,5	1,2	0,4	0,4	0,2	0,2	1,4	0,4	0,1
Empregado	87,5	69,6	65,2	73,0	67,2	87,6	71,3	69,0	75,8	70,4
Com carteira	–	62,8	48,7	55,0	42,9	–	63,8	52,4	59,0	48,2
Sem carteira	–	6,8	16,5	18,0	24,2	–	7,5	16,6	16,8	22,1
Conta própria	11,9	15,3	20,2	14,0	12,0	11,8	16,0	19,9	16,5	17,3
Militar ou Estatutário	–	14,6	13,4	12,6	20,5	–	12,5	9,7	7,3	12,2
Sem declaração	0,3	–	–	–	–	0,4	–	–	–	–
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
HORAS TRABALHADAS										
Menos de 15	0,7	1,4	2,1	4,7	2,2	0,6	1,4	2,1	7,4	2,4
De 15 a 29 horas	1,1	6,1	7,2	7,3	9,6	1,2	5,8	6,5	6,8	9,2
De 30 a 39 horas	3,7	14,9	13,3	11,7	15,3	4,3	15,9	15,1	13,6	18,5
De 40 a 48 horas	8,8	67,3	62,0	65,4	66,5	10,1	66,4	60,4	60,6	63,1
Mais de 48 horas	65,2	10,3	15,3	10,9	6,4	66,4	10,5	15,8	11,6	6,8
Sem declaração	20,5	0,0	0,1	0,0	0,0	17,4	0,0	0,1	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
CONTRIBUIÇÃO PARA PREVIDÊNCIA										
Contribui (qualquer trabalho)	88,2	80,3	72,6	78,3	77,2	92,1	84,0	73,8	76,8	74,1
Não contribui	10,7	18,8	27,4	21,7	22,8	7,1	14,9	26,2	23,2	25,9
Sem declaração ou não sabe	1,1	1,0	–	–	–	0,8	1,1	–	–	–
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Feita a análise das condições de trabalho do grupo de profissionais de nível médio, tem-se como objetivo agora apresentar as características internas do grupo em relação a cada um dos subgrupos. Utilizou-se da variável de posição na ocupação para entender de forma mais profunda as características dos subgrupos profissionais de nível médio em Saúde, Administração, Comércio e Negócios, Informação e Comunicação, e Processos Industriais. Optou-se por analisar a distribuição dessa variável em 2018 para avaliar a situação mais recente desses subgrupos; esses dados estão expostos no Gráfico 4.

RÁFICO 4: DISTRIBUIÇÃO DA POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO PARA CADA SUBGRUPO DOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 2018



FONTE: IBGE – PNAD Contínua (2018).

Podemos notar a situação de maior formalidade no Brasil Metropolitano, indicada pelo maior número de empregados com carteira e menor número de empregados sem carteira. Já realizando a comparação entre os subgrupos, temos que a maior proporção de trabalhadores com carteira assinada é encontrada, respectivamente, nos subgrupos dos profissionais de Informação e Comunicação, Processos Industriais, Saúde, e Administração, Comércio e Negócios, em ambas as regionalizações. No subgrupo de Administração, Comércio e Negócios, justamente o que tem menor percentual de empregados com carteira, observa-se maiores taxas de trabalhadores por conta-própria e sem carteira, indicando ser um grupo mais sujeito à informalidade e precariedade.

No outro extremo, o subgrupo com maior crescimento recente, os profissionais em Informação e Comunicação, são os que apresentaram maior condição de formalidade. Isso indica que, apesar de ser uma ocupação com crescimento recente, não tem sido tão impactada pelos processos, também recente, de precarização e de crescimento da informalidade da força de trabalho.

3. Rendimento dos profissionais de nível médio

Após o debate sobre as características gerais, perfil sociodemográfico e condições ocupacionais, cabe fazer agora a análise dos rendimentos. No Gráfico 5, está a evolução das médias dos rendimentos para o Brasil, Brasil Metropolitanamente e Brasil Não Metropolitanamente, considerando os profissionais de nível médio e a população ocupada.

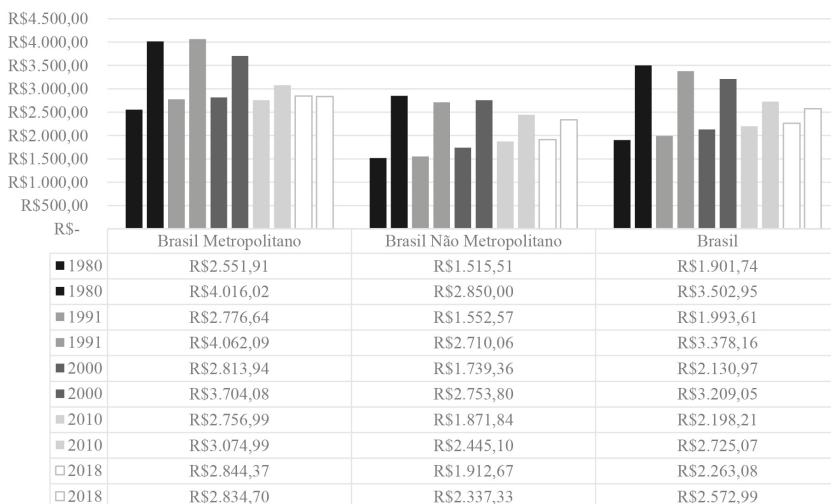
O que se nota de imediato é a redução dos rendimentos para os profissionais de nível médio ao longo do tempo, em especial quando comparada ao restante da população ocupada, que teve uma elevação nos rendimentos no mesmo íterim. Essa redução indica uma perda na posição social na medida em que o rendimento desses profissionais cai e o da população ocupada aumenta, perdendo essa posição privilegiada em relação aos rendimentos e chegando a ter o mesmo rendimento médio que a população ocupada no Brasil Metropolitanamente em 2018.

O rendimento médio dos profissionais de nível médio em 1980 era 1,6 vezes maior do que o rendimento médio da população ocupada no Brasil Metropolitanamente, e 1,8 vezes maior no Brasil Não Metropolitanamente. Em 2018, ele é o mesmo que o da população ocupada nas metrópoles e 1,2 vezes maior que a média dos ocupados fora das metrópoles.

Essa redução foi, portanto, maior no Brasil Metropolitanamente, onde os rendimentos em 2018 são 30% menores do que o valor dos rendimentos em 1980, embora estes sejam superiores aos rendimentos no Brasil Não Metropolitanamente em todos os momentos. Ainda que muito dos profissionais de nível médio trabalhem fora das metrópoles, estas ainda concentram rendimentos superiores para esses profissionais.

A Tabela 6 mostra os mesmos aspectos abordados no Gráfico 5, mas, agora, para todas as regiões metropolitanas em análise. Apesar das diferenças quantitativas no valor do rendimento médio entre as regiões metropolitanas, percebe-se a repetição do mesmo padrão de redução absoluta e relativa dos rendimentos dos profissionais de nível médio. Esse padrão se destaca para Região Metropolitana de São Paulo, onde, em 2018, o rendimento dos profissionais de nível médio chegou a ser significativamente menor do que o da população ocupada.

GRÁFICO 5: EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO MÉDIO DOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO (PNM) E DA POPULAÇÃO OCUPADA NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018



FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Comparando as regiões metropolitanas, são notados rendimentos maiores nas metrópoles de Brasília, São Paulo, Baixada Santista, Rio de Janeiro e Curitiba, e rendimentos menores nas metrópoles de Campina Grande, João Pessoa, Fortaleza, Natal e Recife, todas localizadas na Região Nordeste. Entre elas, algumas se destacam como Porto Alegre, Maringá, Campina Grande, João Pessoa e Natal pelo aumento ou pela manutenção do rendimento dos profissionais de nível médio em contraste com a redução apresentada no contexto nacional. Isso pode talvez ser explicado por uma demanda local maior por trabalhadores com essas qualificações; contudo, seria necessário aprofundar essa investigação para entender os motivos pelos quais essas regiões se destacam.

Além da comparação regional, cabe também avaliar a diferença entre os rendimentos dos subgrupos, que está exposta no Gráfico 6 considerando o Brasil Metropolitano. Nele, é possível perceber que os subgrupos têm comportamentos bem diferentes em relação à evolução do rendimento, comportamentos estes que justificam sua divisão.

TABELA 6: EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO MÉDIO DOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO (PNM) E POPULAÇÃO OCUPADA NO BRASIL METROPOLITANO – 1980-2018 (EM R\$)

REGIÕES/ RENDIMENTO MÉDIO	1980		1991		2000		2010		2018	
	POP. OCUP.	PNM	POP. OCUP.	PNM	POP. OCUP.	PNM	POP. OCUP.	PNM	POP. OCUP.	PNM
Brasil Metropolitano	2.551,91	4.016,02	2.776,64	4.062,09	2.813,94	3.704,08	2.756,99	3.074,99	2.844,37	2.834,70
Brasil Não Metropolitano	1.515,51	2.850,00	1.552,57	2.710,06	1.739,36	2.753,80	1.871,84	2.445,10	1.912,67	2.337,33
Belém	1.864,49	2.879,25	2.245,00	3.466,00	1.968,15	2.509,95	2.078,50	2.778,76	2.263,24	2.656,48
Belo Horizonte	2.328,96	3.703,47	2.107,09	3.257,54	2.439,05	3.355,18	2.569,12	2.774,93	2.416,22	2.595,92
Brasília	2.841,62	4.679,27	3.227,76	5.366,04	3.268,23	4.842,31	3.608,21	4.107,21	3.295,77	3.453,31
Curitiba	2.260,17	3.472,48	2.675,57	3.832,17	2.886,88	3.598,58	2.845,53	3.080,80	2.925,14	3.011,88
Fortaleza	1.457,21	2.650,87	1.568,60	2.317,39	1.765,42	2.601,12	1.901,69	2.419,67	1.939,91	2.030,94
Recife	1.773,09	2.995,76	1.991,59	2.998,93	2.020,23	2.830,00	2.098,58	2.378,21	1.979,70	2.233,73
Rio de Janeiro	2.615,75	4.164,42	2.493,24	3.692,40	2.742,71	3.586,64	2.757,81	3.007,54	2.892,42	2.997,30
Salvador	2.348,46	3.752,19	2.198,55	3.537,90	2.091,02	2.838,11	2.264,57	2.604,41	2.091,39	2.121,90
São Paulo	2.965,02	4.461,63	3.617,74	4.930,95	3.477,78	4.280,66	3.132,23	3.416,87	3.526,95	3.039,97
Goiania	2.036,79	3.267,86	2.210,87	3.365,76	2.372,55	3.156,69	2.552,41	3.149,72	2.463,33	2.799,29
Porto Alegre	2.300,58	3.452,09	2.501,22	3.705,26	2.665,39	3.661,63	2.637,03	2.949,79	2.846,58	3.463,12
Manaus	2.137,61	2.859,02	2.626,70	3.498,87	2.048,71	2.975,11	2.241,53	2.611,49	1.874,57	2.042,59
Brasil	1.901,74	3.502,95	1.993,61	3.378,16	2.130,97	3.209,05	2.198,21	2.725,07	2.263,08	2.572,99

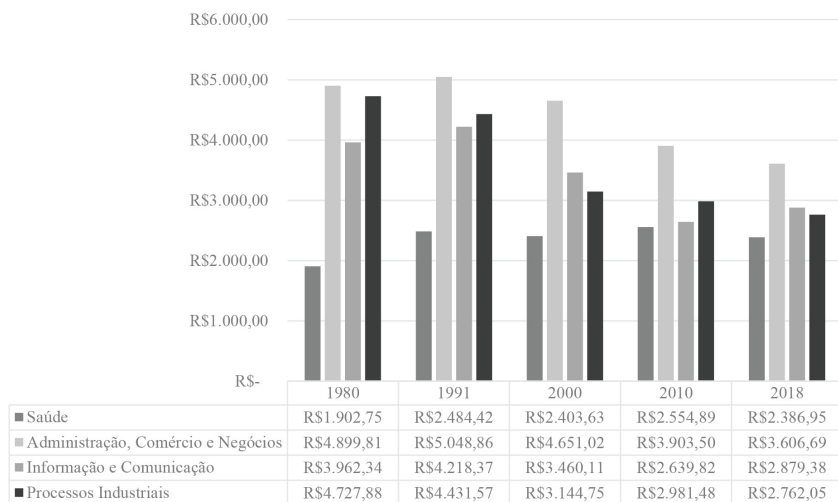
FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

TABELA 7: EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO MÉDIO DOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO E POPULAÇÃO OCUPADA NO BRASIL, NÃO METROPOLITANO – 1980-2010 (EM R\$)

REGIÕES/ RENDIMENTO MÉDIO	1980		1991		2000		2010	
	POP. OCUP.	PNM	POP. OCUP.	PNM	POP. OCUP.	PNM	POP. OCUP.	PNM
Baixada Santista	2.729,97	4.514,20	2.838,19	4.114,55	2.801,35	3.696,09	2.441,29	2.992,26
Campina Grande	1.117,15	2.159,24	1.132,52	2.405,82	1.437,55	2.477,79	1.584,59	2.211,52
Grande Vitória	2.089,35	3.333,75	2.234,73	3.272,06	2.317,95	3.300,87	2.613,08	3.052,40
João Pessoa	1.457,38	2.584,29	1.506,67	2.350,24	1.731,96	2.852,83	2.115,20	2.653,76
Maringá	1.783,04	2.530,73	1.356,05	1.800,65	2.116,86	3.006,96	2.295,78	2.733,30
Natal	1.459,80	2.528,16	1.672,74	2.568,71	1.850,97	2.589,46	2.107,08	2.581,49

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

GRÁFICO 6: EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO MÉDIO DOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO POR SUBGRUPO NO BRASIL METROPOLITANO – 1980-2018



FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

O primeiro aspecto a se destacar é o rendimento significativamente inferior para os profissionais de nível médio em Saúde, que, mesmo com a redução dos rendimentos dos outros subgrupos, não chega a alcançar o mesmo nível de rendimento observado neles. Esse aspecto se relaciona às discussões expostas nas seções anteriores de que esse subgrupo (Saúde) não possui uma posição intermediária em seu local de trabalho, mas sim uma posição subalterna comparada aos outros profissionais da área (além disso, suas escolas de formação se diferenciam das escolas do restante do grupo). O dado apresentado no Gráfico 6 mostra que, em relação aos rendimentos, esse subgrupo, de fato, se diferencia das outras profissões de nível médio.

Nos outros três grupos, percebe-se o padrão semelhante aos gráficos anteriores de redução dos rendimentos ao longo do tempo. Para os profissionais de Informação e Comunicação, nota-se um aumento recente dos rendimentos entre 2010 e 2018 que se relaciona provavelmente à maior demanda por esse tipo de profissional nos anos recentes em que os conhecimentos ligados à comunicação e informação se tornaram mais centrais no funcionamento das empresas e da sociedade.

Outro aspecto a se destacar é a redução de 30% (entre 1991 e 2000) dos rendimentos dos profissionais em Processos Industriais,

que, em 2018, só tiveram rendimentos superiores aos profissionais do subgrupo da Saúde. Essa grande redução se relaciona à análise desses profissionais exposta no artigo de Suzana Burnier (2006) sobre a redução da demanda pelo trabalho que exercem e qualificação específicas que possuem, e que explica o próprio processo de redução da produção industrial no Brasil.

Considerações finais

Este trabalho buscou discutir a constituição e a evolução do grupo dos profissionais de nível médio a partir de contribuições teóricas e análise dos dados dos Censos Demográficos de 1980 a 2010 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua de 2018, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foi feita uma discussão teórica sobre o conceito de profissionalismo no que diz respeito à constituição desse grupo e realizado o enfoque sobre um dos elementos que constitui uma profissão, que é a formação profissional. A partir disso, foram discutidas as características gerais sobre o grupo como sua posição e participação no mercado de trabalho, sua divisão interna, seu perfil sociodemográfico, condições ocupacionais e níveis de rendimentos.

A partir dessas discussões e análises, foi possível perceber que se trata de um grupo que ocupa uma posição intermediária no mercado de trabalho, com um perfil sociodemográfico e condições ocupacionais próximas aos da média da população ocupada. Por outro lado, é um grupo que tem vivido um processo de redução de garantias de trabalho e precarização, representado pela diminuição da proporção de trabalhadores com carteira assinada e do rendimento médio.

É importante destacar essa questão do rendimento, pois ela ilustra uma perda significativa da posição social desse grupo. Em 1980, o grupo tinha um rendimento médio bastante superior ao da média da população ocupada e, ao longo das décadas, esses valores foram sucessivamente se equiparando. No entanto, em 2018, os rendimentos dos profissionais de nível médio chegaram a ser inferiores aos da média geral em algumas regiões metropolitanas, como a de São Paulo.

Com a divisão desses profissionais por subgrupos, também foi possível perceber alguns pontos interessantes de análise, como

os diferentes perfis sociodemográficos entre os subgrupos e que estão relacionados a distinções em termos de rendimento. O subgrupo com maior proporção de mulheres e a segunda maior proporção de negros, o de profissionais em Saúde, foi também o que teve rendimento significativamente menor em todas as décadas, indicando a reprodução das desigualdades sociais dentre os profissionais de nível médio.

Outro aspecto a se destacar é o crescimento dos profissionais em Informação e Comunicação, crescimento esse que já era esperado como reflexo da própria expansão da importância da tecnologia no mercado de trabalho, e da percepção de que esse crescimento veio acompanhado da manutenção ou aumento dos níveis salariais e relativa proteção social, com menores índices de precarização. Esse subgrupo também se destacou, por um lado, por uma preponderância de trabalhadores homens e, por outro, por uma maior concentração no Brasil Metropolitano.

Os profissionais que têm uma concentração relativamente maior fora do espaço metropolitano estão no subgrupo dos profissionais em Processos Industriais, que representou também a maior redução de rendimentos no período, sendo um dos grandes responsáveis pela redução da média do grupo. Por último, o subgrupo com maiores rendimentos foi o dos profissionais em Administração, Comércio e Negócios, no qual esses rendimentos se mantiveram apesar de uma menor formalização e maior proporção de trabalhadores por conta própria, indicando que esse processo de aumento da informalidade não necessariamente refletiu um processo de precarização. É necessário, contudo, maior aprofundamento desta análise para que isso seja de fato confirmado ou descartado.

Paula Guedes Martins Ferreira é mestre em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR-UFRJ) e pesquisadora do Observatório das Metrópoles – Núcleo Rio de Janeiro. Contato: paulaguedes@poli.ufrj.br

Felipe Camargo Raitano é graduado em Gestão Pública e mestrando em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ). Pesquisador do Observatório das Metrópoles – Núcleo Rio de Janeiro. Contato: felipe.raitano@gmail.com

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. **CNCT - Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. 3ª Edição (Resolução CNE/CEB nº 01/2014). 2014.
- BURNIER, S. Os significados do trabalho segundo técnicos de nível médio. **Educação & Sociedade**, v. 27, n. 94, pp. 131-152, 2006.
- DUBAR, C. A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional. **Cadernos de pesquisa**, v. 42, n. 146, pp. 351-367, 2012.
- FREIDSON, E. Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 11, n. 31, pp. 141-154, 1996.
- GARCIA, C. H. M.; SARTORI, E. A profissionalização dos trabalhadores em tecnologia da informação e comunicação. In: XV Congresso Brasileiro de Sociologia. **Anais... XV Congresso Brasileiro de Sociologia**, Curitiba, 2011.
- LAUDARES, J. B.; TOMASI, A. O técnico de escolaridade média no setor produtivo: seu novo lugar e suas competências. **Educação & Sociedade**, v. 24, n. 85, pp. 1237-1256, 2003.
- NASCIMENTO, P. A. M. M. Há escassez generalizada de profissionais de carreiras técnico-científicas no Brasil? Uma análise a partir de dados do CAGED. **Mercado de trabalho: conjuntura e análise**, v. 49, pp. 19-28, nov. 2011.
- NUMBERS, R. L. The fall and rise of the American medical profession. **The professions in American History**, pp. 51-72, 1988.
- SABOIA, J.; SALM, C. **Tendências da qualificação da força de trabalho**. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Economia, 2009.
- SANTOS, L. A. C.; FARIA, L. As ocupações supostamente subalternas: o exemplo da enfermagem brasileira. **Saúde e Sociedade**, v. 17, pp. 35-44, 2008.
- SHIMIZU, H. E.; CIAMPONE, M. H. T. As representações sociais dos trabalhadores de enfermagem não enfermeiros (técnicos e auxiliares de enfermagem) sobre o trabalho em Unidade de Terapia Intensiva em um hospital-escola. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 36, n. 2, pp. 148-155, 2002.
- TOMES, N. The social transformation of American medicine: an historical perspective. **Sociology of Health & Illness**, v. 7, n. 2, pp. 248-259, 1985.
- ZUCARELLI, C. **Formação profissional e inserção no mercado de trabalho**. 2016. Tese de Doutorado em Ciências Humanas (Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

Profissionais de Nível Superior: desigualdades nas ocupações de mais alta qualificação

*Ana Lúcia Rodrigues
Marina Silva da Cunha
Carla Franciele Höring
Luiz Donadon Leal
Samanta Elisa Martinelli
Paulo Roberto de Souza*

Introdução

Este capítulo objetiva realizar uma análise dos profissionais de nível superior entre os anos de 1980 e 2018 no Brasil Metropolitano e Brasil Não Metropolitano, identificando os efeitos das dinâmicas econômicas e sociais sobre as mudanças no mundo do trabalho, tendo em vista a compreensão dos mecanismos que influenciam nessa transformação da estrutura social. Para analisar a estrutura social, consideramos que a centralidade do trabalho, ou seja, o lugar ocupado pelo indivíduo no mundo social, está diretamente relacionado à posição conferida pela ocupação no mundo do trabalho.

No período de 1980 a 2018, ocorreu uma expansão das ocupações de nível superior no mercado de trabalho brasileiro. Nossos pressupostos admitem que isto se relaciona à expansão no nível de escolaridade da população que, por sua vez, resultou igualmente da ampliação do ensino superior no país. É importante frisar o fato de que esse aumento está relacionado diretamente à mudança ocorrida no mercado de trabalho com o aumento de postos de trabalho para profissionais graduados ao longo das últimas décadas, bem como consequência do desenvolvimento econômico do país, que gera essa demanda por novos profissionais. Neste sentido, entendemos que haver mais pessoas com nível superior de

escolaridade é diferente de haver mais pessoas em ocupações que exijam o nível correspondente de escolaridade.

Porém, a maior oferta de pessoas com nível superior de escolaridade não necessariamente se reflete em pessoas em ocupações que exijam o nível superior de escolaridade. Destacamos que a análise versa sobre o total das pessoas formadas que estão em ocupação de nível superior. Portanto, a análise não se refere a todas as pessoas que possuem nível superior de escolaridade, pois é sabido que muitos destes formados nos mais diferentes cursos de graduação não atuam em ocupações de nível correspondente.

Para avaliar as características e as transformações desses profissionais, foram consideradas as informações dos Censos Demográficos dos anos de 1980, 1991, 2000 e 2010 publicadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além das informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua de 2018. Esses dados foram compatibilizados para permitir a comparação das informações sociodemográficas e, principalmente, dos rendimentos no período.

1. Configuração histórico-social dos profissionais de nível superior

Os profissionais de nível superior podem ser compreendidos como um particular grupo de trabalhadores qualificados que ocupam postos de trabalho criativos e intelectualmente desafiadores e que detêm certa autonomia. Ademais, esses trabalhadores vêm se constituindo como importante parcela da classe média emergente desde a Segunda Guerra Mundial (ZHANG; WU, 2016). Nessa perspectiva, a profissionalização representa uma forma de organização do trabalho e das relações sociais de estratos da classe média, em que a educação superior tem papel primordial (BARBOSA, 1998).

Assim, a constituição histórico-social dos profissionais de nível superior não pode ser dissociada da evolução da formação superior, cuja implantação no Brasil é passível de divisão em dois

momentos. O primeiro momento, a partir de 1808, com a chegada da Família Real portuguesa ao país (CUNHA, 1986; MATTOS, 1983; TEIXEIRA, 1969), passando pela Independência (1822) e pela Proclamação da República (1889), indo até o início da década de 1960. O segundo momento vai dos anos 1960 até os dias atuais, com identificação dos marcos mais importantes dessa literatura sobre o histórico do Ensino Superior no Brasil, a exemplo da expansão das vagas em instituições públicas e a forte introdução do modelo privado, já a partir de meados dos anos de 1960 (SAMPAIO, 1999). Ou seja, nota-se momentos de expansão de vagas no Ensino Superior, marcadamente nesse período, no final da década de 1960 e, mais recentemente, nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, com estudos comparativos das políticas para o Ensino Superior aplicadas pelos dois governos (SGUISSARDI, 2015; AZEVEDO, 2015; CHACON; CALDERÓN, 2015). Contudo, a partir de 2015, com a crise econômica no país, Oliveira (2019) observa redução do número de estudantes no ensino superior, que inclui a participação do setor privado. Todavia, a autora também verifica que, mesmo assim, ocorreu a expansão dos cursos na modalidade de Ensino a Distância (EaD) e que isso atenuou a queda do número de estudantes tanto no ensino presencial quanto no EaD.

No entanto, a compreensão do mercado de trabalho dos profissionais de nível superior no Brasil é complexa quando se observa sua regulamentação. De acordo com Nunes e Carvalho (2007), em 2004, havia apenas 43 profissões regulamentadas, embora 2.422 ocupações sejam identificadas na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e 485 designações de cursos de graduação sejam indicadas no Censo da Educação Superior daquele ano. De fato, para os autores, o acesso ao mercado de trabalho e ao conhecimento não é exclusivo das profissões, que estão associadas ao licenciamento do Estado e a barreiras legalmente constituídas. Preteceille e Ribeiro (1999) pontuam que a utilização do termo “ocupação”, e não “profissão”, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sugere que as relações de trabalho no Brasil são pouco institucionalizadas e que possuem certo grau de instabilidade.

Conforme Moraes e Wollinger (2012), segundo informações do Censo da Educação Superior de 2009, havia 642 distintas categorias de carreiras para 24.111 distintas denominações de cursos. Neste sentido, a fragmentação das carreiras pode ser entendida como uma forma de expansão do ensino superior, com finalidades mais mercadológicas e menos associadas às necessidades na sociedade, gerando obstáculos técnicos à elaboração de políticas educacionais.

O que se busca com a formação superior no país é o saber profissional. Nesse sentido, a “relevância e o conteúdo do Ensino Superior no Brasil estão amarrados à decisão pregressa de que a educação superior existe para oferecer educação profissional” (NUNES; CARVALHO, 2007), decorrendo daí uma segunda consequência: a profissionalização precoce¹. Podemos afirmar que essa premissa está gravada na evolução histórica do ensino superior brasileiro, aparecendo com maior ou menor relevância nos momentos de expansão de vagas.

Por sua vez, no mercado de trabalho, esses profissionais experimentam tanto os maiores rendimentos quanto as menores taxas de desemprego (LAMEIRAS; VASCONCELOS, 2018; NUNES; CARVALHO, 2007). Porém, um aspecto que merece atenção em relação a esses profissionais se constitui na ampliação dos contratos flexíveis. Enquanto para as empresas essa forma de relação de trabalho parece ser benéfica por implicar menores custos trabalhistas, para os trabalhadores não há um consenso, uma vez que, em alguns casos, se traduz em maiores rendimentos,

¹ “Esta decisão, no rastro de modelagem francesa ancestral, exige que os estudantes brasileiros tenham sua visão de mundo simplificada pelo que pode ser chamado de profissionalização precoce. Ou seja, desde os 15/16 anos, os estudantes do ensino médio precisam começar a optar pela profissão futura, de modo a definir o curso de graduação a ser realizado e, assim, melhor se prepararem para os vestibulares - principalmente aqueles que almejam ingressar em instituições públicas, cujo acesso é densamente competitivo. Portanto, desde o ensino médio, pelo menos, inicia-se um processo de restrição da “visão de mundo” das gerações futuras, tornando-as candidatas à profissão antes de serem candidatas ao saber. Ao ingressarem nas instituições de ensino superior, tendo vindo, em geral, de um ensino médio decepcionante, salvo as exceções de elite de praxe, nossos estudantes orientam-se por uma matriz profissionalizante de ensino, deixando de lado a formação mais abrangente, humanística, histórica, social... enfim a educação” (NUNES; CARVALHO, 2007). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n17/a08n17.pdf>. Acesso em 30 out. 2020.

embora em outros represente a perda de benefícios, tais como aposentadorias, seguro saúde, entre outros (AZEVEDO; TONELLI; SILVA, 2015). Já alguns profissionais de nível superior, como aqueles relacionados à tecnologia da informação, atuam em um setor que é primordialmente flexível, além de intelectual e criativo (LIMA; OLIVEIRA, 2017).

Adicionalmente, alguns estudos têm apontado que uma proporção significativa de profissionais está atuando em postos de trabalho diferentes de sua formação. Segundo Reis e Machado (2013), que analisaram as informações do Censo Demográfico de 2010, cerca de um terço dos profissionais de nível superior estava em postos de trabalho relacionados à sua área de formação, embora essa proporção fosse de 60% para a área de saúde e de 11% na área de humanidades e artes. Verificaram que esse fato tem impactos negativos nos rendimentos daqueles que não estão atuando em sua área de formação.

Para Lameira e Vasconcelos (2018), que analisaram as informações da PNAD Contínua de 2012 até 2018 há um aumento dos profissionais de nível superior, porém se nota também uma ampliação daqueles em postos de trabalho diferentes de sua especialidade. Portanto, a crise econômica do período estaria reforçando esse fenômeno no qual o mercado de trabalho não seria capaz de gerar os postos de trabalho suficientes para esses indivíduos, o que representaria uma subutilização da mão de obra graduada.

Levando em consideração o período analisado (de 1980 até 2018), remeteremos aos importantes processos de transformação no mundo do trabalho no decorrer das últimas décadas no Brasil e no mundo. Considerando que, na década de 1980, alguns países já vivenciavam a implementação de modelos produtivos flexíveis (como o Toyotismo), o Brasil ainda estava começando a edificar seu processo de reestruturação produtiva. Naquele momento histórico, os trabalhadores possuíam grande poder de manifestação e organização, principalmente através das centrais sindicais, em que a luta dos trabalhadores se estruturava fortemente a partir dos locais de trabalho, principalmente no setor industrial automobilístico. Podemos dizer que a própria análise da realidade do trabalho era, então, estruturada em

conceitos cujos referenciais tinham como ponto crucial as conquistas trabalhistas históricas, ou seja, informalidade e formalidade, trabalho típico e trabalho atípico, trabalho precário e não precário, conceitos ainda fortemente ligados aos níveis de proteção do trabalhador. Foi durante a década de 1980 quando começaram a dar os primeiros sinais de alteração no processo produtivo, organizacional e tecnológico. Como característica dessa reestruturação, surgiu a redução de custo por diminuição da força de trabalho e elevação da produtividade.

Ao adentrarmos a década de 1990, enfatizamos que nossas categorias ainda seguem sendo consideradas sob um padrão de análise que tem no trabalho a estrutura central para o entendimento das relações em sociedade, já que “bilhões de homens e mulheres dependem de forma exclusiva do trabalho para sobreviver” (ANTUNES, 2018, p. 25). Assim, consideramos em nossa pesquisa um dos maiores fenômenos recentes do mundo do trabalho, o processo de acumulação flexível² (HARVEY, 1996), um fenômeno que tem influenciado não só a modificação da estrutura produtiva, como também do mercado de trabalho (POCHMANN, 2012), fato importante para entendermos as mudanças na conformação da estratificação social nesta década. Foi nesse período quando o processo de desregulamentação de vários setores da economia começou a ocorrer de maneira mais rápida e ancorada na força da globalização em que o Brasil começa a se inserir.

A descentralização produtiva é acompanhada pelo processo de terceirização e de mudanças geográfico-espaciais que se evidenciam no enxugamento das empresas, assim como na influência do capital financeiro nesses processos. Todas essas características são fruto das políticas neoliberais e do processo de reestruturação produtiva dos anos 1990, que, por sua vez, se tornaram processos que ganharam amplitude na estruturação do trabalho contemporâneo. Os movimentos de transformação que se seguiram nas duas primeiras décadas deste século 21 são identificados por novos questionamentos nas análises do mundo do trabalho. Nesse novo momento, a divisão

² Que simboliza/representa a flexibilização em diversos níveis e esferas, como: flexibilização dos padrões de produção, flexibilização do mercado, flexibilização dos contratos etc.

sexual do trabalho se apresenta em novos contornos à luz da maior participação do sexo feminino, consolidando a conceitualização da categoria “feminilização”.

Após um período de crescimento da economia do Brasil, de 2004 a 2010 (período, talvez, até mais amplo, alcançando 2013 ou 2014, considerando que nesse último ano houve crescimento menor do que em 2013, mas ainda assim positivo), em 2015 e 2016 foi quando a taxa de crescimento econômico tornou-se negativa, voltando a crescer posteriormente, mas em patamares baixos. Essa fase de incremento provocou um dinamismo no setor de serviços, gerando uma ampliação das questões relativas à classe trabalhadora que aumentaram em um mundo pautado pela flexibilização, pela maior precarização do trabalho, pela corrosão dos direitos sociais, pela dominação objetiva e subjetiva do trabalho, assim como pela falta de identidade coletiva dos trabalhadores. De modo geral, entendemos que a terceirização passou a ter cada vez mais relevância na transformação do mercado de trabalho, em que, segundo Pochmann (2012), a maior parte dos postos de trabalho criados é representada por ocupações de baixa qualificação.

A presente leitura do contexto econômico é estruturada no quadro da economia liberal periférica (FILGUEIRAS, 2006), no qual emergem as transformações desse grupo dos profissionais de nível superior, uma vez que cada periferia é diferente. O padrão de desenvolvimento capitalista no Brasil se ancorou em um modelo de industrialização dado pela “substituição de importações” entre os anos 1930 e 1980, levando o país a uma estrutura produtiva majoritariamente industrial. Nos anos 1990, o desenvolvimento econômico neoliberal, no padrão liberal-periférico, tomou o lugar da industrialização do modelo anterior e as exportações assumiram um papel crucial no seu funcionamento nos moldes explicitados por Filgueiras (2006):

Esse processo, de implantação e evolução do projeto neoliberal, passou por, pelo menos, três momentos distintos, desde o início da década de 1990, quais sejam: uma fase inicial, bastante turbulenta, de ruptura com o MSI e implantação das primeiras ações concretas de natureza neoliberal

(Governo Collor); uma fase de ampliação e consolidação da nova ordem econômico-social neoliberal (primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso - FHC); e, por último, uma fase de aperfeiçoamento e ajuste do novo modelo, na qual amplia-se e consolida-se a hegemonia do capital financeiro no interior do bloco dominante (segundo Governo FHC e Governo Lula) (p. 186).

Destarte, emergiu o enfrentamento ao receituário neoliberal com todas as contradições que isso significou e possibilitada pela Constituição de 1988, na qual o Estado Social se fortaleceu sobremaneira com o conjunto dos direitos assegurados no âmbito do Estado Democrático de Direito, incluindo ampliação dos direitos trabalhistas a algumas categorias.

2. Evolução do profissional de nível superior no Brasil

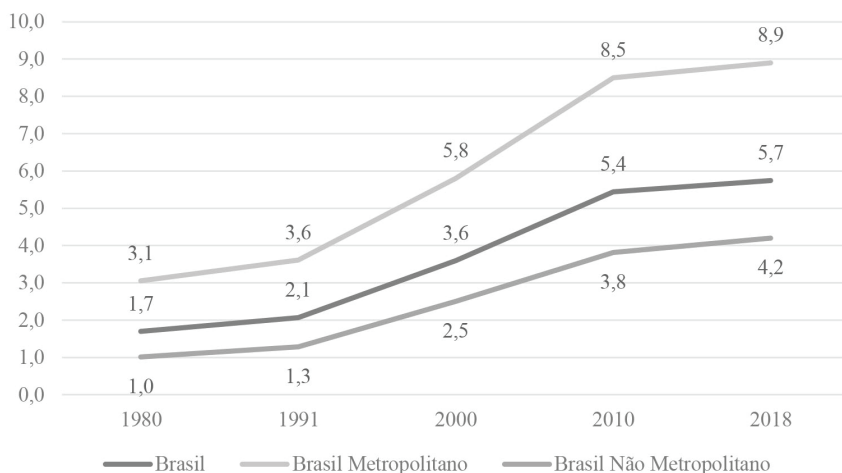
Considerando as informações dos Censos Demográficos do IBGE para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2010, além dos dados da PNAD Contínua para o ano de 2018, é analisada a evolução da população ocupada de nível superior no Brasil, destacando o comportamento nas regiões metropolitanas e não metropolitanas³. Por “ocupação”, referimo-nos ao cargo, emprego, função, profissão, dentre outras, que o profissional havia exercido durante os 12 meses anteriores à data de referência do Censo e PNAD Contínua, ou, mesmo, na data de referência. Essas informações são obtidas a partir da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) Domiciliar e da Classificação de Ocupações para as Pesquisas Domiciliares (COD). Na sequência, são discutidas as características pessoais dos indivíduos como sexo, raça, idade e escolaridade, bem como a sua posição na ocupação, como empregado ou conta própria na sua ocupação principal.

Como pode ser observado (Gráfico 1), os profissionais

³ É importante destacar que as profissões que mais cresceram no período de quase quatro décadas, desde 1980 até 2018, foram as da área tecnológica. Todavia, os nomes das profissões foram se alterando muito no período, o que tornou difícil acompanhar o processo.

de nível superior aumentaram sua participação na população ocupada brasileira nas últimas décadas, sendo que, em 1980, representavam 1,7% do total e, em 2018, alcançaram 5,7%. Esse percentual atingiu maior patamar ao longo do período nas regiões metropolitanas, onde a diversidade da estrutura produtiva é maior e pode explicar essa diferença. Essa parcela tem significativa variação tanto nas regiões metropolitanas quanto nas regiões não metropolitanas do país, onde aumentou, respectivamente, 5,8 e 3,2 pontos percentuais de 1980 para 2018, refletindo o crescimento econômico nessas localidades. Observe-se, ainda via Gráfico 1, que o ritmo de crescimento nas três escalas analisadas é similar ao longo do período, mostrando-se modesto na década de 1980, mais intenso nas duas seguintes, e desacelerado na década de 2010.

GRÁFICO 1: PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA DE NÍVEL SUPERIOR NO BRASIL – 1980-2018 (EM %)



FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Os dados da Tabela 1 mostram que o crescimento da participação dos profissionais de nível superior no mercado de trabalho em ocupações equivalentes é mais elevado nas décadas de 1990 e de 2000 e menos elevado nas décadas de 1980 e de 2010. Essas últimas décadas são caracterizadas por crise econômica,

o que diminuiu a atividade econômica e, por conseguinte, a capacidade da estrutura produtiva de absorver mão de obra especializada.

Nota-se que é nas regiões metropolitanas do Sudeste onde os profissionais de nível superior atingiram o maior nível (acima de 10%), sobretudo nas metrópoles de São Paulo e do Rio de Janeiro. Belo Horizonte, também na Região Sudeste, alcançou cerca de 8% ao final do período. As regiões metropolitanas do Sul (Curitiba e Porto Alegre) ocupam uma posição intermediária em torno de 9%. Já no Nordeste e Centro-Oeste, as regiões metropolitanas de Fortaleza e Goiânia, respectivamente, chegaram a atingir um pouco mais de 5% do total da sua população ocupada, enquanto a de Manaus (Região Norte) também se encontrava entre os menores níveis, com apenas 6% dos ocupados dentre os profissionais de nível superior.

Percebe-se diferenças entre as metrópoles brasileiras, em especial em 2010 e 2018: há regiões que diminuíram a participação dos profissionais de nível superior, como é o caso das regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza e Goiânia, e há o caso das regiões metropolitanas de Brasília e de São Paulo, que mantiveram o percentual, considerando que o aumento de São Paulo foi de apenas 0,1%. Houve ainda outras que elevaram a participação dos profissionais de nível superior no mercado de trabalho, como as de Belém, Curitiba, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, Porto Alegre e Manaus. Importante refletir sobre o significado dessas diferenças, que podem ser explicadas como efeitos de crise que afetaram especialmente a esfera produtiva industrial em 2012, 2014 e 2015 com reflexos em todo o período. Todavia, tais diferenças entre as regiões metropolitanas se referem aos setores que explicam o crescimento ou o decréscimo que levou a crise a impactar e afetar diferentemente cada região – isto, por si só, já constituiria uma importante reflexão, mas que fugiria ao escopo deste trabalho se a levássemos adiante.

TABELA 1: POPULAÇÃO TOTAL, OCUPADA E PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR NO BRASIL – 1980-2018

LOCALIDADE	1980	1991	2000	2010	2018
BRASIL					
Total da população	119.011.052	155.264.415	169.872.856	190.755.799	207.853.293
População ocupada	41.370.315	55.597.771	62.654.980	79.825.357	92.305.674
Nível superior (ONS)	715.471	1.147.313	2.251.670	4.340.563	5.302.346
ONS (%)	1,7	2,1	3,6	5,4	5,7
BRASIL METROPOLITANO					
Total da população	38.385.334	51.072.520	57.559.570	64.861.145	66.453.417
População ocupada	14.448.709	18.723.730	21.314.122	27.624.477	31.107.412
Nível superior (ONS)	441.488	675.470	1.236.696	2.348.185	2.758.802
ONS (%)	3,1	3,6	5,8	8,5	8,9
ONS nas RM (%)					
RM Belém	2,6	3,1	4,3	5,8	6,7
RM Belo Horizonte	3,2	3,1	5,7	8,2	7,9
RM Brasília	3,6	3,7	5,6	7,8	7,8
RM Curitiba	2,9	3,6	5,9	8,8	9,8
RM Fortaleza	1,9	2,4	4,2	5,8	5,1
RM Recife	2,8	3,5	5,0	6,8	7,5
RM Rio de Janeiro	3,8	4,3	6,6	9,1	10,3
RM Salvador	3,4	3,6	4,9	7,1	8,2
RM São Paulo	2,8	3,7	6,4	10,0	10,1
RM Goiânia	2,8	3,2	4,7	7,3	5,5
RM Porto Alegre	2,9	3,5	5,7	8,3	8,9
RM Manaus	1,7	2,2	3,0	5,1	6,0
BRASIL NÃO METROPOLITANO					
Total da população	80.625.718	104.191.895	112.313.287	125.894.654	141.399.876
População ocupada	26.921.606	36.874.041	41.340.858	52.200.880	61.198.262
Nível superior (ONS)	273.983	471.843	1.014.974	1.992.378	2.543.544
ONS (%)	1,0	1,3	2,5	3,8	4,2

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Na Tabela 2, os dados apresentam algumas características demográficas dos profissionais de nível superior. Verifica-se que o crescimento na proporção feminina é similar nas três escalas analisadas, de 1980 até 2010, em que elas saem de cerca de 30% para quase 50% do total, o que pode ser explicado pelas tendências de redução da taxa de fecundidade e a de maior inserção feminina no mercado de trabalho. Por sua vez, conforme as informações da PNAD Contínua de 2018, essa tendência de crescimento se mantém, e as mulheres superam 50% do total dos indivíduos nessas ocupações, sendo mais intensa nas regiões não metropolitanas. Dessa forma, nota-se um aumento da participação feminina no mercado de trabalho em ocupações de nível superior.

Na análise por cor/raça, são considerados os brancos, pretos, amarelos, pardos e indígenas⁴. Verifica-se um aumento expressivo da proporção de indivíduos pretos e pardos (negros); já os brancos e amarelos têm redução relativa. Esses resultados podem sinalizar uma redução das desigualdades sociais no país. Quando se compara a proporção de pessoas de cor branca entre 1980 e 2000 em todo o Brasil, observa-se que houve uma redução de 6,3%. Já quando se observa essa mesma proporção entre 2000 e 2018, houve uma redução de 10,2%. Esse último período apresentou uma redução muito mais intensa do que no período anterior, apesar de ser também alta. Podemos inferir que esses resultados, além de evidenciarem a redução das desigualdades sociais, também podem assinalar que:

- (i) As pessoas passaram a ter maior consciência na identificação de sua cor, assumindo-se pardas ou pretas, fato decorrente de maior problematização e visibilidade que essa questão passou a ter na sociedade;
- (ii) Nas duas últimas décadas, esse resultado foi mais intenso, além da maior consciência, também, pelo fato de ter havido políticas públicas de ação afirmativa por parte do Governo Federal implementadas em todos os níveis da federação.

⁴ No Censo Demográfico do ano de 1980, não havia a opção para cor ou raça indígena.

TABELA 2: DISTRIBUIÇÃO POR PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR NO BRASIL – 1980-2018 (EM %)

CARACTERÍSTICA	BRASIL					BRASIL METROPOLITANO					BRASIL NÃO METROPOLITANO				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
SEXO															
Feminino	30,9	40,2	49,2	48,1	52,7	31,1	40,4	49,1	48,2	51,0	30,5	39,8	49,3	48,0	54,4
Masculino	69,2	59,8	50,9	51,9	47,3	68,9	59,6	50,9	51,8	49,0	69,5	60,2	50,8	52,0	45,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
COR/RAÇA															
Branca	84,9	80,8	78,6	74,3	68,4	85,9	81,1	79,5	73,4	67,6	83,4	80,3	77,5	75,3	69,2
Preta	1,0	1,4	2,7	3,7	5,2	1,0	1,6	2,9	4,1	6,0	0,9	1,1	2,4	3,2	4,4
Amarela	2,6	2,5	2,0	2,1	1,9	3,2	2,9	2,6	2,5	2,6	1,6	1,8	1,4	1,6	1,2
Parda	11,3	15,1	15,9	19,9	24,3	9,8	14,0	14,3	19,9	23,7	13,9	16,8	17,9	19,9	24,9
Indígena		0,0	0,3	0,1	0,1		0,0	0,2	0,1	0,1		0,0	0,5	0,1	0,2
Total	99,8	99,8	99,5	100,0	100,0	100,0	99,6	99,5	100,0	100,0	99,8	100,0	99,7	100,0	100,0
IDADE															
Até 24	9,4	6,3	12,5	10,5	5,2	8,2	6,0	11,6	9,6	5,0	11,3	6,7	13,7	11,6	5,5
25 a 34	46,1	38,3	31,4	36,7	36,0	45,2	37,0	31,6	36,2	33,4	47,4	40,2	31,1	37,2	39,1
35 a 44	24,5	32,9	29,0	23,1	28,8	24,8	32,6	28,9	23,2	29,2	24,1	33,4	29,2	22,9	28,2
45 a 54	12,8	15,1	18,5	17,8	16,3	13,6	16,0	18,9	18,2	17,2	11,5	13,7	18,0	17,3	15,2
55 a 64	5,3	5,7	6,3	9,1	9,7	6,0	6,3	6,5	9,6	10,5	4,0	4,7	6,0	8,5	8,6
Acima de 65	2,0	1,8	2,3	2,9	4,2	2,1	2,0	2,5	3,2	4,8	1,7	1,4	2,1	2,5	3,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
ESCOLARIDADE															
Graduação	73,3	81,8	58,9	64,8	53,3	77	83,1	61,9	65,7	51,6	67,4	80	55,2	63,8	55,3
Pós graduação	3,1	3,9	4	4,9	29,7	3,3	4,5	4,8	5,9	31	2,9	3,1	3,1	3,8	28
Outros	23,2	14,3	13	30,1	4,1	19,4	12,4	11,3	28,3	3,7	29,4	16,9	15,1	32,2	4,6
Sem declaração	0,3	0	24,1	0,2	12,9	0,3	0	22	0,2	13,6	0,3	0	26,6	0,1	12
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO															
Empregado	78,1	77,9	64,4	70,1	70,9	81,5	79,5	66,9	72	72	72,7	75,7	61,4	67,8	69,7
Conta própria	20,8	21,7	33,7	29,6	28,8	17,5	20,1	31,5	27,7	27,9	26,2	23,8	36,5	31,9	30
Não remunerado	0,5	0,4	1,8	0,3	0,2	0,4	0,3	1,6	0,3	0,2	0,5	0,5	2,1	0,3	0,2
Sem declaração	0,6		–	–	–	0,6	–	–	–	–	0,6	–	–	–	–
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
HORAS TRABALHADAS															
Até 14	1,6	1,5	3,4	5,8	2,2	1,6	1,6	3,3	6,8	2,4	1,4	1,3	3,6	4,6	1,9
15 a 29	9,3	10,9	13,6	7,3	8,9	9,3	10,2	12,2	6,5	8,2	9,2	11,9	15,3	8,2	9,8
30 a 39	10,6	13,1	13,6	10,4	14,0	10,6	12,9	13,4	10,4	12,7	10,5	13,4	13,7	10,4	15,5
40 a 48	61,3	62,6	53,9	64,2	64,9	62,6	63,4	55,4	64,1	65,2	59,3	61,4	52,2	64,3	64,6
Acima de 48	17,3	11,9	15,4	12,3	10,0	15,8	11,9	15,7	12,2	11,4	19,6	11,9	15,2	12,4	8,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Nota: Nesta tabela, os totais que não somarem 100% é porque não apresentaram os valores percentuais de informações desconhecidas ou não declaradas.

Com relação à idade, nota-se uma redução dos profissionais de nível superior com até 34 anos e aumento nas faixas etárias mais elevadas no país. Esse comportamento é observado tanto nas regiões metropolitanas como nas regiões não metropolitanas. No Brasil, em geral, houve um aumento de 10% das pessoas acima de 45 anos de idade (somando as três últimas faixas) entre 1980 e 2018. Apesar das oscilações intermediárias, o mercado de trabalho passou a absorver pessoas de nível superior com idade mais elevada. Temos por hipóteses que tal aumento dos profissionais de nível superior com idade mais elevada se vincula à manutenção daqueles que foram envelhecendo ao longo desse período e, também, à incorporação de novos profissionais graduados no contexto das políticas públicas implantadas que atenderam a uma demanda reprimida de muitas pessoas que puderam tardiamente acessar escolarização de nível superior.

Os profissionais de nível superior também ampliaram sua escolaridade no período estudado, onde houve um aumento da proporção daqueles com pós-graduação de cerca de 3% para 30%, respectivamente, em 1980 e 2018. Podemos considerar que, num mercado de trabalho mais competitivo, quando há aumento de pessoas com os atributos requeridos pelos demandantes de trabalho, para poder inserir-se nesse mercado, as pessoas precisam melhorar ainda mais esses atributos, sendo uma das formas para tal a realização de curso de pós-graduação, que Collins (1971 apud RIBEIRO, 2012) chama de “inflação das credenciais educacionais”, quando “...os indivíduos procuram aumentar seu nível de instrução para melhorar sua posição relativa na fila por emprego, uma vez que os mais escolarizados tendem a ter preferência pelas oportunidades de trabalho” (RIBEIRO, 2012, p. 78).

Os empregados representam a maior proporção quando se analisa a posição na ocupação dos profissionais de nível superior, sendo que, ao final do período (2018), esse percentual girava em torno de 30% do total de trabalhadores; portanto, representavam para todo o Brasil o valor de 70,9%. Nota-se redução desse grupo, com expansão do trabalho por conta própria, tendência que foi mais intensa nas regiões

metropolitanas do que nas regiões não metropolitanas. Porém, nessas últimas localidades, os trabalhadores por conta própria já correspondiam a 26,2% em 1980, enquanto nas regiões metropolitanas correspondiam a 17,5%. Essa diferença de participação entre o Brasil Metropolitano e o Brasil Não Metropolitano, por si só, já demonstra que ser conta-própria nas metrópoles pode ser diferente de ser conta-própria nos espaços não metropolitanos.

As jornadas de trabalho dos profissionais de nível superior mantiveram as maiores proporções na faixa de 40 a 48 horas por semana em todos os períodos analisados, sendo o ano de 2018 o maior percentual observado no Brasil Metropolitano, com 65,2% dos profissionais, e no Brasil Não Metropolitano, 64,6%. Há uma diferença mínima nas horas trabalhadas por semana nas localidades, evidenciando que as jornadas de trabalho são semelhantes dentre as ocupações de nível superior. Importante notar que o percentual de profissionais que trabalhavam mais de 48 horas por semana teve queda constante no período.

A contribuição para o instituto de previdência também caracteriza a qualidade da ocupação dos trabalhadores. Diante disso, esse tema será analisado individualmente no tópico seguinte.

3. Proteção social

Neste tópico, é abordada a evolução da proteção social entre os profissionais de nível superior no país representada pela proporção de trabalhadores que contribuem com a previdência social, conforme mostra a Tabela 3⁵. A concepção de proteção social remete à própria condição de reprodução da sociedade humana, considerando, segundo Cronemberger e Teixeira

⁵ É importante salientar que a informação sobre a contribuição previdenciária não foi uniforme ao longo do período analisado. Entre os não aplicáveis, estão os não remunerados e aqueles que não responderam à pergunta sobre a contribuição. Já apenas no ano de 2000 se incluiu, também, o aprendiz ou estagiário e os que trabalhavam para o consumo próprio entre o não aplicável, o que pode explicar a mudança significativa na proporção desse grupo, de 0,7% para 13,1%, entre 1991 e 2000.

(2015, p. 1), que: “Não existe sociedade humana que não tenha desenvolvido algum sistema de proteção social” – em especial, consideradas as sociedades modernas que se estruturaram em bases desiguais e hierarquizadas em sistemas de poder.

Trata-se, então, da condição mesma de reprodução social. Assim, é importante trazer Polanyi (2000) quando afirma que, especialmente nas sociedades complexas, cabe ao Estado garantir a integração da economia e da sociedade, pois nem a esfera do mercado, tampouco a esfera da reciprocidade (isolada), têm essa capacidade. Afinal, as fórmulas liberais do mercado não são suficientes para assegurar essa integração, pois isso significaria reconhecer “o princípio do ganho e do lucro como a força organizadora da sociedade” (POLANYI, 2000, p. 206). Assim como a esfera da reciprocidade, no âmbito das comunidades, vizinhanças e famílias, isoladamente, elas também não têm alcance para a necessária integração da economia e da sociedade, mesmo considerando que “os dois princípios mais importantes que governam o comportamento econômico parecem ser a reciprocidade e a acumulação-com-redistribuição” (p. 312).

A partir desses pressupostos mais abrangentes, passamos a contextualizar brevemente o sistema em vigor (sem deixar de citar ou, ao menos, considerar a sua desconstrução pelo atual Governo Federal) no contexto pós-Constituição Federal de 1988, momento a partir do qual os deputados constituintes fizeram a opção por um Sistema de Seguridade Social e no qual se situa a análise dos dados deste capítulo. Tal sistema se compõe pela previsão de atendimento a três áreas sociais na forma prevista no art. 194 da Constituição Federal, *verbis*: “Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988), sendo composto ainda pelos objetivos estabelecidos no Parágrafo Único:

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:
I - universalidade da cobertura e do atendimento;

II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;

V - equidade na forma de participação no custeio;

VI - diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados (BRASIL, 1988).

É o princípio da solidariedade que ancora tal sistema, embora atualmente ele esteja sendo substituído por princípios neoliberais vinculados à hegemonia política de representantes do mercado e dos interesses de reprodução do capital. Os dados empíricos que permitem fazer uma análise da proteção social desses profissionais se inserem no pilar da previdência, cujo dispositivo estabelecido em lei foi normatizado no art. 201 da Constituição, definindo que sua organização se dará sob a “forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória”. Registre-se que, em 12 de novembro de 2019, o sistema de previdência social do Brasil foi alterado pela Emenda Constitucional nº 103, embora as mudanças refletidas nos dados deverão ser analisadas n’outra oportunidade, considerando que, para este trabalho, o marco temporal vai até o ano de 2018.

TABELA 3: DISTRIBUIÇÃO POR CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018 (EM %)

LOCALIDADE	1980	1991	2000	2010	2018
Brasil					
<i>Com contribuição</i>	94,0	94,5	71,9	81,9	83,9
<i>Sem contribuição</i>	6,0	5,5	28,1	18,1	16,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Brasil Metropolitano					
<i>Com contribuição</i>	94,4	95,0	75,1	82,6	83,5
<i>Sem contribuição</i>	5,6	5,0	24,9	17,4	16,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com contribuição					
RM Belém	93,6	94,2	63,9	78,9	82,4
RM Belo Horizonte	94,6	94,7	73,3	84,2	82,3
RM Brasília	95,2	96,1	78,5	84,9	85,0
RM Curitiba	94,4	94,0	72,3	81,0	80,0
RM Fortaleza	94,8	95,4	65,6	81,0	84,9
RM Recife	94,5	96,1	71,9	81,9	89,9
RM Rio de Janeiro	93,9	94,9	75,1	82,7	83,5
RM Salvador	96,0	96,2	75,2	84,0	76,9
RM São Paulo	94,3	95,4	78,6	83,2	83,5
RM Goiânia	92,9	92,8	65,9	77,9	84,1
RM Porto Alegre	95,4	93,4	72,9	81,6	87,8
RM Manaus	95,2	95,1	67,0	80,2	83,8
Brasil Não Metropolitano					
<i>Com contribuição</i>	93,2	93,8	68,0	81,0	84,4
<i>Sem contribuição</i>	6,8	6,2	32,0	19,0	15,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

De maneira geral, a proporção de profissionais de nível superior que contribuem com a previdência social é alta – em torno de 80% no Brasil. Em 2018, enquanto a região metropolitana do Recife se destacava com o maior percentual (89,9%), a de Salvador registrava o menor (com 76,9%).

A partir da Tabela A1 (em anexo), é possível verificar de forma mais desagregada a evolução da proteção social, considerando diversas características dos profissionais de nível

superior. No caso do sexo, nota-se que, enquanto em 1980, entre as mulheres ocupadas como profissionais de nível superior, um total de 91,3% contribuiu para a previdência, entre os homens esse percentual era de 93,8%; já em 2018, esses valores eram de 85,6% e 82,3%, respectivamente. Por sua vez, com relação à cor/raça, nota-se que as pessoas de cor amarela têm uma maior proteção social ao longo do período analisado. Na sequência, no início do período, as pessoas de cores branca, preta e parda (negras) contribuía menos do que aquelas. Porém, no final do período, as pessoas de cores preta e parda passaram a ocupar os postos de trabalho mais protegidos. Por sua vez, os empregados participam quase que na sua totalidade como contribuintes (96%), enquanto os autônomos/conta-própria contribuem bem menos (59%). Isso é muito grave perante o atual cenário de precarização das relações de trabalho em que um contingente cada vez maior de trabalhadores vai se tornando autônomo. O aporte de recursos ao fundo previdenciário e, conseqüentemente, a sua sustentabilidade ficam comprometidos, abrindo espaço para modelos de exploração do trabalho em cujos domínios os trabalhadores não logram qualquer proteção, como se analisa contextualmente em sequência à Tabela 5.

Para complementar a análise da proteção social, a Tabela 4 foi segmentada por cor/raça e sexo correspondentes ao percentual de empregados de nível superior com e sem carteira de trabalho assinada a fim de avaliar as condições ocupacionais desses profissionais no Brasil (Metropolitano e Não Metropolitano) nos anos de 2000, 2010 e 2018. Para isso, foram considerados os dados dos profissionais de nível superior empregados, cujas informações sobre o registro trabalhista só existiam nas bases de 2000, 2010 e 2018. Além disso, denominou-se como “população negra” a agregação das informações da população que se autodeclarou preta e parda.

Independentemente do sexo ou da cor/raça, há uma maior formalização dos registros de trabalho nas regiões metropolitanas do Brasil quando comparadas às regiões não metropolitanas. Ainda, ao se analisar o período de 2000 a 2018, observou-se que o ano de 2010 apresentou os maiores percentuais de profissionais com carteira de trabalho assinada; em contraposição, o ano de 2000

apresentou os maiores percentuais de trabalhadores sem registro de trabalho.

Quanto aos registros de trabalho segundo o sexo, sem considerar a localidade e a cor/ raça, as mulheres apresentaram menores percentuais quando comparadas aos homens entre os anos de 2000 e 2010. Entretanto, no ano de 2018, as proporções se alteraram, sendo as mulheres as que mais passaram a possuir carteira de trabalho assinada.

Quanto à cor/raça, independentemente do sexo, o ano de 2000 foi marcado pela discrepância das proporções da população branca e amarela com carteira de trabalho assinada em relação às pessoas negras e, principalmente, indígenas. No ano de 2010, houve redução percentual dessa desigualdade nas metrópoles e nas regiões não metropolitanas, e esse comportamento se manteve no ano de 2018, exceto para os homens indígenas.

TABELA 4. DISTRIBUIÇÃO DOS PROFISSIONAIS EMPREGADOS DE NÍVEL SUPERIOR SEGUNDO O REGISTRO TRABALHISTA, SEXO E COR/RAÇA NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 2000-2018 (EM %)

LOCALIDADE	SEXO	COR/RAÇA	2000	2010	2018	
BRASIL						
Com carteira de trabalho assinada	Masculino	Branca	43,0	51,7	41,8	
		Negra	37,5	52,5	45,2	
		Amarela	47,3	55,1	40,1	
		Indígena	22,9	58,1	26,1	
		Branca	41,8	51,3	41,2	
	Feminino	Negra	36,8	53,1	41,9	
		Amarela	48,1	52,7	52,4	
		Indígena	20,8	45,8	79,4	
		Masculino	Branca	18,0	7,0	10,6
			Negra	25,2	9,6	11,5
Amarela	15,1		6,4	17,1		
Indígena	12,2		7,6	32,9		
Branca	25,6		9,0	13,7		
Feminino	Negra	32,6	12,9	16,2		
	Amarela	19,8	9,2	3,7		
	Indígena	17,0	16,6	0,0		

LOCALIDADE	SEXO	COR/RAÇA	2000	2010	2018
BRASIL METROPOLITANO					
Com carteira de trabalho assinada	Masculino	Branca	46,2	55,7	43,4
		Negra	43,4	57,6	51,0
		Amarela	50,1	59,2	40,4
	Feminino	Indígena	38,9	69,2	30,7
		Branca	43,8	53,9	43,7
		Negra	43,6	58,8	48,9
		Amarela	49,2	57,1	66,9
		Indígena	33,6	49,5	83,6
		Indígena	33,6	49,5	83,6
Sem carteira de trabalho assinada	Masculino	Branca	18,0	6,9	10,5
		Negra	23,2	8,3	8,4
		Amarela	14,4	5,6	23,3
	Feminino	Indígena	14,9	3,9	27,7
		Branca	24,6	8,8	13,1
		Negra	30,4	10,2	12,5
		Amarela	19,5	8,4	0,0
		Indígena	25,6	17,3	0,0
		Indígena	25,6	17,3	0,0
BRASIL NÃO METROPOLITANO					
Com carteira de trabalho assinada	Masculino	Branca	39,0	47,1	39,7
		Negra	31,3	46,4	37,4
		Amarela	41,2	47,5	39,2
	Feminino	Indígena	13,0	47,2	23,1
		Branca	39,4	48,3	38,6
		Negra	30,1	46,0	33,2
		Amarela	45,2	44,6	9,2
		Indígena	14,5	41,9	74,7
		Indígena	14,5	41,9	74,7
Sem carteira de trabalho assinada	Masculino	Branca	18,0	7,1	10,6
		Negra	27,3	11,1	15,7
		Amarela	16,6	7,8	0,7
	Feminino	Indígena	10,6	11,2	36,4
		Branca	26,9	9,2	14,4
		Negra	34,8	16,3	20,9
		Amarela	20,5	10,8	14,6
		Indígena	12,8	15,9	0,0
		Indígena	12,8	15,9	0,0

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

As mulheres negras são marcadas por menor proteção social em todo período no Brasil. No ano de 2010, essa menor proteção também ocorreu para as mulheres indígenas e, além delas, no ano de 2018, para os homens indígenas. Considerando isso, as desigualdades estruturais de cor/raça e sexo marcam os trabalhadores brasileiros, mesmo que estes tenham formação profissional semelhante entre si.

Assistimos atualmente no país às consequências das drásticas mudanças ocorridas nas normas que regem as relações de trabalho. Nos últimos três anos, foram aprovadas a reforma Trabalhista, que alterou regras para flexibilizar o mercado de trabalho (Lei n. 13.467/2017), e a Reforma da Previdência, que alterou normas para aposentadoria e concessão de benefícios sociais (PEC 6/2019). Esses processos de flexibilização das normas trabalhistas afetaram e continuarão a afetar todos os trabalhadores, inclusive os profissionais de nível superior. Também afetam outro aspecto relativo à própria estrutura econômica, que vem se concentrando desde os anos 1970 nas atividades do setor de serviços, gerando postos de trabalho pautados pela flexibilização, pela maior precarização do trabalho e pela perda de direitos sociais.

4. Rendimentos dos profissionais de nível superior

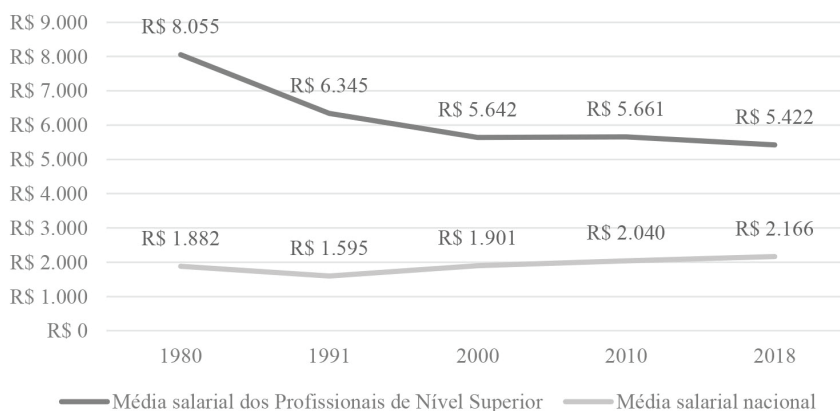
Os efeitos dessas dinâmicas econômicas e sociais que influenciam na transformação da estrutura social podem ser identificados nas características do próprio mundo do trabalho e nas mudanças que apresenta no tempo. Observa-se que, em média, os profissionais de nível superior têm rendimento maior ao dos demais trabalhadores ocupados no país, embora essa diferença venha reduzindo ao longo do período analisado, conforme pode ser observado no Gráfico 2⁶. Nessa análise, são considerados apenas os indivíduos com a informação de rendimento do trabalho principal disponível, o que resultou na exclusão de algumas observações⁷. Assim, enquanto

⁶ Os valores nominais foram corrigidos para 2018, considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do IBGE.

⁷ No ano de 1980, foram excluídas 5.970 (0,8%) e nos demais anos de 1991, 2000, 2010 e 2018, respectivamente, um total de 20.397 (1,9%), 42.679 (1,9%), 18.390 (0,4%) e 16.960 (0,3%).

em 1980 os profissionais de nível superior recebiam 3,38 vezes o valor médio dos demais ocupados no mercado de trabalho, em 2018 esse valor foi 1,5 vez maior. Portanto, mais anos de escolaridade se traduzem em maiores rendimentos; porém, com a expansão do ensino superior e a maior oferta dessa mão de obra mais qualificada, verifica-se redução relativa de salários dos profissionais de nível superior no país.

GRÁFICO 2: RENDIMENTO MÉDIO DA POPULAÇÃO OCUPADA TOTAL E DE NÍVEL SUPERIOR NO BRASIL – 1980-2018



FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Na Tabela 5, são observados os rendimentos médios e medianos dos profissionais de nível superior. O valor mediano abaixo do médio é típico de distribuições com assimetria à direita ou com alta desigualdade, como a dos rendimentos. O rendimento mediano é aquele recebido pelos indivíduos do percentil 50; uma vez que a média é superior, indica, então, que mais da metade da população tem um rendimento menor do que a média. Na comparação entre as regiões metropolitanas e não metropolitanas, nota-se que, nas primeiras, os rendimentos médios são superiores aos rendimentos medianos, destacando-se o caso de Brasília com os maiores rendimentos.

Levando em conta que os valores já estão corrigidos, de modo geral, há um comportamento de queda no rendimento médio, no período de 1980 a 2018, em quase todas as metrópoles (as exceções são as de Belém e Porto Alegre). Porém, geralmente, os valores aumentam entre 2000 e 2010, voltando a cair em 2018, o que não

é refletido no rendimento médio do Brasil Metropolitano. De todo modo, é preciso considerar que o ano de 2010 teve um crescimento econômico de 7,5%, apresentando um resultado “fora da curva”, que refletiu uma retomada do não crescimento de 2009 que teve, entre os principais determinantes, a crise financeira internacional do ano anterior. Tomando isto a seguir como resposta, é possível que esse comportamento da economia atípica explique a elevação dos rendimentos do trabalho de aumento para os profissionais de nível superior.

TABELA 5: RENDIMENTO DOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR NO BRASIL – 1980-2018 (EM R\$)

LOCALIDADE	1980	1991	2000	2010	2018	
BRASIL						
Média	8.055,03	6.344,88	5.641,58	5.660,56	5.421,89	
Mediana	6.018,90	4.409,47	3.632,36	3.316,97	3.500,00	
BRASIL METROPOLITANO						
Média	8.883,57	7.067,56	6.506,52	6.382,23	6.167,39	
Mediana	6.878,74	5.144,38	4.540,45	3.948,77	4.000,00	
Média						
	<i>RM Belém</i>	6.682,54	6.213,26	5.121,03	5.907,34	6.353,92
	<i>RM Belo Horizonte</i>	8.887,28	6.281,94	5.793,05	6.027,49	5.120,84
	<i>RM Brasília</i>	10.318,20	8.520,47	8.370,30	9.028,49	7.731,36
	<i>RM Curitiba</i>	7.473,39	6.450,93	5.923,68	5.592,66	5.331,47
	<i>RM Fortaleza</i>	6.563,46	4.991,96	5.016,53	5.674,37	5.290,15
	<i>RM Recife</i>	7.186,45	5.795,80	5.208,36	5.755,52	4.575,67
	<i>RM Rio de Janeiro</i>	9.209,31	6.553,03	6.277,78	6.491,68	6.193,27
	<i>RM Salvador</i>	8.233,97	6.388,48	5.478,45	6.182,67	4.907,39
	<i>RM São Paulo</i>	9.646,48	8.333,52	7.349,89	6.562,78	6.916,90
	<i>RM Goiânia</i>	6.401,72	5.442,24	5.789,86	5.542,47	4.058,79
	<i>RM Porto Alegre</i>	7.802,39	6.203,17	5.901,40	5.541,21	6.120,69
	<i>RM Manaus</i>	7.793,56	7.589,35	6.064,81	6.966,36	4.883,36
BRASIL NÃO METROPOLITANO						
Média	6.720,59	5.301,91	4.582,00	4.810,39	4.510,49	
Mediana	5.159,06	3.674,56	3.026,97	3.159,02	3.000,00	

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Pode-se observar, ainda na Tabela 5, que a remuneração relativa de cada categoria de trabalhador em relação ao valor médio do Brasil (apresentado na Tabela A2 também) foi igual a R\$ 8.055,03 em 1980 e a R\$ 5.421,89 em 2018. Na Tabela 6, estão apresentados os rendimentos proporcionais aos médios do Brasil e das regiões metropolitanas e não metropolitanas entre os anos de 1980 e 2018.

Esses resultados foram obtidos por meio da razão do rendimento médio de cada categoria (homem e mulher, por exemplo) em relação ao rendimento médio total. Assim, pode-se dizer que as mulheres em 1980 ganhavam 44,4% menos do que o rendimento médio geral, enquanto os homens ganhavam 19,6% a mais. Em 2018, as mulheres passaram a ganhar 16,8% menos e os homens ainda ganhavam 18,6% mais. Isso quer dizer que as mulheres aumentaram seu nível de remuneração ao longo do tempo, assumindo postos de trabalho com melhor remuneração, apesar de isso não ter se refletido na redução dos rendimentos masculinos.

Dessa forma, verifica-se uma redução das diferenças de remuneração entre homens e mulheres no período, apesar de eles ainda apresentarem um retorno superior à remuneração delas. Além disso, considerando a remuneração média de cada localidade, ocorreu redução de diferenças tanto nas regiões metropolitanas quanto nas não metropolitanas.

Vê-se, também, que pessoas de cor amarela têm maior rendimento, seguidas pelas pessoas de cores branca, parda e preta, no início do período. No outro extremo, em 2018, as pessoas de cor preta passaram a ganhar mais do que as pessoas de cor parda no Brasil Não Metropolitano. Todavia, para o Brasil em conjunto (e para o Brasil Metropolitano), a diferença é muito pequena. É preciso considerar, entretanto, que o fato de as pessoas de cores parda e preta terem melhorado sua situação de rendimento ao longo do tempo, isto não afetou o comportamento do rendimento das pessoas de cores branca e amarela. Esta última, ao contrário, se diferenciou ainda mais dentre as outras.

O rendimento aumenta com a idade: isto é, quanto mais jovem for a pessoa, menor será a sua remuneração. Ao observarmos esses dados, constatamos que, em 1980, a média de rendimento das pessoas mais jovens eram menores e o rendimento médio tendia a se elevar até a faixa etária de 45 a 54 anos, mantendo-se no mesmo patamar na faixa de 55 a 64, e caindo na faixa de 65 anos e mais. Em 2018, a média de rendimento se elevou comparada às faixas mais jovens até a faixa de 55 a 64 anos, e passando a cair na faixa de 65 anos e mais. Ou seja, verifica-se que há diferença de rendimentos entre as faixas de 45 a 54 anos e de 55 a 64 anos, em que a primeira faixa passou a ter menor rendimento em relação à segunda. Considera-se que a maior expectativa de vida e as melhores condições de saúde têm propiciado um maior tempo no mercado de trabalho, com alta produtividade.

Os anos de estudo também contribuem para aumentar os rendimentos: aqueles com pós-graduação têm um maior rendimento, atingindo os maiores patamares em 2010 e 2018. Assim, a expansão do ensino superior no país não foi suficiente para equalizar os rendimentos dos profissionais de nível superior com mais e menos qualificação.

Com relação à posição na ocupação, os empregados tinham um menor rendimento em 1980 (98,5% do rendimento médio), enquanto o rendimento dos trabalhadores por conta própria era de 105,9%, no Brasil. Porém, ao final do período, os empregados superaram os conta-própria, com remuneração relativa de 112,7% e 87,1%, respectivamente. Isso se deve, segundo nossa análise (Tabela 6), ao fato de que, nesse período, enquanto os empregados mantiveram uma alta proporção de postos de trabalho protegidos, os conta-próprias apresentaram uma significativa redução dessa proporção, sugerindo que eles estão não somente reduzindo sua proteção social, mas também com menores rendimentos.

TABELA 6: RENDIMENTOS PROPORCIONAIS AOS MÉDIOS DO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018 (EM %)

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO	BRASIL					BRASIL METROPOLITANO					BRASIL NÃO METROPOLITANO				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
SEXO															
Feminino	55,5	67,6	73,7	79,2	83,2	56,9	70,0	76,3	81,2	83,9	52,3	62,9	69,1	76,1	83,2
Masculino	119,6	121,6	125,1	119,2	118,6	119,2	120,3	122,6	117,5	116,8	120,6	124,4	129,6	122,0	120,2
COR/RAÇA															
Branca	104,1	104,6	107,8	107,4	106,9	103,8	104,5	106,6	108,5	108,8	104,2	104,7	109,5	106,0	104,6
Preta	55,6	67,5	59,6	68,4	82,7	53,9	63,5	59,2	62,5	74,7	57,7	72,0	57,5	76,9	95,2
Amarela	114,6	122,7	132,3	120,6	140,8	108,0	118,4	122,1	115,6	141,0	120,3	120,9	138,3	120,5	104,4
Parda	69,6	74,8	65,1	76,3	81,0	68,8	74,8	68,4	74,4	77,4	75,0	77,1	63,4	79,3	87,1
Indígena	0,0	97,4	45,5	70,7	72,3	0,0	106,7	70,2	67,7	52,8	0,0	69,5	29,8	76,5	99,9
FAIXA ETÁRIA															
Até 24	41,7	44,2	35,9	39,7	43,5	43,6	45,3	38,5	39,7	43,7	40,9	43,0	33,3	41,1	44,0
25 a 34	90,9	81,3	82,1	79,1	75,4	88,2	80,2	81,5	78,5	74,4	97,2	84,6	82,8	80,6	79,1
35 a 44	119,8	112,1	111,8	109,4	105,0	119,9	111,0	109,8	108,6	104,4	119,0	114,7	115,7	110,5	105,3
45 a 54	126,8	131,2	136,1	130,8	131,0	125,8	130,3	133,7	129,1	129,7	124,4	128,7	138,8	132,7	129,9
55 a 64	126,6	130,6	135,3	152,2	138,8	124,8	129,5	135,7	148,3	138,0	119,7	124,2	132,1	155,6	134,4
Acima de 65	101,0	115,5	129,2	155,4	136,4	102,5	117,8	136,1	152,8	119,7	91,8	100,3	108,8	152,2	164,3
ESCOLARIDADE															
Graduação	113,7	107,2	122,9	114,8	86,3	109,3	105,4	116,5	112,9	86,0	121,1	110,0	132,1	117,4	88,0
Pós-graduação	152,8	147,3	186,6	199,7	171,4	149,8	139,2	172,4	192,9	167,2	155,5	156,8	201,2	198,1	168,2
Outros	49,5	45,4	47,1	53,5	51,1	54,3	49,6	49,4	53,3	47,8	46,1	41,7	46,8	55,0	57,7
POSIÇÃO															
Empregado	98,5	97,2	95,9	116,5	112,7	99,2	97,6	95,1	121,3	115,6	94,3	95,2	95,5	113,3	110,3
Conta própria	105,9	110,3	107,9	108,8	87,1	103,9	110,1	110,5	109,9	87,4	115,7	115,1	107,5	109,8	87,9
HORAS TRABALHADAS															
Menos de 15	51,6	71,6	53,7	85,8	44,1	50,6	75,2	56,5	83,2	37,6	52,5	60,9	50,0	84,6	55,6
15 a 29	59,4	65,3	64,4	75,3	72,2	59,9	67,0	68,8	77,6	77,3	58,2	64,3	61,2	75,1	67,4
30 a 39	81,4	80,7	85,0	88,1	89,4	81,6	80,5	83,7	88,3	86,5	80,6	81,7	87,6	87,9	96,7
40 a 48	103,1	101,2	103,7	98,8	99,2	104,6	101,8	102,5	99,7	99,3	98,7	99,4	104,4	97,4	98,9
Mais de 48	126,8	150,2	139,6	137,6	156,6	123,1	143,1	136,6	132,8	148,5	138,0	163,7	144,1	145,5	163,1

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

O rendimento é maior à medida que as jornadas de trabalho semanais aumentam. Em todos os anos avaliados, a média de rendimento das pessoas que trabalhavam menos horas por semana eram inferiores e crescia proporcionalmente às jornadas semanais. Para os profissionais de nível superior que mantinham de 40 a 48 horas de trabalho semanais, os rendimentos eram aproximadamente proporcionais aos valores médios, enquanto aqueles com mais de 48 horas apresentaram médias de rendas maiores do que os demais, principalmente nas regiões não metropolitanas.

Nesse sentido, na Tabela 7 são apresentados os rendimentos para aqueles que contribuíram (ou não) com a previdência social no Brasil, discriminando Brasil Metropolitano e Brasil Não Metropolitano, bem como o rendimento relativo no período. Verifica-se que aqueles com proteção social (ou que contribuem com a previdência social) têm os maiores rendimentos.

O rendimento relativo é resultado da divisão do valor médio recebido pelo contribuinte dividido pela média do trabalhador que não contribuiu. No ano de 2018, por exemplo, o rendimento dos profissionais de nível superior contribuintes no Brasil era 54% maior quando comparado aos que não contribuíam com a previdência social. Importante notar que, nesse mesmo ano, dentre as regiões metropolitanas, a de Porto Alegre apresentou o maior valor relativo, 232%, enquanto a de Goiânia apresentou o menor (105%). Apesar de o rendimento ser menor nas regiões não metropolitanas, em geral, aqueles que contribuem com a previdência têm rendimento relativo maior nessas localidades. Assim, além de um maior rendimento, aqueles com contribuição previdenciária estão mais assegurados do que os demais.

Adicionalmente, as tabelas 8 e 9 exibem a segmentação por cor/raça e sexo da renda média dos profissionais de nível superior no Brasil entre os anos de 1980 e 2018. Fica evidente que, apesar de apresentarem níveis educacionais análogos, existe uma desigualdade associada ao sexo e à cor/raça desses profissionais. No ano de 2018, as mulheres negras (R\$ 2.965) e indígenas (R\$ 3.784) são as que apresentam os menores rendimentos médios quando comparadas aos homens amarelos (R\$ 8.415) e brancos (R\$ 6.882). Esses resultados podem ser observados no Gráfico 4, em que, independentemente do período avaliado, a segregação

pela renda média permanece inalterada no mercado de trabalho brasileiro.

TABELA 7: RENDIMENTOS MÉDIOS PARA OS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR, SEGUNDO A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018

LOCALIDADE	1980	1991	2000	2010	2018
BRASIL					
<i>Sim (R\$)</i>	8.259,10	6.420,51	6.456,02	5.974,78	5.763,05
<i>Não (R\$)</i>	4.897,25	4.923,12	3.404,26	4.229,91	3.733,28
<i>Rend. Relativo (%)</i>	1,69	1,30	1,90	1,41	1,54
BRASIL METROPOLITANO					
<i>Sim (R\$)</i>	9.067,40	7.139,51	7.151,89	6.695,86	6.556,16
<i>Não (R\$)</i>	5.788,01	5.541,90	4.321,69	4.881,38	4.285,31
<i>Rend. Relativo (%)</i>	1,57	1,29	1,65	1,37	1,53
<i>RM Belém (%)</i>	1,32	1,02	2,12	1,70	1,67
<i>RM Belo Horizonte (%)</i>	1,84	1,39	1,78	1,37	2,15
<i>RM Brasília (%)</i>	1,44	1,25	1,65	1,72	1,75
<i>RM Curitiba (%)</i>	1,68	1,39	1,82	1,35	1,34
<i>RM Fortaleza (%)</i>	1,56	1,29	1,96	1,62	2,00
<i>RM Recife (%)</i>	1,86	1,28	1,84	1,50	1,76
<i>RM Rio de Janeiro (%)</i>	1,49	1,40	1,58	1,38	1,53
<i>RM Salvador (%)</i>	1,73	1,38	1,65	1,30	1,83
<i>RM São Paulo (%)</i>	1,55	1,22	1,49	1,25	1,36
<i>RM Goiânia (%)</i>	1,91	1,10	1,22	1,54	1,05
<i>RM Porto Alegre (%)</i>	1,85	1,32	2,06	1,54	2,32
<i>RM Manaus (%)</i>	1,15	0,92	1,89	1,03	1,34
BRASIL NÃO METROPOLITANO					
<i>Sim (R\$)</i>	6.938,51	5.370,21	5.492,48	5.108,81	4.801,50
<i>Não (R\$)</i>	3.731,32	4.207,11	2.508,76	3.526,49	3.029,89
<i>Rend. Relativo (%)</i>	1,86	1,28	2,19	1,45	1,58

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

TABELA 8: DISTRIBUIÇÃO POR RENDIMENTO MÉDIO DOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR SEGUNDO O SEXO E A COR/RAÇA NO BRASIL – 1980-2018 (EM R\$)

SEXO	COR/RAÇA	1980	1991	2000	2010	2018
Masculino	Amarela	10.401	8.852	8.851	8.245	8.415
	Branca	9.981	8.018	7.631	7.267	6.882
	Negra	6.760	5.896	4.464	4.992	5.158
	Indígena		7.324	3.071	4.240	5.223
Feminino	Amarela	5.514	5.735	5.706	5.266	6.484
	Branca	4.633	4.497	4.457	4.795	4.799
	Negra	3.466	3.253	2.779	3.441	3.784
	Indígena		3.825	1.980	3.780	2.965
Média nacional		8.055	6.345	5.642	5.661	5.422

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Além dos rendimentos gerais dos profissionais de nível superior, é importante destacar, ainda, algumas importantes diferenças entre as ocupações dos indivíduos. A Tabela A2 (em anexo) apresenta o rendimento médio segundo o sexo e a cor/raça desses profissionais de acordo com as ocupações que exercem no Brasil no período de 1980 a 2018.

Nos resultados da Tabela A2, foram selecionadas as ocupações com os maiores e os menores rendimentos médios para os homens que se declaram brancos e amarelos. Adicionalmente, foram obtidos os rendimentos dessas ocupações selecionadas, também, para as mulheres e as demais cores/raças no Brasil a fim de se observar as disparidades. Além disso, como as denominações das ocupações para os anos de 1980 e 1991, bem como para os anos de 2010 e 2018, foram as mesmas, houve a possibilidade de comparação no tempo para essas décadas. O ano de 2000 não foi contrastado com nenhum outro e as informações em branco são para as ocupações sem representantes.

Verificou-se, de forma mais desagregada, o rendimento médio considerando o sexo e a cor/raça dos profissionais de nível superior. Independentemente da ocupação profissional, há evidências de diferenciais significativos para sexo e cor/raça em que homens brancos e amarelos recebem mais do que as mulheres, especialmente as negras e indígenas. Essas diferenças são maiores entre as ocupações com maiores rendimentos; já para as ocupações

com as menores rendas médias, essa segregação não foi observada de modo tão evidente.

Foram as profissões das áreas tecnológicas que mais cresceram no período de 1980 a 2018. Entretanto, verificou-se um intenso crescimento geral do número de profissões a partir das informações do IBGE. Enquanto os Censos Demográficos de 1980 e 1991 registraram apenas 33 profissões, o de 2000 identificou 59, ao passo que no Censo de 2010 e na PNAD Contínua de 2018 esse número foi igual a 70. A área que mais ampliou seu número de profissões associadas foi a de Exatas e Engenharias, com a expansão de 11 para 30 profissões nesse período. Há outras áreas do conhecimento que também apresentaram um aumento, como a de Saúde (de 6 para 14), Sociais Aplicadas (de 5 para 12) e Biológicas e Agrárias (de 3 para 4), enquanto a área de Humanas se manteve com oito profissões associadas. Essa expansão da área de exatas e engenharias reflete o desenvolvimento econômico intensivo em novas tecnologias de informação.

Considerações finais

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o comportamento dos profissionais de nível superior no mercado de trabalho brasileiro. Foram consideradas as informações dos Censos Demográficos publicadas pelo IBGE a partir de 1980, além das informações da PNAD Contínua de 2018.

No período estudado, entre os profissionais de nível superior, aumentou-se a proporção de mulheres com mais qualificação; já os brancos, mais jovens e empregados reduziram sua participação, tendência observada tanto nas regiões metropolitanas quanto nas não metropolitanas. Outro aspecto verificado se constitui no alto percentual dos profissionais de nível superior empregados com proteção social, em torno de 80%. Foi possível notar, também, que os profissionais de nível superior têm um rendimento superior maior do que a média do mercado de trabalho, porém, esse diferencial reduziu-se ao longo do período estudado.

O profissional de nível superior sofreu impacto nas atividades desenvolvidas, pois ainda que “empregados” representem a maior proporção dessa categoria, houve no período analisado diminuição

deles e crescimento da proporção dos que trabalham por conta própria. Em relação ao total do país, diminuiu de 78% (1980) para 71% (2018); no Brasil Metropolitano, de 81,5% (1980) para 72% (2018); e no Brasil Não Metropolitano, de 73% (1980) para 70% em 2018. Em sentido contrário, ocorreu expansão de profissionais de nível superior por conta própria, tendência que foi mais intensa nas regiões metropolitanas do que nas não metropolitanas – locais estes onde tais profissionais de nível superior por conta própria já correspondiam a 26,2% em 1980, enquanto nas metropolitanas correspondiam a 17,5%.

Assistiu-se, ainda, a uma significativa ampliação da escolaridade desses profissionais, que “verticalizaram” sua formação por meio de cursos de pós-graduação e, assim, inflacionaram suas credenciais educacionais (RIBEIRO, 2012). Isso fez aumentar o percentual de pós-graduados em aproximadamente dez vezes no período analisado. Em 1980, eram somente 3,1% profissionais de nível superior que tinham pós-graduação no Brasil. Em 2018, esse valor chegou a 29,7%. No Brasil Metropolitano, eram 3,3% em 1980, ampliando para 31% em 2018, ao passo que, no Brasil Não Metropolitano, subiu de 2,9% (1980) para 28% (2018).

Importante refletir sobre as desigualdades salariais entre homens e mulheres, que também caracterizam os profissionais de nível superior, pois se observa uma profunda distinção dos trabalhadores em relação ao sexo. Mulheres profissionais de nível superior têm menor nível de remuneração do que os homens. Em 1980, elas recebiam 55,5% e os homens 120% dos rendimentos médios do país, condição que se mantém para os homens no período, mas que se alterou para as mulheres, cujos rendimentos, em 2018, passaram a ser 83% dos médios do país. As desigualdades ocorrem praticamente nos mesmos índices, tanto no Brasil Metropolitano como no Brasil Não Metropolitano, não havendo diferenças territoriais.

Ressalta-se, por fim, que, apesar de reduzida, a desigualdade salarial entre mulheres e homens é uma constante presente em qualquer escala de análise no Brasil. No período abordado, houve aumento da remuneração das mulheres, que passaram a ocupar postos de trabalho mais bem remunerados; contudo, isso não impactou nos históricos índices salariais superiores dos homens.

Ana Lúcia Rodrigues é professora do Departamento de Ciências Sociais e dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e em Políticas Públicas da Universidade Estadual de Maringá; coordenadora do Observatório das Metrôpoles-Núcleo UEM/Maringá. Contato: alrodrigues1962@gmail.com.

Marina Silva da Cunha é professora do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá. Contato: mscunha@uem.br.

Carla Franciele Höring é estatística, pesquisadora do Observatório das Metrôpoles-Núcleo UEM/Maringá. Contato: estaticarla@gmail.com.

Luiz Donadon Leal é psicólogo, pesquisador do Observatório das Metrôpoles-Núcleo UEM/Maringá. Contato: ldleal@uem.br.

Samanta Elisa Martinelli é professora do Centro Universitário - Unicesumar. Contato: samantamartinelli@gmail.com.

Paulo Roberto de Souza é professor do Departamento de Direito Privado e Processual e do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual de Maringá. Contato: prsouza@uem.br.

Referências

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviço na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

AZEVEDO, M. C.; TONELLI, M. J.; SILVA, A. L. Contratos flexíveis de trabalho: diferentes perfis de trabalhadores qualificados brasileiros. **Revista de Administração – RAUSP**, v. 50, n. 3, pp. 277-291, 2015.

AZEVEDO, M. L. N. Transnacionalização e mercadorização da educação superior: examinando alguns efeitos colaterais do capitalismo acadêmico (sem riscos) no Brasil – a expansão privado-mercantil. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, v.1, n.1, pp. 86-102, jul./set. 2015.

BARBOSA, M. L. O. Para onde vai a classe média: um novo profissionalismo no Brasil? **Revista Sociologia**, Universidade de São Paulo, v. 10, n. 1, pp. 129-142, maio 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CHACON, J. M. T.; CALDERÓN, A. I. A expansão da educação superior privada no Brasil: do governo de FHC ao governo de Lula. **Revista Iberoamericana de Educación Superior (RIES)**, México, UNAM-IISUE/Universia, v. 6, n. 17,

pp. 78-100, 2015. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2007287215000372>. Acesso em 30 out. 2020.

CRONEMBERGER, I. H. G. M.; TEIXEIRA, S. M. O sistema de proteção social brasileiro, política de assistência social e a atenção à família. **Revista Pensando Família**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, dez. 2015.

CUNHA, L. A. **A universidade temporã**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

FILGUEIRAS, L. A natureza do atual padrão de desenvolvimento brasileiro e o processo de desindustrialização, **Relatório de Pesquisa**, Centro Celso Furtado, 2012. Disponível em: http://www.ie.ufu.br/sites/ie.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/Filgueiras_padrao%20de%20desenvolvimento%20brasileiro_0.pdf. Acesso em 18 de dezembro de 2019.

FILGUEIRAS, L. “O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico”. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. CLACSO. **Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales), agosto 2006. ISBN: 987-1183-56-9. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf>. Acesso em 18 dez. 2019.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Editora Loyola, 1996.

LAMEIRAS, M. A. P.; VASCONCELOS, L. S. A Evolução da população ocupada com nível superior no mercado de trabalho. **Repositório do Conhecimento do IPEA**, n. 41, 4º trimestre de 2018. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9275>. Acesso em 30 out. 2020.

LIMA, J. C.; OLIVEIRA, D. R. Trabalhadores digitais: as novas ocupações no trabalho informacional. **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, n. 1, jan./abr., 2017.

MARTINS, A. C. P. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira**, v. 17, pp. 04-06, 2002.

MATTOS, P. L. C. L. de. **As universidades e o Governo Federal**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1983.

MORAES, G. H.; WOLLINGER, P. R. A fragmentação de carreiras como estratégia de expansão da educação superior. **Revista Educação Pública**, v. 21, n. 47, pp. 549-568, set/dez. 2012.

NUNES, E.; CARVALHO, M. M. de. Ensino universitário, corporação e profissão: paradoxos e dilemas brasileiros. **Sociologias**, n. 17, pp. 190-215, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/n17/a08n17.pdf>. Acesso em 30 out. 2020.

OLIVEIRA, A. L. M. **Educação superior brasileira no início do século XXI: inclusão interrompida?** 2019. 304f. Tese (doutorado) – Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 2019.

POCHMANN, M. **Nova classe média?** O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

POLANYI, K. **A grande transformação:** as origens da nossa época. Tradução de Fanny Wrabel. 2ª edição. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

PRÉTECEILLE, E.; RIBEIRO, L. C. Q. Tendências da segregação social em metrópoles globais e desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 40, pp. 143-162, 1999.

REIS, M. C.; MACHADO, D. C. **Uma análise dos rendimentos do trabalho entre indivíduos com ensino superior no Brasil.** Brasília: Ipea, 2013. (Texto para discussão, n. 2110).

RIBEIRO, M. G. **Educação, estrutura social e segmentação residencial do território metropolitano:** análise das desigualdades de renda do trabalho em regiões metropolitanas do Brasil. 2012. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

SAMPAIO, H. **Ensino superior no Brasil:** o setor privado. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

SGUISSARDI, V. **Estudo diagnóstico da política de expansão da (e acesso à) educação superior no Brasil 2002-2012.** Edital n. 051/2014 SESu, PROJETO DE ORGANISMO INTERNACIONAL – OEI, PROJETO OEI/BRA/10/002. CNE: Brasília, 2015.

TEIXEIRA A. **O ensino superior no Brasil:** análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1969.

ZHANG, Z.; WU, X. “The growth of Chinese professionals: a new middle class in the making”. In: GUO, Y. **Handbook on Class and Social Stratification in China.** Edward Elgar Publishing, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1783.1/85933>.

Acesso em 30 out. 2020.

ANEXO I

TABELA A1: PROPORÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR COM CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018

PERFIL	BRASIL				BRASIL METROPOLITANO				BRASIL NÃO METROPOLITANO						
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
SEXO															
Feminino	91,3	95,2	58,6	82,3	85,3	91,7	95,1	62,6	82,5	85,0	90,8	95,4	53,8	81,9	85,7
Masculino	93,8	93,5	66,2	81,2	82,3	94,3	94,3	69,4	82,3	81,9	92,9	92,2	62,4	79,9	82,8
COR/RAÇA															
Branca	93,3	94,3	65,2	82,1	83,5	93,5	94,7	67,7	82,5	82,7	92,9	93,8	62,2	81,7	84,5
Preta	91,6	92,5	51,4	82,0	85,1	92,9	93,0	58,0	83,7	84,1	88,9	91,4	42,0	79,4	86,6
Amarela	94,1	96,2	75,8	83,3	87,6	94,6	97,0	77,1	84,1	90,3	92,6	94,4	72,7	82,0	80,0
Parda	91,0	93,3	49,7	80,0	84,4	93,2	94,4	56,9	81,6	84,8	88,6	92,1	42,7	78,0	84,0
Indígena	83,6	83,3	30,3	78,7	86,5	84,0	84,0	51,3	86,3	100,0	—	82,9	18,6	71,1	74,6
IDADE															
Até 24	86,7	91,8	46,8	75,5	76,5	87,7	92,6	52,5	77,0	76,3	85,5	90,7	40,9	74,1	76,7
25 a 34	93,8	94,7	66,3	83,0	83,7	94,0	95,3	70,5	84,1	84,0	93,5	93,9	61,2	81,8	83,3
35 a 44	95,1	95,8	67,1	83,8	88,1	95,5	96,3	69,7	84,3	87,2	94,4	95,2	63,8	83,2	89,2
45 a 54	94,0	94,3	64,9	84,1	86,9	94,6	95,0	67,4	84,2	87,1	92,7	93,2	61,8	83,9	86,6
55 a 64	90,7	88,4	54,0	79,5	83,4	91,6	89,0	56,6	79,8	80,8	88,7	87,3	50,5	79,1	87,2
Acima de 65	79,4	77,3	41,8	62,7	55,7	80,5	77,1	45,1	63,6	57,8	77,3	77,7	37,1	61,5	52,2
ESCOLARIDADE															
Graduação	93,6	94,4	69,3	84,1	83,1	93,5	94,7	70,7	84,4	83,1	93,9	94,0	67,4	83,6	83,0
Pós-graduação	93,6	95,4	74,1	87,7	88,5	94,0	95,8	74,1	87,3	85,9	93,0	94,5	74,0	88,2	92,8
Outros	91,2	92,3	55,2	75,6	69,3	93,7	93,6	58,6	76,7	68,8	88,5	90,9	52,1	74,5	69,8
Não aplicado	85,0	—	47,9	74,0	81,7	86,8	—	55,2	76,4	81,4	82,7	—	40,5	69,6	82,2
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO															
Empregado	95,6	96,6	70,4	95,8	95,7	95,8	96,9	73,2	96,2	95,9	95,1	96,1	66,6	95,3	95,5
Conta própria	85,3	74,3	50,8	56,4	58,8	84,9	74,0	54,2	55,2	56,1	85,8	74,7	47,3	57,6	61,8
Não remunerado	49,2	35,2	—	2,6	0,0	45,1	31,7	—	3,6	0,0	54,4	38,3	—	1,4	0,0
Sem declaração	63,6	—	—	—	—	62,4	—	—	—	—	65,7	—	—	—	—

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

ANEXO 2

TABELA A2. OCUPAÇÕES DE ACORDO COM OS MAIORES E OS MENORES RENDIMENTOS MÉDIOS SEGUNDO O SEXO E A COR/RAÇA DOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR NO BRASIL – 1980-2018

OCUPAÇÃO*	MASCULINO		FEMININO		MASCULINO		FEMININO									
	1980		1991		1980		1991									
	Branca	Negra Amarela Indígena	Branca	Negra Amarela Indígena	Branca	Negra Amarela Indígena	Branca	Negra Amarela Indígena								
Maiores rendimentos																
Magistrados	17.758	14.135	11.808	–	13.427	9.829	–	–	20.860	21.187	15.386	23.517	19.740	18.639	16.109	–
Engenheiros	13.454	10.744	12.444	–	8.051	7.030	10.198	–	8.990	7.389	9.595	6.442	5.919	4.309	5.532	–
Médicos	11.665	10.096	11.755	–	5.999	6.066	6.645	–	10.715	9.014	11.740	22.038	6.485	6.327	8.054	3.614
Procuradores, promotores e curadores públicos	13.025	8.342	12.786	–	8.857	8.037	4.712	–	15.867	13.812	21.216	–	12.213	12.385	12.229	5.879
Menores rendimentos																
Assistentes sociais	4.618	2.860	4.127	–	3.870	3.458	4.205	–	3.645	1.677	6.023	–	3.147	2.487	3.619	1.146
Agrimensores	4.554	3.400	6.616	–	2.535	1.814	–	–	3.382	2.331	5.074	1.029	2.353	2.503	–	–
Enfermeiros diplomados	4.280	4.088	4.070	–	4.520	4.045	5.024	–	4.280	4.088	4.070	–	4.520	4.045	5.024	–
Bibliotecários	3.321	1.945	–	–	3.223	1.855	4.341	–	2.785	1.827	5.144	–	3.019	1.958	3.128	–
Arquivologistas e museólogos	2.398	1.972	–	–	3.934	2.091	–	–	2.092	2.387	–	–	3.575	2.567	–	–

OCUPAÇÃO*	MASCULINO		FEMININO		MASCULINO		FEMININO	
	Branca	Negra Amarela Indígena	Branca	Negra Amarela Indígena	Branca	Negra Amarela Indígena	Branca	Negra Amarela Indígena
	2000							
Maiores rendimentos								
Promotores, defensores públicos e afins	17.312	13.518	7.595	20.925	15.076	15.807	18.884	5.146
Procuradores de empresas e autarquias	15.926	13.106	13.402	—	14.315	13.082	9.050	—
Médicos	11.856	9.852	12.036	8.629	7.924	7.328	8.470	8.182
Engenheiros de minas	10.952	5.096	9.877	—	6.458	388	—	—
Menores rendimentos								
Arquivologistas e museólogos	3.970	1.215	1.816	—	3.221	2.304	—	—
Nutricionistas	3.679	1.972	4.086	908	3.091	2.148	4.592	3.801
Assistentes sociais e economistas domésticos	2.426	1.667	3.668	2.077	3.011	2.263	4.561	2.171
Desenhistas industriais, escultores, pintores e afins	1.913	1.086	4.080	736	1.450	610	2.419	411

OCUPAÇÃO*	MASCULINO		FEMININO		MASCULINO		FEMININO										
	Branca		Negra		Branca		Negra										
	Amarela	Indígena	Amarela	Indígena	Amarela	Indígena	Amarela	Indígena									
2010		2018		2010		2018											
Maiores rendimentos																	
Médicos especialistas	13.616	11.094	22.462	5.821	9.379	7.031	10.260	5.276	14.789	11.255	17.981	—	10.542	7.539	46.525	—	
Médicos gerais	13.321	11.556	12.072	4.929	9.755	9.846	10.042	12.541	10.670	8.356	40.731	—	8.192	6.842	4.000	—	
Engenheiros químicos	10.034	7.946	8.529		7.362	5.346	9.683	15.542	7.113	11.243	—	—	5.145	—	—	—	
Advogados e juristas	7.956	6.236	8.329	7.281	6.292	4.886	6.120	6.584	6.680	4.752	10.435	38.000	4.981	4.420	7.111	—	
Menores rendimentos																	
Profissionais da saúde não classificados anteriormente	3.708	2.254	4.959		2.772	2.261	3.376	1.040	2.799	1.792	5.000	—	2.882	2.565	—	—	
Bibliotecários, documentaristas e afins	2.650	1.969	2.876	1.679	3.031	2.221	2.766	1.397	5.258	3.560	—	—	3.964	3.040	—	—	
Assistentes sociais	2.360	1.819	2.507	3.045	3.092	2.424	2.911	1.772	4.846	4.098	—	—	3.903	3.295	—	5.200	

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

*Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) Domiciliar para os anos de 1980 e 1991, CIBO Censo no ano de 2000 e Classificação de Ocupações para as Pesquisas Domiciliares (COD) para 2010 e 2018.

Professores: profissionalização e qualificação dos trabalhadores da educação

Claudia Monteiro Fernandes

Introdução

Este capítulo tem por objetivo analisar as características e as transformações recentes da categoria ocupacional dos professores no Brasil Metropolitano e no Brasil Não Metropolitano no período de 1980 a 2018. A categoria passou por mudanças importantes no período analisado, quando foram empenhados esforços para resgatar a importância social prévia atribuída a essa categoria abalada durante o regime militar no país. A partir da Constituição de 1988, mas, sobretudo, com a recomendação inscrita na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), revista em 1996, a formação e qualificação dos professores cresceu rapidamente. Desde então, todo um aparato de políticas públicas foi construído e progressivamente implementado no sentido de garantir a formação continuada dos professores no Sistema de Educação brasileiro em todos os níveis: Infantil, Fundamental, Médio e Superior.

Para esta investigação, foram utilizadas informações dos Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010 e da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua de 2018, todas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aqui compatibilizadas para permitir a comparação de características pessoais, ocupacionais e de rendimento dos professores. No cenário social contemporâneo, são muitas as desigualdades que marcam os trabalhadores brasileiros, ainda que tenham uma formação educacional equivalente entre si. As desigualdades estruturais de cor ou raça, sexo e classe, podem até ser amenizadas, mas não são

de todo superadas e, portanto, precisam ser evidenciadas para fins de análise, mesmo entre os profissionais mais escolarizados.

Percebe-se que a sociedade brasileira passou, no período analisado, por transformações paradigmáticas, desde a concretização do modelo industrial e urbano nos anos 1980, até a mudança do modelo industrial para o modelo da sociedade da informação vigente desde os anos 1990. O modelo da sociedade industrial não foi substituído pela sociedade da informação, mas incorporou complexidade e demandas por informação e tecnologia muito rapidamente, conduzindo à rápida redefinição no modo de vida das pessoas, na organização das instituições e nos processos produtivos. O papel do educador é visto como fundamental no sistema de produção capitalista e, sobretudo, na formação de cidadãos com condições de interpretar as transformações e criticar as desigualdades por elas impostas.

1. Configuração sócio-histórica da categoria de professores

Um dos principais intelectuais brasileiros, Florestan Fernandes (1920-1995), debruçou-se sobre o papel dos professores na transformação da sociedade brasileira contemporânea. Fernandes pensava a educação como um direito social a ser garantido, projeção da ciência aplicada pela consolidação democrática e, sobretudo, pela luta articulada da classe trabalhadora, na qual os professores têm papel fundamental. A formação política do professor e o seu trabalho na formação da autoconsciência e autoemancipação das classes populares são centrais para as transformações necessárias da sociedade brasileira. Fernandes defendia enfaticamente a educação pública como ponto fundamental para o desenrolar das demais conquistas no campo educacional em contraponto ao fortalecimento da ideia de mercantilização da educação.

A tradição cultural brasileira na educação (principalmente na universitária) é, segundo o autor, caracterizada por um elitismo cultural fechado, no qual o trabalho do professor está associado ao acesso ao conhecimento como forma de distinção das elites

econômicas, seja para formar lideranças políticas, seja para formar recursos humanos administrativos mais qualificados. Tradicionalmente, o acesso ao conhecimento crítico e de qualidade seria, portanto, excludente porque restrito às classes dominantes, e o sistema educacional voltado à reprodução destas. Logo, o professor era formado para reproduzir, sem muitas contestações, tal cultura excludente e, deste modo, transmitir a chamada “cultura letrada” sem maior interação crítica ou emancipadora na interação com os estudantes. Portanto, o papel original atribuído ao professor ficava restrito à garantia da continuidade da dominação cultural e política e sem inseri-lo num contexto formativo com interações democráticas na sociedade, mesmo que ele mesmo fizesse parte das camadas mais populares. Dito de outro modo, independentemente de ser de origem nobre ou plebeia, a formação do professor o qualificava para tornar-se um componente da elite ou um elemento de mediação da dominação política e cultural. Sua postura junto à comunidade escolar deveria ser autoritária, mecanizada e hierarquizada, o que o transformava num agente puro e simples de transmissão cultural (FERNANDES, 2019). Podemos afirmar que, mesmo nos dias de hoje, tal traço permanece imbuído em grande parte dos professores.

Fernandes (2019) menciona o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, de 1932, como um dos grandes momentos que fizeram suscitar a necessidade de se pensar a educação como forma de garantir a consolidação da República e o desenvolvimento do capitalismo no século XX. Ainda que tivesse apresentado ideais e valores para uma suposta “educação nova”, a proposta era a de reformar a ordem dominante até os limites das potencialidades de transformação dessa ordem. Contudo, a formação política do professor manteve-se frágil por não ter sido rompido o compromisso com a estrutura tradicional excludente e elitista da educação na ordem capitalista, fundamentalmente voltada para o mercado de trabalho. Segundo Fernandes (2019), o professor, o cientista e o pesquisador eram personagens construídos separadamente à figura do cidadão.

A atuação do professor-cidadão aconteceria em dois âmbitos: dentro da escola, como professor que tem plena consciência do seu importante papel como educador num país subdesenvolvido e de caráter exclusivista; e fora da escola, como cidadão. Ainda que não

negue a importância da educação para a inclusão qualificada no mundo do trabalho, o autor coloca a relevância da educação cidadã em primeiro lugar. Fernandes (2019, p. 69-70) discorre sobre esse assunto, afirmando que

o professor não pode estar alheio a esta dominação. Se ele quer mudança, tem que realizá-la nos dois níveis – dentro da escola e fora dela. Tem que fundir seu papel de educador ao seu papel de cidadão – e se for levado, por situações de interesse e por valores, a ser um conservador, um reformista ou um revolucionário, ele sempre estará fundindo os dois papéis (FERNANDES, 2019, pp. 69-70).

Até os dias atuais, muitos professores mantêm a sua atividade docente distante da sua atuação como cidadão, e, mais ainda, do compromisso com a transformação consciente da realidade na qual se insere, isto é, da realidade de seus estudantes e da comunidade em que vivem. Mesmo que tal compreensão possa ter um certo caráter “mais assistencial do que qualitativamente político” (p. 79), como pontua o autor, a ação dos professores para além dos conteúdos didáticos já é um posicionamento, ou seja, uma ruptura dentro dos limites possíveis. Especialmente no caso de nações periféricas como o Brasil, a profissão docente deve se apoiar em bases críticas e emancipatórias que reflitam as necessidades do povo. Ainda que uma nação periférica reproduza de forma competente as técnicas sociais, as instituições-chave ou o sistema de valores de uma determinada civilização dominante, ela não conseguirá importar para sua realidade os dinamismos pelos quais essas técnicas, instituições e valores se reproduzem, crescem e se transformam. Quando o professor é considerado um instrumento de dominação – tal qual o padre jesuíta dos primórdios durante a formação do sistema educacional brasileiro em sua relação com a população escrava –, ele nunca terá uma relação democrática com a sociedade. Nesses termos, a democracia será restrita a determinados grupos dominantes.

Para essa democracia restrita é dispensável uma cultura cívica e, quando existe alguma coisa parecida com uma cultura cívica, ela é acessível somente àqueles que fazem parte de uma minoria privilegiada, em termos de riqueza, em primeiro lugar, em

termos de poder, em segundo lugar, e em termos de saber, em terceiro lugar. Essas três coisas eram interdependentes e se interligavam (FERNANDES, 2019, p. 67).

A argumentação do papel “cívico” e emancipatório do professor atribuída por Florestan Fernandes pode ser inserida no campo dos estudos descoloniais de hoje. Trata-se das chamadas “Teorias descoloniais” da América Latina, que abordam temas como a colonialidade do poder, a colonialidade do ser e a colonialidade do saber (LANDER, 2005; QUIJANO, 2010; MIGNOLO, 2010; BERNARDINO-COSTA, 2018). Florestan Fernandes apoiou-se na proposta pedagógica de Paulo Freire (1921-1997), referência no debate educacional e descolonial, para quem a atuação do professor seria a de iniciar um processo de liberdade, buscando a transformação da sociedade por meio da luta política. A liberdade de pensar e construir um projeto de sociedade, especialmente para sociedades configuradas historicamente em processos coloniais e subalternos como a brasileira. Fernandes (2019, p. 74) ressalta o potencial dialético da pedagogia do oprimido de Freire como uma “pedagogia da desopressão, da liberação dos oprimidos”.

Paulo Freire elabora teoricamente sua proposta pedagógica relacionando-a à realidade de um país marcado pela desigualdade a partir de seu engajamento no movimento popular brasileiro, no qual os educadores têm um papel central. Freire considera a educação como prática de liberdade, que ultrapassa a afirmação de um movimento popular e com implicações sociais e políticas. Nessa concepção, o professor é um educador, ou seja, assume o papel de coordenador do diálogo com os educandos, respeitando sua liberdade e sua experiência. Ao defender que a educação deva ser uma prática de liberdade, assume e reconhece a opressão e a necessidade de engajamento político de educadores e educandos no sentido de libertá-los de tal opressão. Todo aprendizado encontra-se intimamente associado à tomada de consciência da situação real vivida pelo educando (WEFFORT, 1967).

Ainda que a pedagogia de Paulo Freire possa ser vinculada a determinado período histórico do Brasil, com a intensificação da urbanização e da industrialização do país, “avolumam-se as migrações para as grandes cidades, faz-se cada vez mais manifesta

a decadência da economia agrária, aparecem na política as classes populares urbanas, redefinem-se as alianças de classes ao nível do Estado conduzindo à crise das elites” (WEFFORT, 1967, p. 14). Mesmo assim, permanecem as desigualdades e o acesso restrito à educação pelas classes dominantes. Mesmo que a tarefa do educador tenha implicações políticas, Freire reconhece que a ação dele não substitui os demais atores políticos e, assim sendo, rejeita a panaceia de que a educação seria a solução para todos os problemas da sociedade brasileira, embora valorize o papel da educação e dos educadores no processo de tomada de consciência que será a base dessa transformação.

Portanto, seja para Freire, seja para Fernandes, o professor é um profissional indispensável para a transformação libertadora da sociedade brasileira. Sua atuação política deve resultar em engajamento consciente dentro e fora da escola.

O professor precisa se colocar na situação de um cidadão de uma sociedade capitalista subdesenvolvida com problemas especiais e, nesse quadro, reconhecer que tem um amplo conjunto de potencialidades, que só poderão ser dinamizadas se ele agir politicamente, se conjugar uma prática pedagógica eficiente a uma ação política da mesma qualidade (FERNANDES, 2019, pp. 78-79).

A politização da classe trabalhadora e dos oprimidos deve começar na escola, espaço de socialização da comunidade e do despertar da consciência do indivíduo e do coletivo nas dimensões políticas. Neste sentido, o professor atua como um mediador nesse espaço de abertura de horizontes intelectuais e de fortalecimento de relações coletivas voltadas para a transformação da sociedade. Mais ainda, Florestan Fernandes faz a defesa enfática do espaço escolar público como prioritário dentre os demais. Mesmo que a escola faça parte das instituições que garantem a reprodução das hierarquias e desigualdades da sociedade capitalista, em contrapartida, a escola pública, ao permitir o acesso e a permanência dos filhos das classes trabalhadoras e oprimidas, por sua contradição inerente, pode ser uma das principais ferramentas de autoemancipação dos “de baixo” se bem conduzidas para essa finalidade.

Por outro lado, a atuação profissional dos professores não se dá sem problemas, sobretudo com o desprestígio da profissão,

que reduz renda e um maior número de oportunidades para que estes ampliem seu capital cultural e, assim, se tornem “cidadãos ativos e exigentes”. A violência cotidiana na comunidade escolar e a dominação internacional (imperialista), que determina a ordenação jurídica do sistema educacional e impõe a lógica da mercadoria na educação, subestimam o ensino público e enaltecem o ensino privado. Portanto, não se espera do professor que ele tenha soluções para tais problemas, mas que disponha de “instrumentos intelectuais para ser crítico diante dessa realidade e, para nessa realidade, desenvolver uma nova prática que vá além da escola” (FERNANDES, 2019, p. 72).

Desde os anos 1950, a industrialização do Brasil trouxe consigo o crescimento das cidades e a conformação de uma classe trabalhadora assalariada urbana. Com essas transformações, embora os educadores tenham passado por um processo complexo e difícil de autorreconhecimento da sua condição de assalariados, foi desta maneira como se passaram a se ver mais próximos (ou parte) da classe trabalhadora. Esta, por sua vez, desde a época em que escreviam Florestan Fernandes e Paulo Freire, já vinha crescendo de modo organizado em torno de sindicatos. Isso também aconteceu entre os professores, que passaram a levar demandas da categoria a seus respectivos sindicatos de modo a conquistar peso e voz na sociedade civil, mesmo que essas demandas fossem características de uma “pequena burguesia” ou da classe média. Segundo Fernandes (2019), “o desnivelamento econômico, social e político criou a possibilidade de que o professor defina a sua humanidade em confronto com a tradição cultural e com a opressão política”.

De acordo com Oliveira (2010), no Brasil, os trabalhadores da educação têm se constituído historicamente enquanto categoria profissional nas últimas décadas. Essa construção acompanhou, de certa forma, a ampliação e democratização dos sistemas escolares em diferentes contextos nacionais. Em suas origens, os sujeitos que se ocupavam do ato de ensinar o faziam por vocação ou sacerdócio, ou, mesmo, faziam por absoluta falta de alternativa na sociedade – como é o caso de muitas mulheres que só eram socialmente aceitas fora do espaço doméstico se trabalhassem como professoras, secretárias ou enfermeiras. Com a industrialização e urbanização crescentes no Brasil, o magistério passou a constituir-

se como um ofício a ser profissionalizado graças a uma demanda que reivindicava a necessidade de reconhecimento social e valor econômico (redistribuição, no sentido utilizado por Fraser [2001]) da profissão. Assim, a luta pelo reconhecimento social e simbólico (intersubjetivo) da profissão docente foi acompanhada de uma perspectiva econômica e material, isto é, de melhor remuneração dos professores. De acordo com Oliveira (2010, p. 3),

a profissionalização do magistério pode ser compreendida como um processo de construção histórica que varia com o contexto socioeconômico a que está submetida, mas que, sobretudo, tem definido tipos de formação e especialização, de carreira e remuneração para um determinado grupo social que vem crescendo e consolidando-se.

Com a conformação da rede escolar pública, a profissionalização dos professores alocados aí passou a ser influenciada pelo estatuto funcional dos funcionários públicos, submetidos à maior controle e hierarquia rígida definidos nos marcos legais. Assim, a profissão docente deixou de ser vista como vocacional ou relacionada a uma “missão civilizatória”, tal como nos tempos da educação colonizadora dos jesuítas no Brasil¹. Mesmo nos dias de hoje, ainda se observa a representação social da figura do professor subordinada à imagem do sacerdócio, isto é, a algo mais vocacional do que profissional, sugerindo uma desqualificação do reconhecimento que os professores reivindicam enquanto categoria legitimamente profissional.

A urbanização, a partir dos anos 1930, e os estímulos à industrialização, principalmente a partir dos anos 1950, vieram com a certeza de que a educação precisaria dar conta de demandas muito diferentes das que existiam até o início do século XX. A tradicional

¹ Sobre isto, vale lembrar que os jesuítas faziam parte de uma ordem religiosa católica chamada Companhia de Jesus, criada com o objetivo de disseminar a fé católica pelo mundo. Estavam subordinados a um regime de privações que os preparavam para vivência em locais distantes e adaptação às mais adversas condições em nome da disseminação da “cultura mais elevada em relação à dos povos selvagens”. Eles chegaram por aqui em 1549 com o propósito de cristianizar as populações indígenas presentes no território. Logo, foi sob essa perspectiva como se formaram as primeiras instituições de ensino no Brasil colonial. Todo acesso ao conhecimento laico da época era controlado pela Igreja Católica e com o apoio do Estado.

sala de aula – modelo educacional herdado da educação jesuíta no Brasil – passou a adotar o modelo das organizações hierárquicas das fábricas no século XIX e das rotinas padronizadas fordistas de produção e reprodução de conhecimento, e formação da mão de obra moderna.

Além disso, os estudos sobre a profissão docente são oriundos basicamente de duas vertentes. Uma primeira poderia ser descrita como aquela que se situa na tradição pedagógica humanista, enfatizando um conjunto de competências e capacidades, realçando essencialmente a dimensão técnica da ação pedagógica e incorporando rotinas fordistas à prática docente. Uma segunda vertente traz uma perspectiva sociológica da profissão e, principalmente, seu papel na divisão social do trabalho.

Na vertente sociológica, destaca-se, por um lado, a abordagem das relações de trabalho com as análises sobre a proletarianização, a desvalorização e a desqualificação do trabalho docente, associadas ao crescimento da mercantilização da educação (educação bancária e privada). Nessa abordagem, o professor perde cada vez mais o controle sobre o seu processo de trabalho, sobretudo a partir do crescimento do uso de tecnologias informacionais-digitais. Num primeiro momento, essas transformações na morfologia do trabalho docente foram vistas como uma ameaça à profissão em si, como se o professor fosse logo vir a ser substituído pela máquina, pelo ensino a distância, pela inteligência artificial etc.

Contudo, à medida que as tecnologias foram sendo incorporadas nos processos educacionais, o que se percebeu foi a intensificação e a multiplicação de tarefas e de processos de trabalho atribuídos aos professores e que, anteriormente, estavam restritos ao ambiente escolar ou ao aparato burocrático das instituições de ensino. Desse modo, professores passaram a estar muito mais tempo disponíveis para estabelecer contatos diretos com seus educandos, exercendo atividades remotas de planejamento, administrativas e organizacionais das instituições de ensino nas quais atuam. Embora seja uma clara tendência de intensificação dos níveis de precarização e informalidade para os professores (que, em tese, não possuem a formação e as competências específicas para lidar com essas tecnologias e processos), ao mesmo tempo, e contraditoriamente, vê-se uma

tendência de “intelectualização” do trabalho com o crescimento da formação continuada e em nível superior dos professores sendo exigências praticamente indispensáveis, mesmo em áreas de conhecimento menos especializadas (ANTUNES, 2018).

Ainda sobre essa contradição, as exigências de formação continuada seguem tanto o ideal de profissionalização dos professores como a valorização da educação escolar e dos centros de formação universitários como meios de obtenção do licenciamento para o exercício da profissão docente e na outorga de diplomas e licenças profissionais reconhecidas e regulamentadas (DURHAM, 1998).

Em dezembro de 1996, foi aprovada a chamada “Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” (LDB) após 35 anos de vigência da primeira LDB, o que assinalou um momento de transição significativa para a educação brasileira. Essa nova LDB, sancionada como Lei n. 9.394/96 e apelidada de “Lei Darcy Ribeiro”, após amplos debates entre diferentes representantes da sociedade (Câmara Federal, Governo, partidos políticos, associações educacionais, educadores, empresários etc.), assumiu a proposta de política educacional elaborada pelo professor homenageado cujo nome estampa o “apelido” da lei. As mudanças ocorreram em meio a disputas entre a esfera pública e a esfera privada, e num momento no qual havia forte influência de uma política neoliberal dominante que se impunha globalmente com pretensões de chegar a conduzir e controlar o trabalho pedagógico na sala de aula. As orientações dessa política neoliberal valorizavam a busca da qualidade (total) no sentido de formar cidadãos eficientes e competitivos no mercado de trabalho, tornando-os líderes, cidadãos produtivos, rentáveis e empreendedores. Sob essa influência, o sistema educacional passou a incorporar a lógica racionalizada e submetida a monitoramento e a avaliações padronizados. O cidadão formado sob tais diretrizes – anunciava-se – teria maiores chances de empregabilidade e, igualmente, seria um consumidor consciente (OCDE, 2006; CARVALHO, 1998).

As mudanças das diretrizes e bases da educação tiveram efeitos positivos e negativos. No que diz respeito à formação de professores, especificamente na rede pública, a LDB explicita os princípios constitucionais de valorização dos profissionais do ensino,

garantindo, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurando regime único para todas as instituições mantidas pela União. As normas orientadoras estimulam a formação de professores pelos Institutos Superiores de Educação (Institutos e Universidades Federais, principalmente, mas também em outras instituições de ensino superior tais como faculdades integradas, faculdades isoladas e centros universitários). No seu artigo de número 62, a LDB estabelece que “a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior” (BRASIL, 1996) e, em decorrência disto, foi estipulada a meta ambiciosa de admitir na educação básica apenas professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço (CARVALHO, 1998, pp. 84-85).

Nem sempre essa formação se deu com a qualidade desejada, induzindo, muitas vezes, a um crescimento desordenado e pouco avaliado de instituições de ensino superior e de formação em treinamento dos professores já atuantes na educação – principalmente na Educação Básica. Estas eram nada mais do que “simples” emissoras de diplomas e licenças regulamentadas e sem a formação crítica proposta por Freire ou Fernandes.

Pode-se afirmar que o estímulo à diplomação em nível superior teve duas consequências: um aumento na demanda por vagas nas universidades públicas e privadas – com o crescimento da educação como negócio – e na valorização profissional e da remuneração dos docentes cada vez mais qualificados. Contraditoriamente, o estímulo à educação privada e à mercantilização levou à saída de professores mais qualificados da rede pública para a rede privada (ANDRÉ, 2015), que tende a oferecer melhores salários e condições de trabalho, principalmente na Educação Básica. Isto ocorreu no sentido inverso à proposta indutora da LDB de melhoria na qualidade da educação pública do país. Mesmo assim, é a rede pública de educação que atende à maioria dos estudantes brasileiros.

Mesmo que a mudança na legislação tenha criado uma expectativa de mudança para melhoria da educação brasileira, houve um certo descrédito quanto ao poder da legislação em alterar a realidade. Saviani (1990) indica que, embora a legislação não tenha o poder de alterar por si só a realidade educacional, ela reflete uma

correlação de forças sociais que, para o caso aqui estudado, marcou o fim de um período autoritário na política educacional brasileira.

Logo, as mudanças rápidas e profundas que vêm acontecendo no século XXI se deram principalmente no campo do conhecimento científico e tecnológico, aprofundando desigualdades nas mais diferentes esferas, com redefinição no modo de vida das pessoas e na organização das instituições. No bojo disto, a educação escolar passou a ter um papel de mediação entre diferentes gerações e culturas, e, assim, espera-se que os professores assumam o protagonismo dessa intermediação (BORGES; CECÍLIO, 2018). No entanto, entre os próprios professores ainda persistem desigualdades marcantes, as quais serão caracterizadas nas próximas seções.

2. Caracterização sociodemográfica da categoria de professores

A categoria ocupacional de professores teve um crescimento significativo entre 1980 e 2018, respectivamente, passando do total de um milhão de ocupados – cerca de 2,6% do total de ocupados – para quatro milhões, o que representava 4,4% dos ocupados. O processo de profissionalização anteriormente mencionado, assim como as políticas de valorização nos anos 2000, foram importantes para induzir esse crescimento.

Os processos de profissionalização e qualificação que sucederam a recomendação da LDB de formação em nível superior e qualificação profissional foram acompanhados pela expansão da rede pública e privada de educação superior desde o início dos anos 2000. André (2015) apresenta um conjunto de iniciativas dos órgãos gestores das políticas de educação, no âmbito dos estados e municípios brasileiros, no sentido de valorização do trabalho docente como forma de criar condições para que estes sejam atraídos e desejem permanecer na profissão. São citados como fatores que estimulam a permanência de professores na profissão: a qualidade do relacionamento com estudantes e colegas; o reconhecimento e a valorização profissional; o apoio pelas lideranças escolares; e boas condições de trabalho e oportunidades para desenvolver suas

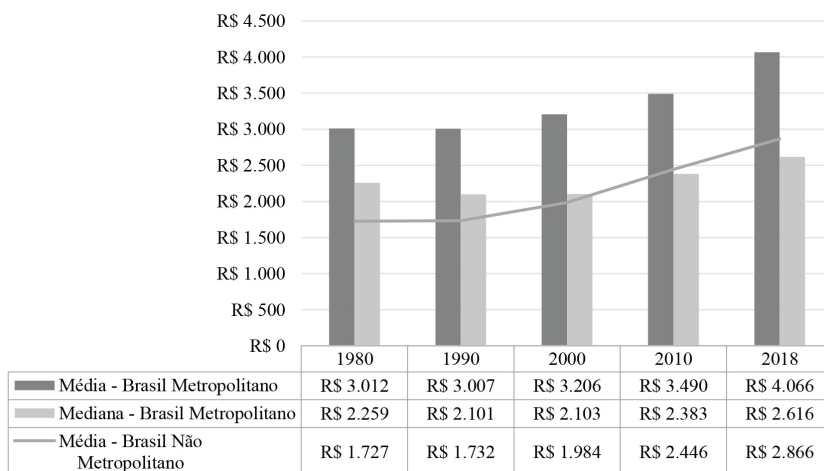
habilidades. Não se trata apenas da obtenção de um diploma e da formação continuada, mas de um conjunto de variáveis cada vez mais valorizadas para o exercício da profissionalização docente.

TABELA 1: POPULAÇÃO OCUPADA E PROFESSORES NO BRASIL (METROPOLITANO E BRASIL NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018

ANOS	POPULAÇÃO OCUPADA			PROFESSORES		
	TOTAL	BRASIL METROPOLITANO	BRASIL NÃO METROPOLITANO	TOTAL	BRASIL METROPOLITANO	BRASIL NÃO METROPOLITANO
1980	42.271.526	14.780.432	27.491.094	1.083.069	378.072	704.997
1991	55.293.313	19.260.927	36.032.386	1.830.643	616.889	1.213.754
2000	65.629.892	22.475.488	43.154.404	2.406.404	811.344	1.595.060
2010	86.353.839	30.361.509	55.992.330	3.401.503	1.164.724	2.236.779
2018	92.332.869	33.155.379	59.177.490	4.056.477	1.438.363	2.618.114

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

GRÁFICO 1: PERCENTUAL DOS PROFESSORES NO TOTAL DE OCUPADOS E TOTAL DE PROFESSORES EM NÚMEROS ABSOLUTOS – 1980-2018



FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Percebeu-se, também, um crescimento da proporção de professores no Brasil Não Metropolitano a partir de 2010, o que pode estar relacionado à ampliação da rede pública e privada de educação para fora dos grandes centros metropolitanos, onde era tradicionalmente concentrada. Até meados dos anos 1990,

era comum que jovens dos municípios do interior dos estados migrassem para as capitais e grandes centros urbanos para ter acesso ao Ensino Médio e, sobretudo, à Educação Superior, níveis de escolarização pouco presentes ou de baixa qualidade fora dos espaços mais urbanizados.

Em 1980, a proporção de professores era de 2,6% no total de ocupados no Brasil Metropolitano e no Brasil Não Metropolitano e, embora a diferença tenha crescido, ela se diferenciou muito entre os espaços metropolitanos e os espaços não metropolitanos. Conforme a Tabela 2, respectivamente, essa diferença passou a ser de 3,2% e 3,4% em 1991, 3,6% e 3,7% em 2000, 3,8% e 4% em 2010, e 4,3% e 4,4% em 2018; lembrando que o total de ocupados no Brasil Não Metropolitano é duas vezes maior do que o total de ocupados no Brasil Metropolitano em termos absolutos.

TABELA 2: TOTAL DE PROFESSORES E PERCENTUAL NO TOTAL DE OCUPADOS NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018 (EM %)

ANO	BRASIL		BRASIL METROPOLITANO		BRASIL NÃO METROPOLITANO	
	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
1980	1.083.069	2,6	378.072	2,6	704.997	2,6
1991	1.989.518	3,3	616.889	3,2	1.213.754	3,4
2000	2.406.404	3,7	811.344	3,6	1.595.060	3,7
2010	3.401.503	3,9	1.164.724	3,8	2.236.779	4,0
2018	4.056.477	4,4	1.438.363	4,3	2.618.114	4,4

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Corroborando com a definição tradicional de magistério como profissão predominantemente feminina, a maior parte dos professores é composta por mulheres: acima de 75% no Brasil Metropolitano e quase 80% no Brasil Não Metropolitano, com um pequeno aumento da presença masculina ao longo do tempo, principalmente nas metrópoles.

De acordo com Apple (1987), é fundamental compreender a profissão de educador tanto na perspectiva de classe, mas principalmente na perspectiva de gênero. Segundo o autor, em todas as categorias ocupacionais, as mulheres estão mais sujeitas ao processo de proletarização do que os homens. Em categorias ocupacionais cuja presença majoritária seja de mulheres, há uma

reprodução ainda mais perversa da precarização do mundo do trabalho no nosso século.

Nasociedademoderna,asmulheresassumemtradicionalmente as funções sociais de cuidado; primeiramente, assumem cuidados dentro de casa e, quando passam a sair do espaço doméstico para ingressar no mundo do trabalho, acumulam essas tarefas junto às atividades profissionais que passam a exercer, reproduzindo deste modo o seu “papel socialmente atribuído”. De acordo com Federici (2019), os trabalhos executados principalmente por mulheres são extensões da condição que lhes é atribuída de cuidadoras, tais como enfermeiras, empregadas domésticas, professoras, secretárias – isto é, todas as funções para as quais as mulheres foram treinadas para exercer dentro de casa. As desigualdades de gênero ficarão evidentes mais à frente, na análise das ocupações e dos rendimentos.

Apple (1987) já falava de como a hierarquia nas escolas evidenciava a estrutura patriarcal na constituição do trabalho docente. Para exemplificar essa estrutura em operação, o autor aponta a observação da tendência de as escolas e instituições de ensino serem organizadas em torno da liderança masculina nos espaços de coordenação e gestão e de atuação feminina restrita às salas de aula. Uma vez que o autor escreveu esse texto nos anos 1980, é importante salientar que essa naturalização da dominação masculina na casa e nos espaços de trabalho vem se reduzindo desde então: as professoras têm construído esferas de poder e controle e, assim, conquistando maior autonomia e reduzindo as distâncias de gênero, ainda que estas não tenham deixado de existir. Logo, acredita-se, neste trabalho, que analisar a posição no domicílio poderá trazer algumas evidências explicativas sobre essa mudança.

Em 1980, 44,3% dos professores eram cônjuges e 21,5% eram responsáveis pelos domicílios no Brasil Metropolitano, enquanto no Brasil Não Metropolitano a proporção de cônjuges era ainda maior (49,9%). Nessa década, a entrada das mulheres no mercado de trabalho estava crescendo rapidamente no Brasil e no mundo, e uma das formas mais comuns de inserção das mulheres com maior qualificação e escolarização era nas atividades de magistério e docência. A proporção de professoras

responsáveis por domicílios foi se elevando com o passar do tempo, seguindo uma tendência na sociedade brasileira de crescimento de domicílio que tinham mulheres como principais provedoras – pode-se arriscar a afirmação de que muitas destas exercem atividade docente. Em 2018, 45,6% das mulheres inscritas na categoria estavam na posição de responsável por seus domicílios no Brasil Metropolitano e 42,9% no Brasil Não Metropolitano. Nos anos 1980, a condição de professoras como “filhas” era significativa (27,1% no Brasil Metropolitano, acima da proporção de pessoas responsáveis de então), e foi caindo ao longo do tempo (16,9% em 2018), o que pode ser um resultado da maior exigência de qualificação formal e experiência (Tabela 3).

TABELA 3: DISTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018 (EM %)

CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS	BRASIL METROPOLITANO					BRASIL NÃO METROPOLITANO				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
SEXO										
Feminino	82,6	82,2	77,6	75,8	75,9	88,7	87,1	82,7	79,2	78,2
Masculino	17,4	17,8	22,4	24,2	24,1	11,3	12,9	17,3	20,8	21,8
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
COR/RAÇA										
Branca	79,0	69,9	68,2	60,7	54,9	71,2	63,7	64,3	56,6	51,3
Preta	2,1	3,2	5,2	7,8	10,7	1,7	2,2	3,7	5,8	8,5
Amarela	1,3	0,9	0,9	1,3	1,0	0,6	0,4	0,4	1,1	0,4
Parda	17,3	25,6	24,9	30,0	32,9	26,3	33,4	30,7	36,0	39,3
Indígena	–	0,1	0,2	0,2	0,4	–	0,1	0,4	0,5	0,5
TOTAL	99,7	99,7	99,4	100,0	99,9	99,8	99,8	99,5	100,0	100,0
GRUPOS ETÁRIOS										
Até 17 anos	1,1	1,6	1,4	0,7	0,2	1,9	1,5	1,1	0,7	0,3
18 a 24 anos	18,1	17,8	15,4	8,7	5,4	23,1	19,4	17,5	9,5	5,7
25 a 34 anos	41,9	33,2	31,4	28,1	22,8	42,0	37,4	34,4	30,7	22,8
35 a 49 anos	30,8	38,2	39,0	40,7	44,9	27,6	35,8	38,1	42,8	48,1
50 a 64 anos	7,1	8,3	11,9	19,1	23,7	4,8	5,5	8,5	15,3	21,4
65 anos ou mais	1,0	0,9	1,0	2,5	3,1	0,5	0,3	0,4	1,1	1,8
TOTAL	100,0	100,0	100,0	99,8	100,0	99,9	99,9	100,0	100,0	100,0

CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS	BRASIL METROPOLITANO					BRASIL NÃO METROPOLITANO				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
POSIÇÃO NO DOMICÍLIO										
Pessoa responsável	21,5	24,9	30,4	38,5	45,6	13,8	18,1	23,8	35,9	42,9
Cônjuge/ Companheiro(a)	44,3	41,4	36,3	33,4	32,8	49,9	50,2	45,5	39,0	36,5
Filho ou enteado	27,1	27,8	27,7	20,9	16,9	30,3	26,5	25,9	19,3	16,5
Outro parente	5,5	4,9	4,7	6,3	4,2	4,7	4,3	4,1	5,0	3,5
Outros	1,6	1,0	0,9	0,9	0,5	1,4	0,9	0,7	0,8	0,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
ESCOLARIDADE										
Fundamental, Médio ou equivalente	66,2	58,0	69,7	33,7	16,5	82,7	73,7	56,6	35,0	14,8
Superior Completo	33,8	42,0	30,3	57,1	53,6	17,3	26,3	43,4	59,9	50,3
<i>Especialização de nível superior</i>	—	—	—	—	18,0	—	—	—	—	27,5
<i>Mestrado</i>	—	—	—	5,7	6,4	—	—	—	3,3	4,2
<i>Doutorado</i>	—	—	—	3,6	5,5	—	—	—	1,9	3,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	90,8	70,1	100,0	100,0	100,0	94,9	65,1

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018). Nota: Nesta tabela, os totais que não somarem 100% é porque não apresentaram percentuais de informações ignoradas ou não declaradas.

No que diz respeito à cor ou raça dos professores, havia uma expressiva maioria de brancos na década de 1980, representando um momento quando muitas mulheres com maior escolaridade entraram no mercado de trabalho ocupando posições de maior prestígio entre as possibilidades existentes até então para elas. Por outro lado, os professores homens eram maioria em ocupações com nível de escolaridade mais elevado. Naquela década, nada menos do que 79% dos professores eram brancos no Brasil Metropolitano e 71,2% no Brasil Não Metropolitano.

A presença de pessoas pretas e pardas cresceu principalmente a partir de 2010. Trata-se do resultado de uma ampliação da escolarização formal para camadas mais pobres e pretas da sociedade brasileira e do surgimento e consolidação de políticas de ação afirmativas de ingresso no mercado de trabalho² e na Educação

² Lei nº 12.990 de 2014, que reserva aos negros (pretos e pardos) 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos

Superior³. Professores negros tiveram ampliação nas oportunidades de formação em nível superior, seja para concorrerem a uma posição em instituições públicas do sistema educacional brasileiro, seja para romperem uma barreira histórica de ingresso em universidades públicas federais. Em 2018, a soma de pretos e pardos representava 43,6% dos professores no Brasil Metropolitano e 47,8% no Brasil Não Metropolitano, aproximando-se do perfil racial médio da população.

Estima-se que os professores tenham idade mais elevada quando a experiência e o tempo de formação se combinam. Neste sentido, a maioria está concentrada na faixa dos 25 aos 49 anos de idade, sendo que em 2018 eram 44,9% na faixa de 35 a 49 anos no Brasil Metropolitano e 48,1% no Brasil Não Metropolitano. De acordo com a tendência de envelhecimento da população, houve um crescimento na participação em faixas etárias mais avançadas em 2018, com a proporção de 23,7% na faixa de 50 a 64 anos no Brasil Metropolitano.

Ao analisarmos a escolarização, fica comprovado o crescimento significativo de professores com ensino superior completo, que chegou a 83,5% no Brasil Metropolitano em 2018. Em 2010 e 2018, a ampliação da base de dados permitiu detalhar a informação sobre pós-graduação e percebeu-se o crescimento de professores com mestrado ou doutorado, principalmente no Brasil Metropolitano. Podemos concluir que existe uma hierarquização com o posicionamento privilegiado dos professores de formação mais avançada no Brasil Metropolitano

públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União, com impacto na rede pública de ensino.

³ Algumas universidades públicas já vinham, desde o início dos anos 2000, desenvolvendo políticas próprias de ações afirmativas para ingresso de estudantes. O grande passo para a política de ações afirmativas se consolidar de vez foi dado em 2012 quando o Governo Federal aprovou a chamada Lei de Cotas (Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012). Ela obrigou as universidades, institutos e centros federais a reservarem 50% das vagas oferecidas em seus processos seletivos a candidatos oriundos da rede pública, priorizando pretos e pardos de acordo com o perfil demográfico local. Em 2005, o PROUNI - Programa Universidade Para Todos (Lei nº 11.096/2005) promoveu o acesso às universidades particulares brasileiras para estudantes de baixa renda que tivessem estudado o ensino médio exclusivamente em escola pública, ou como bolsista integral em escola particular, com financiamento governamental.

(inclusive com maiores rendimentos, como veremos mais à frente na análise das ocupações).

3. Condições ocupacionais dos professores

Os professores são, principalmente, empregados com carteira de trabalho assinada, passando progressivamente à posição de funcionários públicos. Há um pequeno crescimento da proporção dos empregados sem carteira e dos trabalhadores por conta-própria, mas a intensidade da precarização não é tão forte quanto em outras categorias profissionais analisadas. A profissionalização da categoria, assim como a democratização e ampliação da educação formal (e, mesmo, ações afirmativas nos concursos públicos, tornando a docência uma oportunidade de ascensão), podem ser explicações para essa relativa manutenção da qualidade na posição ocupacional dos professores.

Entre os empregados, conforme mostra a Tabela 4, há uma maior formalização com 34,7% tendo carteira de trabalho assinada no Brasil Metropolitano e 21,1% no Brasil Não Metropolitano em 2018. Os funcionários públicos passaram de 36,8% em 1991 para 40,6% em 2018 no Brasil Metropolitano; e de 47,4% para 52,4% no Brasil Não Metropolitano. Isto reafirma que tais posições na ocupação confirmam uma melhor qualidade na contratação e estabilidade no emprego desses trabalhadores em relação a outras categorias ocupacionais brasileiras.

Um percentual pequeno, mas não desprezível, estava na posição de trabalhador por conta própria (8,3% no Brasil Metropolitano e 4,5% no Brasil Não Metropolitano em 2018), que podem representar professores com contratos mais precários, como “pessoas jurídicas”. Fazem parte do chamado processo de “pejotização” que cresceu em outras categorias ocupacionais e que foi um fenômeno marcante na precarização da atividade docente em instituições privadas a partir dos anos 1990 no Brasil⁴.

⁴Sobre o processo de “pejotização”, e outros como “uberização” e “teletrabalho” como parte da precarização recente e crescente do mundo do trabalho, ver Antunes (2018).

TABELA 4: DISTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES, SEGUNDO AS CONDIÇÕES OCUPACIONAIS NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018 (EM %)

CONDIÇÕES OCUPACIONAIS	BRASIL METROPOLITANO					BRASIL NÃO METROPOLITANO				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO										
Empregado	93,5	56,0	59,1	61,3	51,1	96,2	49,4	55,8	56,2	43,1
<i>Com carteira</i>	–	47,9	43,1	48,8	34,7	–	45,0	37,6	38,3	21,1
<i>Sem carteira</i>	–	8,1	15,9	12,5	16,4	–	4,4	18,2	18,2	22,0
Militares e funcionários públicos estatutários	–	36,8	30,0	29,2	40,6	–	47,4	38,5	37,8	52,4
Conta própria	5,0	7,0	10,1	9,2	8,3	2,3	3,0	5,2	5,5	4,5
Aprendiz ou estagiário sem remuneração	0,6	0,3	0,8	0,4	–	0,4	0,2	0,5	0,2	–
Total	99,1	100,0	100,0	100,0	100,0	98,9	100,0	100,0	99,7	100,0
JORNADA DE TRABALHO										
Menos de 15 horas	–	4,8	7,4	9,8	5,1	–	3,2	5,2	6,7	4,7
De 15 a 29 horas	7,2	39,8	35,2	21,1	21,9	4,9	46,5	45,1	31,7	33,9
De 30 a 39 horas	44,5	12,8	15,1	13,5	16,0	48,5	10,0	11,7	10,9	14,6
De 40 a 48 horas	13,9	37,5	35,1	48,5	53,7	15,4	36,9	33,1	45,0	44,3
De 49 horas e mais	27,0	5,1	7,1	7,1	3,4	25,1	3,5	4,9	5,6	2,5
Total	92,6	100,0	99,9	100,0	100	93,9	100,0	100,0	99,9	100,0
CONTRIBUIÇÃO PARA PREVIDÊNCIA										
Contribuinte	89,2	79,2	80,3	85,3	86,3	87,1	78,1	83,8	85,7	90,0
Não contribuinte	9,7	19,6	19,7	14,7	13,7	11,3	20,7	16,2	14,3	10,0
Total	98,9	98,8	100,0	100,0	100,0	98,4	98,8	100,0	100,0	100,0
NÚMERO DE TRABALHOS										
1 trabalho	90,3	89,4	84,5	83,0	88,3	92,9	90,2	87,2	83,5	83,9
2 trabalhos ou mais	7,7	10,6	15,5	17,0	11,7	6,0	9,8	12,8	16,5	16,1
Total	98	100,0	100,0	100,0	100,0	98,9	100,0	100,0	100,0	100,0
TEMPO DE VÍNCULO NA OCUPAÇÃO										
Menos de 1 mês	–	–	–	–	0,8	–	–	–	–	1,4
De 1 mês a menos de 1 ano	–	–	–	–	11,3	–	–	–	–	13,6
De 1 ano a menos de 2 anos	–	–	–	–	6,7	–	–	–	–	6,6
2 anos ou mais	–	–	–	–	81,2	–	–	–	–	78,5
Total	–	–	–	–	100,0	–	–	–	–	100,0

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018). Nota: Nesta tabela, os totais que não somarem 100% é porque não apresentaram percentuais de informações ignoradas ou não declaradas.

As jornadas estão concentradas na faixa das 40-48 horas semanais (53,7% no Brasil Metropolitano e 44,3% no Brasil Não Metropolitano em 2018). A segunda maior concentração está na faixa de 15 a 29 horas semanais (21,1% no Brasil Metropolitano e 33,9% no Brasil Não Metropolitano, em 2018). A profissão docente é uma das que permite uma jornada de trabalho mais reduzida, o que é muito importante para as mulheres – maioria na categoria – que, via de regra, precisam se equilibrar nos papéis de responsáveis por seus domicílios, muitas das vezes, cuidando de crianças e idosos em duplas e triplas jornadas (não contabilizadas nas pesquisas oficiais).

Outros elementos que caracterizam a qualidade da ocupação dos professores são a contribuição para instituto de previdência, que cresceu em todos os períodos, mantendo-se em patamar elevado (86,3%, em 2018, no Brasil Metropolitano); uma elevada proporção de professores tem apenas um trabalho e dois anos ou mais de tempo de vínculo na ocupação.

4. Rendimentos dos professores

Os rendimentos do trabalho dos professores ficaram na faixa intermediária, entre R\$ 2 mil e R\$ 5 mil, em praticamente todos os períodos analisados. Há uma estabilidade maior no Brasil Metropolitano nessa faixa, com certo crescimento, enquanto no Brasil Não Metropolitano os rendimentos oscilam com tendência a manter-se em faixas menores. No Brasil Metropolitano, a proporção dos que ganham acima de R\$ 10 mil é duas vezes maior do que no Brasil Não Metropolitano.

Os rendimentos médios dos professores são maiores do que os rendimentos médios dos ocupados como um todo nos períodos analisados, com crescimento mais significativo nos anos de 2010 e 2018. São também mais elevados os rendimentos médios no Brasil Metropolitano, que mantém estabilidade em 1980 e 1991 e crescem a partir de então. As distâncias entre médias e medianas de rendimentos são elevadas e crescem a partir de 2010, o que denota desigualdades significativas de rendimentos dentro da categoria, o que ficará mais claro ao observarmos as diferentes ocupações. Em 2018, o rendimento médio ficou mais distante da

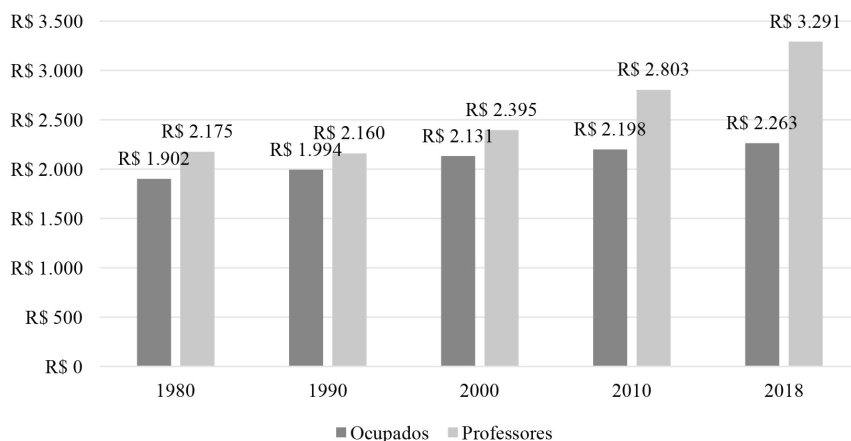
mediana, indicando maior heterogeneidade entre os rendimentos recebidos pelos professores nesse ano e aumento das desigualdades de rendimentos em relação aos períodos anteriores.

TABELA 5: DISTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES SEGUNDO FAIXAS DE RENDIMENTO NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018 (EM %)

FAIXAS DE RENDIMENTO	BRASIL METROPOLITANO					BRASIL NÃO METROPOLITANO				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
Até R\$ 1.500	34,5	37,4	34,8	27,8	19,3	62,6	62,1	55,2	38,8	26,0
Acima de R\$ 1.500 até R\$ 2.000	9,6	11,1	10,3	13,7	13,5	8,2	9,8	11,4	16,0	15,0
Acima de R\$ 2.000 até R\$ 3.000	22,5	19,1	18,6	19,3	21,3	14,0	13,3	16,0	20,4	26,2
Acima de R\$ 3.000 até R\$ 5.000	16,7	17,3	18,5	19,4	22,9	9,5	9,9	11,1	15,7	21,6
Acima de R\$ 5.000 até R\$ 10.000	13,5	11,3	12,6	14,2	16,7	4,7	3,8	4,6	7,1	8,8
Acima de R\$ 10.000	3,2	3,8	5,2	5,5	6,2	0,9	1,1	1,7	2,0	2,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

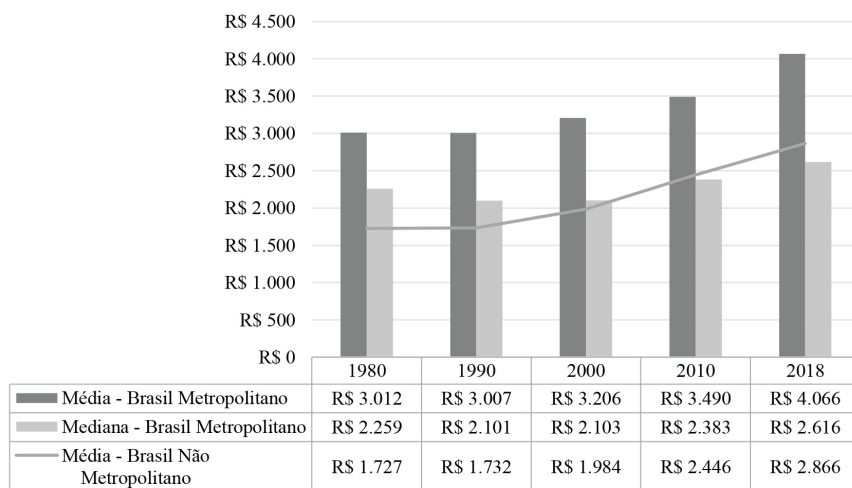
FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018). Em valores corrigidos para BRL (R\$) de dezembro de 2019.

GRÁFICO 2: RENDIMENTO MÉDIO DE OCUPADOS E DOS PROFESSORES NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018



FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018). Em valores corrigidos para BRL (R\$) de dezembro de 2019.

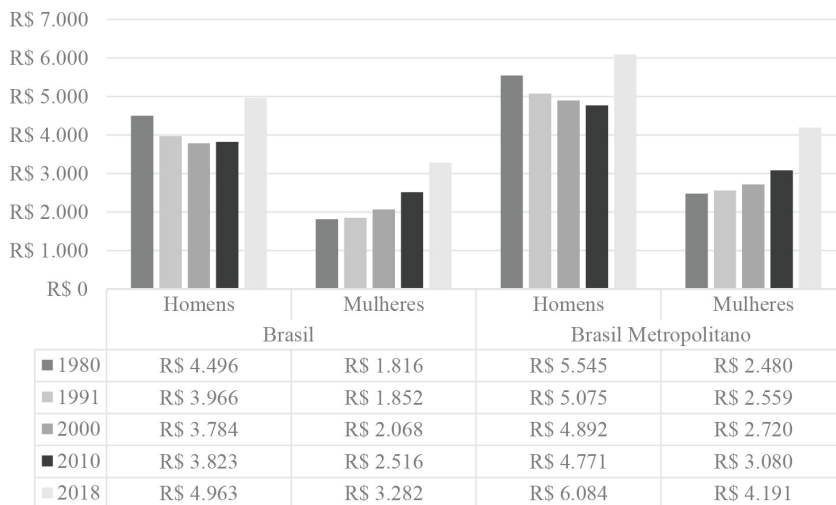
GRÁFICO 3: RENDIMENTO MÉDIO E MEDIANO DOS PROFESSORES NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018



fonte: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018). Em valores corrigidos para BRL (R\$) de dezembro de 2019.

Um dos marcadores das desigualdades dentro da categoria é o sexo. Sendo uma categoria profissional com maioria feminina, é importante analisar as diferenças de rendimentos entre homens e mulheres como *proxy* das desigualdades de gênero entre professores. Uma primeira aproximação foi analisar as médias de rendimentos para a categoria como um todo. As mulheres recebem costumeiramente menos do que os homens em todos os períodos analisados (Gráfico 4).

GRÁFICO 4: RENDIMENTO MÉDIO DOS PROFESSORES SEGUNDO O SEXO NO BRASIL (TOTAL) E BRASIL METROPOLITANO – 1980-2018



FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018). Em valores corrigidos para BRL (R\$) de dezembro de 2019.

No Brasil Metropolitano, embora os rendimentos médios sejam mais elevados, mesmo assim as mulheres recebiam 66,1% da média recebida pelos homens em 2018. Essa distância vem se reduzindo – era de 40,4% em 1980 –, mas em ritmo bem mais lento do que o desejado pelos movimentos de professoras. A média de rendimentos das mulheres no Brasil Metropolitano é maior do que a do total de ocupadas no Brasil como um todo. Apenas no ano de 2018, o rendimento médio das professoras no Brasil Metropolitano ultrapassou os R\$ 4 mil, ficando sempre abaixo desse valor nos anos analisados. Por sua vez, os rendimentos médios masculinos sempre ficaram acima desse valor. Para os homens, o rendimento médio nacional para o total de ocupados ficou em R\$ 4.963, enquanto no Brasil Metropolitano passou de R\$ 6 mil em 2018.

TABELA 6: RENDIMENTOS MÉDIOS E MEDIANAS DOS PROFESSORES E VARIACÃO PERCENTUAL DAS MÉDIAS NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018 (EM R\$)

BRASIL METROPOLITANO	1980		1991		1980-91		2000		91-2000		2010		2000-10		2018		2010-18		
	Média	Mediana	Média	Mediana	%	Média	Mediana	%	Média	Mediana	%	Média	Mediana	%	Média	Mediana	%	Média	Mediana
RM Belém	1.923	939	2.670	1.480	38,9	2.584	1.628	-3,2	3.180	2.212	23,1	3.759	2.930	18,2	3.759	2.930	18,2	3.759	2.930
RM Belo Horizonte	2.472	1.477	2.499	1.571	1,1	3.234	2.035	29,4	3.295	2.042	1,9	2.879	2.093	-12,6	2.879	2.093	-12,6	2.879	2.093
RM Brasília	4.142	2.955	5.000	3.653	20,7	4.213	3.392	-15,7	5.297	4.255	25,7	4.651	3.714	-12,2	4.651	3.714	-12,2	4.651	3.714
RM Curitiba	2.272	1.390	2.777	1.863	22,2	3.150	2.120	13,4	3.385	2.553	7,5	3.865	2.930	14,2	3.865	2.930	14,2	3.865	2.930
RM Fortaleza	1.771	876	1.698	913	-4,1	2.160	1.153	27,2	2.599	1.736	20,3	3.437	2.616	32,3	3.437	2.616	32,3	3.437	2.616
RM Goiânia	1.986	1.124	2.310	1.461	16,3	2.714	1.662	17,5	3.262	2.297	20,2	3.757	3.139	15,2	3.757	3.139	15,2	3.757	3.139
RM Manaus	2.636	1.912	2.825	2.192	7,2	2.404	1.527	-14,9	3.624	2.042	50,8	2.766	2.236	-23,7	2.766	2.236	-23,7	2.766	2.236
RM Porto Alegre	2.705	1.912	3.038	2.192	12,3	3.250	2.103	7,0	4.145	2.553	27,6	3.807	2.616	-8,2	3.807	2.616	-8,2	3.807	2.616
RM Recife	2.268	1.217	2.210	1.461	-2,5	2.139	1.255	-3,2	2.452	1.702	14,6	3.001	2.093	22,4	3.001	2.093	22,4	3.001	2.093
RM Salvador	2.332	1.443	2.062	1.187	-11,6	2.221	1.357	7,7	2.915	1.736	31,2	3.776	2.616	29,5	3.776	2.616	29,5	3.776	2.616
RM São Paulo	3.719	2.781	3.776	2.740	1,5	3.886	3.019	2,9	3.609	2.553	-7,1	4.944	2.720	37,0	4.944	2.720	37,0	4.944	2.720
RM Rio de Janeiro	3.277	2.520	2.786	1.827	-15,0	3.167	2.035	13,7	3.437	2.042	8,5	3.909	2.616	13,7	3.909	2.616	13,7	3.909	2.616
BRASIL NÃO METROPOLITANO	Média	Mediana	Média	Mediana	%	Média	Mediana	%	Média	Mediana	%	Média	Mediana	%	Média	Mediana	%	Média	Mediana
RM Baixada Santista	3.016	2.607	3.073	2.375	1,9	3.145	2.714	2,3	3.047	2.553	-3,1	—	—	—	—	—	—	—	—
RM Grande Vitória	2.164	1.564	2.473	1.735	14,3	2.518	1.696	1,8	3.447	2.604	36,9	—	—	—	—	—	—	—	—
RM Campina Grande	1.740	554	1.497	621	-14,0	1.719	950	14,8	2.438	1.361	41,8	—	—	—	—	—	—	—	—
RM João Pessoa	2.547	1.182	1.859	682	-27,0	2.198	1.221	18,2	2.970	1.702	35,1	—	—	—	—	—	—	—	—
RM Maringá	1.960	1.217	1.643	1.249	-16,1	2.711	1.696	64,9	3.259	2.212	20,2	—	—	—	—	—	—	—	—
RM Natal	2.233	1.043	2.217	1.079	-0,7	2.090	1.153	-5,8	2.846	1.736	36,2	—	—	—	—	—	—	—	—
Outros Municípios	1.691	1.059	1.705	1.109	0,8	1.956	1.357	14,7	2.407	1.736	23,1	—	—	—	—	—	—	—	—

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018). Em valores corrigidos para BRL (R\$) de dezembro de 2019.

As desigualdades de rendimentos entre as diferentes Regiões Metropolitanas podem ser analisadas na Tabela 6. Reproduzindo a estrutura média das ocupações em geral, os professores possuem melhores remunerações nas regiões metropolitanas de São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro. Na região metropolitana de Brasília, mesmo a mediana é mais elevada do que nas demais, o que significa que as remunerações são menos desiguais dentro da categoria do que nas demais regiões metropolitanas. Comparando o ano de 1991 com o de 1980, a categoria teve redução em seus rendimentos médios em quatro regiões metropolitanas: Rio de Janeiro (-15%), Salvador (-11,6%), Fortaleza (-4,1%) e Recife (-2,5%); nas demais regiões metropolitanas, houve crescimento no valor médio dos rendimentos. Na década seguinte, outras quatro regiões metropolitanas tiveram redução no rendimento médio dos professores: Brasília (-15,7%), Manaus (-14,9%), Belém e Recife (ambas com -3,2%). Entre 2010 e 2000, apenas a região metropolitana de São Paulo teve variação negativa (-7,15). Comparando o ano de 2018 com o de 2010, houve redução na média de rendimentos nas regiões metropolitanas de Manaus (-23,7%), Belo Horizonte (-12,6%) e Brasília (-12,2%).

Podemos afirmar, portanto, que a categoria profissional dos professores teve, em geral, ganhos de rendimentos desde 1980 até 2018, com perdas relativas em algumas regiões metropolitanas, mas, muitas das vezes, compensadas por ganhos em períodos subsequentes. Isso pode indicar uma capacidade da categoria profissional de negociar ganhos salariais, mantendo a trajetória de ganhos médios observada nos gráficos anteriores. A caracterização da categoria enquanto profissão formal, em regime de servidores públicos e, podemos afirmar, sua organização sindical e em associações mais consolidadas, são fatores que influenciam positivamente nos ganhos salariais ao longo do tempo.

5. Desigualdades entre diferentes ocupações de professores

Existe uma clara hierarquização interna na categoria de professores e que pode ser analisada na Tabela 7 a seguir. Tanto em 2010 como em 2018, a ocupação com maior número de profissionais

era a de professores do ensino fundamental (43,4% e 36,5%). A ocupação de professores do ensino médio cresceu de 13,4% em 2010 para 18,6% em 2018, enquanto a de professores do ensino pré-escolar caiu de 18,6% em 2010 para 16,3% em 2018. É, portanto, na educação básica onde está a maior parte dos professores, tanto no Brasil Metropolitano como no Brasil Não Metropolitano.

No Brasil Metropolitano, há um crescimento na participação dos professores de universidade e do ensino superior (de 8,4% em 2010 para 9,7% em 2018), dos professores de formação profissional (de 1,9% para 3,7%) e dos professores de idiomas (1,4% para 2,6%).

TABELA 7: DISTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES SEGUNDO A OCUPAÇÃO NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 2010-2018 (EM %)

OCUPAÇÕES	2010			2018		
	TOTAL	METRO- POLI- TANO	NÃO ME- TROPOLI- TANO	TOTAL	METRO- POLITA- NO	NÃO ME- TROPOLI- TANO
Professores de universidades e do ensino superior	6,5	8,4	5,5	8,3	9,7	7,5
Professores de formação profissional	1,5	1,9	1,3	2,4	3,7	1,7
Professores do ensino médio	13,4	15,5	12,3	18,6	20,0	17,9
Professores do ensino fundamental	43,4	37,7	46,3	36,5	29,1	40,6
Professores do ensino pré-escolar	18,6	17,0	19,5	16,3	16,6	16,2
Especialistas em métodos pedagógicos	8,8	10,0	8,2	7,5	8,0	7,2
Educadores para necessidades especiais	0,6	0,4	0,7	0,7	0,6	0,7
Outros professores de idiomas	0,9	1,4	0,7	1,6	2,6	1
Outros professores de música	1,0	1,1	0,9	1,4	1,8	1,2
Outros professores de artes	1,6	2,0	1,3	1,2	1,5	1,1
Instrutores em tecnologias da informação	1,1	1,1	1,2	0,3	0,2	0,3
Profissionais de ensino não classificados anteriormente	2,5	3,5	2,0	5,1	6,2	4,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE – Censo Demográfico (2010) e PNAD Contínua (2018).

É interessante pontuar uma ocupação relevante e que pode representar um grupo dentro da categoria que tem por função a coordenação e o controle do trabalho docente: a dos especialistas em métodos pedagógicos. Esse grupo cumpre, por um lado, um importante papel no planejamento e na coordenação pedagógica das escolas e, por outro, são intermediários entre a gestão escolar, o Estado e os professores. Eles passam a concentrar conhecimentos mais profundos sobre conteúdos e metodologias, que nem sempre são compartilhados com os professores que atuam com mais autonomia nas salas de aula, fragmentando a autonomia da categoria (BASSO, 1998). Tendem a receber rendimentos médios um pouco maiores do que os dos professores “de sala de aula” da educação básica e a existência desses profissionais passou a fazer parte da estrutura de controle dos educadores brasileiros em nome de uma busca pela qualidade na educação.

TABELA 8: RENDIMENTOS MÉDIOS DOS PROFESSORES SEGUNDO A OCUPAÇÃO POR SEXO - 2010-2018 (EM R\$)

OCUPAÇÕES	2010			2018		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Professores de universidades e do ensino superior	7.800	9.208	6.608	8.260	9.281	7.246
Professores de formação profissional	3.510	4.133	2.788	8.727	2.849	15.323
Professores do ensino médio	3.231	3.554	3.103	3.775	4.118	3.575
Professores do ensino fundamental	2.338	2.778	2.245	3.225	5.277	2.860
Professores do ensino pré-escolar	2.072	3.036	1.918	2.356	2.678	2.346
Especialistas em métodos pedagógicos	2.949	3.365	2.863	4.315	4.225	4.329
Educadores para necessidades especiais	2.587	2.569	2.589	2.836	1.966	2.915
Outros professores de idiomas	2.670	3.174	2.436	2.369	2.629	2.171
Outros professores de música	2.084	1.952	2.300	1.754	1.543	2.078
Outros professores de artes	2.018	2.255	1.933	1.401	1.756	1.295
Instrutores em tecnologias da informação	1.703	1.748	1.615	1.329	1.312	1.368
Profissionais de ensino não classificados anteriormente	1.473	2.045	1.291	1.426	2.574	1.060
RENDIMENTO MÉDIO TOTAL*	2.803	3.823	2.516	3.663	4.963	3.282

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018). Em valores corrigidos para BRL (R\$) de dezembro de 2019. Nota* - Apenas para os professores que informaram ocupação.

Os professores de universidade e da educação superior recebem rendimentos médios acima dos demais e os homens recebem, em geral, mais do que as mulheres. Elas são maioria entre os professores do ensino fundamental e pré-escolar, e os homens são maioria entre os professores do ensino médio. Entre os professores de universidades e do ensino superior, os homens também são maioria. Quanto mais elevado o nível na estrutura educacional, maior a presença de homens e mais elevados são os rendimentos médios. Vale lembrar que, em ocupações que representam menos de 2% do total de ocupados, é grande a variância no cálculo das médias de rendimentos. Logo, devem ser analisados com cautela os rendimentos médios de professores da formação profissional e instrutores em tecnologia da informação.

Considerações finais

Apesar de apresentar alguns elementos como uma crescente desigualdade de rendimentos e uma segmentação quanto à jornada de trabalho, entre mulheres e homens e entre empregados e funcionários públicos, mantemos a afirmação de que as condições de trabalho e rendimento dos professores é relativamente melhor que as da maioria das categorias ocupacionais brasileiras (com uma tendência geral de melhorias nos períodos comparados).

Neste sentido, e concordando com Basso (1998), existem particularidades na natureza do trabalho docente, que é caracterizada por uma certa autonomia e pela importância da formação continuada do professor para a prática pedagógica. Ainda que alguns autores (como Apple [1987]) discutam a tese da “proletarização” do trabalho do professor, essa argumentação está fundada na transferência direta do processo de trabalho fabril para o sistema educacional ou para o processo de trabalho escolar, e num contexto no qual a especialização e desqualificação do trabalho do operário não se dá da mesma forma nem intensidade no trabalho dos professores. Mesmo que o crescimento da educação privada e da “racionalização” também estejam presentes no trabalho do professor, esse profissional mantém maior autonomia para escolher metodologias, fazer seleção de conteúdos e de atividades

pedagógicas mais adequadas a seus alunos segundo o interesse ou suas necessidades e dificuldades. Essa autonomia, garantida pela própria particularidade do trabalho docente, indica que os professores podem dificultar as ações de especialistas, do Estado etc. com pretensão de controle de seu trabalho (BASSO, 1998, p. 4).

Isto pode ser uma proteção contra a precarização do trabalho que acomete a maior parte dos ocupados desde os anos 1990. Logo, concordando com Basso (1998), não é apenas a melhoria na formação dos professores que garante uma melhor inserção e melhores condições de trabalho e renda, mas a própria natureza da profissão docente. Entendendo, é claro, que existem diferentes graus de autonomia e melhores ou piores condições de trabalho no interior da categoria e dentro de sua diversidade.

Claudia Monteiro Fernandes é economista, doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia e pesquisadora do Núcleo Salvador do INCT Observa-tório das Metrôpoles e do Programa A Cor da Bahia (FFCH/UFBA). Contato: clau-dia.monteiro.ufba@gmail.com.

Referências

ANDRÉ, Marli. Políticas de valorização do trabalho docente no Brasil: algumas questões. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 86, pp. 213-230, jan./mar. 2015.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

APPLE, Michael W. Relações de classe e de gênero e modificações no processo do trabalho docente. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 60, pp. 3-14, fev. 1987.

BASSO, Itacy Salgado. Significado e sentido do trabalho docente. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 19, n. 44, Apr. 1998.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade, Atlântico Negro e intelectuais negros brasileiros: em busca de um diálogo horizontal. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 33, n. 1, janeiro/abril 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v33n1/0102-6992-se-33-01-117.pdf>. Acesso em 08 ago. 2018.

BORGES, Elisabete; CECÍLIO, Sálua. O trabalho docente no Brasil [década de 1950 aos dias atuais]: a precarização no contexto de (re)democratização. **Holos**, ano 34, v. 05, 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9394, 20 de dezembro de 1996. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

CARVALHO, Djalma P. de. A Nova Lei de Diretrizes e Bases e a formação de professores para a educação básica. **Ciência & educação**, Bauru, v. 5, n. 2, pp. 81-90, 1998.

DURHAM, Eunice. O ensino superior na América Latina: tradições e tendências. **Revista Novos Estudos**, São Paulo, n. 51, jul. 1998.

FEDERICI, Sílvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FERNANDES, Florestan. **A formação política e o trabalho do professor**. Marília: Lutas anticapital, 2019. 89p.

FRASER, Nancy. “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista”. In: SOUZA, Jessé (org.) **Democracia hoje**: Novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Ed. UnB, 2001.

LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar>. Acesso em 15 ago. 2016.

MIGNOLO, Walter. **Desobediência Epistêmica**: Retórica de la Modernidad, Lógica de la Colonialidad y Gramática de la Descolonialidad. Buenos Aires: Del Signo, 2010.

OLIVEIRA, Dalila A. Os trabalhadores da educação e a construção política da profissão docente no Brasil. **Educar em revista**, Curitiba, especial 1, pp. 17-35, 2010.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Professores são importantes**: Atraindo, desenvolvendo e retendo professores eficazes. São Paulo: Moderna, 2006. (Relatório de Pesquisa).

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder e classificação social”. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 84-130.

SAVIANI, Demerval. A Nova Lei de Diretrizes e Bases. **Pro-Posições**, Campinas, n. 1, pp. 7-13, mar. 1990.

Profissionais de Segurança Pública e Forças Armadas

Pablo Lira

Antonio Ricardo Freislebem da Rocha

Latussa Laranja Monteiro

Introdução

Este capítulo tem por objetivo analisar o segmento ocupacional de segurança pública e forças armadas¹ no período entre 1980 e 2018, buscando compreender as transformações observadas nesse subgrupo e contribuir com a identificação dos mecanismos que influenciam as mudanças da estrutura social brasileira. Foram utilizadas as informações dos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, de 1980 a 2010) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua (IBGE, 2018) para evidenciar as características socioeconômicas desses profissionais nos recortes do [1] Brasil Metropolitano e [2] Brasil Não Metropolitano. Cabe ressaltar que a participação desse grupo é relativamente pequena no total de ocupados, o que torna a análise por Regiões Metropolitanas não recomendável tendo em vista a significância estatística.

Não obstante a pequena participação, a segurança pública é caracterizada como um dos maiores desafios para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. São cerca de 60 mil homicídios registrados a cada ano no país. Os assassinatos representam um dos níveis mais extremos da criminalidade violenta. Para além dos homicídios, outros tipos de violências demandam a atuação de agências de segurança pública.

Tais agências são compostas por grupos de recursos humanos que podem ser analisados na perspectiva das categorias da Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) e da Classificação de

¹ Doravante designado apenas por segurança pública para fins de simplificação.

Ocupação Domiciliar (COD). Nos Censos Demográficos do IBGE de 1980 e 1991, o grupo ocupacional de segurança pública era conformado por:

- Oficiais das Forças Armadas;
- Praças das Forças Armadas;
- Oficiais e praças do Corpo de Bombeiros;
- Delegados e comissários de polícia;
- Investigadores de polícia;
- Guardas civis e inspetores de trânsito;
- Carcereiros e guardas de presídio; e
- Datiloscopistas.

Em 2000, o Censo possibilitou organizar o grupo ocupacional de segurança pública com as seguintes categorias:

- Militares da aeronáutica;
- Militares do exército;
- Militares da marinha;
- Coronéis, tenentes-coronéis e majores da polícia militar;
- Capitães da polícia militar;
- Tenentes da polícia militar;
- Praças especiais da polícia militar;
- Subtenentes e sargentos da polícia militar;
- Cabos e soldados da polícia militar;
- Coronéis, tenentes-coronéis e majores do corpo de bombeiro militar;
- Capitães do corpo de bombeiro militar;
- Tenentes do corpo de bombeiro militar;
- Praças especiais do corpo de bombeiro militar;
- Subtenentes e sargentos do corpo de bombeiro militar;
- Cabos e soldados do corpo de bombeiro militar;
- Inspetores de polícia e detetives;
- Policiais e guardas de trânsito; e
- Delegados de polícia.

Nos dados do Censo de 2010 e da PNAD Contínua (2018), as categorias do grupo ocupacional de segurança pública ficaram organizadas da seguinte forma:

- Oficiais das forças armadas;
- Graduados e praças das forças armadas;
- Oficiais de polícia militar;
- Graduados e praças da polícia militar;
- Oficiais do corpo de bombeiro militar;
- Graduados e praças do corpo de bombeiros militar;
- Inspetores de polícia e detetives; e
- Policiais.

De 1991 a 2000, ocorreram alterações nos itens que compuseram o grupo ocupacional da segurança pública. Por exemplo, as ocupações de carcereiros e guardas de presídio deixaram de ser explicitadas. Entre os Censos 2000 e 2010 (além da PNAD Contínua de 2018), ocorreram mudanças nas nomenclaturas das ocupações. Foi procedida uma espécie de agrupamento que sintetizou o grupo de ocupações de segurança pública, embora não tenha sido identificada a supressão ou acréscimo de itens.

Além desta Introdução, o presente capítulo apresenta outras três partes. A seção 1 contextualiza a trajetória das ocupações de segurança no Brasil e pormenoriza algumas características dos órgãos que abrigam os profissionais de segurança. A seção 2 faz uma análise dos dados, buscando identificar tendências e movimentos de maior relevância, bem como verificar a diferença entre os ocupados na categoria comparativamente ao total de ocupações. Por fim, as Considerações Finais organizam os principais resultados desta análise.

1. Constituição social e histórica das ocupações de segurança pública e forças armadas no Brasil

Para além da composição do grupo de ocupações de segurança pública, alvo nas próximas seções das análises de dados deste texto, cabe também tecermos algumas ponderações sobre o grupo

de ocupações de segurança pública na perspectiva estabelecida pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). O advento da “Constituição Cidadã” consolidou a passagem do regime militar à redemocratização brasileira.

No artigo 144 da Constituição de 1988, a segurança pública se insere como “*dever do Estado*, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (grifo nosso). Por mais de dez anos, de maneira geral, o entendimento sobre o referido artigo se reduziu unicamente à compreensão de “Estado” como unidade da federação e sua suposta exclusividade na responsabilidade sobre a segurança pública. O “Estado” explicitado nesse capítulo do texto constitucional se refere ao conjunto de instâncias que legitimam a soberania e território nacionais. Os incisos I e II do mencionado artigo corroboram essa perspectiva ao listarem, respectivamente, a polícia federal e polícia rodoviária federal como instituições responsáveis por exercer a segurança pública. Além destas, também são listadas as polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares (BRASIL, 1988, artigo 144, incisos IV e V). Por meio da Emenda Constitucional nº 104/2019, o inciso VI complementa o conteúdo do artigo 144 no que tange à explicitação das polícias penais federal, estadual e distrital enquanto órgãos de segurança pública. Mais adiante, neste capítulo, serão detalhadas as principais funções dessas e outras agências de segurança pública.

Ao longo da década de 1990, o conteúdo essencial que constrói o artigo 144 foi praticamente negligenciado, como se existisse um grande bloqueio impedindo conceber a segurança pública como “direito e responsabilidade de todos”. Essa interpretação contribuiu para a construção social reducionista de que a “segurança pública é um problema de polícia”. Tal lógica se perpetuou ao longo da década de 1990, na virada do século e, até hoje, mantém seus resquícios no entendimento popular brasileiro.

De forma mais preocupante, existe ainda o discurso de que a agenda de direitos civis, sociais e humanos propugnada nas cláusulas pétreas da Constituição de 1988 seria um impeditivo da eficiência policial. Lima (2018) contrapõe tal entendimento ao destacar que a legislação infraconstitucional (isto é, as leis que

regulam o funcionamento das polícias e do sistema de justiça criminal) é anterior à Constituição Federal de 1988. Elas formam uma verdadeira “colcha de retalhos”, o que prejudica a efetividade das ações das polícias e das políticas de segurança pública e justiça criminal (idem).

Para ilustrar isso, o referido autor salienta que a lei que rege os inquéritos das Polícias Cíveis e Federal é de 1871, ou seja, uma norma legal da época do Brasil império. As leis que regulam a atividade de polícia judiciária e o fluxo do sistema de justiça criminal são dos anos de 1940 (Código Penal) e 1941 (Código de Processo Penal). A lei que organiza as Polícias Militares no Brasil data de 1983. A Lei de Execuções Penais (LEP), que regulamenta o cumprimento de penas, é de 1984. Para Lima (2018, s. p.),

a Constituição de 1988 mudou pouco a forma de atuação das nossas instituições policiais e do sistema de justiça criminal e não pode ser responsabilizada pelas ineficiências e inequidades de um modelo muito mais antigo. Ela pode ser criticada por não inovar e por herdar os vícios e falhas do passado. Mas, a bem da verdade, o Brasil tem pecado na segurança pública faz muitas décadas. Vários são os capítulos e artigos da Constituição que precisam ser regulamentados e várias são as leis que precisariam ser modernizadas à luz do texto constitucional. Mas, ao contrário desta importante missão, os nossos congressistas optam por fomentar a legislação do pânico e atuar por espasmos, sem planejamento e/ou um projeto claro de nação.

De acordo com Cerqueira (2014), por conta da ineficácia de um aparelho de segurança pública e justiça criminal despreparado para prevenir e controlar os problemas relativos à criminalidade violenta (que se mostrou predominantemente concentrada nos ambientes urbanos e metropolitanos), a sociedade reagiu recorrendo e fazendo prosperar a indústria de segurança privada e a indústria de arma de fogo, especialmente ao longo da década de 1990.

A partir dos anos 2000, uma espécie de ciclo virtuoso teve início com a diminuição da desigualdade socioeconômica propiciada com o aumento da renda e emprego, assim como através da expansão das despesas em segurança pública

implementada pelos entes federados, implicando na elevação das taxas de encarceramento, de condenação a penas alternativas e de contratação de policiais. Segundo Cerqueira (2014), a combinação desses fatores contribuiu para que as taxas de homicídios diminuíssem em 11 estados. Considerando que mais de 70% dos homicídios brasileiros são cometidos mediante o uso de armas de fogo, outro aspecto que contribuiu para a redução das taxas de crimes violentos foi o Estatuto do Desarmamento², uma lei nacional de controle e restrição ao acesso e uso de armas de fogo instituída em 2003. “O grande problema observado no período refere-se ao aumento do consumo de drogas psicoativas proibidas, em particular do *crack*, que ensejou o crescimento de mercados ilícitos” (CERQUEIRA, 2014, p. 17).

Nesse cenário em que ainda prevalece a “colcha de retalhos” formada pela legislação infraconstitucional (e que rege o funcionamento das agências de segurança pública e o sistema de justiça criminal), o artigo 144 da Constituição pondera que a segurança pública é exercida através dos seguintes órgãos: polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis, polícias militares, corpo de bombeiros militar e polícias penais. O marco constitucional estabelece que a polícia federal, a polícia rodoviária federal e a polícia ferroviária federal sejam organizadas e mantidas pela União.

A Polícia Federal (PF) apresenta a designação de apurar infrações penais contra a ordem política e social ou que atentem ou gerem danos a bens, serviços e interesses da União, assim como outros delitos que tenham desdobramentos interestadual ou internacional e demandem repressão uniforme. Também cabe à polícia federal atuar na prevenção e repressão do tráfico de drogas ilícitas, exercer as funções de polícia judiciária da União, de polícia marítima, aeroportuária e de fronteira. É organizada nas carreiras de delegado, perito, escrivão, agente, papiloscopista e servidor administrativo. De acordo com os anuários do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em 2014, a PF contava com 1.690 delegados, 1.090 peritos, 1.779 escrivães, 6.203 agentes,

² Cf. Lei nº 10.826/2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências.

514 papiloscopista e 2.350 servidores administrativos, totalizando 13.626 profissionais.

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) tem a função de patrulhamento ostensivo das rodovias federais. Essa agência possui um quadro organizacional menos subdividido, sendo composto por policial rodoviário federal e servidor administrativo. Em 2014, a PRF era composta por 10.042 policiais e 567 servidores administrativos, o que resultava em 10.609 profissionais (FBSP, 2014). De forma semelhante, à polícia ferroviária federal cabe o patrulhamento ostensivo das ferrovias federais. Em tese, essa seria a função dessa agência, porém ela encontra-se em processo de extinção.

Na instância das unidades da federação (UF), as polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares constituem as principais agências de segurança pública. As Polícias Civis (PCs) possuem a incumbência relativa às funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais. Sua estrutura organizacional é formada pelas carreiras de delegado, investigador, escrivão, perito, agente, dentre outras. Devido às diferenças estaduais das divisões das carreiras, o anuário do FBSP trabalha as estatísticas sobre os efetivos das PCs com duas categorias. Seguindo essa classificação, em 2014, as PCs no Brasil eram compostas por aproximadamente 12 mil delegados e 105 mil não delegados, totalizando cerca de 117 mil profissionais (FBSP, 2014).

As Polícias Militares (PMs) são responsáveis pelo policiamento ostensivo e pela preservação da ordem pública. Aos Corpos de Bombeiros Militares (CBMs), cabem as atribuições de prevenção e controle de incêndios, de atendimento de ocorrências emergências e de defesa civil. As PMs e os CBMs são considerados forças auxiliares e reserva do Exército, apesar de estarem subordinados aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. Os quadros organizacionais das PMs e CBMs são divididos entre os oficiais (coronel, tenente coronel, major, capitão e tenente) e praças (subtenente, sargento, cabo e soldado).

De acordo com o anuário do FBSP, em 2014, existiam 29 mil oficiais, 370 mil praças, três mil aspirantes a oficiais, cadetes e alunos-oficiais e oito mil alunos soldados nas PMs, o que resultava em 410 mil militares. Os quadros dos CBMs eram compostos por mais de cinco mil oficiais, 45 mil praças, 700 aspirantes a oficiais,

cadetes e alunos-oficiais e 1.200 alunos soldados, totalizando cerca de 52 mil profissionais.

A partir do texto constitucional, é especificado que as polícias penais, vinculadas ao sistema penal da unidade federativa a que pertencem, apresentam a incumbência da segurança das unidades penais. Segundo o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), em 2016, o Brasil contava com aproximadamente 78 mil servidores (agente penitenciário, agente de cadeia pública, inspetor penitenciário, dentre outros) voltados à atividade de custódia de internos. Ainda atuando nos sistemas prisionais brasileiros, existiam nove mil servidores atuando em cargos administrativos e 18 mil profissionais que atuavam nas áreas da saúde, educação, psicologia, assistência social e outros campos. Esses dados indicam que o país contava com 105 mil profissionais em atividade nos sistemas prisionais (DEPEN, 2016).

Retomando a análise do artigo 144 da Constituição de 1988, constata-se que o seu parágrafo 8º explicita que os municípios podem constituir guardas municipais com o propósito de garantir a proteção de seus bens, serviços e instalações. Em 2014, existiam em atividade 96 mil guardas municipais.

Considerando os profissionais da polícia federal, polícia rodoviária federal, polícias civis, polícias militares, corpos de bombeiros militares, polícias penais e guardas municipais, o quadro da segurança pública conta com um contingente de aproximadamente 902 mil servidores.

Nessa conta, não estão considerados os efetivos da força nacional e das forças armadas (exército, marinha e aeronáutica)³. A força nacional é composta predominantemente por profissionais das polícias militar e civil. As forças armadas destinam-se à defesa da pátria e à garantia dos poderes constitucionais, conforme estabelecido pelo artigo 142 da Constituição de 1988. Excepcionalmente, elas atuam na segurança pública quando há o esgotamento das polícias em graves ocasiões de perturbação da ordem, como as operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO),

³ A organização e hierarquia das forças armadas espelham os quadros das polícias militares e corpos de bombeiros militares. Uma diferença digna de nota é que, acima do posto de coronel, existem as patentes de general no exército, almirante na marinha e brigadeiro na aeronáutica.

quando as forças armadas assumem o poder da segurança pública até o restabelecimento da normalidade. Na crise de fevereiro de 2017, o Estado do Espírito Santo foi alvo de uma operação de GLO; já o Rio de Janeiro sofreu uma intervenção federal em sua segurança pública entre fevereiro e dezembro de 2018. Em ambos os casos, as forças armadas desempenharam funções inerentes às agências de segurança pública.

2. Características do setor da segurança pública

Esta seção apresenta a análise dos dados das ocupações em segurança pública presentes nos Censos Demográficos do IBGE de 1980, 1991, 2000 e 2010 e na PNAD Contínua de 2018. O objetivo foi identificar as tendências e os movimentos de maior relevância, bem como verificar a diferença entre os ocupados nessa categoria comparativamente ao total de ocupações nos recortes considerados.

Como explicitado anteriormente, adotou-se o recorte territorial de Brasil Metropolitano, composto pelas regiões metropolitanas de São Paulo; Rio de Janeiro; Brasília; Manaus; Belém; Fortaleza; Recife; Salvador; Belo Horizonte; Curitiba; Goiânia e Porto Alegre (IBGE, 2008), e de Brasil Não Metropolitano, composto pelos demais municípios brasileiros, incluindo as demais seis regiões metropolitanas que compõem a rede do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) Observatório das Metrôpoles, quais sejam: Natal; Campina Grande; João Pessoa; Baixada Santista; Vitória; e Maringá.

A Tabela 1 mostra a distribuição das ocupações totais e das ocupações em segurança pública nas metrôpoles e no restante do país. O número de ocupações em segurança pública em 1980 representou 1,2% do total de ocupações totais no mercado de trabalho; essa participação foi mantida com exceção de 2010, quando reduziu para 0,8%. Em 2018, voltou ao patamar anterior, atingindo 1,2%.

Os resultados mostram as diferenças na participação relativa, que é maior nas regiões metropolitanas do que no restante do país. Enquanto no Brasil Metropolitano a participação varia de 1,9% em

1980 a 1,1% em 2010, no Brasil Não Metropolitano as Ocupações de Segurança conservam aproximadamente a metade desse patamar, variando de 0,7% em 2010 a 0,9% em 1991 e 2018. Como observado, a participação das ocupações em segurança no total das ocupações apresentou maior representatividade no Brasil Metropolitano, onde alcançou 1,9% em 1980 e 1,7% em 2018.

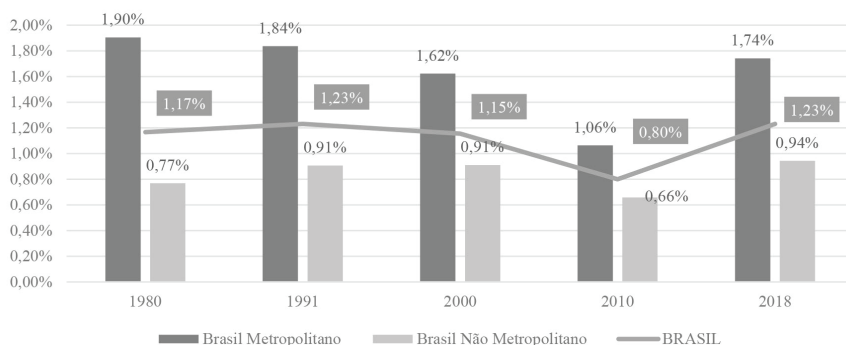
TABELA 1: PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA E DE SEGURANÇA NO TOTAL DE OCUPAÇÕES DO MERCADO DE TRABALHO – 1980-2018

POPULAÇÃO OCUPADA				SEGURANÇA		
	BRASIL	BRASIL METROPO- LITANO	BRASIL NÃO METROPO- LITANO	BRASIL	BRASIL METROPO- LITANO	BRASIL NÃO METROPO- LITANO
1980	42.271.526	14.780.432	27.491.094	492.755	281.522	211.233
1991	55.293.313	19.260.927	36.032.386	1.989.518	353.499	326.445
2000	65.629.892	22.475.488	43.154.404	757.538	364.498	393.040
2010	86.353.839	30.361.509	55.992.330	690.947	322.669	368.278
2018	92.332.869	33.155.379	59.177.490	1.135.374	577.495	557.879
PERCENTUAIS DE OCUPAÇÕES EM SEGURANÇA (%)						
	1980	1991	2000	2010	2018	
Brasil	1,2	1,2	1,2	0,8	1,2	
Brasil Metropolitano	1,9	1,8	1,6	1,1	1,7	
Brasil Não Metropolitano	0,8	0,9	0,9	0,7	0,9	

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Apesar da queda entre os dois períodos, a participação no Brasil Metropolitano foi superior à participação do Brasil Não Metropolitano (0,77% em 1980 e 0,94% em 2018). O número de ocupações em segurança cresceu em mais 444.427 postos entre 2010 e 2018 no Brasil. Desse total, 254.826 (57,34%) aconteceu no Brasil Metropolitano e 189.601 (42,66%) no Brasil Não Metropolitano. Adicionalmente, o Gráfico 1 permite entender melhor a evolução das ocupações de segurança.

GRÁFICO 1: PARTICIPAÇÃO DAS OCUPAÇÕES EM SEGURANÇA NO BRASIL, BRASIL METROPOLITANO E BRASIL NÃO METROPOLITANO – 1980-2018



FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Conforme mostram o Gráfico 1 e a Tabela 1, o número de ocupações em segurança pública (que, nos Censos de 1980 e de 1991, era maior no espaço metropolitano) foi sendo gradualmente superado pelo número de ocupações nos espaços não metropolitanos nos anos de 2000 e 2010. Em 2018, esse número voltou a ser maior no Brasil Metropolitano. A seguir, analisamos algumas características demográficas e econômicas das ocupações em segurança pública e de todas as ocupações desagregadas por região para os anos considerados.

Quanto às ocupações por sexo em segurança pública, elas são predominantemente masculinas, notadamente no Brasil Não Metropolitano, onde o percentual atingiu 90% contra 86,5% no Brasil Metropolitano no ano de 2018 (Tabela 2).

TABELA 2: DISTRIBUIÇÃO POR SEXO DA POPULAÇÃO OCUPADA EM SEGURANÇA PÚBLICA – 1980-2018 (EM %)

POPULAÇÃO OCUPADA	BRASIL NÃO METROPOLITANO					BRASIL METROPOLITANO				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
Masculino	76,0	70,9	64,1	59,0	57,3	66,8	63,3	58,8	55,3	54,4
Feminino	24,0	29,1	35,9	41,0	42,7	33,2	36,7	41,2	44,7	45,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
OCUPAÇÕES DE SEGURANÇA	BRASIL NÃO METROPOLITANO					BRASIL METROPOLITANO				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
Masculino	99,2	96,3	94,4	92,1	90,0	98,8	95,0	92,7	90,8	86,5
Feminino	0,8	3,7	5,6	7,9	10,0	1,2	5,0	7,3	9,2	13,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

É importante ressaltar que essa distribuição difere bastante quando comparada às ocupações totais, onde a participação masculina, embora superior à participação feminina em todos os anos, atingiu o maior valor no Brasil Não Metropolitano (57,3%) em 2018, enquanto perfez 54,4% no Brasil Metropolitano. Também pode ser observado que, apesar da maior participação masculina em todos os anos, a participação feminina aumentou no período tanto em relação ao total de ocupações, bem como nas ocupações em segurança pública.

Uma explicação plausível para isso é a obrigatoriedade do serviço militar no Brasil apenas para os homens quando atingem 18 anos de idade. Essa regra afasta o contingente de mulheres que, caso ingressassem nas forças armadas ainda muito jovens (tal como os homens), poderiam optar por seguir na carreira militar. Há que se destacar as dificuldades socialmente impostas à presença feminina em ocupações historicamente consideradas inapropriadas a elas, ocupações estas tratadas pelo senso comum como aquelas cujas quais as mulheres não estariam fisicamente aptas para o exercício. Além disto, a crescente profissionalização da ocupação por meio do ingresso nas carreiras via concurso público pode ser a causa do aumento da participação feminina nesse quadro.

Quanto às ocupações totais por cor/raça, elas são predominantemente preenchidas por indivíduos de cor branca e, em seguida, da cor parda, que, juntos, representavam mais de 90% do total de ocupados em todos os anos considerados (a exceção ficou por conta do ano de 2018 no Brasil Metropolitano, onde a participação dos pretos atingiu 12%, ao passo que a de brancos e pardos juntos somaram 86,5%). Cabe destacar que a autodeclaração como “pardo” tem crescido tanto como a de “pretos” no Brasil, o que pode sinalizar mudanças ocasionadas por ações de autoafirmação racial e de combate ao racismo.

Em relação aos ocupados em segurança pública, observa-se que houve queda no número de brancos (61,6% em 1980, chegando a 43,7% em 2018 no Brasil Não Metropolitano, e 57,6% em 1980, chegando a 40,8% no Brasil Metropolitano) e aumento no número de pardos (33% em 1980, chegando a 45,6% em 2018 no Brasil Não Metropolitano, 35,2% em 1980, chegando a 47,5% em 2018 no Brasil Metropolitano). (Tabela 3).

TABELA 3: DISTRIBUIÇÃO POR COR/RAÇA DA POPULAÇÃO OCUPADA EM SEGURANÇA PÚBLICA – 1980-2018 (EM %)

POPULAÇÃO OCUPADA	BRASIL NÃO METROPOLITANO					BRASIL METROPOLITANO				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
Branca	53,8	52,5	55,2	50,2	45,4	59,3	55,0	56,5	49,7	44,7
Preta	6,4	5,3	6,2	7,4	8,9	7,2	6,3	7,5	9,5	12,0
Amarela	0,4	0,3	0,3	1,0	0,5	1,1	0,8	0,8	1,4	1,1
Parda	39,0	41,5	37,2	41,0	44,7	32,0	37,5	34,3	39,2	41,8
Indígena	-	0,2	0,4	0,4	0,4	-	0,1	0,3	0,2	0,4
Total	99,6	99,8	99,3	100,0	99,9	99,6	99,7	99,4	100,0	100,0
OCUPAÇÕES DE SEGURANÇA	BRASIL NÃO METROPOLITANO					BRASIL METROPOLITANO				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
Branca	61,6	56,4	57,6	52,1	43,7	57,6	51,8	50,7	45,8	40,8
Preta	4,9	4,5	6,0	8,3	9,7	6,7	7,0	8,8	11,0	11,0
Amarela	0,2	0,2	0,2	0,7	0,9	0,2	0,2	0,3	0,8	0,2
Parda	33,0	38,6	35,4	38,6	45,6	35,2	40,6	39,4	42,2	47,5
Indígena	0,0	0,1	0,4	0,3	0,1	0,0	0,1	0,3	0,2	0,5
Total	99,7	99,8	99,6	100,0	100,0	99,7	99,7	99,5	100,0	100,0

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018). Nesta tabela, os totais que não somarem 100% é por não considerarem informações não declaradas ou ignoradas.

Quanto à faixa etária, as ocupações totais têm uma maior representatividade de ocupados com 35 a 49 anos de idade, que variou de 24% em 1980 no Brasil Não Metropolitano e 37,4% em 2018 no Brasil Metropolitano. As menores participações foram da faixa etária de até 14 anos e daquela de 65 anos ou mais (Tabela 4). Nas ocupações em segurança, a maior representatividade também foi da faixa etária de 35 a 49 anos, que apresentou grande semelhança entre o Brasil Metropolitano e o Brasil Não Metropolitano a cada ano, mas com tendência de crescimento percentual no período.

A menor participação dessa faixa etária (35 a 49 anos) ocorreu em 1991 no Brasil Não Metropolitano (26,2%) e a maior participação em 2018 (46,2%), também no Brasil Não Metropolitano. Em relação às faixas etárias de até 14 anos e a de 65 anos ou mais (percentuais inferiores a 1% em todo o período considerado), a pequena

participação pode ser explicada pela legislação, que define uma idade mínima para ingresso nas carreiras.

TABELA 4: POPULAÇÃO OCUPADA (TOTAL E EM SEGURANÇA PÚBLICA) POR GRUPOS ETÁRIOS – 1980-2018 (EM %)

POPULAÇÃO OCUPADA	BRASIL NÃO METROPOLITANO					BRASIL METROPOLITANO				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
Até 14 anos	3,7	2,0	1,4	1,0	0,0	0,8	0,6	0,3	0,4	0,0
14 a 17 anos	11,2	8,3	5,9	3,7	2,0	6,9	5,0	3,0	2,1	1,1
18 a 24 anos	22,7	20,8	19,4	16,4	13,1	25,0	20,7	19,2	15,3	12,0
25 a 34 anos	24,2	27,7	26,5	27,0	24,5	30,0	31,4	29,6	28,9	24,0
35 a 49 anos	24,0	27,3	31,5	32,6	36,4	25,7	30,6	34,5	34,1	37,4
50 a 64 anos	11,6	11,6	12,7	16,1	20,5	10,0	10,3	11,6	16,5	21,9
65 anos ou mais	2,5	2,4	2,6	3,2	3,6	1,4	1,4	1,7	2,7	3,7
Total	99,9	100,0	100,0	100,0	100,0	99,8	100,0	99,9	100,0	100,0
OCUPAÇÕES DE SEGURANÇA	BRASIL NÃO METROPOLITANO					BRASIL METROPOLITANO				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
Até 14 anos	0,1	0,2	0,2	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0
14 a 17 anos	0,8	0,8	1,0	0,1	0,0	0,5	0,5	0,3	0,0	0,1
18 a 24 anos	31,8	29,7	20,5	19,7	13,2	29,4	29,5	21,9	19,9	15,6
25 a 34 anos	30,0	37,5	40,8	28,0	25,2	26,5	36,2	38,8	25,8	27,0
35 a 49 anos	30,0	26,2	33,1	44,0	46,2	36,4	27,9	34,2	43,9	44,4
50 a 64 anos	6,5	5,0	4,1	7,4	14,8	6,6	5,4	4,5	8,9	12,3
65 anos ou mais	0,9	0,5	0,3	0,7	0,5	0,5	0,4	0,3	1,4	0,6
Total	100,0	99,9	100,0	99,9	99,9	99,9	100,0	100,0	99,9	100,0

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018). Nesta tabela, os totais que não somarem 100% é por não considerarem informações não declaradas ou ignoradas.

Quanto à escolaridade, essa variável é muito significativa, pois representa uma pré-condição de ingresso na categoria de segurança pública haja vista a necessidade de se ter, no mínimo, o ensino médio completo para o ingresso – à exceção do serviço militar obrigatório, em que os jovens devem se alistar ao recrutamento no ano em que completarem 18 anos independentemente da escolaridade (Tabela 5).

TABELA 5: POPULAÇÃO OCUPADA (TOTAL E EM SEGURANÇA PÚBLICA)
POR ESCOLARIDADE – 1980-2018 (EM %)

POPULAÇÃO OCUPADA	BRASIL NÃO METROPOLITANO					BRASIL METROPOLITANO				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
Sem Instrução e Fundamental Incompleto	84,7	73,7	57,8	43,8	30,9	65,1	52,7	39,4	28,6	17,9
Fundamental Completo e Médio Incompleto	7,0	10,6	16,9	17,6	15,7	14,6	17,2	20,0	18,2	14,0
Médio Completo e Superior Incompleto	6,5	11,6	19,9	27,9	36,6	14,3	20,4	29,4	35,7	42,7
Superior Completo	1,9	4,0	5,5	10,4	16,9	6,1	9,8	11,3	16,9	25,4
Total	100,0	99,9	100,0	99,7	100,0	100,0	100,0	100,0	99,4	100,0
OCUPAÇÕES DE SEGURANÇA	BRASIL NÃO METROPOLITANO					BRASIL METROPOLITANO				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
Sem Instrução e Fundamental Incompleto	52,8	26,6	13,1	6,1	1,7	36,5	15,4	7,6	4,9	1,0
Fundamental Completo e Médio Incompleto	26,0	32,8	24,7	12,7	5,5	31,9	31,2	23,0	12,1	2,8
Médio Completo e Superior Incompleto	16,9	33,6	53,7	60,1	53,6	24,1	41,6	57,1	58,0	50,3
Superior Completo	4,4	7,0	8,6	20,7	39,1	7,5	11,7	12,4	24,4	45,9
Total	100,0	100,0	100,0	99,6	99,9	100,0	99,9	100,0	99,4	100,0

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018). Nesta tabela, os totais que não somarem 100% é por não considerarem informações não declaradas ou ignoradas.

A escolaridade predominante da população ocupada brasileira até o ano de 2000 foi sem instrução e fundamental incompleto (84,7% em 1980 e 57,8% em 2000 no Brasil Não Metropolitano). Em 2010, a escolaridade aumentou e a categoria ensino médio completo e superior incompleto passou a ser a mais representativa (42,7% em 2018 no Brasil Metropolitano).

Entre os ocupados na segurança, a maior participação ocorreu entre os que possuíam ensino médio completo e superior incompleto, que variou de 33,6% em 1991 a 60,1% em 2018 no Brasil Não Metropolitano. É notável, ainda, a maior participação dos ocupados com ensino superior completo comparativamente ao total de ocupados. No Brasil Metropolitano, o percentual de ocupados com essa escolaridade atingiu 45,9% em 2018, enquanto no Brasil Não Metropolitano

a participação foi de 39,1% também em 2018. Esses valores são muito superiores aos percentuais observados entre o total de ocupados.

Quanto à posição na ocupação, no total da população ocupada, em 2018, podem ser destacados os empregados (60,2%) no Brasil Não Metropolitano e Brasil Metropolitano (65%) (Tabela 6). Entre os ocupados em segurança, a predominância é da categoria de militares e funcionários públicos estatutários, que alcançou 97,9% em 2018 no Brasil Não Metropolitano e 98,7% no Brasil Metropolitano nesse mesmo ano. A característica pública faz com que os trabalhadores desse setor estejam menos sujeitos à precarização do trabalho relacionada à perda de direitos trabalhistas mais evidenciada entre os trabalhadores do setor privado.

TABELA 6: DISTRIBUIÇÃO POR POSIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA TOTAL E DOS OCUPADOS EM SEGURANÇA PÚBLICA – 1980-2018 (EM %)

POPULAÇÃO OCUPADA	BRASIL NÃO METROPOLITANO					BRASIL METROPOLITANO				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
Empregado	58,3	53,9	60,9	63,3	60,2	83,0	71,7	70,8	73,2	65,0
<i>Com carteira</i>	–	40,3	33,5	40,9	37,2	–	61,2	48,5	56,0	47,4
<i>Sem carteira</i>	–	13,6	27,4	22,4	23,0	–	10,5	22,2	17,2	17,6
<i>Conta-própria</i>	32,2	32,9	26,7	23,0	27,2	15,3	20,8	21,7	19,8	25,6
Militares e funcionários públicos estatutários	–	6,2	5,9	5,6	9,2	–	6,9	6,1	5,3	8,7
Sem remuneração	8,6	6,9	6,5	2,1	3,4	0,7	0,6	1,4	1,2	0,7
Total	99,1	99,9	100,0	94,0	100,0	99,0	100,0	99,9	99,5	100,0
OCUPAÇÕES DE SEGURANÇA	BRASIL NÃO METROPOLITANO					BRASIL METROPOLITANO				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
Empregado	100,0	25,3	22,8	14,8	3,0	100,0	19,0	21,2	10,4	1,3
<i>Com carteira</i>	–	25,2	22,6	12,6	1,6	–	18,9	21,0	9,5	1,0
<i>Sem carteira</i>	–	0,1	0,2	2,2	1,4	–	0,1	0,2	0,8	0,4
<i>Conta própria</i>	–	0,0	0,2	0,0	0,0	–	0,0	0,3	0,0	0,0
Militares e funcionários públicos estatutários	–	74,7	76,9	85,2	97,0	–	81,0	78,4	89,6	98,7
Aprendiz ou estagiário sem remuneração	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018). Nesta tabela, os totais que não somarem 100% é por não considerarem informações não declaradas ou ignoradas.

Quanto à jornada de trabalho da população ocupada, a partir de 1991, a faixa mais representativa foi a de 40 a 48 horas semanais tanto no Brasil Não Metropolitano quanto no Brasil Metropolitano. Em 1980, a faixa predominante foi a de 49 horas e mais em ambos os recortes (Tabela 7). Entre os ocupados em segurança, a jornada de trabalho predominante sempre foi a faixa de 40 a 48 horas, tanto no Brasil Não Metropolitano como no Brasil Metropolitano. Em 2018, o percentual de ocupados que cumpriam essa jornada de trabalho semanal atingiu 76,6% no Brasil Não Metropolitano e 82% no Brasil Metropolitano, maior participação em todo o período analisado, muito superior ao segundo maior percentual daqueles que trabalharam de 30 a 39 horas (13,1% no Brasil Não Metropolitano e 9,8% no Brasil Metropolitano).

TABELA 7: DISTRIBUIÇÃO POR JORNADA DE TRABALHO DA POPULAÇÃO OCUPADA TOTAL E DOS OCUPADOS EM SEGURANÇA PÚBLICA – 1980-2018 (EM %)

POPULAÇÃO OCUPADA	BRASIL NÃO METROPOLITANO					BRASIL METROPOLITANO				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
Menos de 15 horas	-	1,3	3,4	7,8	5,1	—	1,4	2,9	9,4	3,5
De 15 a 29 horas	1,0	7,9	11,2	10,4	13,2	1,2	5,9	7,6	6,2	8,9
De 30 a 39 horas	5,3	8,8	10,3	8,4	10,7	4,5	9,6	10,8	9,1	11,6
De 40 a 48 horas	10,4	62,0	50,3	57,9	60,7	7,1	64,6	54,0	60,5	65,2
De 49 horas e mais	53,0	19,9	24,6	15,5	10,4	58,6	18,4	24,4	14,8	10,9
Total	69,7	99,9	99,8	100,0	100,0	71,4	99,9	99,7	100,0	100,0
OCUPAÇÕES DE SEGURANÇA	BRASIL NÃO METROPOLITANO					BRASIL METROPOLITANO				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
Menos de 15 horas	0,4	0,5	0,6	2,6	0,5	0,3	0,5	0,8	5,0	0,3
De 15 a 29 horas	2,4	3,3	3,7	3,9	2,2	2,4	3,0	3,5	3,5	1,8
De 30 a 39 horas	11,4	10,9	12,0	10,4	13,1	12,8	13,8	15,8	11,9	9,8
De 40 a 48 horas	53,7	61,6	57,2	67,2	76,6	56,5	63,5	58,3	65,7	82,0
De 49 horas e mais	30,4	23,8	26,2	15,9	7,5	25,9	19,2	21,5	13,9	6,2
Total	98,3	100,0	99,7	100,0	99,9	97,9	100,0	99,9	100,0	100,0

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018). Nesta tabela, os totais que não somarem 100% é por não considerarem informações não declaradas ou ignoradas.

Quanto à contribuição previdenciária (Tabela 8), os resultados de 2018 mostram que as ocupações em segurança pública possuem praticamente todos os ocupados contribuindo com a previdência, tanto no Brasil Não Metropolitano (99,8%) como no Brasil Metropolitano (99,9%). A contribuição previdenciária dos ocupados em segurança é bastante superior à contribuição da população ocupada. Tal fato é decorrente da posição na ocupação predominante de militares e funcionários públicos estatutários.

TABELA 8: DISTRIBUIÇÃO POR CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DA POPULAÇÃO OCUPADA TOTAL E DOS OCUPADOS EM SEGURANÇA PÚBLICA – 1980-2018 (EM %)

POPULAÇÃO OCUPADA	BRASIL NÃO METROPOLITANO					BRASIL METROPOLITANO				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
Contribuinte	41,6	45,0	46,9	63,4	60,3	78,3	70,1	63,2	71,4	68,1
Não Contribuinte	55,3	53,6	53,1	36,6	39,7	20,1	28,5	36,8	28,6	31,9
Total	96,9	98,6	100,0	100,0	100,0	98,4	98,6	100,0	100,0	100,0
OCUPAÇÕES DE SEGURANÇA	BRASIL NÃO METROPOLITANO					BRASIL METROPOLITANO				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
Contribuinte	70,8	22,2	99,7	99,1	99,8	62,7	18,7	99,7	99,7	99,9
Não Contribuinte	26,7	77,3	0,3	0,9	0,2	33,7	80,9	0,3	0,3	0,1
Total	97,5	99,5	100,0	100,0	100,0	96,4	99,6	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018). Nesta tabela, os totais que não somarem 100% é por não considerarem informações não declaradas ou ignoradas.

Por fim, quanto aos rendimentos, observa-se uma diferença na distribuição entre a população ocupada e os ocupados em segurança pública. Entre o total de ocupados, a maior participação está na faixa de rendimentos acima de R\$ 1 mil até R\$ 1.500, tanto no Brasil Não Metropolitano como no Brasil Metropolitano (Tabela 9). Em relação aos ocupados em segurança, a faixa predominante é acima de R\$ 3 mil, com participação de 74,4% no Brasil Não Metropolitano em 2018 e 74,8% no Brasil Metropolitano nesse mesmo ano.

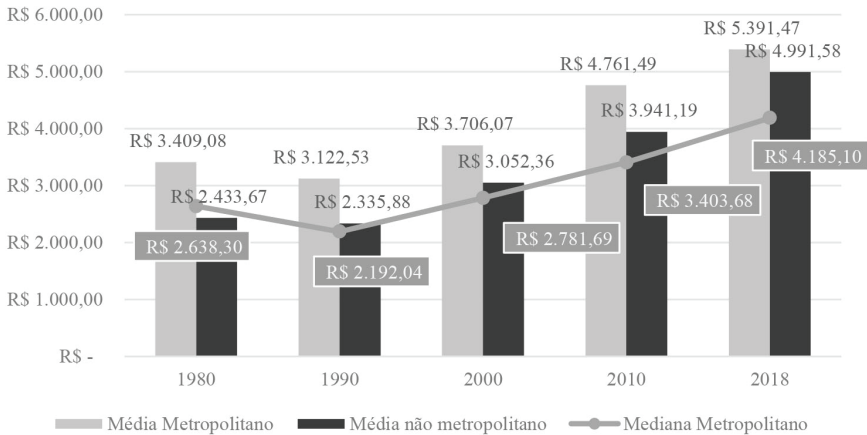
TABELA 9: DISTRIBUIÇÃO POR RENDIMENTOS DA POPULAÇÃO OCUPADA TOTAL E DOS OCUPADOS EM SEGURANÇA PÚBLICA – 1980-2018 (EM %)

POPULAÇÃO OCUPADA	BRASIL NÃO METROPOLITANO				BRASIL METROPOLITANO					
	1980	1990	2000	2010	2018	1980	1990	2000	2010	2018
Até R\$ 500	23,5	33,2	18,7	12,1	13,0	7,5	14,2	5,8	4,3	5,7
> R\$ 500 - R\$ 1.000	36,0	27,8	34,3	31,6	22,1	26,0	21,8	25,9	24,3	16,2
> R\$ 1.000 - R\$ 1.500	15,9	13,9	18,7	21,1	23,2	20,4	17,1	22,1	23,5	23,9
> R\$ 1.500 - R\$ 2.000	7,4	7,2	7,9	11,6	13,7	11,0	10,3	10,3	13,5	14,8
> R\$ 2.000 - R\$ 3.000	7,2	7,3	8,3	10,2	12,9	13,8	13,2	13,0	12,5	14,8
> R\$ 3.000	9,9	10,6	12,1	13,3	15,0	21,4	23,5	22,9	22,0	24,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Rendimento Médio (R\$)	1.515,51	1.552,57	1.739,36	1.871,84	1.912,67	2.551,91	2.776,64	2.813,94	2.756,99	2.871,86
Rendimento Mediano (R\$)	—	—	—	—	—	1.390,41	1.461,36	1.356,92	1.361,47	1.569,41
OCUPAÇÕES DE SEGURANÇA	BRASIL NÃO METROPOLITANO				BRASIL METROPOLITANO					
	1980	1990	2000	2010	2018	1980	1990	2000	2010	2018
Até R\$ 500	12,2	9,9	2,9	0,1	0,0	10,8	7,1	1,6	0,0	—
> R\$ 500 - R\$ 1.000	14,3	14,5	9,4	7,7	4,1	6,7	9,9	6,1	4,8	2,8
> R\$ 1.000 - R\$ 1.500	16,2	16,2	7,5	5,8	5,0	9,9	12,7	5,7	5,4	5,2
> R\$ 1.500 - R\$ 2.000	12,5	14,9	11,8	7,6	4,9	8,1	13,3	8,6	8,6	5,7
> R\$ 2.000 - R\$ 3.000	18,9	23,0	33,1	20,9	11,6	23,3	24,5	30,9	20,1	11,5
> R\$ 3.000	25,9	21,5	35,3	57,9	74,4	41,3	32,5	47,2	61,0	74,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Rendimento Médio (R\$)	2.433,67	2.335,88	3.052,36	3.941,19	4.991,58	3.409,08	3.122,53	3.706,07	4.761,49	5.391,47
Rendimento Mediano (R\$)	—	—	—	—	—	2.638,30	2.192,04	2.781,69	3.403,68	4.185,10

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

A maior participação nas faixas salariais mais elevadas faz crescer o rendimento médio e mediano do segmento. Conforme mostra o Gráfico 2, a média de rendimentos no Brasil Não Metropolitano alcançou R\$ 4.991,58 em 2018 e R\$ 5.391,47 no Brasil Metropolitano. Em relação à mediana, alcançou R\$ 4.185,10 no Brasil Metropolitano, em 2018.

GRÁFICO 2: VARIAÇÃO DO RENDIMENTO MÉDIO PARA OS OCUPADOS EM SEGURANÇA – 1980-2018



FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

O maior rendimento dos ocupados na segurança pública pode estar associado à maior escolaridade média e ao maior número médio de horas semanais trabalhadas. Porém, é mais plausível inferir que o subgrupo de altas patentes militares, além dos salários relativamente mais altos das carreiras federais das forças de segurança, contribua para esse resultado. A título de comparação, o rendimento médio dos oficiais (forças armadas, polícia militar e bombeiro militar) alcançou, em 2018, R\$ 9.435,58 e mediana de R\$ 8 mil, enquanto os graduados e praças (forças armadas, polícia militar e corpo de bombeiros) alcançaram R\$ 3.912,53 e R\$ 3.500,00, respectivamente. No intermédio, se encontravam os inspetores de polícia, detetives e policiais com R\$ 6.101,21 e R\$ 4.500,00. Os valores de maior rendimento sobre um contingente percentualmente pequeno, quando comparados a um total de trabalhadores muito heterogêneos entre si, podem explicar as diferenças encontradas.

Considerações finais

A análise das ocupações em segurança pública e forças armadas mostra o quanto o aparato das forças de segurança se destaca em termos de predominância masculina e rendimentos, tanto no recorte do Brasil Metropolitano quanto no Brasil Não Metropolitano. Além disso, cabe destaque a autodeclaração da cor/raça branca (seguida de parda) na maioria do contingente de empregados nesse segmento.

É necessário avançar em termos legais tanto na regulamentação de artigos constitucionais, quanto na modernização de outras leis à luz da Constituição Federal de 1988, de modo a diminuir as arestas decorrentes das normativas que, hoje, não ajudam a viabilizar uma sociedade mais plural e ciente de seus direitos. Os recentes movimentos associados ao *Black Lives Matter*⁴, cujo principal evento catalisador foi a morte de George Floyd decorrente de ação da polícia no estado de Minnesota, nos EUA, trouxe à tona a questão da violência policial no mundo. No Brasil, é preciso destacar a violência das ações policiais em comunidades e favelas nas quais são evidentes e associados os aspectos raciais e a vulnerabilidade social da população residente nesses espaços, geralmente, também de cor negra (pretos e pardos).

Novas análises e aprofundamentos podem fazer distinções importantes entre as diversas categorias ocupacionais que agregam os profissionais de segurança pública, fazendo distinções, por exemplo, entre os rendimentos e escolaridade dos policiais das carreiras federais e das carreiras estaduais, desvelando a heterogeneidade interna que existe nesse segmento.

Outro ponto importante é a distinção entre profissionais de segurança pública e privada, grupo que tem apresentado relevância com a escalada da violência e que apresenta características bem distintas.

Quanto às restrições desta análise, faz-se importante observar que os dados referentes a 2010 parecem não estar de acordo com a tendência observada, fato que não pode ser explicado pelas mudanças nos itens que compõem esse grupo ocupacional nas fontes utilizadas, de modo que a análise foi efetuada a partir dos dados disponíveis no momento de escrita deste texto.

⁴ Vidas Negras Importam.

Pablo Lira possui doutorado em Geografia e mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela UFES. Também possui especialização em Conservação Ambiental pela UFES e aperfeiçoamento em Planejamento Urbano pela Universidade de Cergy-Pontoise na França. Professor da ESESP e IFES no curso de Especialização em Administração Pública. É pesquisador do Núcleo Vitória do Observatório das Metrôpoles. Contato: pabloslira@gmail.com

Antonio Ricardo Freislebem da Rocha é especialista em Estudos e Pesquisas Governamentais do Instituto Jones dos Santos Neves. Mestre em Economia Empresarial (UCAM, 2008) e doutorando em Economia (Universidade Federal do Espírito Santo, 2020). Contato: antonio.rocha@ijsn.es.gov.br

Latussia Laranja Monteiro é doutora em Planejamento Urbano e Regional (FAU-USP), Mestre em Urbanismo (Proureb-UFRJ), Especialista em Estudos e Pesquisas Governamentais (IJSN) e pesquisadora do Núcleo Vitória do Observatório das Metrôpoles. Contato: latussia.b@gmail.com

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 30 mar. 2020.

CERQUEIRA, D. **Causas e consequências do crime no Brasil**. Rio de Janeiro: BNDES, 2014.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL (DEPEN). **Levantamento nacional de informações penitenciárias**. Atualização 2016. Disponível em: www.depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf. Acesso em 30 mar. 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2013**. São Paulo: FBSP, 2013.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2015**. São Paulo: FBSP, 2015.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016**. São Paulo: FBSP, 2016.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Estatística**. Disponível em: www.forumseguranca.org.br/estatisticas. Acesso em 30 mar. 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

LIMA, R. S. “Efetividade nas políticas de segurança pública: o que funciona segundo as boas práticas nacionais e internacionais”. In: CERQUEIRA, D.; FERREIRA, H. **Boletim de análise político-institucional**. Brasília: IPEA, 2017, pp. 29-32.

LIMA, R. S. de; BUENO, S. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2014 a 2017** (Edição Especial). São Paulo: FBSP, 2018.

LIMA, R. S. de. Direitos demais? **Folha de S. Paulo**, Faces da Violência (coluna), 29. jul. 2018. Disponível em: www.facesdaviolencia.blogfolha.uol.com.br/2018/07/29/direitos-demais. Acesso em 06 nov. 2019.

LIRA, P. **Geografia do crime e arquitetura do medo: uma análise da Criminalidade Violenta e das Instâncias Urbanas**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

Dirigentes e supervisores: posições de comando, mas de heterogeneidade social

Bianca Reis Ramos

Introdução

Este capítulo tem o objetivo de analisar a evolução do grupo ocupacional de Dirigentes e Supervisores, assim como suas transformações entre os anos de 1980 e 2018. Esse grupo é composto por ocupações em posições de direção, gerência e supervisão do setor público e privado de todas as atividades econômicas (Anexo I). Serão analisados a participação do grupo em relação à população ocupada total brasileira, as suas características sociodemográficas e condições ocupacionais e de proteção social, juntamente com as transformações políticas e econômicas que ocorreram ao longo das décadas e de que forma estas influenciaram o perfil desse grupo ocupacional.

Para isso, foram utilizados dados dos Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua de 2018, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), classificadas conforme metodologia de análise da estrutura social elaborada pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) Observatório das Metrópoles. A estrutura do mercado de trabalho é influenciada diretamente pela situação econômica e social do país e pelas estratégias de desenvolvimento promovidas pelo Estado ao longo das décadas, podendo acarretar transformações na cadeia produtiva, que, por sua vez, podem fomentar ou desprover determinados setores de emprego.

A metodologia consiste em comparar as especificidades do grupo de Dirigentes e Supervisores entre o Brasil Metropolitano e

o Brasil Não Metropolitano. O Brasil Metropolitano corresponde ao conjunto das 12 regiões metropolitanas consideradas metrópoles pelo estudo Regiões de Influência das Cidades (IBGE, 2008), enquanto o Brasil Não Metropolitano corresponde ao espaço nacional brasileiro subtraído o Brasil Metropolitano.

O agrupamento de ocupações seguiu a distinção entre trabalho manual e não manual, assim como a oposição entre posições de comando e subordinação (RIBEIRO; LAGO, 2000; RIBEIRO, 2016), seguindo os fundamentos teóricos de análise social do espaço urbano aplicados pela rede do Observatório das Metrôpoles. A análise do espaço social, com base na interpretação desse grupo em relação aos demais trabalhadores ao longo do tempo, proporciona a compreensão das transformações que estes passaram e evidencia suas especificidades

Além desta Introdução, o capítulo possui mais duas seções. Na primeira, discorreremos sobre o contexto político e econômico do início da industrialização até o presente, e a constituição do grupo ocupacional dos Dirigentes e Supervisores a partir dessas transformações. Na segunda seção, focaremos nas análises dos dados sociodemográficos, condições ocupacionais e de rendimento do Censo Demográfico e PNAD Contínua. Por fim, serão apresentadas as Considerações Finais.

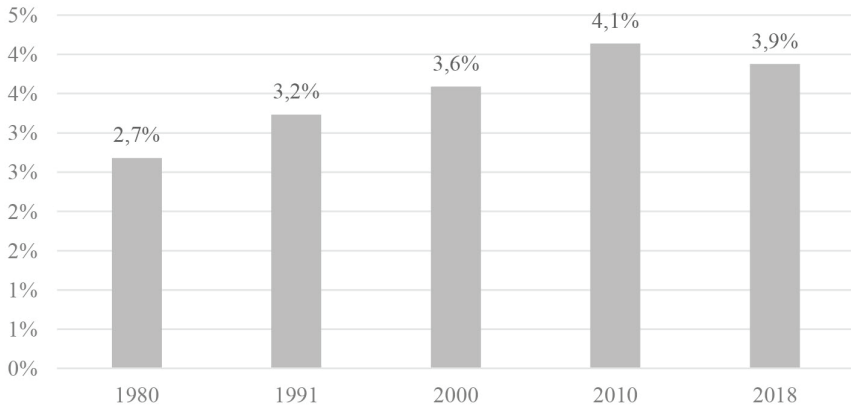
1. Constituição sócio-histórica dos dirigentes e supervisores no Brasil

O grupo de trabalhadores analisados pertencem a uma posição social mais elevada e intermediária da estrutura social, quando comparada com a realidade dos demais trabalhadores brasileiros. Essa realidade é caracterizada pelo trabalho não manual, por suas relações de comando e pelo nível de qualificação e experiência exigido para o desempenho de suas funções de direção, gerência e supervisão.

O grupo de Dirigentes e Supervisores apresenta pequena representatividade no total da população ocupada no Brasil (Gráfico 1). Conforme a metodologia de agrupamento adotada, esse conjunto de ocupações aponta situações de mercado e funções similares,

ainda que a composição interna desse grupo denote diferenças em sua posição social, nas relações de poder, na influência política e nos seus rendimentos.

GRÁFICO 1: PARTICIPAÇÃO DOS DIRIGENTES E SUPERVISORES NA POPULAÇÃO OCUPADA – 1980-2010



FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

No grupo de trabalhadores analisados neste capítulo, estão os executivos de empresas públicas e privadas, gerentes, supervisores e presidentes de companhias de todos os setores da economia. Além dos dirigentes e supervisores de estatais, os políticos, ministros, prefeitos, governadores, membros do legislativo, diplomatas, assessores e chefes no governo federal também integram esse grupo. No mesmo sentido, além da elite da administração pública ou burocrática, há também os executivos de multinacionais, os dirigentes, supervisores e encarregados de pequenas empresas, o que torna esse grupo bastante heterogêneo em sua constituição. Em suma, fazem parte deste grupo tanto o ministro (que exerce funções executivas), como o juiz, o parlamentar, o diretor de uma multinacional, o diretor de uma empresa estatal e o gerente de um supermercado local etc. (Anexo I).

As reestruturações econômicas e modelos de gestão política no país influenciaram as características e a participação desse grupo ao longo das quatro décadas estudadas de formas distintas, conforme a posição hierárquica e setor de atuação de cada trabalhador. Para

dar seguimento à discussão, no próximo tópico iremos fazer uma breve consideração sobre as transformações da matriz produtiva desde o desenvolvimentismo, passando pelo neoliberalismo e a reestruturação produtiva, até o momento presente, relacionando esses marcos políticos e econômicos com o grupo de Dirigentes e Supervisores e suas secções internas.

1.1 Revisão do contexto político e econômico no país

Os primeiros ensaios de industrialização no país ocorreram a partir da segunda metade do século XIX, com enfoque na exportação, e caracterizado por uma industrialização dispersa. A partir de 1930, ocorreu um processo de industrialização restringido, concentrado na Região Sudeste, com capital oriundo principalmente da produção e exportação do café.

Se anteriormente à crise de 1929 as atividades eram voltadas ao mercado externo, a partir de 1930 ocorreu o interesse pelo abastecimento interno, e que foi se consolidando a partir da década de 1950. Uma segunda fase da industrialização ocorreu entre as décadas de 1940 e 1960, caracterizada como “desenvolvimentista” e com o objetivo de substituir as importações. Esse período recebeu investimentos da União no setor de indústrias de base, auxiliando na acumulação urbano-industrial, e que tornou imprescindível a criação de uma legislação trabalhista que regulasse a força de trabalho concretizada na Consolidação das Leis de Trabalho (BRASIL, 1943). Nesse período, ocorreu um crescimento intenso da população urbana em detrimento da rural, principalmente no Brasil Metropolitano.

Com o objetivo de desenvolver a industrialização tardia do país, destacamos também a criação do Plano de Metas na década de 1950, e a atuação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) junto ao governo na década de 1960. Nessa segunda fase de industrialização, foram criados postos de trabalho para administrar e gerenciar tanto no setor privado, quanto no setor público com a criação de estatais como a Petrobras, Banco Central, e postos de trabalho na posição de gerência e supervisão nos setores da agropecuária, indústria, extração etc.

Outros destaques nesse período desenvolvimentista foram os investimentos internacionais e a expansão das multinacionais em território nacional, o que tornou o país ainda mais subordinado ao capital estrangeiro (OLIVEIRA, 2019). A partir de 1950, as empresas multinacionais de países industrializados procuravam mercados externos para aproveitar o excedente de capital oriundo do período pós-Segunda Guerra Mundial e, assim, empregar sua tecnologia (que já havia sido amortizada no país-sede) em territórios com perspectiva de expansão, como o Brasil, formando oligopólios mediante compra de empresas nacionais existentes e realização de fusões (principalmente em meados da década de 1970). Essa expansão no país ocorreu, em um primeiro momento, na indústria da transformação (PEREIRA, 1976).

A divisão social do trabalho internalizada na organização das empresas dos países capitalistas industrializados trouxe para o Brasil a difusão do trabalho improdutivo na figura dos executivos e gerentes, que representam os interesses da classe dos capitalistas gerindo o trabalho produtivo realizado pela classe proletária (OLIVEIRA, 2013).

Tradicionalmente, a força de trabalho proletária esteve reunida em torno da produção fabril e, embora não necessariamente homogênea, apresentava contornos mais nítidos em comparação a atividades intelectuais, principalmente as de mando, controle e gerência (CAVALCANTE, 2009, p. 4).

Então, junto à figura dos já conhecidos supervisores fabris do início do século XX, o papel dos executivos e gerentes regionais no comando dessas empresas multinacionais que se instalavam no país foi evidenciado com maior intensidade a partir da década de 1950. À nova classe de trabalhadores improdutivos que se forma decorrente dessa divisão social do trabalho atribuiu-se o nome de “classe média”, classe intermediária que não é proprietária dos meios de produção, tampouco faz parte da burguesia, e que foi determinada pela função que exercia dentro do sistema organizacional das empresas estrangeiras que aqui se instalaram (OLIVEIRA, 2013).

Essas novas ocupações possuem caráter ambíguo, uma vez que a grande maioria dos dirigentes, diretores e supervisores

(ainda que empregados na empresa) ocupa posições de comando e, por isso, recorrentemente, defende e representa os interesses dos proprietários dos meios de produção, identificando-se e almejando reconhecimento distinto da classe operária e posições sociais mais elevadas. Ou seja, eles representam a contradição de um grupo assalariado que defende os interesses dos empregadores, da elite política e do capital (CAVALCANTE, 2009).

O golpe civil-militar em 1964 que iniciou a Ditadura Militar no Brasil perdurou até 1985 e suprimiu direitos adquiridos pelos trabalhadores, aumentando a desigualdade e o endividamento do país. Entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970, ocorreu o período conhecido como Milagre Econômico, decorrente da articulação entre Estado e capital estrangeiro.

A mudança do regime de acumulação fordista para a acumulação flexível engendrou uma reorganização das atividades e capital nos territórios, trazendo avanços tecnológicos e mudanças na estrutura hierárquica urbana (SOARES, 2011). Essa reestruturação produtiva, ocorrida na década de 1970, fez com que muitas metrópoles passassem por um processo de desindustrialização. A desconcentração industrial dispersou locais de produção para as cidades médias e para o entorno das Regiões Metropolitanas e cidades grandes. As indústrias, a partir daquele momento, se instalavam onde houvesse mão de obra mais acessível, menor sindicalização, recursos disponíveis e lucros maiores para competir com a concorrência nacional e internacional. Destacamos o papel das cidades médias na gradual realocação dos setores industriais nesse período.

A desconcentração industrial estimulou o crescimento populacional de diversas cidades médias e, algumas delas, inclusive, passaram a apresentar taxas de crescimento maiores do que a sua correspondente Região Metropolitana (BRAGA, 2005). Enquanto isso, as metrópoles se reinventaram e gradualmente substituíram a atividade industrial pelo setor de serviços, finanças, *design*, *marketing*, etc. (HALL, 2016; LEITE; AWAD, 2012). Gomes (2011) afirma que, no Brasil, esse processo de reestruturação produtiva ocorreu primeiro de forma lenta e pontual apenas em algumas regiões historicamente mais dinâmicas, como o Sudeste, e se

intensificou para outras regiões apenas no final da década de 1980, isto é, após a redemocratização.

Com a redemocratização e a criação da Constituição de 1988, alguns direitos trabalhistas foram recuperados e conquistados, destacando entre eles o piso salarial e a jornada de trabalho não superior a oito horas diárias. Além disso, a partir de 1988 ocorreu a flexibilização dos critérios e descentralização dos processos de emancipação municipal, medida que pode ter alterado o número de dirigentes e supervisores do setor público no Brasil Não Metropolitano com a abertura de novos postos de trabalho em cargos executivos e legislativos, e aumento no setor privado de empresas atraídas por ofertas de isenções fiscais e mão de obra mais barata fora das metrópoles.

No final dos anos 1990, iniciou-se o processo de abertura econômica e a sinalização de uma política neoliberal no país com a redefinição do papel do Estado. A década de 1990 foi marcada pelo Plano Real, que teve o propósito de estabilizar a inflação no país a partir da manutenção de juros altos e de emendas constitucionais que objetivaram a atração de capital estrangeiro para o mercado brasileiro (LACERDA, 2018). Em 1990, foi criado o Programa Nacional de Desestatização (BRASIL, 1990)⁵ e, em consequência, foram criadas diversas agências reguladoras ao longo dos anos 1990 e 2000 com a função de fiscalizar os serviços públicos que passaram a ser executados por entidades privadas (MESQUITA, 2005). Suas funções permearam a fiscalização e regulação da prestação de serviços públicos por entidades privadas nos diversos setores como energia, transporte, saúde etc.

A década de 2000 foi marcada pela retomada de desenvolvimento e investimentos públicos pelo país em diversos setores da sociedade. A política econômica desse período foi caracterizada por um modelo híbrido de desenvolvimento interno com a retomada do papel do Estado e com a manutenção dos parâmetros macroeconômicos neoliberais a partir do regime de metas, câmbio flutuante e superávit primário (MAMMARELLA;

⁵ A Lei n. 8.031, de 12 de abril de 1990, foi revogada pela Lei n. 9.491, de 9 de setembro de 1997, que alterou procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização. Ver mais em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19491.htm. Acesso em 28 out. 2020.

PESSOA; FERREIRA; *et al.*, 2015). Esse modelo político adotado no país afetou principalmente a base da pirâmide social, com distribuição de renda a partir de investimentos públicos que aqueceram a economia interna, programas de geração de emprego, aumento de concursos públicos, valorização do salário-mínimo e incentivo ao consumo (SOARES; FEDOZZI, 2015). Além disso, destacamos os investimentos na educação, na melhoria das condições das universidades e no acesso das classes populares ao ensino superior, tanto em universidades federais quanto nas universidades privadas, através de programas de financiamento estudantil, bolsas de estudos e criação de campus universitários, Institutos Federais e Universidades Públicas.

Os investimentos em infraestrutura, indústria, comércio e os programas de distribuição de renda, assim como a valorização das *commodities* e as circunstâncias favoráveis para o país frente à conjuntura internacional, contribuíram para o bom desempenho do primeiro mandato de Lula. Ao mesmo tempo, beneficiou também o topo da pirâmide com a transferência de recursos do Tesouro Nacional para credores da dívida pública e incentivos fiscais para empresas. Os anos entre 2006 e 2010 foram considerados como o período do “Milagrinho” (CARVALHO, 2018). Conforme estudo da PwC, entre 2006 e 2012 ocorreu a duplicação do número de compras por participação majoritária e minoritárias de empresas de bens de consumo, comércio e serviços no país por empresas estrangeiras, uma vez que a economia brasileira estava aquecida com aumento do consumo pela população e a emergência de uma classe C de trabalhadores com salários valorizados e maior poder de consumo.⁶

Em 2011, Dilma Rousseff assumiu o seu primeiro mandato na presidência com a incumbência de dar continuidade ao ritmo de desenvolvimento e diminuição das desigualdades, adotando uma política neodesenvolvimentista por meio de um conjunto de medidas batizado como Nova Matriz Econômica. Foram aplicadas medidas para investir na indústria nacional,

⁶ Ver matéria “Compra de empresas nacionais por estrangeiras dobra em seis anos”, publicada pelo **Estadão**, em 13 out. 2012. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,compra-de-empresas-nacionais-por-estrangeiras-dobra-em-seis-anos,130608e>. Acesso em 28 out. 2020.

aumentando o investimento público e estimulando o crédito e o financiamento com propostas em diversos setores. Dilma atendeu a todas as demandas dos empresários do setor industrial para que pudessem competir com a indústria estrangeira, reduzindo a taxa de juros, desvalorizando o Real e oferecendo subsídios para as empresas mediante desonerações tributárias, controle de tarifas energéticas e crédito a juros mais baixos (BOITO JR., 2017; CARVALHO, 2018).

Nesse período, também teve início a segunda parte do Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2) e o lançamento do Plano Brasil Maior, voltado à indústria nacional. A política de conteúdo local no setor naval e na exploração de petróleo reforçou o compromisso do governo federal com o desenvolvimento industrial nacional. Contudo, a partir de 2014, o preço do barril de petróleo sofreu uma considerável desvalorização. O número de empregados do setor de construção naval começou a diminuir consideravelmente no ano de 2015 devido à redução da meta de produção de petróleo, da diminuição na demanda por plataformas e pela dificuldade de acesso a financiamentos em função da queda no grau de investimento do país naquele ano. Os indícios de que o crescimento econômico brasileiro iria desacelerar já estavam sendo apresentados pelo menos um ano antes, em 2014.

A política de redução de juros, em algum momento, passou a desagradar os rentistas e empresários, e as estatais passaram a sofrer críticas e questionamentos sobre o papel do Estado na economia por parte da grande mídia, formando uma frente de oposição ao governo em busca do apoio das demais frações da sociedade (BOITO JR., 2017). Em meio à crise econômica, política e institucional, ocorreu a redução das exportações, uma vez que os países que importavam do Brasil foram se voltando para a indústria interna, como a China, assim como a queda das *commodities*, aumento do desemprego, redução de renda da população, desindustrialização e a falta de investimentos em setores estratégicos.

Em 2015, Dilma recuou em suas ações e passou a tomar medidas de austeridade na intenção fracassada de recuperar o apoio dos empresários, descumprindo algumas das promessas que fez em campanha (SINGER, 2015). As políticas econômicas praticadas no

governo de Lula e Dilma beneficiaram principalmente a base e o topo da pirâmide. A inflação de serviços causada pela expansão do emprego e a valorização dos salários das classes da base da pirâmide afetaram os trabalhadores da classe média tradicional, que se juntaram aos rentistas, empresários e industriais reivindicando a saída de Dilma (CARVALHO, 2018).

Dilma foi acusada de crime de responsabilidade fiscal e afastada do cargo em maio de 2016, quando seu vice, Michel Temer, assumiu como presidente interino. Com o afastamento definitivo de Dilma em agosto de 2016, Michel Temer foi empossado como presidente até o final do mandato, em 2018. A partir desse momento, uma nova agenda de governo com medidas de austeridade severas foi imposta. A queda da atividade econômica, a restrição fiscal e a alta do desemprego marcaram o período. A proposta de emenda constitucional (PEC) do teto dos gastos públicos foi aprovada e, nesse mesmo ano, o governo apresentou as reformas da previdência e trabalhista com o objetivo de flexibilizar as relações de trabalho.

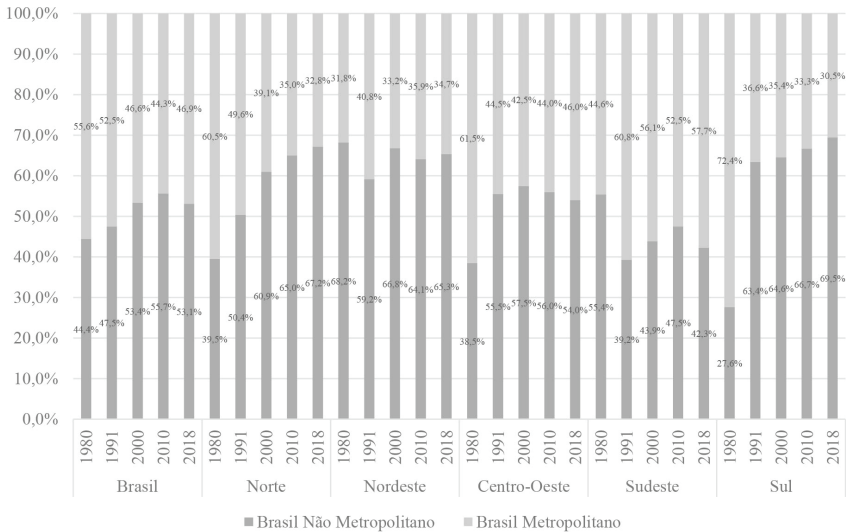
1.2 Os dirigentes e supervisores no contexto das transformações econômicas

O Gráfico 2 apresenta a proporção de Dirigentes e Supervisores no Brasil Metropolitano e Brasil Não Metropolitano. Esse grupo ocupacional apresentou alta concentração nas metrópoles, fato já esperado, uma vez que o desenvolvimento econômico do Brasil foi desigual e concentrado nas cidades principais, sedes dos aparelhos burocráticos do Estado, articuladoras da circulação de mercadorias e do capital e, posteriormente, das indústrias (OLIVEIRA, 2013; SANTOS; SILVEIRA, 2001).

As cidades se constituíram segundo um padrão litorâneo não só devido ao seu caráter exportador de produtos primários, mas também devido à divisão social do trabalho, e isto tem a ver com a forma específica do capital que controlava desde cima (sem entrar nela) essa economia agroexportadora. Vai ser nas cidades que se localizarão tanto os aparelhos que fazem a ligação da produção com a circulação internacional de mercadorias

quanto os aparelhos de Estado - do Estado colonial português, em primeiro lugar, e depois do Estado brasileiro - que têm nas cidades, evidentemente, a sua sede privilegiada (OLIVEIRA, 2013, p. 49).

GRÁFICO 2: DISTRIBUIÇÃO DOS DIRIGENTES E SUPERVISORES NO BRASIL METROPOLITANO E BRASIL NÃO METROPOLITANO – 1980-2018



FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

As principais metrópoles brasileiras no século XXI foram os centros de coordenação e comando das atividades produtivas de outras regiões, local das sedes administrativas das multinacionais, e, por isso, explica o resultado concentrado de Dirigentes no Brasil Metropolitano. Ainda que a partir de 2000 o Brasil Não Metropolitano tenha alcançado os 53,4% de Dirigentes e Supervisores, resultado da descentralização produtiva e desenvolvimento econômico, o Brasil Metropolitano concentra em um restrito espaço (comparado com a extensão territorial nacional) um número expressivo de trabalhadores em posições de comando. A distribuição por regiões demonstrou que ocorreu uma descentralização das ocupações de Dirigentes e Supervisores para além das metrópoles, sugerindo a interiorização de algumas atividades.

A Tabela 1 apresenta o ritmo de crescimento dos Dirigentes e Supervisores nas 12 Regiões Metropolitanas (RMs) que

constituem o recorte territorial do Brasil Metropolitano. As RM de São Paulo e do Rio de Janeiro concentraram a maior proporção de Dirigentes no país, contudo, ocorreu dispersão e ritmo de crescimento maior em outras RMs ao longo das décadas. Embora todas as RMs tenham registrado crescimento positivo entre as décadas de 1980 e 1990, as RMs que tiveram destaque no aumento do número de Dirigentes estavam predominantemente fora do eixo Sul-Sudeste, compreendendo as RMs de Belo Horizonte, Goiânia e Manaus.

TABELA 1: BRASIL METROPOLITANO: TAXAS DE CRESCIMENTO DOS DIRIGENTES E SUPERVISORES NO BRASIL METROPOLITANO – 1980-2018 (EM %)

BRASIL METROPOLITANO	1991	2000	2010	2018
Região Metropolitana de Belém	63,0	45,0	55,0	-12,0
Região Metropolitana de Belo Horizonte	84,0	11,0	54,0	-1,0
Região Metropolitana de Brasília	42,0	55,0	56,0	2,0
Região Metropolitana de Curitiba	76,0	47,0	47,0	6,0
Região Metropolitana de Fortaleza	49,0	53,0	56,0	14,0
Região Metropolitana de Recife	41,0	17,0	91,0	-28,0
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	29,0	14,0	25,0	6,0
Região Metropolitana de Salvador	57,0	31,0	54,0	-22,0
Região Metropolitana de São Paulo	53,0	4,0	35,0	26,0
Região Metropolitana de Goiânia	85,0	54,0	87,0	-15,0
Região Metropolitana de Porto Alegre	26,0	28,0	55,0	-23,0
Região Metropolitana de Manaus	80,0	31,0	56,0	5,0

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Entre 1991 e 2000, ocorreu parco crescimento nas RMs de São Paulo e Rio de Janeiro em comparação à década de 1980. As RMs de Brasília, Fortaleza e Goiânia foram as que mais se destacaram. Entre 2000 e 2010, observamos a alta na proporção de Dirigentes em todas as RMs do Brasil Metropolitano, com destaque para Recife e Goiânia. Em 2018, observamos crescimento negativo em algumas RMs pela primeira vez desde 1980. Com exceção de São Paulo, que obteve a maior taxa de crescimento de Dirigentes nessa última década, as demais RMs com crescimento positivo não alcançaram as taxas de crescimento identificadas nas décadas anteriores.

As maiores concentrações de dirigentes no Brasil Metropolitano ocorreram em 1980 e 1991 (Tabela 2). Entre 1980 e 1991, ocorreu um crescimento acelerado (57,8%) de Dirigentes e Supervisores, período que coincide com a abertura econômica e com a transição para acumulação flexível. Podemos observar nesse contexto, também, o aumento de Supervisores e Dirigentes no Brasil Não Metropolitano após a constituição de 1988 com o aumento no número de emancipações e a gradual descentralização das atividades produtivas para outras regiões do país.

TABELA 2: DISTRIBUIÇÃO DOS DIRIGENTES E SUPERVISORES NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018

ANO	BRASIL METROPOLITANO		BRASIL NÃO METROPOLITANO		TOTAL	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
1980	630.278	55,6%	502.816	44,4%	1.133.094	100%
1991	938.269	52,5%	849.371	47,5%	1.787.640	100%
2000	1.097.983	46,6%	1.256.982	53,4%	2.354.965	100%
2010	1.583.323	44,3%	1.988.638	55,7%	3.571.961	100%
2018	1.679.000	46,9%	1.899.225	53,1%	3.578.225	100%

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Em 2000, a proporção de dirigentes e supervisores no Brasil Não Metropolitano já ultrapassava a do Brasil Metropolitano. Outro fator a ser analisado é a hipótese de diferença de impacto para os dirigentes e supervisores com as privatizações de estatais nos anos 1990. Ao mesmo tempo que se exigia um Estado reduzido, repassando os serviços essenciais ao setor privado, era necessário que o Estado assumisse o papel de regulador através da criação das agências reguladoras (MESQUITA, 2005). A expansão e desenvolvimento de novos serviços e diversificação de tarefas apontaram também para uma maior complexidade e necessidade de profissionais de supervisão e gerência no setor público (LONGO, 2014).

A segunda onda de aumento expressivo na taxa de crescimento ocorreu entre 2000 e 2010, conforme mostra a Tabela 2. Esse crescimento deve-se principalmente pelo maior incremento no Brasil Não Metropolitano. Ocorreu crescimento positivo dos

Dirigentes e Supervisores do Brasil Metropolitano em todos os anos observados. No Brasil Não Metropolitano, ocorreu uma queda na taxa de crescimento apenas em 2018 (queda de -4,5%).

TABELA 3: DISTRIBUIÇÃO DOS DIRIGENTES E SUPERVISORES NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 2010-2018

SUBGRUPOS	TERRITÓRIO	2010	2018
Dirigentes	Não Metropolitano	1.012.476	1.195.265
	Metropolitano	850.566	1.038.874
Supervisores	Não Metropolitano	976.161	703.960
	Metropolitano	732.757	640.126
Total		3.571.960	3.578.225

FONTE: IBGE – Censo Demográfico (2010) e PNAD Contínua (2018).

A Tabela 3 apresenta as características internas do grupo dos Dirigentes e Supervisores. Em 2010, o subgrupo de dirigentes apresentou maior concentração de pessoas ocupadas com relação aos supervisores. Tanto supervisores como dirigentes tinham maior concentração no Brasil Não Metropolitano. No ano de 2018, ocorreu queda no número de supervisores e um incremento no número de dirigentes, ainda que pouco expressivo.

1.3 Os estabelecimentos de atividades e o papel dos dirigentes e supervisores

Na Tabela 4, podemos observar a diminuição da proporção de dirigentes nos setores primários e o aumento da participação do setor terciário no total desse grupo no Brasil Não Metropolitano. No Brasil Metropolitano, é possível ver o aumento de trabalhadores no setor de informação, comunicação, atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas.

Observamos um ritmo maior de crescimento dos Dirigentes e Supervisores do setor de Administração Pública, Defesa e Seguridade Social no Brasil Não Metropolitano, com a maior taxa de crescimento entre a década de 1980 e 1991. Brandt (2010) constatou que, após a Constituição de 1988 e a flexibilização de critérios para a emancipação, ocorreu um crescimento intenso de pequenos municípios entre os anos 1989 e 2001 em todo o país, com destaque para os estados da Região Norte. A flexibilização dos critérios de

emancipação fez com que houvesse um incremento considerável de municípios entre os anos de 1988 e 1996. Posteriormente, a Emenda Constitucional nº 15, de 1996, foi aprovada e restringiu o movimento de novas emancipações até a década subsequente.

Em números absolutos, no Brasil Não Metropolitano, houve crescimento positivo e gradual de Dirigentes e Supervisores entre 1980 e 2018 na *Indústria geral*, ainda que em números relativos tenha perdido espaço para outros setores que tiveram maior destaque e ritmo de crescimento nessas últimas décadas. Os setores que apresentaram destaque foram o da *Construção* entre 1991 e 2000, *Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas* entre 2000 e 2010, *Alojamento e alimentação* e *Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas*, em 2018. Já no Brasil Metropolitano, notamos o aumento no setor de *Construção* a partir de 2000. O *Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas* também teve destaque entre 1980 e 1991, e, depois, entre 2000 e 2010. O número de Dirigentes e Supervisores do setor de *Alojamento e alimentação* cresceu consideravelmente entre 1980 e 2010.

O setor de *Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas* teve crescimento significativo também em todos os anos analisados. Em 2018, observamos a diminuição do ritmo de crescimento de Dirigentes e Supervisores na maioria dos setores tanto no Brasil Metropolitano, como no Brasil Não Metropolitano, com decréscimos de pessoal nos estabelecimentos do setor primário, *Construção, Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas* e *Alojamento e alimentação*.

Confrontamos os dados do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) para estabelecer uma comparação da evolução do número de empresas por porte e setor de atividade com os dados de distribuição dos Dirigentes por setor de atividade da Tabela 4. É importante salientar que o CEMPRE não utiliza registros de Microempreendedores Individuais (MEI) em suas bases de dados, concentrando-se apenas nas Microempresas (com até nove pessoas ocupadas), Empresas de Pequeno Porte (10 a 49 pessoas), Médias Empresas (50 a 249 pessoas) e Grandes Empresas (250 ou mais pessoas ocupadas).

TABELA 4: DISTRIBUIÇÃO DE DIRIGENTES E SUPERVISORES POR SETOR DE ATIVIDADE – 1980-2010 (EM %)

SETOR DE ATIVIDADE	BRASIL NÃO METROPOLITANO					BRASIL METROPOLITANO				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	21,0	13,0	10,0	6,0	4,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0
Indústria geral	25,0	27,0	19,0	17,0	21,0	36,0	31,0	20,0	14,0	18,0
Construção	3,0	2,0	6,0	5,0	4,0	4,0	3,0	6,0	6,0	5,0
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	16,0	20,0	24,0	30,0	27,0	19,0	23,0	26,0	26,0	22,0
Transporte, armazenagem e correio	4,0	3,0	3,0	3,0	3,0	4,0	4,0	4,0	3,0	5,0
Alojamento e alimentação	2,0	3,0	6,0	8,0	6,0	3,0	4,0	7,0	8,0	6,0
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	12,0	10,0	8,0	9,0	12,0	18,0	16,0	19,0	20,0	27,0
Administração pública, defesa e seguridade social	7,0	11,0	12,0	9,0	11,0	7,0	7,0	7,0	6,0	6,0
Educação, saúde humana e serviços sociais	7,0	8,0	8,0	6,0	9,0	5,0	6,0	7,0	5,0	7,0
Outros Serviços	2,0	3,0	2,0	2,0	3,0	3,0	4,0	3,0	3,0	3,0
Atividades mal definidas	0,0	1,0	1,0	5,0	0,0	1,0	1,0	2,0	8,0	0,0
TOTAL	99,0	100,0	99,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	99,0

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018). Nota: Nesta tabela, os totais que não somarem 100% é porque não apresentaram percentuais de informações ignoradas ou não declaradas.

Entre os anos de 1996 e 2006, a maioria das empresas foi classificada como de Pequeno Porte com até quatro empregados (média de 80% em todos os anos) e empresas de cinco a nove empregados (média de 10% em todos os anos). A Região Sudeste

despontou com o maior número de empresas, ainda que a taxa de crescimento tenha sido maior nas regiões Norte (126%), Nordeste (108%) e Centro-Oeste (91%) nesse período de 1996 a 2006. O crescimento no número de estabelecimentos empresariais era crescente nesse período, portanto.

Entre os anos de 2006 e 2018, as empresas de Pequeno Porte com até quatro empregados somaram em média 74% do total, e as de Pequeno Porte com cinco até nove empregados contribuíram com cerca de 14% da participação total do período. As regiões Sudeste e Sul seguiram concentrando maior número de empresas, ainda que a taxa de crescimento tenha sido maior nas regiões Centro-Oeste e Norte. O crescimento no número de estabelecimentos permaneceu ascendente mesmo com a crise de 2008, alcançando o auge nos anos de 2012 e 2013. Em 2014, o ritmo de crescimento passou a apresentar sinais de ruptura. A partir de 2015, ocorreram sucessivas quedas no número total de estabelecimentos até 2018 (último ano informado pela pesquisa do IBGE). Os setores com maiores números absolutos compreenderam as atividades de *Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas; Atividades administrativas e serviços complementares; Atividades profissionais, científicas e técnicas; e Indústria de transformação.*

1.3.1 Empresas Estatais e Multinacionais

O número de empresas estatais vem diminuindo desde 1980, conforme o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST). Em 1980, o país possuía 213 empresas estatais; em 1990, esse número diminuiu para 186 e, depois, para 103 no ano de 2000. No ano de 2010, somavam 120 estatais federais. Isso se deve às privatizações, incorporações e liquidações de empresas (EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO, 2010). Destas, a maioria faz parte dos setores de energia, petróleo, gás e derivados, setor financeiro, comércio e serviços (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2019). Em 2018, existiam 258 empresas estatais estaduais. Os setores de desenvolvimento, saneamento e financeiro foram os mais representativos (TESOURO NACIONAL, 2018).

Ao mesmo tempo, no setor privado, o país concentrou multinacionais nos setores de tecnologia, montadoras (automotivos), petróleo e gás, e financeiras, oriundas principalmente dos EUA,

Espanha, Suíça, China, França, Alemanha, Reino Unido, Coreia e Japão. Walmart, Toyota, Volkswagen, Apple e Samsung foram algumas das multinacionais com maiores receitas nos últimos anos. Em 2019, 18 empresas brasileiras figuraram no *Global 2000*, entre elas a Petrobras, seguida pelo Itaú, Banco Bradesco, Banco do Brasil e JBS. E o setor financeiro é o que mais tem se destacado e gerado receitas nos últimos anos.⁷⁸⁹¹⁰ Também destacamos aqui a difusão das *fintechs*.

Cavalcante (2009) afirma que muitas das novas ocupações de assalariados do trabalho não manual são consequências do próprio desenvolvimento capitalista e das sucessivas divisões do trabalho, que demandam profissionais de gerência, técnicas-administrativas especializadas etc. As empresas possuem diversos setores internos e ocupações como gerente jurídico, diretor de contratos, recursos humanos, *marketing*, gerente de vendas, diretor financeiro e de Tecnologia da Informação (TI) que ganharam espaço nas últimas décadas a fim de aperfeiçoar estratégias corporativas e enfrentar a competitividade do mercado. De acordo com o estudo de remuneração da Michael Page (2015), as empresas têm procurado soluções para a otimização de seus processos, controle de vendas e do comportamento dos consumidores através da Tecnologia da Informação (TI). Por isso, a área de TI foi a terceira mais requisitada para o quadro de funcionários no ano de 2015, com salários valorizados mesmo em meio à crise.

⁷ Ver matéria “*The World’s Largest Public Companies*”, publicada na **Forbes**, em 13 mai. 2020. Disponível em: <https://www.forbes.com/global2000/#4748d397335d>. Acesso em 28 out. 2020.

⁸ Ver matéria “As 25 maiores empresas do mundo, segundo a Fortune”, publicada na **Exame**, em 20 jul. 2018. Disponível em: <https://exame.com/negocios/as-20-maiores-empresas-do-mundo-segundo-a-fortune/>. Acesso em 28 out. 2020.

⁹ Ver matéria “As empresas mais lucrativas da Bolsa brasileira em 2019 – e os maiores prejuízos”, publicada no **InfoMoney**, em 1º abr. 2020. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/negocios/as-empresas-mais-lucrativas-da-bolsa-brasileira-em-2019-e-os-maiores-prejuizos/>

¹⁰ Para ver o *ranking* das mil maiores empresas brasileiras, confira o infográfico publicado em **Valor Econômico**, em 2018. Disponível em: <https://www.valor.com.br/valor1000/2019/ranking1000maiores>. Acesso em 28 out. 2020.

2. Características dos dirigentes entre os anos de 1980 e 2018

2.1. Perfil Sociodemográfico

A Tabela 5 apresenta algumas informações sobre o perfil sociodemográfico da população total ocupada no Brasil e do grupo dos Dirigentes e Supervisores. Ao compararmos a proporção de população ocupada do sexo feminino com relação ao sexo masculino no Brasil, notamos que ainda há desigualdade na maioria das ocupações, embora a participação das mulheres venha crescendo no mercado de trabalho ao longo das décadas.

Com o grupo dos Dirigentes e Supervisores não foi diferente: a Tabela 5 evidencia a proporção de menos de 20% de mulheres ocupando cargos de dirigentes e supervisores no ano de 1980. Em 2018, eram 39,6% de trabalhadoras em ocupações de dirigente e supervisão. Entre 2010 e 2018, o número de mulheres obteve crescimento positivo, e a queda de crescimento ocorreu apenas entre os Dirigentes e Supervisores do sexo masculino no Brasil Não Metropolitano.

A ampliação significativa de mulheres dirigentes e supervisoras sugere uma evolução positiva de inclusão destas em cargos de comando, direção e supervisão. No setor de *Educação, saúde humana e serviços sociais*, as mulheres apresentaram proporção maior do que os homens em todas as décadas analisadas. Os setores de atividades com maior igualdade entre proporção de homens e mulheres foram o *Comércio, Alojamento e Alimentação, Informação, Comunicação e Atividades Financeiras, Imobiliárias, Profissionais e Administrativas, Educação, Saúde e Outros serviços*. As maiores proporções foram em setores de *Alojamento e Alimentação* (48%) e *Informação* (47%), e obtiveram também as maiores taxas de crescimento entre os anos de 1980 e 2018, além do setor de *Educação, Saúde e Serviços Sociais* (65%).

A população em cargos de dirigentes e supervisores é majoritariamente branca. Em 1980, a proporção de dirigentes e supervisores de cor branca era de 78,1%, diminuindo lentamente ao longo das décadas. Em 2018, a proporção de brancos era de 60,5%. A proporção de Dirigentes e Supervisores de cor preta e parda (negros) aumentou ao longo das décadas, embora esteja ainda longe de atingir patamares da desejável inclusão e justa equidade.

TABELA 5: DISTRIBUIÇÃO POR PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DA POPULAÇÃO TOTAL OCUPADA E DOS DIRIGENTES E SUPERVISORES – 1980-2018 (EM %)

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO	POPULAÇÃO OCUPADA NO BRASIL					DIRIGENTES E SUPERVISORES NO BRASIL				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
SEXO										
Masculino	72,8	68,2	62,3	57,7	56,3	82,7	75,2	69,4	63,2	60,4
Feminino	27,2	31,8	37,7	42,3	43,7	17,3	24,8	30,6	36,8	39,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
COR/RAÇA										
Branca	55,7	53,4	55,7	50,0	45,2	78,1	72,7	71,3	65,1	60,5
Preta	6,6	5,6	6,7	8,2	10,0	1,9	2,4	3,8	5,1	6,8
Amarela	0,7	0,5	0,5	1,1	0,8	1,5	1,2	1,1	1,4	1,2
Parda	36,5	40,1	36,2	40,4	43,7	18,3	23,4	23,2	28,2	31,3
Indígena	0,0	0,2	0,4	0,3	0,4	0,0	0,0	0,2	0,1	0,2
Total	99,5	99,8	99,5	100,0	100,0	99,8	99,7	99,6	99,9	100,0
FAIXA ETÁRIA										
Menos de 14	2,7	1,5	1,1	0,8	*	0,0	0,1	0,1	0,1	*
14 a 17	9,7	7,1	4,9	3,1	1,7	0,5	0,8	0,7	0,5	0,2
18 a 24	23,5	20,7	19,3	16,0	12,7	12,4	11,6	10,4	8,5	6,4
25 a 34	26,2	29,0	27,6	27,7	24,3	35,8	35,6	29,5	29,4	26,2
35 a 49	24,6	28,5	32,5	33,2	36,7	36,5	39,9	43,8	40,0	44,7
50 a 64	11,0	11,2	12,3	16,2	21,0	13,0	10,7	13,8	18,7	19,9
65 ou mais	2,1	2,0	2,3	3,0	3,6	1,7	1,3	1,8	2,8	2,7
Total	99,8	100,0	100,0	100,0	100,0	99,9	100,0	100,0	100,0	100,0
ESCOLARIDADE										
Sem Instrução e Fundamental Incompleto	77,8	66,4	47,9	38,5	26,2	35,3	26,0	21,9	16,8	6,3
Fundamental Completo e Médio Incompleto	9,6	12,9	16,8	17,8	15,0	16,8	16,1	14,3	12,9	6,8
Médio Completo e Superior Incompleto	9,2	14,7	21,7	30,7	38,8	30,9	35,9	40,1	39,2	40,1
Superior Completo	3,4	6,0	7,0	12,7	19,9	17,0	22,0	23,8	30,8	46,8
Total	100,0	100,0	93,4	99,7	99,9	100,0	100,0	100,0	99,7	100,0

FONTE: IBGE – Censo Demográfico (2010) e PNAD Contínua (2018). *A PNAD Contínua só pesquisa indivíduos maiores de 14 anos. Nota: Os totais que não somaram 100% desconsideram informações ignoradas ou não declaradas.

No Brasil, podemos observar um envelhecimento da população ocupada, que apontou maior concentração nas faixas de idade dos 25 aos 49 anos. Com o grupo dos Dirigentes, esse fenômeno ocorreu da mesma forma e com proporções maiores nas faixas de 25 aos 49 anos, e nas demais faixas de idade após os 49 anos. O nível de instrução dos Dirigentes e Supervisores se apresentou alto, com as maiores concentrações de pessoas nas classes de Ensino Médio Completo, Superior Incompleto e Superior Completo. Esse grupo precisa de determinado tempo de experiência para exercer funções de dirigente e supervisão nas empresas (exigindo, portanto, maior qualificação), o que explica a menor concentração de ocupados na faixa de idade de jovens e os níveis de escolaridade maiores do que a média nacional.

Na comparação do grupo de Dirigentes e Supervisores entre o Brasil Metropolitano e o Brasil Não Metropolitano (Tabela 6) percebemos maior desigualdade entre Dirigentes e Supervisores do sexo feminino no Brasil Não Metropolitano. Ocorreu também menor proporção de Dirigentes e Supervisores de cor preta no Brasil Não Metropolitano. O nível de escolaridade dos Dirigentes e Supervisores se mostrou mais elevado no Brasil Metropolitano. No Brasil Não Metropolitano, foi possível observar um aumento de proporção expressivo no nível de escolaridade entre os anos 2000 (18,7% dos trabalhadores com Superior Completo) e 2010 (26,7% dos trabalhadores com Superior Completo), e em 2018 (41,5% dos trabalhadores com ensino Superior Completo).

TABELA 6: DISTRIBUIÇÃO POR PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS DIRIGENTES E SUPERVISORES NO BRASIL (NÃO METROPOLITANO E METROPOLITANO) – 1980-2018 (EM %)

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO	BRASIL NÃO METROPOLITANO					BRASIL METROPOLITANO				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
SEXO										
Masculino	85,3	78,3	71,7	64,7	62,0	80,6	72,4	66,7	61,4	58,6
Feminino	14,7	21,7	28,3	35,3	38,0	19,4	27,6	33,3	38,6	41,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
COR/RAÇA										
Branca	75,5	72,1	70,4	65,5	59,8	80,2	73,2	72,4	64,5	61,2
Preta	2,0	2,1	3,4	4,4	6,1	1,8	2,6	4,1	6,0	7,5
Amarela	0,9	0,8	0,7	1,2	0,5	1,9	1,6	1,5	1,7	2,0
Parda	21,3	24,7	24,8	28,7	33,3	15,9	22,2	21,3	27,6	29,2
Indígena	0,0	0,0	0,2	0,1	0,3	0,0	0,1	0,2	0,1	0,2
Total	99,7	99,7	99,5	99,9	100,0	99,8	99,7	99,5	99,9	100,0
FAIXA ETÁRIA										
Menos de 14 anos	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1	*
14 a 17 anos	0,7	0,9	0,9	0,6	0,3	0,4	0,6	0,5	0,4	0,0
18 a 24 anos	12,7	11,7	10,8	8,9	6,0	12,3	11,5	9,9	8,1	6,7
25 a 34 anos	34,9	35,7	29,0	29,0	27,7	36,5	35,6	30,2	29,9	24,6
35 a 49 anos	36,7	39,5	43,4	40,1	44,6	36,4	40,3	44,2	39,8	44,8
50 a 64 anos	13,0	10,7	14,0	18,5	19,0	12,9	10,7	13,7	18,9	20,9
Mais de 65 anos	2,0	1,4	1,9	2,8	2,4	1,5	1,2	1,5	2,8	3,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
ESCOLARIDADE										
Sem Instrução e Fundamental Incompleto	45,2	32,7	27,6	19,7	8,1	27,4	20,0	15,3	13,1	4,3
Fundamental Completo e Médio Incompleto	14,7	15,8	14,9	13,7	8,2	18,4	16,4	13,6	11,9	5,3
Médio Completo e Superior Incompleto	28,1	34,5	38,8	39,7	42,3	33,1	37,1	41,6	38,5	37,6
Superior Completo	12,0	17,0	18,7	26,7	41,5	21,1	26,5	29,5	36,0	52,8
Total	100,0	100,0	100,0	99,8	100,0	100,0	100,0	100,0	99,5	100,0

FONTE: IBGE – Censo Demográfico (2010) e PNAD Contínua (2018). *A PNAD Contínua só pesquisa indivíduos maiores de 14 anos. Nota: Nesta tabela, os totais que não somarem 100% é porque não apresentaram percentuais de informações ignoradas ou não declaradas.

TABELA 7: DISTRIBUIÇÃO POR PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS SUBGRUPOS DE DIRIGENTES (D) E SUPERVISORES (S) NO BRASIL (NÃO METROPOLITANO E METROPOLITANO) – 2010-2018 (EM %)

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO	BRASIL NÃO METROPOLITANO				BRASIL METROPOLITANO			
	D	S	D	S	D	S	D	S
SEXO	2010	2018	2010	2018	2010	2018	2010	2018
Masculino	64,9	64,5	60,7	64,3	60,0	63,2	57,2	60,9
Feminino	35,1	35,5	39,3	35,7	40,0	36,8	42,8	39,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
COR/RAÇA								
Branca	69,2	61,7	62,5	55,3	71,7	56,1	68,4	49,5
Preta	3,8	5,1	4,5	8,9	4,6	7,7	6,1	9,7
Amarela	1,2	1,2	0,5	0,5	1,9	1,5	2,2	1,5
Parda	25,7	31,8	32,4	34,8	21,7	34,6	23,1	39,0
Indígena	0,1	0,2	0,2	0,5	0,1	0,2	0,1	0,3
Outra	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
FAIXA ETÁRIA								
Menos de 14 anos	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	*	*
14 a 17 anos	0,3	0,8	0,3	0,3	0,3	0,5	0,0	0,0
18 a 24 anos	7,4	10,3	5,1	7,7	7,1	9,3	6,0	7,9
25 a 34 anos	29,0	29,0	27,6	27,8	29,4	30,5	23,0	27,1
35 a 49 anos	41,6	38,6	44,2	45,5	40,9	38,6	46,5	42,2
50 a 64 anos	18,8	18,2	20,3	16,7	19,6	18,0	21,4	20,1
Mais de 65 anos	2,7	2,9	2,6	2,0	2,7	2,9	3,1	2,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
ESCOLARIDADE								
Sem Instrução e Fundamental Incompleto	14,0	25,5	5,9	11,7	6,6	20,6	2,0	8,0
Fundamental Completo e Médio Incompleto	10,2	17,4	5,8	12,3	7,6	16,9	2,2	10,3
Médio Completo e Superior Incompleto	37,1	42,4	34,8	55,1	33,8	44,0	27,3	54,3
Superior Completo	38,5	14,4	53,6	20,9	51,6	17,9	68,4	27,4
Total	99,8	99,7	100,0	100,0	99,6	99,4	99,9	100,0

FONTE: IBGE – Censo Demográfico (2010) e PNAD Contínua (2018). *A PNAD Contínua só pesquisa indivíduos maiores de 14 anos.

Nota: Nesta tabela, os totais que não somarem 100% é porque não apresentaram percentuais de informações ignoradas ou não declaradas.

A Tabela 7 apresenta as características internas que constituíram o Grupo dos Dirigentes e Supervisores. Identificamos maior igualdade entre indivíduos do sexo feminino no subgrupo de dirigentes em comparação ao grupo de supervisores. Foi observada maior proporção de pretos e pardos (negros) como supervisores quando comparada às proporções de pretos e pardos (negros) dirigentes em 2010 e 2018. A distribuição por idades entre dirigentes e supervisores é bastante próxima. O nível de escolaridade é maior no subgrupo dos dirigentes, embora o subgrupo dos supervisores tenha apresentado crescimento na proporção de pessoas com maiores níveis de escolaridade ao longo da década de 2010.

2.2. Condições Ocupacionais

Podemos observar, conforme a Tabela 8, que a maior proporção total de empregados no país ocorreu em 2010 (65,5%), assim como a maior proporção de empregos formalizados com carteira de trabalho assinada (45,3%). Também podemos ver que a menor proporção de empregados ocorreu em 2018 (58,9%), com aumento na proporção de trabalhadores por conta própria e estatutários.

Já o grupo de Dirigentes e Supervisores teve maior proporção de empregados em 1980 (99%) e 1991 (93%). A partir de 1991, houve um aumento de Dirigentes e Supervisores sem carteira de trabalho assinada, com diminuição dessa proporção em 2010, e crescimento da informalidade novamente em 2018. A proporção de contribuintes Dirigentes e Supervisores foi superior à média nacional em todos os anos, com decréscimo no ano de 2010.

Ocorreu uma explosão de Dirigentes por conta própria em 2010 e, logo após, um recuo em 2018 com aumento no grau de formalização de vínculos por CLT e empregados sem carteira. Houve aumento de Dirigentes e Supervisores por conta própria principalmente nos setores de *Comércio, Alojamento e Alimentação, Indústria Geral e Informação*. Em 2008, foi criada a lei do Microempreendedor Individual (MEI), abrangendo os micronegócios e profissionais que trabalham por conta própria (BRASIL, 2008). Essa lei beneficiou trabalhadores que até então

atuavam de maneira informal, como costureiras, manicures, ambulantes, proporcionando a opção destes de contribuir com o regime de previdência social, garantindo seu direito às proteções sociais (auxílio-doença, licença-maternidade etc.) e aposentadoria.

TABELA 8: DISTRIBUIÇÃO POR CONDIÇÕES OCUPACIONAIS DA POPULAÇÃO TOTAL OCUPADA E DOS DIRIGENTES E SUPERVISORES – 1980-2018 (EM %)

CONDIÇÕES OCUPACIONAIS	POPULAÇÃO OCUPADA					DIRIGENTES E SUPERVISORES				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO										
Conta-própria	24,9	25,8	26,4	21,5	25,4	0,0	0,0	7,4	24,8	7,0
Empregado	62,8	61,4	60,5	65,5	58,9	99,0	93,0	83,9	68,8	83,7
<i>Com carteira</i>	0,0	41,6	36,5	45,3	38,8	–	82,4	67,3	60,3	70,0
<i>Sem carteira</i>	0,0	19,8	24,1	20,2	20,1	–	10,6	16,7	8,5	13,7
Estatutário	*	5,3	5,6	5,4	8,6	*	6,4	7,9	6,1	8,6
Sem remuneração	5,3	3,7	4,4	1,7	2,3	0,6	0,7	0,8	0,4	0,7
Total	93,0	96,2	96,9	94,1	95,2	99,6	100,0	100,0	100,0	100,0
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA										
Contribui (qualquer trabalho)	54,4	53,8	53,2	66,2	63,1	89,8	88,9	82,5	81,4	90,4
Não contribui	43,0	44,8	46,8	33,8	36,9	9,4	10,2	17,5	18,6	9,6
Total	97,4	98,6	100,0	100,0	100,0	99,2	99,1	100,0	100,0	100,0
HORAS TRABALHADAS										
Menos de 15	1,0	1,4	3,2	8,3	4,5	0,0	0,7	1,4	4,8	0,7
De 15 a 29 horas	5,0	7,2	9,9	8,9	11,6	0,5	2,2	3,5	3,1	3,1
De 30 a 39 horas	9,2	9,1	10,4	8,6	11,0	1,7	5,4	6,2	5,3	5,1
De 40 a 48 horas	54,9	62,8	51,3	58,7	62,2	4,3	73,8	62,2	65,7	77,6
Mais de 48 horas	28,5	19,3	24,4	15,2	10,5	66,9	18,0	26,5	21,2	13,6
Sem declaração	1,3	0,0	0,2	0,0	0,2	26,1	0,0	0,2	0,0	0,0
Total	99,9	99,8	99,4	99,7	100,0	99,5	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

* Não há informação disponível sobre Estatutários para o ano de 1980. Nota: Os totais que não somaram 100% desconsideram informações ignoradas ou não declaradas.

O trabalho por conta própria, na grande maioria das vezes, pelo menos no Brasil, é a alternativa na falta do emprego regular que, antes, era o único meio de proteção social (SANTIAGO; VASCONCELOS, 2017). O MEI engloba ocupações em setores diversos, com níveis

de qualificação distintos, incluindo também profissionais como contadores, fisioterapeutas, profissionais de TI etc.

Nos últimos anos, tem se popularizado o fenômeno da “pejotização” nas relações de trabalho. A “pejotização” consiste na contratação pelo empregador de pessoas jurídicas (PJ) para prestarem serviços (antes realizados por empregados com vínculos empregatícios), evitando assim os encargos trabalhistas e previdenciários, retirando a proteção e os direitos do trabalhador e camuflando a relação de emprego estabelecida (BARBOSA; ORBEM, 2015).

Ainda no contexto dos trabalhadores por conta própria, destacamos que, a depender do tipo de trabalho e remuneração desse prestador de serviço, este pode estar mais ou menos protegido das oscilações e crises econômicas. Os trabalhadores situados na base da pirâmide não se beneficiam desse tipo de precarização das relações de trabalho e sofrem muito mais o impacto da insegurança financeira do que os profissionais que possuem remunerações milionárias, como os executivos que prestam serviços para grandes empresas.

Um exemplo disso é o estudo que a Page Executive realizou com executivos no Brasil. Essa empresa de consultoria realizou entrevistas com os principais executivos (CEO, Presidente, Diretor Geral, *Managing Director*, *General Manager*, *Country Manager* e Diretor de Unidade de Negócios) de empresas nacionais e multinacionais de diversas regiões brasileiras e setores de atividade. Em 2013, dos 700 executivos entrevistados, 29,7% deles eram prestadores de serviço como Pessoa Jurídica (PJ) em empresas nacionais; em 2015, de mil executivos, 32% eram PJ; e em 2016, de 1.150 executivos, 30% eram PJ (PAGE EXECUTIVE, 2013; 2015; 2016).

A Reforma Trabalhista (BRASIL, 2017) flexibilizou as regras de terceirização e facilitou a contratação de profissionais autônomos sem vínculo empregatício com o contratante. A permissão da terceirização da atividade-fim da empresa incentiva a utilização da “pejotização”. E essa realidade de insegurança nas relações de trabalho impacta de formas diferentes o supervisor ou gerente de um pequeno estabelecimento (maioria no Brasil) e o executivo que em apenas um mês fatura mais de R\$ 100 mil em grandes empresas brasileiras (minoria no Brasil).

As faixas de horas trabalhadas pelo Grupo de Dirigentes e Supervisores mostraram-se elevadas, principalmente no ano de 1980, onde 66,9% desses trabalhadores mantinham jornadas de trabalho superiores a 48 horas. A partir de 1991, a maioria do Grupo dos Dirigentes e Supervisores exercia jornadas de 40 a 48 horas.

A categoria de estatutários no Brasil Não Metropolitano apresentou aumento em todos os anos (Tabela 9), com destaque para o crescimento de 70% entre 1991 e 2000, e entre 2010 e 2018 (35%). No Brasil Metropolitano, o maior crescimento dessa categoria foi entre os anos de 2010 e 2018 (52%).

TABELA 9: DISTRIBUIÇÃO POR CONDIÇÕES OCUPACIONAIS DOS DIRIGENTES E SUPERVISORES NO BRASIL (NÃO METROPOLITANO E METROPOLITANO) – 1980-2018 (EM %)

CONDIÇÕES OCUPACIONAIS	BRASIL NÃO METROPOLITANO					BRASIL METROPOLITANO				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO										
Empregado	98,7	90,6	80,6	64,9	81,7	99,2	95,1	87,7	73,7	85,9
<i>Com carteira</i>	0,0	77,4	61,5	55,7	66,8	0,0	86,9	73,8	66,1	73,6
<i>Sem carteira</i>	0,0	13,1	19,1	9,2	14,9	0,0	8,3	13,9	7,6	12,3
Conta própria	0,0	0,0	8,7	27,6	7,3	0,0	0,0	5,9	21,2	6,7
Militar ou estatutário	*	8,4	9,6	7,1	10,1	*	4,5	5,8	4,8	6,9
Sem remuneração	0,9	1,1	1,1	0,4	0,9	0,4	0,3	0,5	0,3	0,5
Total	99,6	100,0	100,0	100,0	100,0	99,6	99,9	99,9	100,0	100,0
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA										
Contribuinte	81,8	84,7	79,0	79,4	90,4	96,3	92,7	86,5	83,9	90,5
Não contribuinte	17,3	14,3	21,0	20,6	9,6	3,1	6,6	13,5	16,1	9,5
Total	99,1	99,0	100,0	100,0	100,0	99,4	99,3	100,0	100,0	100,0

* Não há informação disponível sobre Estatutários para o ano de 1980.

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Nota: Os totais que não somaram 100% desconsideram informações ignoradas ou não declaradas.

A maior proporção de contribuintes ocorreu no Brasil Metropolitano. Nota-se uma maior formalização das relações de trabalho no Brasil Metropolitano com maior proporção de empregados com carteira e menor proporção de empregados sem carteira, conta própria e sem remuneração, quando comparada

aos resultados do Brasil Não Metropolitano. O mesmo ocorre com a proporção de contribuintes, superior nas metrópoles. A incidência de não contribuintes no Brasil Não Metropolitano e Brasil Metropolitano ocorreu em maior proporção em 2000 e 2010. A partir de 1991, o grupo de Dirigentes e Supervisores trabalhavam em sua maioria na faixa de 40 a 48 horas em proporções próximas entre Brasil Metropolitano e Brasil Não Metropolitano.

TABELA 10: DISTRIBUIÇÃO POR CONDIÇÕES OCUPACIONAIS DOS SUBGRUPOS DE DIRIGENTES (D) E SUPERVISORES (S) – 2010-2018 (EM %)

CONDIÇÕES OCUPACIONAIS	BRASIL NÃO METROPOLITANO				BRASIL METROPOLITANO			
	D	S	D	S	D	S	D	S
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	2010		2018		2010		2018	
Empregado	67,3	62,4	79,4	85,7	73,8	73,5	83,6	89,6
<i>com carteira</i>	57,0	54,2	62,3	74,5	66,6	65,5	69,2	80,8
<i>sem carteira</i>	10,3	8,2	17,1	11,2	7,2	8,0	14,4	8,8
Conta própria	20,6	34,8	6,7	8,4	18,7	24,1	6,7	6,6
Militar ou estatutário	11,7	2,4	13,0	5,0	7,2	2,1	9,1	3,4
Total	99,7	99,6	99,2	99,1	99,7	99,6	99,4	99,6
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA								
Contribuinte	84,4	74,1	90,6	89,9	87,4	79,9	90,2	91,0
Não contribuinte	15,6	25,9	9,4	10,1	12,6	20,1	9,8	9,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
HORAS TRABALHADAS								
Menos de 15 horas	3,7	4,1	0,8	0,6	5,4	6,5	0,5	0,9
De 15 a 29 horas	4,0	3,3	3,9	3,0	2,5	2,4	3,1	1,5
De 30 a 39 horas	5,7	4,7	5,8	4,5	5,4	5,3	4,7	5,0
De 40 a 48 horas	69,1	61,5	78,3	80,4	69,1	62,5	74,1	79,2
Mais de 48 horas	17,5	26,5	11,3	11,5	17,6	23,3	17,6	13,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE – Censo Demográfico (2010) e PNAD Contínua (2018). Nota: Os totais que não somaram 100% desconsideram informações ignoradas ou não declaradas.

Havia uma proporção maior de supervisores por conta própria principalmente no Brasil Não Metropolitano em 2010. Tanto nesse ano como em 2018, a proporção de dirigentes estatutários era maior que a de supervisores estatutários (Tabela 10). O subgrupo dos dirigentes no Brasil Não Metropolitano possuía proporção maior de contribuintes em comparação com os supervisores nos dois anos analisados. Já no Brasil Metropolitano foi constatada a maior proporção de dirigentes contribuintes apenas em 2010. A maior carga horária foi identificada no subgrupo dos supervisores em 2010 (mais de 48 horas). Em 2018, essa proporção de trabalhadores com jornada de trabalho superior a 48 horas diminuiu, aumentando a proporção da faixa de 40 a 48 horas.

2.3. Rendimento

A distribuição dos rendimentos do grupo dos Dirigentes e Supervisores é bastante heterogênea. Conforme apontado anteriormente, isso se deve aos diversos setores e especificidades de cada tipo de estabelecimento, porte, setor de atividade, e da área de cada profissional que exerce as funções de comando. Pereira (1976) observou que, na década de 1970, a remuneração era superior em multinacionais em comparação às grandes empresas nacionais privadas.

No entanto, nas últimas décadas, observamos a equiparação (e até o aumento, em alguns casos) da remuneração de executivos em grandes empresas nacionais privadas com o objetivo de manter e atrair talentos que contribuam com o desenvolvimento da empresa e com a capacidade de concorrência frente às multinacionais. De acordo com o relatório da Page Executive (2013), o salário dos principais executivos (*CEOs* e diretores) era maior em empresas nacionais em comparação à remuneração dos presidentes regionais de empresas multinacionais no Brasil. Essa tendência seguiu mesmo nos anos seguintes de crise, em 2014 e 2015. Longe disso, os *CEOs* receberam incrementos salariais vultosos nas grandes empresas brasileiras (empresas com receitas superiores a R\$ 1 bilhão) no ano de 2016. De acordo com as pesquisas elaboradas pela empresa de consultoria empresarial, a remuneração dos diretores executivos e presidentes de empresas

de grande porte cresceu acima da inflação entre 2015 e 2017 (PAGE EXECUTIVE, 2016).¹¹¹²

Em 2016, os *CEOS* entrevistados pela Page Executive possuíam remuneração fixa média entre R\$ 40 mil e R\$ 100 mil mensais, dependendo do porte e receita anual da empresa. Em alguns casos, a remuneração média total no ano ultrapassava R\$ 1 milhão. Os executivos de empresas nacionais seguiam com maior remuneração (com destaque para a proporção alta de remuneração variável, composta por bônus anual e Incentivo de Longo Prazo) em comparação com as multinacionais (PAGE EXECUTIVE, 2016). Ainda que, nos últimos anos, as remunerações desses altos executivos de grandes empresas nacionais tenham apresentado alguma queda em comparação às multinacionais, eles estão em situação mais estável do que os dirigentes de empresas de menor porte e remuneração consideravelmente inferior aos megassalários, que, como será abordado neste tópico, representam uma minoria em nosso país desigual. Ao longo dos anos, foi observada na análise da PNAD Contínua a queda na renda do grupo de Dirigentes e Supervisores, que pode ter sido fruto dessa diversificação de renda adotada nas empresas de capital aberto (bônus anual, participação nos lucros, incentivos de curto e longo prazo etc.).

Podemos observar na Tabela 11 que os rendimentos dos Dirigentes e Supervisores diminuíram ao longo das décadas, enquanto o rendimento médio da população ocupada brasileira aumentou. Mesmo com a diminuição dos rendimentos, esse grupo ainda concentra rendimentos superiores à média do trabalhador brasileiro. Identificamos, também, que os rendimentos dos Dirigentes e Supervisores foi superior no Brasil Metropolitano.

¹¹ Ver matéria “Salário de presidente de empresas cresceu 32% em anos de crise no Brasil”, publicada no **Estadão**, em 26 mar. 2018. Disponível em <https://economia.estadao.com.br/noticias/governanca,salario-de-presidentes-de-empresas-cresceu-12-pontos-porcentuais-acima-da-inflacao,70002243216#>. Acesso em 28 out. 2020.

¹² Ver matéria “Os salários dos presidentes de empresa e diretores no Brasil”, publicada na **Exame**, em 22 ago. 2013. Disponível em <https://exame.com/carreira/os-salarios-e-os-pacotes-de-remuneracao-dos-ceos-e-diretores/>. Acesso em 28 out. 2020.

TABELA 11: DISTRIBUIÇÃO POR RENDIMENTO MÉDIO DA POPULAÇÃO TOTAL OCUPADA E DOS DIRIGENTES E SUPERVISORES – 1980-2018 (EM %)

ANO	BRASIL NÃO METROPOLITANO		BRASIL METROPOLITANO	
	DIRIGENTES E SUPERVISORES	POPULAÇÃO OCUPADA	DIRIGENTES E SUPERVISORES	POPULAÇÃO OCUPADA
1980	4.229	1.516	7.012	2.552
1991	4.034	1.553	6.374	2.777
2000	3.862	1.739	6.367	2.814
2010	3.874	1.872	5.692	2.757
2018	3.839	1.917	6.223	2.878

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Conforme já abordado ao longo do texto, esse grupo possui uma estratificação interna complexa, que faz com que a análise da renda apenas pela média aritmética não seja capaz de abranger as distinções. Na Tabela 12, apresentamos os percentis da classe de rendimentos mensais desse grupo e evidenciamos o distanciamento entre média e mediana, que, por sua vez, aponta as desigualdades internas de remunerações desse grupo.

TABELA 12: DISTRIBUIÇÃO DOS DIRIGENTES POR PERCENTIS NO BRASIL – 1980-2018

BRASIL NÃO METROPOLITANO					
MEDIDA	1980	1991	2000	2010	2018
Média	4.229	4.034	3.862	3.874	3.839
Percentil 05	695	457	512	851	998
Percentil 25	1.390	1.279	1.187	1.361	1.726
Mediana	2.607	2.557	2.205	2.553	2.616
Percentil 75	5.214	4.859	4.410	4.255	4.185
Percentil 95	13.035	12.787	12.891	11.913	10.463
Percentil 99	22.594	23.744	24.425	25.528	20.926
BRASIL METROPOLITANO					
MEDIDA	1980	1991	2000	2010	2018
Média	7.012	6.374	6.367	5.692	6.223
Percentil 05	1.147	822	848	868	1.046
Percentil 25	2.607	2.101	1.984	1.702	2.093
Mediana	4.345	3.653	3.392	3.404	3.348
Percentil 75	8.690	7.307	7.124	6.807	6.801
Percentil 95	20.856	18.267	20.354	17.360	26.157
Percentil 99	34.760	36.534	37.315	34.037	36.620

FONTE: IBGE – Censo Demográfico (2010) e PNAD Contínua (2018).

A partir desses dados, podemos constatar que 50% dos Dirigentes e Supervisores no Brasil Não Metropolitano recebem até cerca de R\$ 2.500. Entre 1980 e 1991, identificamos a queda de todos os percentis, com exceção do percentil 99, que representa o menor rendimento do 1% com as maiores remunerações da população de Dirigentes e Supervisores. Entre os anos de 2000 e 2010, observamos o aumento dos percentis 5, 25 e 50 e a diminuição do valor dos percentis 75 e 95. A partir de 2010, ocorreu a primeira queda do percentil 99, ou seja, a queda dos rendimentos do 1% dos Dirigentes e Supervisores com os maiores salários do grupo. A valorização dos salários ocorreu para a maioria dos Dirigentes e Supervisores que possuíam remuneração muito baixa, e sob taxas de crescimento superiores aos grupos com os maiores salários, embora permaneçam com salários inferiores no grupo analisado, conforme Tabela 12.

Também é notável que os percentis no Brasil Metropolitano são superiores aos do Brasil Não Metropolitano; no entanto, a tendência foi de diminuição gradual das remunerações ao longo dos anos. O percentil 95 obteve queda considerável entre 2000 e 2010 e, posteriormente, a maior alta entre as quatro décadas em 2018 (Tabela 12).

Na Tabela 13, observamos a diminuição do rendimento médio tanto de supervisores como de dirigentes no Brasil Não Metropolitano entre 2010 e 2018. No Brasil Metropolitano, ocorreu o aumento no rendimento médio do subgrupo dos dirigentes e diminuição do rendimento médio dos supervisores. O subgrupo dos dirigentes obteve maiores rendimentos com relação aos supervisores em todo país, sendo que, no Brasil Metropolitano, os rendimentos desses trabalhadores representavam quase o dobro do rendimento dos dirigentes do Brasil Não Metropolitano.

TABELA 13: DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DOS DIRIGENTES (D) E SUPERVISORES (S) POR PERCENTIS NO BRASIL – 2010-2018

PERCENTIS	2010			
	BRASIL NÃO METROPOLITANO		BRASIL METROPOLITANO	
	D	S	D	S
	Média	4.802	2.909	7.628
Percentil 05	868	681	1.021	868
Percentil 25	1.702	1.191	2.553	1.361
Mediana	3.063	1.872	4.425	2.042
Percentil 75	5.106	3.404	8.509	3.404
Percentil 95	14.295	8.509	23.826	8.681
Percentil 99	25.528	17.018	42.546	18.720
PERCENTIS	2018			
	BRASIL NÃO METROPOLITANO		BRASIL METROPOLITANO	
	D	S	D	S
	Média	4.504	2.709	8.100
Percentil 05	998	998	1.256	998
Percentil 25	1.988	1.465	2.616	1.569
Mediana	3.139	2.093	4.708	2.093
Percentil 75	5.231	3.139	10.463	3.662
Percentil 95	12.555	6.278	26.157	8.370
Percentil 99	20.926	10.463	42.897	18.833

FONTE: IBGE – Censo Demográfico (2010) e PNAD Contínua (2018).

No Brasil Não Metropolitano, até o percentil 50 (isto é, as 50% remunerações mais baixas) os salários obtiveram aumento, e a partir do percentil 75 os salários sofreram desvalorização entre 2010 e 2018, tanto para os supervisores quanto para os dirigentes (ainda que estes apresentem as maiores remunerações). A desigualdade entre remunerações de dirigentes e supervisores foi maior em 2010 no Brasil Metropolitano, principalmente nos percentis 75, 95 e 99. Ocorreu aumento de rendimentos em todos os percentis dos dirigentes, e para os supervisores ocorreu aumento até o percentil 75.

Considerações finais

O aumento na complexidade oriunda da evolução dos serviços oferecidos pelo Estado, juntamente com as novas ocupações importadas pela presença de multinacionais no país, promoveu transformações sociais e tecnológicas para esse grupo ocupacional ao longo das décadas. Essas novas ocupações trocaram a função de operar máquinas por tarefas administrativas, burocráticas etc. (QUADROS; MAIA, 2010). O conjunto diversificado de serviços prestados, a fragmentação e especialização do trabalho tornaram desafiador destrinchar as características internas de um grupo tão heterogêneo como o dos Dirigentes e Supervisores. A participação desse grupo no setor terciário foi expressiva, com destaque para o crescimento da proporção de dirigentes e supervisores no setor de comércio no Brasil Não Metropolitano e nos setores de informação, comunicação, atividades financeiras, imobiliárias e administrativas no Brasil Metropolitano.

Eles concentraram proporção maior de empregados com carteira assinada e de contribuintes em relação ao total da população ocupada no Brasil ao longo das décadas analisadas. Os níveis de escolaridade e renda também se mostraram elevados na comparação. Foi observada, durante as quatro décadas, a aproximação das condições entre Brasil Metropolitano e Brasil Não Metropolitano, embora a concentração das ocupações de comando e os melhores salários ainda permaneçam em sua maioria em espaços restritos em torno das grandes metrópoles. Identificamos diferenças nas características internas entre supervisores e dirigentes, que, apesar de compartilhar situações de mercado semelhantes, possuem padrões de vida distintos. Foram constatados menores salários para os supervisores, não obstante os dois possuam grau de proteção social e rendimentos superiores à média da maioria dos assalariados brasileiros. Observamos, também, maior nível de escolaridade no subgrupo de dirigentes.

Esse grupo ocupacional, identificado majoritariamente por “classe média”, adquiriu representatividade social e peso nas decisões políticas dentro da sociedade brasileira, uma vez que esses dirigentes e supervisores, mesmo não vinculados às tarefas produtivas, propiciam as condições de valorização de mercadoria e

circulação de capital, sendo imprescindíveis na expansão do setor terciário. Nesse sentido, esse estrato social vem determinando, muitas das vezes, quais são as demandas na sociedade brasileira (OLIVEIRA, 2013).

Soma-se isso ao poder de influência direto ou indireto por parte de dirigentes (de estabelecimentos privados ou estatais) na tomada de decisão em setores econômicos e políticos estratégicos que podem impactar as condições de vida da maioria da população. A classe média possui interesses, padrões de consumo e valores próprios e, em sua maioria, não se identifica com as classes populares, mesmo que também pertença à classe de empregado. O status social, a relação de (ou próxima) de autoridade, e a influência política proporcionada pelo cargo de dirigente passou a ser ambicionada por diversas camadas ao longo das décadas. A classe dominante tem se inserido neste contexto também como acionistas dirigentes assalariados de suas próprias empresas (QUADROS; MAIA, 2010).

Por isso, os estratos mais altos do grupo dos Dirigentes e Supervisores apresentados neste capítulo podem ser identificados como pertencentes à classe dominante da estrutura social. No entanto, os demais estratos que constituem a maioria dos dirigentes e supervisores podem ser considerados “classe média” conforme análise do tópico sobre os rendimentos. A distribuição de renda é altamente concentrada e desigual até mesmo entre os profissionais em ocupações de chefia e comando, uma vez que constatamos a presença concomitante da elite dirigente com megassalários (correspondente a menos de 1% do total) e de trabalhadores que recebem apenas um salário-mínimo (Tabela 13).

Cerca de 90% dos estabelecimentos são microempresas (com até nove pessoas ocupadas) e as grandes empresas e multinacionais (250 ou mais pessoas ocupadas) não chegam a 0,5% do total de estabelecimentos no país. E essas microempresas, em sua maioria, correspondem ao comércio varejista, restaurantes e afins (ocupações de gerência exercidas pelo subgrupo de supervisores). A constatação do perfil das microempresas pode explicar em parte, o porquê de 50% do subgrupo de supervisores apresentar rendimentos na faixa de até R\$ 2.093 (Tabela 13), assim como as suas distinções com o subgrupo dos dirigentes. Constatamos que o sub-grupo de

dirigentes possui maior remuneração em comparação ao subgrupo dos supervisores, principalmente no Brasil Metropolitano, onde a desigualdade entre supervisores e dirigentes é bastante acentuada.

Corroborando com os nossos resultados, Ribeiro (2016) verificou que entre os anos de 2000 e 2010 ocorreu o aumento do rendimento médio do trabalho principal no Brasil em decorrência do crescimento real do salário-mínimo. Esse crescimento do salário-mínimo, por outro lado, causou a retração do rendimento médio das ocupações que não possuem como referência o salário-mínimo, como os dirigentes e outras ocupações mais elevadas da estrutura social. O autor constatou também que a redução das desigualdades de renda ocorreu com maior intensidade nos municípios de menor porte populacional, onde a média de rendimento é menor.

Enquanto isso, as metrópoles apresentaram ao mesmo tempo maior desigualdade e maiores rendimentos. Isso porque as ocupações mais elevadas, com maiores remunerações e de maior complexidade econômica, estão concentradas nestes espaços metropolitanos e não dependem da variação do salário-mínimo. Encontramos respaldo, também, em Carvalho (2018), que constatou que entre 2001 e 2015 ocorreu crescimento de renda na base da pirâmide social e no topo, que se manteve concentrado, ao passo que as classes intermediárias reduziram sua participação de renda no país.

Essa retração de renda da classe intermediária direcionou a classe média ao discurso equivocado de que a causa para a sua desvalorização salarial estava no Estado ineficiente e demasiado burocrático, na figura do funcionário público e dos mais pobres, que experimentaram apenas um período breve de aumento de renda nas últimas décadas. Enquanto isso, a parcela de 1% dos ocupados mais ricos, cerca de 900 mil pessoas no Brasil, ganharam em 2019 o equivalente a R\$ 28.659 por mês, valor 33,7 vezes maior que a média da metade mais pobre (4,5 milhões de pessoas recebiam em média R\$ 165 por mês)¹³¹⁴.

¹³ Ver matéria “10% mais ricos ficam com 43% da renda nacional, diz IBGE”, publicada na **Folha de S. Paulo**, em 6 mai. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/10-mais-ricos-ficam-com-43-da-renda-nacional-diz-ibge.shtml>. Acesso em 28 out. 2020.

¹⁴ Ver matéria “IBGE: 1% mais rico do Brasil ganha 33,7 vezes mais do que metade dos mais pobres”, publicada na **Carta Capital**, em 6 mai. 2020.

O debate sobre a posição contraditória do grupo de Dirigentes e Supervisores se mescla com a indefinição do limiar que constitui a classe média e a sua desvinculação às classes operárias, que fragmenta e inviabiliza a organização política das classes trabalhadoras (QUADROS; MAIA, 2010; SOUZA, 2019). Acreditamos existir muitas controvérsias e desagregação em termos de ação coletiva e coesão desse grupo na busca de melhores condições sociais, exatamente pelo caráter socioeconômico diverso que as ocupações de dirigentes e supervisores possuem e pela necessidade de consciência de classe por parte destes.

Bianca Reis Ramos é mestre em Geografia (UFRGS, 2018). Bolsista de doutorado do CNPq-Brasil no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisadora do Núcleo Porto Alegre do Observatório das Metrôpoles. Contato: bianca.reis@ufrgs.br.

Referências

- BARBOSA, A. M. S.; ORBEM, J. V. “Pejotização”: Precarização das relações de trabalho, das relações sociais e das relações humanas. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, v. 10, n. 2, pp. 839–859, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1981369420184>. Acesso em: 21 out. 2020.
- BOITO JR., A. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. **Revista Lumen**, v. 2, n. 3, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.32459/revistalumen.v2i3.45>. Acesso em: 21 mar. 2020.
- BRAGA, R. Cidades médias e aglomerações urbanas no estado de São Paulo: novas estratégias de gestão territorial. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 10., 2005. **Anais...** São Paulo: Departamento de Geografia / FFLCH / USP, 2005, pp. 2241-2254
- BRANDT, C. T. A criação de municípios após a Constituição de 1988. **Revista de Informação Legislativa**, n. 187, p. 18, 2010.

Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/ibge-1-mais-rico-do-brasil-ganha-337-vezes-mais-do-que-metade-dos-mais-pobres/>. Acesso em 28 out. 2020.

BRASIL. **Lei Complementar n. 128, de 19 de dezembro de 2008.** Brasília, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp128.htm. Acesso em 28 out. 2020.

BRASIL. **Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017.** Reforma Trabalhista. Brasília, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm. Acesso em 28 out. 2020.

BRASIL. **Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.** Consolidação das Leis de Trabalho. Rio de Janeiro, 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em 28 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990.** Cria o Programa Nacional de Desestatização. Brasília, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8031.htm. Acesso em 28 out. 2020.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Um estudo sobre as empresas multinacionais no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, v. 16, n. 1, pp. 42–45, 1976.

CARVALHO, L. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico.** São Paulo: Editora Todavia SA, 2018.

CAVALCANTE, S. Novas formas de proletarização? Reestruturação produtiva e a questão das classes. In: Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología, 27., Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: Asociación Latinoamericana de Sociología, 2009, p. 13.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. País tem 120 empresas estatais, 41 foram privatizadas nos últimos 20 anos. [s. l.], 2010. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2010-10-17/pais-tem-120-empresas-estatais-41-foram-privatizadas-nos-ultimos-20-anos>. Acesso em 28 out. 2020.

GOMES, M. T. S. O debate sobre a reestruturação produtiva no Brasil. **Raega – O Espaço Geográfico em Análise**, v. 21, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/raega.v21i0.21231>. Acesso em: 27 mar. 2020.

HALL, P. **Cidades do Amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbano no século XX.** 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE.** Rio de Janeiro: IBGE, diversos anos. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/comercio/9016-estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas.html?edicao=17076&t=publicacoes>. Acesso em 28 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Regiões de influência das cidades.** Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=o-que-e>. Acesso em 28 out. 2020.

LACERDA, A. C. “Política Econômica”. In: PINSKY, J.; COSTIN, C. (org.). **Brasil: o futuro que queremos.** São Paulo: Contexto, 2018.

LEITE, C.; AWAD, J. C. M. **Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano**. Porto Alegre: Bookman, 2012.

LONGO, F. A consolidação institucional do cargo de dirigente público. **Revista do Serviço Público**, v. 54, n. 2, pp. 7-33, 2014.

MAMMARELLA, R.; PESSOA, M. L.; FERREIRA, G. S. et al. “Estrutura Social e Organização Social do Território: Região Metropolitana de Porto Alegre – 1980-2010”. In: FEDOZZI, L. J.; SOARES, P. R. R. (org.). **Porto Alegre: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, pp. 133-184.

MESQUITA, A. A. P. O papel e o funcionamento das agências reguladoras no contexto do Estado brasileiro: problemas e soluções. **Revista de Informação Legislativa**, n. 166, p. 18, 2005.

MICHAEL PAGE. **Estudo de Remuneração 2015**. [S. l.: s. n.], 2015. Disponível em: https://www.michaelpage.com.br/sites/michaelpage.com.br/files/MP_Estudo_de_Remunera%C3%A7%C3%A3o_2015_0.pdf. Acesso em 28 out. 2020.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Boletim das Empresas Estatais Federais**, v. 9, março 2019. Brasília: MP, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletim-das-empresas-estatais-federais/arquivos/9a-edicao-boletim-das-empresas-estatais-federais.pdf>. Acesso em 28 out. 2020.

OLIVEIRA, A. U. “A inserção do Brasil no capitalismo monopolista mundial”. In: ROSS, J. L. S. (org.). **Geografia do Brasil**. 6. ed. São Paulo: Edusp, Ed. da Univ. de São Paulo, 2019.

OLIVEIRA, F. “O Estado e o urbano no Brasil”. In: BARROS, J. et al. (org.). **Cidades e conflito: o urbano na produção do Brasil contemporâneo**. 1a edição ed. Rio de Janeiro: FASE, 2013. (Caderno de debates, v. 2).

PAGE EXECUTIVE. **Pesquisa de Remuneração: Presidentes e Diretores Executivos Brasil 2016/2017**. [S. l.]: Michael Page, 2016. Disponível em: https://www.michaelpage.com.br/sites/michaelpage.com.br/files/Pesquisa%20de%20Remunera%C3%A7%C3%A3o%20Page%20Executive%202016-2017_0.pdf. Acesso em 28 out. 2020.

PAGE EXECUTIVE. **Pesquisa Salarial: Presidentes e Diretores Executivos Brasil 2013**. [S. l.]: Michael Page, 2013. Disponível em: www.michaelpage.com.br. Acesso em 28 out. 2020.

PAGE EXECUTIVE. **Pesquisa Salarial: Presidentes e Diretores Executivos Brasil 2015**. [S. l.]: Michael Page, 2015. Disponível em: https://www.michaelpage.com.br/sites/michaelpage.com.br/files/150429%20-%20pesquisa_exec_port.pdf. Acesso em 28 out. 2020.

QUADROS, W. J.; MAIA, A. G. Estrutura sócio-ocupacional no Brasil. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 14, n. 3, pp. 443-468, 2010.

RIBEIRO, L. C. Q.; LAGO, L. C. O espaço social das grandes metrópoles brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 3, p. 111, 2000.

RIBEIRO, M. G. Estrutura social e desigualdade de renda: uma comparação entre os municípios metropolitanos e os não metropolitanos do Brasil entre 2000 e 2010. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 33, n. 2, pp. 237-256, 2016.

SANTIAGO, C. E. P.; VASCONCELOS, A. M. N. Do catador ao doutor: um retrato da informalidade do trabalhador por conta própria no Brasil. **Nova Economia**, v. 27, n. 2, pp. 213-246, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6351/2588>. Acesso em: 21 out. 2020.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos CEBRAP**, 102, pp. 39-67, 2015.

SOARES, P. R. R. A “Urbanização no Rio Grande do Sul: as Cidades Médias e sua Relação com o Território”. In: PEREIRA, E. M.; DIAS, L. C. (org.). **As cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro**. Florianópolis: Editora Insular, 2011, pp. 211-228.

SOARES, P. R. R.; FEDOZZI, L. J. “Considerações finais: Transformações na Metrópole Meridional do Brasil – 1980-2010”. In: SOARES, P. R. R.; FEDOZZI, L. J. (org.). **Porto Alegre: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, pp. 345-364.

SOUZA, J. **A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro**. Edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

TESOURO NACIONAL. **As 258 empresas dos Estados brasileiros**. Um panorama das empresas estatais estaduais. [S. l.: s. n.], 2018. Disponível em: <https://empresas-estados.tesouro.gov.br/>. Acesso em 28 out. 2020.

ANEXO I

Censo 2010 e PNAD Contínua)	CBO Censo 2000	Censos de 1980 e 1991
Dirigentes	Dirigentes	Dirigentes
Setor Público	Setor Público	Setor Público
Legisladores, Dirigentes superiores da administração pública, Dirigentes de organizações que apresentam um interesse especial, Diretores gerais e gerentes gerais	Legisladores, Dirigentes Gerais Da Administração Pública e Ministros De Tribunais, Dirigentes De Produção E Operações Da Administração Pública, Dirigentes Das Áreas De Apoio Da Administração Pública	Ministros de Estado, Governadores, Prefeitos, Membros do Poder Legislativo e do Corpo Diplomático Nacional
Chefes de pequenas populações	Chefes De Pequenas Populações	Diretores, assessores e chefes no serviço público
Setor Privado	Setor Privado	Setor Privado
Dirigentes financeiros, de recursos humanos, de políticas e planejamento, administração e de serviços	Dirigentes E Administradores De Organização De Interesse Público	Administradores e gerentes na agropecuária, extração vegetal e pesca, extração mineral
Dirigentes de vendas e comercialização, publicidade e relações públicas, de pesquisa e desenvolvimento	Diretores Gerais	Administradores e gerentes na indústria de transformação, da construção civil
Dirigentes de produção agropecuária e silvicultura, produção da aquicultura e pesca, da indústria de transformação, de explorações de mineração	Dirigentes De Empresas - Empregadores Com Mais De 5 Empregados	Administradores e gerentes no comércio de mercadorias
Dirigentes de empresas de construção, de abastecimento, distribuição e afins	Diretores De Áreas De Produção E Operações (DPO)	Administradores e gerentes de hotéis e estabelecimentos similares
Dirigentes de serviços de educação, cuidados infantis, de saúde, de cuidado a pessoas idosas, serviços de bem-estar social	Diretores De Áreas De Apoio	Administradores e gerentes nos transportes
Dirigentes de serviços de tecnologia da informação e comunicações	Gerentes De Produção E Operações	Administradores e gerentes de empresas financeiras, imobiliárias e securitárias
Gerentes de sucursais de bancos, de serviços financeiros e de seguros	Gerentes De Áreas De Apoio	Outros administradores e gerentes, não classificados anteriormente
Dirigentes e gerentes de serviços profissionais não classificados anteriormente		

Censo 2010 e PNAD Contínua)	CBO Censo 2000	Censos de 1980 e 1991
Supervisão	Supervisão	Supervisão
Gerentes de hotéis	Supervisores De Serviços Administrativos, Contábeis, Financeiros E De Controle. Supervisores Dos Serviços De Transporte, Turismo, Hotelaria E Administração De Edifícios. Supervisores De Joalheria E Afins. Supervisores Da Fabricação De Celulose E Papel	Chefes e encarregados de seção de serviços administrativos de empresas
Gerentes de restaurantes	Supervisores De Trabalhadores De Atendimento Ao Público, Dos Serviços De Saúde E Cuidados Pessoais	Supervisores de segurança no trabalho
Gerentes de comércio atacadistas e varejistas	Supervisores Da Extração Mineral, da construção civil, de montagem metalmeccânica, de usinagem, conformação e tratamento de metais	
Gerentes de centros esportivos, de diversão e culturais	Supervisores De Vendas E De Prestação De Serviços Do Comércio, De Montagens E Instalações Eletroeletrônicas	
Gerentes de serviços não classificados anteriormente	Supervisores Da Mecânica De Precisão E Instrumentos Musicais, Da Indústria Têxtil, De Vidraria, Cerâmica E Afins	
Supervisores da mineração	Supervisores Dos Serviços De Proteção, Segurança E Outros Serviços	
Supervisores da construção	Supervisores Das Indústrias Químicas, Petroquímicas E Afins	
Supervisores de indústrias de transformação	Supervisores Da Indústria Do Curtimento, confecção de roupas, calçados, Artefatos De Tecidos, Couros E Afins	
Supervisores de secretaria	Supervisores Das Artes Gráficas, Inspetores E Revisores De Produção Têxtil	
Chefes de cozinha	Supervisores Da Indústria De Produtos Farmacêuticos, Cosméticos E Afins	
Trabalhadores encarregados de folha de pagamento	Supervisores De Embalagem E Etiquetagem, Da Indústria De Plásticos E Borracha, da siderurgia	
Supervisores de manutenção e limpeza de edifícios em escritórios, hotéis e estabelecimentos	Supervisores De Materiais De Construção (Vidro, Cerâmica E Compósitos) Supervisores Da Indústria Da Madeira, Mobiliário E Da Carpintaria Veicular, De Manutenção Eletroeletrônica Industrial, Comercial E Residencial, Da Fabricação De Alimentos, Bebidas E Fumo	
Supervisores de lojas	Supervisores De Manutenção Eletroeletrônica Veicular e Eletromecânica	
	Supervisores Da Reparação E Manutenção Veicular	

Censo 2010 e PNAD Contínua)	CBO Censo 2000	Censos de 1980 e 1991
Supervisão	Supervisão	Supervisão
	Supervisores De Instalações De Produção e Distribuição De Energia, Utilidades, Captação, Tratamento E Distribuição De Água	
	Supervisores Da Reparação E Manutenção De Máquinas e Equipamentos Industriais, Comerciais E Residenciais	
	Supervisores De Outros Trabalhadores Da Reparação, conservação E Manutenção	
Juízes	Juízes	
Juízes	Juízes e desembargadores	

Empregadores: empresários ou trabalhadores?

Suzana Pasternak

Introdução

Quem são os empregadores no Brasil? Quais as características e perfil desse grupo tão heterogêneo? Este trabalho se propõe a realizar uma primeira análise dos empregadores no Brasil Metropolitano e no Brasil Não Metropolitano, apontando suas características e evolução no período de 1980 a 2018. O conceito de empregador (senão em 1980, quando se admitiu o meeiro-empregador nesse conceito) limitou-se à análise das pessoas que trabalhavam explorando o seu próprio empreendimento com pelo menos um empregado. Não se diferenciou aqui se o estabelecimento em si era formal ou informal.

O artigo 2 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT, decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943) considera empregador a empresa, individual ou coletiva, que assume riscos da atividade econômica e que admite, assalaria e dirige pessoal de serviços. Equiparam-se aos empregadores, para efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, institutos de beneficência, recreativos ou outros sem fins lucrativos. O chamado poder empregatício caracteriza-se pelo “conjunto de prerrogativas com respeito à direção, regulamentação, fiscalização e disciplinamento da economia interna à empresa e correspondente prestação de serviço” (DELGADO, 2017, p. 590).

O empregador deve assumir, segundo a moderna CLT brasileira, os seguintes encargos em relação ao empregado: carteira assinada; jornada de trabalho dentro dos limites da lei; salário mensal; adicional noturno; periculosidade; insalubridade; vale-transporte; décimo-terceiro salário; licença-maternidade; licença-

paternidade; aviso prévio; seguro-desemprego; Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

No Brasil, nos últimos anos, tem-se visto um aumento na criação de pequenas empresas e de optantes pelo Simples Nacional, regime fiscal diferenciado aos pequenos negócios. Segundo o Sebrae (2013), em dezembro de 2010 havia 7,1 milhões de empresas nesse regime, número 26% maior do que em dezembro de 2011. A Lei Complementar nº 123, também conhecida como Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (MPE), data de 2006. Já o Microempreendedor individual (MEI) surgiu em 2008 e a ampliação dos limites do Simples Nacional em 2012. Toda essa política visava a fortalecer o chamado empreendedorismo e a consequente abertura de pequenos negócios, que seriam os responsáveis por gerar uma maior oferta de empregos. E uma vez que cada empresa pode corresponder a pelo menos um empregador, o esperado era um aumento de empregadores na última década. Entretanto, a crise econômica dos anos 2010 deve ter influenciado a taxa de mortalidade das empresas, tanto grandes como pequenas e micro.

A microempresa é uma sociedade simples, isto é, um negócio de responsabilidade limitada. O empresário e a empresa devem estar devidamente registrados nos órgãos competentes. Já a pequena empresa se enquadra como empresa de pequeno porte, podendo ser uma sociedade anônima. Apesar de possuírem características semelhantes, entre suas diferenças está o faturamento anual. Segundo a Lei Geral da MPE, na microempresa a receita bruta anual seria igual ou inferior a R\$ 360 mil, enquanto as pequenas empresas são aquelas com receita bruta anual entre R\$ 360 mil e 3,6 milhões. No âmbito dessa lei, a MPE criou também o MEI (Microempreendedor Individual), que tende a confundir-se com o trabalhador por conta própria. O MEI é definido como a pessoa que trabalha por conta própria, mas que se legaliza como pequeno empresário com registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Segundo a Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, para ser um microempreendedor individual era necessário faturar por ano no máximo R\$ 60 mil (em 2020, esse valor era de R\$ 81 mil) e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular. O MEI também pode ter empregado contratado que receba salário-mínimo ou que receba o piso salarial da categoria.

Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a microempresa que atua nos setores de comércio e serviços pode ter até nove pessoas empregadas ou, para o caso das microempresas inscritas nos setores industriais ou da construção civil, 19 trabalhadores. Já as pequenas empresas, que oferecem serviços ou são intituladas para o comércio, poderiam empregar de 10 a 49 pessoas. Caso atuem no setor industrial ou da construção civil, poderão contratar entre 20 a 99 pessoas. Em relação ao faturamento, para a concessão de crédito, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) estabelece que a microempresa seria aquela com faturamento anual de até R\$ 1,2 milhão, enquanto a pequena empresa possuiria faturamento anual entre R\$ 1,2 milhão e R\$ 10,5 milhões.

Quanto ao escopo territorial de análise desta investigação, o Brasil Metropolitano compreende o conjunto de 12 regiões metropolitanas assinaladas pelas Regiões Integradas de Cidades (REGIC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Belém; Fortaleza; Recife; Salvador; Rio de Janeiro; Belo Horizonte; São Paulo; Curitiba; Porto Alegre; Manaus; Goiânia; e a Área Metropolitana de Brasília. Já o Brasil Não Metropolitano corresponde a todo o território nacional, exclusive essas 12 metrópoles mencionadas, e inclusive a área rural brasileira, muito embora o território brasileiro seja bastante urbanizado.

1. A abrangência espacial e o tipo de informação disponível sobre empregadores nos censos demográficos

No Censo Demográfico de 1980, a posição no estabelecimento estava representada por duas categorias: parceiro ou meeiro-empregador e a categoria empregador, sem outra qualificação. O meeiro-empregador representou 2,56% do total de empregadores do Brasil Não Metropolitano e apenas 0,18% dos empregadores do Brasil Metropolitano. Trata-se de um fenômeno majoritariamente rural, embora esse percentual de 1,67% do total de empregadores tenha sido analisado conjuntamente. No Censo de 1980, as

informações podem ser desagregadas em nível metropolitano. Há perguntas sobre previdência, horas trabalhadas, finalidade do estabelecimento, mas não constam informações sobre o tamanho do estabelecimento, por exemplo.

No Censo Demográfico de 1991, as informações podem ser desagregadas em nível metropolitano e em nível municipal. Há perguntas sobre previdência, tipo e finalidade da empresa, e número de empregados (1-2; 3-4; 5-9; 10 ou mais). O Censo Demográfico de 2000, por sua vez, é bastante completo em relação aos outros: em nível espacial, detalha a metrópole e o município da capital. Fornece também dado sobre a previdência do empregador, tipo e finalidade da empresa, e detalha o número de empregador em alguns segmentos: 1; 2; 3-5; 6-10; 11 e mais empregados. No Censo de 2010, foi mantido o nível espacial dividido entre metrópole e municípios, assim como a informação sobre previdência do empregador e tipo e finalidade da empresa. Entretanto, a informação sobre o número de empregados é fornecida apenas para o conjunto de empresas com 1 a 5 e acima de 6 empregados.

A PNAD Contínua de 2018 fornece informações em nível espacial mais detalhadas da metrópole, como tipo de empresa e previdência do empregador. Fornece também o CNPJ da empresa e o número de empregados (1-5; 6-10; 11 a 50; 51 e mais). Logo, fazer uma análise cronológica fica prejudicada tanto pela abrangência espacial das informações, como por diferenças na tipologia e no número de empregados. A própria definição de empregador nos Censos – pessoa que tiver ao menos um empregado, excluindo-se os empregados domésticos – faz com que o processo de tabulação dos dados se torne confuso. Assim, na computação dos empregadores dos Censos, pelo seu próprio conceito, existirão alguns trabalhadores por conta própria com apenas um empregado.

Na PNAD Contínua (2018), também aparece a questão do registro no CNPJ tanto para empregadores como para trabalhadores por conta própria. Nesse ano, 57,4 milhões de ocupados eram empregados (60,6% dos ocupados), 21,8 milhões trabalhadores por conta própria (23% dos ocupados), 6,3 milhões eram empregados domésticos (6,6% dos ocupados) e 3,6 milhões eram empregadores (3,7% dos ocupados). Os demais 5,8 milhões se dividiam em produtores para o próprio consumo (3,8%), trabalhadores não remunerados (2,2%) e construtores para uso próprio (0,1%). Entre

os 21,3 milhões de trabalhadores por conta própria, 4,3 milhões (19,8%) tinham CNPJ, enquanto 2,9 milhões (82,0%) dos 3,6 milhões de empregadores apresentavam CNPJ.

Como já foi colocado pelo SEADE (2019), o conceito de micro, pequeno, médio e grande empregador varia em número de empregados pelo setor de atividade, conforme indústria e construção civil e agropecuária, comércio e serviços, segundo mostra a Tabela 1.

TABELA 1: NÚMERO DE EMPREGADOS POR TAMANHO E SETOR DA EMPRESA

TAMANHO	SETOR	
	INDÚSTRIA E COMÉRCIO	AGROPECUÁRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
Micro	Até 19 ocupados	Até 9 ocupados
Pequeno	20 a 29 ocupados	10 a 49 ocupados
Médio	100 a 499 ocupados	50 a 99 ocupados
Grande	500 ou mais ocupados	100 e mais ocupados

FONTE: SEADE (2019).

Contudo, os Censos não especificam o número de empregados de acordo com esses critérios expostos na Tabela 1. No Censo de 1991, os empreendimentos eram delimitados até o número de nove empregados, depois sendo agrupados os empreendimentos com dez e mais empregados. Em 2000, o IBGE detalhava também os empregadores de acordo com poucos empregados e, depois, os que agrupavam acima de 11. Em 2010, o IBGE só forneceu os conjuntos de um a cinco e acima de seis empregados. A PNAD Contínua (2018), por sua vez, já detalhou maior número de empregados: de 11 a 50, e 51 e mais. A comparação entre os Censos e a aderência dos dados aos conceitos de micro, pequena, média e grande empresa fica, assim, prejudicada na análise dos dados aqui levantados.

Atualmente, as micro e pequenas empresas correspondem a 90% do total de empresas brasileiras e são responsáveis pela geração de 60% de empregos de pessoas economicamente ativas. As micro e pequenas empresas são de extrema importância para a movimentação econômica do país; além disso, elas têm sido consideradas por políticas públicas que visam a criar meios de facilitar a sua sobrevivência no mercado (SEBRAE, 2019).

Segundo essa última fonte, reportagem da Agência Brasil, de 1º de julho de 2019, comentou que cerca de 99,1% das empresas são micro e pequenas¹. Em outras palavras, correspondem a cerca de 12 milhões de negócios, dos quais 8,3 milhões são MEI. Respondiam, naquele momento, por 52,2% dos empregos gerados no país. Em maio de 2019, o setor foi responsável pela criação de 38 mil postos formais de trabalho, enquanto as empresas de médio e grande porte contabilizaram saldo negativo, demitindo 7,2 mil trabalhadores. Os setores da economia que lideraram a abertura de vagas foram o agropecuário e o de serviços. Comércio e indústria registraram saldo negativo de 9,4 e 3,1 mil empregos, respectivamente.

As micro e pequenas empresas costumam ter uma taxa de mortalidade bastante elevada: segundo o Sebrae (2019), a taxa de mortalidade de empresas com até dois anos caiu de 45,8%, dentre as empresas nascidas em 2008, para 23,4% dentre as empresas nascidas em 2012. De outro lado, entre 2008 e 2014, as empresas viveram em um contexto de expansão quase contínua do Produto Interno Bruto (PIB, exceção para 2009). Particularmente em 2010, a taxa de crescimento do PIB foi de 7,5% ao ano, o que, sem dúvida, beneficiou os empreendimentos criados no período. Em especial, no caso da criação do MEI (Lei Complementar nº 128/2008), o número de microempreendedores individuais passou de zero para 4,6 milhões entre 2008 e 2014, chegando a 6,1 milhões em junho de 2016.

O trabalho do Sebrae (2019) calculou as taxas de sobrevivência segmentadas para todos os portes de empresas: microempreendedor individual (MEI), microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP), média empresa (MdE) e grandes empresas (GdE). Para os MEI, comparando a taxa de sobrevivência entre empresas constituídas em 2008 (94%) e aquelas constituídas em 2012 (87%), percebe-se um aumento de mortalidade após dois anos de constituição. As ME variam em termos de sobrevivência entre 49% em 2008 para 55% em 2012, enquanto as pequenas, médias e grandes apresentaram sobrevivência próxima a 98% em todos os anos. E, em relação ao setor de atividade da empresa, a mortalidade se mostra maior nas empresas de comércio e serviços em todos os anos analisados. Importante ressaltar que o MEI não pode ser

¹ Disponível em: shorturl.at/fgqzZ. Acesso em 15 out. 2020.

considerado empregador pelos critérios do censo, já que pode ser trabalhador autônomo.

TABELA 2: VAGAS NOVAS POR TAMANHO DE EMPRESA – 2009 E 2017

EMPRESA	2009		2017	
Micro	6.584.583	51,15%	7.257.084	51,28%
Pequena	6.229.388	48,39%	6.826.147	48,23%
MPE	12.813.971	99,53%	14.083.231	99,51%
Médio	38.811	0,30%	43.968	0,31%
Grande	21.519	0,17%	25.781	0,18%
MGE	60.330	0,47%	69.749	0,49%
Total	12.874.301	100,0%	14.152.980	100,0%

FONTE: SEADE (2019)².

O mesmo trabalho de análise do SEADE (2019) afirma que o país tinha 4,2 milhões de empregadores em 2017, enquanto a taxa de crescimento dos empregadores entre 2012 e 2017 atingiu 2,9% ao ano. Para os trabalhadores por conta própria, a estimativa foi de 23,1 milhões em 2017, com uma taxa de crescimento avaliada em cerca de 2% no período 2012-2017. Existem, é claro, muito mais estabelecimentos do tipo micro e pequenos do que médios e grandes. Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), das 173 mil vagas criadas em fevereiro de 2017, 123,5 mil foram inscritas nas MPE (71%).

2. Constituição sócio-histórica

2.1. Sumarizando a história das relações de trabalho dos empregadores

Os empregadores não podem ser caracterizados como um grupo ocupacional porque não compartilham de formação semelhante ou, mesmo, de habilidades administrativas comuns. A variável que têm em comum é que apresentam a mesma posição numa relação de trabalho: são donos de um empreendimento e empregam pessoas, seja esse empreendimento formal, seja

² Disponível em: https://www.seade.gov.br/wp-content/uploads/2019/04/MapaIndustria_abril2019.pdf. Acesso em 15 out. 2020.

informal. Neste sentido, pode ser considerado como empregador tanto o “Seu Chico Lagartixa”, empreiteiro que, sem possuir CNPJ, trabalhava dentro da favela Santa Marta, no Rio de Janeiro, construindo casas e empregando um ou dois auxiliares, bem como o dono da Via Varejo, empresa comercial que possui as Casas Bahia e o Ponto Frio, sendo o terceiro maior empregador no país com cerca de 45 mil funcionários. As relações de trabalho são *proxy* das relações de classe, já que mediam a propriedade dos meios de produção.

A história das relações de trabalho abarcou desde regimes primitivos, onde as relações seriam igualitárias, passando pelo escravismo, pela servidão, pelas corporações de ofício no fim da Idade Média, até o contrato de trabalho “livre” após a Revolução Industrial. Mas, a produção em larga escala exigiu a concentração de trabalhadores, o que facilitou o despertar de uma consciência de classe. Isso fez com que os trabalhadores (isto é, os que vendiam sua força de trabalho) iniciassem uma pauta de reivindicações trabalhistas controladas por uma nova concepção de Estado, já não totalmente liberal. Contudo, o fator principal (propriedade dos meios de produção) ainda serve de mediação para uma posição de classe e explica, em grande parte, a posição social do indivíduo.

A Revolução Industrial marcou a passagem da produção do setor primário (agricultura e pecuária) para o setor secundário (produção de bens). O avanço das máquinas proporcionou o surgimento de um terceiro setor: a prestação de serviços. Com os avanços tecnológicos, possibilitou-se o processo de automação na indústria. A melhoria na tecnologia trouxe forte avanço na cibernética, possibilitando aos centros de decisão do capital a dissociação do local de produção. O investimento deixou de ter raízes em determinado solo, movimentando-se para onde o lucro fosse maior. A enorme capacidade de acumulação e transmissão de dados possibilitada pela informática mudou a forma e o local de produção. “Tanto a estruturação empresarial como as relações de trabalho sofreram inovações profundas, em decorrência dos êxitos da informática e das telecomunicações”, afirma Sussekind (2000, p. 1231). No limite, poder-se-ia ter hoje uma fábrica sem empregados na planta industrial.

Empresas competem mundialmente por mercados e necessitam oferecer ao consumidor produto de qualidade e com preço inferior ao da concorrência. Para isto, alocam suas plantas nos locais com insumos e mão de obra mais baratos, pressionam Estados nacionais e tentam desregulamentar ou flexibilizar legislações, inclusive as que normatizam as relações de trabalho. Processos de reengenharia começaram a ser implantados em empresas, reestruturando formas de produção para alcançar melhorias de custo, qualidade, atendimento e velocidade, o que iria resultar numa redução significativa no número de funcionários.

Hammer e Champy (1994) citam o exemplo da IBM Credit, que tinha um problema de tempo para aprovação do crédito de seus clientes. Mediante um processo de reengenharia, conseguiu reduzir o tempo de aprovação de sete dias para quatro horas apenas, e ainda diminuiu o quadro de funcionários, alavancando as vendas em 100 vezes. A Ford Motor reduziu o quadro de funcionários no setor de contabilidade de 500 para 125 com o apoio da informática. O tipo de produto demandado também foi responsável pelo abandono do fordismo e a adoção do chamado toyotismo, que reduz o quadro de funcionários e os organiza de forma mais horizontal para melhor aproveitamento de conhecimentos, habilidades e responsabilidades. Desta forma, quando a demanda aumenta, o quadro da empresa pode ser reforçado por trabalhadores contratados por prazo determinado ou por empresas subcontratadas.

Esse sistema somente foi possível de implementar com a aplicação do *just-in-time*. Dito de outro modo, a produção acontece mediante processos independentes e correspondentes aos números exatos da demanda. Assim, compra-se determinado número de peças para um determinado produto a ser entregue em momento e lugar específicos, reduzindo desperdícios e melhorando o custo fixo da empresa. Nessa forma de produção, os operários são retirados da planta industrial principal, montam seu próprio negócio e se dispersam em pequenas empresas (atomizando o trabalho) em contraponto ao modelo fordista, que implicava na manutenção de vínculos empregatícios por tempo indeterminado. Conforme Gilberto Dupas (1999, p. 15):

É interessante notar que, ao contrário das multinacionais – que tendiam a reproduzir as relações de trabalho observadas nas matrizes – as transnacionais, além de fabricarem diferentes partes do produto em diferentes países, o fazem sob contrato de trabalho variados. Onde lhes é conveniente, utilizam mão de obra familiar e pagam por peça; outras vezes, contratam nos moldes tradicionais de trabalho – com estabilidade, benefícios, garantias. Em outros países, preferem ainda utilizar mão de obra em tempo parcial, com contratos precários ou terceirizando parte de suas atividades; ao fazê-lo, transferem para terceiros a responsabilidade da contratação e da relação com os trabalhadores que, de outra forma, estariam sob sua ordem e responsabilidade.

Toda essa forma de organização do trabalho cria pequenas empresas que trabalham com diferentes níveis de subcontratação. A esse fato alia-se o desemprego decorrente da automação e de crises econômicas, aumentando o número de pequenos empregadores em quase todos os setores. Drucker (2003) esforçou-se para descrever as principais mudanças que ocorrerão no ambiente empresarial e nas relações de trabalho nas próximas décadas, muitas das quais foram, inclusive, aceleradas pela deflagração da pandemia de Covid-19 em 2020:

- Aumento do comércio eletrônico graças à expansão da internet, tornando-o o principal meio de distribuição de bens;
- Crescentes fusões de multinacionais, que se transformam em transnacionais e favorecem o país de origem, desta maneira;
- Valorização do conhecimento, alterando o perfil do trabalhador, não só do conhecimento teórico acadêmico, mas da tecnologia.

Sobre a evolução do número de empregadores, se, de um lado, a fusão de empresas tenderá a diminuir o número de empregadores e a concentrar as maiores empregadoras e com maior faturamento no local de origem (em geral, fora do Brasil), de outro lado, a tendência à terceirização e à fragmentação poderá dar oportunidade a inúmeras pequenas empresas com menor número de empregados, mas com

funcionários mais especializados. Diante desse cenário, as grandes empregadoras da época fordista parecem estar em declínio.

2.2. São Paulo e a industrialização

Foi no início do século XX, com a República e a conjuntura econômica favorável após a Primeira Guerra Mundial, quando a indústria brasileira realmente “deslanchou”. Apesar da política cambial ter continuado a ser ditada pelo setor agroexportador, o dinamismo econômico do país e as dificuldades de importação encarregaram-se de impulsionar o setor industrial. Por um lado, os próprios fazendeiros de café já vinham investindo regularmente parte de sua renda na economia urbana em bancos, fábricas, companhias de seguro, empreendimentos urbanísticos e imobiliários. “Por outro lado, os problemas de abastecimento do mercado interno, sobretudo de produtos manufaturados de primeira necessidade, estimularam fortemente alguns segmentos industriais, como o têxtil e o alimentício” (PASTERNAK, 1996, p. 59).

Desde o final da Primeira Guerra Mundial, o progresso dos Estados Unidos serviu de inspiração e modelo para o mundo ocidental. Entretanto, ao final dos anos 1920, a economia estadunidense, orientada pelos princípios do liberalismo clássico, mergulhou num turbilhão e, logo, cairia por terra com a crise de superprodução. A especulação financeira, que girava milhões de dólares na Bolsa de New York por meio da manipulação de papéis com valores fictícios, chegou ao ápice em 1929. Empréstimos, investimentos e importações estadunidenses cessaram temporariamente, forçando diversos países agroexportadores, inclusive o Brasil, a destruir seus estoques numa expectativa quase inútil de manter os preços dos seus produtos.

Muitos proprietários rurais paulistas já estavam diversificando seus investimentos em transportes, indústria, comércio e instituições bancárias. A indústria já dava sinais de vitalidade em São Paulo desde as primeiras décadas do século XX. A generalização do trabalho assalariado e a entrada maciça de imigrantes europeus ampliaram o mercado interno, que já não conseguia ser abastecido por gêneros importados sem desequilibrar ainda mais a balança comercial. Esse incremento de mercado interno se deu tanto em termos quantitativos como qualitativos, pois os migrantes que

vieram a substituir os escravos na lavoura, embora não tivessem poder aquisitivo para produtos importados, tinham um padrão de consumo maior do que os escravos e a mão de obra existentes até então.

Com alguns incentivos oficiais, a exemplo de crédito facilitado e algumas medidas de proteção, a indústria paulista foi crescendo. Dentro do novo contexto da política econômica da era Vargas, os empresários do setor têxtil conseguiram a proibição da importação de novas máquinas (que durou até 1937). Assim, o Estado cumpriu um papel decisivo na industrialização do país, investindo na chamada indústria de base, protegendo o mercado interno e estimulando a proteção nacional de manufaturados. Os investimentos do setor industrial provinham de recursos gerados na economia cafeeira e, também, em capitais originados no comércio de importação e exportação. Os comerciantes eram, na maioria, imigrantes que já haviam chegado ao Brasil com algum capital, gente que fazia parte de extratos sociais superiores em seus países de origem, diferentemente dos lavradores encaminhados para as fazendas de café.

A presença de quatro milhões de imigrantes estrangeiros predominantemente europeus chegando para trabalhar nas fazendas, fábricas e cidades mudou o perfil econômico, social e cultural do país, gerando consumo e fornecendo mão de obra mais qualificada. Foi desse potencial que se alimentou a industrialização brasileira nas suas primeiras etapas, produzindo tecidos e alimentos, além de móveis, material de higiene e limpeza, tintas e vernizes, ferramentas, entre outros. A população paulistana crescia rápido nesse momento, saltando de 600 mil pessoas em 1920 para quase 1,4 milhão em 1940.

A eclosão da Segunda Guerra Mundial acelerou esse processo de industrialização. Dificultadas as importações, o estímulo à indústria para suprir o mercado interno foi considerado. Não podendo comprar máquinas no exterior, a indústria brasileira utilizou sua capacidade ociosa ao trabalhar o tempo todo a pleno vapor. O suprimento de mão de obra era abundante e barato, considerando o êxodo rural desde a grande crise do café.

Em troca do seu alinhamento contra as potências do Eixo, o governo brasileiro obteve dos Estados Unidos, em 1941, um grande

empréstimo destinado à construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Estava lançada a semente para o desenvolvimento da indústria pesada.

Morse (1970) contrasta duas explicações para a “mística paulista”. Para Warren Dean (1971), uma razão estaria ligada à cultura regional de São Paulo, mais disposta ao espírito capitalista do que outros lugares da América Latina. Atribui o êxito dos fazendeiros paulistas que se dedicaram a empresas urbanas a fatores históricos e econômicos, como a própria natureza da agricultura cafeeira (propícia aos fazendeiros capitalistas que reinvestiam seus lucros) e presença de prévia acumulação de capital e a existência de um mercado livre de trabalho.

Cardoso (1964), por sua vez, apresenta outro ponto de vista: o espírito empresarial no Brasil só poderia ser estudado como função do contexto institucional que o continha. Ele coloca que a elite industrial era heterogênea e incapaz de exercer uma pressão política coerente. Acredita que o empresariado paulista era acomodado, e não inovador. Portanto, atribuir a industrialização paulista simplesmente ao acúmulo de capital produzido pelo *boom* do café poderia ser simplista, já que esse dinheiro poderia ser aplicado em qualquer lugar do país. Ele lembra o crescimento das cidades do interior do Estado de São Paulo e de uma pequena burguesia urbana, mercado para a indústria nacional. De qualquer forma, foi na metrópole paulista onde se alocou a maior parte da indústria brasileira: iniciando-se na capital nos anos 1950, caminhou para o polo industrial dos municípios do ABC e, nas décadas posteriores, para outros municípios metropolitanos, como Guarulhos, Osasco, Mogi das Cruzes e Suzano (GASPAR; APARÍCIO; BESSA, 2015).

Isto não significa que a presença dos empregadores se limite à metrópole de São Paulo, embora, como ressalta Boris Fausto (1975), desde 1920 a indústria paulista já suplantava a indústria das demais unidades da federação tanto em termos de valor da produção quanto em termos de número de operários, capital e utilização de força motriz. E, ao lado da indústria paulista, apareceram serviços e comércio. A Tabela 3 mostra a proporção de empregadores da Região Metropolitana de São Paulo no total de empregadores na população ocupada, sempre superior a 10% para todos os anos analisados.

TABELA 3: TOTAL DE EMPREGADORES E PERCENTUAL CORRESPONDENTE NA POPULAÇÃO OCUPADA NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO – 1980-2018

ANO	RMSP	TOTAL DE EMPREGADORES	%
1980	166.302	1.070.617	15,53%
1991	216.299	2.131.704	10,15%
2000	242.840	1.897.841	12,80%
2010	202.996	1.703.131	11,92%
2018	572.271	4.484.363	12,76%

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Resultante desta concentração na RMSP, a revisão de literatura sobre empregadores focaliza-se em São Paulo e, sobretudo, em biografias de grandes empresários. Bresser-Pereira (1994), no seu instigante texto sobre empresários, suas origens e as interpretações do Brasil, demonstra de forma clara que os empresários não haviam se originado em famílias brasileiras ligadas ao café, mas em famílias imigrantes de classe média. Entretanto, como já vimos, muitos historiadores, como Caio Prado Jr. (1966), colocam que, em São Paulo, a origem do empresariado industrial estava na oligarquia cafeeira. Deve ser notado que a industrialização brasileira jamais teria ocorrido sem a criação de um excedente proporcionado pelo café, o que não impediu, segundo Bresser-Pereira (1994), de que na maioria das ocasiões os cafeicultores se opusessem politicamente à industrialização.

Nessa publicação de Bresser-Pereira (1994), o autor retoma a pesquisa sobre origens étnicas e sociais dos empresários paulistas realizada previamente em 1962. Era considerado estrangeiro o empresário que fosse ele, pai ou avô, nascido no exterior. Empresário cujo avô paterno tivesse nascido no Brasil já seria considerado brasileiro. Entre os 204 dados de empresários levantados, apenas 16% tinham origem brasileira. Entre os estrangeiros (84%), 50% do total deles havia nascido fora do Brasil. Os demais (34%) eram filhos ou netos de estrangeiros. Apenas 4% tiveram origem nas famílias “aristocráticas” ligadas ao comércio e à produção de café.

Se o capital acumulado pelo café possibilitou a industrialização, não seria a imigração corresponsável pelo empreendedorismo paulista? De qualquer forma, está em curso uma certa descentralização da indústria em relação à metrópole de São Paulo. Apesar disso, diversos autores deixam claro “o papel polarizador da

metrópole paulista na economia brasileira, pautada pelo predomínio do trabalho imaterial e dos nexos informacionais presidindo a atividade produtiva” (GASPAR; APARÍCIO; BESSA, 2015, p. 49). Esses mesmos autores complementam:

No entanto, até aqui, é possível sintetizar: a cidade de São Paulo continua sendo o eixo articulador do crescimento do país, eixo esse reconfigurado setorial e espacialmente, atuando em uma totalidade móvel que pode ser associada – entre outras aproximações – ao perímetro metropolitano e macrometropolitano. A distribuição e a localização das atividades no interior do espaço metropolitano paulista e sua relação com o contexto da reestruturação econômica apontam para a redistribuição das atividades produtivas, diminuindo o peso da indústria e ampliando o dos serviços (não apenas os diretamente produtivos ou vinculados às atividades industriais), e não se resumem à desconcentração ou dispersão substantivas das funções urbanas centrais. Políticas públicas que incorporem uma visão territorial mais extensiva e integrada permitem projetar padrões alternativos de uso do solo, vinculados a novas territorialidades socioeconômicas e a vários planos escalares, principalmente no nível nacional. Estratégias espacialmente abrangentes consistem desse modo premissa fundamental para a compreensão não apenas dos fenômenos em marcha na cidade-região paulista, como das transformações possíveis no âmbito de políticas de desenvolvimento de corte democrático (p. 50).

Artigos sobre a atual localização de indústria e serviços em São Paulo (ABDAL, 2009; ABDAL, 2010; ABDAL; MACEDO; ROSSINI et al., 2019) mostram a evolução da política econômica – industrial desde os anos 1930-1970 até o ano 2000, de forma sintética (p. 156), desde a construção de matriz industrial fordista, sua consolidação com o II Plano Nacional de Desenvolvimento, e a posterior desindustrialização iniciada no final do século XX, com a reestruturação produtiva e o ápice da financeirização.

Os autores classificam os diversos segmentos de atividades em quatro ramos industriais (indústrias de alta, média-alta, média-baixa e baixa intensidade tecnológica); seis ramos de serviços (serviços intensivos em conhecimento tecnológicos, profissionais, financeiros, sociais e de mídia e cultura, e os demais serviços não

intensivos em conhecimento); e atividades não classificadas, como comércio, administração pública, construção civil e agropecuária.

Nota-se que o município de São Paulo perdeu coeficiente locacional entre 2006 e 2015 em todos os segmentos industriais, mas ganhou em todos os serviços intensivos em conhecimento. Enquanto isso, as indústrias de mais alta intensidade tecnológica tenderam a se alocar nos anéis metropolitanos (municípios da RMSP) e macrometropolitano (outros municípios da macrometrópole, excetuando os da metrópole de São Paulo), enquanto, no oeste do estado de São Paulo se concentraram as indústrias de mais baixa tecnologia

Desta forma, uma conclusão preliminar é de que, enquanto os grandes empregadores industriais paulistas se direcionaram mais para o interior do Estado, no município-polo se concentraram empresas ligadas a serviços intensivos em conhecimento e que tendem a empregar profissionais mais qualificados e em menor número. O cenário paulista está longe de ser o dominante no Brasil, onde grande parte dos empregadores é ligada ao comércio, muitas das vezes, informal. Embora o percentual de empregadores brasileiros ligados à agropecuária em 1980 tenha atingido 27% e a proporção de empregadores ligados ao comércio tenha sido superior a 35% desde 1991, de todo modo, isto ilustra o perfil da industrialização no país.

3. Características gerais dos empregadores

Para a realização da análise de longa duração dos empregadores, foram utilizados dados domiciliares dos Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000, 2010 e da PNAD Contínua de 2018. O empregador, como se viu, é definido por uma posição no trabalho e que pode realizar qualquer ocupação. Isto dificulta bastante a análise dos empregadores como categoria, já que se trata de um grupo heterogêneo que possui em comum apenas uma relação de trabalho. Além disto, não se discrimina se esse empregador possui uma empresa formal ou informal. Questão sobre a existência de CNPJ aparece apenas na PNAD Contínua de 2018, tornando-se um dado que, portanto, não serve para ilustrar as décadas de 1980, 1991, 2000 e 2010.

Por outro lado, o conceito de empregador, tanto nos Censos como na PNAD Contínua, foi semelhante no período analisado: a

não ser em 1980, quando se considerou o meeiro-empregador como empregador, nas outras pesquisas, empregador foi definido como o dono de uma empresa que possuísse pelo menos um empregado, fosse essa empresa formal, fosse informal, de qualquer ramo ou tamanho. Em 1980, a proporção de meeiros-empregadores era de apenas 1,67% do total (17.850) e concentrados no Brasil Não Metropolitano.

TABELA 4: POPULAÇÃO OCUPADA E EMPREGADORES NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018

ANO	POPULAÇÃO OCUPADA		
	TOTAL	BRASIL METROPOLITANO	BRASIL NÃO METROPOLITANO
1980	42.271.526	14.780.432	27.491.094
1991	55.293.313	19.206.927	36.032.386
2000	65.629.892	22.475.488	43.154.404
2010	86.353.839	30.210.079	55.992.330
2018	92.332.869	33.155.379	59.177.490
ANO	EMPREGADORES		
	TOTAL	BRASIL METROPOLITANO	BRASIL NÃO METROPOLITANO
1980	1.070.618	402.592	668.026
1991	2.131.704	750.023	1.381.681
2000	1.897.841	718.879	1.178.962
2010	1.703.131	616.509	1.086.622
2018	4.484.363	1.558.830	2.925.533
ANO	% DE EMPREGADORES NA POPULAÇÃO TOTAL		
	TOTAL	BRASIL METROPOLITANO	BRASIL NÃO METROPOLITANO
1980	2,53%	2,72%	2,43%
1991	3,86%	3,90%	3,83%
2000	2,89%	3,20%	2,73%
2010	1,97%	2,04%	1,94%
2018	4,86%	4,70%	4,94%

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

A proporção de empregadores no total de ocupados no Brasil era de 2,53% em 1980, subindo para 3,86% em 1991. Em 2000, essa proporção ainda se manteve alta, com 2,89% do total de ocupados. Já em 2010, esse percentual desceu para 1,97%, provável redução devido ao aumento de empregos tanto formais como informais surgidos na primeira década dos anos 2000. Já em 2018, o total de empregadores subiu para quase 5 milhões, 4,86% do total de ocupados, provável reflexo do desemprego da segunda década

dos anos 2000, fruto de forte crise econômica que fez com que os trabalhadores procurassem garantir sua sobrevivência como empregadores formais ou informais e/ou trabalhadores autônomos.

O percentual de 2,53% de empregadores no total de ocupados em 1980, e seu posterior aumento para 3,86% em 1991, com aumento significativo tanto no Brasil Metropolitano como no Brasil Não Metropolitano, reflete o que aconteceu no mercado de trabalho durante a crise dos anos 1980, com um incremento de 1.085.766 empregadores no aumento de total de 13.021.787 – ou seja, 8,34% das ocupações criadas no período se referiram à posição empregador. No Brasil Não Metropolitano, o total de mais de 830 mil posições criadas como empregador representaram quase 10% dos ocupados. No Brasil Metropolitano, o acréscimo de mais de 53 mil empregadores representou 5,73% do total de ocupados metropolitanos.

Nos anos seguintes, de 1991 a 2000, testemunharam uma continuidade da crise econômica, mas, talvez, não tão intensa: perderam-se 258 mil cargos de empregadores, mais acentuadamente no Brasil Não Metropolitano (menos 202.719 ocupados empregadores). No Brasil Metropolitano, houve a perda de mais de 31 mil novos empreendimentos. É provável que a perda de tantos empregadores no Brasil Não Metropolitanos esteja ligada a uma concentração de empresas de agronegócios. Já nessa época, a base rural brasileira se modificou e muitos empreendimentos familiares desapareceram. A concentração de propriedade rural se acentuou nesse período, cabe destacar.

Por outro lado, pode-se pensar numa diminuição dos pequenos negócios nas cidades menores. Entre 2000 e 2010, momento de desenvolvimento socioeconômico e criação de empregos, houve perda de cargos como empregadores tanto no Brasil Metropolitano como no Brasil Não Metropolitano. A perda foi menor em termos relativos (perda de 0,94% comparada à perda total de -2,50% do período 1991-2000, diminuição de mais de 92 mil cargos, comparando aos 202 mil do período anterior), tendo sido maior no Brasil Metropolitano do que no Brasil Não Metropolitano. Uma hipótese é de que a concentração de propriedade rural continuou com a expansão ainda maior do agronegócio e de que a perda de 102 mil postos de empregadores no Brasil Metropolitano se associa a um mercado de trabalho tanto formal como informal em expansão.

Em 2018, já eram notados os efeitos da crise iniciada em 2014-15: foram criados quase seis milhões de postos de trabalho no intervalo de oito anos. Destes postos de trabalho, 46,52% foram de empregadores. Ou seja, numa economia em retração, as pessoas desempregadas se lançam ao trabalho como autônomas (com pelo menos um empregado) ou empregadoras como estratégia de sobrevivência. No Brasil Metropolitano, essa estratégia responde pelos 942 mil cargos de empregadores criados no período, isto é, 32% dos empregos metropolitanos. No Brasil Não Metropolitano, esse valor corresponde a 58% das ocupações surgidas no período, interrompendo a queda contínua observada desde o ano 2000.

3.1. Empregadores por ramo de atividade

Com o propósito de desvendar quem são e onde trabalham esses empregadores, buscamos compatibilizar o ramo de negócio onde eles atuavam. Assim, dentre as categorias utilizadas nas diversas pesquisas aqui já listadas, organizou-se o chamado “ramo de atividade”, baseando-se na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) domiciliar 2.0 (e arquivos de apoio) e no agregado já feito pelo próprio IBGE. Os diversos ramos de atividade foram agrupados inicialmente em 11, a saber:

1. Agricultura, Pecuária, Produção Florestal e Pesca;
2. Indústria em geral;
3. Construção;
4. Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas;
5. Transporte, Armazenamento e Correio;
6. Alojamento e Alimentação;
7. Informação, comunicação, Atividades Financeiras, Imobiliárias, Profissionais e Administrativas
8. Administração Pública, Defesa e Seguridade Social;
9. Educação, Saúde Humana e Serviços Sociais;
10. Outros Serviços;
11. Atividades mal definidas.

O item “Administração Pública, Defesa e Seguridade Social” aparece nos Censos de 1980, 1991 e 2010, mas não aparece em

2000 e 2018. Assim, dado o seu volume bastante reduzido³, optou-se por agregá-lo à “Informação, comunicação, Atividades Financeiras, Imobiliárias, Profissionais e Administrativas”. Isto deu origem ao item “Informação, comunicação, atividades financeiras, imobiliárias, administrativas, defesa e seguridade social”.

Deste modo, passamos a trabalhar com 10 ramos de atividade. O ramo de atividade do empregador auxilia a descrever as mudanças ocorridas nestas quatro últimas décadas. A tabela a seguir mostra o número absoluto dos empregadores nos diversos ramos de atividade e a respectiva distribuição percentual.

TABELA 5: DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADORES NOS RAMOS DE ATIVIDADE NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018

ATIVIDADE	1980		1991		2000		2010		2018	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
[1]	317.078	29,62	434.199	20,37	165.101	8,70	94.547	5,55	331.745	7,40
[2]	189.290	17,68	309.141	14,50	288.349	15,19	224.020	13,15	444.671	9,92
[3]	40.390	3,77	36.770	1,72	88.057	4,64	74.400	4,37	385.874	8,60
[4]	292.147	27,29	800.799	37,57	674.852	35,56	636.999	37,40	1.576.983	35,17
[5]	23.788	2,22	32.552	1,53	61.209	3,23	45.553	2,67	122.678	2,74
[6]	73.066	6,82	222.910	10,46	159.897	8,43	108.681	6,38	484.986	10,82
[7]	57.660	5,39	137.471	6,45	252.047	13,28	154.234	9,06	598.724	13,35
[8]	25.545	2,39	67.814	3,18	97.029	5,11	83.872	4,92	281.345	6,27
[9]	35.295	3,30	80.949	3,80	87.570	4,61	62.609	3,68	257.164	5,73
[10]	16.328	1,53	9.098	0,43	23.731	1,25	137.035	8,05	192	0,00
Total	1.070.618	100	2.131.704	100,0	1.897.841	100,00	1.703.131	100,00	4.484.362	100,00
Total										
Pop.	42.271.526	2,53	55.293.313	3,86	65.629.892	2,89	86.353.839	1,97	92.332.869	4,86
Ocupada										

Legenda: [1] Agricultura, Pecuária, Produção Florestal e Pesca; [2] Indústria em geral; [3] Construção; [4] Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas; [5] Transporte, Armazenamento e Correio; [6] Alojamento e Alimentação; [7] Informação, comunicação, atividades financeiras, imobiliárias, administrativas, defesa e seguridade social; [8] Educação, Saúde Humana e Serviços Sociais; [9] Outros Serviços; [10] Atividades mal definidas. FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Observando-se a taxa de crescimento da população ocupada, percebe-se que ela se elevou 2,47% ao ano entre 1980 e 1991, decrescendo para 1,92% entre 1991 e 2000, tornando a subir na primeira década dos anos 2000 (2,78% ao ano) e diminuindo muito entre 2010 e 2018 (0,84%). Como já foi enfatizado, a taxa de

³ Em 1980, somavam apenas 1.071, 0,10% dos empregadores; em 1991 eram 2.882, 0,14% do total de empregadores, e, em 2010, 0,22% do total de empregadores.

crescimento dos empregadores é também alta em períodos de crise (6,45% entre 1980 e 1991, 2,62 vezes mais alta em relação à taxa do crescimento dos ocupados), e entre 2010 e 2018 (12,86%, 15 vezes mais alta em relação à taxa da população ocupada). Neste sentido, tornar-se empregador surge como estratégia de sobrevivência em épocas de crise e desemprego, como já mencionamos. Por meio da Tabela 5, algumas modificações na estrutura dos empregadores quanto ao ramo de atividade podem ser percebidas:

- Se, em 1980, quase 30% dos empregadores estavam no ramo da agricultura, pecuária, pesca, produção florestal e aquícultura, essa proporção veio a cair década após década, chegando a 5,5% dos empregadores em 2010. Em 2018, subiu para 7,40%;
- A proporção de empregadores ligados à indústria em geral caiu entre 1980 e 1991, reflexo da crise econômica e social no país. Tornou a subir entre 1991 e 2000, apesar da abertura econômica e financeira que se iniciou nos anos 1990. É provável que a reestruturação produtiva que se deu em vários segmentos industriais tenha possibilitado o aparecimento de novas empresas tecnologicamente mais avançadas. Mas, na década de 2000, já se observava a diminuição relativa de empregadores industriais, refletindo tanto a concentração como a diminuição de empresas, mais acentuada em 2018;
- O setor de construção se mostrou propício ao surgimento de pequenas empresas durante épocas de pouca criação de empregos. Por outro lado, a proporção relativa de empregadores ligados ao comércio e reparação de veículos, que já era elevada em 1980 (27,29%), subiu ainda mais em 1991, decrescendo pouco em 2000 e tornando a subir em 2010. Em 2018, tornou a descer, reflexo das enormes dificuldades financeiras experimentadas nos anos 2010. O setor comercial apresentou concentração econômica tanto pela entrada de grandes empresas estrangeiras, bem como pela fusão e compra de empresas menores que não conseguiram concorrer com as grandes empresas e com as de capital estrangeiro;
- Os empregadores ligados aos ramos de educação, saúde humana e serviços sociais também mostraram aumento proporcional em 2018.

TABELA 6: DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADORES NOS RAMOS DE ATIVIDADE NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) - 1980-2018 (EM %)

ATIVIDADE	BRASIL METROPOLITANO										BRASIL NÃO METROPOLITANO									
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018					
[1]	4,37	4,04	1,65	1,43	1,82	44,83	29,23	13,00	7,89	10,37	10,37	10,37	10,37	10,37	10,37					
[2]	23,82	16,52	14,33	12,34	8,80	13,98	13,41	15,72	13,62	10,51	13,62	13,62	13,62	13,62	13,62					
[3]	5,18	2,25	4,89	4,78	10,16	2,93	1,44	4,49	4,13	7,78	4,49	4,49	4,49	4,13	7,78					
[4]	34,60	42,62	34,06	32,40	31,14	22,88	34,82	36,48	40,24	37,31	34,82	34,82	36,48	40,24	37,31					
[5]	2,89	1,89	3,38	2,79	2,79	1,82	1,33	3,13	2,61	2,71	1,33	1,33	3,13	2,61	2,71					
[6]	9,43	13,23	9,18	6,64	11,43	5,26	8,95	7,96	6,24	10,49	8,95	8,95	7,96	6,24	10,49					
[7]	9,04	10,01	18,76	18,80	19,57	3,18	4,52	9,94	11,00	10,04	4,52	4,52	9,94	11,00	10,04					
[8]	3,78	4,17	6,18	5,69	7,49	1,54	2,65	4,46	4,49	5,62	2,65	2,65	4,46	4,49	5,62					
[9]	4,95	4,70	5,86	4,53	6,79	2,30	3,31	3,86	3,19	5,17	3,31	3,31	3,86	3,19	5,17					
[10]	1,94	0,58	1,71	10,61	0,00	1,27	0,35	0,97	6,59	0,01	1,27	0,35	0,97	6,59	0,01					
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00					

Legenda: [1] Agricultura, Pecuária, Produção Florestal e Pesca; [2] Indústria em geral; [3] Construção; [4] Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas; [5] Transporte, Armazenamento e Correio; [6] Alojamento e Alimentação; [7] Informação, comunicação, atividades financeiras, imobiliárias, administrativas, defesa e segurança social; [8] Educação, Saúde Humana e Serviços Sociais; [9] Outros Serviços; [10] Atividades mal definidas. FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Operfildos empregadores metropolitanos e não metropolitanos, segundo o ramo de atividades, é bem diverso no período analisado. No Brasil Metropolitano, empregadores relacionados a atividades de agricultura, pecuária e similares aparecem com percentual menor do que 5%, diminuindo desde 1980 até 2010, e subindo um pouco em 2018. No Brasil Não Metropolitano, acontece o mesmo movimento de diminuição entre 1980 e 2010, com ligeira retomada em 2018, mas com dimensões bem distintas. Em 1980, quase 45% dos empregadores ligavam-se aos ramos agrícola e pecuário (mais de dez vezes a proporção do Brasil Metropolitano), percentual este que cai para 7,89% em 2010 (mas, ainda, pelo menos cinco vezes maior do que no Brasil Metropolitano), subindo para 10,37% em 2018 (quase seis vezes a proporção do Brasil Metropolitano).

Esse dado da diminuição da proporção de empregadores parece estar associado a uma maior concentração das propriedades de terras, ligadas a um aumento da escala do agronegócio. De outro lado, o ligeiro aumento entre 2010 e 2018 parece refletir a crise econômica e, talvez, um retorno a esse tipo de atividade por segmentos populacionais que perderam o emprego em outro ramo.

No Brasil Metropolitano, o percentual de empregados ligados ao ramo industrial diminuiu entre 1980 e 1991, espelho da crise dos anos 1980, tornando a subir em 2000, diminuindo um pouco em 2010 e consideravelmente em 2018. Dados do jornal Estado de S. Paulo, de 10 de maio de 2016, indicam que 1,8 milhão de empresas fecharam no Brasil entre 2015 e 2016⁴. Isto inclui empresas de todo o tipo, não somente as industriais, é claro, mas reflete-se nas indústrias, também. No Brasil Metropolitano, a proporção de empregadores industriais era maior em 1980 e em 1991 comparada à mesma proporção no Brasil Não Metropolitano. Essa proporção se inverteu a partir de 2000; isto se explica por uma certa descentralização da atividade industrial rumo a regiões não metropolitanas, especialmente atividades com menor intensidade tecnológica que tendem a se conservar em áreas metropolitanas.

⁴ Ver matéria de Márcia de Chiara, intitulada “1,8 milhão de empresas fecharam em 2015”, publicada pelo **Estado de S. Paulo**, 10 mai. 2016. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,1-8-milhao-de-empresas-fecharam-em-2015,10000050202>. Acesso em 3 dez. 2020.

Os empregadores ligados à construção cresceram tanto no Brasil Metropolitano como no Brasil Não Metropolitano entre 2010 e 2018. Essa atividade se expandiu normalmente através da criação de pequenos empregadores em épocas de crise, garantindo uma renda mínima para famílias que ficaram sem emprego. Parte da força de trabalho pode ser ocupada, inclusive, em pequenas empresas informais de reparo e construção, empregando população sem maior escolaridade. É conhecida a associação entre venda de cimento e material de construção em épocas de crise e desemprego, por exemplo.

Tanto no Brasil Metropolitano como no Brasil Não Metropolitano, o ramo onde aparece a maior proporção de empregadores situa-se na área do comércio e reparação de veículos. No Brasil Metropolitano, a proporção de empregadores nesse ramo de atividade chegou a 43% em 1991, decrescendo a 31% em 2018. Já no Brasil Não Metropolitano, o percentual foi aumentando gradativamente de 23% em 1980 até 40% em 2010, caindo para 37% em 2018. Ou seja, as proporções mudaram em ritmo distinto entre as duas categorias de análise, culminando no maior percentual de empregadores no Brasil Não Metropolitano. Deste modo, pode-se dizer que o comércio esteja absorvendo parte dos empregadores antes industriais? A totalização desses dois ramos de atividade permanece perto de 70% em todos os anos após 1980.

O setor de alojamento e alimentação também mostra crescimento em anos de crise (1991 e 2018), chegando a um patamar de mais de 10% tanto no Brasil Metropolitano como no Brasil Não Metropolitano. Algumas áreas bastante especializadas, como a de Informação, comunicação, atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas, cresceram de 9% do total de empregadores do Brasil Metropolitano em 1980 para quase 20% em 2018. No Brasil Não Metropolitano, esses setores também cresceram de 3% para 10% em 2018. Embora o crescimento tenha sido grande nas duas áreas, são atividades ligadas especialmente ao mundo metropolitano. E, dentro de um processo de reestruturação produtiva, é provável a ocorrência da multiplicação de empresas terceirizadas, criando mais empregadores.

3.2. Tamanho do empreendimento

Como foi mencionado previamente, a forma de agrupar o número de empregados para cada empreendimento/empregador variou bastante entre os Censos e a PNAD Contínua (2018). No Censo de 1980, não constava a variável que identificava o número de empregados. Em 1991, a variável de número de empregados possuía apenas duas categorias: (1) até 9 empregados; (2) 10 empregados e mais. No Censo de 2000, as categorias de empregados foram: (1) 1 a 5 empregados; (2) 6 a 10; (3) 11 e mais. No Censo de 2010, as categorias foram: (1) 1 a 5; (2) 6 e mais empregados. A PNAD Contínua (2018), por sua vez, já detalha maior número de empregados: (1) 1 a 5; (2) 6 a 10; (3) 11 a 50; (4) 50 e mais. Diante das diferenças de categorização da variável que define o número de empregados entre as diferentes bases de dados utilizadas, o que compromete a comparação temporal entre essas bases de dados, foi realizada somente a análise comparativa entre os dados de 2000, 2010 e 2018, tendo em vista a possibilidade de compatibilização nessas bases de dados – mesmo assim, ainda com algumas diferenças entre elas.

A forma com que o Sebrae define o que seria uma empresa micro, pequena, média ou grande não coincide com a apresentação dos dados pelos Censos e pela PNAD Contínua (2018). Conforme introduzimos, o Sebrae separa empresas industriais de comerciais, agropecuárias e serviços. Para essas últimas, define como microempresas aquelas que possuem até 9 empregados; como pequenas, aquelas que têm entre 10 a 49 empregados; como médias, entre 50 a 99 empregados; e como grandes, aquelas com 100 empregados e mais. Logo, buscando agrupar esses dados de alguma forma lógica e compatibilizada entre os Censos, a PNAD Contínua e o Sebrae, categorizaram -se as empresas como:

- Empreendimentos com 1 a 5 empregados;
- Empreendimentos com 6 a 10 empregados;
- Empreendimentos com 6 ou mais empregados;
- Empresas com 11 e mais empregados;

Essa forma de análise permitiu, ao menos, uma comparação cronológica das microempresas (até 5 empregados) – aliás, vale

dizer, segmento dominante em todos os anos tanto no Brasil Metropolitano como no Brasil Não Metropolitano.

TABELA 7: TAMANHO DO EMPREENDIMENTO POR NÚMERO DE EMPREGADO – 2000-2018 (EM %)

NÚMERO DE EMPREGADOS	2000	2010	2018
1 a 5 empregados	68,89	62,99	73,78
6 a 10 empregados	14,08	–	12,96
6 e mais empregados	–	37,01	–
11 e mais empregados	17,03	–	13,26
Total	100,00	100,00	100,00

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Por meio dos dados apresentados na Tabela 7, percebe-se que os empregadores com até 5 empregados são a maioria no Brasil. Apesar de ter havido redução de sua proporção entre 2000 e 2010, houve aumento entre 2010 a 2018, resultando numa proporção superior àquela verificada em 2000. Ao considerar todos os anos de acordo com os empregadores que possuem 6 empregados ou mais, podemos perceber que em 2000 eles correspondiam a 31,1%, tendo aumentado para 37% em 2010 e reduzido para 26,6% em 2018. Porém, quando se compara de modo desagregado – o que só é possível entre 2000 e 2018 –, observamos que os empregadores com 6 a 10 empregados representavam 14,1% em 2000 e em 2018 passaram a representar 13%, uma pequena queda relativa apenas. Porém, os empregadores com 11 e mais empregados diminuíram sua proporção de 17%, em 2000, para 13,3%, em 2018, comportamento muito significativo nesse período. Esse fato reitera a afirmação do Sebrae de que são as micro e as pequenas empresas as que dão conta da maior parte dos empregos no país (embora as defina de forma distinta: para o Sebrae, a microempresa comercial, agropecuária e de serviços possui até 9 empregados). Vale ressaltar que as pesquisas domiciliares, como são os Censos Demográficos e a PNAD Contínua, têm maior dificuldade de captar os grandes empregadores por serem numericamente reduzidos no país.

Outra hipótese que se colocou perante esses dados foi a possibilidade de as pessoas adotarem a ideologia do “empreendedo-

rismo” em épocas de desemprego ao optarem pela abertura de empreendimentos como estratégia de sobrevivência. Neste raciocínio, entre 2000 e 2010, época quando o emprego aumentou no país, a proporção de pequenos negócios diminuiria, ao passo que, entre 2010 e 2018, a forte crise econômica resultaria num aumento relativo de micro e pequenos negócios. De fato, entre 2000 e 2010, o percentual de micronegócios caiu de 68,89% para 62,99%, e, entre 2010 e 2018, subiu para 73,78%. Esse aumento se deu basicamente no Brasil Metropolitano, onde o desemprego foi mais marcante (Tabela 8)⁵.

TABELA 8: TAMANHO DO EMPREENDIMENTO POR NÚMERO DE EMPREGADOS NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 2000-2018 (EM %)

NÚMERO DE EMPREGADOS	BRASIL METROPOLITANO			BRASIL NÃO METROPOLITANO		
	2000	2010	2018	2000	2010	2018
1 a 5 empregados	63,6	58,2	68,4	72,1	65,7	76,6
6 a 10 empregados	15,6	–	15,1	13,2	–	11,8
6 e mais empregados	–	41,8	–	–	34,3	–
11 e mais empregados	20,8	–	16,5	14,7	–	11,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

O Censo de 1991 permite que se conheça o valor da variável “1 ou 2 empregados”, enquanto o Censo de 2000 permite apropriar-se em separado dos empregadores com “1 ou 2 empregados”. Infelizmente, por sua vez, o Censo de 2010 agrega os estabelecimentos que possuem de 1-5 empregados, tal como a PNAD Contínua (2018). Assim, uma análise mais refinada dos empreendimentos com 1 e/ou 2 empregados pode ser construída apenas para aquelas duas primeiras datas, embora os resultados de 1991 não estejam especificados na Tabela 8. A taxa de crescimento da população ocupada total entre 1991 e 2000 foi de 1,92% ao

⁵ A respeito disso, vale comentar o caso emblemático da loja “Engenheiro Que Virou Suco”, lanchonete aberta nos anos 1990, na região da Avenida Paulista, em São Paulo, por um engenheiro desempregado durante os anos de crise e que, por isso, não conseguia mais trabalhar em sua profissão. Com essa mudança de ramo, mostrou que mesmo profissionais liberais se viram desempregados e, portanto, foram obrigados a optar por estratégias de sobrevivência alternativas. No Brasil Não Metropolitano, isto não aconteceu.

ano, enquanto a dos empregadores micro (com até 5 empregados) alcançou 2,06% anuais. A taxa de crescimento dos empregadores com 1 ou 2 empregados no mesmo período foi de 6,23% ao ano, pelo menos três vezes maior. Assim, nessas datas pode-se afirmar que o estabelecimento de negócios muito pequenos, com 1 ou 2 empregados, foi estratégia de sobrevivência utilizada pela força de trabalho.

A Tabela 9 mostra as taxas de crescimento dos empregadores com até 5 empregados, do total de empregadores e da população ocupada. No período 2010-2018, o crescimento dos empregadores com até 5 empregados foi de mais de 15% ao ano, superior à taxa de empregadores total e ao crescimento da população ocupada. Esse fenômeno se deu de modo ainda mais acentuado no Brasil Não Metropolitano, onde a taxa dos empregadores micro foi quase 23 vezes superior à taxa da população ocupada no período 2010-2018. No Brasil Metropolitano, ela foi 12,5 vezes maior do que a da população ocupada.

TABELA 9: TAXAS DE CRESCIMENTO DOS EMPREGADORES MICRO, TOTAL E DA POPULAÇÃO OCUPADA NO BRASIL (TOTAL, METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 2000-2018 (EM %)

PERÍODO	TOTAL			BRASIL METROPOLITANO			BRASIL NÃO METROPOLITANO		
	Micro	Empreg.	Pop. ocupada	Micro	Empreg.	Pop. ocupada	Micro	Empreg.	Pop. ocupada
2000-2010	-1,96	-1,08	2,78	-2,39	-1,52	3,00	-1,73	-0,81	2,64
2010-2018	15,12	12,86	0,84	14,57	12,29	1,17	19,28	13,18	0,69

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Uma possível explicação para esse impressionante aumento de empregadores, tão superior ao aumento da população ocupada e, sobretudo, daqueles com até 5 empregados, poderia estar ligada à forma de apuração existente na PNAD Contínua (2018). Nos Censos, a relação de emprego é a que existia em determinada semana de julho do ano censitário, retratando, assim, um determinado instante no meio do ano, enquanto na PNAD a investigação é contínua. Logo, isso pode fornecer dados de momentos em que existam, sazonalmente, mais empregadores, como datas comemorativas de Dia das Mães, por exemplo etc.

Entretanto, um acréscimo de 2,78 milhões de empregadores em oito anos evidentemente refuta essa explicação. A PNAD permite estabelecer uma estimativa dos empregadores com apenas um empregado: foram 1.266.907 em 2018, ou seja, 38,29% dos empregadores entre 1-5 empregados, e 28,25% do total de empregadores. Mesmo que todos fossem MEI, ainda assim, o total de empregadores com 2 e mais empregados seria de 3.217.455, ou seja, um acréscimo real indiscutível.

TABELA 10: DISTRIBUIÇÃO POR LOCAL DE TRABALHO DOS EMPREGADORES NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1991-2018 (EM %)

LOCAL DE TRABALHO	BRASIL METROPOLITANO			BRASIL NÃO METROPOLITANO		
	1991	2010	2018	1991	2010	2018
No domicílio	5,23	23,77	3,03	3,73	20,90	1,84
Em via pública	1,59	–	0,83	0,85	–	–
Propriedade agropecuária	3,34	–	–	27,80	–	1,02
Empresa ou firma	87,67	–	87,07	65,59	–	87,85
Casa de cliente ou patrão	1,64	–	0,48	1,61	–	0,41
Outro	0,53	–	8,60	0,42	–	8,88
Fora do domicílio (sem especificação)	–	76,23	–	–	79,10	–
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Um provável indicador de empregadores recentes em empreendimentos novos poderia ser o local de trabalho: se a proporção dos empregadores trabalhando no domicílio aumentasse de forma significativa, isto poderia se dar através da abertura de pequenas firmas, com pouco capital e aproveitando o domicílio como local de trabalho, o que também poderia caracterizar o microempreendedor individual. Esse dado existe em 1991, 2010 e 2018. No ano 2000, perguntava-se apenas se o empregador trabalhava no domicílio ou fora dele, no mesmo município ou em outro. Em 1991 e na PNAD Contínua (2018), o tópico mereceu maior detalhamento, conforme mostrou a Tabela 10. Em 2018, menos de 2% desses empregadores usavam o domicílio como lócus de trabalho (lembrando-se que eram tempos pré-pandemia).

4. Perfil sociodemográfico dos empregadores no Brasil

Durante o período de 1980 a 2018, houve um aumento geral da participação feminina no mercado de trabalho, passando de 27,20% em 1980 para 47,70% em 2018. Esse aumento, entretanto, não atingiu a mesma proporção entre os empregadores, embora seja acompanhado pelo mesmo número de pontos percentuais (20,48 para os empregadores e 20,50 para a população ocupada). Isto se explica pela influência de um machismo estrutural em 1980 que segue vigente no país em 2020, mas de forma menos acentuada. O “patrão”, neste caso, é preferencialmente do sexo masculino.

TABELA 11: DISTRIBUIÇÃO POR SEXO DOS EMPREGADORES E DA POPULAÇÃO OCUPADA – 1980-2018 (EM %)

SEXO	EMPREGADORES					POPULAÇÃO OCUPADA				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
Masculino	89,51	82,66	74,29	67,44	69,03	72,8	68,20	62,30	57,70	56,30
Feminino	10,49	17,34	25,71	32,56	30,97	27,2	31,80	37,70	42,30	47,70

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

TABELA 12: DISTRIBUIÇÃO POR SEXO DOS EMPREGADORES NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018 (EM %)

SEXO	BRASIL METROPOLITANO					BRASIL NÃO METROPOLITANO				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
Masculino	85,57	78,14	71,42	66,37	66,82	91,88	85,11	76,04	68,06	70,20
Feminino	14,43	21,84	28,58	33,31	33,18	8,12	14,87	23,96	31,94	29,80

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Pela Tabela 12, pode-se ver que essa situação é ainda mais evidente no Brasil Não Metropolitano, onde a proporção de mulheres empregadoras era bem menor em 1980 (8,12%) perante o Brasil Metropolitano (14,43%). Ao longo desses 40 anos, nota-se uma diminuição dessa diferença de sexo, dado que entre os metropolitanos a proporção subiu 18,75 pontos percentuais e entre os não metropolitanos 21,68 pontos percentuais.

Quanto à faixa etária dos empregadores, as faixas mais jovens são pouco representadas: na faixa de até 24 anos de idade, a proporção de empregadores era pequena. Mesmo assim, em 1980 e

1991 eram nitidamente maiores (6,1% e 7,1%) do que em 2000 e 2010 (4,6% e 4,3%, respectivamente) e em 2018 (2,4%). Para a população ocupada como um todo, o percentual de ocupados jovens também foi decrescendo a partir de 1980-2000, quando atingiram quase 36%. Políticas proibitivas do trabalho infantil e de transferência de renda (que exigem permanência de crianças e adolescentes na escola) também retardaram a entrada dessas faixas mais jovens no mercado de trabalho. Por exemplo, em 2010 apenas 20% dos ocupados tinham até 24 anos de idade, enquanto em 2018 esse valor era de 14,4%. As proporções observadas são também explicadas pelo envelhecimento populacional nas últimas décadas.

TABELA 13: DISTRIBUIÇÃO POR FAIXA ETÁRIA DOS EMPREGADORES E DA POPULAÇÃO OCUPADA NO BRASIL – 1980-2018 (EM %)

FAIXA ETÁRIA	EMPREGADORES					POPULAÇÃO OCUPADA				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
10 a 13	0,1	0,1	0,0	0,1	0,0	2,7	1,5	1,1	0,8	0,0
14 a 17	0,4	0,6	0,2	0,3	0,0	9,7	7,1	4,9	3,1	1,7
18 a 24	5,7	6,5	4,4	3,9	2,4	23,5	20,7	19,3	16,0	12,7
25 a 34	23,8	27,3	22,9	21,0	16,9	26,2	29,0	27,6	27,7	24,3
35 a 49	41,0	41,1	46,9	43,0	41,1	24,6	28,5	32,5	33,2	36,7
50 a 64	23,7	20,1	20,9	26,0	31,1	11,0	11,2	12,3	16,2	21,0
65 e mais	5,2	4,3	4,7	5,7	8,5	2,1	2,0	2,3	3,0	3,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

A diferença maior entre empregadores e a população ocupada total ocorre, em todos os anos, nas faixas etárias maiores de 35 anos: para os empregadores, a proporção fica em torno de 70%, aumentando para 81% em 2018; já entre a população total ocupada, há um aumento também ao longo das décadas, partindo de base mais jovem em 1980 e 1991 (cerca de 40%) e atingindo 62% em 2018.

A Tabela 14 mostra que as diferenças entre a estrutura etária de empregadores metropolitanos e não metropolitanos é ínfima: no Brasil Não Metropolitano, há uma proporção ligeiramente maior de empregadores jovens, em todos os anos, enquanto os empregadores maiores de 35 anos aparecem com percentual também ligeiramente maior entre os do Brasil Metropolitano. Nota-se, também, um

crescente envelhecimento dos empregadores nos dois recortes a partir de 1980, culminando com 83% dos empregadores que têm 35 anos ou mais nas metrópoles e 79,5% nos espaços não metropolitanos. Chama a atenção que em 2010 e 2018 haja maior proporção de empregadores com mais de 65 anos no Brasil Metropolitano, se comparada ao Brasil Não Metropolitano. Por conseguinte, a estrutura etária é mais avançada nas metrópoles.

TABELA 14: DISTRIBUIÇÃO POR FAIXA ETÁRIA DOS EMPREGADORES NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018 (EM %)

FAIXA ETÁRIA	BRASIL METROPOLITANO					BRASIL NÃO METROPOLITANO				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
10 a 13	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,1	0,0
14 a 17	0,2	0,5	0,1	0,3	0,0	0,5	0,6	0,2	0,3	0,1
18 a 24	5,3	6,3	4,0	3,4	2,3	5,9	6,6	4,6	4,2	2,4
25 a 34	25,4	27,6	21,9	20,2	14,8	22,8	27,2	23,5	21,4	18,0
35 a 49	42,3	43,5	47,3	41,9	40,8	40,2	39,8	46,7	43,6	41,3
50 a 64	22,6	18,9	22,3	27,8	32,9	24,5	20,8	20,1	24,9	30,1
65 e mais	3,8	3,2	4,3	6,3	9,3	6,1	4,9	4,9	5,4	8,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Percebe-se que a proporção de pessoas declaradas como brancas é sempre mais alta entre os empregadores do que na população ocupada, embora essa diferença diminua a partir de 2010. Considerando o fato de que as pessoas de cores preta e parda podem ser tratadas como negras, elas correspondiam, em 1980, a 17,4% dos empregadores em 1980 e a 43,1% da população ocupada total no Brasil. Em 2018, a proporção de pessoas negras entre os ocupados atingiu 53,7%, mostrando que muitos passaram a se autodeclarar negros em virtude da maior conscientização da questão racial e, talvez, de um aumento da taxa de natalidade nesse segmento racial. Entretanto, mesmo em 2018 a proporção de brancos era nitidamente maior entre os empregadores (64,1% *versus* 45,2% na população ocupada), vestígio da desigualdade social que ainda reina no país e que envolve um componente racial expresso nesse percentual de 42% a mais entre empregadores brancos em relação à proporção de brancos no total de ocupados (Tabela 15).

TABELA 15: DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADORES E DA POPULAÇÃO OCUPADA DO BRASIL POR COR/RAÇA – 1980-2018 (EM %)

COR/ RAÇA	EMPREGADORES					POPULAÇÃO OCUPADA				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
Branca	79,6	74,7	79,8	75,9	64,1	55,7	53,4	55,7	50,0	45,2
Amarela	2,8	2,1	2,2	2,3	1,8	0,7	0,5	0,5	1,1	0,8
Preta	1,3	1,5	1,7	2,5	4,5	6,6	5,6	6,7	8,2	10,0
Parda	16,1	21,6	15,7	19,2	29,4	36,5	40,1	36,2	40,4	43,7
Indígena	0,1	0,0	0,2	0,1	0,3	0,0	0,2	0,4	0,3	0,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,00	100,0	100,0

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

A verificação entre uma possível diferença entre os empregadores no Brasil Metropolitano e no Brasil Não Metropolitano foi observada nos anos 1980 e 1991, quando a porcentagem de empregadores negros do Brasil Metropolitano era nitidamente menor do que no Brasil Não Metropolitano (11,66% em 1980 e 19,98% em 1991, quando nesse último esses valores foram 20,98% e 34,79%, respectivamente). A partir de 2000, as proporções passaram a ficar mais semelhantes. Como hipótese, pode-se colocar o maior número de declarações de pardos e pretos graças ao avanço do debate racial no Brasil, como já foi mencionado. Em 2018, não se observa diferença no percentual de empregadores negros no Brasil Metropolitano e no Brasil Não Metropolitano (Tabela 16).

TABELA 16: DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADORES POR COR/RAÇA NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018 (EM %)

COR/ RAÇA	BRASIL METROPOLITANO					BRASIL NÃO METROPOLITANO				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
Branca	84,20	76,65	80,09	75,26	62,55	76,77	73,57	79,69	76,23	64,88
Amarela	3,93	3,08	3,01	3,22	3,28	2,04	1,51	1,68	1,78	1,03
Preta	1,05	1,59	1,98	3,03	4,73	1,52	1,41	1,48	2,23	4,35
Parda	10,62	18,39	14,36	18,38	29,14	19,46	23,37	16,58	19,63	29,48
Indígena	0,00	0,04	0,17	0,11	0,30	0,21	0,04	0,18	0,12	0,25
Não declarada	0,21	0,24	0,39	0,00	0,00	0,00	0,09	0,40	0,00	0,01
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Quanto ao nível de escolaridade, é possível observar na Tabela 17 que o nível educacional formal dos empregadores subiu muito nestas quatro décadas: se, em 1980, apenas 9,8% dos empregadores tinham formação superior, essa proporção atingiu 34,8% em 2018. O nível de escolaridade predominante continua sendo o médio completo/superior incompleto em todos os anos. Contudo, as proporções nos dois extremos (1980 e 2018) mudaram radicalmente: em 1980, cerca de 61% dos empregadores tinha apenas o fundamental incompleto ou nenhuma instrução formal; já em 2018, esse último percentual desceu para 16,8%, enquanto o de formação superior aumentou de 9,8% para 34,8%.

TABELA 17: DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADORES E DA POPULAÇÃO OCUPADA POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE – 1980-2018 (EM %)

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	EMPREGADORES					POPULAÇÃO OCUPADA				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
Sem instrução e fundamental incompleto	60,7	43,8	23,8	16,3	16,8	71,6	58,5	42,4	27,5	21,9
Fundamental completo e médio incompleto	12,6	14,6	14,6	13,0	12,0	18,3	21,5	24,6	22,3	16,7
Médio completo e superior incompleto	16,9	25,5	36,8	37,5	36,4	9,4	17,9	30,5	44,6	51,7
Superior completo	9,8	16,1	24,7	33,1	34,8	0,8	2,1	2,5	5,0	9,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Em todos os anos, o nível de escolaridade dos empregadores mostrou-se superior ao da população ocupada como um todo: o percentual de ocupados sem instrução e com fundamental incompleto para os ocupados era de 71,6% em 1980, enquanto para os empregadores era de 60,7%. No Censo de 1991, 58,5% *versus* 43,8%; em 2000, 42,4% *versus* 23,8%; em 2010, 27,5% *versus* 16,3%; e, por fim, em 2018, 21,9% *versus* 16,8%.

Nota-se, também, que houve aumento do nível de escolaridade da população brasileira expresso na redução de participação dos níveis inferiores e aumento do nível intermediário e superior. Esse aumento se deu, inclusive, pelo ingresso de praticamente todas as crianças no ensino fundamental e pela disseminação de

cursos superiores e políticas de facilitação ao seu acesso. Entre os empregadores, esse aumento também ocorreu, embora o aumento relativo entre o total de ocupados para o ensino superior completo seja bem maior que o do mesmo nível para os empregadores.

TABELA 18: DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADORES POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018 (EM %)

NÍVEL DE INSTRUÇÃO	BRASIL METROPOLITANO					BRASIL NÃO METROPOLITANO				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
Sem instrução e fundamental incompleto	42,31	29,54	15,68	11,63	11,35	71,71	51,58	28,77	18,91	19,68
Fundamental completo e médio incompleto	16,77	15,51	12,83	11,02	9,97	10,16	14,04	15,76	14,13	13,13
Médio completo e superior incompleto	24,23	31,15	38,85	36,22	36,73	12,41	22,51	35,60	38,18	36,16
Superior completo	16,69	23,80	32,64	41,13	41,95	5,72	11,88	19,87	28,62	31,02
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Existe um diferencial de escolaridade entre os empregadores do Brasil Metropolitano e do Brasil Não Metropolitano. Essa diferença aparece com maior nitidez nos Censos de 1980 e 1991: em 1980, a proporção de empregadores no Brasil Metropolitano sem instrução e com fundamental incompleto foi de 42,31% dos empregadores, enquanto no Brasil Não Metropolitano esse percentual era de quase 72%. Essa diferença diminuiu bastante nos anos de 2010 e 2018 em ambos os recortes. Do outro extremo, com empregadores de nível superior, o mesmo fenômeno aparece: em 1980, quase 17% dos empregadores metropolitanos apresentavam nível superior, enquanto cerca de 6% dos empregadores não metropolitanos o tinham. Em 2018, a expansão do ensino superior aparecia nos empregadores metropolitanos, com 41,98% deles possuindo nível superior completo e 31% dos não metropolitanos com esse mesmo nível de escolaridade.

Diante do que foi exposto, verifica-se que os empregadores são um grupo com predominância masculina acentuada até 2018,

embora o diferencial entre homens e mulheres tenha diminuído nos últimos 40 anos. A diferença se manteve entre os empregadores metropolitanos e não metropolitanos. Trata-se de grupo com idade modal entre 35 e 49 anos, tal como a população ocupada em 2010 e 2018. Antes, o grupo modal da população ocupada era mais jovem (de 25 a 34 anos). Os empregadores, entretanto, seguem com maior percentual de pessoas com mais de 50 anos. Não se percebeu diferença entre o comportamento etário dos empregadores metropolitanos e não metropolitanos. Quanto à cor/raça, os empregadores são predominantemente brancos, embora a proporção de negros (pretos + pardos) tenha aumentado desde 1980 (17,5%) até 2018, quando atingiu 33,8%. Mesmo assim, essa proporção de brancos continua superior à da população ocupada.

Não obstante o nível de escolaridade modal em 1980 fosse baixo, com 61% dos empregadores sem instrução e com fundamental incompleto, ele foi mudando ao longo das décadas, quando, em 2018, a moda passou a ser o nível superior. Esse comportamento do nível de escolaridade difere bastante da população ocupada, onde também se percebe maior qualificação, mas não na mesma intensidade. Até o Censo de 2000, o nível modal de escolaridade para a população ocupada era o mais baixo, tendo subido em 2010 e 2018 para o nível intermediário (médio completo e superior incompleto). Os empregadores no Brasil Não Metropolitano também mostraram uma melhora na sua qualificação educacional nessas décadas, embora ainda tenham menor qualificação do que os empregadores do Brasil Metropolitano. Assim, pode-se concluir que os empregadores são um grupo predominantemente masculino, branco, de meia-idade ou “velhos” e com escolaridade bastante elevada.

5. Condições de trabalho dos empregadores

A análise das condições de trabalho dos empregadores será apresentada através das variáveis de horas trabalhadas, condição de contribuição à previdência e, para o ano de 2018, tempo de vínculo na ocupação. A condição de empregador já é definida pela posição na ocupação: trata-se de um grupo que apresenta forte contribuição à previdência, sempre superior à população ocupada como um todo,

conforme mostra a Tabela 19. Mas, mesmo nesse grupo, percebe-se redução das pessoas que contribuíram para a previdência entre 1980 e 2000 e, depois, novamente entre 2010 e 2018. Somente no período entre 2000 e 2010 houve aumento, mas sem chegar ao patamar de 1980. O total da população ocupada, em patamares menores, apresenta o mesmo gradiente.

TABELA 19: DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADORES QUE CONTRIBUÍRAM À PREVIDÊNCIA ENTRE EMPREGADORES E POPULAÇÃO OCUPADA – 1980-2018 (EM %)

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA	EMPREGADORES					POPULAÇÃO OCUPADA				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
Contribui	74,2	69,5	71,7	73,3	70,0	54,4	53,8	53,2	66,2	63,1
Não contribui	24,6	28,9	28,3	26,7	30,0	43,0	44,8	46,8	33,8	36,9
Sem declaração / não sabe	1,2	1,6	0,0	0,0	0,0	2,6	1,4	0,0	0,0	0,0

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

Há diferença na proporção de contribuintes entre os empregadores no Brasil Metropolitano e no Brasil Não Metropolitano nos anos de 1980 e 1991. Essa diferença diminuiu em 2000 e praticamente se anula em 2010 e 2018. Uma hipótese é de que o aumento da taxa de urbanização, aliada ao aumento da previdência rural, tenha atuado neste sentido. No Brasil Metropolitano, o aumento de não contribuintes no intervalo 1980-1991 é maior do que no Brasil Não Metropolitano, embora os patamares iniciais sejam maiores naquele. Chama a atenção a semelhança das cifras nos anos de 2010 e 2018, conforme mostra a Tabela 20.

TABELA 20: DISTRIBUIÇÃO POR CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA DOS EMPREGADORES NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018 (EM %)

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA	BRASIL METROPOLITANO					BRASIL NÃO METROPOLITANO				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
Contribui	74,2	69,5	71,7	73,3	70,0	64,3	64,2	69,3	73,1	70,3
Não contribui	24,6	28,9	28,3	26,7	30,0	34,3	34,3	30,7	26,9	29,7
Sem declaração / não sabe	1,2	1,6	0,0	0,0	0,0	1,4	1,4	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,00

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

A questão sobre a posse de CNPJ aparece apenas na PNAD Contínua de 2018. Percebe-se que, entre as empresas do Brasil Metropolitano, a proporção de posse de CNPJ é superior à do Brasil Não Metropolitano: 83,5% das firmas possuem CNPJ, enquanto no Brasil Não Metropolitano essa porcentagem é menor, de 77,2%. Não obstante a formalização seja maior no Brasil Não Metropolitano, nota-se que a formalização da empresa é maior, nos dois casos, do que a contribuição previdenciária do seu proprietário-empregador. Para o total de empregadores, seriam 79,49% de empresas com CNPJ e 20,51% sem CNPJ.

Já o tempo de vínculo na ocupação aparece somente na PNAD Contínua de 2018. Observa-se que não há diferenças significativas entre os resultados no Brasil Metropolitano e Não Metropolitano: nos dois segmentos espaciais, os empregadores estavam nessa posição havia cerca de dois anos ou mais. Cerca de 10% deles possuíam a firma havia menos de dois anos. Se, de um lado, essa informação endossa o dado levantado pelo Sebrae (2019) de que grande parte das novas empresas brasileiras não dura mais de um ano, por outro lado, é uma informação que nos surpreende dado o fato de que se esperava que a abertura de pequenos negócios simbolizasse uma fuga ao desemprego maior do que o mostrado.

TABELA 21: TEMPO DE VÍNCULO COMO EMPREGADOR NA OCUPAÇÃO ATUAL – 2018

TEMPO DE VÍNCULO	BRASIL METROPOLITANO		BRASIL NÃO METROPOLITANO	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Menos de 1 mês	3.662	0,2%	20.321	0,7%
De 1 mês a menos de 1 ano	82.486	5,3%	157.707	5,4%
De 1 ano a menos de 2 anos	63.577	4,1%	119.383	4,1%
2 anos ou mais	1.409.104	90,4%	2.628.122	89,8%
Total	1.558.829	100,0%	2.925.533	100,0%

FONTE: IBGE – PNAD Contínua (2018).

A jornada de trabalho dos empregadores apresenta uma distribuição bem distinta da distribuição dos ocupados em geral. Ou seja, costuma ser bem maior para os empregadores, caracterizando esse grupo ocupacional como um dos quais cuja carga horária semanal é mais alta. Pela Tabela 22, percebe-se que desde 1980 os empregadores se caracterizavam por jornadas de 49 e mais horas semanais.

Inclusive, a moda de jornada semanal foi acima de 48 horas nos Censos de 1980 e 2000. Em todos os anos, a jornada semanal foi bem maior do que 40 horas e realizada por mais de 85% dos empregadores em todos os anos. Além disso, a jornada semanal dos empregadores foi maior do que a da população ocupada como um todo (para todos os anos, também). E, embora ela tenha diminuído em 2010 e 2018, a proporção dos empregadores trabalhando 49 horas ou mais é sempre maior do que a da população ocupada. A média de horas semanais trabalhadas pelos empregadores foi, em todos os anos, superior à média de horas semanais trabalhadas pela população ocupada total: se, em 1991, a média de horas trabalhadas pelo empregadores era 13% superior à média da população ocupada, em 2000 chegou a ser 20% superior e cerca de 18% superior em 2010 e 2018.

TABELA 22: JORNADA DE TRABALHO SEMANAL: EMPREGADORES E POPULAÇÃO OCUPADA - 1980-2018 (EM %)

HORAS TRABALHADAS	EMPREGADORES					POPULAÇÃO OCUPADA				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
Menos de 15	1,5	1,1	1,6	4,6	1,34	1,0	1,4	3,2	8,3	4,5
De 15 a 29 horas	2,9	3,9	4,4	3,8	4,83	5,0	7,2	9,9	8,9	11,6
De 30 a 39 horas	6,0	5,5	6,1	5,2	7,27	9,2	9,1	10,4	8,6	11,0
De 40 a 48 horas	42,8	51,6	40,7	50,3	54,87	54,9	62,8	51,3	58,7	62,2
Acima de 49 horas	46,1	37,7	47,3	36,1	31,68	28,5	19,3	24,4	15,2	10,5
Média	—	48,53	52,04	46,79	45,89	—	43,3	43,4	39,7	39,0

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

TABELA 23: JORNADA DE TRABALHO SEMANAL: EMPREGADORES NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) - 1980-2018 (EM %)

HORAS TRABALHADAS	BRASIL METROPOLITANO					BRASIL NÃO METROPOLITANO				
	1980	1991	2000	2010	2018	1980	1991	2000	2010	2018
Menos de 15	1,62	1,06	1,48	5,89	1,25	1,47	1,05	1,64	3,84	1,39
De 15 a 29 horas	3,12	3,71	4,25	3,87	3,75	2,82	4,02	4,43	3,79	5,41
De 30 a 39 horas	4,73	5,60	6,29	6,04	8,61	6,75	5,37	5,92	4,79	6,55
De 40 a 48 horas	40,30	47,16	37,89	47,62	51,32	44,36	54,12	42,40	51,79	56,76
Acima de 49 horas	49,75	42,46	50,09	36,59	35,07	43,89	35,04	45,62	35,79	29,88
Sem declaração	0,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,72	0,41	0,00	0,00	0,00
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018).

No Brasil Metropolitano, a jornada semanal mostrou-se maior: mesmo após a redução observada desde 2000, pelo menos 35% dos empregadores metropolitanos ainda trabalham 49 horas e mais, enquanto 29,88% dos empregados não metropolitanos têm a mesma carga horária. Percebe-se, também, elevação entre 1980 e 2018 dos empregadores não metropolitanos que trabalham até 39 horas (de 11% em 1980 para 13% em 2018). Entre os metropolitanos, o percentual máximo dos que trabalham até 39 horas foi atingido em 2010 com quase 16%, descendo a 13,62% em 2018.

Concluindo, a contribuição à previdência indica um grupo ocupacional com boas condições. Mas a jornada de trabalho prolongada mostra que a manutenção de uma empresa e do cargo de empregador não se faz sem o sacrifício de horas dedicadas a outras atividades. É provável que a manutenção de rendimentos bem mais elevados do que a população ocupada (2,78 vezes mais o rendimento médio dos ocupados no Brasil Metropolitano e 2,54 vezes mais o rendimento médio dos ocupados do Brasil Não Metropolitano) compense essa jornada estendida.

Quanto ao rendimento médio dos empregadores, ele sempre foi superior ao rendimento médio da população ocupada, conforme se percebe pela Tabela 24. Entretanto, nota-se que, em 1980 e em 2000, o rendimento era pelo menos quatro vezes superior à média, enquanto, em 1991 e 2010, essa diferença era menor (3,5 vezes mais). A crise da década de 1980 explica o fato de o rendimento médio dos empregadores em 1991 ser inferior ao de 1980. Em 2018, a crise econômica impactou novamente os empregadores, indicando que o rendimento foi de apenas 2,62 vezes mais comparado à média da população ocupada. Porém, ao passo que o rendimento médio caiu entre 2010 e 2018, o número de empregadores subiu fortemente: o acréscimo foi de 2,78 milhões de ocupados, totalizando 5,98 milhões – ou seja, 54% do acréscimo da população ocupada se deu através da categoria de empregadores. Esse fato levanta a hipótese de que tornar-se empregador (que engloba também o microempreendedor individual, que possui apenas um empregado) foi a forma encontrada para a população afetada contornar o desemprego vigente na época. Ao mesmo tempo, o grande afluxo de novos empreendedores sem experiência profissional deve ter contribuído para que o rendimento médio da categoria se reduzisse.

TABELA 24: DISTRIBUIÇÃO POR RENDIMENTO MÉDIO* DOS EMPREGADORES E DA POPULAÇÃO OCUPADA TOTAL NO BRASIL (METROPOLITANO E NÃO METROPOLITANO) – 1980-2018 (EM R\$)

ANO	EMPREGADORES		
	BRASIL METROPOLITANO	BRASIL NÃO METROPOLITANO	TOTAL
1980	9.082,00	6.877,49	7.716,10
1991	9.327,86	6.063,08	7.202,13
2000	12.739,35	9.292,72	10.598,26
2010	10.595,56	7.310,23	8.499,47
2018	7.997,08	4.863,14	5.952,54

ANO	POPULAÇÃO OCUPADA		
	BRASIL METROPOLITANO	BRASIL NÃO METROPOLITANO	TOTAL
1980	2.551,90	1.515,50	1.901,70
1991	2.776,60	1.552,60	1.993,60
2000	2.813,90	1.739,40	2.131,00
2010	2.757,00	1.871,80	2.198,20
2018	2.878,30	1.916,90	2.268,10

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018). (*) Valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para dezembro de 2019, a partir de correção de valores do Banco Central do Brasil.

Observa-se que o rendimento médio dos empregadores metropolitanos tende a ser relevantemente superior ao rendimento dos empregadores não metropolitanos: cerca de mais de 30% em 1980 e 2000, 45% em 2010, e atingindo picos de 54% em 1991 e 64% em 2018. Ou seja, nos anos impactados por crises, como 1991 (anos 1980) e 2018 (anos 2010), os empregadores não metropolitanos mostraram maior perda. Para a população ocupada como um todo, também os metropolitanos usufruíam renda maior do que os não metropolitanos, inclusive com maior diferencial: em 1980, 1991 e 2000, a renda média dos metropolitanos era mais de 60% superior à dos não metropolitanos. Já em 2010 e 2018, essa diferença caiu para cerca de 50%. Em 2010, o diferencial menor pode estar associado a um maior emprego formal, com melhores condições. Inclusive, em 2010, a diferença entre as médias metropolitana e não metropolitana se reduziu quando comparada aos outros anos.

TABELA 25: DISTRIBUIÇÃO POR FAIXA DE RENDIMENTO* DOS EMPREGADORES – 1980-2018 (EM %)

FAIXA DE RENDIMENTO	EMPREGADORES				
	1980	1991	2000	2010	2018
Até R\$ 500	1,95	4,17	1,07	1,06	1,48
Acima de R\$ 500 a R\$ 1.000	6,17	9,54	3,90	5,64	5,07
Acima de R\$ 1.000 a R\$ 1.500	5,65	7,23	5,88	4,04	6,88
Acima de R\$ 1.500 a R\$ 2.000	7,97	9,51	6,86	9,63	9,57
Acima de R\$ 2.000 a R\$ 3.000	12,43	10,86	9,56	11,74	17,51
Acima de R\$ 3.000 a R\$ 5.000	17,72	16,79	16,88	18,82	21,68
Acima de R\$ 5.000 a R 10.000	27,08	23,32	25,46	28,04	21,12
Acima de R\$ 10.000	18,89	16,59	30,39	21,03	14,84
Sem declaração	2,14	2,00	0,00	0,00	1,83
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Renda mediana (R\$ – dezembro de 2019)	4.345,00	3.653,00	5.088,00	4.255,00	3.139,00

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018). (*) Valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para dezembro de 2019, a partir de correção de valores do Banco Central do Brasil.

A distribuição de rendimentos mostra que nas faixas de até dois salários-mínimos (R\$ 998 em dezembro de 2019), os percentuais aumentaram nos anos de 1991 e 2018. No outro extremo, a faixa mais rica, com rendimentos acima de R\$ 10 mil (aproximadamente dez salários-mínimos), aumentou fortemente em 1991 e 2000, atingindo seu pico em 2000 e reduzindo um pouco em 2010. O aumento da participação nas faixas inferiores resultou numa redução da participação dos empregadores nas faixas superiores.

A faixa de renda modal situa-se entre R\$ 5 mil e R\$ 10 mil nos anos de 1980, 1991 e 2010, ultrapassando R\$ 10 mil em 2000 e caindo para a faixa entre R\$ 3 mil e R\$ 5 mil em 2018, mostrando uma perda de poder aquisitivo que foi semelhante em todos os grupos ocupacionais. Essa distribuição se reflete ao compararmos a renda mediana (número que divide a distribuição em dois subconjuntos iguais): em 1980, era de R\$ 4.345, descendo para R\$ 3.653 em 1991, tornando a subir para R\$ 5.088 em 2000, R\$ 4.255 em 2010 e, por fim, atingindo um mínimo de R\$ 3.139 em 2018. Ou seja, essa distribuição reitera o acontecido com toda a população ocupada: entre 1980 e 1991, a crise ocasionou a perda

de rendimentos; entre 1991 e 2000, a superação da crise tornou a melhorar a distribuição; entre 2000 e 2010, já reaparecem sintomas da futura estagnação econômica, que se mostra de forma clara na perda de poder aquisitivo evidenciada pela mediana de 2018.

Um fator que influencia fortemente no rendimento do empregador é o tamanho do seu empreendimento, isto é, o número de empregados. Essa relação, embora direta, talvez com o tempo e a crescente automação, não permanecerá tão forte. Entretanto, até 2018, o número de empregados explica, ao menos em parte, a remuneração do empregador. Pela Tabela 26, tem-se a renda média dos empregadores de acordo com o número de empregados: nela, percebe-se que em todos os anos as rendas médias deles cresceram à medida que aumentou o tamanho da empresa, sendo que o rendimento em reais (R\$) de dezembro de 2019 para os microempresários sempre foi menor. Em 1991, para o Brasil Metropolitano, o rendimento da maior faixa de empregados foi quase o dobro do rendimento dos microempresários. Em 2000, essa diferença subiu 2,75 vezes; em 2018, comparando-se com a faixa entre 11 e 50 empregados, a renda foi duas vezes maior. No Brasil Não Metropolitano, embora os patamares sejam menores, as diferenças se mantiveram. Em 2000, a renda dos metropolitanos com mais de cinco-seis até nove-dez empregadores foi 1,5 vezes e em 2018 subiu para 2,1.

Nota-se, também, entre os microempresários, que a renda média subiu entre 1991 e 2000, descendo em 2010 e, ainda mais, em 2018. A perda de rendimento foi unânime em todas as faixas de número de empregados. Em 2018, surpreendentemente, o rendimento dos grandes empregadores do Brasil Não Metropolitano foi maior do que no Brasil Metropolitano. A distribuição de renda dos microempresários também mostra com clareza que a proporção dos que ganham até R\$ 3 mil mensais aumentou muito entre 2000 e 2018 nos dois recortes de análise. Se, no Brasil Metropolitano, eram 24,4% de empregadores os que usufruíam de renda de até R\$ 3 mil, em 2018 esse número alcançou 40%; no Brasil Não Metropolitano, passou de 38% para 52,8%.

TABELA 26: DISTRIBUIÇÃO POR FAIXA DE RENDIMENTO* DOS EMPREGADORES – 1980-2018 (EM R\$)

Nº EMPREGA- DOS	BRASIL METROPOLITANO				BRASIL NÃO METROPOLITANO			
	1991	2000	2010	2018	1991	2000	2010	2018
Microempresa (1-4 ou 5 empre- gados)	7.220,87	8.975,03	7.377,79	6.217,08	4.702,82	6.814,08	5.409,44	3.953,21
Pequena empre- sa (de 5-6 a 9-10 empregados)	9.086,01	13.588,24	–	8.533,02	7.305,31	12.330,48	–	5.412,87
Empresa com 6 ou mais empre- gados	–	–	15.082,44	–	–	–	10.949,31	–
Empresa com 10-11 emprega- dos e mais	13.322,46	–	–	–	9.723,64	–	–	–
Empresa com 11-50 empre- gados	–	–	–	13.056,93	–	–	–	7.763,37
Empresa com 50 ou mais empregados	–	–	–	20.412,43	–	–	–	21.280,61

FONTE: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000; 2010) e PNAD Contínua (2018). (*) Valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para dezembro de 2019, a partir de correção de valores do Banco Central do Brasil.

Resumindo: tanto no Brasil Metropolitano como no Brasil Não Metropolitano, a renda aumenta com o tamanho do empreendimento. As rendas médias de todos os segmentos de tamanho diminuíram em 2018, enquanto as rendas média e mediana foram maiores no Brasil Metropolitano. Na distribuição de renda dos microempresários, houve aumento da proporção dos que ganham até R\$ 3 mil mensalmente entre 2000 e 2018.

Considerações finais

Diante do que foi apresentado, vimos que os empregadores não podem ser caracterizados como um grupo profissional, porque não compartilham de formação semelhante ou, mesmo, de habilidades administrativas comuns. A variável que têm em comum é que apresentam a mesma posição numa relação de trabalho: são donos de um empreendimento e empregam pessoas, seja esse

empreendimento formal, seja informal. Conformam, portanto, um grupo que compartilha de um tipo de ocupação, o de empregador, mas não do mesmo tipo de formação.

O conceito de empregador (a não ser em 1980, quando se admitiu o meeiro-empregador nesse conceito) limitou-se às pessoas que trabalhavam explorando o seu próprio empreendimento com pelo menos um empregado. Não foi diferenciado se o estabelecimento era formal ou informal. A própria definição de empregador nos Censos (pessoa que tenha ao menos um empregado, excluindo-se os empregados domésticos) faz com que a tabulação e análise dos dados ficassem confusas. Assim, na computação dos empregadores dos Censos, dada a complexidade do próprio conceito, deparamos com dados sobre trabalhadores por conta própria (com um empregado) que dificultam a comparação dos dados censitários com os de pesquisas sobre emprego entre microempregadores individuais, por exemplo.

As informações existentes apresentam dados comuns entre os Censos (variáveis sociodemográficas e condições de trabalho), mas mudam em relação a variáveis importantes, como tamanho do empreendimento e ramo de atividade. Isto forçou a esta pesquisa fazer algumas adaptações para permitir a comparação.

A proporção de empregadores no total de ocupados no Brasil era 2,53% em 1980, subindo para 3,90% em 1991. Em 2000, ainda se manteve alta com 2,89% do total de ocupados. Já em 2010, esse percentual desceu para 1,97%, provável redução devido ao aumento de empregos tanto formais como informais observados na primeira década dos anos 2000. Já em 2018, o total de empregadores subiu para quase 5 milhões, 4,86% do total de ocupados, provável reflexo do desemprego da segunda década dos anos 2000 e fruto de forte crise econômica que fez com que os trabalhadores procurassem garantir a sobrevivência como empregadores formais ou informais e/ou trabalhadores autônomos. É interessante observar que, para a Região Metropolitana de São Paulo, essa proporção sempre foi bem mais alta, atingindo 12,8% dos ocupados em 2000 e 12,76% em 2018.

As taxas de crescimento dos empregadores foram fortemente positivas em períodos de crise (1980-1991), tornando a ser muito maiores que a da população ocupada, tanto no Brasil

Metropolitano como no Brasil Não Metropolitano nos anos 2010. Além disso, os processos de reestruturação econômica, como a reengenharia dentro das empresas, tendem a criar empresas menores terceirizadas. O desemprego crescente em decênios de crise faz com que segmentos da população desempregada tendam ao empreendedorismo, procurando garantir a sobrevivência como donos de um empreendimento.

Em relação ao ramo de atividade, nota-se forte queda na proporção de empregadores nos ramos de agropecuária entre 1980 e 2010, tornando a subir ligeiramente em 2018. Seria um retorno de pequenos agricultores em época de desemprego urbano? Em relação à indústria, percebe-se queda da proporção de empregadores entre 1980 e 1991, e, também, na década de 2000 e 2010. O setor de construção cresceu entre 2000 e 2018, tanto no Brasil Metropolitano como no Brasil Não Metropolitano. Parte da força de trabalho que ficou sem emprego pode ter sido absorvida por pequenas empresas formais ou informais de reparo e construção, empregando população com menor escolaridade. É conhecida a associação entre venda de material de construção e momentos de crises econômicas.

O ramo onde aparece a maior proporção de empregadores é na área do comércio e reparação de veículos, no qual a proporção de empregadores entre os ocupados era de 28% em 1980, passando a 37% em 2010 e 35% em 2018. Áreas com intensidades de conhecimento, como informação, comunicação, atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas, também tiveram uma proporção expressiva de aumento, sobretudo no Brasil Metropolitano, passando de 9% dos empregadores em 1980 para quase 20% em 2018.

Em relação ao tamanho do empreendimento, medido pelo número de empregados, agruparam-se os diversos tamanhos em segmentos ao menos comparáveis em relação às micro e pequenas empresas. As empresas com até 4-5 empregados são sempre a maioria, tanto no Brasil Metropolitano como no Brasil Não Metropolitano. E, entre 2010 e 2018, o aumento relativo de micro e pequenos negócios reafirma a hipótese da criação de pequenos empreendimentos com alternativa ao desemprego. A taxa de crescimento dos microempregadores foi superior à dos empregadores em geral, e bem superior à da população ocupada

Em relação ao perfil sociodemográfico, vimos que os

empregadores são majoritariamente do sexo masculino, brancos e de faixas etárias mais altas. O nível de instrução foi sempre mais alto do que o nível de escolaridade da população ocupada em geral. E aumentou nitidamente a proporção dos empregadores com nível de instrução superior, acompanhando o que aconteceu com a população ocupada em geral, mas sempre em patamar bem superior.

Em relação às condições de trabalho, a proporção dos empregadores que contribuem para a previdência social ficou em torno de 70%, participação superior à proporção da população ocupada em geral. E no Brasil Metropolitano o percentual era maior do que no Brasil Não Metropolitano até 2010, a partir de onde a diferença passou a não existir mais.

A jornada de trabalho mostrou-se maior entre os empregadores do que na população ocupada em geral. A média de horas trabalhadas pelos empregadores foi superior a 45 horas por semana em todos os anos, enquanto para os ocupados em geral nunca passou de 43 horas semanais. A proporção dos empregadores trabalhando com horário extenso – 49 horas e mais por semana – atingiu 47% no ano 2000, reduzindo-se para 32% em 2018.

Essa jornada mais extensa, aliada à condição de “dono” dos meios de produção, se reflete em rendimento maior: quase três vezes maior do que o rendimento médio dos ocupados no Brasil Metropolitano e 2,5 vezes no Brasil Não Metropolitano. Nota-se, também, que entre 2010 e 2018 houve perda de renda entre os empregadores, mas não na população ocupada. Essa perda (cerca de 25% no Brasil Metropolitano e 33% no Brasil Não Metropolitano) não existiu em nenhum dos dois segmentos espaciais para a população ocupada.

A renda auferida pelo empregador é proporcional ao tamanho do empreendimento tanto no Brasil Metropolitano como no Brasil Não Metropolitano. E nos dois espaços essa renda diminuiu dentre todos os tamanhos de empresa entre 2010 e 2018. Enquanto o percentual dos empregadores que ganham até R\$ 3 mil entre 2000 e 2018 aumentou, diminuiu-se a proporção dos microempresários com renda superior a R\$ 10 mil mensais em ambos os espaços.

Dados de 2018 permitem fazer a estimativa das rendas mediana e média das empresas maiores, com 11 a 50 empregados e com 50

e mais empregados. Para as grandes empresas, tanto a mediana como a média no Brasil Não Metropolitano superam as do Brasil Metropolitano. Seria reflexo de uma expansão de empresas com grande número de empregados para fora das metrópoles aliada ao desenvolvimento e enriquecimento do agronegócio? Poderíamos, a partir dos dados encontrados, afirmar que a discussão dos empregadores remete a uma análise do capitalismo no Brasil, com retorno a atividades primárias (entre 2010 e 2018, aumento de quase 2 pontos percentuais nesse tipo de empregador), diminuição da indústria (diminuição de 3,5 pontos percentuais nos últimos oito anos do período analisado), precarização do trabalho (aumento de MEIs e redução de renda)? É uma hipótese a verificar, perante tantas outras.

Suzana Pasternak é doutora em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP). Professora titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (FAUUSP). Pesquisadora do Observatório das Metrôpoles – Núcleo São Paulo. Contato: suzanapasternak@gmail.com.

Referências

- ADBAL, A. Indústrias e Serviços na Macrometrópole Paulista: para a caracterização produtiva de um amplo espaço econômico. **Nova Economia**, v. 20, n. 2, pp. 253-286, maio/agosto 2010.
- ADBAL, A. **São Paulo, desenvolvimento e espaço: a formação da macrometrópole paulista**. São Paulo: Papagaio, 2009.
- ADBAL, A.; MACEDO, C. C. F.; ROSSINI, G.; GASPAR, R. C. Caminhos e descaminhos da macrometrópole paulista: dinâmica econômica, condicionantes externos e perspectivas. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 21, n. 44, pp. 145-168, 2019.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Empresários, suas origens e as interpretações do Brasil**. FGV EESP - Escola de Economia de São Paulo. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas (Brasil), 1994. (Textos para discussão n. 31).
- CARDOSO, F. H. **Empresário industrial e Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Difel, 1964.
- DEAN, W. A **industrialização de São Paulo (1980-1945)**. São Paulo: EDUSP, 1971.

- DELGADO, M. C. **Curso de Direito do Trabalho**. CLT Acadêmico e Profissional, 16ª edição, 2017.
- DRUCKER, P. **A Administração na próxima sociedade**. São Paulo: Nobel, 2003.
- DUPAS, G. **Economia global e exclusão**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1986.
- FAUSTO, B. **A Revolução de 1930**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1972.
- FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). **Mapa da Indústria Paulista (2003-2016)**. São Paulo, abril 2019. Disponível em: https://www.seade.gov.br/wp-content/uploads/2019/04/MapaIndustria_abril2019.pdf. Acesso em 15 out. 2020.
- GASPAR, R.; APARICIO, C. A. P.; BESSA, V. de C. “A metrópole de São Paulo: desenvolvimento econômico recente e configuração interna”. In: BOGUS, L.; PASTERNAK, S. **São Paulo: transformações da ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, pp. 24-39.
- HAMMER, M.; CHAMPY, J. **Reengenharia: revolucionando a empresa em função dos clientes, da concorrência e das grandes mudanças da gerência**. 17. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.
- MARTINS, S. P. **Direito do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2003.
- MORSE, R. **Formação histórica de São Paulo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- PASTERNAK, S (org.). **Tecendo história - Campo Belo - 50 anos (1996)**. São Paulo: Prêmio, 1996.
- SANTOS, D. M. Z. dos. **Flexibilização da norma trabalhista no Brasil**. 2005. Dissertação (mestrado em Direito) – Universidade de Caxias Do Sul, Caxias do Sul, 2005.
- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Os donos de negócio no Brasil: análise por sexo (2002-2012)**. Marco Aurélio Bedê (Coord.). Brasília: Sebrae, 2015. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/4b813ba67e266bbdc48177dd04726c87/\\$File/5452.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/4b813ba67e266bbdc48177dd04726c87/$File/5452.pdf). Acesso em 15 out. 2020.
- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Sobrevivência das empresas no Brasil**. Marco Aurélio Bedê (Coord.). Brasília: Sebrae, 2016. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/sobrevivencia-das-empresas-no-brasil-102016.pdf>. Acesso em 15 out. 2020.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Sobrevivência das empresas no Brasil**. Coleção Estudos e Pesquisas. Brasília DF: Sebrae, 2013. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Sobrevivencia_das_empresas_no_Brasil=2013.pdf. Acesso em 01 dez. 2020.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Panorama dos pequenos negócios - 2018**. Brasília DF: Sebrae, 2019. Disponível em: https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Pesquisas/Panorama_dos_Pequenos_Negocios_2018_AF.pdf. Acesso em 01 dez. 2020.

SUSSEKIND, A. “Reflexos socioeconômicos da globalização da economia, especialmente nas relações individuais de trabalho”. In: OLIVEIRA, A. C.; PINTO, R. P. (coord.). **Estudos de Direito**. São Paulo: Biblioteca LTr Digital, 1998.

SUSSEKIND, A. O futuro do direito do trabalho no Brasil. **Revista LTr**, São Paulo, v. 64, n. 10, p. 1231-1235, out. 2000.

Anexo Metodológico

Thêmis Amorim Aragão

Diogo David Matos

Marcelo Gomes Ribeiro

Os estudos sobre a estrutura social desenvolvidos pela rede do Observatório das Metrôpoles nas últimas décadas têm buscado compreender a relação das classes sociais com o território metropolitano a partir da espacialização dos dados dos Censos Demográficos. Para isto, a rede de pesquisa se dedicou à construção de tipologias socioespaciais baseadas em uma estratificação consolidada pelo Observatório das Metrôpoles através de categorias sócio-ocupacionais. Tais estudos buscam descrever a composição da estrutura social metropolitana, a sua organização no território, bem como as transformações desta organização ao longo do tempo, jogando luz sobre os processos de segmentação territorial e segregação residencial a partir do espaço social brasileiro.

Contudo, tais estudos apontam transformações na estrutura socioespacial metropolitana que não podem ser explicados apenas pelos fenômenos de produção do espaço, já que refletem transformações estruturais na sociedade e no mercado de trabalho brasileiros. Considerando as mudanças no âmbito econômico, no modo de produção e na regulação do mundo do trabalho, vê-se a necessidade da construção de um olhar mais aguçado sobre o universo das ocupações e suas condições sociais para além da espacialização dos fenômenos. Neste sentido, o Observatório das Metrôpoles tem buscado nos últimos anos analisar a estrutura sócio-ocupacional metropolitana agregada a partir de dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) e observar a importância de se avançar na análise descritiva das participações de cada categoria ocupacional na estrutura social de cada metrópole.

No âmbito da pesquisa, a naturalização das categorias sócio-ocupacionais (da maneira como foram construídas na década de 1990) pode levar à perda da compreensão de sua relação com processos que atravessam a sociedade brasileira e que afetam cada grupo ocupacional

de uma maneira específica. Embora o aspecto de compreensão da estrutura social em seus aspectos inter-relacionais seja importante, foi observado que é indispensável capturar o aspecto dinâmico de formação e transformação de grupos ocupacionais e suas frações em razão de transformações no mundo do trabalho e no espaço social brasileiro.

Portanto, com vistas a problematizar as categorias sócio-ocupacionais e questionar sua atual validade, foi fundamental a investigação minuciosa do comportamento das ocupações ao longo das décadas com o propósito de se reconstituir suas trajetórias e entender a estrutura ocupacional da sociedade brasileira e as atuais condições sociais de seus componentes, sem perder de vista a dimensão espacial e as especificidades locais. A partir dessa estratégia analítica, foi possível desenvolver um melhor embasamento para a interpretação dos estudos com as categorias sócio-ocupacionais para futuras análises da organização social do território metropolitano.

Seguindo a tradição do Observatório das Metrôpoles, a pesquisa foi realizada em rede, mobilizando quase a totalidade dos núcleos atualmente envolvidos com o Termo de Referência Estrutura Social das Metrôpoles Brasileiras. A pesquisa de cada núcleo envolveu não apenas a pesquisa empírica a partir de dados secundários, mas também revisão teórica e reflexão conceitual sobre o grupo ocupacional designado e sua trajetória histórica de forma a enriquecer as inferências interpretativas sobre os dados empíricos.

Este anexo metodológico objetiva apresentar os critérios utilizados para definição dos grupos ocupacionais objetos da análise, as questões referentes às transformações do mundo do trabalho que os afetam e os procedimentos operacionais envolvidos na organização das bases de dados utilizadas e da delimitação espacial estabelecida. Neste sentido, a primeira seção discute os critérios de definição dos grupos ocupacionais e as questões que os envolvem. Na segunda seção, são apresentados os procedimentos operacionais em torno das bases de dados utilizadas. Na terceira seção, discute-se a delimitação espacial, tendo em vista sua compatibilização ao longo do tempo.

1. Dos grupos ocupacionais

Como princípio norteador da investigação da estrutura social no Brasil metropolitano, foi proposta uma investigação de grupos ocupacionais organizados segundo traços comuns. Com o objetivo de delimitar as análises dos pesquisadores do Observatório das Metrópoles, a definição desses grupos ocupacionais tomou como ponto de partida a estratificação sócio-ocupacional consolidada no âmbito da rede do INCT. Essa estratificação define 24 categorias sócio-ocupacionais (CATs), que são *proxy* da estrutura de classes e frações de classe. Contudo, tratando-se neste livro de uma análise fundamentalmente voltada ao mercado de trabalho e que tem, entre outros, o objetivo de possibilitar a futura avaliação das categorias sócio-ocupacionais, optamos por não nos restringirmos a essas categorias, priorizando características ocupacionais.

Neste sentido, enquanto a construção das CATs busca distinguir frações de classe a partir de determinados critérios e variáveis que delimitam diferentes posições sociais, neste projeto utilizamos como critério apenas a variável ocupação – com exceção do grupo dos empregadores –, de forma a agregar grupos por traços comuns da natureza da ocupação, mesmo que estes, por vezes, configurem posições sociais diferentes. Os critérios para a agregação dos grupos ocupacionais foram características relacionadas ao processo de trabalho de forma balizada pela literatura especializada.

O primeiro critério foi a separação dos Empregadores, único grupo definido pela sua posição na ocupação. De todos os demais grupos foram excluídos os empregadores. O segundo critério foi a distinção entre trabalho manual e não manual. No interior do trabalho manual, os grupos foram organizados principalmente pela atividade econômica, entendendo que esta constitui uma clivagem essencial para a natureza do trabalho manual. Buscamos definir grupos que têm especial relevância para a análise metropolitana.

No trabalho não manual, por sua vez, as ocupações foram separadas pela posição no processo de trabalho – distinguindo ocupações de supervisão e direção (independentemente da

hierarquia) das demais – e pelo nível de qualificação exigido, entendendo que esta é uma clivagem essencial para a natureza do trabalho não manual. Optamos por separar os Profissionais de Nível Superior dos Professores de modo a dedicar uma análise específica para os últimos. Também foi criado o grupo dos Profissionais de Segurança Pública e de Forças Armadas dadas as suas peculiaridades. Um pequeno e heterogêneo grupo de ocupações, como artistas, atletas e líderes religiosos, não foi incorporado na análise.

O resultado foi uma classificação de 14 grupos ocupacionais (13 definidos pela ocupação e um pela posição na ocupação), como se vê no quadro abaixo.

Acreditamos que a compreensão das transformações do espaço social vai adquirir maior consistência ao tentarmos entender a dinâmica própria de cada grupo ocupacional em relação ao universo social ao longo do tempo. Em cada conjunto de ocupações que compartilham situações de mercado semelhantes, podemos observar quais aspectos de ordem política, econômica e social influenciaram para a mudança de suas condições sociais, identificando hipóteses para a coesão ou desagregação destes grupos em termos de ação coletiva.

QUADRO 1: DEFINIÇÃO DOS GRUPOS OCUPACIONAIS

	GRUPO OCUPACIONAL	DEFINIÇÃO
1	Empregadores	Empregadores em geral, agrupados independentemente do número de empregados no estabelecimento e do setor de atividade, e definidos pela posição na ocupação
2	Dirigentes e Supervisão	Ocupações em posição de direção, gerência e supervisão do setor público e privado de todas as atividades econômicas.
3	Profissionais de Nível Superior	Ocupações que exigem nível superior de escolaridade para seu exercício, com exceção de professores
4	Professores	Professores de todos os níveis de ensino
5	Profissionais de Segurança Pública e Forças Armadas	Indivíduos ocupados nas forças armadas, bombeiros militares, polícia militar e civil (Profissionais de segurança privada são analisados no grupo 9)
6	Profissionais de Nível Médio	Ocupações técnicas e/ou que exigem nível médio de escolaridade, inclusive na área da saúde
7	Trabalhadores de Apoio Administrativo	Secretários, escriturários e ocupações de atendimento ao público

	GRUPO OCUPACIONAL	DEFINIÇÃO
8	Trabalhadores do Comércio	Trabalhadores da venda de mercadorias em comércio formal ou ambulante
9	Trabalhadores da Prestação de Serviços	Trabalhadores dos serviços pessoais, de serviços de reparação, de serviços de segurança privada e trabalhadores elementares dos serviços
10	Operários da Indústria	Trabalhadores manuais da indústria extrativa ou de transformação, independentemente do nível de intensidade tecnológica
11	Operários da Construção Civil	Trabalhadores manuais da construção civil
12	Trabalhadores dos Transportes	Trabalhadores no setor de transportes, tanto de passageiros quanto de mercadorias
13	Trabalhadoras Domésticos	Trabalhadores domésticos, governantas e mordomos
14	Trabalhadores Agrícolas	Trabalhadores agrícolas, pecuários e florestais

Neste contexto, os estudos buscaram observar quais comportamentos comuns podem ser identificados, considerando um único grupo ocupacional estudado, e se estes estão vinculados aos processos de terceirização, reprimarização, desindustrialização e generalização do trabalho por conta própria. Foi de interesse investigar a trajetória das transformações das relações de trabalho ao longo do tempo e identificar como os grupos tendem a se associar em torno de interesses conjuntos ou se dissolver em uma massa heterogênea e atomizada de trabalhadores sem identificação de classe. Além disso, o estudo teve o objetivo de identificar especificidades em cada um dos agrupamentos ocupacionais que pudesse influenciar em sua mobilidade social.

Para todos os grupos ocupacionais, foi proposto que os núcleos abrangessem as seguintes questões:

- Analisar a evolução do grupo ocupacional em número absolutos e em sua participação relativa na população ocupada. Como é possível interpretar essa evolução?
- Comparar a participação do grupo em diferentes categorias espaciais.
- Examinar as características sociodemográficas (gênero, cor/raça e idade) e socioeconômicas (escolaridade e renda), inclusive considerando distinções intragrupo e sua evolução ao longo do tempo.

- Identificar a configuração das relações de trabalho e de proteção social (horas trabalhadas, contribuição previdenciária etc.), dando destaque para o crescimento ou não de relações de trabalho flexíveis, como trabalho por conta própria ou pejetização.
- Verificar como o agrupamento sofre com os efeitos das inovações tecnológicas e quais os impactos disso nas relações de trabalho.

Considerando o agregado de atividades categorizadas nas bases amostrais do IBGE, os trabalhadores foram agrupados e estudados a partir das questões levantadas abaixo. Importante ressaltar que, apesar de os pesquisadores terem se guiado por essas questões, os resultados apresentados nesta publicação buscam construir sínteses para as reflexões realizadas em cada grupo ocupacional.

1.1. Empregadores

Descrição: Este grupo é formado por empregadores em geral, agrupados independentemente do número de empregados no estabelecimento e definidos pela posição na ocupação.

Questões de análise:

Primeiramente, foi preciso considerar as limitações de pesquisas domiciliares para captar nuances que caracterizam este segmento e pensar em outras formas de refletir sobre ele. Ainda assim, foi interessante problematizar a divisão entre pequenos, médios e grandes empregadores, refletindo sobre tais definições, fosse a partir do número de empregados, fosse a partir de outros critérios. Para aquelas bases em que foi possível determinar o número de empregados, foi preciso estabelecer recortes analíticos, distinguindo aqueles que têm apenas um empregado em razão do fenômeno dos Microempreendedores Individuais (MEI) no período recente.

O estudo buscou, ainda, observar a distribuição deste grupo entre atividades econômicas e entre ocupações (considerando que este grupo é definido pela posição na ocupação). Considerando o recorte da atividade econômica, foi interessante captar a distribuição

entre metrópoles, buscando entender qual a especificidade local que explicaria diferenças entre elas e sua evolução no tempo.

Pensando especialmente sobre os pequenos empregadores, buscou-se verificar os efeitos da flexibilização e da precarização das condições de trabalho pelo fenômeno do empreendedorismo através da quantidade de horas trabalhadas dos empregadores e se o empregador trabalha no próprio domicílio.

A investigação considerou a relação entre a quantidade de empregadores em determinado setor e a estrutura de mercado, uma vez que mercados mais competitivos tendem a possuir um maior número de empregadores. Os pesquisadores buscaram, em alguma medida, reconstituir historicamente o grupo ocupacional, tentando capturar as diferenças internas em relação a diferenças de status social e distinção das ocupações dentro do grupo através da análise do grau de escolaridade do empregador.

1.2. Dirigentes e supervisão

Descrição: Ocupações em posição de direção, gerência e supervisão do setor público e privado de todas as atividades econômicas.

Questões de análise:

Para desenvolver a investigação sobre esse grupo, foi importante desagregar os dirigentes do setor público e do setor privado (através do setor do estabelecimento e não através da ocupação). No caso do setor privado, foram observadas as distinções entre setor de atividade e verificado se existem diferenças significativas entre os perfis de dirigentes e supervisores do trabalho manual e não-manual (considerando aspectos demográficos e socioeconômicos).

No caso do dirigente do setor público, foi importante verificar se houve transformações do perfil do trabalhador ao longo dos anos e se é possível afirmar se há formação de uma elite da burocracia estatal. Os pesquisadores também levaram em consideração se era possível identificar se o dirigente estatutário havia sofrido mudanças de perfil (renda, escolaridade, sexo, idade e raça) ao longo do tempo devido à consolidação dos concursos para acesso a cargos públicos. Além disso, se foi possível relacionar os efeitos da crise fiscal do

Estado com os debates políticos acerca da possibilidade de redução salarial dos servidores.

Em relação aos dirigentes e supervisores do setor privado, foi considerado o dilema teórico relacionado à posição contraditória deste grupo, que ocupa ao mesmo tempo o lugar de empregado e de representante dos interesses do empregador.

Buscou-se, ainda, relacionar a participação deste grupo em determinadas metrópoles com a concentração de atividades da administração pública e de sedes de empresas públicas e privadas.

1.3. Profissionais de nível superior (exceto Professores)

Descrição: Ocupações que exigem nível superior de escolaridade para seu exercício. Os professores serão analisados em outro grupo independente.

Questões de análise:

A análise deste grupo visou a realizar uma reflexão sobre a expansão das ocupações de nível superior no mercado de trabalho e de que maneira isso poderia estar relacionado com a expansão no nível de escolaridade da população. Teve-se como pressuposto que o aumento do grau de escolaridade resulta da ampliação do ensino superior no país. Porém é importante frisar o fato de que o aumento desse estrato deve ser ancorado numa transformação pretérita do mercado de trabalho com a ampliação de postos de trabalho para profissionais. Neste sentido, é interessante observar a evolução de indivíduos com nível superior de escolaridade que não estão nestas ocupações.

Dentre as questões que foram levadas em consideração, indagamos se os processos de desindustrialização, terceirização/terciarização e de formação de uma sociedade de serviços afetou a composição deste grupo na estrutura social. Assim, foi importante observar quais serviços mais cresceram (e se existe um crescimento dos chamados serviços avançados) e se houve um processo de especialização de profissionais liberais entre as metrópoles.

Considerando os processos de flexibilização das normas trabalhistas, buscou-se verificar como o profissional de nível superior foi afetado, seja na atividade estatutária, seja por conta própria ou

como empregado do setor privado. De uma maneira mais ampla, foi possível observar a precarização do trabalho mediante a diminuição das horas de trabalho por contrato ou do aumento de profissionais trabalhando no próprio domicílio? Tem crescido a proporção dos que trabalham por conta própria? É possível verificar o processo de “pejotização” deste grupo? Houve ampliação da escolaridade desse grupo a partir da pós-graduação? Quais as profissões que mais cresceram? Quais possuem uma segunda ocupação?

Outro ponto considerado diz respeito à distinção dos trabalhadores em relação ao gênero, quando o rendimento de profissionais mulheres exercendo a mesma atividade tinha menor nível de remuneração que o dos homens. A ampliação da participação feminina neste grupo acarretou uma diminuição dos rendimentos? Pode ser verificada discriminação social no mercado de trabalho? Existem diferenças territoriais? Ao refletir sobre a heterogeneidade do grupo, é possível verificar uma consistente diferença entre os profissionais liberais clássicos (médicos, advogados, engenheiros, arquitetos etc.) e demais profissionais de nível superior? (vide SILVA, 2004). Há novas profissões (especialmente associadas aos serviços avançados) alcançando status elevados? O crescimento expressivo do contingente de profissionais tem consequências materiais e simbólicas sobre esse grupo? Seu nível de renda se manteve em relação a outros grupos? Além disso, buscou-se investigar o fenômeno da inflação de credenciais nas análises.

1.4. Professores

Descrição: Compreende todos os professores de todos os níveis de ensino, exceto os instrutores de educação física e de autoescola.

Optou-se por considerar os professores como grupo ocupacional à parte porque há a percepção de uma crescente perda de posição social deste tipo de trabalhador, não somente em relação ao seu capital simbólico, mas também em relação ao seu capital econômico.

Questões de análise:

A análise do grupo de professores visou a identificar transformações sociais e no mundo do trabalho ao longo do tempo para esta categoria. Para isso, foi importante que a investigação considerasse o perfil dos trabalhadores de forma desagregada por nível de ensino (infantil, fundamental, médio e superior), verificando a evolução das diferenças entre eles em termos de renda, horas trabalhadas e grau de escolaridade. Levou-se em consideração que a exigência de nível superior para atuar no ensino básico é recente, implicando em diferenças nas classificações ocupacionais.

Na análise intragrupo, foi interessante observar se existe variação entre profissionais empregados no setor público e privado e se houve algum tipo de particularidade relacionado ao perfil dos professores em cada setor (renda, grau de escolaridade, idade, sexo e cor/raça).

Outras questões abordadas foram: a participação dos professores em termos absolutos e relativos no total dos indivíduos empregados têm alguma relação com investimentos na educação? Existem bases de dados para isso? Como cada fração de professores teve seu status transformado? Perdeu prestígio? Ganhou? O importante foi estabelecer relações temporais e associar às transformações das demandas por professores, observando ainda se há diferenças significativas da participação de cada grupo entre as metrópoles e se isto estaria relacionado às bases econômicas do território.

Buscou-se verificar se existem mudanças nas relações de trabalho do grupo, sobretudo no setor privado, investigando a existência ou não de um crescimento dos profissionais por conta própria ou dos empregados em regimes mais flexíveis de contratação. Por fim, tendo em vista que esta é uma categoria em que é comum ter mais de um trabalho, destacou-se: qual parcela dos professores possuem um trabalho secundário? Também atuam como professores em seu trabalho secundário ou em outra ocupação?

1.5. Profissionais de Segurança Pública e Forças Armadas

Descrição: Envolve pessoas ocupadas nas forças armadas, bombeiros militares, polícia militar e civil¹

Questões de análise:

A análise referente aos profissionais de segurança pública surge com especial importância dada a relevância desse grupo na sociedade e dos direitos/privilégios adquiridos ao longo do tempo no que diz respeito a regimes previdenciários e tribunais exclusivos. A investigação deu enfoque relacionado às transformações do perfil de oficiais, considerando as distinções entre polícia civil, polícia militar e forças armadas. A caracterização de grupos hierárquicos também foi interessante de ser abordada considerando a progressiva profissionalização deste serviço.

Importante ainda foi observar o diferencial de horas trabalhadas entre os segmentos identificados e a participação desse grupo em relação ao restante dos ocupados, bem como fenômenos de profissionalização de delegados e agentes da polícia e as trajetórias das carreiras que compõem esse grupo ocupacional.

Considerando que este é um grupo pequeno em relação ao total de ocupados, exclusivamente para ele não se recomendou a análise desagregada em nível da região metropolitana, pois esta pode não ter significância estatística. Portanto, foram consideradas apenas as categorias de Brasil, Brasil Metropolitano e Brasil Não Metropolitano.

1.6. Profissionais de Nível Médio

Descrição: Engloba profissionais técnicos de nível médio, inclusive na área da saúde.

Questões de análise:

A análise desse grupo envolveu a reflexão sobre como as transformações no mundo do trabalho e nas estruturas produtivas afetaram a participação das ocupações de nível médio. Buscou-se refletir sobre as teorias de polarização social e as hipóteses de

¹ Os profissionais de segurança privada são parte dos Prestadores de Serviços.

redução da participação de ocupações médias na estrutura social (“efeito ampulheta” da estrutura social).

Outra questão que norteou a análise foi referente à dúvida se houve aumento de competitividade nesse estrato, se isso se reflete em salários e se os trabalhadores que ocupam essas posições buscaram obter nível superior de escolaridade.

Considerando a modernização do setor produtivo, tanto em relação a maquinário, como *softwares* e procedimentos operacionais, observou-se se foi demandada deste agrupamento ocupacional uma relativa polivalência de atividades dada a necessidade de adaptação às evoluções tecnológicas. A modernização tem suprimido postos? Quais profissões de nível médio surgiram? Quais foram eliminadas?

Políticas públicas como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e o crescimento da rede de institutos tecnológicos tiveram efeito na formação de novos profissionais e na atualização de profissionais já inseridos? Em que medida o aumento de volume de técnicos formados acompanhou o crescimento dos postos de trabalho? Em termos de posição na estrutura social, a condição (relações de trabalho, renda e escolaridade) deste grupo está mais próxima à do proletariado ou à dos profissionais de nível superior? Há alguma mudança no período? Qual a relação de trabalho predominante (empregado, conta-própria ou estatutário)?

Buscou-se ainda analisar a distribuição deste grupo entre atividades econômicas: O processo de terceirização de atividades da indústria para o setor terciário afetou esse grupo? Há relação com o processo de desindustrialização?

1.7. Trabalhadores de Apoio Administrativo

Descrição: Engloba ocupações de escritório, trabalhadores dos correios e inspetores de alunos.

Questões de análise:

Estes trabalhadores foram assim agrupados devido à relação que eles podem ter com os processos de terceirização de serviços, desindustrialização e os efeitos das inovações tecnológicas que pressupõem um crescimento da participação deste setor na parte

de logística e gerenciamento do fluxo de mercadorias. Para isto, as questões consideradas durante o estudo deste grupo ocupacional foram:

Considerando as inovações nos processos de comunicação e logística, onde mecanismos informatizados auxiliam a administração de negócios, quais as transformações ocorridas neste grupo ocupacional? Quais ocupações surgiram? Quais sumiram?

Os cargos de apoio administrativo têm demandado do trabalhador algum tipo de capacitação em termos de inclusão digital? Houve aumento de escolaridade? Há mudanças nas relações de trabalho, inclusive possibilitadas por inovações tecnológicas? Indicadores relativos ao trabalho por conta própria e se trabalha no próprio domicílio foram alterados?

Foi importante tentar capturar os efeitos da ampliação do setor de serviços neste grupo ocupacional: O processo de reestruturação produtiva, com o crescimento da importância dos serviços produtivos (serviços financeiros, administrativos, contábeis, *marketing* etc.), fez aumentar a participação deste grupo? E teve algum impacto sobre suas condições sociais? É possível afirmar que ocorreu um processo de proletarianização desse grupo?

Foi necessário ainda abordar a distribuição destes trabalhadores por setor do estabelecimento (público ou privado) e de atividade econômica. Que parcela deste grupo é parte do funcionalismo público? Quais tipos de serviços empregam mais?

1.8. Trabalhadores do Comércio

Descrição: Trabalhadores do comércio e ambulantes.

Questões de análise:

A junção dos trabalhadores do comércio com os ambulantes realizada neste estudo se deu porque foi reconhecida a essência do trabalho; o que os diferencia é sua condição de formalidade. Contudo, coube ao núcleo observar a distinção entre estas categorias analisando em que medida elas se distanciam ou se aproximam e em que medida suas evoluções se relacionam.

Diante do processo de desindustrialização e crescimento dos serviços nos países centrais, os grandes conglomerados varejistas

têm se tornado os maiores empregadores de seus países. Tendo em vista essa tendência, é importante verificar se esse fenômeno também acontece no caso do Brasil. Novas questões balizadoras foram: de que maneira o crescimento do setor de serviços impacta a parcela de trabalhadores do comércio? O fenômeno do crescimento do poder aquisitivo e do consumo das famílias na Era Lula, impulsionando o varejo, teve impacto sobre os trabalhadores do comércio? E durante a recessão econômica?

Neste sentido, buscou-se ainda relacionar o comportamento do grupo com dados de crédito/endividamento da população e crescimento/encolhimento do comércio.

Apesar de numeroso, o emprego nesse setor é teoricamente precário e instável. Assim foi questionado: é possível verificar um crescimento de contratos temporários (como em datas comemorativas), em tempo parcial ou outras formas de flexibilidade e informalidade? As ocupações são muito afetadas por flutuações econômicas? A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) oferecem algum outro dado relacionado ao perfil das lojas/empregador? Que tipo de comércio paga mais? Que tipo de comércio emprega mais? Em relação às inovações tecnológicas, qual a fatia do *e-commerce* no montante comercializado? Qual impacto no mercado de trabalho? É possível distinguir esses trabalhadores segundo o segmento da atividade de comércio em que trabalham: hipermercado, shopping center, comércio atacadista, comércio varejista etc.?

Especificamente em relação ao comércio ambulante, apesar do esforço de formalização através do sistemático cadastro feito pelo poder público, permanecem outros mecanismos de distinção que vão além da informalidade. Questionar as fronteiras entre formalidade e informalidade, bem como a relação da participação deste segmento e de suas relações de trabalho com a conjuntura econômica, se colocou como horizonte a ser pesquisado e influenciou no questionamento referente a se esta ocupação tradicional das metrópoles brasileiras ainda seria uma alternativa ao desemprego na crise.

1.9. Trabalhadores da Prestação de Serviços

Descrição: Engloba trabalhadores de serviços especializados, não especializados e biscateiros.

Questões de análise:

Considerando o debate sobre a transição de uma sociedade urbano-industrial para uma sociedade de serviços e os processos de desindustrialização da economia, o objetivo da análise deste grupo foi buscar refletir sobre a participação dos prestadores de serviços na força de trabalho, independentemente de seu nível de qualificação ou de suas relações de trabalho.

Tendo em vista que na construção das categorias ocupacionais do Observatório das Metrôpoles – CATs os prestadores de serviços são divididos, em primeiro lugar, pela exigência de curso de qualificação para o seu exercício (separando prestadores especializados de não especializados) e, em segundo lugar, pela posição na ocupação (separando prestadores não especializados de biscateiros), foi proposto que se discutisse as distinções entre serviços especializados e não especializados neste grupo, considerando as atividades listadas como tais pela *International Standard Classification of Occupations* (ISCO) e Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). A principal questão apresentada era saber se existem diferenças significativas entre esses grupos em termos de condições socioeconômicas a ponto de separá-los em classes distintas.

A despeito deste grupo já ser tradicionalmente precarizado, questionou-se se os processos generalizados de deterioração das condições de trabalho contribuíram para uma eventual radicalização desta precarização. Neste sentido, buscou-se identificar: Quais as feições deste fenômeno? A precarização observada hoje é realmente resultante de eventos atuais ou é consequência de processos estruturais de mais longo prazo? A heterogeneidade na natureza das atividades é refletida nas condições sociais destes trabalhadores?

Segundo a literatura das cidades globais, as camadas de alta renda tendem a remodelar a estrutura de consumo desses espaços, demandando serviços pessoais intensivos em trabalho, como itens customizados em estabelecimentos menores. Em termos territoriais, pode-se observar uma especialização de serviços pessoais voltados a um estrato social específico nas principais metrôpoles brasileiras?

O Brasil Metropolitano se destaca em relação ao Brasil Não Metropolitano? É possível pensar numa distinção dos prestadores de serviço baseada no tipo de estabelecimento? Considerando as transformações macroeconômicas, as oscilações econômicas influenciaram em um maior ou menor nível de formalização e aderência ao setor previdenciário? Em momentos de crise, a participação do grupo oscilou significativamente em relação ao restante dos ocupados? Foi importante verificar quais ocupações que desapareceram ou que tendem a desaparecer (cobradores de ônibus, por exemplo).

Por fim, outras questões possíveis de abordagem neste grupo foram: Como se comportam ocupações do subproletariado urbano informal, como lavadores de carro, flanelinhas e engraxates? Tendem a encolher? Sua participação tem relação com a conjuntura econômica?

1.10. Operários da Indústria

Descrição: Formado por trabalhadores manuais da indústria moderna e tradicional.

Questões de análise:

Para observar as transições ocorridas no contexto econômico que afetaram a formação e transformação das condições materiais e da coesão dos trabalhadores da indústria, a análise deu enfoque à relação do comportamento deste grupo ocupacional com os processos de desindustrialização e reprimarização da economia. Tem ocorrido uma redução relativa e absoluta dos ocupados neste grupo ocupacional?

Para as análises, foi importante tentar distinguir os efeitos dos processos de desindustrialização e modernização no interior destas atividades. Ambos os processos refletem na redução de postos de trabalho no setor, porém com consequências distintas sobre a participação da indústria na produção. Para aprofundar a investigação, tomou-se como necessidade analisar de forma desagregada a indústria tradicional e a indústria moderna considerando que historicamente os operários da indústria moderna tiveram bases de articulação política sólida que asseguraram melhores proteções sociais/salários etc. Tendo isto como horizonte,

a pesquisa buscou verificar se, com as transformações no mundo do trabalho desde a década de 1990, essa coesão ainda garante algum tipo de benefícios em relação ao trabalhador da indústria tradicional. As condições de renda e proteção têm se equiparado? Qual o perfil de ambos os grupos de trabalhadores ao longo do tempo? Esse perfil de escolaridade, estrutura etária, renda, sexo, cor/raça tem se aproximado? Há diferenças em relação a horas trabalhadas ou relação de trabalho (empregado, conta-própria etc.)?

Aprofundando a análise, também foi levada em consideração a desagregação por setores da indústria, tendo em conta não só as diferenças de intensidade tecnológica e de uso da força de trabalho, mas também as distinções setoriais da desindustrialização.

A literatura aponta para a predominância do trabalhador da indústria em espaços metropolitanos. Dadas as mudanças observadas recentemente, foi relevante observar se isso ainda acontece ou a deslocalização da indústria faz com que estas ocupações se concentrem no Brasil Não Metropolitano. Quais as diferenças regionais no comportamento deste grupo? Ele tende a crescer em metrópoles nordestinas, por exemplo?

1.11. Operários da Construção Civil

Descrição: Formado por trabalhadores manuais da construção civil.

Questões de análise:

A construção civil no Brasil possui limitações para implantação de inovações que suprimam grande contingente de mão de obra, de forma que, apesar de inovações nos insumos e nos processos de gestão, esta atividade continua altamente intensiva em trabalho, mobilizando uma boa parcela de trabalhadores manuais.

Nesse sentido, foi interessante avaliar como variações na conjuntura econômica e, especialmente, no setor da construção civil têm afetado o número absoluto e relativo de ocupados no setor. O recente *boom* da construção civil, impulsionado por grandes projetos de infraestrutura e de programas como o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), fez aumentar a participação do grupo? A recessão econômica reverteu esse resultado?

A pesquisa também foi pautada pela necessidade de observar

as transformações no perfil dos trabalhadores e verificar o aumento da mão de obra feminina neste grupo dada a crescente contratação de operárias para assumir serviços que exigem maior rigor de execução, a exemplo das fases de acabamento de obra.

Outra questão interessante abordada foi o comportamento da renda do trabalhador ao longo do período definido como horizonte de pesquisa e sua distribuição espacial. Esse dado pôde ser avaliado junto com o comportamento dos investimentos públicos no setor da construção civil. Partiu-se do pressuposto de que o aumento das atividades no setor pode ter gerado escassez de mão de obra, o que pode ainda ter tido reflexos nos níveis salariais.

Foi importante, ainda, observar se houve transformação no padrão de contratação e se houve variação ao longo do tempo na média de horas trabalhadas. Além disso, houve alguma transformação no grau de escolaridade desse segmento?

1.12. Trabalhadores dos Transportes

Descrição: Formado por trabalhadores do setor dos transportes, seja transporte de passageiros, seja de mercadorias.

Questões de análise:

Este grupo ocupacional, a princípio, estaria relacionado à prestação de serviços; contudo, optou-se por realizar estudo a parte dessas categorias. Este grupo foi definido por dois motivos: por um lado, pela demonstração em sua experiência recente da capacidade de mobilização nacional por demandas comuns, influenciando decisões políticas, como foi caso da paralisação dos caminhoneiros em 2015, representando a possibilidade de manutenção da identidade de classe e de mobilização social; por outro lado, pela proliferação dos postos de trabalho em bases flexíveis no transporte urbano através das plataformas, como Uber, Rappi etc., seja de pessoas ou mercadorias, que segundo o IBGE², se somadas, seriam as maiores empregadoras do Brasil atualmente.

Em termos de análise, buscou-se verificar se existe alguma diferença significativa entre as frações deste grupo ocupacional (transporte coletivo ou individual, de cargas ou mercadorias etc.),

² Fonte: <https://outraspalavras.net/direitosouprivilegios/uber-assim-comecam-as-greves-do-futuro/>. Acesso em 07 dez. 2020.

além de analisar os caminhoneiros separadamente devido ao processo de mobilização política.

Outra questão que norteou os estudos acerca desse grupo de trabalhadores foi o de verificar se houve uma transformação do trabalhador caminhoneiro por conta própria para uma categoria de empregado considerando os recentes conglomerados de empresas de transporte, onde já se observa uma tendência à oligopolização.

Foi de grande interesse elaborar análise específica para os motoristas de transporte individual e dos entregadores urbanos de forma a verificar o processo de ampliação de mercado e sua associação a formas de precarização do trabalho. Neste sentido, questionou-se se já seria possível verificar com as bases de dados disponíveis a influência das plataformas virtuais sobre a ampliação deste tipo de atividade ou refletir sobre os regimes de precarização e exploração específicos deste grupo, pensando no tipo de relação contratual e na exigência de que o trabalhador disponibiliza, inclusive, os meios de transporte (bicicleta ou motocicleta para entregas do comércio e serviços, carros para transporte de passageiro etc.). Logo, qual é o efeito da conjuntura econômica sobre este tipo de trabalho?

1.13. Trabalhadoras domésticas

Descrição: Formado por trabalhadoras domésticas, governantas e mordomos (definidos pela ocupação).

Questões de análise:

Tal qual os trabalhadores do transporte, a pesquisa resolveu investigar o caso particular dos trabalhadores domésticos, considerando que este grupo ocupacional ganhou destaque devido à recente conquista de direitos trabalhistas.

Tradicionalmente, esta ocupação era exercida em jornadas de trabalho extensas, de forma informal e sem benefícios trabalhistas ou previdenciários, e inserida em relações de trabalho em que se misturavam vínculos pessoais e relações de trocas de favores em bases pré-capitalistas. Na última década, contudo, ganharam direito à jornada máxima de trabalho e formalização de contratos a partir

da assinatura da carteira de trabalho, de forma que seu trabalho tem sido gradualmente transformado em uma prestação de serviços convencional.

Considerando a especificidade deste grupo, que mantém relações com questões de gênero e raça, as questões propostas para balizamento dos estudos foram: a mudança na legislação teve impacto na realidade? Os reveses econômicos têm interrompido o curso de formalização da ocupação? Fenômenos como a prestação de serviço de diarista por conta própria (ou por agências) modificaram o perfil de renda deste grupo? O trabalhador doméstico reside no local de trabalho ou possui residência separada do local de trabalho?

Neste sentido, foi importante ver se houve transformações do perfil do trabalhador doméstico em termos de idade, sexo, cor/raça e escolaridade. A identificação das horas trabalhadas em relação à renda também foi relevante no estudo.

1.14. Trabalhadores agrícolas

Descrição: Formado por trabalhadores agrícolas, pecuários e florestais.

Questões de análise:

Apesar da participação deste grupo ocupacional não ser tão relevante em territórios metropolitanos, busca-se verificar os efeitos da agricultura urbana na urbanização recente.

Ao mesmo tempo, foi relevante ter, no horizonte da pesquisa, as transformações de municípios que se incorporaram às regiões metropolitanas na franja urbana e ver suas relações com a pobreza urbana. A partir da análise do perfil de renda, escolaridade, sexo, idade, cor/raça, foi considerado possível verificar se este grupo se enquadra na fração mais vulnerável desses territórios. Outra questão transversal à análise foi a investigação sobre a articulação desses trabalhadores com atividades de economia popular e solidária. Por outro lado, viu-se a necessidade de verificar o grau de formalidade e o número de horas trabalhadas, além de identificar se os agricultores são proprietários do empreendimento e se possuem uma segunda ocupação.

2. As bases de dados

Para verificar as mudanças estruturais no mundo do trabalho e o rebatimento dessas sobre as diversas ocupações, optou-se por adotar uma análise de longo prazo que compreendesse um período que capturasse a situação dos trabalhadores antes do processo de desregulação e precarização trabalhista – década de 1980 – até a atualidade, quando presenciamos a atomização das relações de trabalho pelo fenômeno do empreendedorismo (uberização) e o enfraquecimento das formas de mobilização de classe.

Para conduzir a pesquisa, adotaram-se bases de dados referentes aos microdados das pesquisas domiciliares devido ao fato de serem estas as que trazem dados mais detalhados sobre o mundo do trabalho. Para isso, foram analisados os dados amostrais dos Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010. O Censo Demográfico é uma pesquisa decenal de caráter censitário realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE a cada dez anos. Além do Questionário Básico, o IBGE coleta informações adicionais envolvendo temas relacionados à educação, trabalho e rendimento, de uma amostra aleatória de domicílios. A base amostral é denominada corresponde a 25% dos domicílios do país e tem representatividade em todo o território nacional. Em termos gerais, o nível de desagregação dos dados corresponde à um território denominado “área de ponderação” onde, a depender das densidades demográficas, em sua maioria, pode coincidir com os limites territoriais dos municípios brasileiros.

A análise dos dados recentes foi feita a partir da base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua referente ao ano de 2018 (1ª visita). A PNAD Contínua é uma pesquisa domiciliar amostral com foco em informações sobre mercado de trabalho. Ela tem periodicidade trimestral e conta com um sistema de rotação em que um grupo de domicílios é entrevistado cinco vezes ao longo de cinco trimestres consecutivos. Em cada trimestre, cinco grupos de domicílios são entrevistados. Na passagem dos trimestres, um grupo sai da amostra e outro entra, sendo entrevistado pela primeira vez. A versão anual da pesquisa corresponde ao somatório dos grupos entrevistados pela primeira ou pela última vez em cada um dos quatro trimestres de um ano, de

forma que a amostra da versão anual corresponde a quatro quintos da amostra da versão trimestral (totalizando 168 mil domicílios na versão anual). Desta maneira, não há sobreposição de domicílios. Nesta pesquisa, utilizamos os dados da primeira entrevista.

Embora a PNAD Contínua seja aplicada em todo o território nacional, os resultados só são estatisticamente aplicáveis para os níveis: Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, **Regiões Metropolitanas que contêm Municípios das Capitais**, Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) Grande Teresina, e Municípios das Capitais. Portanto, como os desenhos e tamanhos amostrais são distintos, os dados da PNAD Contínua 2018 devem ser observados com ressalvas dado que a comparação estrita não pode ser realizada com os dados censitários. Porém, a PNAD Contínua oferece uma estimativa do comportamento do mercado de trabalho para o ano de 2018 que apontam para questões relevantes no estudo.

2.1. Detalhamento dos grupos ocupacionais

Para construção dos grupos ocupacionais foi montado grupo de trabalho que semanalmente se reuniu para analisar as ocupações relacionadas em cada Censo e, a partir das questões de análise detalhada no item um deste anexo, realizou a segmentação das ocupações nos grupos investigados. A divisão foi feita a partir do código da ocupação no trabalho principal.

Nos Censos de 1980 e 1991, o trabalho principal corresponde à ocupação ou cargo exercido nos últimos 12 meses do entrevistado, ao passo que nos Censos de 2000 e 2010 e na PNAD Contínua, o trabalho principal corresponde à ocupação exercida na semana anterior à entrevista.

As bases utilizam classificações ocupacionais diferentes, o que exigiu um esforço de compatibilização entre as bases para a formação dos grupos. Os Censos de 1980 e 1991 utilizam uma classificação própria, que se constitui de 381 ocupações, com códigos de três dígitos. O Censo de 2000 utilizou uma classificação adaptada da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), chamada CBO-Domiciliar, que foi utilizada em outras pesquisas domiciliares do IBGE na década de 2000. Esta classificação conta com 509 códigos de quatro dígitos. A partir do Censo de 2010, o IBGE passou a utilizar a Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares

(COD), classificação compatível a dois dígitos com a Classificação Internacional Uniforme de Ocupações (CIUO-08).

A COD também é utilizada na PNAD Contínua e conta com 434 códigos de quatro dígitos. Além do código da ocupação, foi utilizada a variável posição na ocupação para distinguir os Empregadores. Nos quadros abaixo, segue detalhamento das ocupações consideradas em cada grupo ocupacional para as bases de dados utilizadas.

QUADRO 2: OCUPAÇÕES POR GRUPO PARA CENSO 1980 E 1991

Dirigentes	
20 e 21	Diretores e Chefes na Administração Pública
30-39	Administradores e Gerentes de Empresas
040	Chefes e encarregados de seção de serviços administrativos de empresas
588	Supervisores de segurança no trabalho
Profissionais de Nível Superior	
101-104	Engenheiros, Arquitetos e Especialistas Assemelhados
121-125	Químicos, Farmacêuticos, Físicos e Especialistas Assemelhados
141-144	Agrônomos, Biologistas, Veterinários e Especialistas Assemelhados
151-154	Médicos, Dentistas e Especialistas Assemelhados
171-173	Matemáticos, Estatísticos e Analistas de Sistemas
181-188	Economistas e Contadores
201-205	Cientistas Sociais
231-233	Magistrados, Advogados e Especialistas Assemelhados
291-292	Bibliotecários, Arquivologistas e Museólogos
Professores	
211-219	Professores
Profissionais de Segurança Pública e Forças Armadas	
851-858/861-868	Ocupações de Defesa Nacional e segurança pública
Profissionais de Nível Médio	
050	Técnicos e fiscais de tributação e arrecadação
051	Inspetores de trabalho
111-113	Ocupações Auxiliares da Engenharia e Arquitetura
131-133	Ocupações Auxiliares da Química, Farmácia e Física
161-168	Ocupações Auxiliares da Medicina e Odontologia
183	Técnicos de administração
191-194	Ocupações Auxiliares da Contabilidade, Estatística e Análise de Sistemas

241-244	Ocupações Auxiliares da Justiça
281-283, 293	Outras ocupações técnicas e científicas não enquadradas anteriormente
302	Técnicos de agropecuária
401-403, 405-406	Mestres, Contramestres e Técnicos de Indústrias de Transformação
509	Operadores de instalações de produção de energia elétrica
571	Inspetores de qualidade
632, 633, 641-646	Outras Ocupações do Comércio
711, 721 e 722	Oficiais e Mestres dos Transportes
833 e 834	Juízes e técnicos de esportes
917, 918 e 922	Outras ocupações
Trabalhadores de Apoio Administrativo	
52-64	Funções Burocráticas ou de Escritório
222	Inspetores de alunos
771-775	Ocupações das Comunicações
845	Contínuos
Trabalhadores do Comércio	
601-605	Lojistas
611-671	Vendedores Ambulantes
621	Vendedores de jornais e revistas
631	Pracistas e viajantes comerciais
912	Bilheteiros, no serviço de diversões
Trabalhadores da Prestação de Serviços	
493/503	Reparadores de equipamentos elétricos e eletrônicos (exceto aparelhos de áudio e vídeo)
495/505	Reparadores de aparelhos de áudio e vídeo
497/507	Instaladores e reparadores de equipamentos e aparelhos de telecomunicações
574	Borracheiros
712	Comissários de bordo
726	Taifeiros
812-818	Ocupações dos Serviços de Alojamento e Alimentação
821-826	Ocupações dos Serviços de Higiene Pessoal
841-844	Porteiros, ascensoristas, vigias e serventes
869	Guardas vigias de organizações particulares
913, 915, 916, 919, 920, 926	Outras ocupações
Operários da Indústria	
341-391	Ocupações da Produção Extrativa Mineral
411-431	Ocupações das Indústrias Mecânicas e Metalúrgicas

441-452	Ocupações da Indústria Têxtil
461, 462	Ocupações da Indústria do Couro
470-479	Ocupações da Indústria do Vestuário
484-490	Ocupações das Indústrias de Madeira e Móveis
491/501	Montadores de equipamentos elétricos
492/502	Montadores de equipamentos eletrônicos (exceto aparelhos de áudio e vídeo)
494/504	Montadores de aparelhos de áudio e vídeo
531-545	Ocupações das Indústrias de Alimentação e Bebidas
551-557	Ocupações da Indústria Gráfica
561-563	Ocupações das Indústrias de Cerâmica e Vidro
572-589	Outras Ocupações das Indústrias de Transformação
731	Guindasteiros
921, 923	Outras ocupações
Operários da Construção Civil	
404	Mestres de construção civil
481-483	Marceneiros, carpinteiros e tanoeiros
506	Eletricistas de instalações
508	Instaladores e reparadores de linhas elétricas e de telecomunicações
511-521	Ocupações da Indústria da Construção Civil
564	Oleiros
762	Trabalhadores de conservação de ferrovias
925	Trabalhadores de conservação de rodovias
Trabalhadores dos Transportes	
723-725, 727	Ocupações dos Transportes Marítimo, Fluvial e Lacustre
732	Estivadores
741-746	Ocupações dos Transportes Ferroviários
751-753	Ocupações dos Transportes Urbanos e Rodoviários
761	Inspetores e despachantes nos transportes
Trabalhadores Domésticos	
801-808	Ocupações domésticas remuneradas
Trabalhadores Agrícolas	
301, 303-305	Trabalhadores da agropecuária
321, 322	Caçadores e pescadores
331-336	Trabalhadores Florestais

QUADRO 3: OCUPAÇÕES POR GRUPO PARA CENSO 2000 (CBO-DOMICILIAR)

Dirigentes	
1111-1140	Membros superiores do poder legislativo, executivo e judiciário
1210-1230	Diretores Gerais
1310-1320	Gerentes
2421	Juizes e desembargadores
4101, 4102, 4201, 5101-5103, 5201, 7101, 7102, 7201, 7202, 7301, 7401, 7501, 7502, 7601- 7606, 7618, 7701, 7801, 8101-8103, 8201, 8202, 8301, 8401, 8601, 9101- 9109, 9501-9503	Supervisores
Profissionais de Nível Superior	
2011-2021	Profissionais policientíficos
2111-2153	Profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia
2211-2237	Profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins
2394	Programadores, avaliadores e orientadores de ensino
2410-2419, 2422	Profissionais das ciências jurídicas
2511-2531	Profissionais das ciências sociais e humanas
2611-2612, 2625	Profissionais da comunicação
Professores	
2311-2392	Profissionais do ensino
3311-3331	Professores de nível médio
Profissionais de Segurança Pública e Forças Armadas	
100-513	Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares
3518	Inspetores de polícia e detetives
5172	Policiais e guardas de trânsito
2423	Delegados de polícia
Profissionais de Nível Médio	
3001-3012	Técnicos polivalentes
3111-3192	Técnicos de nível médio das ciências físicas, químicas, engenharia e afins
3201-3281	Técnicos de nível médio das ciências biológicas, bioquímicas, da saúde e afins
3511-3517, 3522- 3548	Técnicos de nível médio nas ciências administrativas
3711-3713, 3723- 3743, 3771, 3773	Técnicos de nível médio dos serviços culturais, das comunicações e dos desportos

3911-3912	Outros técnicos de nível médio
4241	Entrevistadores, recenseadores e afins
5114	Guias de turismo
8484	Degustadores
8611-8612	Operadores de instalações de geração e distribuição de energia térmica, elétrica e nuclear
8622-8624	Operadores de utilidades
Trabalhadores de Apoio Administrativo	
3341	Inspetores de alunos e afins
4110-4152	Escriturários
4212-4231	Trabalhadores de atendimento ao público
Trabalhadores do Comércio	
4211	Caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco)
5211-5243	Vendedores e prestadores de serviços do comércio
Trabalhadores da Prestação de Serviços	
5111, 5132-5142, 5161-5171, 5173-5174, 5192, 5198-5199	Trabalhadores dos serviços
7313	Instaladores-reparadores de aparelhos de telecomunicações
7321	Instaladores e reparadores de linhas e cabos elétricos, telefônicos e de comunicação de dados
7411	Mecânicos de instrumentos de precisão (exceto técnicos)
7522	Cortadores, polidores, jateadores e gravadores de vidros e afins
7664	Trabalhadores de laboratório fotográfico
7687	Encadernadores e recuperadores de livros (pequenos lotes ou a unidade)
9151-9154	Reparadores de instrumentos e equipamentos de precisão
9192-9193	Outros mecânicos de manutenção
9513	Instaladores e mantenedores de sistemas de alarmes de segurança e de incêndio
9541-9543	Mantenedores eletromecânicos
9912-9914	Outros trabalhadores da conservação e da conservação e manutenção (exceto trabalhadores elementares)
9921-9922	Trabalhadores elementares da manutenção
Operários da Indústria	
7111-7122	Trabalhadores da extração mineral
7211-7257	Trabalhadores da transformação de metais e de compósitos
7311-7312	Montadores e instaladores de equipamentos eletro-eletrônicos em geral
7521	Sopradores e moldadores de vidros e afins

7524	Vidreiros e ceramistas (acabamento e decoração)
7610-7663, 7686	Trabalhadores das indústrias têxteis, do curtimento, do vestuário e das artes gráficas
7721-7772	Trabalhadores das indústrias de madeira e do mobiliário
7811-7817, 7821-7822, 7841-7842	Trabalhadores de funções transversais
8110-8181	Trabalhadores das indústrias de processos contínuos e outras indústrias
8211-8233	Trabalhadores de instalações siderúrgicas e de materiais de construção
8311-8339	Trabalhadores de instalações e máquinas de fabricação de celulose, papel, papelão e artefatos
8411-8493	Trabalhadores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo
8621	Operadores de máquinas a vapor e caldeiras
8711	Outros trabalhadores elementares industriais
9111-9144, 9191	Mecânicos de manutenção de máquinas e equipamentos industriais, comerciais e residenciais
9511	Eletricistas-eletrônicos de manutenção industrial
9531	Eletricistas-eletrônicos de manutenção veicular (aérea terrestre e naval)
Operários da Construção Civil	
7151-7170	Trabalhadores da construção civil e obras públicas
7711	Marceneiros e afins
8281	Trabalhadores artesanais de materiais de construção
8625	Operadores de instalações de refrigeração e ar-condicionado
9911	Conservadores de vias permanentes (trilhos)
Trabalhadores dos Transportes	
5112	Fiscais e cobradores de transportes públicos
5191	Entregadores externos (exceto carteiros)
7820, 7823-7823	Condutores de veículos
Trabalhadores Domésticos	
5121	Trabalhadores dos serviços domésticos em geral
5131	Mordomos e governantas
Trabalhadores Agrícolas	
6110-6139	Produtores na exploração agropecuária
6210-6239	Trabalhadores na exploração agropecuária
6319	Pescadores e caçadores
6329	Extratvistas florestais
6410-6430	Trabalhador da mecanização agropecuária e florestal

QUADRO 4: OCUPAÇÕES POR GRUPO PARA CENSO 2010 E
PNAD CONTÍNUA (COD)

Dirigentes	
1111-1439	Diretores e gerentes
2612	Juízes
3121-3123	Supervisores da mineração, da indústria de transformação e da construção
3341	Supervisores de secretaria
3434	Chefes de cozinha
4313	Trabalhadores encarregados de folha de pagamento
5151	Supervisores de manutenção e limpeza de edifícios em escritórios, hotéis e estabelecimentos
5222	Supervisores de lojas
Profissionais de Nível Superior	
2111-2166	Profissionais das ciências e da engenharia
2211-2269	Profissionais da saúde
2411-2434	Especialistas em organização da administração pública e de empresas
2511-2529	Profissionais de tecnologias da informação e comunicações
2611, 2619-2635, 2642-2643	Profissionais em direito, em ciências sociais e culturais
Professores	
2310-2359	Profissionais do ensino
Profissionais de Segurança Pública e Forças Armadas	
110-512	Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares
3355	Inspetores de polícia e detetives
5412	Policiais
5413	Guardiões de presídios
Profissionais de Nível Médio	
3111-3119, 3131- 3155	Profissionais de nível médio das ciências e da engenharia
3211-3259	Profissionais de nível médio da saúde e afins
3311-3339, 3351- 3359	Profissionais de nível médio em operações financeiras e administrativas
3411-3412, 3422- 3423	Profissionais de nível médio de serviços jurídicos, sociais, culturais e afins
3511-3522	Técnicos de nível médio da tecnologia da informação e das comunicações
4227	Entrevistadores de pesquisas de mercado
5113	Guias de turismo
5165	Instrutores de autoescola
5321-5329	Trabalhadores de cuidados pessoais nos serviços de saúde

7515	Trabalhadores da degustação e classificação de alimentos e bebidas
Trabalhadores de Apoio Administrativo	
3342-3344	Secretários administrativos e especializados
4110-4132	Escriturários
4211-4229	Trabalhadores de atendimento direto ao público
4311-4322	Trabalhadores de cálculos numéricos e encarregados do registro de materiais
4411-4419	Outros trabalhadores de apoio administrativo
Trabalhadores do Comércio	
5211-5221, 5223-5230, 5242-5245, 5249	Vendedores
9334	Repositores de prateleiras
9510-9520	Trabalhadores ambulantes dos serviços e afins
Trabalhadores da Prestação de Serviços	
5111, 5120-5142, 5153-5164, 5169	Trabalhadores dos serviços pessoais
5246	Balconistas dos serviços de alimentação
5311-5312	Trabalhadores dos cuidados pessoais
5411, 5414-5419	Trabalhadores dos serviços de proteção e segurança
7234	Reparadores de bicicletas e afins
7311, 7315, 7323	Artesãos e operários das artes gráficas
7421, 7422	Instaladores e reparadores de equipamentos eletrônicos e de telecomunicações
9112-9129	Outros trabalhadores de limpeza
9333	Carregadores
9411-9412	Ajudantes de preparação de alimentos
9611-9629	Coletores de lixo e outras ocupações elementares
Operários da Indústria	
7126	Bombeiros e encanadores
7211-7233	Moldadores, soldadores, chapistas, caldeireiros, montadores de estruturas metálicas e afins
7321-7322	Trabalhadores qualificados e operários das artes gráficas
7412	Mecânicos e ajustadores eletricitistas
7511-7414, 7516-7521, 7523-7549	Operários e oficiais de processamento de alimentos, da madeira, da confecção e afins
8111-8189	Operadores de instalações e máquinas e montadores
8211-8219	Montadores
8343-8344	Operadores de equipamentos móveis e pesados
9311	Trabalhadores elementares de minas e pedreiras

9321-9329	Trabalhadores elementares da indústria de transformação
Operários da Construção Civil	
7111-7125, 7127-7133	Trabalhadores qualificados e operários da construção exclusive eletricitistas
7411	Eletricistas de obras e afins
7413	Instaladores e reparadores de linhas elétricas
7522	Marceneiros e afins
8342	Operadores de máquinas de movimentação de terras e afins
9312-9313	Trabalhadores elementares da construção
Trabalhadores dos Transportes	
4323	Trabalhadores de serviços de transporte
5112	Fiscais e cobradores de transportes públicos
8311-8332	Condutores de veículos
8350	Marinheiros de coberta e afins
9331-9332	Trabalhadores elementares do transporte
Trabalhadores Domésticos	
5152	Governantas e mordomos domésticos
9111	Trabalhadores dos serviços domésticos em geral
Trabalhadores Agrícolas	
6111-6130	Agricultores e trabalhadores qualificados da agropecuária
6210-6225	Trabalhadores florestais qualificados, pescadores e caçadores
8341	Trabalhadores elementares da pesca e aquicultura
9211-9216	Trabalhadores elementares da agropecuária, da pesca e florestais

2.2. Variáveis sociodemográficas comuns

Considerando que cada grupo ocupacional possui questões específicas que pautam as transformações e reflexos da regulação, foi definido um escopo básico de características sociodemográficas dos grupos ocupacionais de forma a permitir que o leitor promova comparações entre os grupos pesquisados. Desta forma, utilizamos as variáveis sexo, cor/raça e idade, com os códigos abaixo. Todas as variáveis se mantiveram iguais em todas as bases, com exceção da variável cor/raça, que não contava com a categoria “indígena” em 1980.

QUADRO 5: VARIÁVEIS SEXO, COR/RAÇA E IDADE

VARIÁVEL	1980	1991	2000	2010	2018
Sexo	V501	V0301	V0401	V0601	V2007
Cor/raça	V509	V0309	V0408	V0606	V2010
Idade em anos	V606	V3072	V4752	V6036	V2009

Para a análise da idade, construímos sete faixas etárias:

- Menos de 14 anos (apenas para os Censos);
- 14 a 17 anos;
- 18 a 24 anos;
- 25 a 34 anos;
- 35 a 49 anos;
- 50 a 64 anos;
- 65 anos ou mais.

2.3. Nível de instrução

Para a análise do nível de instrução, optamos por trabalhar com quatro categorias:

- Sem instrução ou Ensino Fundamental incompleto;
- Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio incompleto;
- Ensino Médio completo ou Ensino Superior incompleto;
- Ensino Superior completo.

O Censo de 2010 e a PNAD Contínua contam com a variável de nível de instrução dividida nessas categorias. Para os demais anos, foi necessário construir as categorias a partir de outras variáveis. Para indivíduos que ainda estudam, o nível de instrução é definido pelo grau que frequentam, seja em curso seriado, seja não seriado. Para os demais, o nível de instrução é definido pela última série concluída e pelo grau do curso da última série concluída (definindo se o indivíduo concluiu ou não determinado nível de ensino).

QUADRO 6: VARIÁVEIS ESCOLARIDADE

VARIÁVEL	1980	1991	2000	2010	2018
Grau que frequenta	V521	V0325	V0430	—	—
Curso não seriado	V522	V0326	—	—	—
Última série concluída	V523	V0327	V0433	—	—
Grau da última série concluída	V524	V0328	V0432	—	—
Nível de instrução	—	—	—	V6400	VD3004

2.4. Características de trabalho e rendimento

Em relação às características de trabalho e rendimento, foram analisadas as variáveis de posição na ocupação, contribuição para previdência, rendimento e faixa de horas trabalhadas, sempre apenas para o trabalho principal, com exceção da previdência. Excluídos os empregadores, trabalhamos com as seguintes categorias de posição na ocupação:

- Sem remuneração;
- Empregado;
 - o Empregado com carteira de trabalho assinada;
 - o Empregado sem carteira de trabalho assinada;
- Conta-própria;
- Militar ou estatutário.

No Censo de 1980, não havia informações sobre carteira de trabalho ou uma categoria para militares ou funcionários públicos. No Censo de 1991, foi necessário complementar a variável de posição na ocupação com a variável sobre carteira de trabalho para distinguir empregados com e sem carteira assinada. Já no Censo de 2000, foi necessário utilizar a variável que determina se o indivíduo era empregado pelo Regime Jurídico de Funcionário Público ou Militar. Por fim, no Censo de 2010 e na PNAD Contínua de 2018, todas as informações necessárias estão contidas nas variáveis de posição na ocupação.

Em relação à contribuição para a previdência, antes de 2010 não era possível distinguir se o indivíduo contribuía pelo trabalho principal ou outro trabalho. Por esse motivo, optou-se por analisar

se o indivíduo contribui por qualquer trabalho em todos os anos. Além disso, no Censo de 2000 a contribuição para previdência é registrada apenas para indivíduos sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores por conta própria e empregadores. Para os fins desta pesquisa, pressupomos que as demais posições na ocupação são contribuintes da previdência.

Para os rendimentos, foi analisado o rendimento mensal bruto do trabalho principal em todos os anos. No caso da PNAD Contínua, tendo em vista os diferentes períodos de coleta das pesquisas, optou-se pelo rendimento habitual (ao invés do efetivo). Todos os valores foram corrigidos pelo

Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IBGE) para dezembro de 2019 a partir de correção de valores do Banco Central do Brasil.

Por fim, a análise das horas trabalhadas no trabalho principal seguiu as faixas do Censo de 1980, uma vez que o dado desta pesquisa foi coletado em faixas. Com o objetivo de compatibilizar os dados, mantivemos essas faixas em todos os anos, sendo que, na PNAD Contínua, novamente foi utilizada a variável referente à carga de trabalho habitual, não efetiva:

- Menos de 15 horas;
- De 15 a 29 horas;
- De 30 a 39 horas;
- De 40 a 48 horas;
- Mais de 48 horas.

QUADRO 6: VARIÁVEIS CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO E RENDIMENTO

Variável	1980	1991	2000	2010	2018
Posição na ocupação	V533	V0349	V0447	V0648	VD4009
Carteira assinada	–	V0350	–	–	–
Funcionário público ou militar	–	–	V0448	–	–
Previdência	V534	V0353	V0450	V0650	VD4012
Rendimento bruto no trabalho principal	V607	V0356	V4512	V6513	VD4016
Faixa de horas	V535	–	–	–	VD4013
Horas trabalhadas	–	V0354	V0453	V0653	V4039

3. Sobre o recorte territorial da pesquisa

Considerando o desafio da realização de uma análise sobre a transformação da estrutura social no espaço metropolitano brasileiro, a rede Observatório das Metrôpoles, no estudo exposto, adotou o recorte espacial abaixo detalhado para suas análises temporais.

O espaço metropolitano pode ser definido de diversas maneiras. Oficialmente, as regiões metropolitanas são institucionalizadas mediante processos políticos que englobam diversos critérios de delimitação territoriais, sejam eles fatores demográficos (volume e ritmo de crescimento populacional e densidade demográfica), seja a ocorrência ou a tendência à conurbação; a necessidade de organização, planejamento e execução das funções públicas de interesse comum; as atividades econômicas regionais e seu grau de integração ou por puro status gerado pelo pertencimento a uma “região metropolitana”.

Embora haja o estabelecimento pelos Governos Estaduais de diversas regiões metropolitanas no Brasil, o estudo sobre a estrutura social nas metrôpoles brasileiras teve interesse em investigar espaços que apresentem o fenômeno metropolitano em essência, reconhecido pelo grau de coesão de dinâmicas urbanas entre municípios territorialmente integrados. Neste sentido, foram considerados no estudo municípios que apresentaram grau de metropolização definido pela pesquisa Regiões de Influência das Cidades – REGIC (2018), que definiu a hierarquia dos centros urbanos brasileiros e delimitou as regiões de influência a eles associados.

Para o desenvolvimento da investigação, a pesquisa assumiu a delimitação oficial das regiões metropolitanas nas quais a REGIC apontou a existência de fenômeno metropolitano, acrescentando, eventualmente, municípios que se integram à dinâmica urbana metropolitana, mas que não são oficialmente considerados metrôpoles.

Tendo em vista que a análise abordará um horizonte temporal que abrange as décadas de 1980 a 2018, o recorte espacial referente à REGIC (2018) foi replicado para todas as bases de dados anteriores, mesmo que no recorte temporal determinados municípios ainda

não estivessem integrados às regiões metropolitanas em questão.

Uma vez que a divisão político-administrativa dos municípios brasileiros também é dinâmica, a presente nota metodológica visa a descrever e justificar as decisões tomadas acerca da amostra para cada território estudado.

Os arquivos que deram origem aos mapas apresentados a seguir tiveram como fonte o repositório de dados geográficos disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Apesar de os arquivos para as décadas de 2000, 2010 e 2018 apresentarem grande coincidência topológica, o mesmo não ocorre com os dados georreferenciados para as décadas de 1980 e 1990. Neste sentido, como o georreferenciamento dos municípios para as décadas de 1980 e 1990 não apresenta rigor como os primeiros citados, as malhas foram geradas mediante agregação gráfica dos polígonos de acordo com o histórico de fundação de cada município.

Em termos de análise espacial, este estudo deu enfoque ao que chamamos de Brasil Metropolitano. Entendemos por Brasil Metropolitano o conjunto de regiões metropolitanas em que há presença de Área de Concentração Populacional (ACP) definida como metrópole no estudo Regiões Integradas às Cidades (REGIC) do IBGE. Por exclusão, a análise do Brasil Não Metropolitano engloba o restante do país.

Reconhecendo a importância de aglomerados urbanos representados por cidades médias que já apresentam influência regional (e que também mantêm coesão e conurbação com municípios vizinhos), a pesquisa, quando necessário, fez o estudo específico de algumas regiões metropolitanas não considerada pela REGIC como tal para observar processos relacionados às transformações no mundo do trabalho de cada grupo ocupacional. As metrópoles trabalhadas nesta perspectiva “não metropolitana” foram aquelas em que contam com núcleos da rede do Observatório das Metrôpoles envolvidos no estudo da estrutura social.

3.1. Recorte dos espaços considerados metropolitanos

3.1.1. Região Metropolitana de Belém – RMB

Composição (7 municípios): Ananindeua, Belém, Benevides, Marituba, Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará e Castanhal.

FIGURA 1: REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM – RMB

Os limites atuais da Região Metropolitana de Belém – RMB, ao serem rebatidos para os limites municipais de divisões político-administrativas anteriores, mantiveram correspondência com as malhas prévias, uma vez que os municípios atuais são desmembramentos de municípios que já estavam inseridos na RMB. Por exemplo, os municípios de Marituba e Santa Izabel do Pará são desmembramentos do município de Benevides.

Considerando que as análises foram realizadas por dados agregados das regiões metropolitanas, os microdados dos censos de 1980 a 2010 puderam ser comparados sem maiores problemas metodológicos.

3.1.2. Região Metropolitana de Fortaleza – RMF

Composição (18 municípios): Aquiraz, Cascavel, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Fortaleza, Guaiuba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Paracuru, Paraipaba, Pindoretama, São Gonçalo do Amarante e São Luis do Curú.

FIGURA 2: REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA – RMF

Os limites atuais da Região Metropolitana de Fortaleza – RMF, ao serem rebatidos para os limites municipais de divisões político-administrativas anteriores, mantiveram correspondência com as malhas prévias.

3.1.3. Região Metropolitana do Recife – RMR

Composição (15 municípios): Abreu e Lima, Aracoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Goiana, Igarassu, Ilha de

Itamaracá, Ipojuca, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata.

FIGURA 3: REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE – RMR

Os limites atuais da Região Metropolitana do Recife – RMR, ao serem rebatidos para os limites municipais de divisões político-administrativas anteriores, mantiveram correspondência com as malhas prévias.

3.1.4. Região Metropolitana de Salvador – RMS

Composição (13 municípios): Camaçari, Candeias, Dias D’ávila, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho, Itaparica e Vera Cruz.

FIGURA 4: REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR – RMS

Os limites atuais da Região Metropolitana de Salvador – RMS, ao serem rebatidos para os limites municipais de divisões político-administrativas anteriores, mantiveram correspondência com as malhas prévias.

3.1.5. Região Metropolitana de Rio de Janeiro – RMRJ

Composição (20 municípios): Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Mangaratiba, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá.

FIGURA 5: REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO – RMRJ

Os limites atuais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - RMRJ, ao serem rebatidos para os limites municipais de divisões político-administrativas anteriores, mantiveram correspondência com as malhas prévias.

3.1.6. Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH

Composição (34 municípios): Baldim, Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Caeté, Capim Branco, Confins, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Ibirité, Igarapé, Itaguara, Itatiaiuçu, Jaboticatubas, Juatuba, Lagoa Santa, Mário Campos, Mateus Leme, Matozinhos, Nova Lima, Nova União, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, Santa Luzia, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, Sarzedo, Taquaraçu de Minas e Vespasiano.

FIGURA 6: REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE – RMBH

Os limites atuais da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH, ao serem rebatidos para os limites municipais de divisões político-administrativas anteriores, mantiveram correspondência com as malhas prévias, exceto o município de Brumadinho nas décadas de 1980 e 1991. À época, vale sublinhar que o município de Bonfim estava inserido nos limites atuais de Brumadinho e, embora esse último município seja atualmente integrante da metrópole, Bonfim, diferentemente, não foi incorporado à RMBH. Além disto, o território em questão, ao ser analisado mediante imagens orbitais (satélite LANDSAT) das décadas de 1980 e 1990, não apresentava ocupação significativa; neste sentido, os dados consideraram o limite atual de Brumadinho sem implicar problemas metodológicos.

3.1.7. Região Metropolitana de São Paulo - RMSP

Composição (39 municípios): Arujá, Barueri, Biritiba-Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Jquitiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra, São Paulo, Suzano, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista.

FIGURA 7: REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO – RMSP

Os limites atuais da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP, ao serem rebatidos para os limites municipais de divisões político-administrativas anteriores, mantiveram correspondência com as malhas prévias.

3.1.8. Região Metropolitana de Curitiba – RMC

Composição (29 municípios): Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo do Tenente, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Curitiba, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Ipa, Mandirituba, Piên, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Quitandinha, Rio Branco do Sul, Rio Negro, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná.

FIGURA 8: REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – RMC

Os limites atuais da Região Metropolitana de Curitiba-RMC, ao serem rebatidos para os limites municipais de divisões político-administrativas anteriores, mantiveram correspondência com as malhas prévias, uma vez que os municípios atuais foram desmembramentos de municípios que já estavam inseridos na RMC. Considerando que as análises serão realizadas por dados agregados das regiões metropolitanas, os microdados dos censos de 1980 a 2010 podem ser comparados sem implicar maiores problemas metodológicos.

3.1.9. Região Metropolitana de Porto Alegre – RMPA

Composição (34 municípios): Alvorada, Araricá, Arroio dos ratos, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Capela de Santana, Charqueadas, Dois Irmãos, Eldorado do Sul, Estância Velha, Esteio, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Igrejinha, Ivoti, Montenegro, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Parobé, Portão, Porto Alegre, Rolante, Santo Antônio da Patrulha, São Jerônimo, São Leopoldo, São Sebastião do Caí, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Taquara, Triunfo e Viamão.

FIGURA 9: REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE – RMPA

Apesar de os municípios de Montenegro, São Sebastião do Caí, Ivoti, Dois Irmãos, Rolante, Santo Antônio da Patrulha, Guaíba e São Jerônimo, na década de 1980, possuírem limites territoriais que extrapolavam o perímetro de estudo, consideramos esses municípios nas análises dado o peso populacional que possuem.

3.1.10. Região Metropolitana de Manaus – RMM

Composição (13 municípios): Autazes, Careiro, Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Itapiranga, Manacapuru, Manaquiri, Manaus, Novo Airão, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva e Silves.

FIGURA 10: REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS – RMM

Os limites atuais da Região Metropolitana de Manaus – RMM, ao serem rebatidos para os limites municipais de divisões político-administrativas anteriores, mantiveram correspondência com as malhas prévias.

3.1.11. Região Metropolitana de Goiânia – RMG

Composição (19 municípios): Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldazinha, Caturaí, Goianápolis, Goiânia, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Nerópolis, Nova Veneza, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo, Terezópolis de Goiás e Trindade.

FIGURA 11: REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA – RMG

As análises dos dados censitários de 1980 não incluem o município de Bonfinópolis, pois este só foi fundado em 1989, sendo anteriormente território de Leopoldo de Bulhões. Como Leopoldo de Bulhões possui uma população significativa em relação aos outros municípios da RMG (e ele em si não faz parte da RMG), optou-se por não considerar esse município na análise dos dados de 1980. O restante dos municípios manteve limites coincidentes com a RMG dado que foram desmembramentos de municípios já integrantes da região metropolitana.

3.1.12. Região Metropolitana de Brasília – RMBSB

Composição (12 municípios): Águas Lindas de Goiás, Brasília, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás.

FIGURA 12: REGIÃO METROPOLITANA DE BRASÍLIA – RMBSB

Embora o município de Cocalzinho de Goiás faça parte hoje da RMBSB, até a década de 1990, ele pertencia à Corumbá de Goiás, que não pertence à metrópole; logo, optou-se por descartar os dados de Corumbá de Goiás para os anos de 1980 e 1990. Até porque a verificação de imagens de satélite mostrou pouca representatividade de mancha urbana do então distrito que se desmembrou para a fundação de Cocalzinho de Goiás. Além disto, apesar de o território de Água Fria de Goiás, não pertencente à região metropolitana, ainda ser parte do município de Planaltina na década de 1980, ao analisar a mancha urbana e os dados populacionais do início de 1990, observou-se a relevância de se manter os dados do município de Planaltina para o ano de 1980. No restante dos municípios, manteve-se correspondência com os limites administrativos da região metropolitana em questão.

3.2. Regiões Metropolitanas pertencentes ao denominado Brasil Não Metropolitano

Os recortes territoriais detalhados abaixo representam regiões metropolitanas que possuem núcleos do Observatório das Metrôpoles, mas que não estão sendo consideradas neste estudo como espaços metropolitanos. Contudo, esses espaços foram utilizados na pesquisa como exemplares para investigações mais específicas sobre o desenvolvimento do que chamamos aqui de Brasil Não Metropolitano. Essa estratégia serve como mecanismo de reavaliação das transformações territoriais ao longo do tempo.

3.2.1. Região Metropolitana de Natal – RMN

Composição (14 municípios): Arês, Ceará-Mirim, Extremoz, Goianinha, Ilmo Marinho, Macaíba, Maxaranguape, Monte Alegre,

Natal, Nísia Floresta, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, São José de Mipibu e Vera Cruz.

FIGURA 13: REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL – RMN

Neste recorte, para as décadas de 1980 e 1990, parte do território de Maxaranguape, hoje município de Rio do Fogo, se encontra fora das delimitações da Região Metropolitana de Natal. Contudo, a análise dos dados populacionais de Rio do Fogo para o ano de 2000 não apresentava tanta significância em relação aos demais municípios da RMN. Desta forma, a pesquisa considerou os dados de Maxaranguape para as bases de dados referente aos anos de 1980 e 1991.

3.2.2. Região Metropolitana de Campina Grande – RMCG

Composição (14 municípios): Aroeiras, Barra de Santana, Boa Vista, Boqueirão, Campina Grande, Caturité, Fagundes, gado Bravo, Itatuba, Lagoa Seca, Massaranduba, Matinhas, Puxinanã, Queimadas, Santa Cecília, Serra Redonda e Umbuzeiro.

FIGURA 14: REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINA GRANDE – RMCG

Até 1994, o município de Matinhas fazia parte do território de Alagoa Nova. Contudo, analisando a mancha urbana e os dados populacionais dos municípios, optou-se por não considerar os dados de Alagoa Nova nas bases dos anos de 1980 e 1991.

3.2.3. Região Metropolitana de João Pessoa – RMJP

Composição (12 municípios): Alhandra, Bayeux, Caaporã, Cabedelo, Conde, Cruz do Espírito Santo, João Pessoa, Luceno, Pedras de Fogo, Pitimbu, Rio Tinto e Santa Rita.

FIGURA 15: REGIÃO METROPOLITANA DE JOÃO PESSOA – RMJP

Os limites atuais da Região Metropolitana de João Pessoa – RMJP, ao serem rebatidos para os limites municipais de divisões político-administrativas anteriores, mantiveram correspondência com as malhas prévias.

3.2.4. Região Metropolitana da Baixada Santista – RMBS

Composição (9 municípios): Cubatão, Santos, São Vicente, Guarujá, Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe, Praia Grande e Bertioga.

FIGURA 16: REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA – RMBS

Os limites atuais da Região Metropolitana da Baixada Santista - RMBS, ao serem rebatidos para os limites municipais de divisões político-administrativas anteriores, mantiveram correspondência com as malhas prévias, uma vez que os municípios atuais foram desmembramentos de municípios que já estavam inseridos na RMBS. Considerando que as análises serão realizadas por dados agregados das regiões metropolitanas, os microdados dos censos de 1980 a 2010 podem ser comparados sem implicar maiores problemas metodológicos.

3.2.5. Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV

Composição (7 municípios): Serra, Vitória, Vila Velha, Cariacica, Fundão, Viana e Guarapari.

FIGURA 17: REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA – RMGV

Os limites atuais da Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV, ao serem rebatidos para os limites municipais de divisões político-administrativas anteriores, mantiveram correspondência com as malhas prévias.

3.2.6. Região Metropolitana de Maringá – RMM

Composição (27 municípios): Atalaia, Maringá, Ângulo, Mandaguari, Iguaraçu, Mandaguaçu, Paçandu, Marialva, Sarandi, Floresta, Astorga, Doutor Camargo, Itambé, Ivatuba, Presidente Castelo Branco, Lobato, Santa Fé, Atalaia, Bom Sucesso, Cambira, Floraí, Flórida, Jandaia do Sul, Munhoz de Mello, Ourizona, São Jorge do Ivaí e Nova Esperança.

FIGURA 18: REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ – RMM

Os limites atuais da Região Metropolitana de Maringá – RMM, ao serem rebatidos para os limites municipais de divisões político-administrativas anteriores, mantiveram correspondência com as malhas prévias.

Thêmis Amorim Aragão é arquiteta e urbanista (UFC), mestre e doutora em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ) com duplo doutorado em Economia pela Universität Hamburg. Especialista em Análise Ambiental e Gestão do Território (ENCE/IBGE). Pós-doutoranda (IPPUR/UFRJ) e pesquisadora do Núcleo Rio de Janeiro do Observatório das Metrôpoles. Contato: themisaragao@gmail.com.

Diogo David Matos é economista pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), especialista em Política e Planejamento Urbano (IPPUR/UFRJ), mestrando em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ) e pesquisador do núcleo Rio de Janeiro do Observatório das Metrôpoles. Contato: diogo.matos3@gmail.com.

Marcelo Gomes Ribeiro é professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduado em Ciências Eco-nômicas (PUC-GO), mestre em Sociologia (UFG) e doutor em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ). Atualmente, é Coordenador do Núcleo Rio de Janeiro Observatório das Metrôpoles, é um dos Coordenadores do projeto de pesquisa Estrutura Social das Metrôpoles Brasileiras e do projeto de pesquisa Economia Metropolitana e Desenvolvimento Regional: mudanças na base produtiva e no mercado de trabalho, no âmbito do Programa INCT Observatório das Metrôpoles 2017-2022. Contato: marceloribeiro@ippur.ufrj.br.

Organizadores

Marcelo Gomes Ribeiro

É professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduado em Ciências Eco-nômicas (PUC-GO), mestre em Sociologia (UFG) e doutor em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ). Atualmente, é Coordenador do Núcleo Rio de Janeiro Observatório das Metrôpoles, é um dos Coordenadores do projeto de pesquisa Estrutura Social das Metrôpoles Brasileiras e do projeto de pesquisa Economia Metropolitana e Desenvolvimento Regional: mudanças na base produtiva e no mercado de trabalho, no âmbito do Programa INCT Observatório das Metrôpoles 2017- 2022. Contato: marceloribeiro@ippur.ufrj.br.

Thêmis Amorim Aragão

É arquiteta e urbanista (UFC), mestre e doutora em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ) com duplo doutorado em Economia pela Universität Hamburg. Especialista em Análise Ambiental e Gestão do Território (ENCE/IBGE). Pós-doutoranda (IPPUR/UFRJ) e pesquisadora do Núcleo Rio de Janeiro do Observatório das Metrôpoles. Con-tato: themisaragao@gmail.com.



ISBN 978-65-87594-67-5



9 786587 594675

